



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

Kelly Cristina Nunes de Oliveira

Tempo e causalidade na instanciação do macrogênero “capítulo do livro didático de História” acerca do processo de redemocratização brasileira

Brasília
2024

Kelly Cristina Nunes de Oliveira

Tempo e causalidade na instanciação do macrogênero “capítulo do livro didático de História” acerca do processo de redemocratização brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de grau de Doutora, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profa. Dr^a. Edna Cristina Muniz da Silva

Brasília
2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48t OLIVEIRA, KELLY CRISTINA NUNES DE
Tempo e causalidade na instanciação do macrogênero
"capítulo do livro didático de História" acerca do processo de
redemocratização brasileira / KELLY CRISTINA NUNES DE
OLIVEIRA; orientador EDNA CRISTINA MUNIZ DA SILVA. --
Brasília, 2024.
558 p.

Tese(Doutorado em Linguística) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. macrogênero. 2. História. 3. livro didático. 4. tempo.
5. causalidade. I. MUNIZ DA SILVA, EDNA CRISTINA , orient.
II. Título.

Kelly Cristina Nunes de Oliveira

Tempo e causalidade na instanciação do macrogênero “capítulo do livro didático de História” acerca do processo de redemocratização brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção de grau de Doutora em Linguística, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Defendida e aprovada em: 23 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Edna Cristina Muniz da Silva (orientadora/presidente)
Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

Prof.^a. Dr.^a. Cristiane Fuzer (membro efetivo externo)
Programa de Pós-Graduação em Linguística / UFSM (PPGLETRAS/UFSM)

Prof.^a. Dr.^a Glaucia Cristina Maia Réga Serra – (membro efetivo externo)
Colégio Militar de Brasília

Prof.^a Dr.^a Ormezinda Maria Ribeiro (membro efetivo interno)
Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (membro suplente interno)
Universidade de Brasília (PPGL/UnB)

A Bia, Gabriel e Ney,

Amores plenos.

AGRADECIMENTOS

Odeio os indiferentes. Acredito, assim como Federico Hebbel, que “viver quer dizer ser partidário”. Não podem existir apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive de verdade não pode não ser cidadão e não tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. (Gramsci)

Subvertendo o gênero, inicio esta seção de agradecimento e afeto, reportando-me a um texto-manifesto de Gramsci, intitulado “Odeio os indiferentes” que, oportunamente, ensejou a reflexão e as homenagens que ora declaro, pois me fez reconhecer a presença de sentimentos e saberes abastecidos com base na convivência com outros, mostrando-me que não eram indiferentes à minha existência. Hoje sei que devo reconhecimento a muitas pessoas que se tornaram tão relevantes para que esta história fosse contada.

Aos meus pais que, em sua sabedoria sertaneja e simples, cultivaram em mim o encantamento pelo saber onde ele estivesse.

Ao Ney, meu marido, companheiro de vida, por ter compartilhado sua existência comigo e sempre ter apostado em meus sonhos e ser meu esteio em momentos difíceis.

Aos meus irmãos Marcos, Magno e Carlos por terem acreditado e valorizado as minhas escolhas.

Aos meus filhos, amores eternos, Gabriel e Ana Beatriz, por me permitirem participar de seu crescimento e tornarem-se gente.

À minha orientadora, professora Edna Cristina, por seu acolhimento cordial e afetuoso no Programa de Pós-graduação em Linguística, pela generosa partilha de saberes, por sua alegria e constante bom humor, por sua amizade e seu comprometimento com a educação, a universidade e a escola.

À minha amiga-irmã Denise, uma capricorniana necessária para trazer-me à razão, desde as coisas simples da vida às decisões mais importantes. Sem mais nada, obrigada por tudo!

À minha amiga-irmã Fabiana, companheira de estudos, de trabalho, de eventos acadêmicos e parceira das ideias mais inusitadas. Amiga, obrigada!

À Gláucia, pessoa querida, que pousou em nossas vidas trazendo generosidade e carinho em nosso grupo de estudo, além de tornar-se uma grande parceira de interlocução teórica.

Aos colegas de Doutorado, Cida, Rosana, Pedro, Atauan, Fabiana, Débora, Valéria, Emmanuel, Alley, Camila pelas ricas discussões sobre o fazer acadêmico e a natureza da pesquisa com implicações sociais ancoradas na Linguística.

À Profa. Dra. Cristiane Fuzer, à Profa. Dra. Gláucia Serra, à Profa. Dra. Ormezinda Ribeiro e ao Prof. Dr. Marcus Longuinho, por terem aceitado o convite para participação nesta banca, apresentando, generosamente, suas contribuições, demarcarem a ciência como recurso viável para construção de uma sociedade mais justa.

Aos professores Josênia Antunes, Carmem Jená, Maria Luiza, Kléber Aparecido, Janaína Ferraz do Instituto de Letras, que contribuíram para minha formação no programa de Doutorado.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação do instituto de Letra, por seu pronto atendimento.

À Ângela, funcionária vinculada ao PPGL, pessoa iluminada, disponível, generosa, que acolheu/acolhe todos que a ela recorrem, minha eterna gratidão por tudo.

Aos professores da escola pública, que, em condições tão adversas, mantêm seu compromisso com a educação pública de qualidade, a ciência e a justiça social.

Ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal por pautar e batalhar lutas eternas em relação aos direitos dos professores, conquistando a regulação de licença remunerada para estudos.

À Secretaria de Educação por conceder o afastamento de estudos para realização deste desafio, o Doutorado.

A todos, enfim, que não se sentem indiferentes à injustiça, à história, à diversidade e cultivam a esperança e a reconciliação.

Muito obrigada!

*O passado nunca reconhece seu lugar,
está sempre presente.*

MÁRIO QUINTANA

RESUMO

O discurso histórico, nesta tese, assenta-se na compreensão de que a transmissão de conhecimento acerca do passado transcende o espaço familiar e a cultura popular, estabelecendo-se em espaços institucionais como a escola. Nesse contexto, o ensino da História se realiza por meio de discursos públicos, legitimados socialmente, caracterizando uma síntese de orientações sobre a relevância e as motivações promotoras de seleção de eventos históricos, que constituem o currículo escolar e devem estar representados ou recontextualizados no livro didático. A presente tese tem como objetivo central analisar discursiva e genologicamente a articulação de tempo e causalidade no macrogênero “capítulo de livro didático” de História, relativo ao recorte temporal de redemocratização no Brasil, em livros didáticos do 3º ano do Ensino Médio, os quais compuseram o PNLD 2018, triênio 2018-2020. Seu escopo teórico baseia-se no entrelaçamento de estudos derivados da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1985; Halliday; Matthiessen, 2004; 2014) e outros aportes teóricos da denominada Pedagogia de Gêneros, proposta pela Escola de Sydney (Christie; Deriwanka, 2010; Coffin, 2006; Martin, 1992, 1999, 2002a, 2002b, 2004; Martin; Rose, 2007, 2008; Rose; Martin, 2012, 2018;) que ancoram a concepção analítica para categorias léxico-gramaticais selecionadas. Orientada por essa abordagem teórica e outras concepções relacionadas ao livro didático de História, a denominada macroanálise, associada a um objetivo secundário, contemplou a análise do macrogênero “capítulo do livro didático de História”, a fim de compreender como a estrutura desses manuais, conformada às diretrizes do PNLD, contemplava o saber historiográfico. Em relação à microanálise, focou-se na exploração de recursos léxico-gramaticais associados à composição de temporalidade e causalidade nos gêneros da História. A análise realizada propiciou a constatação de que o macrogênero “capítulo do livro didático” é composto, majoritariamente, em uma estrutura univariada, em que os gêneros elementares formam uma sequência linear para exploração do conhecimento histórico, por meio de relatos históricos explicativos, seguidos por relatos históricos, exposições e relatórios descritivos; sua instanciação se associou à descrição de entes, à sequência de atividades ou manifestação de opiniões. Em relação aos elementos léxico-gramaticais, as estruturas de causalidade predominaram em complexos oracionais formador por hipotaxe; as noções temporais são principalmente apresentadas em posição temática por meio de Circunstâncias.

De modo geral, os elementos linguísticos associam-se aos gêneros textuais instanciados, contudo a complexidade de sua estruturação demanda articulação pedagógica entre atores envolvidos e desvelamento de estratégias semióticas relativas ao papel da linguagem na construção do discurso histórico didatizado em contexto escolar, para efetivação do letramento histórico.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; macrogênero; livro didático; História; gêneros textuais; tempo; causalidade.

ABSTRACT

In this thesis, the historical discourse is based on the understanding that the transmission of knowledge about the past transcends the family and popular culture, establishing itself in institutional spaces such as schools. In this context, the teaching of history takes place through public, socially legitimized discourses, characterizing a synthesis of guidelines on the relevance and motivations behind the selection of historical events, which make up the school curriculum and must be represented or recontextualized in the textbook. The central aim of this thesis is to discursively and genologically analyse the articulation of time and causality in the History "textbook chapter" macrogenre, relating to the time frame of redemocratization in Brazil, in 3rd year high school textbooks, which were part of the 2018 PNLD, 2018-2020 triennium. Its theoretical scope is based on the interweaving of studies derived from Systemic-Functional Linguistics (Halliday, 1985; Halliday; Matthiessen, 2004; 2014) and other theoretical contributions from the so-called Genre Pedagogy, proposed by the Sydney School (Christie; Deriwanka, 2010; Coffin, 2006; Martin, 1992, 1999, 2002a, 2002b, 2004; Martin; Rose, 2007, 2008; Rose; Martin, 2012, 2018; which anchor the analytical conception for selected lexico-grammatical categories. Guided by this theoretical approach and other conceptions related to the history textbook, the so-called macroanalysis, associated with a secondary objective, contemplated the analysis of the "history textbook chapter" macrogenre, in order to understand how the structure of these textbooks, conformed to the PNLD guidelines, contemplated historiographical knowledge. The microanalysis focused on the exploration of lexical-grammatical resources associated with the composition of temporality and causality in history genres. The analysis carried out revealed that the "textbook chapter" macrogenre is mostly composed of a univariate structure, in which the elementary genres form a linear sequence for exploring historical knowledge, through explanatory historical accounts, followed by historical recounts, expositions and descriptive reports; their instantiation is associated with the description of entities, the sequence of activities or the expression of opinions. With regard to lexico-grammatical elements, causal structures predominated in orational complexes formed by hypotaxis; temporal notions are mainly presented in thematic position by means of Circumstances. In general, the linguistic elements are associated with the textual genres used, but the complexity of their structure requires pedagogical articulation between the actors involved and the

unveiling of semiotic strategies relating to the role of language in the construction of the historical discourse taught in the school context, in order to make historical literacy a reality.

Keywords: Systemic-Functional Linguistics; macrogenre; textbook; History; textual genres; time; causality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo de documentos oficiais relacionados ao currículo de História	36
Figura 2 - Relação entre tipos de discurso e estrutura do conhecimento.....	43
Figura 3 - Modos de produção do sentido histórico.....	45
Figura 4 - Facetas do livro didático	51
Figura 5 - Sistema de Polaridade	60
Figura 6 - Estratificação	62
Figura 7 - Dimensão instancial do sistema linguístico.....	63
Figura 8 - Instanciação.....	64
Figura 9 - Metafunção	65
Figura 10 - Eixo como dimensão de organização da linguagem.....	65
Figura 11 - Individuação.....	66
Figura 12 - Interpretação da relação entre os estratos.....	69
Figura 13 - Ciclos de codificação	70
Figura 14 - Discurso como mediador entre atividade social e gramática	71
Figura 15 - Linguagem e o contexto semiótico.....	73
Figura 16 - Relação entre metafunção e variáveis de contexto.....	78
Figura 17 - Padrões da Experiência na Oração	82
Figura 18 - Representação dos processos do sistema de Transitividade e seu significado experiencial	86
Figura 19 - Relação entre sistemas e metafunções	94
Figura 20 - Inter-relação entre pressupostos filosóficos.....	123
Figura 21 - Fontes primária e secundárias de dados para o corpus	133
Figura 22 - Desenvolvimento de aprendizagem em termos de conhecimento e habilidades	147
Figura 23 - Perspectiva tipológica entre gêneros das histórias	148
Figura 24 - Etapas de Relato histórico explicativo.....	157
Figura 25 - Etapas de relatórios descritivos e classificativos.....	160
Figura 26 – Etapas das explicações.....	162
Figura 27 - Páginas de abertura do capítulo das obras LD1, LD3, LD4 e LD5	181
Figura 28 - Abertura do capítulo LD2	183
Figura 29 - Estrutura básica de capítulo do livro didático de História.....	184

Figura 30 - Gêneros relacionados às etapas	188
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrência de gêneros nos capítulos	189
Gráfico 2 - Ocorrências de relações temporais nos textos analisados.....	206
Gráfico 3 - Resultado percentual de ocorrências de recursos de causalidade.....	221
Gráfico 4 - Frequência de complexos oracionais	222
Gráfico 5 - Frequência de orações hipotáticas de causa	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Competências e habilidades de Ciências Humanas na BNCC relacionadas ao tema abordado na tese	38
Quadro 2 - Regras distributivas de circulação dos discursos	41
Quadro 3 - Exemplo de constituição gramatical	60
Quadro 4 - Dimensões semióticas global e local da linguagem em contexto.....	67
Quadro 5 - Formas de codificação congruente e não congruente.....	100
Quadro 6 - Categorias causais e recursos da léxico-gramática	107
Quadro 7 - Classificação de Circunstâncias de tempo.....	113
Quadro 8 - Pressupostos filosóficos e implicações	121
Quadro 9 - Capítulos selecionados para composição do corpus com base em livros didáticos de 3º ano do EM, edição PNLD 2018.....	135
Quadro 10 - Textos selecionados para análise dos gêneros e recursos semióticos de tempo e causalidade	137
Quadro 11 - Nomeação de arquivos para uso no SE	138
Quadro 12 - Dados quantitativos gerais do corpus	138
Quadro 13 - Ocorrência de gêneros no macrogênero “capítulo do livro didático” ...	149
Quadro 14 - Quadro sinótico sobre relatos autobiográficos	151
Quadro 15 - Texto biográfico (fragmento de LD5T10).....	154
Quadro 16 - Gêneros da família dos Argumentos.....	166
Quadro 17 - Etapas e fases do gênero exposição	168
Quadro 18 – Aspectos gerais das obras selecionadas	176
Quadro 19 - Temas sociais abordados no <i>corpus</i>	178
Quadro 20 - Instanciação de gêneros na etapa Abertura.....	185
Quadro 21 - Significados lógicos.....	191
Quadro 22 - Apresentação de LD1 quanto à configuração do macrogênero	192
Quadro 23 - Apresentação de LD2 quanto à configuração do macrogênero	194
Quadro 24 - Apresentação de LD3 quanto à configuração do macrogênero	195
Quadro 25 - Apresentação de LD4 quanto à configuração do macrogênero	196
Quadro 26 - Apresentação de LD5 quanto à configuração do macrogênero	198
Quadro 27 - Variáveis de registro dos macrogêneros analisados	199
Quadro 28 - Ocorrência de relações temporais nos textos analisados	205
Quadro 29 - Ocorrências de recursos de causalidade no corpus selecionado para	

microanálise	220
Quadro 30 - Realização de oração não finita evento-causa.....	227
Quadro 31 - Realização de oração não finita evento-consequência	227

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
Ande	Associação Nacional de Educação
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Cedes	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CGPLI	Coordenação Geral dos Programas do Livro
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EM	Ensino Médio
ESP	Inglês para fins específicos (<i>English for Specific Purposes</i>)
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISD	Interacionismo Sociodiscursivo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LD1	Livro Didático 1 (o mesmo para LD2, LD3 etc.)
LD1T1	Livro Didático 1 Texto 1 (o mesmo para LD2T2, LD3T3 etc.)
LDH	Livro Didático de História
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
ASFLA	<i>Australian Systemic Functional Linguistic Association</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não-governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SAL	Sistêmica, Ambientes e Linguagens

SE *Sketch Engine*
TEL4ELE Formação de Professores para o Desenvolvimento de Literacia na
Europa (*Teacher Learning for European Literacy Education*)
UnB Universidade de Brasília
WS *World Smith Tools 8*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	O CONTEXTO EDUCACIONAL, O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO	34
2.1	O contexto educacional	35
2.2	Conhecimento no contexto escolar	39
2.3	Consciência histórica e o ensino de História	43
2.4	O livro didático de História	47
2.4.1	O livro didático no Brasil	47
2.4.2	LDH, abordagens históricas e organização do conteúdo	54
2.5	Recapitulação e insights	56
3	PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A PESQUISA	57
3.1	Fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional	58
3.1.1	Macrogênero	75
3.2	Metafunções	77
3.2.1	A Metafunção Interpessoal	79
3.2.2	A Metafunção Ideacional	81
3.2.2.1	<i>Processos e Participantes</i>	83
3.2.3	Metafunção Textual	86
3.3	Gênero	87
3.3.1	Gênero na abordagem da LSF	88
3.4	Semântica do discurso	92
3.4.1	Sistema de IDEAÇÃO	95
3.4.1.1	<i>Relações taxonômicas</i>	96
3.5	Metáfora Gramatical	99
3.5.1	Metáforas Ideacionais	102
3.5.1.1	<i>Nominalização</i>	102
3.5.1.2	<i>Participantes inanimados</i>	104
3.6	Causalidade em textos históricos	104
3.7	Tempo em textos históricos	112
3.8	Complexos oracionais	114
3.9	Recapitulação e insights	117
4	METODOLOGIA	119
4.1	A pesquisa qualitativa	119
4.2	Pesquisa documental	126
4.3	Descrição da pesquisa	128
4.3.1	Problema	130
4.3.2	Objetivos	131

4.3.3	Delimitação de corpus.....	132
4.4	Procedimentos para análise.....	135
4.5	Recapitulação e insights	139
5	GÊNEROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA PERSPECTIVA MACROANALÍTICA	141
5.1	A linguagem e a História nos Livros Didáticos	141
5.2	Os gêneros das Histórias	146
5.2.1	Autobiografias	151
5.2.2	Biografia	153
5.2.3	Relato histórico.....	155
5.2.4	Relato histórico explicativo.....	156
5.2.5	Relatórios	158
5.2.6	Explicações	161
5.2.7	Argumentos.....	164
5.3	Recapitulação e insights	169
6	MACROANÁLISE – ORGANIZAÇÃO DO MACROGÊNERO “CAPÍTULO DO LIVRO DIDÁTICO”	171
6.1	Organização capitular do livro didático	172
6.2	Macrogênero – definição e delimitação	184
6.3	Recapitulação e insights	202
7	MICROANÁLISE.....	203
7.1	A gramática do tempo no discurso histórico	203
7.1.1	Circunstâncias.....	207
7.1.2	Conjunções temporais + orações hipotáticas.....	211
7.1.3	Adjunto conjuntivo	212
7.1.3.1	<i>Adjuntos conjuntivos externos.....</i>	<i>213</i>
7.1.3.2	<i>Adjuntos conjuntivos internos.....</i>	<i>213</i>
7.1.4	Processos com sentido temporal	215
7.1.5	Participante como elemento temporal e outros recursos do grupo nominal.....	216
7.1.6	Tempo como ente técnico do conhecimento especializado	217
7.2	Causalidade	218
7.2.1.1	<i>Complexos oracionais hipotáticos – causa</i>	<i>223</i>
7.3	Recapitulação e insights	230
8	CONSIDERAÇÕES.....	231
	REFERÊNCIAS.....	241

APÊNDICE A - NOTAÇÃO SISTÊMICA	258
APÊNDICE B - QUADRO RESUMITIVO ACERCA DE GÊNEROS ELEMENTARES QUE OCORREM NO DISCURSO HISTÓRICO	259
APÊNDICE C - LD1 (HISTÓRIA: PASSADO E PRESENTE).....	261
APÊNDICE D – LD2: OFICINA DE HISTÓRIA	282
APÊNDICE E - LD3 HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	315
APÊNDICE F - LD4 - UNIDADE 12 – O BRASIL CONTEMPORÂNEO	353
APÊNDICE G - RECURSOS DE TEMPO EM GÊNEROS ELEMENTARES DE TEXTOS SELECIONADOS	435
APÊNDICE H – GRÁFICOS	478
APÊNDICE I - RECURSOS DE CAUSALIDADE EM GÊNEROS ELEMENTARES DE TEXTOS SELECIONADOS	480
ANEXO A – LD1 HISTÓRIA PASSADO E PRESENTE	494
ANEXO B – OFICINA DE HISTÓRIA	510
ANEXO C – HISTÓRIA DAS CAVERNAS AO.....	511
ANEXO D - #CONTATO HISTÓRIA.....	513
ANEXO E – HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA	538

1 INTRODUÇÃO

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo Tempo Tempo Tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo Tempo Tempo Tempo*

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo Tempo Tempo Tempo
Entro num acordo contigo
Tempo Tempo Tempo Tempo*

*Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo Tempo Tempo Tempo
És um dos deuses mais lindos
(Caetano Veloso. Oração ao tempo)*

Permite-me, antes de expor os elementos protocolares comuns à introdução de uma tese, fazer uma digressão, necessária à compreensão do universo que a enseja. Inicialmente, confesso que essa pesquisa surge de minha perplexidade e inquietude diante do tempo, na vida moderna, a sua reconhecível inexorabilidade avassaladora sobre as vidas dos indivíduos, como constata Mário Quintana, em sua arte, ao declarar que “O mais feroz dos animais domésticos/ é o relógio de parede:/ conheço um que já devorou/ três gerações da minha família”, ofertando a dimensão finita de ciclos, contra a qual há uma luta incessante.

Nesse campo de batalha, há descobertas fascinantes a respeito da formação das pessoas e da sociedade, pois o tempo preserva a sabedoria acumulada, ao longo dos anos, permitindo o reconhecimento de que sempre é possível fazer, desfazer e refazer. É nesse cenário que se constitui minha formação acadêmica. O tempo me permitiu assentar o conhecimento e escolher os caminhos que me guiariam de volta à universidade, orientada pela bússola da educação.

Sob uma outra perspectiva, no contexto de um horizonte global, mais do que nunca, o tempo também se tornou uma moeda de mensuração de sucesso particular, na sociedade de consumo. Ao mesmo tempo, ainda, continua um mecanismo organizador de relatos da história¹ coletiva dos povos, das identidades nacionais, das

¹ Neste trabalho, História com h maiúsculo se refere à disciplina escolar, ao passo que história com h minúscula se refere à ciência. Ainda, na perspectiva da Escola de Sydney, utilizou-se família das histórias para abordar os gêneros associados à ideia de cronologia e informação.

raízes históricas. É, portanto, nesse cruzamento, que emerge o escopo desta pesquisa: o direcionamento de uma motivação pessoal conduzir a um interesse científico mais amplo. De outro modo, essa imbricação instaura grande curiosidade acerca dos movimentos definidos conjunturalmente, os quais instituem a ponte entre passado e presente - a ser investigada como eventos históricos, atravessados ou organizados pelo tempo e recontextualizados, no discurso pedagógico - e possibilita, ainda, o desvelamento do processo de constituição sociopolítica de nosso país, uma responsabilidade escolar inquestionável.

Avançando nesta excursão, sabe-se que uma história pode ser contada sob diversas formas, como divulga a tradição popular, apoiando-se na ideia de que a escolha de uma não torna as outras inverídicas, é assim, apenas, uma versão, ou melhor, uma representação. Contudo, essa visão pode ocultar eventuais manipulações das versões, sob uma aparente neutralidade. É nela que se concentram essas palavras iniciais, ao transportar sua construção, em conformidade com minhas escolhas valorativas.

Esta tese, também, originada em uma ampla janela temporal, não é produto exclusivo de seu processo de geração, é reflexo de posicionamentos pessoais e profissionais, é representação de memórias. Certamente, representa o encontro entre convicções, crenças e o universo acadêmico. Acerca das primeiras, é necessário registrar que a escolha pela docência carregava, desde cedo, uma atuação profissional que privilegiasse o contato interpessoal, por meio de intervenções afetivas, e a possibilidade de ação reflexiva diante do mundo, apontando para a concepção freiriana de que a formação docente é construída permanentemente sob a dialética prática-reflexão. O conhecimento acadêmico, por sua vez, se dá pelo acesso às portas da universidade que conforma o olhar científico sobre as práticas pedagógicas e a abordagem dos estudos de linguagem, assim, reafirmando a ciência como estratégia de avanços no campo social.

Antes, contudo, de apresentar a composição desta pesquisa, é necessária uma pequena reflexão acerca do papel do analista no processo de produção da pesquisa. Conforme se defende, no capítulo metodológico, a atuação de um pesquisador não é meramente de observador. Nesse contexto, o estudo da linguagem com base na Linguística Sistêmico-Funcional, doravante LSF, pressupõe, na condição de linguista e educadora, uma posição comprometida com a mudança social, resultante de buscas incessantes de teorias, que nascem de práticas sociais nas comunidades,

considerando seus modos particulares de trocas interpessoais da vida social e cultural. Tal orientação sociosemiótica da linguagem pressupõe conhecer as realidades linguísticas e as práticas sociais dessas comunidades, a fim de descrevê-las, por meio de pesquisas, e augurar cenários de transformação social situada, considerando problemas de segregação e/ou desigualdade de modo eficaz.

Ainda no mesmo campo, entende-se que qualquer intervenção significativa precisa validar e reconhecer discursos emancipatórios, os quais se tornem alternativas para concepções e posições mais hegemônicas de produção do conhecimento. Encerra-se, por fim, essa temática, recordando que discursos são ideológicos e, na condição de linguistas, abarca-se a responsabilidade de contribuição para construção de uma sociedade mais justa e igualitária por meio de ferramentas que acessem a complexidade dos campos verbais e multimodais, consolidando letramento crítico e desenvolvimento de consciência linguística crítica (Bernstein, 2000; Fairclough, 1989; Halliday, 1978; Kress; Hodge, 1979).

Encerrado esse preâmbulo, pode-se dirigir a atenção, ao contexto escolar, sobre a tríade que ancora a reflexão existente neste trabalho: gêneros textuais, livro didático e disciplina de História. Em relação ao primeiro aspecto, há possibilidade de exposição de um tratado acerca do tema, como é de conhecimento geral, mas não há intenção de fazê-lo neste espaço, apenas delimitar as diretrizes que nortearam o seu delineamento. Antes de apresentar tal delimitação, certamente, não seria surpreendente se fosse lançada dúvida acerca da dedicação a um trabalho que se soma a tantos outros, nesse campo de pesquisa, diante da necessidade acadêmica de busca pelo ineditismo.

Contudo, creio que resida, nesse fato, um aspecto pertinente à luta de educadores, professores da área de linguagem e linguistas, qual seja, a necessidade de trabalhar a consolidação de letramento crítico e o desenvolvimento de uma consciência reflexiva da linguagem, por meio de atividades que envolvam os gêneros textuais necessários para efetiva ação cidadã. Ao mesmo tempo, é preciso enfatizar que tal posicionamento pressupõe a assunção de compromisso com a mudança social, cuja orientação pode realizar-se por meio de teorias que considerem as comunidades de práticas, em particular, seus modos de vida.

Assim, muitos pesquisadores dedicaram-se à proposição de abordagens de estudos de gêneros que pudessem ser úteis no contexto educacional, desde a alfabetização até o domínio de práticas de leitura e escrita no ensino superior e em

outras práticas. Nesse cenário, há predomínio da ideia de que os gêneros se conectam a uma variedade imensa de textos e de ação social. De acordo com essa concepção, seus estudos alcançaram voos seguros, no Brasil, por meio de grupos de pesquisadores, que registraram pesquisas relevantes associadas aos seguintes arcabouços teóricos: a abordagem Bakhtiniana, a perspectiva Sociorretórica, a Nova Retórica, a Escola de Genebra, a Escola de Sydney, além da denominada síntese brasileira, apontada por Bawarshi e Reiff (2013).

Antes de justificar a opção pela abordagem australiana, esclarece-se que se decidiu por não se apresentar o estado da arte relativo às demais teorias, para que o objetivo de se centrar em conceitos e discussões mais ligadas ao problema de pesquisa fosse atingido. Entretanto, deve-se reconhecer a relevância dessa diversidade para a área, ensejando, por exemplo, a criação e a manutenção do Simpósio Internacional de estudos de Gêneros (SIGET), desde 2003, no cenário brasileiro.

Não menos importante, extrapolando o universo nacional, junto-me às vozes de Navarro, Cristovão e Furtoso (2021), que indicam, na América Latina, a convivência de pesquisas, na região, sob várias abordagens epistemológicas - que esboçam a imensa complexidade imposta sobre os estudos de leitura e escrita - e, também, sua origem recente baseada em uma perspectiva interdisciplinar e à margem da produção científica global hegemônica. Advertem, ainda, os pesquisadores acerca da predominância de uma abordagem crítica, na porção sul do continente americano, em virtude de integrar contextos educacionais excludentes e desiguais ladeados, por agendas de inclusão por meio de políticas públicas, reparando direitos violados e inequidades estruturais. Nesse contexto, o letramento desempenha papel fundamental como instrumento de mediação de aprendizagens e avaliação.

Ao lado dessas convicções, ainda sob a dinâmica de análise de textos, envolvida nas práticas de letramento por meio de gêneros, reafirmo que minha experiência como professora de língua portuguesa permitiu observar que as práticas de leitura e escrita, na sala de aula, não têm alcançado resultados satisfatórios, apesar de esforços dos atores envolvidos - alunos/as, professores/as e gestores/as - e de implementação de políticas públicas de educação que visem à qualidade. Além desses fatores aventados, a vivência, em um mundo permeado pela informação e pela tecnologia, imprime novas demandas aos falantes da língua para atingir seus propósitos comunicativos diretamente ligados aos gêneros. Essa necessidade esteve

e está em consonância com diretrizes presentes nos documentos oficiais de regulamentação curricular como as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em tempos pretéritos, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que preveem um papel central para linguagem e outras semioses por meio de gêneros discursivos que medeiam esses propósitos na sociedade moderna. Contudo, essa centralidade não contribuiu para que resultados exitosos sejam compartilhados em todas as disciplinas, por isso estas reflexões devem estender-se ao alcance de todo o currículo, objeto fragmentado em diversas disciplinas.

Nas últimas décadas, certamente, os estudos sobre gêneros textuais ultrapassaram os muros da universidade, tendo apresentado suas contribuições, embora de modo insuficiente, ainda, o contexto educacional por meio de diretrizes postuladas nos documentos oficiais, pois os PCNs instalaram novas práticas, para que o ensino pudesse orientar as atividades por meio de textos, conforme algumas perspectivas de estudos de gêneros textuais. Embora se reconheçam os avanços que possa alçar esse esforço de determinados segmentos sociais, pesquisas realizadas por instituições universitárias e resultados de mensurações promovidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) ainda indicam que há um descompasso entre o conhecimento e a prática na Educação Básica brasileira², legitimando, assim, as constatações de minha prática profissional.

Observa-se que, no contexto escolar, a complexa dinâmica de interação e de regulação do ensino compõe um cenário de diferenças que, na sala de aula, realiza-se, desde a fragmentação de materiais e circunstâncias, por que circula o conhecimento, até a formação heterogênea de grupos de alunos, portadores de diversos saberes e experiências, e acaba desvelado, apesar do esforço em busca de uma unidade (Bittencourt, 2015). Nesse sentido, muitos esforços são realizados a fim de contribuir para a reflexão acerca do conhecimento escolar. Certamente, uma concepção partilhada neste trabalho é que há um letramento escolar que veicula um

² O Ideb é um índice de mensuração, utilizado pelo Ministério da Educação, daquilo é compreendido como qualidade na educação Básica, cuja inspiração nasce em metas estabelecidas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com critérios estabelecidos, o Brasil deveria atingir meta 6,0 em 2022, ano de comemoração do bicentenário da independência, cuja divulgação dos resultados deveria ter acontecido no 2º semestre. Em 2015, por exemplo, destacou-se que a nota nacional para Ensino Médio mantém-se estagnada desde 2011, fato utilizado como pretexto para reformulação do Ensino Médio. Em virtude da pandemia, não houve a liberação de mensurações relacionadas ao ano de 2022, dispõem-se apenas dos dados do Ideb de 2021, última etapa com meta estipulada anteriormente, que evidenciam seu descumprimento, pois era 5,2 e alcançou-se apenas 4,2.

conhecimento institucionalizado, cujos agentes usufruem de valorização legal e cultural (Rojo, 2008)³. Tal abordagem conduz a uma alteração de perspectivas que se revela nas pretensões aferidas sobre o papel da escola, que, em primazia, seria formar cidadãos para o mundo por meio desse acesso ao conhecimento. Contudo, o processo de universalização do ensino não garante o essencial: a permanência e o êxito escolar de alunos propiciados por esse acesso, em virtude de diversos fatores.

Entre eles, há um fator, compreendido como uma das formas de exclusão presentes na escola, que se refere à imbricação entre a hierarquização do conhecimento e o domínio da metalinguagem envolvida em cada área. Em outras palavras, o processo de aprendizagem perpassa a articulação entre esses elementos como uma condição para que alunos alcancem êxito na vida escolar. No entanto, a segurança ancorada por experiências fora do contexto escolar nem sempre coincidem com as demandas educacionais.

As práticas de letramento oriundas de convívio em família ou em grupos comunitários são menos valorizadas, não porque sejam menos sofisticadas, mas, sim, porque evoluíram, como quaisquer outras práticas de letramento, conforme padrões delimitados pelo contexto de interação.

Contudo, a realidade escolar demanda outras competências e o domínio de outros saberes, de modo que os alunos necessitam dominar conhecimentos específicos, associados a determinados recursos semióticos, constituindo uma dificuldade para o cumprimento das atividades escolares. Nesse sentido, um possível caminho seria explicitar a relação entre os gêneros que comportam a circulação do conhecimento científico e os recursos semióticos disponíveis que permitem a inserção dos alunos nessa rede de práticas sociais (Rose; Martin, 2012).

Tal reflexão orienta os eixos que ensejam esta pesquisa, uma vez que concebe a natureza do conhecimento valorizado no contexto escolar e o uso linguístico. Nesse contexto, muitas escolhas epistemológicas e axiológicas podem ser feitas a fim de colaborar no processo de mudanças reivindicadas no processo educacional. Neste trabalho, reitera-se que teorias de gêneros podem contribuir para alinhar as práticas de letramento, especialmente a Pedagogia de Gêneros oriunda da abordagem sistêmico-funcional da escola australiana.

³ Neste trabalho, reconhece-se o conceito de letramento advindo dos Novos Estudos de Letramento. Brian Street (2012) argumenta que uma prática linguística crítica provê o letramento ideológico que valoriza as práticas socioculturais e estruturas de poder, em detrimento de um letramento autônomo que se ocupa de um produto ou um canal, por exemplo.

Apesar dos esforços augurados, na última década, de modo geral, ainda não se percebe um conforto institucional, nos diversos segmentos, em desenvolver atividades que se apoiem nos pressupostos de teorias de gêneros, seguindo suas demarcações teórico-metodológicas como apontou Muniz da Silva (2007). Essas, em maioria, no cenário escolar, são norteadas por proposições constantes do livro didático e se materializam em uma concepção pouco vasta sobre o conhecimento, valendo-se de baixa densidade teórico-metodológica, apesar de alguns livros didáticos comportarem princípios norteadores conforme orientavam os PCNs.

Nesse contexto, o livro didático, ainda, impera como objeto de/para recontextualização do conhecimento, tornando-se, dessa forma, objeto da pesquisa ora apresentada. Nesse sentido, o uso desse material didático ancora a possibilidade de aplicação de pressupostos de teorias de estudos de gêneros, as quais constituem uma ferramenta, na sala de aula, que contribui para o desempenho de papéis dos indivíduos em diversas situações.

Nesse cenário, na imensa diversidade brasileira, o livro didático ainda ocupa papel protagonista no contexto de ensino-aprendizagem em nosso país (Bunzen; Rojo, 2005), caracterizando-se como um recurso de recontextualização⁴ do conhecimento, nas práticas escolares, uma vez que há poucos recursos disponibilizados pelo poder público que possam instrumentalizar as aulas, imputando a ele essa centralidade, constituindo-se em elemento de suporte e organização das práticas escolares. Além desse aspecto, convém destacar que, torná-lo um recurso para autonomia do/a professor/a é garantir relevância para essa realidade social, além de imprimir um horizonte para o problema deste projeto de pesquisa.

É relevante salientar, também, que os textos que figuram no livro didático, como quaisquer outros, têm efeitos causais, cuja análise deve compor sua análise discursiva. Essa concepção dialógica representa admitir que a realidade atinge e constrange a construção textual (textos podem ser vistos como a materialização do discurso) do mundo social que, necessariamente, vai depender de muitos elementos contextuais. Em outras palavras, é conceber que, em uma perspectiva crítica, os textos não podem ser vistos como meros repositórios de conhecimento, mas que

⁴ Conforme Basil Bernstein (*apud* Rose; Martin 2012), sociólogo que ancora a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, o conhecimento deve passar por uma adaptação no contexto escolar, pois esse difere de acordo com o contexto em que se constrói como conhecimento, resultante de experiências da vida cotidiana e/ou de instituições acadêmicas, tornando o/a professor/a protagonista de encaminhamentos que devem seguir nas práticas sociais escolares, pois ele se vê obrigado/a didatizar o discurso sobre esses conhecimentos.

podem veicular crenças, valores, atitudes e trazer mudanças para o mundo material, para as relações entre as pessoas e para a vida das pessoas (Fairclough, 2003; Magalhães; Martins; Resende, 2017).

Explorada essa faceta analítica, direciona-se, o fulcro reflexivo para a camada discursiva, sobre a qual convém apontar, neste trabalho, juntamente com Achugar, Fernández e Morales (2011), o discurso histórico como elemento de transmissão de conhecimento acerca do passado que transcende o espaço familiar, a cultura popular, estabelecendo-se em espaços institucionais como a escola. Nessa perspectiva, destaque-se que o ensino da História se realiza por meio de discursos públicos, em maioria das vezes, legitimados socialmente, caracterizando uma síntese de orientações sobre a relevância e motivações que promovem a seleção de fatos e eventos históricos que constituem o currículo escolar e devem estar representados no livro didático.

Nesse sentido, os livros didáticos reportam diversas informações que podem acabar naturalizadas, como o lugar da memória social, representações de determinados grupos sociais e relatos que podem constituir discursos hegemônicos sobre o passado. Além da natureza peculiar dessa disciplina, salienta-se uma reflexão acerca do papel catalisador dos manuais pedagógicos nas práticas escolares.

Conhecedora de que essa realidade atravessa a Educação Básica, adquirindo destaque no Ensino Médio, período em que se privilegiam a leitura e a escrita como estratégias para aprendizagem e avaliação, é relevante que se estendam experiências acadêmicas exitosas, em contextos de letramento(s) escolar(es) e se reconheçam pedagogias explícitas de aprendizagem que as valorizem, contribuindo para um processo consciente de uso social e linguístico.

A perspectiva, pois, de embasar o conhecimento sobre demandas de leitura, escrita e outras semioses, sob o prisma de estudos da Linguística Sistêmico-Funcional e da Análise do Discurso, fundamentada nos estudos da Escola de Sydney⁵, constitui franco espaço institucional de contribuição para reflexão sobre o uso dessas semioses e a constituição de textos. Nesse sentido, essas concepções aplicam-se a qualquer disciplina curricular, importando, particularmente, nesta pesquisa, a disciplina de

⁵ Martín (2014) tece considerações acerca da denominação Escola de Sydney ao explicar a origem desta denominação. O autor explica que Green e Lee (1994) utilizaram o termo para se referir ao projeto interventivo desenvolvido em escolas australianas com base na abordagem de gênero derivada da LSF. Dessa forma, faz parecer que essa designação é limitadora para se referir à teoria, pois desenvolveu-se como uma evolução da proposta linguístico-funcional, indicando a possibilidade de ser reconhecida apenas como gênero na LSF.

História. Acerca das práticas de letramentos, em aulas de História, apoiadas no uso do livro didático de História (LDH), instaura-se o problema de pesquisa: Como o macrogênero “capítulo de livro didático” de História articula discursiva e genologicamente causalidade e tempo? A fim de cumprir esta demanda investigativa na pesquisa, esse problema foi subdividido nas seguintes questões de pesquisa:

1. Como se constitui a estrutura do macrogênero “capítulo de livro didático” de História?
2. Como a articulação de causalidade e temporalidade, realizadas no estrato da léxico-gramática, relacionam-se aos gêneros que compõem o macrogênero “capítulo do livro didático” de História?
3. Como o macrogênero “capítulo do livro didático” constrói criticamente o conhecimento histórico escolar?

Assim, tal problema de pesquisa reflete a ideia de que os gêneros se associam a modos sociais de agir e conhecer o mundo, propiciando o funcionamento de textos em diversos contextos. Essa ideia envolve a crença de que pesquisas podem contribuir socialmente. Nesse caso, o foco é o contexto escolar, que, apesar de seu ambiente reprodutor, conforme defendem Bourdieu (1998) e Giroux (1983), representa um espaço em que possibilidades de transformação podem suceder. Essas mudanças podem se dar de diversos modos, por uma prática interventora, por um estudo crítico. Esse se inicia por meio de um processo que envolve descrição, interpretação de aspectos relacionados ao discurso pedagógico, com base no recorte do uso da linguagem verbal, da História no livro didático a fim de subsidiar futuras práticas.

Uma reflexão notadamente orientadora de convicções para realização deste trabalho reside na concepção de as práticas escolares sinalizarem a continuidade de situações de desigualdade, geralmente, não serem relativizadas. Nesse sentido, muitas vezes dar as mesmas condições para pessoas, ou seja, possibilitar situações aparentemente semelhantes, em estruturas socioculturais distintas, contribui para que permaneçam ou as acentuem, por isso demandam de uma perspectiva diferente, como advertem Rose e Martin (2012). Esse grande dilema social reflete-se no ambiente escolar e sua ruptura concebe que alunos possam fazer atividades diferentes relativas a mesmos conteúdos a fim de que possam ser incluídos e respeitados. O conhecimento acerca de gêneros textuais que circulam na escola, pretendido nesta pesquisa, representa um passo para alteração de ciclo, pois permite

fundamentar conhecimentos, para professores e alunos, sobre o uso da linguagem e seus efeitos sociais que perpassam toda aquisição de saberes sistematizados no contexto escolar. Acerca desse acesso, Bourdieu e Passeron afirmam:

Ao possibilitar às classes subalternas a apropriação do saber sistemático, revelando-lhes, por essa mediação, as relações de poder em que se estrutura a sociedade, a educação lhes permite também a compreensão do processo social global, uma vez que este saber está genética e contraditoriamente vinculado à situação social por mais que, ideologicamente, se tente camuflar esta vinculação. O saber acaba levando ao questionamento das relações sociais, mediante um processo de conscientização do real significado dessas relações enquanto relações de poder, revelando inclusive a condição de contradição que as permeia. (Bourdieu; Passeron, 1982, p. 52)

Norteados pelas considerações apontadas pelos pesquisadores citados, é claro que os pressupostos apresentados até aqui poderiam ser dirigidos aos estudos de gêneros textuais comuns a quaisquer disciplinas que compõem o currículo escolar, embora se reconheça que cada disciplina utilize de modo diverso a linguagem no manejo do conhecimento (Shanahan; Shanahan, 2008). Assim, por que há interesse pelo discurso da História? Permitindo um grau de subjetividade, reforço que o saber presente nesse discurso permite “contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, de desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada” (Bittencourt, 2015, p. 20).

Inicialmente, a respeito de pesquisas realizadas em nosso país e ao redor do mundo, há um esforço para dimensionar a relevância do campo da História e de estudos de gêneros textuais. No Brasil, cabe enfatizar que no banco de teses e dissertações da Capes, de acordo com averiguação janeiro de 2024, há trabalhos sobre livro didático de História, sendo quatorze na área de Linguística e três de análise linguística, destacando-se a dissertação de Weber (2019) no escopo da LSF. Na tradição australiana, pesquisadores que participaram de projetos educacionais e sistematização dos gêneros escolares, como Martin (1993); Coffin (1996, 1997, 2006) e Veel e Coffin (1996) contribuíram na área da disciplina, cujos apontamentos constituem ainda relevância atual. Na América do Sul, Mariana Achugar e Teresa Oteiza possuem longa trajetória de pesquisas e diversas publicações que avançam, em pilares fundamentais, aliando a análise linguística fundamentada na LSF à análise crítica de discurso. Em Portugal, grupo de pesquisadores do Instituto Politécnico de

Leiria desenvolve projeto acerca de gêneros, produzindo material de apoio a docentes para aplicação em suas práticas escolares.

Por último, foca-se no elemento remanescente proposto neste introito: a disciplina de História no contexto educacional brasileiro.

Notadamente, este trabalho de doutorado estende a continuidade de pesquisas sobre gêneros na perspectiva da LSF, agregando-se aos projetos “A Linguística Sistêmico-Funcional como metodologia para Análise do Discurso e ensino-aprendizagem de gêneros textuais” e “Leitura e produção de gêneros nas práticas sociais, escolares e profissionais” sob orientação da profa. Dra. Edna Cristina Muniz da Silva, os quais reúnem as dissertações de Serra (2018), Rodrigues (2017), Assis (2017) e as teses de Soares (2018), Tatagiba (2019) e Serra (2022). Contribui, ainda, para linha de pesquisa “Discurso e Recursos Sociossemióticos em uma Perspectiva Crítica” da área de concentração “Linguagem e Sociedade” do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília, pois todas as pesquisas centram-se em estudos linguísticos e discursivos sobre o funcionamento dos gêneros textuais em práticas educacionais. Por fim, também estabelece vínculo com o grupo de pesquisa CNPq “Sistêmica, Ambientes e Linguagens” (SAL), que reúne pesquisadores, em território nacional, acerca das pesquisas em LSF no Brasil.

Cumprindo etapa prevista para esta introdução, apresenta-se a organização desta tese em sete capítulos. Neste primeiro capítulo, de caráter introdutório, exploraram-se aspectos relevantes acerca da pesquisa, tais como a indicação de pressupostos epistemológicos e axiológicos que guiaram a opção pela pesquisa, além da apresentação do texto. O segundo capítulo, por sua vez, assenta-se sobre a contextualização educacional, versa sobre o discurso histórico e sua representação no livro didático, explorando as implicações da regulamentação estatal, o manejo de saberes e conhecimentos circulantes, o processo de mercantilização deste material didático e o uso da linguagem. O capítulo 3 expõe o referencial teórico que ancora esta pesquisa, destacando conceitos-base da LSF, a metalinguagem explorada por essa teoria sociossemiótica, além de conceito de gênero, oriundo dessa abordagem e integrado à denominada Escola de Sydney. O quarto capítulo percorre o delineamento da pesquisa, inserindo-a em um contexto de pesquisa qualitativa e documental, além de indicar a composição do corpus. O quinto capítulo, em continuidade, explora a concepção de macrogênero associado ao discurso histórico, e sua disposição univariada, composta por diversos gêneros. O sexto e o sétimo

capítulos são destinados à análise dos dados ao explorar e discutir os resultados obtidos, buscando compreender a estruturação do macrogênero “capítulo do livro didático de História” e a relevância de aspectos relativos à causalidade realizada por meio de complexos oracionais hipotáticos, além de recursos léxico-gramaticais relacionados a tempo. O oitavo capítulo, intitulado Considerações Finais, assinala as reflexões sobre o percurso e as limitações da pesquisa, os resultados e desdobramentos para futuros trabalhos.

2 O CONTEXTO EDUCACIONAL, O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO

A historicidade de um único homem implica a historicidade de todo o gênero humano. O plural é anterior ao singular. (Heller)

Antes de iniciar as declarações de fundo axiológico referentes aos conteúdos informados neste capítulo, impõe-se a necessidade de confirmá-lo como um espaço para compreensão das práticas discursivas inseridas no contexto pedagógico, pois compreender as relações constituídas para circulação do conhecimento é necessário.

Este capítulo, nesse sentido, inicia-se reiterando minhas convicções sobre os pilares que sacralizam a relevância da educação como recurso de empoderamento. Assim, nunca é demais reforçar, em dominantes tempos estranhos e obscuros, em nosso país, que a educação é um direito constitucional garantido por meio de implementação de políticas (públicas) educacionais. A escola como espaço privilegiado de educação formal deve proporcionar condições de igualdade/equidade para promover justiça social e cidadania de modo a recusar qualquer distinção de raça, gênero, classe social entre outros fatores, propiciando condições de inclusão.

Essa condição, naturalmente, associa-se ao reconhecimento de que a discussão proposta só constrói sentido se vincular-se o momento sócio-histórico às práticas escolares e sociais que compartilhamos. Contudo, como a faculdade de realizar esse debate é bastante ampla, faz-se necessária a imposição de recortes teóricos e temáticos, uma vez que sua investigação minuciosa não se esgotaria neste espaço.

Dessa forma, optou-se por apresentar um breve cenário da educação e seu direcionamento para a disciplina de História no Ensino Médio, delimitando-o da seguinte forma: a seção 2.1 apresenta o contexto histórico que atravessou a educação nas últimas três décadas, enfatizando a proeminência de estruturação de currículos direcionada por documentos oficiais como PCNEM, BNCC, a implementação do PNLD no Ensino Médio; a seção, 2.2, por sua vez, destaca a relação entre consciência histórica e representações identitárias como uma possibilidade para o ensino de História e, por último, a seção 2.3 explora alguns aspectos sobre o livro didático.

2.1 O contexto educacional

Os modelos de ensino de História coincidem com dois processos históricos recentes⁶, um de natureza política, no contexto nacional, e outro de revisão de propostas curriculares ensejadas por abordagens teórico-metodológicas. Em relação ao primeiro, destaquem-se as lutas de entidades educacionais representativas como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Educação (Ande) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), no processo de redemocratização brasileira, em que se empenhavam pela recomposição de um sistema que alijasse manifestações autoritárias residuais da ditadura civil militar e iniciasse projeto para consolidação de uma sociedade emancipada.

Nesse cenário, constituía interesse que a educação ocupasse um lugar catalisador ao conduzir propostas sobre o papel do Estado como fiador de direitos da população para implementação de educação de qualidade. O segundo fator direciona as aspirações relacionadas ao ensino de qualidade em que coincidem, na área da disciplina de História, ao movimento de organização do conteúdo de modo distinto, valorizando o abandono da tradição de erudição enciclopédica, a proposição de novas temáticas e a inserção do universo cotidiano dos alunos.

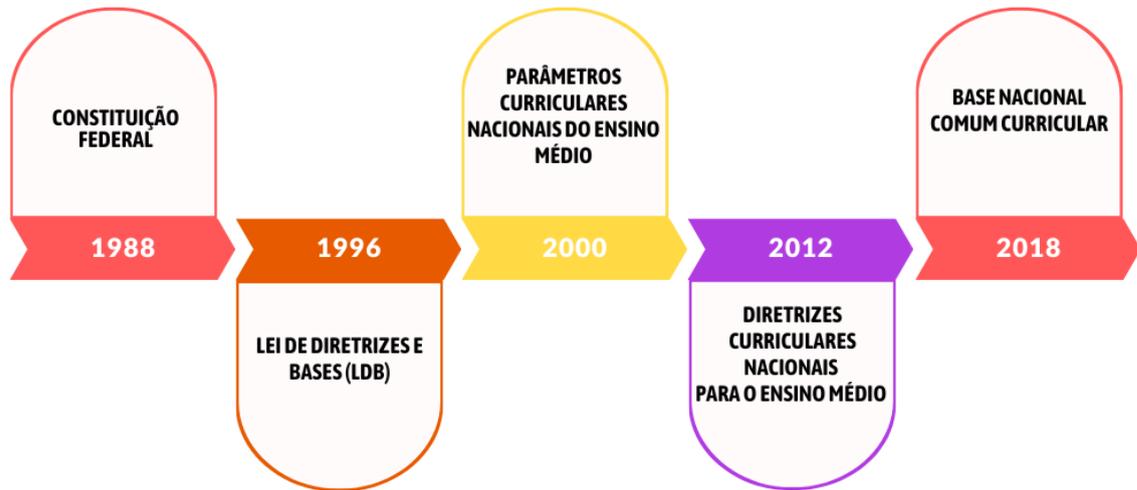
Consideradas as demandas imanas pelo regramento constitucional, o início da década de 1990 presencia a articulação social e política para aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Após lutas travadas na arena do Congresso Nacional, promulgou-se, em 1996, o texto final dessa lei, que organiza o sistema educacional brasileiro, delimitando deveres do Estado e políticas públicas educacionais.

Dessa forma, esforços históricos propiciaram a regulamentação de conquistas almejadas, por meio da discussão e do lançamento de documentos oficiais, catalisadores dos percursos trilhados, na educação, há quase quatro décadas. No intuito de apresentar as relações históricas existentes entre as demandas oriundas, especialmente, da promulgação da Constituição Federal e a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, propõe-se a Figura 1 - uma linha do tempo – que ilustra a

⁶ As possibilidades de abrangência desta seção são enormes. Os relatos sobre períodos históricos (plural) , historiografia, historicidades poderiam abranger diversos aspectos e não seriam tão relevantes para compreender o foco pretendido. Como defende Diniz (2012, p. 73-74), não há necessidade de explicações históricas muito amplas se o recorte temporal necessário para o estudo do fenômeno não as atinge, por isso preferiu-se esse direcionamento. Além disso, reconheça-se que a História aparece nesta pesquisa como uma busca pela compreensão do campo ou das práticas discursivas, sem pretender deliberações definitivas sobre o tema.

sequência cronológica e, certamente, causal entre os eventos que ancoraram a sua proposição.

Figura 1 - Linha do tempo de documentos oficiais relacionados ao currículo de História



Fonte: Oliveira, 2024

A fim de explorar os eventos associados aos documentos apontados, na linha do tempo, destaque-se, inicialmente, que os avanços derivados da regulamentação prevista na Constituição de 1988 estabeleceram orientações para formulações de currículos. Observa-se, no caso em tela, que não havia a pretensão de formar nenhum “historiador”, linguista ou matemático, entretanto estabelecia o desejo de propiciar condições de desenvolvimento de autonomia e emancipação, contrapondo-se a uma formação tradicional em que o aluno de Ensino Médio, basicamente, ocupar-se-ia em formar-se para a vida universitária e/ou profissionalizante. Sob outra ótica, salienta-se que as conquistas derivadas da regulamentação prevista na Constituição de 1988 estabeleceram orientações para formulações de currículos. Nessa onda, na década de 1990, consignou-se, conforme Bittencourt, que

a organização curricular de História para o Ensino Médio, pela análise das propostas anteriores à BNCC, tinha como preocupação aprofundar os conceitos introduzidos a partir das séries iniciais e ampliar a capacidade do educando para o domínio dos métodos de pesquisa histórica escolar, reforçando o trabalho pedagógico com propostas de leituras de bibliografia mais específica sobre os temas de estudos selecionados de acordo com o público escolar da escola regular, alunos de EJA ou de escolas técnicas/profissionais (Bittencourt, 2018, p. 100).

No intuito de viabilizar tal propósito, inúmeras mudanças foram encapsuladas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), por exemplo, segmentaram o conhecimento por grandes áreas, sendo a disciplina de História incluída em Ciências Humanas e suas Tecnologias, recomendando, entre outros objetivos, a compreensão de uma vivência social ao aluno “como uma construção humana, que se reconstrói constantemente ao longo de gerações, num processo contínuo e dotado de historicidade” (Brasil, 2000, p. 21). Some-se a esse panorama, a expectativa de viabilizar a construção de caminhos e de fornecer recursos para a compreensão de que identidades pessoais e coletivas e diferenças sejam formadas em interações sociais localizadas em tempos distintos, em meio à integração de passado, presente e futuro.

Embora sua discussão e implementação seja anterior à data apontada, nessa linha do tempo, interessa a ampliação que as Diretrizes Curriculares Nacionais⁷ alcançou, sobretudo, no período entre 2003 e 2010, uma vez que deu continuidade às políticas educacionais já em vigor. Contudo inclusão e diversidade, ampliação de modalidades de ensino passam a vigorar como estratégias para conquistar a equidade de aprendizagem.

Além disso, “a manutenção de princípios norteadores, a mobilização de competências, a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade no estímulo da pedagogia de projetos” continuam demarcando dinâmicas das práticas pedagógicas como menciona Dezemone (2019, p. 95). Dessa forma, tal documento juntamente com os PCNEM norteiam como, o que e por que “ensinar” nas escolas, alcançando impactos consideráveis por meio da implementação de outras duas políticas públicas o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ainda, a respeito de documentos oficiais que direcionam as práticas escolares do ensino de História, merecem relevo as postulações presentes na Base Nacional

⁷ É relevante salientar que a primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais, no final da década de 1990, alcançou, por meio de documentos específicos, toda a Educação Básica e a Educação Superior ao direcionar a formação de professores nos cursos de licenciatura. Sua revisão posterior, tratada no corpo do texto, reformulou-a, denominando-a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.

Comum Curricular (BNCC)⁸ e no Currículo em Movimento. A primeira, regulação em nível federativo, é promovida a um compêndio que encerra dez competências gerais presumidas como as mais desejáveis para este século, é vista como a essência de todos os componentes curriculares ao longo da Educação Básica, pois reúne objetivos de implementação de políticas públicas educacionais como a persecução da qualidade de ensino. Nesse contexto, ilustra-se no Quadro 1 a seleção de competências e habilidades geralmente atendidas em livros didáticos de História de 3º ano, volumes que encerram o estudo temático do recorte temporal estudado.

Quadro 1 - Competências e habilidades de Ciências Humanas na BNCC relacionadas ao tema abordado na tese

Competências	Habilidades
Competência específica 2 Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.	(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
Competência específica 6 Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

Fonte: BNCC (Brasil, 2018, p. 570)

⁸ Consciente de que as reflexões sobre esse tema não se esgotam na brevidade dessas observações, lembre-se que a Base Nacional Comum Curricular é fruto dos avanços conquistados na Constituição Federal de 1988. Decorrente desse fato histórico, produziu-se uma cadeia de documentos normativos a fim de efetivar a aplicação de políticas educacionais ensejadas. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei nº 9396 de 1996, em seu artigo 35-A, por exemplo, previa a implementação de documento norteador referente a conhecimentos e competências desejadas ao longo da formação dos alunos em seu trajeto na Educação Básica, indicando a criação de um base nacional comum. Nesse sentido, a BNCC constitui o reconhecimento estatal das políticas públicas de educação, contudo sua construção é acompanhada de grandes divergências de setores que atuam na educação, desde entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) até entidades privadas como a Fundação Lemann e a Associação Nova Escola, entre outras. Nesse cenário, o período (2016-2018) de discussões para geração dos documentos normativos revela forte atuação de instituições privadas e movimentos sociais, descaracterizando a atuação de professores e organizações profissionais docentes, fato que gerou resistência aos moldes do projeto. Para outras informações acerca das contendas relacionadas ao espaço democrático inserido nas questões curriculares, conferir Macedo (2014, 2017), Ferreti; Silva (2017), Peroni; Caetano; (2017), Miranda; Almeida (2020).

Como se observa, as competências e habilidades estendem-se à área de conhecimento de ciências humanas e sociais aplicadas, de modo que, no contexto de ensino de História, destacam-se as competências específicas 2 e 6 como componentes, respectivamente, de duas temáticas estudadas no recorte metodológico proposto. Inicialmente, apresentam-se os eventos históricos que sucederam o período do governo militar, em um panorama histórico sobre os governos eleitos democraticamente e, atendendo à orientação de formação cidadã, também se abordam temas representantes de disparidades sociais, em nosso país, como a situação dos povos originários, as questões de desigualdade social, racial e/ou de gênero.

Obviamente, a proposição de concepções tão amplas permite maior protagonismo dos atores envolvidos no processo educacional. É previsível a autonomia docente como mecanismo de ação no desenvolvimento das práticas pedagógicas, contudo a existência de horizonte tão abrangente também permite seleções enviesadas que podem não findar na almejada formação cidadã, por isso a formação em serviço continua tão relevante no contexto educacional.

2.2 Conhecimento no contexto escolar

Antes de salientar o enquadre do conhecimento histórico no contexto escolar, expõe-se um escopo que, em uma perspectiva crítica, contribui para compreensão do conhecimento humano nos arranjos sociais nas esferas pública e privada, embora não seja o foco desta pesquisa.

Em breve apresentação, resalto que essa configuração se encaixa na Teoria dos Códigos de Legitimação. Tal abordagem deriva de estudos sociológicos propostos por Bourdieu e por Basil Bernstein. Do primeiro absorvem-se as noções de campo, *habitus*, capital e práticas (Maton, 2018); do último, os conceitos propostos na teoria reconhecida como Realismo Social, que comporta o conhecimento como um fenômeno social, em outras palavras, é um elemento que figura no contexto. Apresenta-se, ainda, como uma concepção que reconhece a produção de conhecimento, em nossas práticas sociais, além de assumir que pode ser um elemento acumulado ao longo da história. Contudo não se pode olvidar que seu surgimento se tornou profícuo em virtude do diálogo inicial entre Halliday e Bernstein e continuado por outras gerações de pesquisadores, como destaca Martin:

Graças a Bernstein e Halliday, nosso legado compreende uma sociologia com um lugar para a linguagem e uma linguística com compromisso com o social. Essa nunca seria uma teoria, uma estrutura de conhecimento [...]. Mas o compromisso político compartilhado, especialmente com foco na educação, manteve o diálogo através de uma segunda geração de pesquisa (Martin, 2007, p. 61).

Essa visão, portanto, enseja um fator relevante provocado por essa abordagem, o qual se ancora na percepção de o conhecimento humano constituir recurso de investimento em progresso e justiça social, tornando-se concepções totalmente adequadas ao contexto educacional, uma vez que o conhecimento é uma forma de acesso ao poder.

Maton (2007, 2010) adverte, por sua vez, acerca da necessidade de distinção, no sistema educacional, entre conhecedores e não conhecedores. Para o autor, o único fator capaz de constituir essa diferença associa-se à natureza do próprio conhecimento, ou melhor, ao tipo que essas pessoas dominam. Além disso, as práticas que o envolvem explicitam posicionamentos e expressão de mecanismos de legitimação. Acerca dessa ideia, Maton (2000) informa:

Quando os atores fazem reivindicações em nome de seu campo (ou posição específica dentro dele), eles também estão propondo um governante para a participação dentro do campo e proclamando critérios pelos quais a realização dentro desse campo deve ser medida (Bernstein, 1990). Em vez de ser apenas uma retórica de marketing, as linguagens de legitimação representam, assim, a base de reivindicações concorrentes de status limitado e recursos materiais no ensino superior; são posições estratégicas destinadas a maximizar as posições dos atores dentro de um campo estrutural de lutas (Bourdieu, 1988). Ao mesmo tempo, o conhecimento que compreende essas reivindicações pode ser legítimo. Ou seja, o conhecimento educacional não é apenas uma reação de relações de poder, mas compreende reivindicações mais ou menos epistemologicamente poderosas para a verdade. O poder e o conhecimento social estão entrelaçados, mas irreduzíveis entre eles; o conhecimento compreende as formas sociológicas e epistemológicas do poder. Assim, ao conceber o conhecimento educacional como legitimação, uma consciência da natureza estruturada e das posições estratégicas dentro de um campo pode ser reunida com ênfase na natureza estruturante e não arbitrária de reivindicações de conhecimento potencialmente legítimas, ou seja, abraçar "relações para" e "relações dentro" de análises de conhecimentos, conhecedores e conhecidos (Maton, 2000, p. 149).

Essa reflexão é muito profícua para o campo educacional, uma vez que desmonta o discurso hegemônico de que o acesso à educação possibilita condições de igualdade em relação ao acesso ao conhecimento, valorizado social e culturalmente, e à distribuição de poder ofertado pela escolarização. Na verdade, o registro destacado pelo autor aponta o desequilíbrio entre as relações de poder

estabelecidas acerca do conhecimento, evidenciando uma hierarquia no campo, de modo que as posições dos atores são determinadas pelas reivindicações de cada participante. Desse modo, é compreensível que o conhecimento e as práticas inerentes possam vincular-se a uma agência ou a determinados atores específicos, visto que podem ser atribuídas responsabilização e orientação, demandando a compreensão de que lutas por poder não se restringem apenas ao campo social, mas acontecem, sobretudo, no campo epistêmico - espaço privilegiado dos processos de escolarização.

Nesse campo, o conhecimento é ordenado, naturalmente, por dimensões que acabam por instaurar princípios para produção, manutenção, reprodução e eventual mudança de paradigmas no âmbito das práticas sociais. É possível, por exemplo, que os indivíduos ligados a esse contexto instituem elementos, códigos que favoreçam o seu domínio, de acordo com suas próprias práticas, demonstrando a luta por poder permanente até mesmo na área do conhecimento. Essa situação pode ser vista, por exemplo, na seleção de que vozes podem ser notadas, nos relatos históricos, por meio da identificação de atores protagonistas nos eventos relatados, naturalizando, por exemplo, uma versão dos atores do núcleo de poder.

A luta evidenciada entre campos do conhecimento, por sua vez, atualiza a repercussão de um discurso acerca da relevância dos saberes selecionados pelas ciências, de modo que, no meio acadêmico, destacou-se a valorização das ciências chamadas *hard* e as humanidades. Essa realidade é explicada, na Teoria dos Códigos de Legitimação, por meio de um fundamento conhecido como hierarquia entre as estruturas do conhecimento. Bernstein (1999, p. 156-174) informa que tais estruturas se estabelecem em termos do discurso vertical e horizontal representado no quadro 2.

Quadro 2 - Regras distributivas de circulação dos discursos

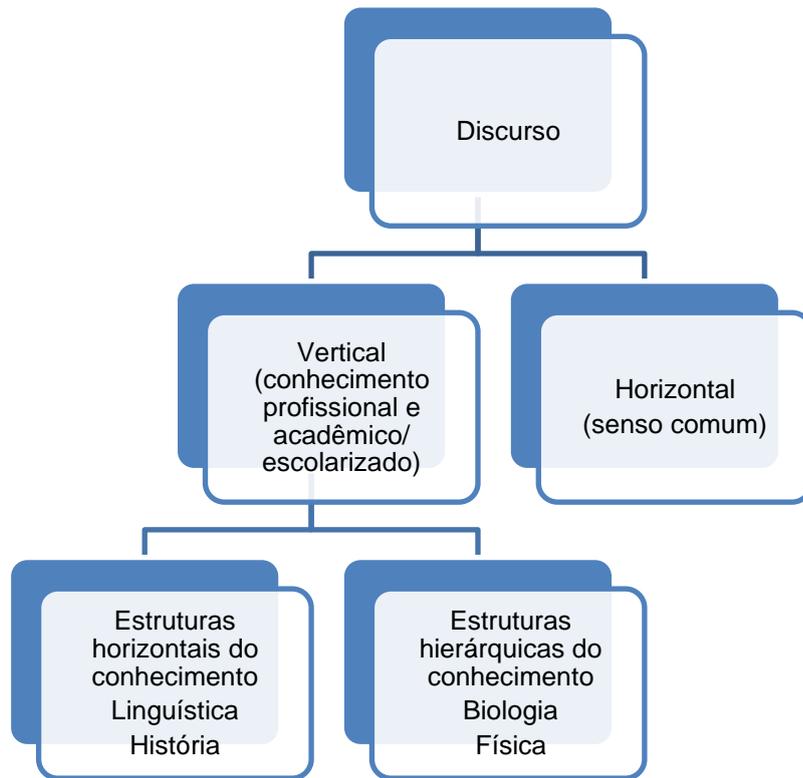
Regras de distribuição	Discurso vertical	Discurso horizontal
Prática	Oficial/Institucional	Senso Comum
Princípio Distributivo	Recontextualização	Segmentação
Relação Social	Individual	Comunalizada
Aquisição	Performance em Níveis	Competência
Linguagem	Gramática Forte	Gramática Fraca

Fonte: adaptado de Bernstein (1998)

Como se observa, o discurso vertical se associa, segundo Bernstein (1999, p. 156-174), à integração dos níveis de significado, ao conhecimento profissional e escolarizado, de modo coerente, explicativo, sistematicamente estruturado, hierarquizado, cuja linguagem é especializada, mantendo critérios próprios para produção e circulação de textos, explicitação de regras de distribuição de acesso, transmissão e avaliação, como acontece nas ciências sociais e humanas. Por sua vez, o discurso horizontal cerca-se de estratégias que são baseadas em dependência de contexto, denominadas locais, organização segmentada do conhecimento, relação com temas da vida cotidiana, evidenciando-se na relação pessoas e contextos, isto é, o discurso usado no cotidiano.

Desse modo, como esclarece Maton (2006), a concepção desses dois tipos de discurso estabelece uma relação complementar e oposta. Em continuidade, o discurso vertical é regulado por estruturas de conhecimento horizontal e hierárquica. Essa última ancora-se na concepção orgânica sobre o conhecimento, sendo ele reunido sob a égide de princípios essenciais alocados em uma integração do conhecimento nos níveis menos complexos e em expansão relacionada a uma gama de fenômenos. Ao passo que a primeira se baseia em modos especializados, respeitando questionamentos, critérios e princípios peculiares às humanidades, às ciências sociais, de modo que há predominância de uma representação segmentada do conhecimento e uma linguagem limitada ao alcance de cada subárea constituinte. A respeito dessa disposição, a Figura 2 ilustra essa relação entre tipos de discurso e estrutura do conhecimento.

Figura 2 - Relação entre tipos de discurso e estrutura do conhecimento



Fonte: Oliveira (2024) com base em Maton (2006), Martin (2007)

Acerca da figura acima, merece destaque, no contexto escolar, compreender que a estrutura do conhecimento horizontal, na cultura humanística, utiliza-se de formas distintas, realizadas pela linguagem para expressar e explicar fenômenos e constitui a aceitação da natureza epistemológica e axiológica dos saberes, possibilitando, de acordo com as crenças e valores dos posicionamentos explicitados pelos pesquisadores, uma análise transdisciplinar a fim de entender o contexto social. Embora, nos termos de Bernstein, ciências sociais e humanidades estejam configuradas como discurso vertical, em relação à estrutura do conhecimento, organizam-se conforme estrutura do conhecimento horizontal, evidenciando o uso de uma linguagem designada gramática fraca, pois há discursos paralelos emitidos por diversos autores e um frágil poder de conceitualização.

2.3 Consciência histórica e o ensino de História

Convém destacar, juntamente com Achugar, Fernández e Morales (2011), que o discurso histórico, neste trabalho, assenta-se na compreensão de que a transmissão de conhecimento acerca do passado transcende o espaço familiar e a cultura popular,

estabelecendo-se em espaços institucionais como a escola. A par dessas considerações, deve-se enfatizar que o ensino de conteúdos de determinadas áreas do conhecimento passou por duas etapas. Até meados de 1960, presumia-se que o conhecimento produzido na academia, por meio de pesquisas, atravessaria os muros das escolas, por um processo de didatização, alcançando a educação formal.

Essa concepção delega à escola um papel passivo ao concebê-la como um espaço de recepção e reprodução do conteúdo, pois ignora o potencial agentivo dos atores envolvidos, como o do professor a quem cabe mediar esse processo em virtude de ser o elo entre o conhecimento acadêmico e ensino escolar. Note-se que, segundo Silva (2019, p. 50), essas “proposições evidenciam a instauração de hierarquias entre os espaços da escola e da universidade e entre os profissionais da área, professores de ensino superior e professores da educação básica”. No entanto, de acordo com Cerri, a instauração da mudança se inicia no reconhecimento de que

os problemas e as potencialidades do ensino-aprendizagem de história não estão restritos à relação professor-aluno na classe, mas envolvem o meio em que o aluno e o professor vivem, na igreja ou outras instituições de massa aos quais têm acesso. [...] a história que o aluno usa é diferente daquela que o professor ensina, que, por sua vez, é diferente do que funcionários do Ministério da educação e acadêmicos formadores de professores apregoam (Cerri, 2011, p. 54)

Em outra perspectiva, Rüsen (2006) propõe que a didática da História, em uma abordagem epistêmica, investigue o aprendizado histórico, pois sua realização é uma das formas de reconhecimento de que a consciência histórica pode constituir as relações entre passado e presente, destacando a experiência despertada como um recurso para compreensão deste último e, também, como instrumento para previsão do futuro.

Nesse sentido, opção por apoiar a visão dos estudos de História, no campo da consciência histórica, enseja a compreensão de que não se trata de sua reprodução automática, entretanto direciona-se a um ponto mais significativo dos estudos conduzidos pelo historiador alemão, em vista de referendar um princípio caro a pesquisadores preocupados com questões sociais de que a constituição de sentidos históricos não é mera reprodução de modelos, é um fenômeno mais complexo que aciona recursos, mecanismos e paixões conectados à atribuição de sentido ao tempo e à construção/representação de identidades.

Convém salientar que a consciência histórica funciona como uma categoria para os estudos relativos à didática histórica, sendo hoje uma expressão que denomina a consciência que as pessoas constroem ao refletir sobre sua vida e sua existência em um eixo temporal, denotando aspectos próprios a identidades e à coletividade situados no tempo (Martins, 2019).

Rüsen (1992; 2001) destaca que a consciência histórica não se faz de modo uniforme, uma vez que demanda distintas formas de geração de sentido histórico, uma operação mental que possibilita a manifestação da consciência histórica. Nesse sentido, é previsível que elementos de memórias do passado e projeções do futuro sejam constituídos de formas diferentes, distribuídas em quatro modos - *tradicional, exemplar, crítico e genético* – representados na Figura 3.

Figura 3 - Modos de produção do sentido histórico



Fonte: Cerri (2011, p. 103)

Embora esses modos de produção do sentido histórico não sejam sequenciais fortemente delimitados, nem superiores um ao outro, a sua configuração denota possibilidades de visões de mundo. Para melhor compreendê-los, destaca-se que a compreensão de suas fronteiras se conecta a três variáveis: percepção sobre elementos ou eventos históricos – apresentada na primeira coluna, articulação com o tempo – disposta na última coluna - e constituição identitária – apresentada na coluna intermediária. O tradicional privilegia a recordação das origens como fator estruturante da vida, denotando alta relevância para o cultivo de valores coletivos e comunitários. também concebe a historicidade como imutável e eterna e as identidades repetem padrões, imitações e emulações. O modo exemplar, por sua vez, em redundância flagrante, apoia-se na eleição de um conjunto de exemplos para refletir o conhecimento histórico situado em uma articulação temporal entre passado, presente e futuro, construindo identidades com base na regulação da vida por meio de regras abstratas. O terceiro modo, conhecido por crítico, empenha-se em entender o sentido histórico sob novas e diferentes perspectivas, reconhecendo que a noção de tempo

não é linear, mas permeada por rupturas e contradições, de modo que, não poderia ser diferente, as identidades já não seguem padrões, mas os negam. O último modo, denominado genético, reconhece que há uma diversidade de pontos de vista sob o conhecimento histórico, embora permaneçam integrados, a temporalidade conectada aos eventos históricos é vista dinamicamente e as identidades são fluidas, ou seja, estão em permanente processo de mudança.

A consciência histórica, portanto, pode ser entendida como uma forma de compreender a historicidade, dando significância à experiência temporal. Deve, logo, ser objeto do processo educativo com agentes múltiplos, todos envolvidos em um ponto de partida, mas sem o mesmo horizonte para o ponto de chegada, pois aprender a ler e a interpretar o mundo, com base em sua própria consciência, enseja a manifestação de diferentes opiniões no contexto pedagógico. É verdade que essa concepção propiciou nova perspectiva para o ensino de História, ultrapassando a transmissão de narrativas lineares sobre o passado e garantindo recursos para criação de representações particulares de eventos pretéritos, por meio de recursos para interpretação e análise dos processos históricos aparentemente contraditórios. Silva ressalta que

conhecimento histórico seja capaz de possibilitar aos estudantes lidar com versões contraditórias, com conflitos, que consigam contextualizá-los, conscientes da distância que o separa do presente, de suas crenças, de suas perspectivas do lugar que ocupam no mundo. Afinal estranhar as temporalidades passadas e também as do presente fornece as condições para que possamos nos conhecer, conhecer o outro e o “nós” (Lee, 2012). Exercício irrenunciável para a construção de alternativas para o futuro que sejam democráticas, de respeito às pluralidades e, quiçá, com mais condições de igualdade (Silva, 2019, p. 54).

Gabriel (2005) também sinaliza que os campos da educação e da História não podem se omitir do debate coletivo sobre construção/representação de identidade, atualmente deslocada para dimensões de incompletude, fluidez, fragmentação, pois se furtariam de uma de suas grandes funções sociais. De acordo com essa concepção, há nova denotação para o ensino, a qual extrapola as responsabilidades restritas ao campo cognitivo ou educacional, ocupando espaços nas esferas social e política. Frazão e Ralejo (2014), sob o mesmo tema, reiteram a natureza favorecida do campo da História para inserção no âmbito de identidades e diferenças, pois a seleção de respostas às perguntas “o que ensinar”, “o que devem os alunos se tornar”,

indica possibilidade de valorização de identidades e exclusão de grupos, hierarquizando-as de modo a afetar também as diferenças.

Cerri (2011), por sua vez, acrescenta que é atribuição da escola nortear o sentido do tempo na sociedade, contudo ela não está sozinha nessa função, pois o indivíduo não aguarda a educação formal para tomar decisões, agir ou interpretar a realidade, pois, desde cedo, em outras instituições, a consciência histórica é acionada. Acrescentando um fator de interesse reflexivo, em uma visão crítica, aponta que é papel da escola evitar a formação de identidades não razoáveis quando se pensa na coletividade, mas se o alvo for o indivíduo, a meta é ampliar os horizontes por meio de pensamentos menos simplistas, de modo que o indivíduo não seja vítima de manipulações que o assentem em uma posição subalterna ou subjugada. O autor ressalta, ainda, que a História compartilha, no ambiente escolar, de sua função socializadora, deslocando o sujeito de atitudes centradas no individualismo para a vida pública.

Nesse mesmo sentido, é certo que a História escolar, constituída como uma disciplina, pode contribuir para a constituição da conscientização histórica, elo reconhecido entre a moral, a ação, a personalidade e os valores de um indivíduo.

2.4 O livro didático de História

2.4.1 O livro didático no Brasil

O livro didático, ao longo da história escolar brasileira, já provocou a externalização de julgamentos díspares, indo da repulsa ao reconhecimento, passando pela tolerância e a aceitação. Atualmente, contudo, delimita a atuação de políticas públicas em educação agregada à cultura escolar do país. Nesse sentido, a reflexão nesta seção focaliza a centralidade que o livro didático ocupa no sistema educacional brasileiro, embora se reconheça que ela se dá no âmbito da escola, majoritariamente, na modalidade presencial⁹. Freitas (2019, p. 147), reconhece-se que a internet atualmente possa figurar como grande catalisadora de representações

⁹ A modalização dessa declaração se dá em virtude do momento histórico atravessado por nossa geração. O ano de 2020 imprimiu novas nuances à educação com o evento da pandemia causada pela COVID-19. a imposição de um outro modelo para dar continuidade ao ano letivo convocou governos a buscar o uso de tecnologias, por meio do acesso à internet, como viabilidade, fato que invocou outros meios para apreensão da aprendizagem. Contudo, a grande desigualdade social, em nosso país, expôs a exclusão que camadas sociais mais desprivilegiadas vivenciam, pois, segundo pesquisa TIC 2019, cerca de 39% dos estudantes não têm acesso à internet, obrigando as escolas a oferecerem materiais impressos como estratégia *off-line* para continuação de atividades, sendo o livro didático um deles.

acerca do passado local, nacional e global, diminuindo em alguns espaços a sobrevalorização de materiais didáticos. Certamente, em mais de um momento, a essencialidade dessa afirmação reverbera em outros contextos, constituindo uma aplicação geral ou situada na área de História. É relevante destacar que essa assertiva inaugura a abordagem pretendida para compreensão deste “objeto” conhecido como livro didático. Alguns autores como Bittencourt (2018), Chopin (2004), Munakata (2012) buscaram explorar sua definição, destacando que a complexidade envolta impede uma proposição unívoca, para a qual Freitas enuncia seu epítome:

“Livro didático”, portanto, será o que decidirmos que ele for, dentro do que estabelecermos como parâmetro de uso – aquilo que ele faz ou deixa de fazer, a qualidade que porta, a finalidade que cumpre, a matéria no qual é vazado, o conteúdo que veicula, a situação que o causa e a consequência que dele provém, o lugar que ocupa no mercado, no Estado, nas instituições religiosas, militares, partidárias, nos movimentos sociais, na universidade e na escola básica (Freitas, 2019, p. 145).

Considerando seu amplo alcance, no contexto educacional, é recorrente a ideia de que materiais didáticos possam atuar como recursos de mediação no acesso à informação e aos processos de ensino-aprendizagem. Embora haja essa premissa fundamental relacionada ao seu uso, não se pode negligenciar a possibilidade de converter-se em instrumento de controle do ensino por parte de diversos agentes, como Oteíza, nesse sentido, adverte:

Os textos têm o poder de impor significados culturais e estruturar a percepção da realidade pelos alunos. Por extensão, as escolas e seus manuais oficiais têm uma influência significativa no consenso cultural por meio da comunicação de modelos-chave, transmitindo juízos de valor implícitos que articulam, tanto quanto apoiam significados sociais, políticos e culturais muito específicos (Oteíza, 2009, p. 152).

Nesse mesmo sentido, Monteiro (2009) destaca que os livros didáticos refletem as interpretações de seus autores sobre orientações oficiais como as concepções de ensino, o currículo escolar e os discursos oficiais, ao mesmo tempo em que somam os interesses docentes, tornando-os produtos prontos para consumo. Esse percurso de hibridização discursiva se torna tão imperceptível que, às vezes, o professor passa a naturalizá-lo e reproduzi-lo sem perceberem ainda, afirma a autora.

Convidado para essa reflexão, Apple (*apud* Bittencourt, 2018, p. 244), no artigo “Controlando a forma do Currículo”, aventa a existência de fatores externos interligados a essa situação, tais como as condições de trabalhos de professores/as e a sua formação ineficiente. A constituição desse cenário necessita de soluções que

perpassam a implementação de políticas públicas de formação acadêmica dos docentes e a oferta de condições de trabalhos adequadas. Contudo, ainda, surge nessa fenda social a oportunidade de a escola tornar-se um espaço de mercantilização, passando o livro didático a constituir um material de referência para os atores envolvidos nesse processo, ou seja, a seleção de materiais didáticos passa a constituir um fator relevante, uma vez que envolve toda a prática docente e o efetivo uso pelo aluno. Dessa forma, esse ciclo compõe uma relevante etapa para compreensão relativa às práticas de distribuição e consumo desses textos na indústria cultural, cujos interesses se expressam pela existência de materiais moldados a um mercado lucrativo.

Por outro lado, não se deve esquecer de que, embora haja menor desaprovação atualmente sobre materiais didáticos, em especial sobre o livro didático, houve tempos em que o último, por exemplo, era considerado banal e pouco importante em virtude de não vislumbrar toda a cadeia de atores envolvidos - autores, editores, divulgadores, agentes públicos e, obviamente, alunos e professores, além de entidades como igrejas e organizações não governamentais - nas relações de produção, distribuição e consumo desses textos.

Contudo, nos últimos anos, a própria execução do PNLD tornou-se um instrumento de transparência dos papéis ocupados por esses atores, pois os desvelou ao apontar interesses e recursos operacionais demandados por cada um deles. Notadamente, essa situação importa diversos reflexos na atuação do professor em sala de aula ao tornar possível o reconhecimento do caminho editorial percorrido. A existência dessa condição promove, por sua vez, o surgimento de interesses diversos de pesquisas nas áreas do conhecimento. Choppin (2004) aponta, de acordo com uma visão apropriada ao conhecimento histórico, um possível interesse recente de pesquisas:

Esse dinamismo da pesquisa resulta da convergência de uma série de fatores conjunturais que limitaremos a enumerar os principais: o crescente interesse manifestado pelos que se interessam pela história ou por historiadores profissionais em relação às questões da educação, área cuja demanda social se torna cada vez maior; o interesse de inúmeras populações em criar ou recuperar uma identidade cultural, devido a acontecimentos recentes como a descolonização, o desmantelamento do bloco comunista ou, ainda, ao recrudescimento de aspirações regionalistas e ao desenvolvimento de reivindicações provenientes de grupos minoritários; os avanços ocorridos na história do livro desde o início dos anos 1980, com a publicação ou produção de grandes obras de síntese sobre a história da edição contemporânea na França, Inglaterra, Espanha, Austrália, Canadá, na Suíça francófônica e em vários outros países; o considerável progresso nas técnicas de

armazenamento, tratamento e difusão de informações, técnicas que se mostram as únicas capazes de trazer soluções adequadas à gestão e à valorização de um volume de documentos tão considerável quanto o das produções escolares; a constituição de equipes ou centros de pesquisa e de redes científicas internacionais que se dedicam às questões específicas do livro e das edições didáticas; as incertezas em relação ao futuro do livro impresso e, particularmente, em relação ao papel que os livros didáticos (*textbooks*) desempenharão diante das novas tecnologias educativas (*teaching media*) (Choppin, 2004, p. 552).

Apenas para situar as opções de vieses de materialização desses interesses, de volta ao tema, Bittencourt (2018, p. 243) distingue a existência de dois tipos de materiais didáticos, os quais podem ensejar práticas de produção, distribuição e consumo bem diversas. O primeiro, intitulado suporte informativo, conforme toda produção discursiva que tenha como objetivo partilhar informações e/ou conhecimentos próprios das disciplinas do contexto escolar, inclui a publicação de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, atlas, apostilas, cadernos, vídeos, CDs, DVDs e materiais de computador; o segundo, por sua vez, constitui os documentos, que seriam toda produção discursiva – filmes de ficção ou documentários, textos literários, músicas, textos jornalísticos, leis, fotografias, pinturas e outros - utilizada para um fim específico e depois adequada, no ambiente escolar, às pretensões didáticas a fim de fornecer uma fonte de saber que pode ser operacionalizada pelo professor.

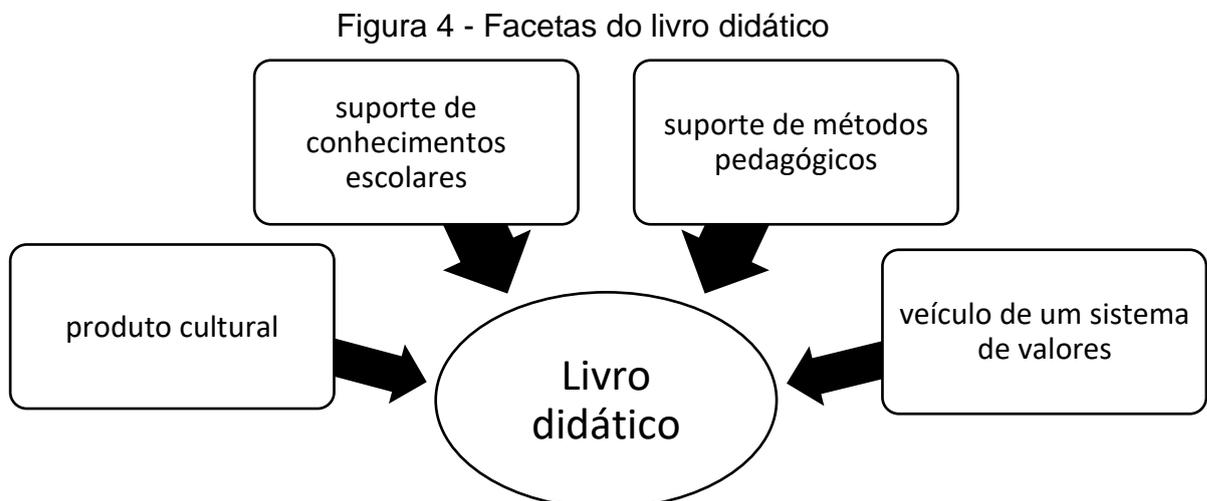
A distinção apontada anteriormente repercute um elemento essencial para análise de materiais didáticos, especialmente, por professores, a saber: o ponto de partida para seleção de material fixa-se como um ato político, pois representa o engajamento do professor diante da formação pretendida para o aluno. Embora pareça simples e definitiva essa concepção, existem efeitos diferentes, pois, em função dos atores envolvidos, seus pontos de partida são distintos, como salienta Rocha:

Cada um de nós possui um ponto de vista diferenciado sobre o livro didático, de acordo com nossa proximidade pessoal, geracional e ocupacional – entre outras variáveis. Se somos alunos da escola, ou ex-alunos de muito tempo atrás; pais ou jornalistas; professores do Ensino Básico ou especialistas da universidade; gestores de políticas públicas ou donos de editoras que irão submeter obras do PNLD. Cada um desses lugares sociais, junto com as demandas que nos colocam, vai nos aproximar ou fazer repelir afetiva, política ou intelectualmente determinada obra didática ou o tratamento que confere a um tema, em seus temas, imagens e textos (Rocha, 2017, p. 12).

Retirando-se dessa inflexão ao somar mais uma conformação ao tema, cabe destacar que a aspiração política de escolhas deliberadas pelos docentes pode realizar-se de diversas formas, mas a relação com os métodos de ensino e o impacto na formação discente devem ser relativizados, pois as práticas pedagógicas, em cada sala de aula, podem resultar em uma multiplicidade de cenários.

Bittencourt (2018, p. 245), advertidamente, aponta que o uso de materiais associados a atividades de cunho individual fortalece o surgimento de técnicos bem formados pouco preocupados com a coletividade, ao passo que outros instrumentos, cuja dinâmica de uso distinguem atividades em grupo, de conciliação, debate e argumentação, podem contribuir para formação de cidadãos mais atentos a condições de pertencimento a grupos, pois valorizam o trabalho em equipe. Pondera-se, ancorado nesse apontamento, portanto, a explicitação de um ciclo em que devem ser estreitados os elementos que norteiam a produção do livro didático e o potencial uso no contexto escolar, uma vez que essa combinação reflete, em última instância, a constituição e efetivação de política educacionais na Educação Básica.

Embora comum e facilmente identificável, nas práticas pedagógicas escolares, sintetizando, o livro didático não constitui um elemento de fácil definição em virtude de suas diversas facetas, que são diagramadas na figura abaixo:



Fonte: Oliveira (2024) com base em Bittencourt (2018, p. 247).

Nota-se, com base nessa figura, que o livro didático atua como diversos recursos, selecionados conforme o propósito viável em alguma das práticas pedagógicas, como elenca a pesquisadora. A apresentação, no sentido relógio, destaca o livro como produto cultural, forjado por técnicos especializados em formatos,

design e outros aspectos materiais, o que significa reconhecer seu valor mercantil no mundo editorial, dispondo-o às regras da indústria cultural. Por outro lado, o livro transforma-se em suporte de conhecimentos escolares apontados pelo currículo, em especial, neste momento, pela BNCC, modelo de implementação e regulamentação de políticas públicas estatais e materialização de seu poder.

Além disso, também se percebe sua natureza para mediação de saberes escolares. Por último, também se reconhece o enquadre como suporte de métodos pedagógicos, demonstrando sua importância ao constituir uma relação entre métodos de ensino e conteúdos por meio da proposição de exercícios, atividades, avaliações projetos e, por fim, ao lado dessas dimensões pedagógicas, o livro didático comporta sistemas de valores veiculando ideologias, crenças de determinada sociedade em seu tempo.

Verifica-se, logo, sua natureza difusa ao operar concepções pedagógicas que, ao longo do tempo, são des/contruídas. Nessa direção, Freitas (2019) menciona a homogeneidade aparente e dominante nos livros didáticos de História a despeito da inexistência de um currículo nacional, ou seja, oferta-se como conhecimento único a mesma versão histórica dos fatos. Uma análise como uma constatação preocupante, uma vez que pode ocultar as grandes desigualdades sociais existentes, ignorando fatores da cultura local.

Por outro lado, não se pode negar que há outra avaliação dessa mesma situação, respeitar as diferenças identitárias pode permitir a efetivação e legitimação de estereótipos e preconceitos. Essa condição dialética, supõe uma aproximação dos conceitos propostos de poder e controle propostos por Basil Bernstein (1971, p. 47). Para esse sociólogo o “modo como a sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia os saberes destinados ao ensino reflete a distribuição de poder em seu interior, a maneira pela qual aí se encontra assegurado o controle social dos comportamentos individuais”.

Observa-se, contudo, que tal realidade está ligada a dois movimentos, que se associam a esse artefato: a regulação estatal por meio do PNLD e a mercantilização associada às práticas de produção, divulgação e consumo. Em relação à situação inicial, a partir de 1994, o PNLD é reconhecido por grande parte das atribuições que carrega atualmente, pois, nas últimas décadas, acumulou-se grande experiência na formulação de editais para lançamento de cada edição do programa, na qual se incorporaram continuamente diversas alterações no sentido de resguardar processos

de editoração, avaliação, aquisição e distribuição dos livros didáticos, além de postular critérios de avaliação ancorados em legislação pertinente ao Ensino Médio como prevê o item 2.1.1 do edital 4/2015 – CGPLI. Embora reconheça sua relativização, Caimi (2017), por sua vez, apresenta reflexão em relação à mercantilização, com base em estudos de Zúñiga (2007) e Souza (2011), sugerindo que o PNLD repercute, nas condições de produção do livro didático, os movimentos de alteração ou manutenção de propostas metodológicas que representam aceitação ou resistência de autores e editoras em relação às demandas oficiais constantes nos editais do programa citado, ou seja, esse suposto deslocamento indica uma recontextualização do discurso oficial na escrita didática à proporção que “considera o potencial de aproximação entre o conteúdo programático contido na obra e a proposta curricular supostamente praticada em sala de aula” (Caimi, 2017, p. 47).

Se, por um lado, o discurso oficial circunda as práticas discursivas envolvidas no livro didático, por outro, as últimas décadas representaram também um grande esforço governamental no sentido de fornecer políticas educativas que propiciassem a oferta de ensino mais criterioso. Em relação à disciplina de História, a discussão extrapola elementos meramente curriculares e atinge questões axiológicas e epistemológicas acedentes a narrativas históricas herdadas do período anterior à redemocratização.

Nesse sentido, houve a mobilização para reconhecer conquistas já evidentes e rastrear as demandas necessárias, constituintes de lutas permanentes, para ensejar mudanças nos modos de ensinar e aprender história. Desse modo, a ocupação acadêmica e de professores da Educação Básica sobre o material didático, em especial o livro didático, pretende conformar interpretações sobre a aprendizagem de conceitos e a influência de conhecimentos circulantes em outros ambientes sociais de modo a propiciar novos esquemas de significados (Bittencout, 2018, p. 161).

Some-se a essas questões, o caráter dicotômico das funções assumidas pelo livro didático, sobre o qual Mendoza, Piedrahita e Cortez (2009) asseguram seu delineamento na perspectiva de problematização. De acordo com suas perspectivas, em contraposição, ao destino redentor que ocupa, no espaço escolar, reunindo atribuições que dão suporte à cultura escolar e à sustentação do currículo, esses autores, também, apontam que o livro didático comporta imperfeições denominadas necessárias, inerentes e contingentes. Acerca das primeiras, asseguram a preservação da relevância do papel do professor, imputando-lhe a mediação

necessária de acesso ao saber, pois, dessa maneira, preserva a liberdade de condução do trabalho do professor e sua disposição como representante do conhecimento escolar. As imperfeições inerentes, em seu turno, correspondem à sua natureza, ou seja, as características do próprio tipo de material tais como a efemeridade das informações, pois sua alteração ou manutenção pode instituir-lhe obsolescência e ainda improvável expansão de conteúdos, porquanto não comportam inserção de abordagens sobre a realidade local, regional, diferenças culturais diante de sua desconexão com a realidade mais próxima do aluno e seu caráter generalizador. Acerca da última definição, por sua vez, encerram suas condições ligadas às práticas de produção, evidenciando sua estrutura material e editorial, ou seja, a configuração do produto para os processos de mercantilização.

2.4.2 LDH, abordagens históricas e organização do conteúdo

A organização e a seleção do conteúdo curricular, no ensino de História, geralmente, apoiam-se em perspectivas denominadas história temática, cronológica e integrada. Essa variação pontua os rumos educacionais que dominaram, nos últimos tempos, o desenvolvimento da própria ciência histórica, contudo o recorte não deve ser arbitrário, pois a organização dos conteúdos deve atentar-se à organização e à exposição clara de critérios e relevância.

A primeira abordagem citada, cuja experiência predominou no período das décadas de 1980 e 1990 e início deste século, enfatiza o enquadre do tema como o elemento fulcral para problematização da narrativa dos eventos históricos, destacando eixos temáticos como nível de abrangência e significação conjugados a aspectos pedagógicos ao contexto escolar (Bittencourt, 2019). De modo geral, a história temática dispôs-se como uma alternativa ao modelo de ensino em que a história era apresentada em uma perspectiva temporal linear. Ao mesmo tempo, agregou conhecimentos oriundos do construtivismo como a incorporação da experiência discente para seleção de temas e a técnica de temas geradores, advinda da proposta freiriana.

No Brasil, essa experiência mais global foi apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na década de 1990, por meio da organização de conteúdos por eixo temático, conforme sistematiza Rocha (2019), contudo sua efetivação careceu de alinhamento pragmático, pois a polissemia do termo eixo temático permitiu

que houvesse entendimentos particulares entre a articulação do conhecimento histórico com as práticas sociais dos estudantes, gerando conflitos.

Essa inovação, por fim, provocou críticas, tais como a discussão sobre inserção de temas julgados ou não legítimos para constituição do currículo, pois a decisão sobre conceitos e conteúdos selecionados é função de autores de livros didáticos, professores e gestores educacionais, que, certamente, representam apenas parte da sociedade; a proposição de problematização de temas presentes nos PCNs que se baseia em um aluno “ideal”, urbano, de classe média, destacando a realidade imediata apenas desse contexto e ignorando a multiplicidade de contextos de um país continental como o Brasil; a temeridade de que o ensino sobrevalorizasse alguns temas em detrimento de outro ou de que o relato de fatos da vida privada ou cotidiana ganhasse notoriedade no espaço escolar e, por fim, a possibilidade de anulação cronológica entre os eventos históricos, pois os alunos ignorariam a compreensão temporal presente.

A história cronológica, por sua vez, é predominante, apesar de haver um debate sobre a renovação do ensino de história contemplar reflexões sobre a limitação dessa abordagem, conforme atestam as coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático, ao longo do tempo, de acordo com Teixeira (2019). A disposição linear de conteúdos, que abrange desde a Pré-História até o momento contemporâneo que vivenciamos, atende à falsa visão de que o tempo comporta uma relação causal sucessiva e inequívoca entre os eventos, mas os acontecimentos não se ordenam em linha reta, a sua relação envolve sobreposição e imbricação.

Essa visão equivocada associada a uma linha temporal dos eventos históricos revela as dificuldades geradas por esse modelo de ensino. Observa-se que o propósito de exploração de temas julgados substantivos para compreensão da dimensão histórica da sociedade, nessa perspectiva cronológica, ignora a possibilidade de orientação “para a vida prática, quando prescinde do diálogo com a cultura e a experiência dos educandos, crianças, jovens e adultos, a maioria trabalhadores e filhos de trabalhadores, que precisam assumir posicionamento ante os grandes debates da atualidade” (Teixeira, 2019, p. 125).

A última abordagem, entendida como história integrada, prevê uma simultaneidade no tratamento dos eventos locais e globais, em outras palavras, explicita a conexão entre história do Brasil e história geral, pois apresenta uma análise mais fiel, como destaca (2019). É óbvio que isso é produto de toda revolução causada

por um mundo globalizado e tecnológico, impulsionando a historiografia a romper o paradigma anterior, de modo que seu reflexo pode ser observado nos livros didáticos quando se vê que não há mais volumes separados de história geral e do Brasil, na última década, impulsionado pelas edições do PNLD.

Como é natural, no contexto pedagógico, essa abordagem também mereceu críticas, destacando-se a sobrevalorização da visão eurocêntrica vigente nos compêndios, de modo que os eventos locais e nacionais eram rebaixados em uma escala de relevância, além de apresentar aleatoriamente a justaposição ou a sobreposição de eventos, em vez de explicitar a ligação entre eles.

Nota-se, assim, que essa conexão extrapola a desejável proposição de conexão entre o local e o global, orientando-se para um campo em que há enfrentamento de questões epistemológicas. Embora pareça irreparável os aspectos aventados acima, Guglielmo (2019) aponta que há relevância e utilidade social ao deslocar a narrativa histórica para o cone sul ou para uma perspectiva não-eurocêntrica e, sobretudo, aumentar a dimensão ocupada pela história do Brasil, apresentando a via dialética entre o impacto do Brasil no mundo e vice-versa.

2.5 Recapitulação e insights

Neste capítulo, direcionou-se o olhar para o livro didático como repositório material de recontextualização do discurso histórico no âmbito escolar e ponderaram-se as implicações acerca do conhecimento específico compartilhado nas práticas pedagógicas, considerando seu caráter de mediação de saberes, produto cultural, instrumento na regulação curricular estatal e veículo de crenças, valores e atitudes. De modo breve, também, expôs-se a relação inerente entre os conhecimentos acadêmico e escolar, conexão crucial no processo de seleção e articulação de conteúdos constantes em materiais didáticos. Por fim, apontou-se o aprofundamento de sua mercantilização – explorada na cadeia de produção, distribuição e consumo – por meio de políticas públicas como o PNLD.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A PESQUISA

Linguistics cannot be other than an ideologically committed form of social action (Halliday, 1985)

 revemente, apresento a abordagem teórica delineada para esta pesquisa. A fim de alcançar esse objetivo, dividiu-se este capítulo do seguinte modo: o funcionalismo da Linguística-Sistêmico Funcional (LSF), cujo panorama sobre linguagem como recurso sociosemiótico orienta as concepções analíticas e deriva outras expansões teóricas; as concepções de gênero textual conforme a centralização na Pedagogia de gêneros e a exploração crítica de temas sociais presentes nos textos com base em Estudos Críticos do Discurso (ECD).

Na seção 3.1, apresentam-se os conceitos de texto e linguagem advindos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Para isso, salienta-se a relevância da estrutura composicional, designada como constituência, e as dimensões da linguagem. Em seguida, consideram-se os conceitos de Gênero e Registro, ampliados por Martin (1992) e Martin e Rose (2007, 2008), que se associam aos conceitos de contexto de cultura e de situação. E, por último, ressalta-se a realização das Metafunções, que dão aporte para o contexto de situação ao reconhecer que determinadas estruturas gramaticais desempenham funções específicas nos textos.

Na seção 3.2, por sua vez, introduz-se um aspecto crucial para o desenvolvimento desta pesquisa, que é a concepção de gênero aqui adotada, uma vez que ela está imbricada às ações sociais ou às práticas sociais. Essa revisão teórica é necessária porque, em diversos contextos, abordagens teóricas como Inglês para Fins Específicos (ESP), Retórica Norte-americana ou Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) contribuíram de modo distinto para a sistematização de estudos ao reunirem ideias que reconhecem que gêneros refletem disposições sobre agir e conhecer o mundo. Contudo, por razões que serão exploradas ao longo desta pesquisa, destacar-se-ão a abordagem sociointeracionista da escola franco-suíça por estar presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a concepção de gêneros aliada à escola de Sydney, uma vez que constitui instrumento para análise nesta pesquisa e pode contribuir para práticas significativas de letramentos.

Na seção 3.3 a 3.7, destacam-se os estudos relativos ao uso dos recursos semióticos específicos da linguagem verbal, uma vez que possibilitam a compreensão

da reprodução dos fatos históricos delimitados no período histórico da redemocratização brasileira, que se tornaram imprescindíveis para as novas demandas do contexto educacional.

3.1 Fundamentos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional

Neste trabalho, há uma concepção de linguagem indispensável: o reconhecimento de que a gramática está associada ao seu uso. Tal concepção recai sobre a perspectiva funcionalista de linguagem¹⁰, independentemente de qualquer alinhamento teórico que se estende desde a Escola de Praga, Genebra, Holanda até os estudos norte-americanos. Sobre esse tema, Neves (2011, p. 17) assegura haver uma relação entre a finalidade do uso linguístico com as expressões selecionadas, constituindo elementos essenciais para uma gramática funcionalista: o uso, o significado e o alcance social. Desse modo, o significado linguístico é produzido em contexto, como indicam Matthiessen e Halliday:

Nós usamos a língua/linguagem para interagir uns com os outros a fim de construir e manter nossas relações interpessoais e a ordem social que estão por trás delas; e ao fazer isso nós também interpretamos e representamos o mundo uns para os outros e para nós mesmos. A língua/linguagem é uma parte natural dos processos de viver; ela é usada também para “guardar” a experiência em curso neste processo, tanto em termos pessoais quanto coletivos. Isso é – entre outras coisas – uma ferramenta para representar o conhecimento ou, em termos da própria linguagem, para construir significado (Matthiessen; Halliday, 2009, p. 41).

Ao acatar a relevância educacional dos estudos funcionais derivados dos estudos de Halliday, torna-se indispensável essa abordagem como norteadora das concepções desenvolvidas neste trabalho. Esse modelo, conhecido como teoria sistêmico-funcional, foi erigido com base nos estudos de Firth, no funcionalismo da teoria de Praga e até mesmo no funcionalismo etnográfico de Malinowski, entre outros. É relevante destacar esse aspecto, pois qualquer construção de uma teoria não surge, ela é resultado de reunião de múltiplos aspectos e perspectivas de diversas teorias que são aproximadas por interesses de pesquisa, constituindo um caráter transdisciplinar tão bem articulado em tempos de pós-modernidade.

¹⁰ É importante salientar que essa denominação se assenta em uma acomodação entre paradigmas de estudos linguísticos que opõem formalismo e funcionalismo. Nesse sentido, a abordagem formalista ocupa-se da forma linguística, uma vez que foca em aspectos internos da língua, considerando-a autônoma, ao passo que a abordagem funcionalista, por outro lado, considera que a língua pode ser motivada pelo contexto, além de reconhecer que seu uso se constitui na interação.

Desse modo, interessa destacar alguns conceitos balizadores da teoria sistêmico-funcional, que constituem noções essenciais para produção analítica de textos que compõem esta tese. É relevante evidenciar que a teoria sistêmico-funcional se concentra na relação entre texto e língua. Nessa abordagem, a língua é um recurso para construção de significado, ao passo que o texto é um ‘processo’ para construção de significado no contexto. Isso significa compreender que existe uma compreensão de gramática/língua para análise e interpretação de textos, ou seja, há contextos de análise distintos se for considerada a multiplicidade de discursos – religioso, econômico, judicial, midiático, político, literário, educacional, entre outros.

Ainda, é relevante evidenciar que a teoria sistêmico-funcional se concentra na relação entre os termos **sistema** e **função**, que justificam sua denominação. Inicialmente, deve-se compreender que a língua é sistêmica porque é abrangente, vista na sua totalidade, isto é, algo que se diz sobre algum aspecto deve sempre ser considerado de acordo com a relatividade que ocupa, pois sempre se relaciona ao quadro geral (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 20). É funcional, como já atribuído anteriormente, porque os significados resultam das estruturas gramaticais que são selecionadas pelo indivíduo para construir seus textos.

Muitos dos estudos desenvolvidos na LSF focaram na perspectiva paradigmática da língua, buscando compreender sua organização que se ampara nas concepções de hierarquias e complementaridades. Com base nessa visão, dividem-se em **global**, que determina uma organização geral da linguagem no contexto, e **local**, que opera pontualmente nos subsistemas linguísticos. Apresentam-se as dimensões que sustentam os sistemas e os princípios que os organizam.

1. **Constituição ou estrutura (eixo sintagmático)**: estrutura composicional da língua, consiste na relação entre unidades de diferentes tamanhos que carregam diferentes espécies de padrões, por exemplo, orações carregam grupos, grupos carregam palavras, palavras carregam letras. O princípio que a organiza é a ordem, conceber que algo é sempre parte de algo; além disso, a organização de significados na gramática relaciona-se a essa hierarquia composicional, que pode ser fonológica, grafológica e léxico-gramatical. Abaixo, há um exemplo de constituição léxico-gramatical¹¹ no quadro 3.

¹¹ Os exemplos não identificados que constam neste texto ou foram criados pela autora ou retirado do corpus de análise deste trabalho.

Quadro 3 - Exemplo de constituição gramatical

		grupo de palavras					
Oração complexa	Oração	Collor	conhecia	o poder	dos	meios de comunicação	
	Oração	e	sabia	utilizá	-los	a	seu favor.

Fonte: adaptado de Halliday e Matthiessen (2014, p. 8) e exemplo do corpus

2. **Sistema (eixo paradigmático):** conjunto de alternativas integrado a suas condições de entrada. Tal conceito se torna mais abstrato de que o de estrutura, pois depende do modo como categorias são expressas. Halliday e Matthiessen (2014, p. 22) exemplificam que as orações podem ser afirmativas ou negativas, ou seja, podem selecionar termos que expressem essas ideias no sistema de polaridade, o qual se manifesta de diferentes modos. Assim, o sistema relaciona-se ao significado potencial da língua, é um tipo de (*is a kind of*) e seu princípio de organização é o detalhamento. O texto é resultado de uma rede de sistemas, pois a língua é um mecanismo para construção de significados e o significado reside na escolha de padrões nos sistemas (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 23). Os sistemas serão descritos em seção posterior neste trabalho. Apresenta-se como exemplo a representação em sistemas da polaridade.

Figura 5 - Sistema de Polaridade

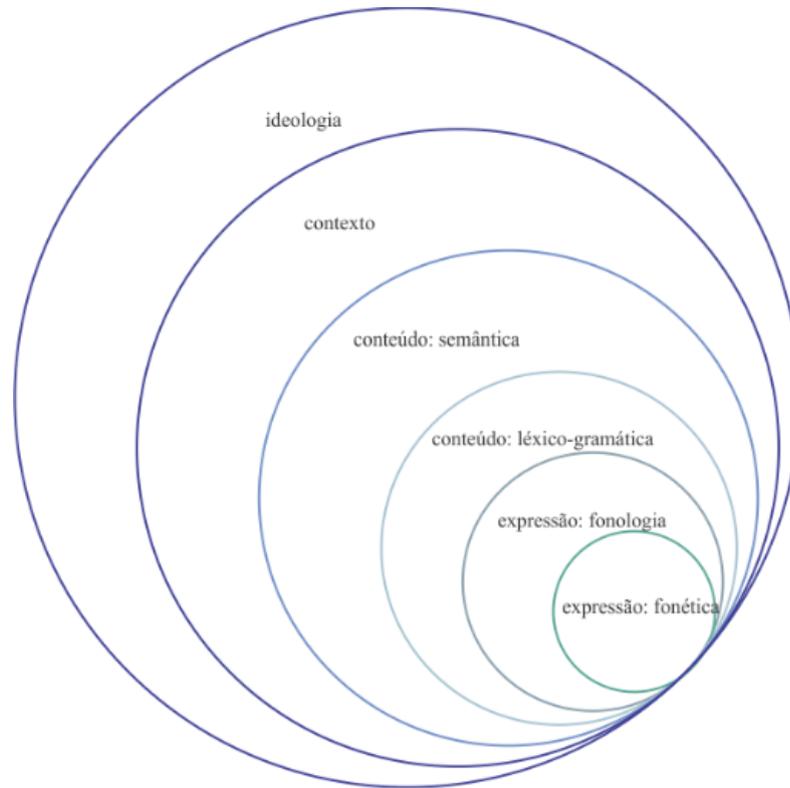


Fonte: Hallyday e Matthiessen (2014, p. 23)

3. **Estratificação:** dimensão do sistema semiótico que indica a divisão da língua em dois níveis ou estratos, a saber: o conteúdo e a expressão. No último, associa-se o uso da língua representado por um enunciado como “Me dá isso” a um signo qualquer, por isso muito comum na infância, em que a criança usa um signo ou um gesto, por exemplo, para comunicar-se sem uma estrutura gramatical. Pode o estrato da expressão também representar o modo como é codificada; se for fônico,

estará representado pela fonologia e/ou pela fonética, no entanto, se for escrito, será representado pela grafologia, além de outras representações como os sinais de LIBRAS. No estrato do conteúdo, por outro lado, a língua pode ser expressa pela fala e pela escrita. Esse sistema pode ser subdividido em léxico-gramática e conteúdo que, em sua interação, criam significados. Nesse sentido, a gramática realiza a semântica por meio de padrões que são reconhecidos na perspectiva trinocular, que busca encontrar padrões, seja em olhar analítico, orientando-se pela perspectiva “de cima” do funcionamento da gramática no contexto; seja de baixo, orientando-se pelas similaridades de nível formal, seja ao redor, orientando-se pela oposição/seleção de outros itens que podem desempenhar a mesma função. O princípio que a organiza é a realização, o qual se relaciona à hierarquia de abstração ao recodificar um nível de significado no outro. Seria, por exemplo, como o gênero refletir os padrões selecionados pelo registro, que reflete padrões selecionados pela semântica, que reflete padrões selecionados pela lexicogramática, que reflete padrões selecionados pela fonologia ou pela grafologia. Assim todos esses estratos produzem significados no discurso. Essa relação é representada na Figura 6.

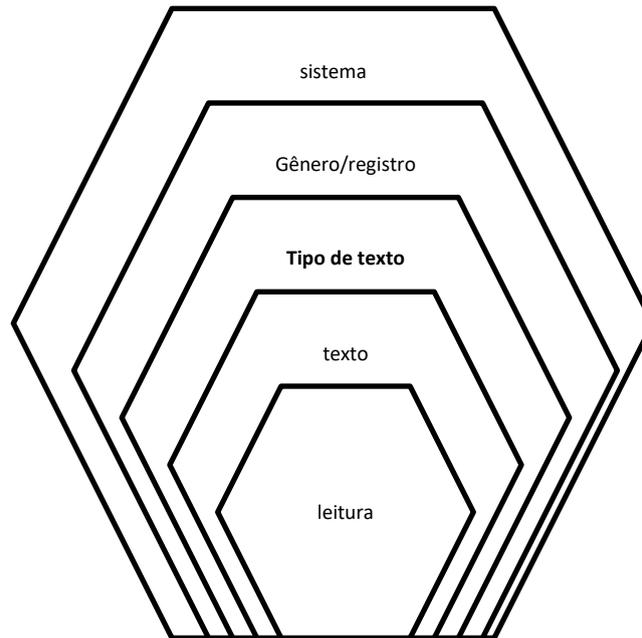
Figura 6 - Estratificação



Fonte: adaptado de Halliday (2014, p. 26); Martin, 2009

4. **Instanciação:** escala de generalização que reúne o significado potencial de uma cultura de acordo com o uso (Martin, 2008). Halliday e Matthiessen (2014, p. 27) utilizam a metáfora de clima e tempo para explicar essa hierarquia, pois compreendem que o clima é a generalização do tempo que todos nós usufruímos diariamente. Dessa forma, conduzidos por um raciocínio analógico, explicam que o uso da língua de acordo com a instanciação relaciona-se ao sistema como um todo, do mesmo modo que o registro das temperaturas diárias relaciona-se à média de temperaturas para a época do ano. Em uma análise de especialistas, percebe-se que as pequenas alterações de leitura do tempo interferem nas médias anuais, embora não se perceba, a menos que haja um alerta acerca do tema. O mesmo processo sucede na instanciação. Nessa dimensão, o significado potencial da cultura é reduzido progressivamente até o momento de leitura de um texto específico. Abaixo, apresenta-se a Figura 7 para representar tal configuração.

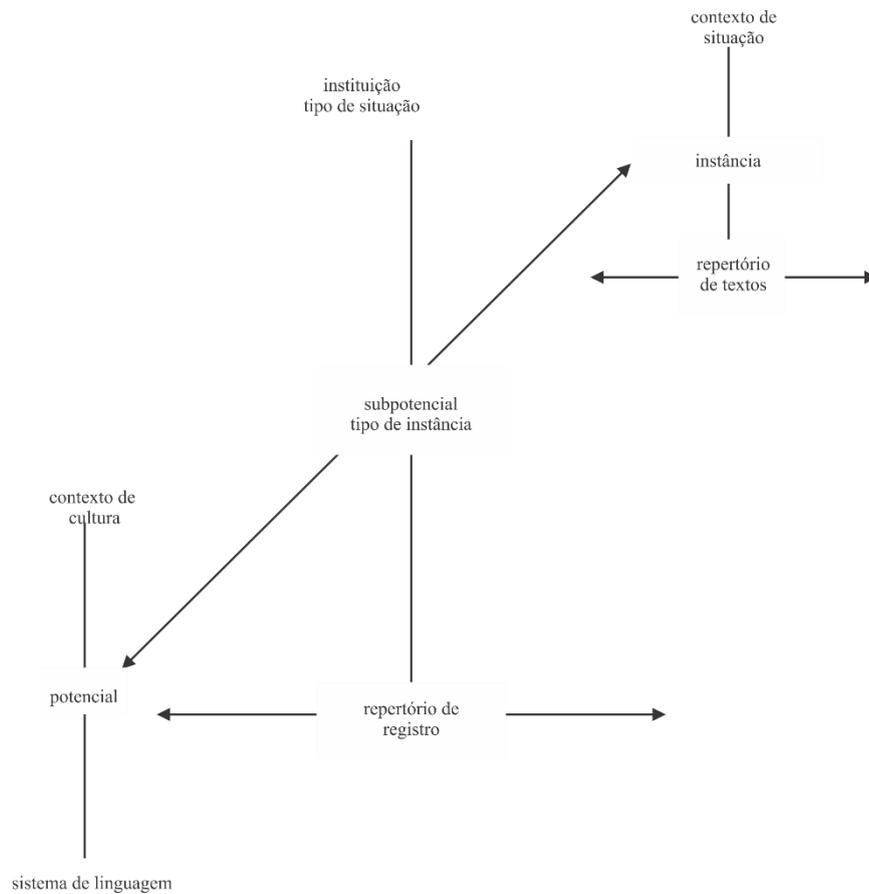
Figura 7 - Dimensão instancial do sistema linguístico



Fonte: com base em Martin (1992).

Halliday e Matthiessen (2014) advertem que, ao movimento entre a linha de inclinação da instanciação, conectam registros e tipos de textos em virtude de, em seus polos, figurarem sistema e texto. No primeiro caso, figuram como um conjunto particular de probabilidades sistêmicas, pois associam padrões de linguagem a determinados contextos. No segundo caso, por sua vez, indica que o estudo de um texto, por exemplo, pode demandar a procura por outros de acordo com critérios estabelecidos previamente. Tal movimento possibilita a identificação de padrões que são compartilhados, constituindo, assim, tipos de textos. Na Figura 8, apresenta-se a instanciação.

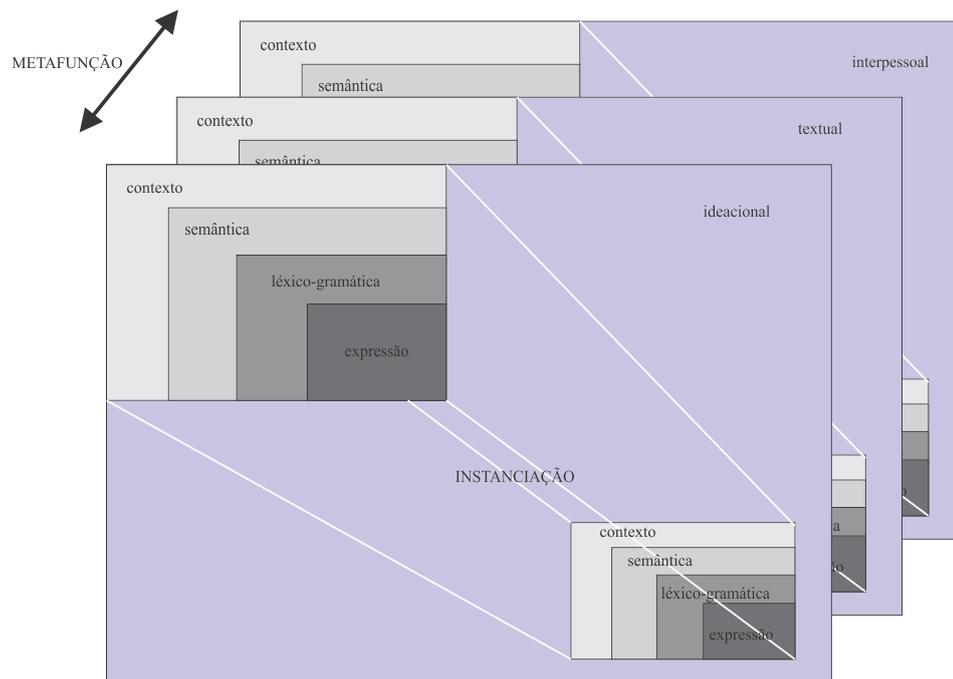
Figura 8 - Instanciação



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014).

5. **Metafunção:** dimensão que relaciona uma unidade de significado à multifuncionalidade linguística e que se realiza por meio das variáveis de contexto, em especial, de registro. Essa diversificação funcional da língua organiza-se por meio das metafunções ideacional, interpessoal e textual. Os recursos linguísticos ideacionais referem-se à representação de nossa percepção das coisas no mundo e realiza-se por meio da transitividade; os recursos linguísticos interpessoais dizem respeito à interação entre os interlocutores, exteriorizam elementos de negociação e avaliação; e os recursos linguísticos textuais organizam o fluxo de informação no texto, além disso expressam as seleções feitas pelos produtores do texto relativas às metafunções ideacional e interpessoal. Seu princípio organizacional é também a metafunção. As relações estabelecidas entre os diversos estratos de acordo com dimensão metafuncional são ilustradas na Figura 9.

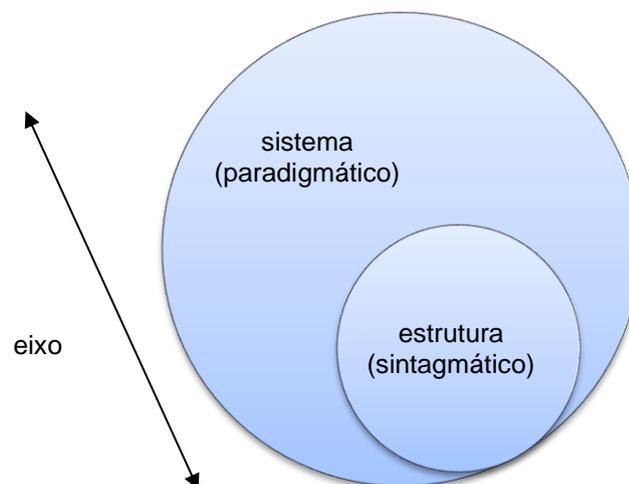
Figura 9 - Metafunção



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014)

6. **Eixo:** nessa dimensão, retoma-se a concepção saussureana de que a língua é um sistema de relações que se organiza em dois eixos – princípio dessa dimensão: o eixo paradigmático e o eixo sintagmático, que são usados pelos indivíduos para interagir socialmente. Concebe-se que o sistema gramatical seja um paradigma, constituindo um significado potencial representado por conjunto de opções disponíveis que são atualizadas, no eixo sintagmático, por meio de textos.

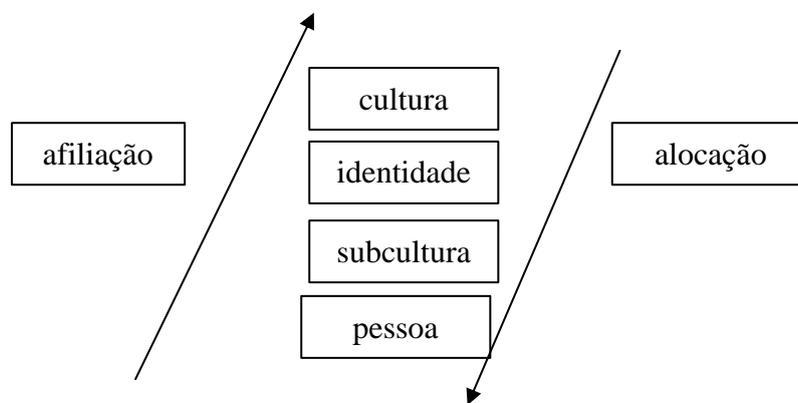
Figura 10 - Eixo como dimensão de organização da linguagem



Fonte: autoria própria.

7. **Individuação:** dimensão que busca inserir o papel do/da indivíduo/pessoa em relação ao uso linguístico. Hasan (2005), em seus estudos sobre variação semântica, reconhece a individuação como uma dimensão que dá conta do processo de distribuição de recursos semióticos entre os usuários, que é próprio dos contextos de instanciação. Martin (2009), em uma perspectiva complementar, define um modo de mobilização de recursos semióticos pelo qual uma pessoa pode se afiliar a outra, em outras palavras, como pode compartilhar atitude e experiências e agrupá-las em ordens de diferentes tipos, sejam em termos de pertencimento restrito como família, escola, profissão, sejam agrupamentos mais gerais de identidade como gênero social, raça, etnia. Seus princípios são alocação, que é a distribuição de recursos semióticos entre as pessoas, e a afiliação, que se ocupa do emprego de recursos entre grupos de pessoas. Na Figura 11, representam-se os movimentos de retroalimentação que envolvem a afiliação e a alocação.

Figura 11 - Individuação



Fonte: Martin (2009)

Essas dimensões são sintetizadas no quadro 4:

Quadro 4 - Dimensões semióticas global e local da linguagem em contexto

ESCOPO DA DIMENSÃO	DIMENSÃO	PRINCÍPIOS	ORDENS
global	estratificação	realização	contexto – linguagem [conteúdo semântica – léxico-gramática] – expressão [fonologia – fonética]
	instanciação	instanciação	potencial – subpotencial/tipo de instância – instância
	metafunção	metafunção	Ideacional [lógica – experiencial] – interpessoal – textual
	individuação	Individuação/afiliação	cultura – identidade – subcultura – pessoa
local	eixo	eixo	paradigmático – sintagmático
	sistema	detalhamento	continuum da gramática ao léxico
	estrutura	ordem	oração – grupo/frase – palavra – morfema

Fonte: feito pela autora com base em Hallyday e Mathiessen (2014) e Martin (2009)

8. **Realização:** a relação entre nível de expressão e conteúdo no contexto do princípio de realização é fundamental para a compreensão da dinâmica da linguagem. Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 25), realização refere-se “às relações entre as camadas que compõem a linguagem, os processos que ligam um nível a outro dentro de uma organização”. Esse princípio rege a interação entre significante e significado e é essencial para qualquer sistema semiótico, fornece, ainda, uma compreensão dialética desses componentes determinada pelo conceito de metarredundância (Lemke, 1984, 1991). A construção de significado envolve padrões de relações paradigmáticas e sintáticas que influenciam as decisões dos atores sociais dependendo do contexto. Gênero e Registro

Nos estudos linguísticos, atualmente, o termo **contexto** ocupa grande relevância, adquirindo nuances distintas em virtude da perspectiva teórica. Na LSF, por sua vez, o seu significado associa-se à concepção semiótica e social da linguagem, uma vez que reconhece sua organização acerca de signos e sua

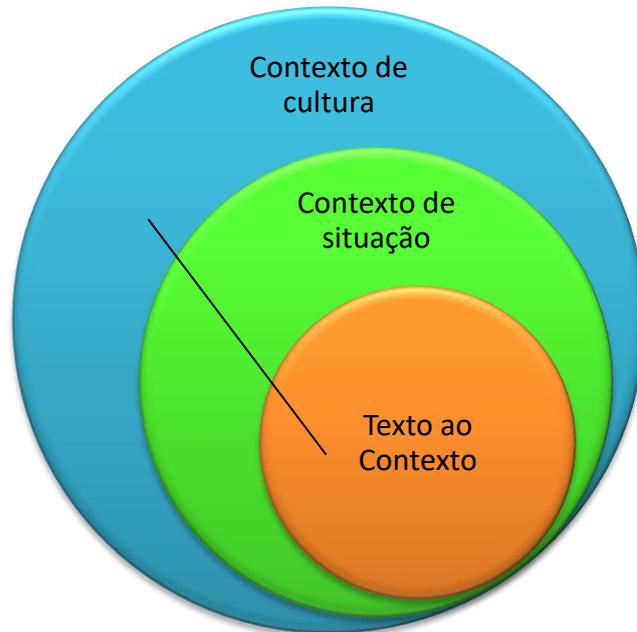
construção de significados e, também, associa-se ao social porque esse significado só existe em um contexto social. Esse contexto é assim definido por Halliday E Matthiessen, de acordo com Silva:

Contexto é um sistema semiótico de mais alto nível, em que a linguagem está “encaixada”. Mais especificamente, a linguagem está encaixada em um contexto de cultura ou sistema social. Qualquer instanciação de linguagem como texto é encaixada no seu próprio contexto de situação. Contexto é uma matriz ecológica para ambos o sistema geral de língua e para textos particulares. Ele é realizado por meio da linguagem; e sendo realizado pela linguagem por meio da linguagem significa que ele cria e é criado pela linguagem. (Matthiessen; Halliday, 2009, p. 88 *apud* por Silva, 2014)

O contexto social, na abordagem da LSF, em virtude de influências linguístico-antropológicas¹², é dividido em contexto de cultura e contexto de situação. O primeiro é reconhecidamente mais abstrato. É o potencial contextual de uma cultura em que pessoas interagem e trocam significados em ocasiões particulares, compreendido como um sistema de mais alto nível que permite a operação de vários sistemas semióticos que incluem diversos modos de linguagem, inserido em uma perspectiva multimodal. O último é o contexto de situação, que é o contexto imediato em que o texto funciona, seu conhecimento permite ao usuário da língua fazer previsões, confirmar expectativas. Refere-se a elementos retirados da realidade imediata, de modo que os usuários possam selecionar possíveis elaborações linguísticas que lhes permitem interagir em diversos grupos sociais. Além disso, permite que se incorporem todas as motivações relevantes para interação, sejam eventos, coisas e pessoas. A interpretação entre esses estratos é apresentada na Figura 12.

¹² A noção de contexto, tão relevante na Linguística Sistemico-Funcional, advém de estudos do antropólogo Malinowski e do linguista Firth.

Figura 12 - Interpretação da relação entre os estratos



Fonte: Martin e Rose (2008, p. 10)

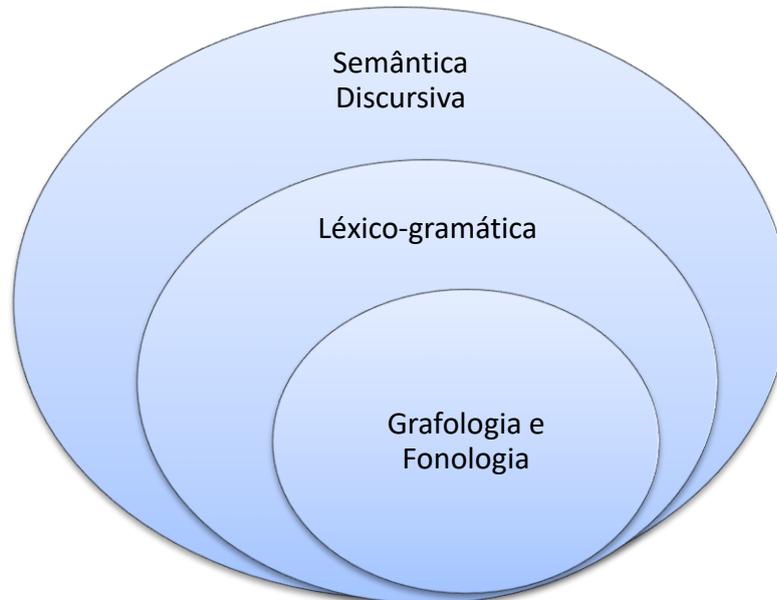
Para compreender a relação entre contexto social e linguagem, é necessário retomar o conceito de realização, já apresentado neste capítulo. Em essência, estabelece uma relação dicotômica em que a linguagem pode construir e reconstruir ou reconfigurar o contexto e, ao mesmo tempo, reproduzir esse ciclo. Martin e Rose, a respeito desse aspecto, didaticamente elucidam:

Qual é a relação entre gramática, discurso e contexto social? Obviamente, as culturas não são apenas uma combinação de textos, e também textos não são apenas uma combinação de orações; atividade social, discurso e gramática são diferentes tipos de fenômenos, que operam em diferentes níveis de abstração: a cultura é mais abstrata do que um texto, e os significados que compõem um texto, por sua vez, são mais abstratos do que as formulações que as expressam. A relação entre essas camadas é descrita em SFL como realização; contextos sociais são realizados como textos que sejam realizados como sequências de orações (Martin; Rose, 2007, p. 4).

Ainda, sob o mesmo tema, informam os autores que a codificação e a simbolização constituem aspectos para a realização. No primeiro caso, utilizam uma metáfora para representar a codificação como "uma espécie de recodificação como o mapeamento de *hardware* através de *software* para as imagens e palavras que vemos na tela em nossos computadores" (Martin; Rose, 2007, p. 4). A simbolização, por sua vez, associa-se a uma representação como, por exemplo, o significado que as cores adquirem em determinadas culturas. Essa mesma dinâmica acontece entre gramática e contexto social. Em outras palavras, a linguagem expressa (simboliza e codifica) o

discurso, e o discurso expressa a atividade social¹³. Nessa dimensão, a língua - um sistema semiótico estratificado - abrange três ciclos de codificação com níveis de abstração distintos, representados na Figura 13.

Figura 13 - Ciclos de codificação



Fonte: adaptado de Martin e White, 2005, p. 9

Embora pareça simplista, a representação dessa figura sintetiza aspectos relevantes da teoria sistêmica, pois aloca uma hierarquia visível, além de destacar a dimensão da realização de um fenômeno complexo. Assim, depreende-se dessa figura que o estrato semântico-discursivo é mais abstrato que o da léxico-gramática, o qual, por sua vez, é mais abstrato que o da grafologia e o da fonologia, mostrando uma organização hierárquica entre eles em que um nível mais abstrato é realizado por um mais concreto. Essa hierarquia indica, por exemplo, que existem padrões fonológicos e/ou grafológicos que realizam a léxico-gramática, não meramente os constituem (Martin; White, 2005, p. 9). Como todo fenômeno pode ser analisado sob perspectivas distintas, Martin e Rose (2007) revisam o modelo constituindo uma relação entre atividade social, discurso e gramática, destacando a centralidade do discurso como recurso material em que um analista de discurso empregue as

¹³ Essa dinâmica foi estudada por Lemke (1984, 1991), incorporada aos estudos de LSF por Halliday e Matthiessen (1994) e Martin (1997) e denominada de metarredundância, que é a admissão de que diversas relações de contextualização podem ocorrer simultaneamente de acordo com várias alternativas possíveis. Dessa forma, não importa apenas saber fazer uso de uma categoria possível, mas usá-la conforme o membro de determinado contexto situacional o faria.

ferramentas de gramáticos para identificar os papéis das formulações em passagens de texto e as de teóricos sociais para explicar por que esses textos constroem os significados que constroem. A fim de realizar essa análise, os autores distinguem duas possibilidades de visão sobre o fenômeno: níveis de linguagem como *gramática*, como discurso e contexto social conhecido como estrato; como *funções da linguagem* no contexto social - representar experiências, estabelecer interações e organizar textos (Martin; Rose, 2007, p. 4).

Neste trabalho, adota-se a perspectiva de contexto social da Teoria de Registro e Gênero (TG&R), proposta por Martin e outros pesquisadores (Eggin; Martin, 2003; Martin, 1997, 1999; Martin; Rose, 2007, 2008; Rose; Martin, 2012). Nela, há uma estratificação do contexto social em gênero e registro, em que o primeiro é mais abstrato e o último conecta-se ao texto. A seguir, na Figura 14, apresenta-se a o discurso como meio entre a atividade social e a gramática ao texto.

Figura 14 - Discurso como mediador entre atividade social e gramática



Fonte: adaptado de Martin e Rose (2007).

O termo gênero é essencialmente reconhecido como um sistema de significados, interligando-se à cultura, de modo que oferta um meio para compreensão do propósito social de um texto e as etapas necessárias para seu cumprimento (Doran; Martin, 2019). Ao mesmo tempo, concebe que existem, em quantidade finita,

gêneros particulares, individuais que se diferenciam e se somam em um sistema que semioticamente representa uma cultura (Gouveia, 2013). Essa concepção desdobra-se em dois conceitos que são diferenciados por Martin e Rose (2008), apresentados aqui porque orientam, em termos práticos, a análise discursiva de textos. De compreensão mais abrangente e relevante para uma abordagem crítica, indicam que gêneros são configurações recorrentes de significados conectadas a práticas sociais de uma determinada cultura¹⁴. Por outro lado, propõem uma definição de trabalho que permite tornar mais prática a percepção do analista. Nela, gênero são processos sociais orientados por propósitos e divididos em etapas. Essa última definição possui grupos de significação que assim são explicados: divisão em etapas porque frequentemente fazemos tudo em nossas vidas aos poucos, em estágios; orientação por propósitos porque sempre há um objetivo comunicativo que orienta o discurso; e social, porque reconhece que sua concretização depende da interação entre falantes de uma determinada comunidade, de uma cultura.

O termo Registro (Eggins; Martin, 2003; Halliday, 1982; Martin, 1997), por sua vez, é essencial para os estudos de LSF. Sua concepção é muito simples, é acatar a possibilidade de que a linguagem varia de acordo com a situação, pois o contexto também é alterado. Assim, é objetivo, nessa teoria, organizar os princípios que determinam essa variação, a fim de compreender que fatores linguísticos ou semióticos estão incluídos em cada situação.

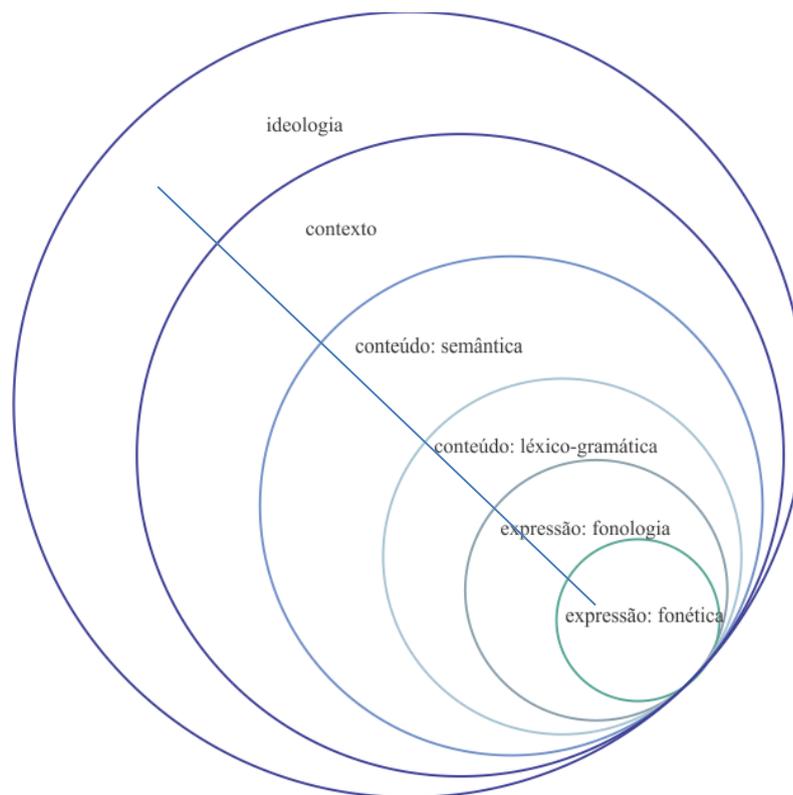
De um modo geral, observa-se que essa variação resulta de três fatores: a determinação de quem participa do evento, do fato em si que ocorre e, por último, das funções desempenhadas pela linguagem. Esses fatores são as variáveis de registro que permitem a possibilidade de constituir predições no processo comunicativo. Halliday (1982, p. 50) faz uma advertência indispensável para analistas de discurso, fazer uma descrição linguística que destaque elementos do contexto de situação ou de variáveis de registro não é suficiente para fazer uma descrição sociológica, pois não se apoia em uma teoria dessa natureza para isso, constitui unicamente uma descrição social. Dessa forma, uma análise crítica completa deve contemplar uma perspectiva transdisciplinar com estudos críticos.

¹⁴ É relevante ressaltar a influência de estudos de Bakhtin nessa referência em que o autor indica que gêneros são enunciados relativamente estáveis.

O Registro¹⁵, então, pode ser analisado conforme as três variáveis descritas anteriormente. Essas dimensões intitulam-se campo, relações e modo. A primeira associa-se à atividade realizada pelos participantes; a segunda, às relações sociais desempenhadas pelos participantes; e a última, ao papel que a língua exerce em uma situação específica.

As relações entre contexto social e linguagem são representadas na Figura 15.

Figura 15 - Linguagem e o contexto semiótico



Fonte: adaptado de Martin (1992, p. 496)

Uma abordagem alternativa de projeção, conforme delineado por Martin e Matthiessen, em 1991, propõe nesta representação, a noção de metarredundância, conforme concebida por Lemke, em 1984, a qual é ilustrada por meio da metáfora de

¹⁵ Considerando, ainda, que a LSF é uma abordagem teórico-metodológica em construção, cujos pesquisadores buscam revisar suas proposições e atualizá-las dirimindo eventuais aspectos imprecisos ou avançando sobre a descrição da linguagem, é natural esse movimento de exploração de descrição estratal e interestratal. Além disso, a aproximação com a Teoria dos Códigos de Legitimação impeliu a revisitação às variáveis de Registro como assinalam Martin e Maton (2017) com base em proposições feitas por Martin (1992), destacando-se com os trabalhos de Hao (2015) e Doran; Martin (2020) sobre a descrição dos significados semânticos relacionados ao campo e de Martin; Matruggio (2014) sobre o modo (*tenor*), voltados à Semântica do Discurso. Recentemente, Doran; Marin; Harrington (2024) revisam a modelagem de contexto. Hao, oportunamente, destaca que, muitas vezes, em publicações anteriores, havia a importação de termos da léxico-gramática, rótulos relacionados a funções gramaticais sendo utilizados na descrição de unidades semânticas. Diante do exposto, a distinção terminológica certamente representa um avanço para estabelecer a precisão teórica dessa abordagem, contudo não representa ponto fulcral para a análise nesta tese, por isso não é explorado.

círculos concêntricos, cujas figuras de maior envergadura recontextualizam aquelas de menor escala. A magnitude dos círculos também reflete a tendência da análise em direcionar seu enfoque para unidades de maior abrangência ao transitar da fonologia para a ideologia.

Nessa perspectiva, evidencia-se uma propensão, no nível fonológico, à concentração em sílabas e fonemas; no domínio lexicogramatical, a atenção volta-se para a oração; na esfera semântica discursiva, a focalização incide sobre uma troca ou "parágrafo"; no registro, o foco recai sobre uma fase específica de uma transação; no gênero, a análise se concentra em textos completos; e, no âmbito ideológico, a atenção direciona-se para discursos manifestados em uma série de textos. Finalmente, essa projeção propicia uma interpretação, na qual o significado é construído em todos os níveis, ancorado nas dualidades forma/conteúdo que estrutura a figura proposta.

O modelo de campo desenvolvido originariamente, nessa abordagem, foi inspirado no trabalho de Halliday (2004) sobre a linguagem da ciência e baseou-se fortemente nas concepções de Registro de Martin (1992), que define campo como um conjunto de sequências de atividades orientadas para algum propósito institucional global, ao lado de taxonomias de entidades (pessoas, lugares e coisas, abstratas e concretas) e participantes nessas atividades (organizadas por classificação e composição).

Nesse cenário, interessava a distinção entre taxonomias que se aproximavam do universo cotidiano e de outras orientadas para o acadêmico, pois essa fala de clareza acerca de nomenclaturas, denominações e terminologias representava sérios desafios para a implementação de pretensões curriculares comuns a diversas áreas disciplinares. Os linguistas envolvidos estavam especialmente interessados em explicitar como as sequências e taxonomias cotidianas – senso comum de Bernstein – diferia daquelas comuns ao meio acadêmico – o 'senso incomum' de Bernstein¹⁶ – desafiando os alunos em todas as áreas disciplinares do ensino secundário.

¹⁶ Maton (2013), inspirado na obra de Bernstein, retoma o termo *senso incomun* para se referir ao tipo de conhecimentos e práticas que começam a moldar-se no sistema educativo.

3.1.1 *Macrogênero*

Grande parte dos estudos sobre gêneros, na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, resulta de pesquisas desenvolvidas para contribuir na realidade educacional australiana. Rose e Martin (2012) relatam as intenções intervencionistas para alteração do modelo de educação que excluía, por exemplo, povos aborígenes e migrantes.

Nesse modelo, a implementação de projetos que pudessem aplicar os avanços teóricos alcançados, certamente, alcançavam grande relevância. Contudo foi necessário, para que isso acontecesse, o reconhecimento das limitações da realidade de sala de aula, que exigia trabalho com textos completos, mas curtos, pois a dinâmica das aulas exige dinamismo e conhecimento da realidade.

Diante dessa realidade, a leitura e escrita de texto longos ou maiores que uma página não surgiam como uma demanda urgente, centrando, pois, o foco nas atividades minuciosas que elegiam textos curtos para entregar a celeridade requerida. Dessa forma, textos maiores não mereceram tanto o foco de pesquisadores. Entretanto, busca-se preencher essa lacuna teórica e lança luz sobre a existência de macrogênero – um texto maior que explora relações entre textos mais curtos (Martin; Rose, 2008, p. 218) - embora não o sistematizem claramente, reconhecem que

O que é mostrado aqui de forma útil é a maneira como esse texto pedagógico estrutura as relações entre atividades técnicas, questões sociais e ações pessoais. Isso é conseguido por meio da ligação de relatórios, explicações, procedimentos, relatos de procedimentos e exposições em uma série lógica intrincada. Essa série de gêneros ensina aos alunos uma hierarquia de conhecimento e atividades especializadas que podem, eventualmente, dar a eles o poder de participar do controle dos mundos natural e social (Martin; Rose, 2008, p. 225).

Assim, os autores enfatizam como gêneros e macrogêneros estão envolvidos nas atividades diversas desempenhadas pelos indivíduos. Diante desde aquelas necessárias para vencer as demandas escolares até sua aplicação em outros domínios sociais, considerando uma perspectiva emancipadora.

Diante da importância da realização de textos que se encaixam como macrogêneros, houve pesquisas que o contemplaram. Szenes (2017), pesquisadora, que revisou estudos anteriores sobre macrogênero, para produção de sua tese, aponta que diversos autores se apoiaram em textos seminais de Martin (1994, 1995) acerca do tema e exploraram o conceito de macrogênero aplicado a várias áreas,

como a pedagogia (Christie, 1997, 1999, 2002), cuidados de saúde de pacientes com câncer (Jordens, 2002; Jordens; Little, 2004; Jordens, Little, Paul; Sayers, 2001), ciência e tecnologia (Martin; Rose, 2008) e terapêutica e aconselhamento (Muntigl, 2004, 2006).

Martin e Rose (2008) informam sobre essa estrutura genérica, textos mais curtos podem ser encontrados em textos mais longos, maiores que uma página, ao combinar gêneros elementares das famílias da estória, da história, das explicações e dos argumentos, tornando-os mais complexos (Martin, 1997, p, 16). É frequente a combinação desses gêneros em livros didáticos, revistas, jornais, webpáginas, conforme resumem Martin e Rose (2012, p. 3).

Considerada, então, a necessidade de delimitar a instanciação de macrogêneros, Martin recobra o conceito de estruturas fractais, proposto por Halliday, e aplica sua lógica para explicar a ampliação desses textos, tecendo uma analogia entre estruturas oracionais e gêneros. Nesse modelo, reduzindo sua aplicação aos interesses dessa tese, uma oração equivale a um gênero simples; um complexo oracional equivale a um macrogênero e uma oração encaixada equivale, por sua vez, a um gênero encaixado.

Concebida essa delimitação, Martin (1994, 1995, 2006) manifesta que há duas formas de elaboração de um macrogênero: complexificação ou incorporação. A primeira possibilidade refere-se à combinação de gêneros elementares instanciados em partes, em ordenação linear, compondo uma estrutura serial univariada, interligada por relações lógico-semânticas de elaboração – muito comum em textos multimodais - ou expansão. A segunda, por sua vez, seria a combinação de gêneros, por meio de incorporação de gêneros elementares, que funcionam como etapas de um outro gênero em uma estrutura multivariada.

De um modo geral, enquadrar um macrogênero, em uma dessas estruturas, deve responder a uma das seguintes questões: um macrogênero é uma combinação entre gêneros elementares ou é um gênero elementar expandido por outros gêneros na formação de suas etapas? Certamente, não é uma resposta assertiva, há ponderações a respeito de seu uso em determinadas práticas.

Observe-se o caso do “capítulo do livro didático”, é comum que seja um instrumento de mediação do conhecimento recontextualizado no ambiente escolar. Seu uso supõe a regulação curricular, as práticas escolares e docentes, contudo é certo que sua exploração não é concluída em único episódio, pois tudo na escola atual

“precisa” ser fragmentado. Assim, as seções do livro organizam conteúdos que são fracionados, mas alinhados em uma soma, para atingir a meta de seu cumprimento.

No caso da disciplina de História, é comum que sejam selecionados, em virtude do planejamento e/ou plano de aula, períodos, eventos históricos, constantes no livro didático, os quais podem ser analisados isoladamente ou em sequência, em diversos momentos do curso. Tais ações, portanto, refletem a ideia de que o gênero, em questão, é organizado para que cada parte tenha sentido, podendo ser acionada de acordo com a necessidade percebida pelo docente. Em outras palavras, a organização capitular do livro pressupõe a expansão do gênero pela sequenciação de gêneros elementares, em que um, dificilmente, será uma etapa ou fase de outro, situação que comprometeria sua compreensão, formalizando, pois, uma estrutura serial univariada, cujo aprofundamento é melhor explorado no capítulo de macroanálise.

3.2 Metafunções

É relevante salientar que a LSF considera a linguagem como multifuncional e os textos como representação e ordenação da realidade social, que estabelecem identidades. Na perspectiva sistêmico-funcional, o contexto de cultura – representado na sua dimensão sociocultural – compõe a construção de significado, manifestando-se em toda seleção ou escolha do falante. Dentre outros elementos para análise, a gramática sistêmico-funcional concebe os sistemas semântico e léxico-gramatical¹⁷, cuja interface estabelece a relação entre os contextos situacional e cultural e o uso linguístico¹⁸. Destaque-se que, de acordo com Halliday e Mathiessen (2014, p. 24), a LSF descreve a relação entre contexto e texto, valendo-se de um sistema semiótico complexo, dividido em vários níveis ou estratos.

Outros conceitos, contudo, são relevantes como campo, relações e modo que constituem o contexto de situação ou registro, o qual se relaciona à situação imediata de produção do texto. Em outras palavras, como já destacado, o contexto de situação proporciona a mediação entre contexto e linguagem, de modo que informações relevantes analítico-teóricas sejam fornecidas para descrição semiótica da linguagem.

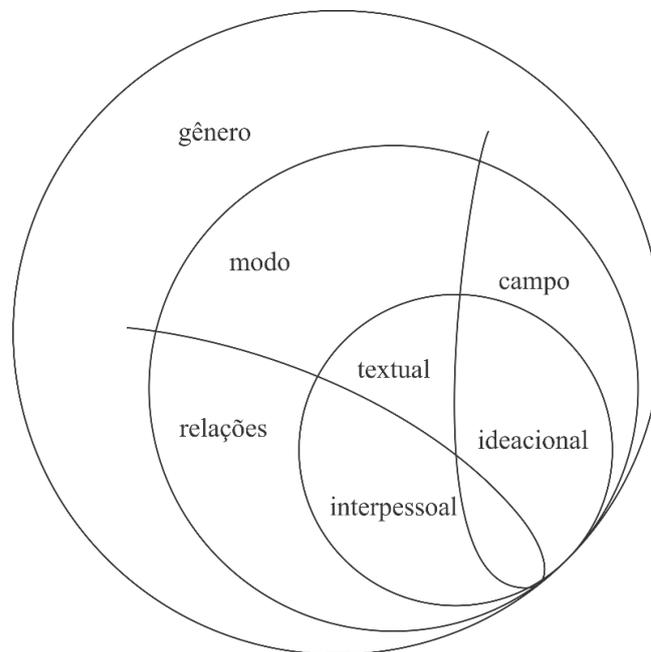
¹⁷ O sistema atua na “organização interna da língua, sendo o sistema das relações linguísticas.” (Halliday, 1978, 43)

¹⁸ O contexto de cultura é compreendido como um conjunto de significados possíveis que regula padrões e organização social e de comportamento de determinada cultura, ao passo que contexto de situação refere-se a padrões de interação específicos próprios a uma situação.

Por sua vez, o sistema semântico das metafunções divide-se em três tipos, cujas possibilidades englobam as diversas escolhas semântico-linguísticas possíveis em situações interativas com o outro ou com o mundo. A metafunção ideacional relaciona-se à natureza do evento; a metafunção interpessoal ao papel desempenhado e à situação social ocupada com as relações sociais; e a metafunção textual à linguagem.

As relações existentes entre esses sistemas encontram-se resumidas na Figura 16.

Figura 16 - Relação entre metafunção e variáveis de contexto



Fonte: Martin e Rose (2007)

Como se observa na figura acima, de acordo com Fuzer e Cabral (2014), o gênero envolve todas as variantes de Registro, que podem ser expressas pelas Metafunções. Inicialmente, vê-se que a Metafunção Ideacional está relacionada à expressão de experiências e conteúdos culturais ou pessoais por meio da linguagem. Isso demonstra a capacidade humana de construir significado e expressar experiência em relação aos mundos externo e interno do indivíduo. A Metafunção interpessoal, ligada à variante relações, por sua vez, refere-se ao elemento do contexto associado aos participantes do processo interacional, de modo que o exame dessa metafunção permite compreender os papéis e as identidades sociais dos participantes do discurso. Por fim, a Metafunção textual, conectada à variante modo do Registro, permite a organização e a construção do texto como um todo coeso e coerente. É o elemento

para organização de funções experienciais e interpessoais, garantindo que a informação possa ser trocada entre os interlocutores. Atua também como elemento de conexão que combina outras metafunções para facilitar a comunicação efetiva e, conforme Halliday e Matthiessen (2014) asseguram, essa metafunção é responsável por estruturar os textos para transmitir informações de forma clara e eficiente e para garantir o entendimento e a interação entre os participantes da comunicação.

3.2.1 A Metafunção Interpessoal

Do conjunto das três metafunções da linguagem, já apontadas anteriormente, interessa, destacadamente, neste artigo, a metafunção interpessoal, em virtude de possibilitar o deslinde das relações constituídas e construídas no processo interacional e, ainda, como o autor de um texto se posiciona em relação à mensagem. Butt *et al.* (2004, p. 39) destacam, também, que essa metafunção codifica interações e mostra proposições, significados de atitudes, interações e relacionamentos.

Lock (1996, p. 9), por sua vez, assevera que o “significado interpessoal tem a ver com as formas em que atuamos uns sobre os outros através da linguagem - dar e pedir informações, levar as pessoas a fazer as coisas e oferecer coisas a nós mesmos - e as formas em que se expressam julgamento e atitudes”. Isso significa, por exemplo, que o falante assume responsabilidade quanto à mensagem enunciada, fazendo-o de forma categórica ou não. Também significa que, ao assegurar as relações humanas, configura a interação com o outro, dando sinais significativos sobre distanciamento ou conexões de poder.

A função interpessoal associa-se à variável de contexto, relações, pois reflete os papéis assumidos pelos participantes em suas interações sociais, veiculando as opiniões particulares e avaliações dos indivíduos e permitindo a materialização de interações no sistema da língua. Realiza-se por meio do sistema léxico-gramatical de Modo e Modalidade. Nessa perspectiva da oração como troca de informações ou de bens e serviços, o sistema de Modo representa as relações interpessoais, ao passo que a Modalidade representa avaliações dos participantes inseridos em seu contexto imediato.

Certamente, dados contextos impelem a maneira como se usa a linguagem, até mesmo em função dos papéis sociais assumidos pelos participantes. Mas, Halliday e Mathiessen (2014, p. 107) destacam que são papéis discursivos principais: dar e

solicitar. Contudo, advertem os autores, não se trata de uma situação tão simplista, há um aspecto dialético, pois dar significa “convidar a receber”, enquanto solicitar significa “convidar a dar”, ou seja, o participante não faz apenas algo para outro, ele também requer algo do seu interlocutor.

No sistema de troca de informação, evidencia-se o aspecto verbal da interação, isto é, configura-se a proposição em que o participante é solicitado a afirmar, negar ou fornecer uma informação julgada necessária e sobre a qual se pode argumentar por meio de declaração e pergunta. Na troca de bens e serviços, por sua vez, o participante usa a linguagem a fim de obter uma ação do outro participante, o que quer dizer que usa a linguagem a fim de influenciar o comportamento de alguém por meio de ofertas e demandas.

A metafunção interpessoal constitui-se do sistema de Modo e Resíduo. O sistema de Modo é composto pelo *sujeito* e pelo *finito*. O Sujeito é o grupo nominal a quem se atribui a responsabilidade sobre a proposição, pela sustentação do que se diz, garantindo-lhe ou não sucesso sobre o que é dito. O Finito, parte do grupo verbal é responsável pelas noções temporais e de modo da proposição. O Resíduo é composto por predicador, complemento e adjunto. O primeiro é o constituinte do grupo verbal que carrega o significado enquanto troca. O complemento é um grupo nominal que potencialmente, na voz passiva, é o sujeito. O último, em seu turno, é um grupo adverbial ou sintagma preposicional que acrescenta informações adicionais à oração.

Sobre o finito, do sistema de Modo, vale ainda ressaltar que ele inclui à medida emos significados advindos dos conceitos de modalidade e polaridade. Este resulta da seleção entre a afirmação e a negação. A modalidade é um recurso da função interpessoal que representa graus intermediários entre o sim e o não, evidencia como participantes “assumem uma posição, expressam uma opinião ou ponto de vista ou fazem um julgamento” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 119). A modalidade, quando associada à proposição e à proposta, designa-se como modalização ou modulação respectivamente.

A modalidade e a polaridade são conceitos que se relacionam. Como já foi dito, a polaridade se configura como a escolha entre o sim e o não. O autor do texto, ao fazer sua seleção léxico-gramatical, opta por produzir enunciados em que há possibilidade de abertura para negociação quanto à informação constante, pois a encenação discursiva produzida evidencia o posicionamento do autor sobre o tema abordado cabendo ao público a concordância ou a discordância como se houvesse

uma interrogação. A modalidade, por outro lado, situa-se em um *continuum* entre o sim e o não e, para seu uso, elementos contextuais são considerados como os participantes envolvidos, as identidades sociais dos participantes e a necessidade de comportamento de respeito e hierarquia.

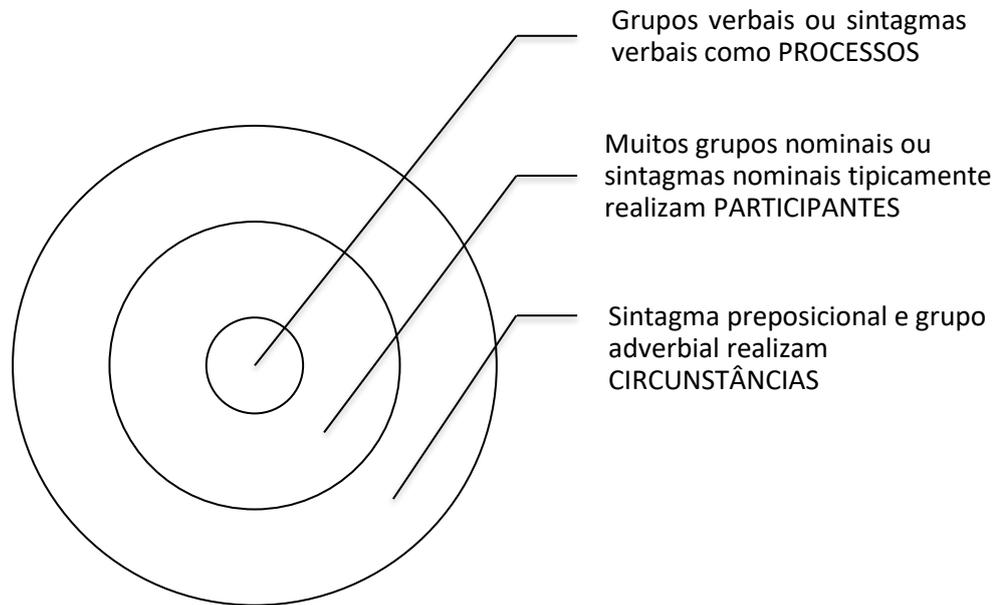
3.2.2 A Metafunção Ideacional

A metafunção ideacional se refere à representação da experiência humana, seja a expressão de seu mundo interior, seja do mundo material. No primeiro caso, a experiência associa-se a reflexões, reações, memórias, ao passo que, no segundo caso, associa-se a um fluxo de eventos. Butt *et al.* (1994, p. 47) representa o conteúdo experiencial dessa metafunção de modo muito simples para a compreensão: quem faz o que a/para quem e em que circunstâncias?

Contudo, Fuzer e Cabral (2014) advertem que, somadas a essa experiência, o ser humano também estabelece relações, por meio de caracterização e identificação, entre uma parcela ou outra da experiência. Aqui se enfatiza o conteúdo experiencial da metafunção ideacional, embora haja o componente lógico responsável pela organização de elementos na oração. Os aspectos léxico-gramaticais responsáveis pela instanciação da metafunção ideacional são concretizados por meio do sistema da Transitividade.

De acordo com a perspectiva da LSF, o sistema da Transitividade indica a ação humana representado discursivamente e a realidade representada, cuja configuração entre seus componentes constitui uma figura. Esses componentes são processos, participantes e circunstâncias, que compõem a gramática da oração e estão representados na Figura 17.

Figura 17 - Padrões da Experiência na Oração



Fonte: adaptado de Butt *et al.* (1994, p. 46)

Na perspectiva da LSF, Processos são componentes da oração que indicam a experiência em uma escala temporal e são realizados por grupos verbais; Participantes são componentes reconhecidos como entidades (pessoas, coisas) que propiciam a ocorrência do processo ou são afetados por ele e são realizados por grupos nominais; e, por último, Circunstâncias são componentes fornecem informações adicionais como modo, tempo, lugar, causa e são realizados por grupos adverbiais.

No sistema de Transitividade, três tipos de processos são considerados principais: materiais, mentais e relacionais; outros três são considerados secundários: comportamentais, verbais e existenciais. Esclareça-se, contudo, que existe um *continuum* entre as eventuais fronteiras desses processos, pois alguns processos podem compartilhar características um do outro. Há, ainda, o princípio da indeterminação sistêmica (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 217), que se sustenta na possibilidade de seleção do usuário de certas realizações linguísticas a fim de construir determinadas significações. Em outras palavras, a gramática reflete a alta indeterminação do mundo da experiência por meio de textos que ofertam modelos alternativos para representar essa representação. Por exemplo, no domínio da emoção, pode haver uma oração como “Sua carreira o encanta”, que indica um grau

de afeição e é construída por um processo mental emotivo, ou “Ele está encantado com sua carreira”, que está construída com processo relacional e a representação da emoção está construída como Participante desse processo. Entretanto, ambas apontam, por meio de textos distintos, a mesma representação experiencial, sem abandonar nuances que são significativas para o sentido do texto.

3.2.2.1 Processos e Participantes

1. **Processos Materiais:** são processo do fazer e do acontecer, referem-se ao mundo físico, denotam o movimento de energia e estabelecem mudanças em determinado evento. Selecionam como participantes: Ator, Meta, Escopo, Beneficiário e Atributo.

- Ator: participante que pratica a ação. É inerente à oração intransitiva como em ‘Em 1989, depois de quase 30 anos, sem eleições diretas, os brasileiros voltaram às urnas para escolher o presidente da República”¹⁹ ou à oração transitiva como em “Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), venceu Lula, do Partidos do Trabalhadores (PT)”.
- Meta: participante afetado pela ação do processo material, é inerente ao processo material transitivo, como em Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), venceu Lula, do Partidos do Trabalhadores (PT).
- Escopo ou Extensão: participante não afetado pela ação do processo como em “FHC deu continuidade ao programa de privatizações iniciado por Collor de Mello”.
- Beneficiário: participante que se beneficia de um processo como em “[...] [as empresas] poderiam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade”.
- Atributo: participante que representa uma característica atribuída ao Ator ou Meta. É um participante próprio aos processos relacionais, no entanto pode compor outros tipos de orações. No caso abaixo, o Atributo se relaciona ao Fenômeno de uma oração mental (Halliday; Matthiessen, 2014), como se observa, “A população considerou insuficiente a

¹⁹ Os participantes constantes na definição estão sublinhados.

explicação sobre as reformas educacionais dada pelo governo brasileiro”.

2. **Processos Mentais:** processos que se relacionam ao mundo da consciência, indicam afeição, cognição, percepção e desejo. Constituem um componente de análise discursiva muito útil, pois contribui para desvelar crenças, valores e desejos em determinado texto. Os participantes selecionados são o Experienciador e o Fenômeno.

- Experienciador: participante consciente que experimenta o sentir, por isso é tipicamente humano ou coletivo humano (público, população, comunidade etc.), mas pode figurar também seres inanimados. Exemplifica-se esse participante em: “Collor conhecia o poder dos meios de comunicação de massa.”
- Fenômeno: complemento do processo que é percebido, compreendido ou sentido. É realizado tipicamente por grupos nominais como em “(...) a população já não acreditava mais em planos salvacionistas”.

3. **Processos Relacionais:** processos que estabelecem ligação entre entidades ao atribuir-lhes características ou identidades que são associadas a fragmentos de experiências, em virtude da natureza do processo de posse, intensidade ou circunstâncias se configura entre os participantes que são designados de acordo com os seguintes processos:

- a) Processos relacionais atributivos: evidenciam uma relação de natureza estática, entre dois participantes: Portador, que é aquele a quem algo é atribuído, e Atributo, aquilo que é dado. O exemplo a seguir, respectivamente, apresenta-os: “(...) Sara é uma sábia.
- b) Processos relacionais identificativos: representam uma relação de continência, ou seja, atribuem características comuns de uma classe a um membro particular dela. Há caracterização de uma identidade e ocorre como uma estratégia gramatical para avaliar (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 267). Selecionam como participantes Identificador e Identificado. O exemplo, respectivamente, apresenta-os: “[...] o Bolsa Família é o resultado da unificação de quatro outros programas criados no governo FHC: Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás”

c) **Processos relacionais identificadores:** representam a identidade de um ser, a caracterização de uma identidade e ocorre como uma estratégia gramatical para avaliar (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 267). Seus participantes são Identificado e Identificador, como no exemplo: “Um dos candidatos era o jovem jornalista Fernando Collor de Mello”.

4. **Processos Verbais:** tautologicamente, relacionam-se ao dizer em um sentido amplo. Isso se relaciona a qualquer representação simbólica de significado que pode ser expressa por meio da linguagem. Configuram-se entre os mentais e os relacionais. São muito usados em relatos. Seus participantes são: Dizente, Verbiagem, Receptor e Alvo.

- Dizente: participante inerente que comunica algo.
- Verbiagem: participante que representa o que é dito.
- Receptor: participante opcional a quem se dirige a mensagem.
- Alvo: participante que é atingido pelo processo verbal.

O exemplo será retirado de texto presente no Apêndice G, que será apresentado em caixa para maior clareza de sua classificação:

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar responsabilidades acusou, no final de 1988, o próprio presidente pelo mau uso do dinheiro público.

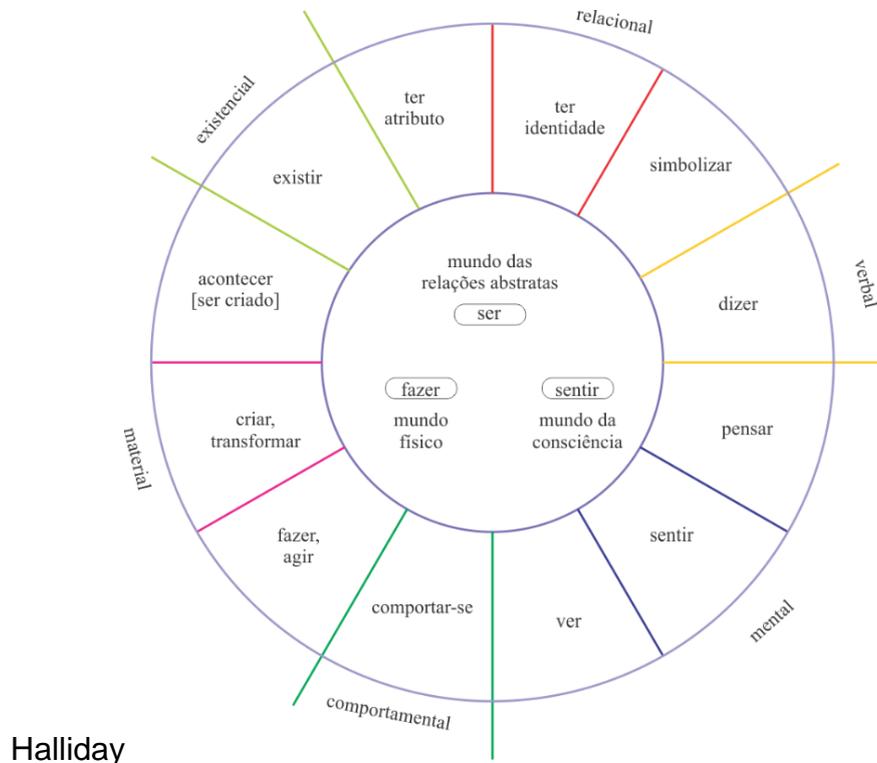
A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar responsabilidades	acusou	o próprio presidente	no final de 1988	pelo mau uso do dinheiro público
Dizente	Processo verbal	Alvo	Circunstância	Verbiagem

6. **Processos Existenciais:** selecionam apenas um participante e representam aquilo que existe ou acontece. Participante prototípico é o Existente como no exemplo: Houve um desalento.

7. **Processos Comportamentais:** relacionam-se ao comportamento humano fisiológico e psicológico. Situam-se entre o Material e o Mental. Selecionam, como participantes, Comportante e Comportamento. Em em “Ela dorme o dia inteiro”, há o primeiro tipo de participante.

Esses processos são representados na Figura 18.

Figura 18 - Representação dos processos do sistema de Transitividade e seu significado experiencial



Fonte: adaptado de Halliday; Matthiessen, 2004

3.2.3 Metafunção Textual

De acordo com a LSF, a Metafunção textual é uma das três Metafunções que compõem o sistema semântico de uma língua. Concentra-se na estrutura e na organização do texto, analisando como os elementos linguísticos trabalham juntos para construir coesão, coerência e propósito comunicativo. Considera, ainda, a sentença como mensagem, sendo codificada por um sistema temático, o qual é responsável por organizar os significados do mundo externo e psicológico do comunicador (o eixo da representação) e os significados interpessoais entre os participantes da comunicação (o eixo da troca) em um todo conectado e coerente.

No âmbito da léxico-gramática, os dois sistemas interagem em um fluxo de informação: estrutura temática e estrutura de informação. A estrutura temática informa como o autor orienta ou guia o leitor para a compreensão do fluxo de mensagens e informações. Desse modo, o Tema de uma sentença, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 112), se estende desde seu início até o primeiro elemento com

função experiencial, o qual deve ser incluído; todo o restante da sentença constitui o Rema. Como a identificação do sujeito envolve a função experiencial, o português permite múltiplos sujeitos, e a construção de sentenças pode incluir múltiplos temas.

A Metafunção textual, para o indivíduo no processo interacional, lida com as escolhas linguísticas que os falantes tomam para estruturar e organizar seus textos. Aspectos como progressão temática, consistência referencial, estrutura de discussão e organização da informação estão inseridos em sua composição, além de abordar o fluxo da informação.

Em relação à classificação do Tema, considerando sua natureza experiencial, há três tipos: Tema tópico, quando um elemento desempenha uma função (Participante, Processo ou Circunstância) do sistema Transitividade. Por outro lado, se sua origem for o sistema de Modo (vocativo, adjunto modal, elementos Q, metáforas interpessoais), será chamado de Tema interpessoal e, por fim, se vem do sistema Temático (elementos continuativos, sequenciadores, elementos conjunções), resulta no Tema textual.

3.3 Gênero

Esta seção é produto de uma demanda no contexto educacional. É notório os esforços que instituições e participantes diretos do processo educacional fazem em busca de inovações provocadas por novos caminhos para dirimir efeitos de uma educação que não inclua toda comunidade escolar, permitindo-lhe acesso democrático a todos os saberes. Nesse cenário, o estudo/ensino de gêneros se assenta como uma alternativa a fim de alcançar tais propósitos. Nesse âmbito, não há apenas uma alternativa, mas uma diversidade delas que podem atender a tais objetivos. Desse modo, segundo Bunzen (2003), acredito que o alinhamento com qualquer abordagem teórica deve orientar-se por questionamentos relativos aos participantes, aos objetivos, à concepção de linguagem envolvida.

Nesse sentido, algumas advertências são necessárias para contextualizar a reflexão pretendida: (i) a ilusão de que o ensino de língua por meio de gêneros possa magicamente solucionar problemas históricos na educação brasileira, enquadrando-se em um modismo, como advertiu Marcuschi (2008); (ii) o desvinculamento de que as noções de gêneros possam se estender a outras disciplinas, possibilitando um ensino mais reflexivo; (iii) a prevalência de uma perspectiva teórica como a única

validada para experiências em sala de aula, pois os PCNs, a fim de padronizar o ensino na Educação Básica, estabeleceram regras que o norteiam - fato indubitavelmente necessário - com base em determinada abordagem teórica que, no caso, do ensino de língua portuguesa, foi apoiar-se nos conhecimentos e experiências bem sucedidas da Escola de Genebra; e (iv) a cisão entre a produção acadêmica e a prática escolar, ou seja, nem todo o conhecimento produzido é compartilhado com celeridade aos professores da Educação Básica. Apesar da realizada constatada anteriormente, especificamente o fator iv, há outros estudos e experiências diversificados no contexto brasileiro, contudo não é tema desta pesquisa, como já explicado na introdução, dirigindo o interesse apenas para a teoria de gênero oriunda de estudos funcionalistas de Martin.

3.3.1 Gênero na abordagem da LSF

A LSF concebe que haja uma conexão entre o contexto social e a linguagem, cuja organização perpassa o estrato semântico-discursivo. Isso significa reconhecer que o texto pode ser resultado dos significados dispostos na interação social. Jim Martin²⁰ (1992, 1997, 1998, 2003), dando continuidade aos estudos de Halliday, sistematizou as relações entre o Registro e a léxico-gramática. Nessa ação, constituiu-se uma preocupação equilibrar uma descrição que valorizasse igualmente elementos do contexto como os elementos linguísticos/semióticos.

Tal relação é inerente à constituição funcional da língua, sendo organizadas, como já aventado anteriormente, pelas conhecidas variáveis de Registro, a saber: (i) Campo, que denota as relações sociais, as experiências de mundo, a ação social em que interagem esses participantes e descreve as atividades, esclarecendo quais são os participantes, os processos e as circunstâncias constantes nessa atividade. Ao estabelecer conexão com o mundo exterior, liga-se naturalmente à Metafunção Ideacional, que estabelece a relação da linguagem para representação do mundo social; (ii) Relações, que apresentam as interações constituídas no contexto e projetadas no texto de modo que a Metafunção Interpessoal se liga a essa variável, pois denota as relações sociais e as relações constituídas em torno de solidariedade e poder; (iii) Modo que organiza a disposição dos significados nos textos, constituindo

²⁰Embora os estudos de Martin sobre gêneros sejam francamente usados em pesquisas de interesse educacional, é necessário lembrar que os trabalhos de Hasan (1989) são propulsores para o olhar investigativo proposto posteriormente por esse pesquisador ao adaptar a abordagem de gênero.

equivalência com a Metafunção Textual, pois ela organiza, textualmente, as significações resultantes da atuação das duas outras metafunções.

Essa relação dinamiza a concepção de que as escolhas realizadas por usuários relacionadas ao gênero, definitivamente, impõem as seleções no nível do registro que, conseqüentemente, terá escolhas no nível da língua, apresentando a interdependência entre os contextos de cultura e de situação e entre este último a língua. Em outras palavras, como já se assinalou, o sistema movimenta seleções próprias a uma perspectiva paradigmática, ao passo que as estruturas selecionam disposições linguísticas sintagmáticas, assim, os estratos podem ser descritos em relação às dimensões de sistema e estrutura.

De acordo com essas concepções, Martin (1992) sistematiza a denominação *Registro* para representar as significações inerentes aos contextos de cultura e de situação, que são articulados nos sistemas de significados disponíveis no discurso. Evidenciam, desse modo, as *relações* entre participantes que podem ser iguais ou desiguais, próximas ou distantes. Os *campos* do discurso, por sua vez, centralizam atividades e/ou entidades, que podem ser específicas ou generalizadas. O *modo*, logo, compõe-se de um discurso que pode ser dialógico ou monológico. Nesse sentido, a LSF provê um conjunto de instrumentos para descrever os papéis da linguagem no contexto social e também elementos que tornem possível destacar as diferenças entre os textos.

Há cerca de 30 anos, Halliday enfatizou reflexões peculiares válidas, também, para o contexto educacional, assentadas em uma ancoragem semântica, que continuam válidas: aprendizagem da língua como um mecanismo para domínio de competências como ouvir, falar, ler e escrever; aprendizagem por meio da língua como uma possibilidade em que as atividades relacionadas ao mundo, as relações decorrentes dessa inserção e a consciência sobre as escolhas revela-se um mecanismo de expressão da experiência; e aprendizagem acerca da língua em que ela é o objeto de estudo, seja por seu sistema léxico-gramatical, por seu aspecto cultural ou, seja ainda, por suas variedades (variações no Registro). Christie (2004, p.18-9) sustenta que essa concepção linguística poderia ser utilizada como referência para uma aprendizagem ativa e consciente sobre a língua.

Reforçando a opção por uma abordagem funcionalista, cabe destacar que essa perspectiva concebe a língua de modo amplo para, em sua totalidade, construir e representar significados. Nesse sentido, a inclusão do contexto social como um

recurso observável e passível de compreensão por meio da semiose precisa ser levada em consideração pelos profissionais de educação, em especial, pelos professores. Essa é uma maneira de entender o porquê das escolhas linguísticas dos alunos nas atividades de produção textual em sala de aula. Nesse mesmo sentido, Avelar declara que

um modelo funcional de língua descreve o modo como a língua permite ao falante atingir um (grande) leque de propósitos sociais, interagir com o outro, construir o conhecimento do mundo, produzindo textos coerentes, bem estruturados quer no modo oral como escrito. [...] Seria, pois, imperioso ver reforçada nos programas a ideia de que o conhecimento explícito da língua inclui a descrição do modo como a língua varia em função dos contextos em que é usada: o modo como a língua da ciência (sentido restrito) difere do texto histórico; o modo como as escolhas do falante ao escrever uma narrativa diferem das que faz ao escrever um texto científico, para já não falar da distinção entre o oral e o escrito ou de como o falante orienta diferentemente as suas escolhas quando fala com os amigos ou ao fazer a apresentação oral de um trabalho académico (Avelar, 2011, p. 206).

De modo sintético, as relações entre contexto e linguagem e entre Gênero e Registro são cruzadas por estudiosos funcionalistas. A fim de elucidar o modo como as práticas sociais podem ser acessadas em/por textos, ou melhor, como o contexto pode estar constituído na linguagem, atendendo a fins didáticos, Martin sugere os conceitos de Gênero e de Registro, respectivamente, como formas de realização dos contextos de cultura e de situação.

Gouveia (2013) destaca que essa expansão dos conceitos de contexto de situação e contexto de cultura, realizados por gêneros e registros, permite visualizar o modo de constituição de diferenças e semelhanças entre os textos. Para o primeiro caso, adverte que as demandas culturais constituem variedades de processos sociais que se orientam por propósitos comunicativos específicos; no segundo, por sua vez, evidenciam-se as variações funcionais no sistema semântico, de acordo com o contexto de uso.

Essa taxonomia atendeu, inicialmente, a interesses de pesquisas acadêmicas desenvolvidas por Martin, além de ancorar pressupostos teóricos que apoiariam o projeto de Pedagogia de Gêneros desenvolvido nas últimas três décadas, na Austrália. É nesse cenário que se desenvolve a perspectiva teleológica de gênero em que Vian Júnior e Lima Lopes (2005), citando Martin (1992, p. 503), esclarecem que a teleologia “considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins, as etapas em que um texto se estrutura levam o usuário a uma conclusão, podendo ser

considerada como incompleta pelo falante/ouvinte caso essa conclusão não seja atingida”, enfatizando a realização em etapas.

É compreensível, desse modo, que o gênero tenha um sentido potencial, apresente aspectos mutáveis como qualquer outro sistema semiótico, pois se insere no conjunto de atividades humanas contidas em um sistema aberto (Fairclough, 2003). Essa concepção resulta no reconhecimento de que o processo interacional, em contextos específicos, pode requerer gêneros diferentes.

No âmbito escolar, a interação entre docente e estudante, por exemplo, pode se formar de diversos modos a fim de ampliar as experiências acadêmicas: a realização de uma feira cultural pode demandar gêneros como uma reunião, a produção e o cumprimento de uma agenda, formação de grupos de *WhatsApp*, reuniões por meio de plataformas como *Zoom*, *Google Meet*, a postagem de eventos em redes sociais, a produção de um relatório, uma carta aberta à comunidade escolar ou um convite para o evento, além do uso de diversos recursos multimodais que foram difundidos no período pandêmico.

Nesse sentido, Martin e Rose (2007) consideram que o maior efeito linguístico em relação às diferenças de propósito dos textos se constitui das etapas estruturais que os constituem. Esse conceito de gênero concebe que os textos realizam tarefas diferentes e, por isso, estruturam-se de modos distintos, ou seja, a relação entre texto e contexto é probabilística e não determinante.

Martin (2003, p. 6) justifica esse enfoque estratificado em virtude da relação entre linguagem e propósito social, de modo que o gênero serve como ancoragem para guiar o conhecimento sobre linguagem no ensino de leitura e escrita, principal preocupação da ‘Escola de Sydney’, para quem a teoria de gênero “é uma teoria de fronteiras entre o mundo social e a nossa familiaridade com as expectativas” (Martin, 2009, p. 13). Como afirmam Martin e Rose (2012), os gêneros evoluem em uma cultura para alcançar propósitos sociais comuns que são reconhecidos por membros da cultura, de modo que as etapas que apresentam são geralmente previsíveis para os seus membros. Por fim, gênero é um processo social orientado por propósitos comunicativos organizado em etapas, sendo social porque resulta de interações sociais e organizado em etapas porque as informações são sequenciais.

Como já apresentado neste trabalho, os avanços teóricos delimitados pela LSF advêm de seus esforços práticos em apresentar propostas que pudessem intervir nas práticas escolares a fim de propiciar maior inclusão. Dessa forma, toda sistematização

é oriunda de demandas escolares que foram ampliadas, à medida que conquistas eram alcançadas em níveis escolares mais elementares. Isso quer dizer que estudos a respeito de gêneros do mundo acadêmico ou das profissões foram acrescentados paulatinamente (Martin; Rose, 2012).²¹ Esse preâmbulo se faz necessário a fim de justificar que a proposta de gêneros da escola de Sydney apresentada aqui pode contribuir para o enfrentamento das necessidades e dos desafios da Educação Básica em nosso país.

Para melhor compreender a estruturação de gêneros, destaque-se que são organizados de acordo com aproximações tipológicas e topológicas. No primeiro caso, é necessário buscar elementos que tornem os gêneros distintos, pois a linguagem ou a semiose constitui sinal determinante para essa distinção, ao passo que, no segundo, é essencial perceber que traços podem aproximar os gêneros. Posto isso, fica mais simples compreender como os gêneros são dispostos nessa abordagem.

3.4 Semântica do discurso

O estrato semântico-discursivo trata de significados, aborda vários aspectos da organização de recursos usados no discurso (Martin, 2005) e é o mais abstrato entre os três propostos por Halliday e Matthiessen (2014): o semântico-discursivo, léxico-gramatical e grafonológico. É nesse estrato semântico-discursivo, além da oração, que se evidencia a compreensão dos significados, em outras palavras, a unidade de análise do estrato semântico-discursivo é o texto (Eggins, 1994, p. 82). Tais concepções coadunam-se à ênfase na ideia de que um texto não é apenas uma grande sentença, mas sim uma unidade semântica, cuja unidade de significado se realiza em frases.

²¹ Oliveira e Muniz da Silva sintetizam o percurso de pesquisas de letramento referidas nas PERSPECTIVAS DE CONTEXTOS escolares:

O projeto de letramento australiano atravessou três grandes fases, iniciando-se nos anos de 1980 com o *Writing Project* (1980-1985), liderado por Martin e Rothery – em que professores dos anos iniciais do ensino fundamental tinham o objetivo de familiarizar as crianças com os gêneros escolares – e o projeto *Language and Social Power* (1985-1990), que incluía alunos excluídos do sistema escolar. A segunda fase estendeu a pesquisa nos anos de 1990 para descrever os gêneros que os estudantes tinham de ler e escrever ao longo do currículo da escola secundária, conhecido como projeto *Write it Right* (1990-1995). Nesse projeto, expandiram-se as demandas de aprendizagem da escrita nas disciplinas de ciências, inglês, geografia, história e matemática em relação ao discurso do ambiente de trabalho, com foco nos gêneros utilizados nas indústrias científicas, na mídia e nos ambientes de trabalho administrativo. Na terceira fase, após uma década, os pesquisadores aplicaram o conhecimento e a experiência adquiridos nas fases anteriores para desenhar uma metodologia que integrasse leitura e escrita na aprendizagem dos gêneros curriculares da educação primária, secundária e superior, conhecida como *Reading to Learn*. (Oliveira; Muniz da Silva, 2017).

Contudo, Martin (2014) adverte que a LSF tem se ocupado constantemente com o que seria reconhecida como uma Semântica da oração, em virtude de trabalhos definitivos, citados por esse pesquisador, sobre as funções da fala, semântica de recursos ideacionais e redes semânticas que, respectivamente, foram desenvolvidas por Halliday (1984), Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e Hasan (1983, 1985, 1989). Tais fatos ensejaram a necessidade de transcender o nível de análise e conceber a análise além da frase, envolvendo o texto como uma realização discursiva e de construções de significações que foi reconhecida como Semântica Discursiva.

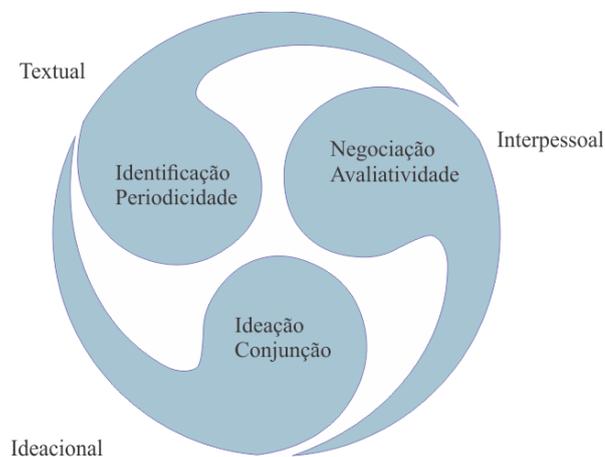
A fim de alcançar os propósitos embutidos nessa análise, Martin (1992) reinterpretou os laços coesivos como estruturas semânticas discursivas que se constroem por meio de sistemas interligados às metafunções da linguagem, recontextualizando o posicionamento anterior derivado da obra de Halliday, em que a coesão textual era alocada na metafunção textual. Desse modo, constituem sistemas de análise semântico-discursiva, permitindo fazer previsão acerca de estruturas que poderão figurar em torno de cada metafunção. Apresentam-se abaixo sucintamente esses sistemas:

- **AVALIATIVIDADE:** ocupa-se com a avaliação - os tipos de atitudes que são negociados em um texto, a força dos sentimentos envolvidos e os modos por quais valores são alinhados e direcionados a leitores. Assim, conectam-se a significados interpessoais, pois permitem a apreciação de interações sociais presentes em textos.
- **IDEAÇÃO:** resguarda o conteúdo do discurso ao explicitar atividades realizadas e os modos como essas atividades são descritas e classificadas em relação aos participantes.
- **CONJUNÇÃO:** investiga as conexões entre as atividades, fornecendo explicações, sequências, explicações, reformulações etc. Também compõe a metafunção ideacional, mas em relação ao seu componente lógico.
- **IDENTIFICAÇÃO:** apresenta o rastreio, o monitoramento de participantes por meio de sua introdução e controle de pessoas, lugares e coisas em um discurso. Esses são recursos textuais que indicam a maneira como o discurso constrói o sentido para o leitor, mantendo o controle sobre identidades.

- PERIODICIDADE: indica o ritmo do discurso, o fluxo da informação, interessando a forma como as informações são dispostas para serem processadas por interlocutores.
- NEGOCIAÇÃO: ocupa-se com a interação como uma troca entre interlocutores - como esses adotam papéis e os atribuem um ao outro no diálogo. Constituem elementos relevantes para classificação de gêneros e identificação de suas fases.

Abaixo, na Figura 19, apresenta-se a relação entre os sistemas e as metafunções.

Figura 19 - Relação entre sistemas e metafunções



Fonte: Martin, 2009

Além disso, cada sistema de recursos semântico-discursivos tem seu próprio sistema ou subsistemas. Por exemplo, o sistema de recursos semântico-discursivos de Avaliatividade, o que nos interessa nesta pesquisa, conta com três subsistemas: Engajamento, Atitude e Gradação (Martin; White, 2005, p. 38), isto é, as realizações discursivas, por meio de suas significações, representam posicionamentos a respeito dos outros. Nesse sentido, recursos também constituem meios de expressão do conteúdo do texto e são verificados por processos de referenciação que se operam dentro do texto e, por sua vez, permitem a emergência das identidades. Nessa perspectiva, a escolha de certas formas linguísticas nunca é arbitrária, pois é sempre motivada no âmbito de um grupo social e em um momento social específico. Fairclough (2001, p. 63) afirma que o "discurso é uma forma de prática social mais do que uma atividade individual ou um reflexo de variáveis situacionais".

Martin e White (2005) sugerem que os sistemas semânticos do discurso desempenham um papel fundamental na construção do significado dos textos. Esses sistemas são ferramentas linguísticas que nos permitem organizar e compreender o discurso textual. Martin e Rose (2007), por sua vez, informam que os recursos gramaticais e as relações lexicais executam um papel pertinente na distinção de aspectos da experiência. Nessa perspectiva, os primeiros são responsáveis por aplicar estratégias linguísticas que estimulam a interpretação, e os últimos complementam-nas e fornecem os padrões ideais necessários.

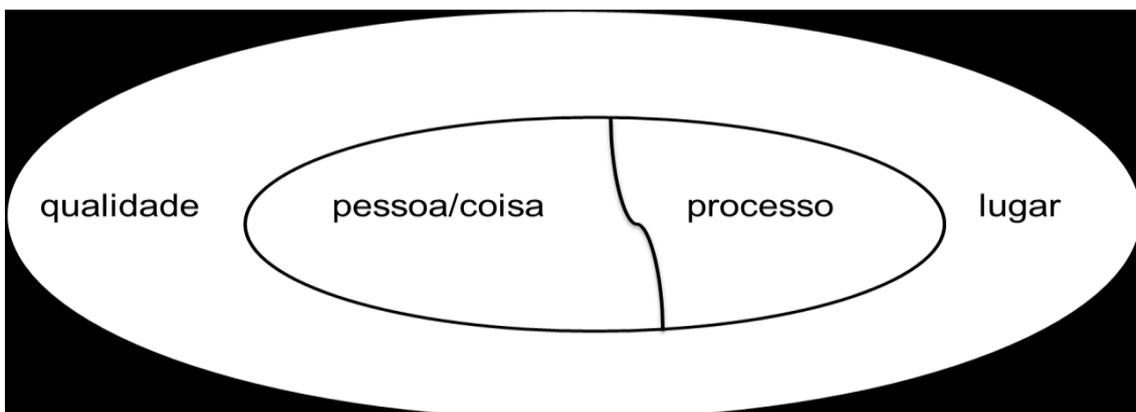
Embora se reconheça a relevância de uma análise fundamentada em categorias associadas à Semântica do Discurso, nesta tese, apenas a categoria de relações taxonômicas inseridas no sistema de IDEAÇÃO, apresentadas na seção 3.5.1.

3.4.1 Sistema de IDEAÇÃO

O sistema de IDEAÇÃO (Martin, 1992; Martin; Rose, 2007; Hao, 2015) é inspirado no modelo de experiência humana proposto por Halliday, que descreve o desvelamento de atividades estruturadas ou construídas por pessoas e objetos.

Martin e Rose (2007) apontam que o sistema de IDEAÇÃO se relaciona ao modo como a experiencição da realidade material e simbólica é construída no discurso. Nesse sistema, a sentença interpreta a experiência como um processo que envolve pessoas, coisas, lugares e qualidades e se concentra no 'conteúdo' do discurso, buscando decifrar e descrever os tipos de atividades realizadas e os participantes dessas atividades. A disposição desses elementos é representada na figura abaixo:

Figura 20 - Atividade como modelo de experiência



Como se observa na Figura 32, o envolvimento de elementos na experiência é representado, nas atividades, como elementos nucleares e periféricos. Na primeira condição, encontram-se processo e pessoas/coisas como centrais para compreensão da experiência, ao passo que lugar e qualidade são descritos como elementos periféricos.

O sistema de IDEAÇÃO, por fim, ocupa-se com as relações lexicais no nível do discurso, dividindo-se em três aspectos: relações taxonômicas, relações nucleares e sequência de atividade, cujo interesse se reduz apenas ao primeiro aspecto para essa análise.

3.4.1.1 *Relações taxonômicas*

A construção de relações taxonômicas no discurso é baseada em unidades semânticas de discurso conhecidas como “partes da mensagem”, descritas por Martin (1992, p. 293), para quem tal conceito é uma unidade semântica que desempenha uma função de categorização, por meio das taxonomias, de pessoas, lugares e coisas em um determinado campo do discurso, realizadas por nominalizações. É uma ação que envolve pessoas, lugares ou coisas e pode fazer parte de uma sequência de atividades, contudo, alternativamente, pode ser uma das qualidades associadas a uma pessoa, lugar, coisa ou ação.

Posteriormente, ao tratar do tema novamente, Martin e Rose (2007) referem-se às partes de uma mensagem que formam uma taxonomia como “entidades”. Conforme esses pesquisadores, as entidades no discurso não se limitam a uma referência concreta, tangível, pois, em alguns discursos, relações categóricas podem ser estabelecidas em torno de entidades “abstratas” como casamento, sequestro, tortura e direitos humanos. A respeito dessa classificação, o Quadro 28 sintetiza sua configuração.

Quadro 4 - Classificação de entidades

pronomes indefinidos		algum, qualquer, nenhuma coisa
concreto	cotidiano	homem, namorada, rosto, mãos, maçã, casa, olá
	especializado	enxada especializada, torno, caixa de velocidades
abstrato	técnico	inflação, metafunção, gene
	institucional	infração institucional, audiência, requerimento, violação, anistia
	semiótico	questão semiótica, assunto, carta, extrato

	genérico	cor, tempo, modo, maneira, gênero, classe, parte, causa
metafórico	processo	relação, casamento, exposição, humilhação
	qualidade	justiça, verdade, integridade, amargura, segurança

Fonte: Martin; Rose (2007, p. 114)

Como se observa no quadro anterior, Martin e Rose (2007, 113-114) apontam que as entidades dividem-se em quatro tipos: pronomes indefinidos, que indicam a imprecisão no discurso, ao passo que a oposição entre os modos concreto e abstrato reflete, no campo, a divisão fundamental de atividades na cultura moderna (Martin; Rose, 2007, p. 113), isto é, distingue entre aquelas comuns ao universo cotidiano, restrito às relações familiares e comunitárias, mediadas pelo contato interpessoal, e outras relevantes para o desempenho em profissões e instituições sociais como o direito, a medicina, a educação, que se organizam, no campo, prioritariamente, por meio de registros escritos.

Contudo, essa distinção não se esgota na exploração desses critérios, pois há outros modos de entidades concretas que se ocupam mais especificamente de funções profissionais do que de atividades cotidianas. Nesse universo, incluir-se-iam nomes de ferramentas e maquinários, tais como os exemplificados no quadro, destacando-se a possibilidade de aprendizagem informal, conforme a dinâmica do cotidiano, em que o domínio funcional desses objetos seria explicitado pela orientação ou experimentação.

Por outro lado, em oposição a essa possibilidade, ciências como a Economia, a Biologia ou a Linguística aludem a conceitos abstratos – por meio de expressões como inflação, metafunções e genes - em detrimento de objetos concretos, explorados em práticas de salas de aulas, pois sua compreensão demanda explicações no ensino formal, escolar.

Em continuidade, outro tipo de entidade abstrata seria denominada institucional, pois explora o uso de jargões, formando um vocabulário próprio ao exercício de funcionamento de instituições, como as leis, crimes, julgamentos, reclamações, violações, anistias relacionadas à lei.

A entidade semiótica, por sua vez, pode ser referenciada em qualquer campo, contudo é mais comum na área da Linguística, na modalidade escrita, ao explorar elementos discursivos e sua terminologia.

A última distinção de entidade abstrata, denominada genérica, diz respeito ao uso de palavras de sentido geral, mas representariam um sentido de determinação teórica, de modo que palavras como classe, gênero, modo, função e outras passam a ser usadas com sentido específico em determinadas áreas do saber.

Por fim, as entidades metafóricas organizam-se em torno de dois processos de metáforas ideacionais, derivadas de processos, tais como casamento, humilhação, relacionamento ou de qualidades como justiça, integridade e segurança.

Embora julgue relevante a necessidade de categorização das entidades, há imprecisões no arcaçouço delineado por Martin e Rose. De um modo geral, isso se deve a um olhar de cima para baixo como também adverte Hao (2015, p.48), gerando incertezas nos níveis do campo da Semântica do Discurso. Apenas para exemplificar, expõem-se três aspectos, apontados pela pesquisadora em sua tese, que fragilizam a proposta apresentada.

Em primeiro lugar, as distinções tipológicas propostas para categorias abstratas não separa claramente se as características selecionadas se reservam ao campo ou à semântica do discurso, pois a relação um-para-um não elucida de que elemento se trata, impondo dúvidas à análise do discurso.

Em segundo lugar, a distinção entre entidades "concretas" e "abstratas" tornou-se indistinta. Com base na explicação de Martin & Rose, as unidades concretas são concretas e podem ser definidas superficialmente. Mas entidades "abstratas" e técnicas como pássaros e ouriços-do-mar também podem ser "concretas". Os pássaros que o público em geral vê nos parques e os ouriços-do-mar encontrados nas praias não são os mesmos seres que os biólogos observam, mas aparecem em ambos. O fato de uma mesma palavra poder referir-se a fenômenos de diferentes domínios também foi reconhecido por Wignell et al. (1993). O sistema de entidades em sua forma atual não expõe tal distinção.

Em terceiro lugar, por fim, as entidades figurativas listadas na Tabela 2.7 são tratadas como exemplos de metáforas gramaticais. Por definição, as metáforas gramaticais envolvem tensões entre as camadas semântica e lexicográfica do discurso (Halliday, 1985; Martin, 2008). Em outras palavras, instâncias de metáforas gramaticais não são instâncias de significado no nível da semântica do discurso. Exemplos de certeza, verdade, expressão etc. podem ser implantados no discurso de maneira relativamente consistente (isto é, certo/incerto, verdadeiro, desmascarado) e, portanto, podem construir lexicograficamente a mensagem semântica de um discurso

ou parte de um evento ao caracterizar qualidade como uma mensagem. Uma discussão da metáfora gramatical como tensão de estrato é tratada na seção 3.6.

3.5 Metáfora Gramatical

Discursos históricos, conforme atestam Pinuer e Oteíza (2016), no domínio da realização de significados da léxico-gramática, partilham características linguísticas com outros discursos científicos, como nominalizações, grupos nominais próprios ao discurso abstrato e o uso frequente de outras estruturas metafóricas, representando dificuldades de acesso ao potencial semiótico da linguagem para estudantes, que não dominam sua articulação às atividades educativas.

Nessa seção, destaca-se a metáfora gramatical como recurso lógico-semântico para construção de significado e algumas formas de sua ocorrência. Como ponto de partida sobre esse tema, destacam-se as ideias de Thompson (2004), para dimensionar a amplitude conceitual desse recurso, adverte que a metáfora é uma extensão previsível de flexibilidade e multifuncionalidade linguísticas, em que qualquer elemento linguístico evolui a fim de cumprir uma determinada função no contexto situacional.

A metáfora gramatical, como proposta por Halliday (2014, p. 665-666), distingue-se da conhecida metáfora lexical que, grosso modo, se associa à variação de significado de uma palavra, ao passo que a metáfora gramatical se associa a modos de variação em que um significado pode ser expresso ou realizado no sistema linguístico, resultando em uma tensão entre os estratos semântico-discursivo e léxico-gramatical. Esse pesquisador aponta que essas diferenças resultam de enfoques distintos como a visão de baixo e visão de cima. Na primeira situação, é tomada a palavra como ponto de partida, enquanto, na segunda, o significado é o ponto de partida.

Evidenciadas as diferenças entre esses tipos de metáfora, cabe salientar a definição apresentada por Pinuer, Oteíza e Molina (2020, p. 165), que resumem metáfora gramatical “como uma codificação não congruente da experiência que hibridiza uma estrutura (Coffin, 2016) e ressignifica a relação entre semântica e gramática (Taverniers, 2017)”. Essa distinção entre formas congruentes e não

congruentes são explicadas de modos distintos, diversos autores²² optaram por representá-las, dirimindo a abstração encapsulada nas expressões que as usam, contudo optou-se pelo formato apresentado no quadro 5:

Quadro 5 - Formas de codificação congruente e não congruente

semântica do discurso	sequência		
	figura (causa)	conexão	figura (efeito)
léxico-gramática (realização metafórica) ou não-congruente	A apuração do esquema de corrupção na Petrobras, a prisão e uma sucessão de delações premiadas	<i>levaram</i>	o governo Dilma à paralisia
	Participante grupo nominal	Processo grupo verbal	Participante grupo nominal
	oração		
léxico-gramática (realização congruente)	Apurou-se o esquema de corrupção, prendeu-se e delações premiadas sucederam	<i>então</i>	o governo Dilma paralisou
	oração	conector	oração
	complexo oracional		

Fonte: Oliveira, 2024 baseado em Leiva (2022)

Antes de tratar do exemplo apresentado no Quadro 5, é pertinente salientar que a realização de uma metáfora pode dar-se de forma congruente, quando acontece dentro da tipicidade linguística e de forma não-congruente, quando a configuração gramatical é diferente da congruente, isto é, cada configuração semântica realiza-se léxico-gramaticalmente por uma expressão esperada, por exemplo, tipicamente nomes, substantivos representam entes e processos codificam acontecimentos. Por outro lado, há situações em que sentidos são transferidos, a expressão de significado é metafórica em relação a uma forma diferente de expressar o mesmo sentido, que seria mais congruente, constituindo uma forma não congruente.

²² Conferir Thompson (2004, p. 234-237), Halliday e Mathiessen (2014), Martin (1992, p. 406-416), Taverniers (2003) que fazem distintas representações para compreensão dos conceitos de realização congruente e não-congruente.

Nesse contexto, voltando a atenção para o exemplo apresentado, observa-se que, no quadro acima, há uma sequência - expressa metaforicamente por uma oração, na qual a figura representante da ideia de causa - o agente - e a figura de efeito são realizados como grupos nominais, cujos núcleos são representados por nominalizações como “apuração”, “prisão” e “sucessão” e a conexão implícita é feita por um Processo - levaram. Mais abaixo, há uma proposta de realização com sentido equivalente, na qual cada grupo nominal é realizado por uma oração, formando um complexo oracional ligado por um conector (então). Nesse caso, a forma congruente refere-se à realização de enunciados de causalidade, nos quais a realização por meio de um conector, uma conjunção são recursos previsíveis, explícitos, congruentes, ao passo que sua representação por meio de um Processo já a torna implícita.

Estabelecida essa distinção, é relevante enfatizar que a realização congruente não é melhor, mais frequente ou mesmo funciona como norma e a metáfora gramatical, por sua vez, não é simples alteração de modo da linguagem, pois a escolha do falante por uma forma metafórica cria novo significado, novo construto da experiência. Halliday e Matthiessen (2004) asseguram que as formas não-congruentes ou metafóricas são comuns à linguagem da vida adulta, elas firmam-se como possibilidade linguística no início da adolescência, por isso o estudo de certos gêneros textuais indica a necessidade de certo amadurecimento cognitivo que se revela a partir dessa faixa etária.

Hao (2018), citando Halliday (1998), enfatiza, oportunamente, que a metáfora gramatical, no discurso científico, por meio do discurso vertical, cria cadeias de raciocínio e tecnicidade. Nesses termos, permite que significados constantes em oração sejam empacotados/encapsulados em um Ente para que a relação causa-efeito seja, eventualmente, desenvolvida mais adiante na estrutura argumentativa do texto.

Inicialmente dois tipos de metáfora gramatical foram propostos: metáfora ideacional ou experiencial relacionada à transitividade e a metáfora interpessoal relacionada ao Modo. A última associa-se ao papel do falante, apresentando a responsabilidade modal de forma menos óbvia, um efeito discursivo relevante para qualquer análise de discurso pretensamente crítica. A primeira, por sua vez, em virtude de seu estilo de construção, processos (verbos) e atributos (adjetivos) são realizados metaforicamente por Entes (substantivos).

Embora não tenha sido apontada por Halliday anteriormente, Martin (1992, p. 416-417) reconhece a possibilidade de existência de metáfora gramatical textual, pois, argumenta o autor que os sistemas discursivos podem ser usados para construir textos como realidade social “material”. Explica, ainda, que não se vincula ao significado lógico e envolve a realização de sequências de figuras conectadas por conjunções. Em outras palavras, refere-se à realização metafórica do sentido carregado por essas conjunções. Nesse sentido, sua realização se dá por meio de Entes, Processos ou Circunstâncias reconstruindo as relações léxico-gramaticais congruentes.

3.5.1 Metáforas Ideacionais

Embora as metáforas ideacionais possam ser realizadas, conforme Moss e colaboradores (2013), por nominalização, participantes inanimados, processos causais, presente histórico, orações não ergativas, apresentam-se nesta subseção apenas os dois primeiros casos, os demais casos, com exceção das orações não ergativas, são definidas, respectivamente, na seção sobre causalidade, e de tempo.

3.5.1.1 Nominalização

Com base na sua especificidade léxico-gramatical, a nominalização²³ pode ser interpretada como uma metáfora gramatical, ou seja, como uma codificação não congruente da experiência que hibridiza uma estrutura (Coffin, 2016) e remapeia a relação entre semântica e gramática (Taverniers, 2017).

Certamente, um aspecto diretamente relacionado ao uso de metáfora gramatical em um texto é o fato de o texto ser oral ou escrito, pois se diferenciam quanto ao padrão de uso metafórico. Geralmente, a língua oral é gramaticalmente complexa por meio de uso de estruturas paratáticas ou hipotáticas e a língua escrita é densa lexicalmente ao empacotar muitos itens lexicais ou significados²⁴, situação recorrente em relação à nominalização.

Nesse sentido, afirmam Halliday e Matthiessen (2004, p. 656), que o uso de processos de nominalização surtem os seguintes efeitos: i) a despersonalização da oração e o escamoteamento do ator/ sujeito; ii) a distinção entre o especialista –

²³ Conferir Serra (2022) para exploração minuciosa de nominalização em textos argumentativos.

²⁴ Cf. Halliday e Matthiessen (2004, p. 654)

geralmente, o autor do texto – e o não-iniciado – o leitor; iii) a possibilidade desses grupos nominais figurarem como tema contribuindo para progressão temática do texto.

Longe de esgotar a possibilidade de realização léxico-gramatical da nominalização, é relevante acrescentar o conceito de lexicalização²⁵, que se associa a algumas metáforas gramaticais desse tipo, pois alguns elementos linguísticos, no discurso científico, podem adquirir tecnicidade e o termo não equivale a sua forma congruente. Esse fenômeno, é reconhecido por Halliday (1994), descrito como metáfora morta, uma vez que o significado é cristalizado e não apenas uma realização linguística metafórica. Para ilustrar, o termo “redemocratização” é concebido, de acordo com essa distinção, como um nome que extrapola a formação não-congruente apenas, seu significado comporta uma terminologia própria ao campo da História, incorporando diversos eventos que o compõem em um decurso temporal.

Contribuindo para essa reflexão, Oliveira (2010) argumenta que historiadores utilizam estratégias para descrever e explicar acontecimentos passados na construção do discurso histórico, sendo a nominalização bastante recorrente, pois recursos gramaticais como nomes e grupos nominais articulam a constituição de textos no processo de transmissão de informações. Durante esse processo, eventos ou atividades podem ser condensados e apresentados como nomes, isto é, informações detalhadas ou estendidas são comprimidas e encapsuladas em um único nome, ainda que se refira a uma sequência de eventos.

A respeito de tal uso, pode-se citar o grupo nominal “ditadura civil-militar” que compõe o campo que antecede o processo de redemocratização tratado nos livros de História. O termo não se refere a um único evento, mas resume uma série de eventos e atividades relacionadas. De uma perspectiva gramatical, o termo é claramente um grupo nominal, porém, semanticamente, refere-se a um conjunto diversificado de eventos e ações. A nominalização dá aos historiadores a capacidade de tratar os eventos como Entes. Compreender, por fim, que grupos nominais têm a capacidade de consolidar uma grande quantidade de informações é relevante, pois permite que os alunos os percebam como um recurso que envolve série de eventos e ações condensadas em um elemento linguístico.

²⁵ Conforme Barreto (2012), “lexicalização refere-se à adoção de um determinado termo pelo léxico de uma língua, como uma formação usual, institucionalizada. Nesse sentido, o léxico é entendido como o inventário de formas lexicais e gramaticais, adotados [...]do léxico, da morfologia ou da sintaxe”.

3.5.1.2 *Participantes inanimados*

Esta metáfora, segundo Moss *et al.* (2013, p. 99), refere-se à associação de seres não animados a processos que requerem seres animados. É resultado da incongruência entre Processo e Participante. Observam os autores que, esse tipo de recurso metafórico se assemelha a uma metonímia, contudo envolve a utilização de um processo diferente da metonímia que não inclui participantes humanos na versão da metáfora.

Em outras palavras, a metáfora do participante não animado é uma espécie de metonímia em que os Participantes Animados, os verdadeiros atores sociais responsáveis, são omitidos. Por exemplo, quando há, um enunciado como “Em 2015 o Brasil ganhou, pela quarta vez consecutiva, o primeiro lugar no ranking mundial de violência no campo, segundo a ONG internacional Global Witness.”, os agentes brasileiros responsáveis pela violência no campo são omitidos. Utilizar Brasil como Ator do Processo material ganhou carrega um sentido coletivo que agrupa a população brasileira como princípio de pertencimento, mas não aponta quem deveria zelar pela população rural no país.

3.6 Causalidade em textos históricos

Antes de delimitar o escopo teórico que explora a causalidade em textos, julga-se necessário afirmar a relevância social de sua compreensão, no contexto escolar. De modo simples, recorre-se à metáfora da cebola, um bulbo com várias folhas em camadas, sendo essas últimas a motivação para seu uso. Entender que a causalidade pode ser realizada em uma camada menos aparente, abre possibilidades de produção, leitura e interpretação crítica de textos, sendo esse um caminho eventual para práticas inerentes ao contexto escolar.

Embora a causalidade pareça, nesse cenário, mais um tema associado à potencialidade de representação ou recontextualização do conhecimento ou à possibilidade investigativa para linguistas, o desvelamento dos processos de construção de significado por meio de recursos léxico-gramaticais direcionado às práticas pedagógicas delineiam um espectro mais amplo, pois o compartilhamento de seus resultados para gestores de políticas públicas, docentes em atuação pode constituir medidas de intervenção educacional que contribuam para formação crítica

de atores implicados diretamente nesse processo: professores e estudantes²⁶. Em relação aos primeiros, esse conhecimento linguístico pode tornar-se instrumento de trabalho para conduzir suas práticas em sala de aula; para os últimos, por sua vez, é um meio para constituição de letramentos.

Contudo, nem sempre há diálogo suficiente, entre as áreas envolvidas com o conhecimento escolar, para que o compartilhamento desse conhecimento possa ser tão efetivo. É comum atores envolvidos, no campo da educação – especialmente, formadores, referendarem percursos que contribuam para formação crítica e emancipadora de estudantes, contudo atingir tal objetivo é complexo na sociedade brasileira.

Essa complexidade atinge frontalmente a disciplina de História, especialmente, nos últimos tempos, quando patrulhamento ideológico²⁷ passou a afetar mais diretamente o material didático, utilizado em sala de aula, por isso conhecer a constituição discursiva desses manuais seria uma estratégia de empoderamento docente que poderia argumentar cientificamente sobre a exploração do conhecimento. Dessa forma, explorar as relações de causa e efeito distribuídas nos livros didáticos pode formalizar uma exploração significativa dos sentidos construídos nos textos. A respeito desse tema, Caels e Alexandre ponderam:

O incremento gradual da causalidade nos textos de História – sejam eles textos que se destinam a ser lidos sejam textos a ser produzidos pelos alunos – pode parecer um dado óbvio. A prática, porém, mostra que esta transição passa muitas vezes despercebida e/ou é trabalhada de forma pouco explícita em sala de aula. Embora se trate de uma dimensão estruturante do conhecimento especializado da História, a diferenciação entre os propósitos narrar e explicar e o seu contributo na construção dos textos pressupõe uma análise linguística detalhada, para a qual os professores poderão estar menos sensibilizados, em virtude da sua formação de base e/ou da sua experiência profissional. Não se reconhecendo a diferença entre os propósitos e os recursos que os concretizam, tornar-se-á inevitavelmente difícil apoiar os alunos na sua apropriação (Caels; Alexandre, 2021, p. 8).

De modo geral, a causalidade é um assunto amplo e envolve diferentes perspectivas sobre as diversas abordagens que se interessam em estudá-lo, tais como a Lógica, a Filosofia e tantas outras. Não é apenas um tema fundamental para

²⁶ É necessário informar que não se trata de uma declaração proveniente de uma visão romantizada da realidade educacional, pois trabalhando, nesse setor, há tanto tempo, acompanho a morosidade que determina as mudanças na educação, em virtude de fatores políticos, econômicos, ideológicos. Contudo, acredito que ação e atuação, em qualquer das esferas, pode promover alguns efeitos que alteram a dinâmica na sala de aula.

²⁷ Na última década, há muitos movimentos de oposição à relevância da disciplina de História no currículo escolar. A atuação de representantes do movimento “Escola sem partido”, inclusive no Congresso Nacional, tem gerado impacto sobre a produção de materiais didáticos e atuação de docentes. Trata-se de uma questão delicada e complexa. Para ampliar as informações acerca dessa situação, conferir Fontes e Rocha (2019).

os proponentes da descrição da função da escrita e da linguagem científica, mas também um elemento associado à instanciação de gêneros textuais.

Nesta tese, como já apontado, em outros espaços, importa compreender como recursos linguísticos representam relações de causa e efeito no discurso histórico. Estudos anteriores (Martin, 1992; Coffin, 2004, 2006; Rose, 2015; Hao, 2018; Leiva; Oteíza, 2023)²⁸ indicam que a causalidade pode ser expressa, por exemplo, de modo congruente por meio de elementos do sistema de Conexão e incongruente se forem utilizados processos causais, nominalizações (já brevemente exploradas na seção anterior).

É interessante perceber a ideia social relacionada à causalidade, que perpassa uma definição meio tautológica, é restrita ao campo semântico de causa, é como se fizesse parte do conhecimento experiencial dos indivíduos. A grande maioria compreende que causa está associada a circunstância que deu origem e motivo, associada a um fato. De acordo com Halliday e Matthiessen (1999 *apud* Hao, 2018), causalidade é compreendida na LSF como recursos que realizam conexões lógicas entre acontecimentos ou figuras²⁹.

Antes de tratar das categorias relacionadas à causalidade, é relevante destacar algumas relações lógicas presentes na construção de textos. A primeira delas seria de relações implícitas e explícitas (Martin, 1992). Estas são reconhecidas por terem conjunções como nexos, ao passo que aquelas não dispõem de conjunções na constituição de orações ou complexos oracionais. Note-se que, de acordo com esses parâmetros, as metáforas gramaticais podem constituir relações implícitas.

Há, também, relações internas e externas. Martin (1992, p. 180) retoma inicialmente a definição de Halliday e Hasan (1976) de relações retóricas e experienciais, traçando uma similaridade, respectivamente, entre essa proposição e relações internas e externas. Assim, as primeiras constituem a organização do próprio texto e não a do mundo descrito no texto, enquanto as últimas para o que acontece fora do texto. Sobre essa distinção Martin assegura:

Uma interpretação menos materialista, com base na abordagem semiótica do contexto [...] poderia ser estruturada da seguinte forma: isso trataria as relações externas como sendo, em geral, orientadas para o campo - elas codificam a organização institucional de nossa cultura. As relações internas,

²⁸ Neves (2016) apresenta um breve estudo sobre complexos oracionais, em língua portuguesa, sob a perspectiva funcional. Há também a clássica obra de Garcia (2015) que aborda ideia de causalidade.

²⁹ Figuras, na Semântica do discurso, são configurações semântico-discursivas de ocorrência ou estado, realizadas por meio de orações (Leiva; Oteiza, 2023).

por outro lado, são orientadas para o gênero (incluindo a estrutura conversacional que realiza o gênero em modos dialógicos) - elas codificam a organização do texto conforme ele é formulado para construir nossa cultura. (Martin, 1992, p. 180)

Como se observa, de forma resumida, relações internas estruturam semiose, ao passo que as externas se referem à estrutura do mundo.

A fim de sistematizar a abordagem de relações causais exploradas nos textos históricos, utilizam-se, como princípio organizador, categorias exploradas por Coffin, (2004; 2006), sistematizadas no quadro 6 e exploradas em seguida.

Quadro 6 - Categorias causais e recursos da léxico-gramática

Categorias semânticas causais	Recursos da léxico-gramática	Exemplos
Causalidade – habilitação/determinação	Conjunção causal + oração dependente	“Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985 , pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.”
	Circunstância de causa	“...o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços. ”
	Adjunto conjuntivo externo	“...se você no fundo deseja da mesma forma, então chegará um dia que você fará as mesmas coisas. ”
	Processo causal externo	“As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações.”
Causalidade abstrata	Nominalização	“Entre os diversos fatores que contribuem para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de drogas, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.”
Dedução da importância histórica	Adjunto conjuntivo interno	“Políticas afirmativas são políticas públicas e privadas desenvolvidas para combater a discriminação de raça, gênero, idade e outras e corrigir os efeitos de práticas discriminatórias ao longo da história. Portanto , visam promover a representatividade, a valorização e a inclusão socioeconômica de todos os cidadãos.”
	Processo causal interno	“Dados recentes mostram uma melhoria nos índices da educação brasileira de forma geral.”
Avaliação da causalidade	Epítetos	“ Indignados , os pais denunciaram a concessionária.”

Fonte: Oliveira (2024), adaptado de Coffin (2006)

Considerando a realização de complexos oracionais, a primeira distinção construída refere-se à oposição entre a habilitação ou determinação da relação de causalidade, que se baseia em uma estrutura experiencial de causa e efeito. Para explicar essa concepção, Martin (1992, p. 193-194) a exemplifica por meio de dois enunciados, concebendo que a oposição básica entre essas relações se constrói por meio de estruturas que explicitem “como” e “por quê”. Inicialmente, propõe o diálogo:

*“Como vocês ganharam?
- Treinando muito.”*

Nele, indica que a pergunta elaborada com o advérbio interrogativo de modo “como”, demanda a compreensão de que houve exploração de uma potencialidade e as condições necessárias foram satisfeitas, tornando as condições do evento habilitadoras para que causa e efeito sucedam. Geralmente, conjunções de modo ou preposições como “por”, “por meio de”, “através de” expressam o meio ou modo pelo qual um evento ocorreu. De modo resumido, responde-se à pergunta “como”.

Em seguida, propõe o seguinte exemplo:

*“Por que vocês ganharam?
- Porque nós treinamos muito.”*

Nesse último exemplo, há uma relação determinística, uma obrigação inerente, imposta pelo contexto, pois obter a vitória é resultado de treino exacerbado. Em outras palavras, treinaram muito para vencer.

Coffin (2006), em seu turno, esclarece que, nas relações determinantes, há uso de conjunções ou preposições que indicam consequência (por exemplo, como resultado de, por causa de, assim), finalidade (para que, de modo a, com a finalidade de, para) e condição (se, caso, desde que, contanto que).

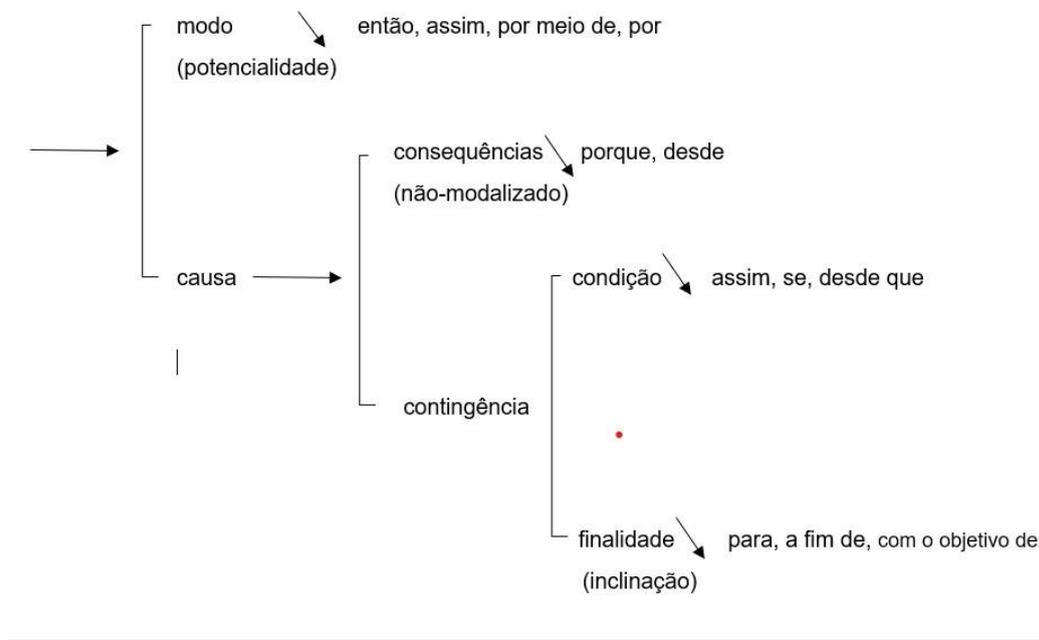
Esclarecida essa distinção, segue-se a exploração de realizações de causalidade por determinação ou habilitação. A primeira ocorrência – “Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas **porque a democracia foi instaurada a partir de 1985**, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.” - apresenta a ocorrência de conjunção relacionada à causalidade em um complexo oracional, no qual há uma conjunção seguida por uma oração dependente, no eixo

tático, que imprime um tom de determinação ao evento por meio do uso da conjunção porque, apresentando uma relação de causa, motivação associada à liberdade de expressão, pois a manifestação popular nas ruas só existe em virtude da instauração da democracia a partir de 1985.

No segundo caso, a possibilidade de expressar causalidade se dá por meio de uma Circunstância de causa. Esse tipo de estrutura usualmente é realizado por meio de grupos adverbiais ou preposicionais, podendo ocorrer junto a qualquer tipo de processo. No exemplo dado: "...o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.", a Circunstância indica uma condição necessária, uma ocorrência obrigatória entre causa e efeito. Coffin (2006) indica que essas relações causais podem ser expressas por modo (maneira), causa, consequências (relação estabelecida de causa e efeito), condição e finalidade.

Existem outras possibilidades para expressar essa formação léxico-gramatical de complexo oracional com nexos causais, as quais são sintetizadas na Figura 21.

Figura 21 - Opções de conjunções relacionadas à ideia de causa



Fonte: adaptado de Martin (1992, p. 195)

O penúltimo tipo proposto refere-se ao Adjunto conjuntivo externo. Tal recurso, conforme Halliday e Matthiesen (2014), compõe a construção da metafunção textual, pois estabelece uma relação de contextualização entre a oração “como mensagem” e

alguma outra parte do texto, geralmente, um trecho anterior. Informam ainda os autores que as relações lógico-semânticas são essenciais para contextualização dessas informações, por meio da coesão textual.

É comum que Adjuntos conjuntivos façam parte do Tema da oração, contudo podem ocorrer em outras posições na oração, implicando construção de sentido distinta. No exemplo utilizado: “...se você no fundo deseja da mesma forma, **então chegará um dia que você fará as mesmas coisas.**”, o termo “então” conecta as orações do complexo oracional, organizando o texto e ofertando informações acerca do contexto ao leitor, apesar de a situação ser hipotética, contingencial.

Encerrando as possibilidades de realização de causalidade, apresenta-se a ocorrência de processos causais externos, os quais são também classificados como metáforas gramaticais, pois a expressão de causa não é realizada por meio de uma conjunção, mas por uma opção léxico-gramatical incongruente, um processo. No excerto usado no Quadro 6, “As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef **alimentaram** as investigações.” - o processo material “alimentar” estabelece a relação entre delação (causa) e investigação (efeito), além de mostrar que não era um fator determinante, mas potencial para sua execução, uma vez que nem toda delação resultará em uma ação investigativa posterior.

Um recurso usual, no discurso científico, é a passagem da linguagem concreta para abstrata por meio de diversos. Martin (1998) postula que a influência do discurso científico tem suas raízes na capacidade de controle sobre os recursos materiais por meio da tecnologia, tornando-o um elemento indispensável na configuração do poder na sociedade ocidental.

No mesmo sentido, a formação retórica de um texto em torno de conceitos abstratos, ideias e elementos causais, preterindo a explicitação de agência de Atores, como adverte Eggins (1994), configura escolhas autorais que impactam significativamente em seu formato, especialmente, na metafunção Textual, embora um mesmo conteúdo possa ser expresso por diferentes recursos sóciossemânticos, sem se esquecer de que a escolha por determinadas formas linguísticas, por exemplo, repercutem posicionamentos e significados ideológicos.

Considerando tais aspectos, dimensiona-se a relevância da nominalização para constituição do discurso científico e até mesmo sua recontextualização no discurso pedagógico, apenas é ilustrada no trecho do texto: “Entre os diversos **fatores**

que contribuem para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de drogas, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.” No caso, em um complexo oracional formado com processo relacional, a lexia “fatores” organiza a apresentação da relação causal, além de retirar a explicitação ação agentiva dos atores responsáveis por tal situação. Além dessa ocorrência, há o caso de desigualdade social, desemprego que são metáforas mortas, uma vez que constituem o conhecimento técnico de áreas como a Economia e a Sociologia, e outras como sensação, impunidade e ineficiência.

Orientadas para organização interna do texto, há as ocorrências de Adjuntos conjuntivos internos e processo (verbais) internos. No primeiro caso, o recurso léxico-gramatical é utilizado para construir o nexos causal, além de ser um elemento relevante para coesão e constituição do gênero, associado à sua fase, em algumas situações (Rose; Martin, 2012). O uso de “portanto” como operador argumentativo, classicamente, representativo de uma conclusão, pode ser compreendido, no excerto, na concepção de Halliday e Matthiessen (2014, p. 619) como um recurso para indicar o efeito, a razão ou o resultado da implantação de políticas públicas.

Os processos internos, oportunamente, são ferramentas que auxiliam a organização persuasiva³⁰ do texto, em razão de o conhecimento passar por uma voz do autor, que interpreta os eventos históricos e conduz uma linha de pensamento, em vez de relacionar eventos diretamente. No excerto: “Dados recentes **mostram** uma melhoria nos índices da educação brasileira de forma geral.”, o processo material “mostram” têm um Ator inanimado – dados recentes – e atenua a incidência causal entre as partes.

Por fim, Garcia (2015) assegura que o deslocamento de termos de uma oração pode configurar um uso circunstancial de causa. No exemplo utilizado: “**Indignados**, os pais denunciaram a concessionária.”, a topicalização ou tematização do termo “indignados” representa a motivação para que sucedesse a ação, além de evidenciar um caráter avaliativo do autor acerca do evento.

³⁰ Faz-se uma ressalva quanto ao uso do termo persuasiva, uma vez que não significa, nesse caso, que os textos são argumentativos. Contudo, reconhece-se que, na interação social, há o objetivo de manter o contato interpessoal, por isso busca-se manter audiência, convencendo, persuadindo por meio da imbricação entre gênero e linguagem.

3.7 Tempo em textos históricos

A experiência do tempo atravessa a história, pois todas as referências constituídas acerca da existência são medidas por esse conceito. A relação entre o tempo e a história, assim, é um tema de profunda reflexão nos campos da filosofia e da historiografia, pois o tempo desempenha um papel fundamental na construção e compreensão da história, além de ser a dimensão, na qual os eventos históricos se desdobram, sendo um elemento essencial na narrativa histórica.

Theo van Leewen (2008), em seu turno, informa que a forma de lidar com o tempo resulta de atividade de cronometragem, ou seja, a atividade de medir um tipo de atividade ou sequência de eventos comparando-a a outra. Tal fato denota a propriedade relativa do tempo, cujos períodos ou eventos só fazem sentido se relativizados, principalmente, entre as noções de passado e futuro, pois o presente é o ponto de partida.

Contudo nem sempre, em textos históricos, a noção de tempo está presente. Há maneiras de tratar eventos históricos sem evidenciá-lo, ocorrendo, geralmente, por meio de gêneros textuais que incluem relatórios e exposições, pois o propósito que move a interação, naquela ocasião, deprecia-o. Em outras palavras, é mais relevante descrever uma entidade, um grupo de pessoas, tornando estáticas e imutáveis suas características ou apresentar uma perspectiva sobre eventos, a fim de persuadir mais o leitor do que apresentar uma sequenciação de eventos dispostos em ordem cronológica.

Oportunamente, informa ainda o autor que a distinção entre extensão e localização de tempo, categorias apontadas em análises propostas por sistemicistas, foi iniciada por Halliday (1985). Posteriormente, Martin (1992) e Coffin (2006) a utilizaram em suas pesquisas. Ela baseia-se na oposição entre *cronos*, a indicação durativa dos eventos e *kairos* – um tempo pontual de um evento ou atividade. Assim, a noção de extensão associa-se à duração do evento e localização à seleção de uma marcação específica, pontual. Sua ocorrência é comum em Circunstâncias de tempo, bastante usuais em discursos históricos, as quais são sintetizadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Classificação de Circunstâncias de tempo

Circunstância de tempo	classificação	tipo	exemplos
	extensão	definida	25 anos
		indefinida	um longo tempo
	localização	definida	em 08 de janeiro de 2023
		indefinida	há poucos dias
		relativa	em tempos recentes nos dias atuais
		absoluta	em 1985
		(em) movimento	desde a redemocratização até 1988
		estática	em 1988 em 08 de janeiro de 2023

Fonte: Oliveira, 2024, com base em Coffin (2000)

Como se observa, as denominações para classificação de tempo são autoexplicativas. Além de Circunstâncias de tempo, há outras possibilidades para expressão de tempo: complexos oracionais hipotáticos com nexos temporais, realizados por conjunções como em “Assumi o mandato em 1983, **quando** Montoro se elegeu governador de São Paulo”.

Em relação às construções temporais, Neves (2016) afirma que uma das características mais importantes é a disposição das orações hipotáticas em relação à oração dominante. Isso implica que, ao definir a ordem dos constituintes, o falante pode sinalizar significados, interpretações e nuances que não estão limitados apenas ao conteúdo referencial dos itens lexicais. Revela que essas orações ocupam posições consideradas "salientes" dentro da oração ao se situarem quase categoricamente no início ou no término da construção, dando-lhes uma posição informativamente privilegiada, como sintetiza a autora:

Aquelas que aparecem antes da oração nuclear criam o pano de fundo, isto é, a orientação temporal para os eventos que serão referidos nas seguintes; as que aparecem pospostas delimitam, restringem a asserção codificada pela oração nuclear.

A análise também revelou que a essa função podem superpor-se outras, tais como a sinalização de uma mudança na orientação do discurso que se vinha desenvolvendo (a indicação do início de um novo episódio, um novo argumento, uma nova sequência). Esses segmentos estariam, então, funcionando como marcadores linguísticos formais de começo de parágrafo. (Neves, 2016, p. 128)

Considerando o exemplo supracitado, de acordo com a perspectiva defendida

por Neves, a informação trazida pela oração hipotática, em posição posposta à oração dominante, corresponde a uma delimitação da informação contida nela, localizando a asserção sobre o evento temporalmente.

Embora a formulação de Neves tenha se restringido aos complexos oracionais, entende-se também, nesta pesquisa, que o sentido resultante da escolha de posição da oração hipotática temporal também se aplica às Circunstâncias, conforme a constituição fractal da linguagem.

Uma outra possibilidade de precisar o tempo, em textos, realiza-se por meio de processos. Uma forma restringe-se à configuração gramatical em que há Processo relacional + Participante como em “No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil.” Nessa oração relacional, o Processo relacional possessivo “teve” se refere ao Possuído – representado pela nominalização “início” – denotando uma noção temporal que indica o princípio do evento – a eleição presidencial de 2014.

As mulheres continuam vítimas do preconceito / a marcha terminou em Brasília / No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil./ O programa teve início efetivo em Guaribas e Acauã, no Piauí, em que 500 Família de cada cidade passaram a receber R\$ 50 mensais por meio do cartão-alimentação.

Adjuntos conjuntivos temporais como *primeiro*, *primeiramente* e, por fim, Adjuntos de modo como *ainda* também constituem formas de organizar informações temporais. Podem compor uma estrutura de organização interna do texto, arrumando a composição retórica, a disposição discursiva dos fatos ou podem apresentar a ordem de elementos experienciais presentes no texto.

3.8 Complexos oracionais

Para alcançar a dimensão de complexidade do conceito de complexo oracional, torna-se relevante retomar uma apreensão da escala de nível, já tratada nesta tese. Tal escala, derivada da configuração léxico-gramatical, delineia a hierarquia das unidades linguísticas de maneira sequencial, como a sequência morfema → palavra → grupo → oração. Nesse modelo de processo, por exemplo, uma sentença no topo da hierarquia consiste em vários grupos de palavra, permitindo deduzir que o complexo oracional estaria em um nível superior à oração. Na abordagem LSF, os

textos representam expressões de significado, transmitem percepções sobre eventos e ações e fornecem interpretações sobre a percepção de mundo de um indivíduo.

Um complexo oracional refere-se a um conjunto de sentenças que formam uma unidade lógico-semântica. Pode ser considerada uma expressão linguística mais ampla em comparação com uma única frase (Tam, 2013). Os complexos oracionais funcionam não apenas como unidades gramaticais, mas também como unidades de significado num contexto discursivo particular. A análise das relações entre sentenças em um complexo oracional permite a geração de características estilísticas do texto no nível da sentença, na correlação entre essas características e os tipos de discurso e, por fim, na estrutura do discurso.

Além disso, os padrões de pensamento e expressões em diferentes línguas tornam-se mais claros. Um enunciado composto por orações, pressupõe que cada uma envolve um processo específico relacionado a uma pessoa, coisa, lugar, tempo ou propriedade. O significado transmitido pela oração encapsula, portanto, um processo que envolve pessoas, coisas, lugares, tempos e qualidades. A análise do discurso de diferentes camadas semânticas apresenta implicações bastante significativas

Em termos de representação, As sentenças simples são caracterizadas por um único verbo finito ou predicado de sentença, identificadas por uma curta linha vertical dupla, ao passo que os complexos oracionais são representadas por três linhas verticais curtas, semelhantes aos símbolos usados nas sentenças, terminando com um ponto final.

A relevância de estudos relacionados aos complexos oracionais reside no fato de diferentes tipos de texto terem distintas sequências semânticas, que são representadas por relações lógico-semânticas específicas dentro de tais estruturas (Halliday e Matthiessen, 2014).

De acordo com a LSF, os complexos oracionais são compostos de sentenças ou orações e podem estabelecer relações paratáticas e hipotáticas em termos de interdependência. A parataxe é caracterizada pela igualdade de estado entre as sentenças e é demonstrada na primeira sentença (marcada com 1) e na sentença de continuação (marcada com 2). A hipotaxe é caracterizada por relações desiguais entre sentenças, com sentenças dominantes (reconhecidas por α) e sentenças subordinadas (reconhecidas por β).

Basicamente, o complexo oracional não apenas expressa as experiências do falante sobre os reinos físico e mental, mas também conecta orações semanticamente

interdependentes para formar um todo coeso que transmite um conceito abrangente. Consequentemente, permite a descrição de relações internas mais abstratas e complexas entre entidades.

Halliday e Matthiessen (2014) explicam que os complexos oracionais representam sequências semânticas de movimentos como mensagens textuais, baseando-se em relações lógico-semânticas específicas: relações táticas e tipos lógico-semânticos. A táxis refere-se ao grau de interdependência entre as orações e está associada à igualdade de seus status. A parataxe, que representa a iniciação e a continuação, é caracterizada pelo status igual e denotada como 1, 2 e assim por diante. No caso da parataxe, a primeira oração é chamada de oração inicial (rotulada como 1), enquanto as orações subsequentes são rotuladas como orações de continuação (por exemplo, 2). Por exemplo: ||| **1** Pedro comeu uma maçã, **+2** e Paulo comeu uma banana. |||

Por outro lado, a hipotaxe indica uma relação desigual entre as orações em um complexo de orações, representando dependência e dominância. Na relação hipotática, uma oração é designada como a oração dominante, enquanto a outra é considerada dependente. Elas são simbolizadas como α e β , respectivamente.

Por exemplo: ||| **x** **β** Quando cheguei à escola, **α** a aula já tinha começado. |||

O eixo lógico-semântico abrange dois tipos de relações: a **expansão** e a **projeção**.

Podem existir várias relações lógico-semânticas entre orações e complexos oracionais. Dentro do domínio das relações lógico-semânticas em complexos oracionais, o eixo lógico-semântico abrange dois tipos de relações: a expansão e a projeção. No primeiro caso, há uma representação direta da experiência do mundo real; no segundo, há uma representação de uma experiência linguística, na qual a oração secundária é projetada pela primária conforme a constituição do sistema de transitividade. Mais especificamente, a expansão pode ser categorizada em relações de elaboração, extensão e realce.

A elaboração em um complexo oracional implica a expansão da oração anterior, fornecendo detalhes adicionais, especificando aspectos particulares, oferecendo expressões alternativas ou fornecendo comentários e exemplos. Essa relação é simbolizada pelo sinal de igual (=). Por outro lado, a extensão envolve a introdução de novos elementos na oração inicial, incluindo exceções, opções alternativas ou conteúdo expandido. Ela é indicada pelo sinal de adição (+). Por fim,

o realce ocorre quando a segunda oração reforça ou acrescenta elementos contextuais à primeira oração, como tempo, lugar, causa e efeito, condição, concessão e outros.

A projeção (Halliday, 2004) é uma relação lógico-semântica que envolve a representação da expressão verbal em vez de uma representação direta da experiência não verbal (ou seja, o mundo real). Em um complexo oracional, uma oração projetada transmite informações que já foram expressas em outro lugar, em uma situação anterior, caracterizando um duplo efeito: por um lado, o conteúdo citado é distinto de nossas próprias palavras e, por outro lado, ele se integra às nossas informações. A projeção envolve a retransmissão do que outra pessoa disse ou pensou em um momento diferente (Thompson, 2000).

A projeção pode ser amplamente classificada em dois tipos: locução e ideia. Locução refere-se a uma oração que é projetada por meio de outra oração, apresentando-a como uma locução ou redação, normalmente indicada por aspas duplas. A ideia, por outro lado, refere-se a uma oração que é projetada por meio de outra oração, apresentando-a como uma ideia ou significado, normalmente marcada por aspas simples (Halliday e Matthiessen, 2014, p.444). A interação entre os dois sistemas de relação táctica e relação lógico-semântica determina as relações internas dentro das orações.

A LSF também identifica uma outra forma de estrutura: as orações encaixadas. Estas orações atuam como elementos constituintes dentro de outras orações, não sendo classificadas como orações integrantes de complexos oracionais. Elas desempenham um papel em grupos nominais ou representam um grupo nominal, pois a oração encaixada atua como um componente na estrutura de outra oração.

3.9 Recapitulação e insights

A produção deste capítulo buscou apresentar dimensões – também chamadas de formas ou ordens - e princípios que organizam a Gramática Sistêmico-Funcional, retirando-se do foco paradigmático que destaca seu aspecto funcional. Esse último aspecto, notadamente, é muito relevante porque opera uma concepção primordial que se associa à possibilidade de escolhas do indivíduo ao articular a relação dialética entre linguagem e outras semioses e contexto cultural e justifica uma abertura, por exemplo, para um posicionamento sobre seu uso.

Contudo, para estudiosos da linguagem também é útil conhecer que textos podem ser estudados como objetos ou produtos, sendo essas perspectivas são complementares. Nesses textos são observados com o intuito de explicar sua significação, ao passo que, naqueles, o objetivo é observar o que revelam sobre a linguagem. Nesse sentido, conhecer os recursos linguísticos, sob o olhar dessas dimensões, permite a apreensão de que o texto pode informar sobre os recursos selecionados pelo indivíduo e seus efeitos no contexto.

Em especial, destacou-se a ampliação de paradigma analítico para categorias de tempo e causa, tão caro para a construção do sentido histórico. Contudo, a compreensão dessa proposta é mais ampla que o uso feito neste trabalho, pois seu alcance pode ser relevante em outros textos factuais, exigindo de leitores mais estratégias para compreensão de como relações causais e temporais podem relacionar-se à sua significação.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, exponho o percurso metodológico pretendido, a fim de esclarecer aspectos relativos à aproximação dos estudos ao objeto de pesquisa. Apresento, inicialmente reflexões acerca da pesquisa qualitativa, em seguida sobre a pesquisa documental e a delimitação do tema. Por último, trato dos procedimentos relativos à coleta de dados e aos procedimentos de pesquisa.

4.1 A pesquisa qualitativa

O processo de realização de uma pesquisa move diversas orientações que as guiam. Não tão controversa quanto antes, em virtude de uma perspectiva objetiva, concebe-se atualmente a possibilidade de exposição de crenças e valores que ancoram os caminhos escolhidos para pesquisa. Nesse sentido, como declara Creswell (2014), não basta apenas ter consciência dessa ação, é imperativo externá-la, ou seja, deve compor os gêneros acadêmicos da pesquisa.

Certamente, essa concepção só é possível porque esta pesquisa se ajusta aos paradigmas da pesquisa qualitativa. Essas crenças foram chamadas de pressupostos filosóficos que "são crenças a respeito de ontologia (a natureza da realidade), epistemologia (o que conta como conhecimento e como as afirmações de conhecimento são justificadas), axiologia (o papel dos valores em pesquisa) e metodologia (o processo de pesquisa)" (Creswell, 2014, p. 33). Huff (2009 *apud* Creswell, 2014, p. 30-32) esclarece que é profícua articulação desses pressupostos à pesquisa.

Assim, o êxito dessa articulação permite a moldagem de formulações acerca dos problemas, suas perguntas e buscas para respostas, além de admitir flexibilidade, uma vez que o investigador pode alterar os múltiplos pressupostos que comungava no planejamento da pesquisa em virtude de ampliação de experiências ou alargamento de participação em outras comunidades científicas, que encaminha a aceitação de outras ideias.

Esses pressupostos filosóficos são operados em diversos estágios da pesquisa (Creswell, 2014; Denzin; Lincoln, 2006; Mason, 2002). A ontologia informa aspectos relacionados à realidade social. Essa concepção é muito relevante para pesquisa, pois

representa o modo como o pesquisador enxerga a relação entre a essência das coisas e o mundo social. Vários elementos podem acessar essa representação, tais como relações e processos sociais, práticas sociais e discursos. Nesta pesquisa, o elemento ontológico focalizado é o discurso compreendido como um dos momentos das práticas sociais. Essa disposição impõe compreender o discurso como parte constitutiva de ação e reflexão da vida social, alcançando poder transformador conforme atestam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 28).

A epistemologia, por sua vez, associa-se ao manejo do conhecimento, é um esclarecimento essencial para condução e explicação da pesquisa. De uma maneira muito simples, seria o ato de informar de que lugar o pesquisador está falando em relação às suas escolhas teóricas sobre conhecimento. Mason, de modo similar, define-a como

literalmente, sua teoria do conhecimento e, portanto, deve referir-se aos princípios e regras pelas quais você decide se e como os fenômenos sociais podem ser conhecidos e como o conhecimento pode ser demonstrado. Diferentes epistemologias têm coisas diferentes a dizer sobre essas questões, e sobre o que o status do conhecimento pode ser. Para alguns, o conceito de evidência em si é muito categórico, implicando que essa pesquisa pode fornecer prova de autoprova de realidades objetivas universalmente percebidas, em vez dos conceitos mais epistemologicamente modestos de perspectiva e argumento. (Mason, 2002, p. 16)

Nesse sentido, algumas demandas da pesquisa devem estar evidenciadas: a pretensão de sua realização, potencial conhecimento relacionado à realidade social por meio do elemento selecionado, o posicionamento do pesquisador em relação aos participantes da pesquisa. Elucida-se, oportunamente, que essas demandas são compreendidas em algumas etapas da pesquisa como a ancoragem teórica proposta, nos capítulos 2 a 5, e a explicitação dos procedimentos mais adiante neste capítulo.

O pressuposto metodológico, por outro lado, relaciona-se ao processo de pesquisa e todas as implicações decorrentes dos outros elementos já explorados, por isso se constitui objeto deste capítulo. Entretanto, é relevante lidar constantemente com perguntas relacionadas a modos e causas ou justificativas que podem implicar métodos potenciais de auxílio para responder às suas perguntas de pesquisa.

Mason (2002, p. 27), desvelando um exercício constante para delimitação metodológica, destaca os seguintes questionamentos como norteadores de configuração metodológica: i) Que fontes e dados estão disponíveis potencialmente para sua coleta ou geração? ii) O que fontes e dados podem revelar acerca da

realidade social? iii) Como e em que base penso que se pode fazer isso epistemologicamente? iv) Quais das minhas perguntas de pesquisa ajudariam a abordar? v) A que eleitos secundários se relacionam? Creswell (2014, p. 34), por sua vez, destaca que os procedimentos da pesquisa consideram panoramas “indutivos, emergentes e moldados pela experiência do pesquisador na coleta e análise de dados”.

Por último, o pressuposto axiológico ocupa-se da revelação de valores pessoais do pesquisador na elaboração da pesquisa. Essa ideia é muito conhecida como o posicionamento do pesquisador, que reverbera aspectos primordiais, na constituição de uma pesquisa, em ciências sociais ou humanas, como o reconhecimento de subjetividade e interpretação no enquadre metodológico, além de incluir a ética obrigatoriamente como um aspecto interno aos pressupostos filosóficos. Denzin e Lincoln (2006, p. 177) enfatizam que o reconhecimento desse elemento é capaz de aproximar paradigmas interpretativistas diversos e também se posicionar como o princípio inicial para toda pesquisa.

Desse modo, apresenta-se o seguinte quadro de síntese acerca dos pressupostos filosóficos e suas implicações para esta pesquisa.

Quadro 8 - Pressupostos filosóficos e implicações

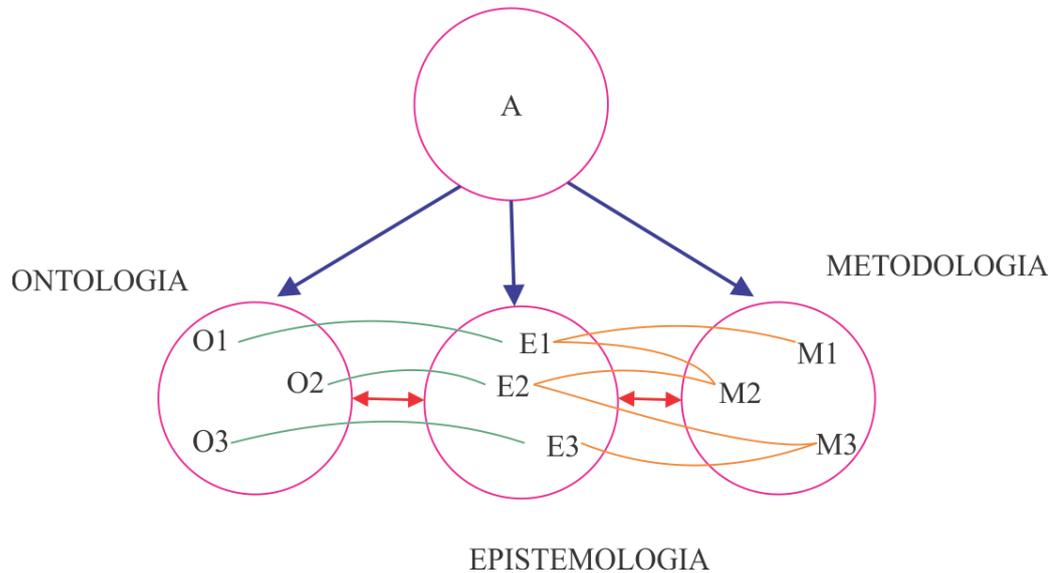
Pressupostos	Questões	Características	Implicações	Exemplo desta pesquisa
Ontológico	Qual a natureza da realidade social?	Reconhecimento de que a realidade é múltipla, por isso pode ser vista por perspectivas variadas.	Relato de perspectivas distintas à medida que temas se desenvolvem.	Estudo dos eventos discursivos como constituição dialética das práticas sociais.

Epistemológico	O que conta como conhecimento a respeito de entidades ou realidade social pesquisada? Qual a relação entre pesquisador e participantes?	Natureza do conhecimento e a possibilidade de geração de conhecimento sobre elemento ontológico escolhido.	Evidências entre o conhecimento e um recorte teórico; reconhecimento de uma perspectiva interativa com participantes, reconhecendo conhecimento acumulado por eles.	Exposição de abordagens teóricas compatíveis com a pesquisa. O paradigma funcionalista da linguagem propõe imbricação entre semiose e contexto social e impele o uso de LSF, podendo acrescentar Análise de Discurso e Multimodalidade.
Axiológico	Como os valores circundam a produção da pesquisa?	Reconhecimento de que valores estão presentes na pesquisa.	Exposição dos valores partilhados pelo pesquisador e sua interpretação.	Reconhecimento de que a pesquisa deve ter implicações sociais, neste caso, assume que pode contribuir para o contexto escolar.
Metodológico	Qual o processo de pesquisa sobre a coleta/geração e sistematização/análise de dados?	Uso de estratégias para coleta, sistematização e análise de dados.	Particularidades geram generalizações, descrição do contexto de estudo e revisão constantes de questões de pesquisa.	Enquadramento na pesquisa qualitativa, interpretativista crítica. Os dados compõem uma pesquisa documental e a análise advém da Análise de Discurso.

Fonte: Oliveira, 2024, com base em Creswell (2014)

Cabe salientar, oportunamente, como alerta Mason (2002), que esses pressupostos não ocorrem isoladamente. Eles se inter-relacionam e possuem implicações, ou seja, sua articulação enseja reflexões e decisões que não se esgotam na realização de cada etapa, pois essa sequência se realiza sucessivamente e representa os movimentos articuladores dessa inter-relação entre os pressupostos filosóficos.

Figura 20 - Inter-relação entre pressupostos filosóficos
AXIOLOGIA



Fonte: autoria própria

Como se observa na disposição da imagem, reflexões e decisões ontológicas direcionam a determinação de pressupostos epistemológicos que, por sua vez, encaminham paradigmas metodológicos e estão todos ligados às concepções axiológicas que circundam a pesquisa. Contudo, é preciso enfatizar que não há um único percurso. É admissível uma combinação inumerável de possibilidades que são rotineiramente avaliadas como resultado de exercícios de reflexividade sobre a pesquisa, em virtude de que decisões tomadas na fase do planejamento, por exemplo, podem ser revistas, adaptadas ou complementadas a fim de atender melhor ao cumprimento de objetivos de pesquisa.

Para ilustrar essa inter-relação, na configuração desta pesquisa, recorre-se ao seguinte raciocínio: a seleção de elementos discursivos como representantes de pressupostos ontológicos, necessariamente, conduz a certos paradigmas epistemológicos que delineiam certos caminhos metodológicos como a seleção de textos como representação.

Em outras palavras, conceber a linguagem ou semiose como um recurso para construção ou interpretação de realidades sociais ou, ainda, o discurso como um dos momentos das práticas sociais, necessariamente, elege epistemologias que, desse modo, compreendam a linguagem como uma instância "que está desempenhando um papel em um contexto da situação" (Halliday, 1989, p. 10) e elimina outras que, por exemplo, não se interessem por uma imbricação entre linguagem e significado social.

Naturalmente, essas decisões ontológicas e epistemológicas afluem para percursos metodológicos que se aproximam da pesquisa qualitativa. O segundo modo, finalmente, é ilustrado por meio da Figura 21, que representa os movimentos que articulam essa inter-relação entre os pressupostos filosóficos.

Considerados os aspectos filosóficos que estão subjacentes à pesquisa, cabe agora discutir as motivações que inserem este trabalho no paradigma de pesquisas qualitativas. Essa abordagem representa uma complexidade de faces de pesquisa, contudo, como advertem Denzin e Lincoln (2006), há dois aspectos essenciais que contribuem para seu delineamento: comprometimento com alguma perspectiva interpretativista relacionada ao tema e, ainda, uma perspectiva crítica a políticas e métodos que são continuamente questionados em uma ação reflexiva.

Assim, esses mesmos autores informam que toda pesquisa é interpretativista, uma vez que é direcionada por crenças, valores e sentimentos que posicionam um modo de compreensão condutor da pesquisa a ser realizada, estimulando a percepção de que cada paradigma interpretativo exige esforços específicos do pesquisador, incluindo as questões que ele propõe e as interpretações que traz para ela.

Nesse sentido, surgem muitas ponderações acerca desse tipo de pesquisa. Certamente, uma ação condizente é a constante clivagem metodológica que, ingenuamente, interpreta o simples enquadre da pesquisa a métodos qualitativos como procedimento suficiente para denominar uma pesquisa crítica. Contudo, alertam Bauer, Gaskell e Allum que

a prontidão dos pesquisadores na percepção de que questionar seus próprios pressupostos e as interpretações subsequentes de acordo com os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação só do que a escolha de técnica empregada. (Bauer; Gaskell; Allum, 2015, p. 35)

De acordo com as reflexões expostas, esta pesquisa se enquadra no paradigma de abordagem qualitativa que é entendida como

uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos

dos sentidos que as pessoas lhes atribuem. (DENZIN; Lincoln, 2005 *apud* Flick, 2010, p. 16)

Esse enquadre possibilita a admissão de algumas pressuposições acerca dessa abordagem. Inicialmente, admite que a pesquisa pode ocupar-se de aspectos da realidade que não são quantificáveis, como as relações sociais e a distribuição de poder na sociedade, que interessam, particularmente, neste trabalho. Não menos importante, também, é a consciência de que não há um formato único para conduzir a pesquisa, isto é, os componentes ontológico, epistemológico e metodológico, apesar de interrelacionados, pois o mosaico que compõem, possibilita diversas abordagens e métodos que tornam o processo e os resultados dependentes de outras variáveis ou “cada prática garante visibilidade diferente do mundo” (Denzin; Lincoln, 2014, p. 17).

É relevante destacar, neste trabalho de abordagem qualitativa, outrossim, a admissão da subjetividade do pesquisador que, por mais que busque distanciamento do processo, sempre incorre na evidência de escolhas que revelam seus posicionamentos, valores e ideologias, ou seja, reconhece-se que o investigador é um sujeito sócio-histórico, localizado em um tempo e espaço que limitam sua ação, sem que, não obstante, sua contribuição subjetiva sobrepuje a cientificidade do conhecimento.

Uma evidência, conforme assegura Creswell (2014, p. 172), desse princípio é a forma de escrita do pesquisador que reflete a sua “própria interpretação, baseada na política cultural, social, de gênero, classe e pessoal”. De outro modo, é também aceitar que existe um entre-lugar entre o objeto de pesquisa e a descrição/interpretação do investigador, que não é ocupado totalmente por um olhar objetivo, contudo, juntamente com Fairclough (2003, p. 8), compreende-se que é preenchido por uma representação da realidade dependente de fatores contextuais variados, os quais acometem e limitam a construção discursiva do social.

Por último, destaca-se que o investigador precisa se posicionar nos escritos, constituindo o conceito de reflexividade³¹ defendido por Creswell (2014), para quem o pesquisador “está consciente de vieses, valores e experiências que ele traz para um

³¹ Reflexividade aqui associa-se ao processo consciente da produção científica pelo pesquisador. Não confundir com reflexividade, conceito tratado por sociólogos como Beck, Lash e Giddens (1997). Para esse último, a reflexividade é um advento próprio à modernidade que produz riscos. Assim, a reflexividade social, em tempos anteriores à modernidade, era valorizada em virtude de valorizar a experiência das gerações passadas, a tradição. Contudo, na modernidade tardia, ela está inserida no interior do próprio sistema, pois pensamento e ação estão retidos um no outro.

estudo de pesquisa qualitativa”. Defende o autor que há duas etapas: a exposição de experiências relacionadas com o fenômeno explorado em diversas esferas da vida pública ou privada e a consciência de que essas experiências podem influenciar as descobertas, interpretações e conclusões presentes nos estudos, constituindo uma alternativa para sua exploração a produção de comentários reflexivos no estudo, cujo assento depende de decisões na organização escrita do pesquisador, que pode inseri-los na introdução, na metodologia ou, ainda, nas considerações finais, além da opção estendê-los ao longo da redação da pesquisa.

4.2 Pesquisa documental

Na pesquisa social e linguística, é muito comum o uso de documentos e métodos convencionais para coleta de dados. Estende-se a uma cobertura ampla de fontes que são fotografias, textos escritos e audiovisuais, estatísticas oficiais, jornais, relatórios que se agrupam em documentos de natureza histórica e relatos de pessoas sobre períodos históricos em que estiveram envolvidas direta ou indiretamente.

Esse agrupamento reúne, de modo geral, textos que foram produzidos em diversas circunstâncias, práticas sociais e relacionam-se a práticas discursivas específicas, embora não tenham recebido nenhum tratamento científico. May (2004) assegura que o uso dessas fontes pode informar o modo de construção dos eventos, as justificativas associadas a eles, proporcionando material para investigações. Em suas palavras, o autor dá conhecimento de que

há diversas maneiras nas quais os pesquisadores poderiam conceituar um documento e estruturar as questões de pesquisa adequadamente. De uma maneira ou de outra, temos encontrado a maioria delas nas nossas discussões de outros métodos. Para alguns pesquisadores, um documento representa um reflexo da realidade. Ele se torna um meio através do qual o pesquisador procura uma correspondência entre a descrição e os eventos aos quais ela se refere (May, 2004, p. 212).

Os documentos são conhecidos como meios que simbolizam expressão de poder social. São localizados contextualmente, refletindo elementos de sua cultura que imprimem maneiras que determinam sua produção e seu consumo, ou seja, como podem ser redigidos ou lidos. De acordo com o mesmo teórico, ainda, é possível desvelar ideologia, valores e crenças que subjazem aos textos desses documentos, uma vez que uma análise crítica demandaria reconhecer como

representa os eventos que descreve e como exclui potenciais interpretações contrárias do leitor. Isso considera as maneiras nas quais um texto tenta estampar a sua autoridade sobre o mundo social que descreve. Ao fazê-lo, o mundo social poderia ser caracterizado pela exclusão de informações valiosas e a caracterização dos eventos e das pessoas de maneiras particulares de acordo com certos interesses (May, 2004., p. 214).

Nesse sentido, cabe salientar que o argumento a respeito do uso desse tipo de pesquisa é a oportunidade de generalização e abrangência permitida pela distribuição desses documentos como componentes da ação estatal, pois, na edição de 2018, o PNLD atingiu a distribuição de cerca de 7,1 milhões de livros para estudantes matriculados no Ensino Médio. Assim, uma representação estatística dessa monta alcança dimensões as descobertas atingidas podem ser tratadas para adequação a cada realidade de nosso país, desmistificando a crença de que uma pesquisa de alcance social se relacione única e exclusivamente aos efeitos de um grupo social focalizado por meio de seus participantes.

Contudo, acredito que há diversos percursos metodológicos que respondem aos objetivos e à natureza da própria pesquisa. Nesse sentido, escolhas são realizadas a fim de conseguir dimensionar o problema de pesquisa. Isso significa admitir que um problema de alcance social pode ser reconhecido pela relação dialética entre discurso e práticas sociais, nos termos de uma análise de discurso crítica, ou entre semiose e contexto social, nos termos da LSF, já que o texto, materialização discursiva, pode ter diversas origens.

Este trabalho, incluído no projeto de pesquisa “A Linguística Sistêmico-Funcional Como Metodologia para Análise do Discurso e Ensino-aprendizagem de Gêneros Textuais”, coordenado pela prof. Dra. Edna Cristina Muniz da Silva, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Brasília, busca contribuir para a agenda de discussão educacional, pois, ao investigar a disposição do discurso histórico no livro didático de História, soma-se a outras pesquisas (Assis, 2017; Soares 2018; Serra, 2017 e 2022) realizadas pelo grupo que pretende contribuir para práticas de letramento que envolvam todas as disciplinas escolares, propiciando o domínio de gêneros textuais que circulam dentro e fora da escola.

Na etapa atual dos objetivos do grupo, interessa conhecer os gêneros particulares relacionados ao êxito escolar, usando, como ponto de partida para esta investigação, o livro didático das diversas disciplinas. Dessa forma, o uso de

documentos, neste trabalho, não reflete apenas de uma decisão autoral, mas trata de demandas situacionais que o exigem.

4.3 Descrição da pesquisa

É comum que investigações, no mundo acadêmico, derivem de experiências de pesquisadores, pois a percepção de um problema pode ser orientada por ela. Somam-se a esse aspecto, pressupostos axiológicos que se conectam a questões como “para quem” e “para que” a pesquisa será útil, embora se reconheça que esse não seja um atributo inquestionável.

Diante do exposto, naturalmente, há a necessidade de informar que ideias e valores movem esta pesquisadora. Grande parte de minha vida profissional se associa à docência na Educação Básica como professora de língua portuguesa. Sempre estive motivada em participar de cursos de formação continuada que pudessem agregar conhecimento a minha prática. Mas, na escola pública, há sempre a sensação de que estamos “nadando contra a maré”, aqui essa metáfora não é usada no sentido de antagonismo, é a consciência de que há muitas dificuldades para atingir o ponto de chegada, é uma luta.

Tal perspectiva representa conceber que a heterogeneidade encontrada no ambiente escolar, apesar de salutar, enseja algumas dificuldades e exclusões. Um fato que gera tantas dificuldades de trabalho é a exclusão, pois se associa à incompletude do domínio de saberes escolares por parte dos alunos, apontada em avaliações. Embora se reconheça que a revolução no ensino se dê no espaço escolar, as avaliações de larga escala adquiriram atualmente o *status* de uma pintura da dinâmica existente na escola, sobretudo, porque adquirem representação da qualidade do ensino e permitem afirmações, por exemplo, acerca do domínio de habilidades de escrita e leitura que extrapolam as práticas educacionais.

Nesse contexto, estive sempre motivada a direcionar minhas escolhas, nas práticas acadêmicas e profissionais, a possíveis tentativas de acrescentar novas práticas, interpretações e olhares para tratamento de uma situação, na sala de aula, de modo que essa disposição também se evidencia em meu engajamento social como pesquisadora. Tal compromisso orienta esta pesquisa, porquanto busca refletir sobre o modo de o conhecimento acadêmico conectar-se a avanços nessa discussão. De modo mais direto, inquieta-me saber que, embora haja mudanças, ainda, a escola é

um espaço de exclusão, pois provê recursos e possibilidades para alguns indivíduos e destitui outros, em uma lógica perversa, que contribui para continuidade de desigualdades.

Acredito que o insucesso de alunos, na vida escolar referenda a realidade apontada, levando-me a recusar compor esse espaço de reprodução sem nenhum exercício de reflexividade. De modo mais concreto - respondendo às perguntas “para quê?” E “para quem?” – esta pesquisa empenha-se em contribuir para práticas que augurem maior êxito escolar, ou seja, aquelas propiciadoras de alunos reflexivos e detentores, por excelência, de saberes que circulam no âmbito educacional como uma reação à perpetuação desse ciclo.

Nesse contexto, esse direcionamento é compreendido com base em dois pressupostos: reconhecer que os recursos linguísticos/semióticos constituintes de gêneros textuais dos livros didáticos e seu eventual ensino possibilitam o acesso aos alunos a práticas discursivas próprias à instituição escolar e a outras esferas da vida pública; e ensinar sobre qualquer assunto ou habilidade no contexto escolar envolve ensinar linguagem³².

Nesse contexto, os encaminhamentos pesquisa foram se constituindo. Um efeito imediato disso é conceber que a compreensão dos gêneros textuais e sua constituição linguística, no ambiente escolar, não se esgotam nas aulas de língua materna e não são de responsabilidade exclusiva do professor dessa disciplina. Assim, este trabalho se soma a outros que buscam instrumentalizar professores de recursos que lhes permitam exercer essas demandas com domínio apriorístico, oportunamente, centralizando-se no discurso histórico, por meio da investigação de elementos linguísticos presentes nos gêneros que circulam no livro didático de História, de modo que essa motivação já foi explicitada na seção anterior deste capítulo.

Encerrado este preâmbulo sobre explicitação de posicionamentos relacionados aos interesses de pesquisa, passo a esclarecimentos metodológicos mais obrigatórios para sua compreensão.

³² Essa concepção também é defendida nos trabalhos desenvolvidos na Pedagogia de Gêneros. Para outros detalhes, conferir Rose e Martin (2012).

4.3.1 Problema

Antes de se explorar o problema de pesquisa, é necessário compreender que a pesquisa, para as Ciências Sociais e Humana, é uma atividade científica que investiga a construção da realidade, constituindo conexões entre essa e o conhecimento ou, em outra perspectiva, entre a ação e o pensamento. Nesse sentido, nada pode se tornar um problema de pesquisa se não tiver figurado antes como um problema de alcance social. Assim, “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (Minayo, 2001, p. 18).

Em virtude do recorte pretendido, o problema, de acordo com Magalhães (2005), neste estudo, é reconhecido ontologicamente como social, ou seja, os estudos da linguagem como prática social possibilitam investigações acerca de transformações na vida social ou geração de direções alternativas. Nesse sentido, o discurso é entendido como parte constitutiva dessas práticas e não determinante; textualmente, pode-se construir o mundo social por meio de modos particulares que, necessariamente, são delimitados por elementos contextuais. Nessa perspectiva, também, aproxima-se das concepções de Halliday (1978) acerca das relações imbricadas entre linguagem e realidade social. Sobre essas ideias, Oteíza destaca:

consideramos a linguagem e, em particular, o discurso, como um fenômeno semiótico situado, como uma prática social ou, mais especificamente, como uma prática discursiva da prática social. O sistema de linguagem, como quarta ordem semiótica, evolui com sistemas sociais, biológicos e físicos (Halliday, 1992). O sistema de linguagem é então concebido como um sistema aberto dinâmico e como um conjunto de recursos para construir significados organizados internamente e de maneira sistemática (Halliday, 1992; Halliday & Matthiessen, 2014). Este é um sistema permeável, poroso a mudanças e transformações sociais. Nós abordamos o discurso porque nos permite acessar os fenômenos sociais a partir de sua expressão discursiva. Isso implica necessariamente o movimento recursivo entre os níveis mais macro e abstratos de análise e os mais micro e concreto. Esse ir e vir é o que, por um lado, dá sentido a um estudo do discurso, mas sabemos que, ao mesmo tempo, coloca um de seus maiores desafios (Oteíza, 2018, p. 62).

Esse posicionamento ontológico, certamente, conduz ao pressuposto axiológico, que fundamenta valores e crenças e conduz à seleção de uma situação social ou problema relacionado a elementos discursivos, impondo-nos uma reflexão sobre o papel desempenhado por linguistas, como provoca Rajagopalan:

O único modo pelo qual nós, linguistas, podemos contribuir para os temas práticos que envolvam a linguagem é adotar um olhar crítico diante de nossa prática. Nunca é tarde demais para começar a fazer um exame de consciência e perguntar a nós mesmos se, por atos ou omissão, não nos desviamos da responsabilidade de ver a linguagem como um fenômeno social, com todas as implicações políticas e ideológicas que daí decorrem. (Rajagopalan, 2004, p. 35)

- Diante desses pressupostos, propõe-se como problema de pesquisa Como o macrogênero “capítulo de livro didático” de História articula discursiva e genologicamente causalidade e tempo?

A fim de cumprir esta demanda investigativa na pesquisa, esse problema foi subdividido nas seguintes questões de pesquisa:

1. Como se constitui a estrutura do macrogênero “capítulo de livro didático” de História?
2. Como a articulação de causalidade e tempo, construídas no estrato da léxico-gramática, relacionam-se aos gêneros que compõem o macrogênero “capítulo de livro didático” de História?
3. Como o macrogênero “capítulo de livro didático” constrói criticamente o conhecimento histórico escolar?

4.3.2 Objetivos

Os objetivos de pesquisa norteiam as pretensões do pesquisador em relação à sua execução, indicando as metas a serem alcançadas ao fim da investigação. Dividem-se em geral, que indica uma dimensão mais ampla, associando-se ao problema de pesquisa, e objetivos específicos, que são desdobramentos do objetivo geral, evidenciando etapas para sua consecução. É relevante destacar que os objetivos foram delineados para constituir uma análise que pode dimensionar como o discurso histórico representa o momento sociopolítico da redemocratização brasileira, sua realização em textos e a constituição identitária de determinados atores sociais. Desse modo, constituem objetivos geral e específicos:

Objetivo geral:

Analisar discursiva e genologicamente a articulação de tempo e causalidade no macrogênero “capítulo de livro didático” de História.

Objetivos específicos:

1. Analisar o macrogênero “capítulo de livro didático” de História, apresentando sua estrutura.
2. Analisar a articulação de causalidade e tempo, construída no estrato da léxicogramática do macrogênero “capítulo do livro didático” de História.
3. Relacionar o macrogênero “capítulo de livro didático” à construção crítica conhecimento histórico no contexto escolar.

4.3.3 Delimitação de corpus

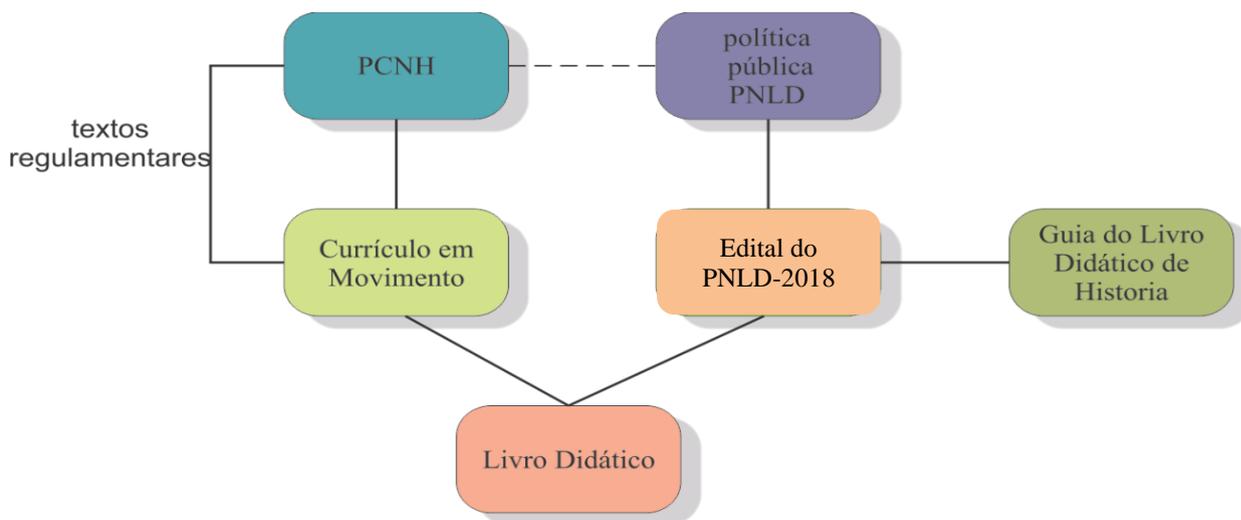
Um dos desafios que se impõem ao pesquisador é delimitar o *corpus* da pesquisa, pois são muitas forças que sucedem no processo de delimitação. Contudo, deve ter sempre como orientação os pressupostos filosóficos associados ao trabalho, que já foram definidos neste capítulo.

Desse modo, seriam muitos os temas, os eventos históricos que demandariam contribuições para compreensão de acontecimentos localizados em um tempo conjuntural e estrutural. Mas a escolha incidu em fatos históricos recentes que poderiam mobilizar as histórias das pessoas envolvidas no contexto escolar, como os professores, alunos e até familiares, que poderiam reagir aos relatos contidos nos livros de História, por meio de suas memórias particulares.

Nesse sentido, delineou-se que o evento histórico a ser investigado seria o processo de redemocratização do Brasil, pós-ditadura militar. Muitos poderiam ser os dados gerados ou coletados, como textos da mídia, documentos oficiais de governo, entre outros.

Em virtude de buscar contribuições que possam alcançar as instituições escolares, optei por restringir a coleta às fontes de dados que fossem relevantes nesses espaços: o livro didático de História e, como fontes secundárias para consulta e legitimação de uma via analítica, os textos regulamentares sobre currículo e ensino como a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo em Movimento da Educação Básica do Governo do Distrito Federal e o edital do PNLD do Ensino Médio de 2018, que normatizam as regras de produção e distribuição do livro didático, e também, o Guia do Livro Didático de História associado ao PNLDH de 2018. Tais fontes de dados são representadas na Figura 21:

Figura 21 - Fontes primária e secundárias de dados para o corpus



Fonte: autoria própria

Todos esses documentos são de fácil acesso, exceto os livros destinados ao professor com o selo do PNLD, uma vez que se caracterizam como uma produção exclusiva para as escolas públicas, dificultando o desenvolvimento desta pesquisa, que tem como fonte principal o livro didático, pois incorreu em dois problemas: o primeiro se relaciona ao interesse de uma pesquisadora da área de Linguística em investigar o discurso histórico representado em livros didáticos de História, fato que causava tanto estranhamento que motivava a necessidade de justificar, em todos os momentos, o escopo geral da pesquisa. Certamente, essa situação é resultado da fragmentação que perpassa as Ciências, atualmente, pois muitos não deduziam facilmente a relação que poderia ser estabelecida; e o segundo motivo, por sua vez, associa-se à política de acesso a livros didáticos para professores da rede pública.

Esse último aspecto merece ser relatado. Existe uma imensa dificuldade para conseguir as coleções de História do Ensino Médio, uma vez que a escolha dos livros, nas escolas, passa por um controle editorial e uma disponibilização ínfima de volumes para os professores, pois as editoras elegem a forma de divulgação de suas obras, selecionando um único título de maior possibilidade de adoção para cessão aos docentes a fim de cumprir a política pública. Dessa forma, o único modo para ter acesso aos livros era recorrer a redes de amizade que poderiam indicar doações de professores de História do Ensino Médio das poucas coleções a que tiveram acesso – fato que não se concretizou - e/ou solicitar formalmente às distribuidoras de editoras na cidade de Brasília.

Contudo, das treze coleções aprovadas, não consegui nenhuma coleção nas distribuidoras, que informavam não dispor mais de coleções porque todas tinham sido doadas, no ano anterior, como uma etapa para implementação do PNLD, evidenciando o caráter mercadológico envolvido nesse programa de política educacional. Assim, tive a possibilidade de aquisição de cinco coleções em uma plataforma de vendas para internet, o que gerou um entrave ético para o desenvolvimento desta investigação, porque representa contribuir para uma prática nada louvável de venda de livros de distribuição gratuita.

Vencida essa etapa, o próximo passo dirige as decisões sobre o recorte possível quanto ao *corpus*. Seria oportuno destacar que uma das possibilidades de análise seria selecionar uma das coleções aprovadas no PNLD e debruçar-se sobre todos os textos dos livros de 1º, 2º e 3º anos.

Entretanto, creio que essa opção não me reportaria à representatividade que pode ser alcançada com o alargamento da variedade de obras, pois evidenciaria uma padronização peculiar às obras analisadas, diminuindo as possibilidades de generalização, conduzindo a seleção para um conjunto de obras com mesma abordagem temática. Além disso, acredito que o tema abordado reivindica um papel protagonista aos participantes das práticas escolares, evidenciando que estudar História se desvencilha de ideias próximas ao senso comum, de que pode ser uma inutilidade, pois se ocuparia de um passado remoto distante, por exemplo, do jovem protagonista do Ensino Médio sem interpellá-lo à constituição dessa ponte passado-presente.

Encerrada essa fase, cabia a leitura dos livros para realizar o recorte temático, temporal, que evidenciou a presença da perspectiva histórica adotada – já indicada na seção relacionada ao problema de pesquisa – para o tema apenas figura em livros de 3º ano, uma vez que é um conteúdo da contemporaneidade, no sentido de envolver fatos históricos mais recentes, sejam eles pertencentes à história do Brasil ou do mundo.

Essa seleção não analisava padrões pedagógicos e historiográficos preponderantes nas obras, buscava, unicamente, identificar a presença do conteúdo, independente se eram apresentados de forma integrada ou temática a outros eventos. Dessa forma, selecionou-se o capítulo, ou mais de um, em alguns casos, que contemplava esse requisito. Esse conjunto de textos é apresentado no Quadro 9, que

reúne informações acerca da obra, relativas à editora, autoria, título do capítulo e quantidade de páginas.

Quadro 9 - Capítulos selecionados para composição do corpus com base em livros didáticos de 3º ano do EM, edição PNLD 2018

Código da obra	Editora	Autores	Título da obra	Capítulo	Páginas
LD1	Ática	Gislane Azevedo Reinaldo Seriacopi	História: passado e presente	13 Desafios para um Brasil democrático	259-277
LD2	Leya	Flavio de Campos Regina Claro	Oficina de História	8 A esperança equilibrista	231-237
				9 Lula: para além do bem e do mal	266-282
LD3	Moderna	Patrícia R Braick Miriam Brecho Mota	História das Cavernas ao terceiro milênio	12 Brasil: da redemocratização aos dias atuais	225-252
LD4	Quinteto	Marco Pellegrine Adriana Machado Dias Keila Grinberg	#contato História	12 O Brasil Contemporâneo	263-287
LD5	FTD	Alfredo Boulos Júnior	História Sociedade e Cidadania	13 O Brasil e a nova ordem mundial	265-286

Fonte: Oliveira, 2024

4.4 Procedimentos para análise

Nesta pesquisa, os dados coletados serão analisados sob duas perspectivas que denominei de macroanálise e microanálise. No primeiro caso, há uma reflexão a respeito das imbricações entre os textos regulamentares que organizam o uso de livros didáticos de História, pois, como mostrou Oteíza (2014), há uma verticalização de poder na determinação de conteúdos e, conseqüentemente, ideologias possíveis para o discurso da História no contexto escolar. Some-se a esse interesse investigativo, a orientação social empreendida por analistas de discurso, materializada, nesta pesquisa, como a busca pela compreensão de representação social disposta no livro didático para que os jovens estudantes possam conscientemente optar por uma participação cidadão e política no país.

Esses procedimentos encaminham a pesquisa para o enlace entre uma pergunta de pesquisa sobre fenômeno social e sua possível mediação semiótica. A respeito dessa perspectiva, Oteíza (2019) aponta percursos possíveis como a proposição de diversos níveis históricos, sociais e psicológicos e um nível linguístico

de análise como propõem Wodak (2011) e Wodak e Meyer (2015) ou o modelo tridimensional de Fairclough (1992, 2013), mas, juntamente com esta pesquisadora, acredito ser possível viabilizar a análise por meio da relação superveniente entre contexto, estratificado semioticamente, como já se apontou na seção 3 do capítulo teórico. Seguramente é necessário informar que essa terceira possibilidade deriva dos estudos de Martin (1992, 2014, 2017), Martin e Rose (2008) acerca de linguagem, os quais aventam existir um estrato reconhecido como ideologia³³, onde figuram os recursos semióticos e a reprodução de discursos hegemônicos e contra-hegemônicos - constituindo um caminho para explicação semiótica explicitamente pela Linguística. Assim, Oteíza salienta que, no caso de estudos sobre o discurso histórico, há necessidade

de teorias sociais fornecedoras de ferramentas conceituais para abordar processos de recordar e de esquecer. Estas teorias que, obviamente não são linguísticas, nos ajudam a compreender como se constroem sentidos através da linguagem. Deste modo, as teorizações sobre a história, a memória e o trauma social dos passados recentes latino-americanos e de outras partes do mundo que foram elaborados com base na história, na Psicologia Social e da Filosofia, permitem aceder desde perspectivas diacrônicas a processos sociais complexos que operam em diferentes escalas sociais: locais, translocais regionais. (Oteíza, 2019, p. 68)

Reforça-se, portanto, a viabilidade de, na macroanálise, a linguagem poder acessar estruturas sociais que permitem enxergar posicionamentos ideológicos, na construção de eventos históricos mediados por atores e instituições centrais em processos de intertextualidade, por exemplo, além de permitir compreender a organização do macrogênero analisado.

De outro modo, destaca-se que essa análise, por meio da linguagem, compreende um olhar panorâmico acerca das redes que são constituídas fora dos textos que constam no livro didático e as ligações que são tecidas entre memórias e identidades, perpassadas entre as formas de pensar a modernidade e, também o passado. Assim, há possibilidades para compreender a conformação do uso do livro didático nos contextos relacionados às práticas escolares. De outro modo, tais informações são exploradas nas variáveis de Registro, exploradas no capítulo denominado Macroanálise. Nessa etapa, ainda, apresenta-se como esse

³³ O conceito de ideologia utilizado, neste trabalho, apoia-se nas concepções defendidas por Oteíza, para quem é definida como: “um conjunto de valores e crenças que (se)transmitem de maneira crítica mediante práticas discursivas, as quais geralmente, se bem que unicamente, tomam forma de naturalizações que assistem a interesses dos grupos mais poderosos e hegemônicos de nossas sociedades com o objetivo de estabelecer e manter relações de poder não equitativas” (Oteíza, 2019, p, 75).

macrogênero articulou os diversos gêneros comuns ao discurso histórico na composição do capítulo, conforme a concepção proposta por Martin (1992; 1994; 1995).

Após delineamento dessa etapa, apontaram-se 20 textos que instanciavam os gêneros elementares predominantes, sendo selecionado um texto para cada um dos gêneros em cada capítulo para a microanálise. Tal proposição deriva da evidência de que a análise qualitativa dispensa a exaustão dos dados, uma vez que os gêneros e recursos semióticos são recorrentes nos contextos de cultura (Martin; Rose, 2008)

Quadro 10 - Textos selecionados para análise dos gêneros e recursos semióticos de tempo e causalidade

gênero	texto	Título
relato histórico	LD1	Não tem gênero elementar
	LD2T13	O Poder Judiciário e a democracia
	LD3T9	Eleições diretas à vista
	LD4T14	O Brasil na era da globalização
	LD5T7	Corrupção no Parlamento brasileiro
relato histórico explicativo	LD1T6	Tempos de estabilidade e crescimento
	LD2T7	Crise política e crise econômica
	LD3T23	Governo Dilma Rousseff
	LD4T12	O governo Collor
	LD5T23	Operação Lava jato
relatório descritivo	LD1T12	Situação das minorias sociais
	LD2T3	A Constituição de 1988
	LD3T7	Situação dos povos indígenas
	LD4T11	A participação popular
	LD5T25	Seis grandes desafios a serem vencidos
exposição	LD1T14	Violência urbana e corrupção
	LD2T18	A liberdade de expressão
	LD3T28	Racismo não é mal entendido
	LD4T32	A violência urbana e a criminalidade
	LD5T24	O governo Dilma Rousseff: da coalizão à colisão

Fonte: elaborado por Oliveira, 2024

Para proceder essa fase da análise, utilizou-se a seleção anterior dos textos constantes no Quadro 10. Os dados são analisados sob o ponto de vista de categorias linguísticas ou semióticas, conforme o escopo de estudos sobre gêneros nas perspectiva da Escola de Sydney (Martin, 1992, 1997, 2007; Martin; Rose, 2008; Rose; Martin, 2012; Coffin, 1997; 2006; Szenes, 2018) e da Linguística Sistêmico-Funcional (Eggins, 1994; Fuzer; Cabral, 2015; Halliday; Matthiessen, 2004, 2014;

Martin, 1992; Martin; Rose, 2007; Thompson, 2012, Hood, 2004; Vian Júnior; Sousa; Almeida, 2010; Martin; White, 2005; Coffin, 2006; Hao, 2015), dedicando-se ao olhar minucioso de relacionados à expressão de tempo e causa.

Utilizou-se, oportunamente, como um instrumento para busca ou orientação acerca da descrição das variáveis de Registro, a ferramenta computacional Sketch Engine (SE), desenvolvido pela Lexical Computing Ltd. em 2003, por Adam Kilgarriff e Pavel Rychlý, é um *software* de gerenciamento de corpus e análise de textos online, cujo objetivo é fornecer pesquisas sobre o funcionamento de várias línguas por meio de *corpora*. Assemelha-se a outros *softwares* como AntConc e Word Smith Tools, com uma variedade de ferramentas que podem nortear escolhas até para análise de cunho qualitativo.

Quadro 11 - Nomeação de arquivos para uso no SE

Código da obra	Título da obra	Capítulo	Páginas
LD1	História: passado e presente	13 Desafios para um Brasil democrático	259-277
LD2	Oficina de História	8 A esperança equilibrada	231-237
		9 Lula: para além do bem e do mal	266-282
LD3	História das Cavernas ao terceiro milênio	12 Brasil: da redemocratização aos dias atuais	225-252
LD4	#contato História	12 O Brasil Contemporâneo	263-287
LD5	História Sociedade e Cidadania	13 O Brasil e a nova ordem mundial	265-286

Fonte: Oliveira, 2024

Após essa fase, utilizou-se a ferramenta de lista de palavras (*WordList*), por meio da aba de consistência de palavras, a fim de extrair dados quantitativos gerais dos textos como número de itens (*tokens*) e frequência em relação ao corpus. No quadro abaixo:

Quadro 12 - Dados quantitativos gerais do corpus

obra	itens	porcentagem
LD1	3795	12,5%
LD2	6045	20%
LD3	7088	23,6%

LD4	7494	24,5%
LD5	5786	19,4%
corpus	30208	100%

Fonte: Oliveira, 2024

O terceiro passo, por sua vez, concentra-se em outro uso da ferramenta *Wordlist*, que informa a frequência de uso de palavras nos textos global ou individualmente. Como a primeira lista gerada era extensa, houve a providência de limpá-la, fazendo um recorte em que foram selecionadas, para esta nova sequência, as 50 primeiras palavras que poderiam orientar para análise em relação a elementos da léxico-gramática que ancoram a percepção de variáveis de Registro e construção de causalidade e tempo.

Como último procedimento relacionado ao uso da ferramenta computacional, gerou-se uma nova lista de ocorrências relacionadas às concordâncias de um item específico por meio da aba Concord. Com base nela, foi possível selecionar orações e complexos oracionais em que ocorriam os itens lexicais mais frequentes, a fim de buscar um mapeamento das ocorrências linguísticas relacionadas a categorias tempo e causa.

Elencam-se categorias de análise de estruturas léxico-gramaticais associadas a causalidade e tempo, propostas por Martin (1992) e refinadas por Coffin (2006), previstas na Gramática Sistêmico-Funcional, de acordo com seus significados, como se apresentou, no capítulo anterior.

4.5 Recapitulação e insights

Neste capítulo, apresentou-se o percurso pretendido para esta pesquisa, abordando ponderações necessárias para o esclarecimento das fundamentações metodológicas. Destacou-se o paradigma de pesquisa qualitativa como elemento norteador, denotando uma aproximação a aspectos da vida social mediados pelo discurso e seu caráter flexível em virtude da reflexividade do pesquisador. Também se destacou a relação dialética entre etapas da pesquisa e o reconhecimento de pressupostos filosóficos como uma força motriz para sua realização. Isso representa a consciência da necessidade de avaliações constantes para alcançar avanços. E, por

último, buscou-se apresentar a articulação teórica-metodológica que evidenciasse como cada dimensão da pesquisa poderia se encontrar com outra por meio da indicação de prováveis categorias analíticas.

5 GÊNEROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA PERSPECTIVA MACROANALÍTICA

Diante das informações previamente apresentadas, neste trabalho, acerca das razões para os estudos sobre gêneros, não se fazem mais necessárias digressões sobre sua relevância no contexto escolar. Nesse sentido, apresentam-se os gêneros encontrados nos textos analisados nos livros didáticos de História, pois constituem o alicerce para análise pretendida na tese. A ordenação apresentada para as seções é indiferente a qualquer escala de valor, seguem-se apenas os gêneros que se associam aos propósitos de informar e avaliar, organizando-se, então, como seção 5.1 Noções a respeito dos gêneros relacionados à disciplina de História, em especial, o uso da linguagem nas práticas pedagógicas; 5.2 os gêneros comuns ao discurso histórico e 5.3, onde são tecidas algumas considerações acerca da ocorrência de gêneros.

Esclarece-se, em tempo, que esse capítulo reúne informações de âmbito discursivo, que sustentam a descrição da estrutura genérica dos textos, pois acredita-se que haveria uma redundância na explanação de conceitos e estruturas desses gêneros, além de as fases dos gêneros das histórias, explicações e relatórios estarem muito associadas ao mundo experiencial, denotando mais uma interpretação do analista do que uma descrição linguística. Por fim, aponta-se que a seção 5.1 aborda aspectos sociodiscursivos.

5.1 A linguagem e a História nos Livros Didáticos

No capítulo anterior, já foi exposta alguma reflexão sobre o livro didático de História, mas a perspectiva agora difere, pois o objetivo é reforçar a linguagem³⁴ como constituinte desse objeto, tornando necessário apontar uma interrelação entre linguagem, contexto e texto. Derivada dessa visão, concebe-se a ideia de que o conhecimento é construído por recursos semióticos que o constituem. De outro modo, o conhecimento é significado, sendo produto desses recursos socialmente compartilhados (Halliday, 2004; Hao, 2015), cujas escolhas são realizadas de modo consciente ou não na construção de textos. Na teoria de gênero derivada da LSF,

³⁴ Usa-se o termo linguagem em sua acepção mais ampla. Contudo, neste trabalho, a análise verteu-se sobre a linguagem verbal no livro didático, embora se reconheça que há outros elementos semióticos constituintes igualmente relevantes.

desenvolvida pela Escola de Sydney (Martin, 2007; Martin; Rose, 2008; Rose; Martin, 2012), a criação de textos é produto da seleção, escolha da linguagem em determinado contexto. Notadamente, observa-se que a revelação do contexto se dá pelo texto, ao passo que o texto só é relevante pelo contexto.

Considerada a relação imbricada entre texto e contexto, saliente-se que os gêneros surgem em suas culturas em virtude de representarem modos de agir nas mais diversas situações, desde eventos informais do cotidiano até situações extremamente formais em que o discurso é moldado por regras sociais e semióticas. Rose e Martin (2018) consideram, entretanto, que diferenças nas experiências sociais conduzem a diferentes meios de acesso ao sistema de gêneros envolvidos em uma cultura. Tal reflexão é extremamente relevante para as práticas sociais ambientadas nas escolas, pois acena para uma possível atribuição ao universo educacional: democratização de acesso a um conjunto de gêneros.

Essa realidade tangencia diversas ponderações acerca da sociedade brasileira, cujo maior problema, gira em torno da enorme desigualdade social. Tal aspecto acaba seccionando a população e contribuindo para a manutenção, distribuição e eventual transformação do controle simbólico. Orientada por essa visão, interessa compreender, especialmente, como a escola, por meio de sua estrutura pedagógica, pode mover-se para ofertar ou gerar experiências que valorizem alterações nos padrões de distribuição de recursos semióticos na sociedade atual.

Prover, assim, situações pedagógicas que possam desenvolver o repertório individual e expandir o horizonte cultural produzem a escolha de percursos orientados pelo Estado, via políticas públicas, e pelo docente. Notoriamente, é nesse ponto que a escola pode avançar e ancorar a ampliação do conjunto de gêneros, adicionando intervenções que extrapolem os contextos cotidianos e conduzam ao domínio de práticas em instituições acadêmicas, científicas, empresariais, digitais e outras, presentes no mundo do trabalho e do conhecimento.

Certamente, é nesse universo que o domínio dos textos escolares se torna uma senha de acesso ao mundo externo mais amplo, a contextos mais diversificados, onde circulam gêneros mais complexos, por isso é tão importante obter êxito no processo escolar em virtude de configurar-se como um credenciamento para admissão a outros setores sociais. Em outras palavras, não é necessária apenas a aprovação do estudante em História, como nas demais disciplinas, mas também a “aprendizagem”

em torno dos gêneros pedagógicos que vão mediar a linguagem e o conhecimento presentes neles.

Conforme o provável cenário, espera-se que estudantes consigam compreender os mecanismos atuantes no processo de aquisição de conhecimento, destacando os aspectos linguísticos. Contudo, há situações em que isso não acontece, seja em virtude de experiências linguísticas insuficientes seja por outros fatores. Tal realidade impõe a incumbência de tornar o processo mais claro, incluindo medidas que explicitem os recursos semióticos constantes nos textos, ou ainda, ensinem a linguagem especializada, nos diversos tipos de textos circulantes nas matérias escolares, demandando o auxílio do professor, especialista devidamente preparado para ler e escrever sobre a disciplina ensinada a fim de que os estudantes alcancem êxito³⁵.

Conhecedora de que a discussão desse tema extrapola o espaço presente nesta tese, convém, mesmo assim, registrar a existência de esforços, no mundo acadêmico e no chão da sala de aula, para que mudanças possam originar melhores resultados. É baseado nessa crença que este trabalho se concentra e busca contribuir. Além disso, a experiência como professora da Educação Básica permitiu-me presenciar que os alunos podem não ter experiência com as práticas escolares em níveis diversos, desde as noções de interação e relacionamento interpessoal, a relevância do conhecimento acessado nas diversas disciplinas até a realização das diversas tarefas exigidas. Sobre essas últimas, Schleppegrell salienta:

Os alunos podem não ter experiência com tarefas escolares em vários níveis. Eles podem não entender os objetivos e propósitos das tarefas, ou os valores da escola associadas a suas expectativas para o uso da linguagem. Mesmo quando entendem os objetivos e propósitos, eles podem não entender como tais objetivos e propósitos são relevantes para suas vidas. O conhecimento se desenvolve em contextos particulares relacionados a propósitos particulares, e o contexto e o propósito específicos moldam o conhecimento e recursos linguísticos para construir esse conhecimento, que os alunos desenvolvem. Por essa razão, é especialmente importante que o ensino da

³⁵ Nos documentos derivados do Projeto *Write it right* (1996), produzidos pelo NSW Department of School Education, há uma reflexão relativa ao tema, aplicada à disciplina de História, que pode ser generalizada. Em conformidade com os autores, acredito ser necessário que a barreira de domínio da linguagem que constrói o conhecimento compartilhado, nos livros didáticos e outros documentos, seja transposta. Pondera-se, certamente, que há uma diferença entre aprender História e aprender a ler e a escrever História, configurando-se como um problema nas práticas pedagógicas. O rompimento dessa premissa, certamente, envolve questões de letramento que transcendem a formação docente especializada, pois, de modo geral, o foco, nos cursos de licenciatura, aponta para domínio do conhecimento e melhores práticas nas salas de aula. Nessa direção, os professores produzem textos que julgam eficazes e se habilitam a fazer o mesmo com a produção oral ou escrita escolar discente. Contudo, às vezes, não estão habilitados para destacar como os significados especializados da História são construídos na e pela linguagem, limitando o sucesso a ser alcançado no contexto escolar.

língua seja contextualizado por meio de atividades autênticas e intencionais. (Schllepegrell, 2004, p. 157)³⁶.

Nas aulas, ainda, postula a mesma pesquisadora, os professores podem orientar os processos para que os alunos compreendam como as escolhas linguísticas implicam os textos constituídos. Contudo, é comum a reclamação de que a linguagem utilizada no livro didático seja um elemento dificultador para o domínio da disciplina, pois tal recurso didático, muitas vezes, utiliza uma linguagem densa e de difícil compreensão, tornando a análise explícita da estrutura linguística uma estratégia para decifrar como a linguagem representa contextos particulares e modos de pensar. Por fim, a gramática e o léxico podem figurar como elementos focais explicitados no contexto escolar, na análise e produção destes gêneros (Schllepegrell, 2004, p. 160).

Considerados os aspectos acima, pondera-se, agora, sobre algumas notas a respeito do discurso histórico³⁷, notadamente, nos livros didáticos. Corroborando a visão de Bittencourt (2018), já citada neste trabalho, compreende-se que os LDH reportam discursos socialmente legitimados e vozes admitidas sobre o passado que os naturalizam e os normalizam. Nesse sentido, acredita-se que entender esse material didático como prática discursiva possibilita desvendar suas representações e distribuições. De outro modo,

o ensino do passado em contextos educativos formais permite a exploração de discursos públicos autorizados socialmente para serem transmitidos às gerações mais jovens, desta maneira o discurso pedagógico da história nos manuais revela que uma sociedade considera que vale a pena ensinar e por quê. Para tanto, o livro de texto constitui tanto “um artefato privilegiado para o poder de vigilância sobre o que deve ser normal na escola” (Martinez Bonafé, 2002, p. 33) como lugares de memória (Nora, 1984), suportes materiais através dos quais grupos transmitem suas representações e tentam criar discursos hegemônicos sobre o passado. Os livros didáticos também são espaços onde se tratavam memórias e se debatiam tensões entre memória e história (2007). (Achugar; Fernández; Morales, 2011, p. 198)

Somando-se às ideias de Rüsen e Cerri (cf. capítulo 2), considera-se que o discurso pedagógico da História se organiza ao constituir um distanciamento entre o aqui/agora e eventos passados, situando-se como uma linguagem mais abstrata que

³⁶ Tradução nossa de “Students may lack experience with school tasks on several levels. They may not understand the goals and purposes of the tasks, or they may not understand what the school values in its expectations for language use. Even when they understand the goals and purposes, they may not understand how such goals and purposes are relevant to their lives. Knowledge develops in particular contexts related to particular purposes, and the specific context and purpose shape the knowledge, and linguistic resources to construe that knowledge, that students develop. For that reason it is especially important that instruction in language be contextualized through authentic and purposeful activities.”

³⁷ Entende-se, nesta tese, com Benke e Wodak (2003), a linguagem como uma forma de prática social em uma abordagem histórico-discursiva.

técnica, conforme caracteriza Bernstein, na denominada estrutura horizontal do conhecimento. As peculiaridades dessa linguagem ensejam a interpretação e a representação do passado, entendê-las, portanto, permite que seja desvelada como uma área do conhecimento para além de formas particulares a respeito de períodos pretéritos, sendo tal fato essencial para o ambiente escolar, pois desconstrói o argumento de que o ensino de História se dá em um cenário de disputa ideológica.

Mais uma vez, reforça-se que o objetivo da aprendizagem, em contexto escolar, é agregar conhecimento ao que os alunos já dominam por meio de recontextualização. Assim, embora haja outros modos, aprender História atravessa a análise de informações, experiências, sob o ponto de vista de um projeto editorial - o livro didático, funcionando como uma lente diante das demandas impostas nas práticas pedagógicas. Somando-se a esse fator, a linguagem dominante das disciplinas escolares, muitas vezes, privilegia uma visão de mundo distante da realidade discente, especialmente, de estudantes oriundos de classes sociais desfavorecidas, rompendo seus vínculos com a experiência cotidiana.

É comum deparar com relatos de que alunos não alcançaram os objetivos propostos pelo professor para a disciplina. No caso da disciplina de História, almeja-se o letramento histórico - processo em que o sujeito se utiliza de uma estrutura histórica para ler, interpretar e analisar, criticamente, os conhecimentos acerca do passado, associando-o ao presente, ou ainda, a incorporação desse conhecimento à experiência humana (Lee, 2006; Silva, 2011), por meio de integração de conceitos formais e domínio de estratégias e recursos que desvelam o discurso histórico, cuja finalidade, entre outras, é compreender, desconstruir e avaliar o passado pela identificação de relações entre os fatos e de eventuais mudanças sucedidas, providenciando ainda aos estudantes a possibilidade de exploração das ações humanas em uma diversidade de contextos históricos e os encoraja a desenvolver habilidades que lhes permitam identificar motivações, relações de causa e efeito e demonstração de empatia.

Antes de apresentar os gêneros presentes nos LDHs, nas seções seguintes, reitera-se, juntamente com Coffin (2006, p. 219), que a história como registro factual é, cada vez mais, problematizada em virtude de o presente – em especial sua instantaneidade e sua efemeridade - alcançar mais relevância que o passado, no modelo de vida social deste início de século. Nessa lacuna epistemológica, construir História torna-se uma prática social reflexiva, de distintas vozes evocadas, envolvendo

movimentos de desconstrução e reconstrução do passado com base em distintos pontos de vista. Ao mesmo tempo, é interessante referendar a realização desse fenômeno por meio da mediação de textos e estratégias discursivas, alçando a linguagem a um papel fundamental na formação do conhecimento histórico.

5.2 Os gêneros das Histórias

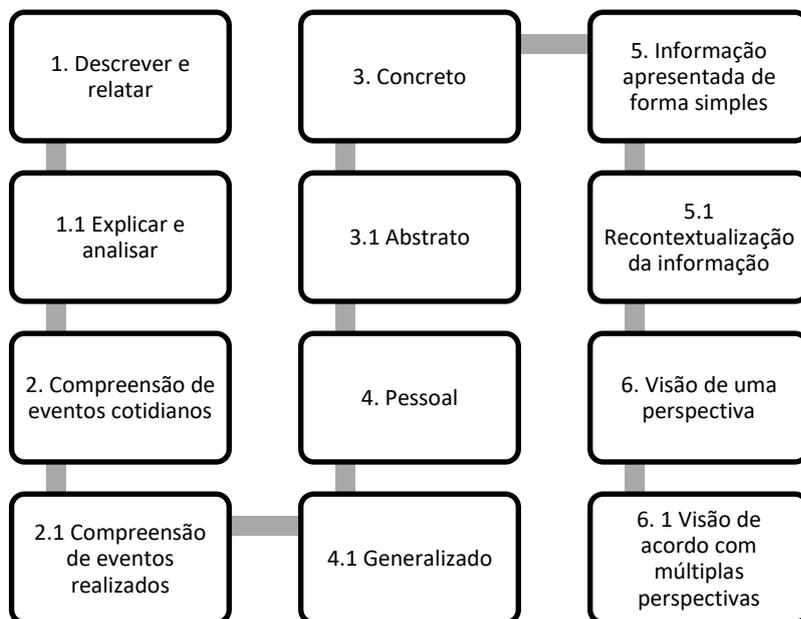
Neste trabalho, interessa a análise do macrogênero “capítulo do livro didático de História”, no qual são instanciados gêneros de diversas famílias – histórias, relatórios, explicações e argumentos - próprios ao discurso histórico. Em outras seções, já se explicou a motivação para essa escolha. Tal opção, portanto, interpõe-se às relevantes concepções das pesquisas Australianas, lideradas por Jim Martin, nas últimas quatro décadas, dirigidas ao contexto escolar no empenho de minorar as desigualdades vistas nas escolas, promovendo grande viés educacional na teoria sedimentada pela Escola de Sydney.

É notório, nesse cenário, que o conceito de gênero utilizado se baseie na LSF, em especial, na abordagem proposta por Martin, que o define como configuração recorrente de significados que representam as práticas sociais de uma cultura (Martin; Rose, 2008, p. 6). Nessa mesma perspectiva, observa-se que o gênero expressa processos sociais que constituem a cultura, cujos sistemas contêm variáveis de registro reconhecidas em padrões de escolhas relativos a sistemas semióticos, em especial, a linguagem. Hood³⁸ destaca que gênero ganha forma em textos se considerá-lo como contexto abstraído. A relação entre linguagem e contexto está imbricada, uma vez que a padronização das escolhas de linguagem nos textos também opera na construção registros e gêneros diferentes.

Consideradas as distinções acima, esta seção expõe os gêneros instanciados para atender aos propósitos comunicativos comuns no macrogênero “capítulo do livro didático de História” para apresentar o período de redemocratização brasileiro, após a ditadura civil-militar, e apoia-se em estudos já realizados sob a abordagem da LSF, apontados na introdução desta tese. Esses gêneros, como aponta Coffin (2006), sucedem um *processo de passagem* de complexidade discursiva e linguística, conforme atesta a figura abaixo:

³⁸ O texto utilizado de Sue Hood foi traduzido por Fernanda Costa Portugal Duarte, disponível em <https://genreacrossborders.org/pt/research/lingu%C3%ADstica-sist%C3%AAmica-funcional>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Figura 22 - Desenvolvimento de aprendizagem em termos de conhecimento e habilidades



Fonte: *The write it right* (1996), adaptado por Oliveira (2024)

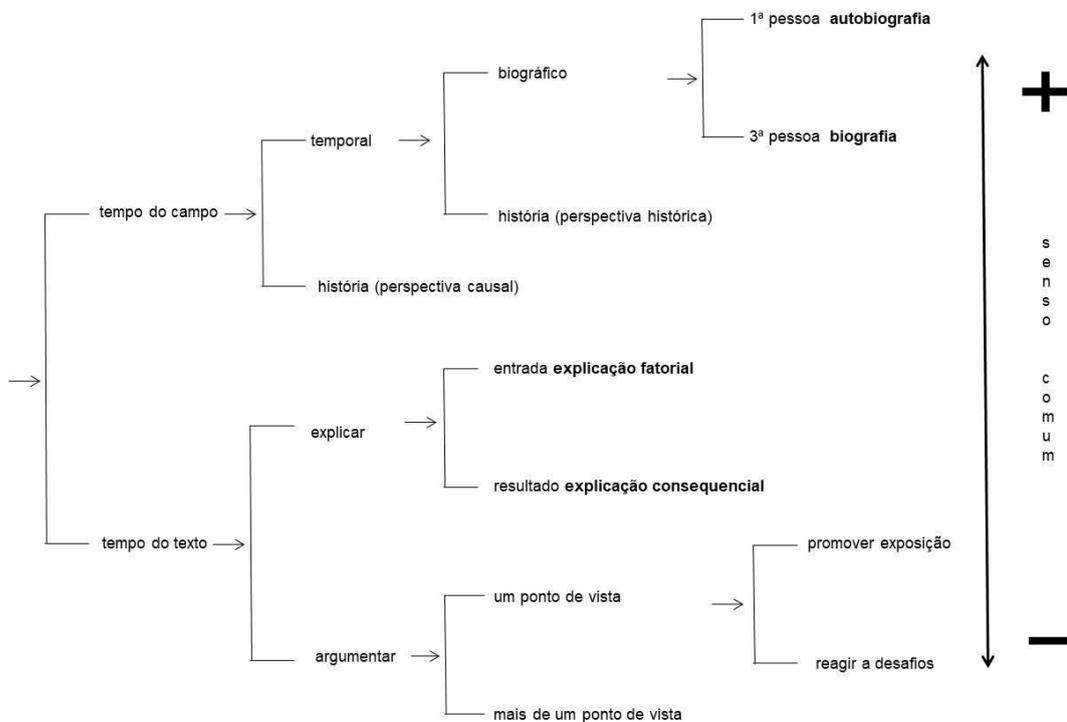
Demonstra-se que, de acordo com a figura proposta acima, foram elencadas seis categorias relacionadas à compreensão do discurso histórico, as quais se apresentam de modo conectado e evolutivo, envolvendo uma complexidade cognitiva, envolvidas com o contexto e o próprio texto. É possível postular que há uma migração do indivíduo do seio familiar para a interação em outros espaços sociais, dimensionando sua experiência no mundo, desvinculando-se de experiências pessoais, concretas e eventos cotidianos para outras relacionadas a eventos distantes, instituições, versões recontextualizadas e múltiplas sobre esse discurso.

Essa evidência significa que essa alteração de padrões acompanha a exploração de habilidades desenvolvidas de acordo com o amadurecimento cognitivo dos alunos, partindo de uma visão pessoal, uma experiência particular e concreta para eventos abstraídos e linguagem mais complexa e abstrata. De outro modo, pode-se perceber que o conhecimento e as habilidades históricas acompanham o desenvolvimento de domínio da leitura e escrita.

Considerados tais aspectos, passa-se à apresentação dos gêneros comuns ao discurso histórico mapeados pela Escola de Sydney. De um modo geral, Martin e Rose (2012) indicam que os gêneros da família das histórias reúnem textos organizados em torno de eventos constituintes da ordem social, incluindo em escalas mais amplas os

indivíduos e as instituições a fim de registrar, explicar ou problematizar o passado. Sua apresentação inicial é demonstrada na figura abaixo³⁹:

Figura 23 - Perspectiva tipológica entre gêneros das histórias



Fonte: adaptado de Martin e Rose (2008, p. 130)

Como se sabe a perspectiva tipológica, grosso modo, organiza os gêneros com base em parâmetros que indicam as distinções entre si. Dessa forma, o critério inicial apresentado foi a noção temporal, a qual pode estar estruturada cronológica ou retoricamente. No primeiro caso, no texto, há prioritariamente uma sequência, sucessão de eventos disposta, diretamente associada ao campo, onde se desenrolam as atividades humanas. Por sua vez, no segundo caso, já não é foco a referência sequencial para configuração temporal, pois os eventos são dispostos em relação à noção de causalidade.

No campo, as noções temporais, presentes nos gêneros, obedecem a uma cronologia, importando se reportam ou não noções causais, quando se estruturam por meio de fatos ou eventos referentes à existência de um indivíduo constituem os gêneros biográficos ou autobiográficos, contudo se aludirem a eventos relevantes

³⁹ Como se vê, ao longo desta tese, tempo e causalidade são elementos norteadores para os estudos relacionados aos gêneros das Histórias, pois, em maioria, se enquadram no paradigma oriundo deles. Contudo, em nossa análise, também se identificaram relatórios. Tal constatação é curiosa, pois as publicações relacionadas ao projeto *Write it right* os apresentavam e também o material do grupo de pesquisa do Instituto Politécnico de Leiria, em seu Portal de gêneros escolares e acadêmicos, registram-nos em suas pesquisas.

para coletividade, fatos históricos, há proposição de um outro gênero. Há, ainda, no sistema, outro gênero que soma à organização cronológica, a ideia de causa⁴⁰.

Considerando, por sua vez, a perspectiva do tempo construída retoricamente no texto, há duas categorias: gêneros que buscam explicar as causas relacionadas aos eventos – reconhecidas como externas – conformando-se a elas gêneros como a explicação fatorial, cuja causalidade é multifatorial ou a explicação consequencial, que se organiza por meio de uma causa e, obviamente, várias consequências. Há também outros gêneros identificados por causas internas, constituídas pela estrutura do texto, reconhecidos como argumentativos, quando dirigidos à promoção ou debate de ponto de vista, denominam-se, respectivamente, exposição ou desafio. Por outro lado, quando expõe mais de um ponto de vista, é chamado discussão.

Ainda, em relação à Figura 24, para finalizar, vê-se que há uma seta transversal, representando um *continuum* em relação à disposição desses gêneros, pois é previsível uma autobiografia se aproximar mais de um conhecimento experiencial, concreto e de uma linguagem significativa de tal realidade, ao passo que um texto argumentativo expõe um conhecimento mais científico e uma linguagem mais abstrata.

Considerados tais aspectos, prossegue-se, apresentando a estrutura genérica de gêneros instanciados no discurso histórico, especialmente, aqueles que ocorrem no macrogênero “capítulo do livro didático”. Seu registro de ocorrências é sintetizado na Quadro 13, embora não fosse necessário, optou-se por orientar a exposição dos gêneros, com base na análise realizada para esse trabalho a fim de a legitimar.

Quadro 13 - Ocorrência de gêneros no macrogênero “capítulo do livro didático”

família	gênero	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5
Histórias	biografia	1			1	
	relato histórico	3	2	8	3	4
	relato histórico explicativo	6	10	10	8	13

⁴⁰ A figura apresentada retrata uma organização tipológica proposta por Martin, a qual não se desejou alterar, denotando uma interpretação constituída por oposição. Nos denominados gêneros ancorados na perspectiva histórica, incluem-se os relatos históricos, mas naqueles orientados pelo acréscimo da noção causal, pode-se perceber que o gênero referente a essa caracterização é o relato histórico explicativo.

família	gênero	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5
explicações	explicação consequencial				2	
	explicação fatorial	3			2	2
relatórios	relatório descritivo		3	3	11	2
	relatório composicional		1	1		
argumentos	exposição	2	6	6	18	2
	discussão				1	1

Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa, há uma grande variedade de gêneros, pois estabelecem forte conexão com o modo como os saberes do campo da história são compartilhados, se são narrados, explicados ou avaliados, além de poderem descreverem objetos, pessoas e lugares, sendo denominados e classificados de acordo com suas características. Houve, 135 textos, distribuídos pelos 5 capítulos analisados. A sua distribuição dentro desse macrogênero é tratada no capítulo 6. Nessa seção, registre-se, então, a apresentação desses gêneros. A maior ênfase é dada aos relatos históricos, relatos históricos explicativos, relatórios e exposições, pois são os mais recorrentes, conforme os dados disponibilizados no Quadro 13.

Vale ressaltar que a indicação de etapas e fases de cada um desses gêneros se encontram nos Apêndices C a G. Nesse contexto, a exploração do mapeamento desses gêneros, neste capítulo, demandaria grande espaço e tornariam a leitura menos estratégica, impelindo sua disposição na parte pós-textual. Por último, esclarece-se que aqui há a análise de apenas um texto para cada gênero, pois essa análise é representativa,

Como já se destacou anteriormente, o foco nos participantes de eventos históricos, em uma delimitação temporal sequenciada, pode distinguir gêneros intitulados relatos biográficos, mas a caracterização do produtor do texto pode diferenciar entre uma biografia e uma autobiografia, sendo o primeiro relatado em terceira pessoa e o último, em primeira, brevemente apresentados nas seções 5.2.1.1 autobiografias e 5.2.1.2 biografias.

5.2.1 Autobiografias

Relatos autobiográficos ou autobiografias são textos que recontam eventos da vida do autor para entreter ou informar (Coffin, 2006). É comum que tratem de personalidades políticas ou celebridades, pois sua divulgação ampla provoca interesse social por eventos peculiares e até íntimos sobre a vida dessas pessoas, alcançando solidariedade e engajamento sobre suas experiências. Nas práticas escolares, esses gêneros são recorrentes na primeira etapa do Ensino Fundamental, pouco comum sua circulação na etapa referente a este estudo, contudo sua descrição compõe a exposição da família das Histórias. Abaixo, apresenta-se o Quadro 14 que sintetiza as principais características relativas ao gênero.

Quadro 14 - Quadro sinpótico sobre relatos autobiográficos

Relatos autobiográficos	
Propósito social: relatar os eventos da vida do autor	
Etapas	Recursos linguísticos recorrentes
<i>Orientação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presente do indicativo
<i>Registro de eventos</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participantes humanos específicos ▪ Processos no pretérito ▪ Circunstâncias de tempo ▪ Grupos nominais indicando tempo como Participantes ▪ Processos mentais e relacionais ▪ Tempo em posição temática ▪ Afeto
<i>Reorientação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presente do indicativo ▪ Afeto

Fonte: adaptado de *Write it right* (1996)

Inicialmente, quando se pensa em gêneros, na perspectiva da LSF, torna-se relevante identificar o propósito e a maneira como suas etapas cumprem tal objetivo comunicativo. Como se demonstra na primeira coluna do Quadro 14 acima, há 3 etapas, sendo a última opcional: Orientação, Registro de eventos e Reorientação. Em autobiografias, a Orientação indica ao leitor o que virá a seguir por meio de “antecipação” de informações do texto, destacando eventos mais relevantes da vida do autor; também, normalmente, introduz os atores e o recorte temporal pretendido, ou seja, apresenta “quem” e “quando”. O Registro de eventos, por sua vez, elenca uma sequência de fatos vinculada a reações sobre eles próprios. Por último, a Reorientação, uma etapa não obrigatória que adiciona um comentário ou a externalização dos sentimentos. Importa, ainda, enfatizar que as variáveis de Registro

– Campo, Modo e Relações – associam-se às escolhas linguísticas, as quais são brevemente apresentadas.

Em relação à primeira etapa, Orientação, é comum que haja predominância do presente do indicativo como em “Eu sou Malala”⁴¹. Na etapa de Registro, há tipos de orações e processos predominantes no campo do Campo, entre outros recursos, de modo que os Participantes são seres humanos específicos, nomeados, identificados, pois circulam em torno do ator que relata sua própria vida, além de sua autoidentificação (foco em 1ª pessoa) e processos usados no pretérito como em “Eu a adorava...”; processos materiais como em “Eles destruíram a brigada inteira”; mentais como em “Eu gostava de me sentar no terraço na cobertura de casa”; relacionais como em “Então Mingora se tornou populosa e suja”. A expressão de tempo é recorrente e necessária e há Circunstâncias de tempo como em “Em 1949, dois anos após a criação do Paquistão, Miangul abdicou em favor de seu filho mais velho, Miangul Abdul Haq Jehanzeb.” ou como Participante “Eu aproveitei os próximos dez anos de minha vida”.

Avançando no reconhecimento dos aspectos apontados no Quadro 14, Relações, variável de Registro interligada à maneira como interlocutores trocam pontos de vista e se envolvem, informa, também, o grau de resposta emocional ou avaliação de eventos representados nos textos, sendo o uso de emoções ou sentimento um recurso recorrente.

Em relatos autobiográficos, a seleção autoral de eventos e o modo de seu registro são estratégias para envolvimento do eventual público. É comum o esforço do escritor para aproximar-se do leitor, posicionando-o em alinhamento à sua versão dos eventos. Constata-se que é comum o uso de expressões que designam teor avaliativo, especialmente, afeto⁴², também na etapa de Reorientação, em virtude de os relatos autobiográficos buscarem conquistar o leitor, cultivar sua empatia enquanto o entretém.

A variável Modo, responsável pela criação de fluxo de informações, comporta o uso de nominalizações com grupos nominais mais simples como “Na época colonial nossos reis deviam obediência aos britânicos”, por fim dispostas em posição temática

⁴¹ Em virtude de não haver relatos autobiográficos, no *corpus*, optou-se por usar trecho da autobiografia do livro *eu sou Malala*.

⁴² Afeto é uma das formas de representação de atitude, conforme o Sistema de Avaliatividade, e designa a manifestação de emoções por meio de recursos semânticos, cujas avaliações são pautadas em sentimentos negativos ou positivos dos falantes.:

“Dois anos depois de meu nascimento, meu irmão Khushal veio ao mundo”. Embora seja comum a frequência dos recursos descritos anteriormente, em virtude de o texto, em contextos pedagógicos, ser mais simples, observa-se uma baixa densidade lexical e uso de grupos nominais mais curtos em relações a outros gêneros.

5.2.2 *Biografia*

Biografias ou relatos biográficos são gêneros que contam a história de vida de figuras históricas julgadas significantes, ou seja, ofertando “um contexto para reconhecer as funções de pessoas centrais na mudança histórica”⁴³ (Christie; Derewianka, 2008, p. 100). Tais textos fornecem, também, informações socioculturais sobre as funções de homens, mulheres e diferentes grupos étnicos ou culturais em determinados eventos históricos. Além disto, é possível que, no contexto escolar, os eventos selecionados iluminem situações relevantes, linearizadas assim como nos relatos autobiográficos, para a compreensão de momentos históricos sugeridos nos documentos oficiais que regulamentam, por exemplo, o ensino na Educação Básica.

Concebendo que, no discurso histórico, a linguagem constrói interpretações sobre a experiência social, reconhecer recursos linguísticos ou semióticos relativos ao desempenho de determinados atores em eventos particulares, em textos biográficos, possivelmente, ajude a compreender a relação entre aspectos-chave do contexto social e da vida de figuras públicas. Em outras palavras, permite focar o meio pelo qual, por exemplo, um presidente da República – ator social reiteradamente constante no desenvolvimento da narrativa histórica presente no LD – pode representar ideologias, crenças e repertório cultural de parcela da população, “uma vez que é reforçado pelo discurso público dominante em oposição ao discurso privado que nem sempre está sincronizado com ele”⁴⁴ (Achugar; Fernández; Morales, 2011, p. 199).

De acordo com a abordagem de gêneros acatada neste trabalho (Coffin, 2006; Martin; Rose, 2008), o propósito social dos relatos biográficos é instanciado em duas etapas obrigatórias e uma opcional, respectivamente, denominadas Orientação, Registro de eventos e Reiteração⁴⁵. A fim de ilustrar a estrutura esquemática desse gênero, apresenta-se e um Relato Histórico Explicativo #LD5T10, cuja etapa Registro

⁴³ Minha tradução para “a context for recognizing the role key figures play in historical change”

⁴⁴ Minha tradução de “ya que es reforzado por el discurso público dominante a diferencia del discurso privado que no siempre está en sincronía con él”.

⁴⁵ Christie e Derewianka (2008, p. 98) denominam as três etapas do gênero Biografia da seguinte forma: Identificação pessoal, Episódios e Avaliação, que foram apresentadas na dissertação de Weber (2018).

de eventos possui um gênero encaixado⁴⁶ e não foi selecionado para análise mais detalhada.

Quadro 15 - Texto biográfico (fragmento de LD5T10)

Etapa	texto
Orientação	O sociólogo Fernando Henrique Cardoso atuou na política desde cedo.
Registro de eventos	Durante o Regime Militar (1964-1985) foi perseguido e exilou-se no Chile e na França. Nesse tempo, lecionou em várias universidades estrangeiras. De volta ao Brasil, candidatou-se pela primeira vez em 1978 como suplente de Franco Montoro no Senado. Assumiu o mandato em 1983, quando Montoro se elegeu governador de São Paulo. Em 1988 ajudaria a fundar, com outros dissidentes do PMDB, um novo partido: o PSDB. Depois, foi ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e presidente da República por duas vezes.
Avaliação da pessoa	—

Fonte: organizado pela autora

Geralmente, na Orientação, a primeira etapa de biografias, são apresentados elementos essenciais à designação da pessoa, em determinado espaço e tempo. Nela são resumidos eventos anteriores significativos para informações futuras. No entanto, no texto em análise, a indicação espaço-temporal não é específica, pois não é interesse primário, no contexto situado em que circula, expor tais dados. O texto que o antecede (cf. Apêndice G) relata a candidatura à presidência de Fernando Henrique Cardoso – participante humano, específico, portanto, os episódios selecionados para seu credenciamento não exigem essas informações.

A exposição dessa figura pública, reconhecida por nome e sobrenome, aponta que o presidenciável possuía as condições desejáveis para candidatar-se à função política, no caso o uso do epíteto sociólogo. Informa que o biografado possui formação acadêmica, é um intelectual, um perfil desejável. Por sua vez, a Circunstância de Extensão desde cedo acrescenta que é um político de larga experiência, pois o período e que atua é bastante longo, além de apresentar o âmbito de sua atuação na política. De forma resumida, a aparente certeza de que a exposição do nome de Fernando Henrique e o seu legado político, ainda, recente na memória coletiva do país poderia deixar.

⁴⁶Esse fenômeno é descrito na seção que trata de macrogênero.

A segunda etapa, denominada Registro de eventos, expõe a sua seleção, mostrando como se desenrolam ao longo do tempo. No texto, de modo menos comum, há poucos recursos avaliativos, sendo utilizados predominantemente processos no pretérito perfeito do indicativo, tais como atuou, candidatou-se, lecionou, foi e Circunstâncias compondo Tema marcado – Durante o Regime Militar (1964-1985), nesse tempo, em 1989 e Depois.

Outros recursos, ainda relacionados à noção de tempo não ocorrem, a saber: orações dependentes com expressões de tempo fazendo a ligação, Tempo como Participante conforme exemplificado na seção 3.2.1.1. Por último, a terceira etapa, Avaliação da pessoa, não aparece no texto, pois é opcional. Apesar desse fato, é comum que exiba o significado histórico dos eventos apresentados, por isso recursos semióticos próprios ao Subsistema de julgamento, processos relacionais e orações projetadas são recorrentes.

O campo, por sua vez, elenca acontecimentos e fenômenos julgados relevantes, configurados em volta das vivências pretéritas do indivíduo, e relaciona-se ao significado experiencial. Portanto, os eventos selecionados acerca do participante são definidos dentro de um contexto histórico. Sua compreensão, contudo, depende de um conhecimento especializado (cf. seção 2.2) ancorado no domínio de expressões frequentes nessa área, ainda que haja delicado poder de conceitualização.

Relações, por outro lado, permite ao leitor perceber o posicionamento do autor acerca das atuações das pessoas envolvidas, conferindo a construção de sua interpretação, molda, ainda, a linguagem presente no texto por meio de recursos avaliativos peculiares ao Subsistema de Julgamento.

O Modo, como se sabe, configura as informações do texto, uma vez que, nos Relatos biográficos, assim como em outros relatos, indica ao leitor a impressão de uma sequência temporal dos eventos, imprimindo a formulação de hipótese de que a Circunstância destacada permitirá instituir a abordagem de aspectos a serem tratados no texto.

5.2.3 *Relato histórico*

Relatos históricos são gêneros que expõem eventos passados. Assim como nas autobiografias e biografias, de acordo com Coffin (2006, p. 56), esses textos

linearizam, selecionam e editam eventos, ao passo que dispensam demandas de entretenimento, focando na disseminação de informações. Sob outra perspectiva, respondem à questão “O que aconteceu?”. Rose e Martin (2012, p. 106), por seu turno, advertem que, em relatos históricos, sequências de atividades são desconstruídas em etapas, por meio de estruturas parte-todo. Em outros termos, historiadores ao conceber os eventos formadores de determinado período histórico como uma espécie de “Ente” ao registrar o passado, compreendem que, para compartilhá-lo, é necessário segmentá-lo. Suas etapas e fases, descritas na seção a seguir, recebem as mesmas denominações daquelas que compõem o relato histórico explicativo, contudo sem a relevância de causalidade para o último.

5.2.4 *Relato histórico explicativo*

Um relato histórico explicativo é um texto que relata eventos passados conforme eles se desenrolaram e, como nos relatos históricos, sua linha do tempo é normalmente mais longa do que os relatos autobiográficos e biográficos, em virtude de sua própria natureza de abordar eventos de interesse coletivo. A principal distinção entre relatos históricos explicativos e relatos históricos é que, além de apresentar eventos em uma sequência temporal, ele carrega nexos causais. Seu propósito social é, portanto, duplo - relatar e explicar. Em vez, apenas, apresentar uma linha de sucessão entre os eventos, há uma sugestão de que eles se conectam em uma rede, sendo um evento causador de outro subsequente, ou seja, evento A causa B, evento B causa C etc.

Observa-se que tais características – organização em um eixo temporal e exploração de causalidade entre eventos - indicam que esse gênero possui elementos comuns com relatos históricos e com as explicações. Entretanto, conforme adverte Coffin (2006), seus poderes explicativos são limitados a relações causais sobrepostas às relações temporais, compondo explicações lineares transformadas frequentemente em objetos de críticas - não apenas por sua seleção de eventos, mas por sua drástica simplificação da causalidade, criando textos históricos conceitualmente estruturados e cada vez mais abstratos.

Apresentada essa digressão necessária a respeito da fluidez desse gênero, retorna-se à exposição de suas etapas, que se assemelham as dos relatos históricos, as quais se encontram identificadas na figura abaixo:

Figura 24 - Etapas de Relato histórico explicativo



Fonte: Oliveira, 2024, com base em Coffin, (2006)

Como se depreende, há três etapas: Orientação que apresenta eventos históricos prévios ao recorte histórico apresentado; Registro eventos que os enumera à medida que sucedem no tempo e Dedução – etapa não obrigatória – que explora o significado histórico dos eventos registrados sob a perspectiva autoral da obra.

Coffin (2000) destaca que, na maioria das vezes, a apresentação dos gêneros se organiza em torno de uma visão tipológica, estabelecendo critérios suficientes para distinção dos gêneros. De acordo com essa perspectiva, o relato histórico difere do relato histórico explicativo, porque o primeiro visa explorar a ocorrência de um determinado conjunto de eventos. O segundo, em vez priorizar essa ação, visa explicar as causas subjacentes à sua ocorrência. Como resultado, sua estrutura gramatical é alterada para se concentrar nos recursos causais.

Por outro lado, existe a possibilidade de textos históricos poderem apresentar proporções semelhantes de elementos causais e temporais, tornando difícil identificar se esses textos são puramente relatos históricos ou relatos históricos explicativos. O ponto central da questão, na abordagem proposta pela pesquisadora, é o grau de causalidade usado nos relatos. Tal constatação conduz, portanto, uma abordagem topológica para análise desses textos, pois ela reconhece a imprecisão das fronteiras, em vez de impor uma classificação rígida entre os dois tipos de relatos.

Sugere, ainda a pesquisadora que a extensão da presença da causalidade seria um critério direcionador para tomada de decisão. Em outras palavras, um texto pode ser classificado como um relato histórico explicativo se considerar a maioria das relações entre eventos como causais; por outro lado, o texto seria melhor enquadrado

como um relato histórico se a maioria das conexões entre eventos fosse predominantemente temporal. Portanto, o olhar atento e investigativo do pesquisador é necessário para proceder análises densas que possam sustentar seus enquadramentos.

5.2.5 Relatórios

Todos os campos do conhecimento humano, incluindo a história, precisam de um sistema para organizar e armazenar informações. O gênero relatório é um recurso viável em nossa cultura para fazer isso. Esse tipo de texto contribui para compreensão da história vinculada a costumes, governos, modelos arquitetônicos e tecnologias, a qual desvela o curso evolutivo de povos e culturas.

Nesse cenário, constitui uma habilidade relevante, para a construção de conhecimento e conotação histórica, a capacidade de descrever como as coisas eram no passado, pois o conhecimento profundo de um contexto histórico específico permite uma melhor compreensão da sequência de eventos que ocorreram dentro desse contexto.

Além disso, permite examinar como as pessoas em um determinado período foram afetadas e como essas pessoas afetaram e mudaram sua realidade. Portanto, a presença desse gênero, no campo da História, se impõe pela necessidade de constituir um andaime para a construção do conhecimento, é um degrau necessário e anterior à proposição de reflexão e argumentação sobre eventos históricos, pois é crucial ter informações básicas sobre como as coisas eram antes de avançar para operações cognitivas mais complexas.

Em virtude de terem sido encontrados cerca de 24 textos, representando 17,39% do total dos gêneros elementares, que se enquadram na categoria de relatórios, apesar de configurar uma realidade incomum, em livros didáticos de História do Ensino Médio, apresenta-se brevemente a delimitação desses gêneros, que serão explorados na seção de análise referente ao mapeamento dos gêneros predominantes.

Cabe salientar que Coffin (2006) não apresenta os relatórios como uma possibilidade típica no escopo de gêneros das Histórias e Alexandre; Caels e Gouveia (2018) informam, por sua vez, que eles ocorrem com frequência em livros didáticos equivalentes à etapa de Ensino Fundamental Anos Finais. Contudo encontraram-se

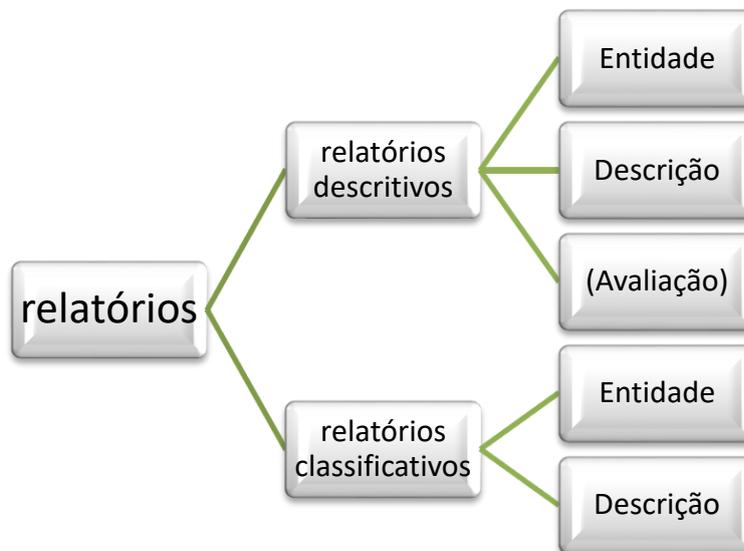
tais gêneros no corpus analisado, pois é comum a apresentação de eventos como a Assembleia Constituinte, a disponibilização de informações relativas à Constituição de Federal de 1988 ou a Lei Maria da Penha.

A classificação de categorias especializadas da experiência torna-se uma estratégia de circulação do conhecimento bastante relevante no Ensino Médio, quando o domínio do conhecimento especializado é primordial para o êxito escolar, pois é essencial classificar, categorizar, fazer generalizações sobre entidades, atividades relacionadas ao propósito social dos denominados relatórios.

Contudo, é bom lembrar que, na área das ciências humanas, o conhecimento é especializado, mas menos técnico, por exemplo, que nas ciências físicas e biológicas. Assim, no discurso da História, os relatórios são relevantes na constituição de eventos que recebem nomes particulares para designação de fases da história como Segunda Guerra Mundial, Revolução Industrial; são significantes para descrição de pessoas, lugares e objetos; apresentam monumentos, cidades e exploram a agência humana em governos.

Rose e Martin (2012) informam que existem três categorias principais de relatórios: descritivos, classificativos e composicionais, embora os últimos não sejam tratados aqui nesta tese. Os relatórios descritivos visam classificar um fenômeno e fornecer detalhes sobre suas características. O classificativo categoriza diferentes tipos componentes de uma entidade e o os composicionais marcam a distinção de partes de um todo. No contexto da estrutura desses relatórios, os autores notam a divisão dos gêneros textuais em etapas e fases. A etapa refere-se à estrutura global de cada tipo de texto. Essa estrutura é definida de acordo com a sua finalidade social e é menos variável e está distribuída conforme a figura 25:

Figura 25 - Etapas de relatórios descritivos e classificativos



Fonte: Oliveira, 2024, com base em Coffin (2006)

Um relatório descritivo tem objetivo é categorizar e explicar um fenômeno. É comum seguir uma série de etapas, primeiro classificando e depois destacando as características do fenômeno, sendo suas etapas: Entidade^Descrição^(Avaliação). Em contraste, os relatórios classificativos centram-se na subclassificação de membros de uma classe geral de fenômenos, constituindo suas etapas: Entidade^Descrição de tipos ou partes. Embora os parâmetros de classificação desempenhem um papel importante nesses relatórios, é importante notar que o mesmo fenômeno pode ser classificado de forma diferente com base em critérios diferentes, resultando em variações nas fases de notificação.

Martin e Rose (2007) postularam que relatórios e explicações dependem de dois conjuntos complementares de recursos linguísticos para estabelecer relações entre s fenômenos descritos. Tais relações concentram-se em entidades, incluindo suas descrições, classificações e composições, bem como em sequências de atividades descritas por uma cadeia de causa e efeito. Nesse sentido, os relatórios centram-se na descrição, classificação e composição dos fenômenos, ao passo que as explicações elucidam como estes fenômenos interagem entre si. Em muitos casos, de acordo com uma perspectiva topológica, a descrição e a classificação precedem a explicação, centrada em relações causais, estabelecendo assim uma forte correlação entre esses dois gêneros textuais.

5.2.6 Explicações

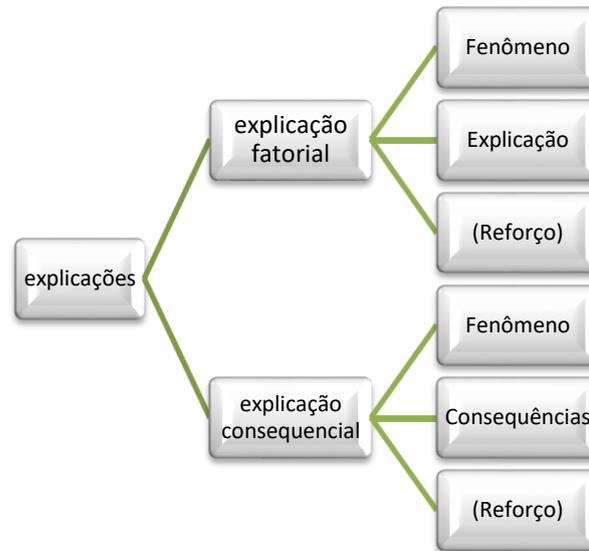
O propósito social das explicações é explicar o que aconteceu no passado, examinando suas causas e efeitos. Tais gêneros são capazes de integrar causas contextuais de longo prazo com causas diretas e imediatas, expandindo o inventário de causas, conforme defende Coffin (2006, p. 67). Essa propriedade a diferencia dos relatos históricos explicativos, que podem simplificar o tratamento de causa e consequência. A instanciação dessas explicações pode organizar as causas em uma espécie de "ordem de classificação", além de avaliá-las em termos de sua importância. Assim, enquanto os gêneros relacionados a um eixo temporal são comumente usados para tratar de biografias, grupos de pessoas determinados ou eventos específicos, ao passo que explicações, geralmente, abordam eventos em níveis mais abstratos e generalizados.

O gênero explicação potencialmente pode apresentar-se sob quatro formas: uma sequência simples de eventos de causa e efeito, criando uma explicação sequencial; os resultados associados a condições, criando uma explicação condicional; envolvimento de várias causas ligadas a um efeito, criando uma explicação fatorial; e, por fim, reunião de vários efeitos ou resultados decorrentes de uma causa, que resulta em explicação consequencial, sendo apenas os dois últimos recorrentes no discurso histórico. As relações lógicas existentes entre os eventos de uma explicação geralmente são organizadas retórica e cronologicamente, ocorrendo de forma sequencial ou simultaneamente. A respeito desses gêneros, no discurso histórico, Alexandre e Caels sintetizam:

a família das Explicações especializa-se na explicação de acontecimentos do passado, sendo que o termo explicar, como já apontado anteriormente, refere-se, neste contexto, à explicitação de nexos causais (por ex., causas da 1.ª Guerra Mundial; consequências da Queda da Bolsa de Nova Iorque). À semelhança da família anterior [Relatos históricos explicativos], também os textos enquadrados pela família das Explicações se situam no passado e pressupõem um eixo cronológico. A esta ordenação temporal, porém, sobrepõe-se um princípio estruturador de natureza causal (o evento A causa o evento B, que causa o evento C, etc. (*sic*)). Consequentemente, os textos são mais ricos em informações de causa e consequência, que podem ser realizadas por vários recursos lexicogramaticais. (Alexandre; Caels, 2023, p. 59).

Como quaisquer outros gêneros, as explicações possuem etapas que são sintetizadas na figura 26:

Figura 26 – Etapas das explicações



Fonte: Oliveira (2024), com base em Coffin (2006)

Como se observa, com base na figura anterior, em uma explicação fatorial, o objetivo de cada etapa denominada Fenômeno identifica um elemento histórico e antecipa, quando possível ou necessário, alguns detalhes sobre o evento como quando e onde ocorreu. É comum também que seja exposta previamente aos fatores tratados no texto. A etapa Explicação, por sua vez, fornece detalhes dos fatores ou causas que o autor selecionou para explicar a ocorrência do evento, os quais geralmente são relacionados por meio de nexos causais em uma sequência de eventos relacionados à causa. Embora seja facultativa, a etapa Reforço de fatores, nesse gênero, geralmente enfatiza os principais fatores relacionados ao/s efeito/s obtido/s ou apresenta um teor avaliativo acerca da relevância daqueles que contribuíram para o resultado.

De maneira semelhante, a etapa Fenômeno, em explicações consequenciais, atende ao objetivo de identificar um "elemento" histórico também fornecendo uma prévia das consequências que serão detalhadas e elaboradas. A etapa denominada Consequências fornece detalhes sobre as consequências selecionadas pelo autor, para explicar o efeito do fenômeno. Por fim, Reforço de consequências, também uma etapa não obrigatória, enfatiza as consequências que propiciaram os resultados, podendo julgá-los em negativos ou positivos.

Em resumo, gêneros explicativos, conforme Coffin (2006, p. 75), funcionam para construir um "modelo" causal de eventos passados relativamente complexo e

com várias camadas. Em vez de estarem temporalmente localizados em uma cadeia unidirecional de causa e efeito, os eventos e as estruturas e tendências sociais/políticas/econômicas são interpretados como parte de uma rede complexa de interações causais simultâneas e de influência mútua.

Em comparação com os relatos, a visão do passado apresentada nos gêneros explicativos é, portanto, menos transparente. Segundo a pesquisadora, é por essa razão que eles desempenham um importante papel pedagógico. De outro modo, eles formam uma ponte entre as formas icônicas dos relatos (em que os eventos são contados à medida que se desenrolam no tempo cronológico) e os gêneros altamente abstratos e argumentativos.

Em virtude da natureza dos relatos históricos explicativos, sua abrangência ténue entre os relatos históricos e as explicações, cabe uma reflexão. Embora se reconheça, de acordo com Martin (2002a, p. 109; 2002b, p. 274), que os gêneros são bem delimitados, é possível que esse delineamento não seja tão preciso, uma vez que não é incomum encontrar gêneros que ultrapassem fronteiras.

No caso de gêneros que, geralmente, realizam propósitos comunicativos relacionados ao conhecimento histórico, essa situação é aplicável. O gênero relato histórico explicativo situa-se em região fronteira, incorporando características dos relatos históricos, pois há preservação de informações de localização temporal, contudo apresenta, também, relações causais, essas últimas, típicas das explicações.

Reconhecendo a possibilidade de essas similaridades sucederem, o pesquisador australiano salienta que a identificação de um gênero elementar ou de um macrogênero pode resultar de uma posição particular de leitura, ou seja, a fronteira entre os gêneros pode resultar de um posicionamento. Tal conclusão torna-se uma informação poderosa para os analistas de discurso, pois reconhecem a formação das experiências de mundo e suas implicações diante do texto, ou seja, quanto mais ampla essa interação, mais extensa será a lista de recursos semióticos identificados e a significação atribuída. Contudo, por outro lado, há o risco de se utilizar essa possibilidade como um recurso que justifique a manifestação de opiniões não fundamentadas como algo legitimado.

5.2.7 Argumentos

Nesta seção, continua-se a exposição de gêneros que podem compor os textos do discurso histórico, conforme delimitação da Escola de Sydney. O foco agora direciona-se aos gêneros da família dos Argumentos. O agrupamento de gêneros, reunido nessa família, atende ao propósito de avaliar, cujo processo é intrinsecamente humano, pois regularmente é necessário expressar opiniões, debater e persuadir em prol de ideias, o que muitas vezes é relativamente simples quando feito de forma oral. No entanto, a complexidade aumenta consideravelmente quando se trata de argumentação em textos escritos. No contexto brasileiro, é notório que muitos estudantes do Ensino Médio enfrentam desafios consideráveis ao tentar desenvolver textos argumentativos, mesmo após terem sido expostos a textos típicos desse gênero, desde o 9º ano do Ensino Fundamental, denotando um complexo desafio para docentes, no contexto escolar.

Cientes dessa dificuldade, Rose e Martin (2012) apontam que, durante o Ensino Médio, os estudantes são estimulados a aprimorar suas habilidades de interpretação crítica, pois nesse nível escolar são requeridas habilidades cognitivas específicas de estudantes ao assumirem o papel de analistas textuais, como constata Muniz da Silva (2015). O domínio dos gêneros textuais, no contexto escolar, especialmente dos textos argumentativos, implica, em grande parte, a capacidade de interpretar e avaliar textos, impelindo muita abstração, configurando-se como ponto fulcral de dificuldades observadas no processo de ensino e aprendizagem desse tipo de texto. Admitida essa realidade, pesquisadores da Pedagogia de Sidney enfatizam, em suas obras, a relevância de leitura e escrita de textos argumentativos como meio para o desenvolvimento das habilidades necessárias para avaliar questões, pontos de vista e textos, capacitando o indivíduo a organizar argumentos persuasivos de maneira coerente.

Os processos de argumentação, seus recursos e a capacidade de persuasão devem ser compreendidos em profundidade pelos estudantes para que possam interpretar e avaliar os discursos presentes nos textos argumentativos. Rose e Martin (2012, p. 132) destacam que os argumentos contestam "outras vozes" e, quando empregados com habilidade, suas conclusões podem parecer incontestáveis.

Para facilitar o desenvolvimento dessas habilidades, Rose e Martin (2012) encorajam a leitura de diversos textos que apresentem pontos de vista passíveis de

debate, servindo como modelos a serem seguidos na produção de textos argumentativos. É importante ressaltar que a leitura de diversos textos que compartilham o mesmo propósito auxilia os alunos na identificação de padrões recorrentes e recursos persuasivos utilizados no processo argumentativo.

Em história, conforme constatou Coffin, (2006) podem ocorrer todos os gêneros - exposição⁴⁷, discussão - que têm como objetivo argumentar a favor de uma interpretação específica do passado ou contra ela. Ao contrário das explicações fatoriais e consequenciais, que apresentam sua interpretação como uma verdade absoluta, esses tipos de texto ressaltam a natureza interpretativa da pesquisa histórica. Eles mostram que uma hipótese ou tese é comprovada ou refutada por meio da apresentação de evidências.

Na exposição, por exemplo, o escritor apresenta uma interpretação específica do passado e a "prova" por meio de argumentos. Esses argumentos funcionam como evidências que sustentam a interpretação e podem incluir referências a instituições, práticas sociais, eventos e evidências documentais. Além disso, os historiadores também podem utilizar fontes secundárias para apoiar a interpretação.

Nesse sentido, o reconhecimento da estrutura genéricas de textos dessa família permite avançar em processos de letramento dos alunos. A clara visualização das etapas e fases dos textos argumentativos contribui significativamente para uma melhor compreensão dos recursos utilizados.

Os textos argumentativos, assim, com seu propósito de "avaliar", constituem a Família dos Argumentos, dividindo-se em dois gêneros principais: "exposição", que se concentra na argumentação de um único ponto de vista, e "discussão", que aborda a discussão de dois ou mais pontos de vista. O gênero exposição, sob a abordagem da LSF, apresenta estruturas recorrentes, identificadas como etapas e fases, que se organizam de modo a sustentar convincentemente o ponto de vista adotado no texto. A discussão, por sua vez, mantém uma estrutura de etapas e fases, mas sua configuração difere da exposição, uma vez que considera os lados da questão em debate.

⁴⁷ Como se sabe o conhecimento, na área de Ciências, é reconhecido como um conhecimento especializado que pode ser compreendido de modo distinto em virtude da abordagem teórica adotada no tema analisado. Tal fato é identificado em relação a denominação de exposição na LSF e texto expositivo na Linguística Textual. Para a primeira, o "gênero de exposição constitui um texto argumentativo, ao passo que, para segunda, o texto é informativo (Fávero; Koch, 1987). Contudo, informa-se que tais denominações são usadas como sinônimas nesta tese, o seu uso caracteriza sempre um texto argumentativo.

É relevante salientar que os estudos sobre as fases e seus significados em textos da família dos Argumentos, na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, ainda não alcançaram um estado consolidado. No entanto, diante do contexto educacional brasileiro, no qual a produção de textos argumentativos é um requisito essencial para domínio do conhecimento ensinado no Ensino Médio, e dada a dificuldade frequentemente observada entre estudantes em relação à leitura e à produção textual, é necessário que a pesquisa avance no sentido de uma compreensão mais profunda desses significados e estruturas e, em um momento posterior, haja material didático produzido com base nessa abordagem. Considerando os estudos derivados da escola de Sydney, Coffin (2006)⁴⁸, Martin e Rose (2008) e Rose e Martin (2012) propõem a estruturação para os gêneros comuns à família dos Argumentos, a qual é exposta, no quadro 16:

Quadro 16 - Gêneros da família dos Argumentos

Propósito social	Família de gêneros	Propósito específico	gênero	etapas	fases
avaliar	Argumentos	argumentar sobre um ponto de vista	exposição	Tese Argumentos Reiteração	argumentos 1,2, 3, n
		argumentar sobre mais de um ponto de vista	discussão	Questão Lados Resolução	lados 1, 2,n

Fonte: Oliveira, 2024, com base em Coffin (2006)

Como se observa, há um propósito geral que constitui o objetivo da interação que, nesse caso, é avaliar. No caso de textos históricos, destaca Coffin (2006, p. 77), significa inserir estudantes em atividades, cujo repertório ensejem a negociação e o debate, a fim de expandir sua capacidade de gerir explicações. Tais textos compartilham o objetivo de argumentar em favor ou não de uma interpretação política do passado, posicionando o conhecimento e a explicação histórica como discutíveis.

Observa-se que há uma divisão em dois gêneros: exposição e discussão. No primeiro caso, argumenta-se para chegar a uma determinada interpretação e, no segundo, o objetivo é considerar diferentes posições antes de chegar a um

⁴⁸ Coffin (2006, p. 92) indica que Orientação e Contra-argumentos são fases facultativas da exposição.

posicionamento. Nesta pesquisa, houve bastante ocorrência de exposições na composição do macrogênero “capítulo do livro didático”, 24,46% dos textos se enquadram como tal, por isso maior interesse em seu detalhamento.

A etapa Tese de uma exposição inicia-se com uma possível interpretação do passado, a qual será posteriormente sustentada e aprofundada ao longo do texto. A apresentação dessa interpretação pode variar em termos de grau de certeza, podendo oscilar entre níveis diversos.

A etapa subsequente, denominada Argumentação, por sua vez, tem como função a apresentação de uma série de argumentos que, de forma conjunta, visa convencer o leitor a adotar a interpretação proposta pelo autor. Em relação a essa etapa, os argumentos apresentados não possuem igual relevância. Geralmente, existem padrões de organização que orientam a disposição desses argumentos no texto. Por exemplo, argumentos mais substanciais tendem a ser posicionados no início e no final da obra, enquanto argumentos contrários podem ser considerados, mas em seguida descartados. Alternativamente, é comum adotar um padrão retórico que progride das evidências menos contundentes para as mais convincentes, visando alcançar um clímax na argumentação.

Finalmente, a etapa “Reforço” ou “Reiteração” representa uma reafirmação da tese que foi inicialmente apresentada. Nesse ponto, entretanto, a declaração da tese tende a ser mais enfática e direta em comparação com a abertura do texto.

No contexto da história, uma discussão é um texto analítico que apresenta e analisa uma série de argumentos e evidências que apresentam diferentes pontos de vista ou interpretações. No caso do discurso histórico, o objetivo da discussão é chegar à sua própria interpretação do passado com base em uma consideração criteriosa de todas as evidências disponíveis. Isso pode envolver a apresentação de um conjunto de evidências que apoie uma interpretação diferente.

Suas etapas são três: Questão apresenta duas ou mais perspectivas acerca da situação analisada e, no caso, do discurso histórico, reúne duas ou mais interpretações sobre o passado; Lados apresenta uma ou mais perspectiva do problema, situação analisada a fim de assegurar a concordância do leitor sobre o ponto de vista mediante as evidências dispostas e, por último, Resolução que é a parte agregadora, é a parte em que a interpretação final é apresentada, como o resultado lógico da análise e avaliação crítica de uma série de argumentos e evidências.

Contudo, o mapeamento dos gêneros da família Argumentos é ainda incipiente comparado como outros gêneros comuns à família das Estórias, sendo uma constatação reforçada por Rose (2007), a qual vem merecendo esforços maiores para total compreensão de sua articulação recursiva na língua. Somando-se à proposição dos estudos dos pesquisadores australianos, nessa trajetória, ainda sob a influência de outras abordagens, incluem-se as contribuições, apropriadas ao contexto brasileiro, de Garcia (2105, [1967]), Koch e Elias (2006) e Oliveira e Muniz da Silva (2017), que apoiaram a proposição inicial da seguinte estrutura genérica para o gênero exposição a ser utilizada nesta tese. Tal proposta é sintetizada no quadro 17.

Quadro 17 - Etapas e fases do gênero exposição

Etapa	Fase		recursos linguístico-discursivos	
	Tese	tópico frasal/discursivo		declaração inicial definição divisão interrogação
(apresentação prévia/ contextualização)		relações lógico- semânticas	causalidade condição temporalidade conformidade disjunção/ contraste modo	
Argumentos	argumento 1 argumento 2 argumento 3 (...) argumento n	tópico discursivo/tema	relações discursivo- argumentativas	conjunção de argumentos explicação comparação conclusão generalização correção reparação exemplificação contradição enumeração descrição de detalhes análise síntese classificação alusão histórica
		elaboração		fatos exemplos dados estatísticos ilustração testemunho
Reiteração	Revisão coda		Evidência	

Fonte: Oliveira, 2024 com base em Rose; Martin, 2018; Oliveira; Muniz da Silva, 2017; Garcia O., 2015; Koch; Elias, 2006.

Esses argumentos podem ser concebidos como “microargumentos” que se reúnem para comprovar o macroargumento ou tese geral. Em algumas situações, tais microargumentos podem ser referidos como evidências, as quais servem para respaldar ou contrariar a tese principal. É válido observar que, mesmo quando se incluem argumentos ou evidências que contestam a tese, esses são submetidos a críticas ou enfraquecidos pela robustez das evidências e argumentos favoráveis à tese central.

No contexto da história, uma discussão é um texto analítico que apresenta e analisa uma série de argumentos e evidências que apresentam diferentes pontos de vista ou interpretações. No caso do discurso histórico, o objetivo da discussão é chegar à sua própria interpretação do passado com base em uma consideração criteriosa de todas as evidências disponíveis. Isso pode envolver a apresentação de um conjunto de evidências que apoie uma interpretação diferente.

Suas etapas são três: Questão apresenta duas ou mais perspectivas acerca da situação analisada e, no caso, do discurso histórico, reúne duas ou mais interpretações sobre o passado; Lados apresenta uma ou mais perspectiva do problema, situação analisada a fim de assegurar a concordância do leitor sobre o ponto de vista mediante as evidências dispostas e, por último, Resolução que é a parte agregadora, é a parte em que a interpretação final é apresentada, como o resultado lógico da análise e avaliação crítica de uma série de argumentos e evidências.

5.3 Recapitulação e insights

Após a apresentação dos gêneros recorrentes no discurso histórico, em particular, na recontextualização do conhecimento histórico no ambiente escolar, observa-se que a consolidação do conhecimento veiculado, por meio dos gêneros, destaca a necessidade de manejo de “valores em torno dos quais o consenso exige muito mais esforço para ser mantido” (Rose; Martin, 2012, p. 110) que nas ciências naturais, pois a disposição axiológica dos autores, em relação ao conhecimento, exige escolhas que apresentem uma disposição interpretativa do passado, que possa embasar a formação cidadã e a capacidade crítica de estudantes sem abastecer argumentação de cunho ideológico acerca de qualquer evento histórico.

Além desse aspecto, Martin e Rose (2008, p. 133) asseguram:

A elasticidade do discurso e a conseqüente facilidade com que os textos se adaptam ao seu contexto significam que, de vez em quando, encontraremos textos que são difíceis de categorizar como um gênero ou outro[...]. Ao mesmo tempo, a metaestabilidade da cultura como um sistema previsível também significa que reconhecemos e participamos regularmente de textos que representam um gênero ou outro.

Portanto, ter ciência das fronteiras e fluidez dos gêneros, com base no rastreamento de sua configuração funcional, impulsiona o desenvolvimento de criticidade e torna os usuários conscientes da influência do contexto em sua formação. Tal verificação é muito relevante para os gêneros recorrentes no discurso histórico, pois reconhecer a complementaridade entre as perspectivas tipológicas e topológicas proporciona o reconhecimento de cada um dos gêneros usados para construção de narrativas históricas que consideraram a ação humana no tempo.

6 MACROANÁLISE – ORGANIZAÇÃO DO MACROGÊNERO “CAPÍTULO DO LIVRO DIDÁTICO”

Os livros não são feitos para que alguém acredite neles, mas para serem submetidos à investigação. Quando consideramos um livro, não devemos perguntar o que diz, mas o que significa.
(Humberto Eco)

Este capítulo enuncia parte da análise de dados pretendida nesta tese, por hora denominada como macroanálise. Para tal feito, consideram-se a organização textual, os aspectos externos ao texto relacionados aos capítulos das obras selecionadas⁴⁹ e a organização funcional dessa abordagem. Além desse recorte, é prudente admitir que o olhar apresentado nessa análise resulta de um sujeito constituído, que transporta sua perspectiva diante da ciência.

Nesse sentido, compartilho a visão de que a análise não se esgota na exploração de elementos da léxico-gramática, embora sejam essenciais para fundamentação interpretativa, em uma Análise de Discurso, apoiada na LSF. É necessário também acolher significados do discurso, além da oração, conforme a relação interdependente entre linguagem e o mundo – em outras palavras, texto, contexto e linguagem – como destaca Vian Júnior:

Temos, assim, um sólido ponto de partida para uma AD que preceitua a indissociabilidade entre texto, contexto e língua: um texto é construído em um contexto por meio de escolhas linguísticas disponíveis aos usuários que nele interagem, e os significados abstraídos pelas análises estão indissociavelmente relacionados à língua e às escolhas feitas nos textos.
(Vian Jr, 2023, p. 30)

De acordo com essa perspectiva, há momentos em que este capítulo interpela muitos elementos, que extrapolam o *corpus* proposto, comporta elementos de práticas discursivas ou, ainda, procura compreender como o contexto de cultura influencia a relação entre estrutura e função dos gêneros, tornando a análise um exercício de conexão entre pontos, pois é preciso mostrar como a estrutura verticalizada do currículo pode ser identificada no macrogênero em análise.

Para cumprir tal propósito, interessa desvelar a organização das unidades didáticas selecionadas para análise, apresentando: a organização capitular do livro didático, no *corpus* analisado, por meio da interferência do discurso regulador do

⁴⁹Essa faceta analítica vai ao encontro das reflexões feitas no capítulo referente ao livro didático.

Estado na composição didática das obras e indicação dos parâmetros identificados, tais como abordagem do tema, perspectiva historiográfica, caracterizando-se como uma análise mais relacionada ao contexto ou práticas sociais; conceito de macrogênero e organização dos gêneros elementares para composição do capítulo, como estratégia de recontextualização e fracionamento do conhecimento histórico, nos livros didáticos de História e, por último, descrição das variáveis de registro presentes nos textos analisados.

6.1 Organização capitular do livro didático

Antes de centrar a análise na unidade didática ou nos textos selecionados, deve-se esclarecer o preceito de que sua exposição é essencial em virtude da imbricação entre livro didático e ensino por meio de políticas públicas, pois esse viés é elemento estruturador para constituição desse material didático. Ao lado dessa percepção, outros objetivos essenciais de política educacional, entendida como ação direta do Estado, impactam sua realização, a saber: a garantia ao direito de crianças, jovens e adultos à educação; a criação de condições necessárias para ambientação das escolas como espaços coletivos e inclusivos e a promoção de educação de qualidade.

Em um país de amplitude geográfica como o Brasil, em que a diversidade sociocultural oculta e/ou desvela severas desigualdades econômicas, a implementação de políticas públicas de equidade na educação é fundamental para a inclusão, a cidadania, refletindo o compromisso governamental com a justiça social. É possível que para parte da sociedade brasileira não haja uma conexão direta entre os fatores aventados, no entanto há lugares em que a oportunidade de ingresso e a permanência na escola são desafios para famílias e para o Estado, pois o acesso a condições materiais é um aspecto que provoca essa situação. Nessa perspectiva, programas governamentais como Caminho da escola, Programa Nacional de Alimentação na Escola (PNAE) e Programa Nacional do Livro Didático são ações que promovem a permanência dos alunos na escola.

Nesse contexto, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tenciona proporcionar a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino brasileira o

acesso a livros didáticos de diversas disciplinas escolares⁵⁰. Tal programa assegura o acesso a materiais educativos, contribui para a formação do hábito da leitura e cria condições favoráveis à aquisição de conhecimentos e competências de nível qualificado. Segundo dados do PNLD de 2018, divulgados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 20.418 escolas de ensino médio foram beneficiadas, atendendo 7.089.004 estudantes, por meio da distribuição de 89.381.588 livros didáticos, demonstrando o alcance do programa, importando um investimento orçamentário de quase 900 milhões de reais.

Além disso, o PNLD manifesta-se como uma estratégia de apoio à política de escolaridade obrigatória prevista no artigo 208, § 7º, da Constituição Federal de 1988. Essa política exige que os estados assegurem a participação do aluno em todas as etapas da educação básica por meio da educação complementar. Programas de material didático, transporte, nutrição e saúde.

A provisão de material didático, transporte, merenda escolar e assistência médica pelo Estado brasileiro é, portanto, não apenas um direito intergeracional à educação gratuita e de qualidade, mas também parte essencial do cumprimento das obrigações educacionais por meio de programas complementares. Há cerca de duas décadas, Höfling (2000, p. 160) já alertava para a necessidade de reconhecer os programas de apoio à aprendizagem como elementos integrantes das disposições constitucionais relativas à educação, ao invés de limitá-los a um caráter subsidiário.

Considerada a relevância institucional da existência dessa política pública, a despeito de mau uso de livros didáticos ou sua implementação equivocada por gestores públicos, podendo representar limitações graves ao acesso ao conhecimento, orienta-se a reflexão, neste momento, para o tema selecionado para análise – o processo de redemocratização brasileira, constante em livros de 3º ano de Ensino Médio.

Inicialmente, convém destacar que a atualização periódica é um requisito para os livros didáticos de História, pois tais materiais necessitam constituir memórias coletivas de uma sociedade, uma vez que não permanecemos parados, devemos lidar com processos e eventos que antecederam o presente. Diante dessa ocorrência, nota-se que a produção dessas dinâmicas implementa rotineiramente uma história

⁵⁰ Embora se reconheça que o PNLD tenha seu ponto fulcral na regulação estatal do currículo para escolas públicas, observa-se que seu impacto atinge também redes de ensino particulares, pois o material produzido é submetido a critérios editalícios que reúnem diretrizes educacionais oriundas de documentos reguladores como as DCNEM, os PCNs e a BNCC.

imediate ou uma história momentânea, contudo, ao longo do tempo, o processo histórico se desenrola, oferecendo uma nova perspectiva sobre o seu desenvolvimento.

Em virtude dessa realidade, os livros costumam receber novas edições – anualmente ou em intervalos curtos como triênios comuns às edições do PNLD – para que os autores possam reescrever e aprimorar tais relatos, pois os curtos distanciamentos dos eventos dificultam uma percepção menos impetuosa. Nesse sentido, reconhece-se que autores de livros didáticos de História possuem diante de si um grande desafio e realizam, em relação aos temas da história imediata, um trabalho de pesquisa e de síntese bastante intenso, resultando em um texto continuamente reformulado até se estabilizar em uma forma canônica, por meio de diálogo com uma bibliografia específica e extensiva às ciências humanas, além da conexão premente com os próprios acontecimentos do mundo contemporâneo.

Considerando essa realidade particular, os autores elegem caminhos relativamente singulares de abordagem sobre os temas; tópicos para o seu desenvolvimento que configuram inteligibilidade e formas de desenvolvimento da narrativa com princípio, meio e fim. Desse modo, compreende-se que o livro contém uma história escrita como fonte de informação ou uma convergência sobre tais assuntos, não apenas uma renovação de escritos didáticos. Com base nessa percepção, deduz-se que os temas contemporâneos relacionados à atualidade no mundo e no Brasil exigem investimento autoral muito maior na elaboração de suas próprias sínteses, considerando diferentes aspectos e desafios da escrita, em virtude de os eventos serem muito recentes e impedirem um distanciamento necessário que neutralize a prevalência de posicionamento particulares.

Além das particularidades já apontadas sobre a atualização das obras, Rocha (2019, p. 90), por outro lado, manifesta que constituir um *corpus*, para análise, com livros aprovados no PNLD torna possível considerá-los como uma coleção de documentos, ao observar sua repetição e idiosincrasias, obtendo evidências substanciais para a análise curricular. Esse enfoque é particularmente relevante para análise do tema redemocratização brasileira, o qual se apresenta como um tema em construção, inconforme, cujo processo passa, em nosso país, por provas constantes, tornando-se mandatário lutar diuturnamente para sua consolidação, especialmente, considerando o último quinquênio.

O período de redemocratização no Brasil, situado neste trabalho, refere-se à recondução do país ao estado democrático de direito, após o encerramento do ciclo de governos militares, que destituíram o país de eleições diretas, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, além de manterem a educação sob censura e proibirem a oposição democrática, constituindo um regime ditatorial.

Inicia-se com a eleição indireta de José Sarney e, para alguns⁵¹, se estende até os dias atuais, visto que se trata de um processo recente, menos de quatro décadas, e ainda não se consolidou totalmente, sendo atacado por novas ameaças advindas de manifestações de extrema direita mobilizadas em redes sociais e diversas tecnologias na era de pós-verdade. Assim, de acordo com essa perspectiva, todos os capítulos constituintes do *corpus* resguardam esse recorte temporal, selecionando se o foco está mais centrado em ações governamentais ou eventos associados a eles.

Em virtude da natureza frágil desse processo, um posicionamento axiológico acerca do ensino de História é necessário, pois não se pode normalizar determinados discursos em relação a ideias tenebrosas da contemporaneidade, nem de tempos pretéritos. Pressupondo-se essa disposição, o ensino de História deve contribuir para construção emancipatória e crítica da educação, destacando a formação crítica do estudante como manifestam Rose e Martin:

Disciplinas como História não se limitam ao conhecimento especializado de entes e atividades. São também sobre as avaliações especializadas que os alunos aprendem a fazer sobre este conhecimento. Nesse contexto, os alunos têm também de aprender a argumentar em favor dos seus juízos de caráter e comportamento e das apreciações do significado dos acontecimentos (Rose; Martin, 2012, p. 115)

Diante dessa situação, há aspectos a serem considerados, tais como a organização de conteúdo no macrogênero. Que recursos são utilizados para “imersão” do aluno no tema abordado no **capítulo de livro didático de História**? Como a abordagem historiográfica constitui um pano de fundo para tratamento do tema e organização do capítulo? Como princípios regulados pelo edital do PNLD estão subjacentes na estrutura do capítulo? Considerando, então, essas questões, apresenta-se o Quadro 18 que organiza algumas informações que podem direcionar a compreensão dessas respostas.

⁵¹ Conferir: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Quadro 18 – Aspectos gerais das obras seleccionadas

Código da obra	Título da obra	Capítulo	Páginas	Recursos multimodais na seção de abertura de capítulo		Perspectiva historiográfica: História cronológica		Fontes históricas		
				Abertura: conexão com o tema	Introdução: contextualização	Organização de conteúdos: eixo temático	Organização de conteúdos: forma integrada	Fotografias	Documentos oficiais e cidadania	Outros (charges, gráficos, jornais etc)
LD1	História: passado e presente	13 Desafios para um Brasil democrático	259-277	✓		✓		✓	✓	✓
LD2	Oficina de História	8.3 No horizonte do Brasil	231-237		✓	✓		✓		✓
		9.3 Lula: para além do bem e do mal	266-282		✓	✓		✓		✓
LD3	História das Cavernas ao terceiro milênio	12 Brasil: da redemocratização aos dias atuais	225-245		✓	✓		✓		✓
LD4	#contato História	12 O Brasil Contemporâneo	263-287	✓			✓	✓		✓
LD5	História Sociedade e cidadania	13 O Brasil e a nova ordem mundial	265-286	✓			✓	✓		✓

Fonte: Oliveira, 2024

Antes de apresentar a distribuição dos gêneros no macrogênero, informa-se que nos capítulos selecionam-se recortes relativos ao período do governo Sarney ao início do governo Dilma, apresentando distintas perspectivas relacionadas a eles. De modo geral, predomina um eixo temporal sincronizado com o tempo cronológico, relativo ao período de 1986-2016, aproximadamente, disposto por governos que são nomeados pelos presidentes eleitos. Há também a abordagem de temas complexos que constituem problemas sociais que demandam soluções urgentes para garantia de justiça social e conscientização sobre os impactos dos modelos de exploração ambiental do planeta.

Teixeira (2019, p. 121) salienta que, nos currículos escolares, há hegemonia da história cronológica, evidenciada pela predominância de coleções aprovadas nos PNLD. Na edição de 2015, aponta a autora que a totalidade das obras manifestaram preferência por essa abordagem, ao passo que, na edição de 2018, metade das obras o fazem, “a despeito de as coleções assumirem a organização dos conteúdos de forma “integrada” ou “temática”.

Na análise realizada, em todas as obras, prevalece a abordagem cronológica e, de fato, a organização do conteúdo se dá pelas outras perspectivas apontadas: LD1, LD2 e LD3 se organizam por um eixo temático, enquanto LD4 e LD5 são de forma integrada. No entanto, a percepção da temporalidade, em uma linha reta, induz a ignorar que eventos além de sucederem, podem sobrepor-se ou imbricarem-se, criando uma falsa análise da realidade. Além dessa condição, Teixeira aponta:

A história do Brasil contemporâneo, em que se situam as experiências dos educandos, contraditoriamente vem perdendo espaço nas obras didáticas, que na abordagem desse recorte têm optado pela narrativa apressada dos acontecimentos políticos, centrada nos atos do governo, alçando o Estado à condição de demiurgo da história, perspectiva que não viabiliza uma aprendizagem significativa acerca da complexidade da vida social, pouco contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, indispensáveis ao exercício da cidadania e convívio social republicano. Com um índice de assuntos se ampliando sem enfrentar o debate acerca da relevância e pertinência da infinidade de fatos referidos nas coleções didáticas, a história cronológica é criticada por mirar o passado sem comprometimento com uma proposta de aprendizagem conectada com a vida do estudante (Teixeira, 2019, p. 125).

De fato, a reflexão proposta pela pesquisadora, ainda, ecoa nas salas de aula. Professores informam que há um extenso conteúdo a “ser vencido”, faltando tempo para diversificar atividades que proponham o protagonismo dos estudantes. Acrescente-se a tal condição, que compartilhar o conhecimento histórico, orientado

pela ação governamental, centrada em identidades de líderes políticos, é apenas uma possibilidade, a qual não estimula a autonomia do educando e passa a ideia de que as soluções para problemas sociais excluem a participação popular e democrática. Contudo, a crítica acerca de conteúdos mais próximos da realidade estudantil não se viabiliza no *corpus* analisado, pois o conteúdo previsto tradicionalmente, para essa etapa escolar, elenca os problemas sociais que afligem o mundo atual, especialmente, a população brasileira, como se constata no Quadro 19.

Quadro 19 - Temas sociais abordados no *corpus*

Livro didático	Tema	Texto	Título
LD1	Avanços sociais	LD1T10	Entre avanços e dificuldades sociais
	Desigualdades sociais	LDT11	A persistência social
	Minorias sociais	LD1T12	Situação das minorias sociais
	Violência doméstica	LD1T13	O combate a violência doméstica
	Violência	LD1T14	Violência urbana e corrupção
LD2	Liberdade de expressão	LD2T18	Liberdade de expressão e o Charlie Hebdo
LD3	Educação	LD3T30	Melhorias e desafios na educação
	Saúde	LD3T29	Saúde pública
	Pobreza	LD3T28	Metas para reduzir a pobreza
	Racismo	LD3T27	Racismo não é mal-entendido
		LD3T26	Ser negro no Brasil
	Políticas públicas para o combate à descriminalização	LD3T25	Políticas afirmativas
Melhores condições de vida	Ld3T24	Novos desafios para o Brasil	
LD4	Trabalho	LD4T16	As relações de trabalho no Brasil
		LD4T17	A exploração do trabalho infantil
		LD4T18	A terceirização do trabalho
		LD4T19	O cooperativismo
	Campo	LD4T20	O espaço rural Brasileiro
		LD4T21	O desmatamento
		LD4T22	A desigualdade social
	Problemas urbanos: mobilidade, moradia, trânsito e violência	LD4T23	Problemas urbanos
		LD4T4	Moradias precárias
		LD4T25	Congestionamento e poluição
		LD4T26	A violência urbana e a criminalidade
	Problemas sociais sistêmicos	LD4T27	A desigualdade social
		LD4T28	A concentração de renda
LD4T29		A educação pública	

		LD4T30	A saúde pública
	A situação dos povos originários	LD4T31	Os direitos dos povos indígenas
		LD4T32	Legislação escolar indígena
		LD4T33	Indígenas no ensino superior
		LD4T34	Comportamento e diversidade
	Identidades sociais	LD4T35	O impacto das novas tecnologias
		LD4T36	O consumismo
		LD4T37	Aumento dos transtornos mentais
		LD4T38	A religiosidade
		LD4T39	A sexualidade
	Meio ambiente	LD4T40	Consumismo e o meio ambiente
	Condição feminina e as conquistas recentes	LD4T41	A violência contra as mulheres
		LD4T42	Os movimentos feministas e suas reivindicações
		LD4T43	As conquistas recentes
LD5	Questões sociais, ambientais e econômicas	LD5T22	Seis grandes desafios a serem vencidos

Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa, a maioria das obras abordam o conteúdo curricular previsto, apontando conquistas e enumerando diversos desafios em diversas áreas sociais - saúde, educação, moradia – e a reflexão sobre discriminação contra minorias de gênero, raça, religião. Contudo, de modo mais reduzido, ensejando a mediação docente para recontextualizar a situação e refletir sobre a realidade do Brasil, em LD2 apresenta-se o desafio de manutenção da liberdade de expressão, por meio do evento trágico acontecido na França, nas instalações do Charles Hebdo.

Dando continuidade, realizou-se o levantamento de utilização de estratégias e aproximação teórica relativa à abordagem do tema, dividindo-o em utilização de recursos multimodais, na seção de abertura capitular, embora só seja ponto de interesse para análise, nesta tese, o texto verbal; abordagem histórica predominante e, por último, a presença de fontes históricas. Certamente, a opção de investimento editorial na exploração dessa perspectiva cumpre critérios editalícios⁵² para consumo

⁵² Esses aspectos, alinhados às Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio são claramente explorados nos seguintes itens do anexo III do edital de Convocação 04/2015 – CGPLI relacionado ao PNLD/2018:

da obra por estudantes e professores/as, pois a adequação constante é uma resposta às demandas estatais registradas pelo PNLD para livros didáticos de História.

Nesse contexto, a exploração de recursos semióticos para além da linguagem verbal atende a critérios editalícios e a própria discussão da historiografia escolar. Há fontes históricas, tais como fotografias, charges, reproduções de pinturas, gráficos e infográficos presentes em todas as obras, construindo a pluralidade de vozes, na narrativa histórica, por meio de reforço ou acréscimo de informações ao texto verbal. Contudo, não será realizada a análise intermodal.

Uma possibilidade para essa recorrência é a tentativa de conexão com o estudante na seção de abertura do capítulo por meio de charges, gráficos ou fotografias acompanhadas de um texto verbal, conduzindo a reflexão acerca do tema central do capítulo ou de alguma implicação a ele relacionado. No *corpus* analisado, quatro das obras (LD1, LD3, LD4 e LD5) apresentam o emprego, na abertura do capítulo, de outras fontes (textos multimodais) como recursos de contextualização temática, denominação escolhida nesta tese para aludir a um tema associado àquele tratado, no capítulo, o qual busca um olhar atual para situações tangenciadoras - conforme se observa na Figura 27.

3.2.1.1.3. A História, no contexto de renovação historiográfica instaurada nas últimas décadas, redefiniu seus princípios e finalidades, apontando novas proposições acerca dos processos de aprender e ensinar a história escolar, de modo a desestruturar perspectivas históricas eurocêntricas, etnocêntricas e monocausais. Busca superar métodos e práticas pautados na memorização, no verbalismo e na expectativa de dar conta de um vasto repositório de conteúdos factuais; avançando para além da chamada “falsa renovação” que apenas dá nova roupagem a antigas e obsoletas práticas, com a incorporação superficial de diferentes linguagens. Para tanto, a história escolar e, conseqüentemente, a obra didática, precisa mobilizar não só o conhecimento histórico como tal, com recortes e seleções claramente intencionados, mas também operar com procedimentos que permitam a compreensão dos processos de produção desse conhecimento. Essa perspectiva implica:

(...)

d. analisar fontes históricas diversas, de diferentes procedências e tipologias, cotejando versões e posições, entendendo-as como materiais com os quais se interroga e se reconhecem as chaves de funcionamento do passado e que permitem construir inteligibilidades sobre o tempo presente.

(...)

3.2.4. Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular História Para o componente curricular História será observado se a obra:

- I. apresenta fontes variadas quanto às possibilidades de significação histórica, como diferentes tipos de textos, sítios de internet, relatos, depoimentos, charges, filmes, fotografias, reproduções de pinturas, e indica possibilidades de exploração da cultura material e imaterial, da memória e das experiências do espaço local;

Figura 27 - Páginas de abertura do capítulo das obras LD1, LD3, LD4 e LD5



LD1 - História: passado e presente



LD3 - História das cavernas ao terceiro milênio



LD4 - #contato História



LD5 - Sociedade e cidadania

Como se observa, nas quatro obras⁵³, há exploração de textos multimodais. No primeiro caso, há uma imagem, uma fotografia de uma etnia de povos originários que acrescenta uma informação ao texto disposto acerca de violências perpetradas a determinados grupos sociais, as quais incluem etnias indígenas; no segundo, há uma charge que propõe uma reflexão a respeito de corrupção; no terceiro, há uma fotografia, em plano aberto, de moradias em núcleos periféricos de uma cidade, demonstrando uma faceta da desigualdade, a fim de provocar o pensamento reflexivo nos alunos e, no último, há uma charge que denuncia o comportamento contraditório com o discurso circulante de que os povos originários deveriam ser homenageados na ocasião comemorativa de 500 anos de “descobrimento do Brasil”.

Depreende-se, portanto, que a opção editorial, nessas obras, foi aproximar-se do arco temático dos conteúdos curriculares previstos para o ensino da História, buscando uma provocação em relação à situação vivenciada pelos povos originários, evidenciando a invisibilidade imposta às suas identidades e também à demarcação de suas terras (luta política que se arrasta até os dias atuais), constituindo temas caros para história do Brasil contemporâneo. Além dessa, há a imagem devastadora de moradias indignas, que refletem a extrema desigualdade social de nosso país e a convocação reflexiva sobre a corrupção, um mal que assola estruturalmente a sociedade brasileira.

Essa articulação do conteúdo vai ao encontro da competência específica 2 para área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio, já mencionada no capítulo 2, na BNCC, abrangendo o escopo da proposta constante na seção de abertura. Tal proposta reitera a concepção de Silva (2019) sobre o conhecimento histórico escolar. Para esse pesquisador, por meio de tal conhecimento, os discentes são confrontados com a capacidade de estabelecer correlações entre diferentes tempos e experiências, criando competências destinadas a articular e criar a conexão entre períodos históricos, sejam eles locais, regionais ou nacionais, e a narrativa histórica contemporânea.

Nesse cenário, essas ligações entrelaçam uma narrativa histórica que se desdobra consoante as vicissitudes da prática de vida com a narrativa histórica, que conscientemente se forja mediante o processo de aprendizagem, permitindo projetar histórias aceitáveis, em harmonia com uma realidade pré-existente, ainda que se

⁵³ Há, nos anexos, os capítulos das obras utilizadas. Para maior detalhamento, acessá-los.

mantenha qualquer distanciamento temporal.

A última obra (LD2), por sua vez, como se observa na Figura 29 dispensa a estratégia de lançamento de um tema atual para estabelecer a ponte com os eventos mais pretéritos, pois inicia o texto por meio de uma orientação sobre o cenário deixado pelo momento político anterior - a ditadura civil-militar, constituindo uma sequência temporal entre os eventos, além de conservar a utilização de gráfico, um recurso multimodal, como fonte de informações no texto.

Figura 28 - Abertura do capítulo LD2

3 No horizonte do Brasil

Resumo: Para se compreendermos o Brasil atual, precisamos conhecer o passado recente e o passado distante. O Brasil atual é o resultado de um longo processo de transformação social, econômica e política. O Brasil atual é o resultado de um longo processo de transformação social, econômica e política.

Composita e heterogênea...

O Brasil atual é o resultado de um longo processo de transformação social, econômica e política. O Brasil atual é o resultado de um longo processo de transformação social, econômica e política.

Gráfico: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil (1965-1968)

Ano	IDH
1965	100
1966	113
1967	126
1968	133

Resumo de dados:

- 6.500 milhões de habitantes
- 20 milhões de habitantes em áreas urbanas
- 2,677 milhões de habitantes em áreas rurais
- 1,675 milhões de habitantes em áreas metropolitanas
- 5,845 milhões de habitantes em áreas rurais

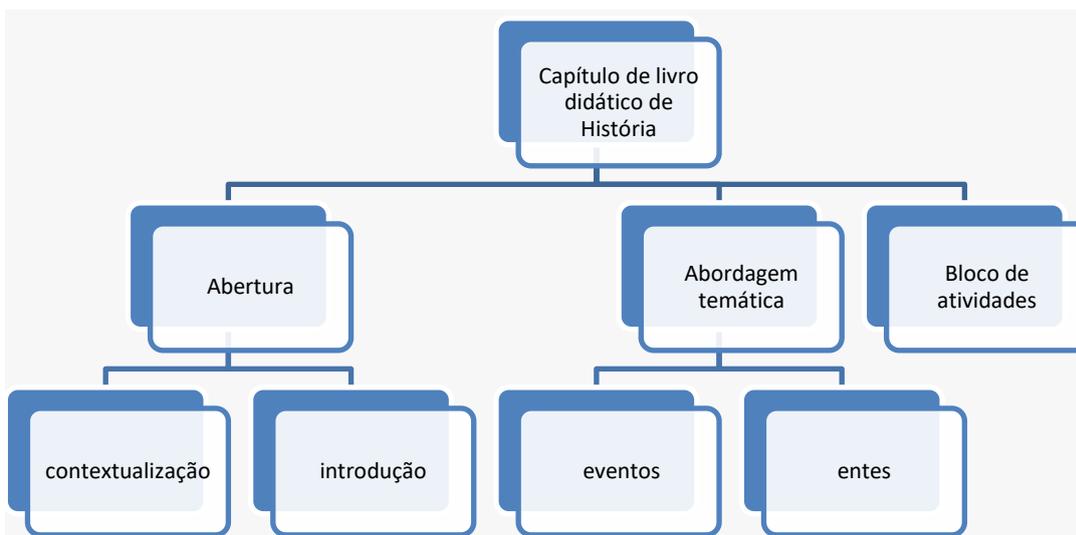
Fonte: Campo, Pinto e Claro (2018, p. 231)

Resumindo, faz uma seção introdutória, dispensando a interlocução, por meio de exploração de temas desafiadores sobre a delimitação de elementos próprios ao marco civilizatório, já remetendo ao período histórico a ser estudado no capítulo.

6.2 Macrogênero – definição e delimitação

Diante dessa situação, há outros aspectos a serem considerados, tais como a organização de conteúdo no macrogênero. Em outras palavras, como se mostra o período histórico para os alunos, em um espaço pretérito distante da realidade atual? Que mais importa: enumerar eventos recentes ou definir problemas sociais como a ponte estabelecida entre o período histórico e o presente, na abertura da obra, ou constituir uma sequência temporal que sintetize o momento histórico anterior? Qual é o ponto de encerramento escolhido para finalização do capítulo? Essas são algumas interrogações relacionadas aos recursos e à disposição temática, interligados à estrutura do macrogênero **capítulo de livro didático de História**, cuja apresentação, proposta neste trabalho, é sintetizada na Figura 29.

Figura 29 - Estrutura básica de capítulo do livro didático de História



Fonte: Oliveira, 2024

Consideradas essas observações acerca da apresentação do capítulo e suas opções em relação à aproximação entre os eventos tratados, passa-se à denominada introdução, fase que aborda o recorte histórico propriamente estudado. Nesse estágio, é unânime que os autores já o apresentem como um passo a iniciação para sucessão de eventos. Portanto, o foco aqui se direciona em entender como na etapa “Abertura” os gêneros estão distribuídos em relação a esses propósitos. Para tal, propõe-se o Quadro 20, que organiza as fases contextualização e introdução, informando os gêneros que são instanciados.

Quadro 20 - Instanciação de gêneros na etapa Abertura

Etapa: Abertura						
obra	fase: contextualização			fase: introdução		
	texto multimodal	texto verbal	gênero instanciado	texto multimodal	texto verbal	Gênero instanciado
LD1	✓	LD1T1	relato histórico [relatório descritivo]	✓	LD1T2	relato histórico explicativo
LD2	-	-	-	✓	LD2T1	relato histórico explicativo
LD3	✓	LD3T1 LD3T2	exposição exposição	-	LD3T3	relato histórico
LD4	✓	LD4T1	relatório descritivo	✓	LD4T2	relato histórico
LD5	✓	-	-	✓	LD5T1	relato histórico explicativo

Fonte: Oliveira, 2024

De forma resumida, verifica-se que a fase contextualização privilegia uma leitura que requisita do estudante a compreensão de que não predomina, conforme se verifica no recorte do *corpus* analisado, uma condução de eventos orientada temporalmente como objetivo central. De outro modo, atentando para temáticas atuais, Kallás argumenta que

considera-se que as temáticas da História do Tempo Presente devem receber maior destaque nas diretrizes curriculares do ensino de história, tendo em vista a possibilidade de uma melhor compreensão pelos alunos de permanências e/ou continuidades no processo histórico. Ao partir de temas que o aluno vivencia em seu cotidiano, analisando os acontecimentos com profundidade histórica e integrando-os numa perspectiva de processo, a aprendizagem e a produção de conhecimento em sala de aula podem tornar-se significativas. Essa perspectiva de construção do conhecimento tem a intenção de estimular a reflexão sobre temas atuais sem, todavia, afogá-los no imediatismo e presentismo tão recorrentes entre as novas gerações (Kallás, 2015, p. 2).

Considerados tais aspectos, é claro que os textos multimodais de LD2 (fotografia) e LD5 (charge) pressupõem uma leitura crítica, pois a presença de outros recursos semióticos diferentes da linguagem verbal, revelando a relação indissociável entre discurso e o contexto de cultura, aponta a abrangência da multimodalidade na produção de sentidos e o convite para reflexão seguida de um posicionamento que ancore a formação cidadã. Ao lado dessa possibilidade, há a instanciação de gêneros, conforme a proposta da Escola de Sydney, em LD1, LD3 e LD4.

Em LD1T1, há instanciação de um relato histórico, um gênero que se desenvolve em um eixo temporal, contudo uma de suas etapas se realiza como relatório descritivo⁵⁴, configurando o que se reconhece como gênero encaixado (Coffin, 2006; Martin, 1994). Embora, Coffin (2000) destaque que relatórios possam constituir a fase de Orientação de relatos históricos e relatos históricos explicativos, há aqui uma ocorrência diferente, o relatório descritivo compõe a etapa Registro de eventos. É possível que isso aconteça em virtude de o fluxo de informações registrar outros tipos de violência, além daquelas enumeradas nos eventos 1, 2 e 3. Considerados esses aspectos, enfatiza-se ainda que há o interesse de estabelecer que um texto aparentemente neutro possa armazenar informações factuais para posicionar o leitor.

Por outro lado, em LD4T1, o gênero relatório descritivo é um gênero simples ou elementar, possuindo as mesmas características aventadas anteriormente. Por último, a exposição é um gênero elementar na fase de contextualização de LD3. O tema escolhido – corrupção - por si só já suscita a possibilidade de um posicionamento. Lidar com esses textos de alta abstração, buscando persuadir um leitor sobre um ponto de vista constitui uma atividade que enfatiza a interpretação histórica (Coffin, 2006, p. 76).

Na fase denominada introdução, entendida como estratégia de transição para o período histórico abordado no capítulo, há gêneros que marcam temporalmente as atividades, os quais pertencem à família das Histórias, sendo eles os relatos históricos e relatos históricos explicativos. É previsível que essa configuração aconteça, pois os manuais didáticos tradicionalmente valorizavam a transmissão do conhecimento histórico associado, em grande parte, a uma sucessão de eventos em uma linha temporal. Sobre a importância do tempo para orientação histórica, Cerri declara:

O saber sobre o tempo permite a navegação segundo um “mapa” de significados que a reflexão sobre o tempo ajudou a dar aos elementos que fazem parte do nosso “entorno cronológico”.

Esses mapas do tempo são oferecidos desde diferentes perspectivas e descrevem de modos distintos e sobrepostos o mesmo “território”. Assim, são oferecidas diferentes orientações temporais (Cerri, 2011, p. 65).

⁵⁴ Nos Apêndices C a G, há identificação dos gêneros instanciados e suas etapas e fases. Em virtude de a descrição da estrutura genérica no corpo do capítulo da tese torná-la mais extensa com informações acerca dos dados, optou-se por mantê-la nesse espaço.

Embora se reconheça a centralidade do tempo como uma faceta do conhecimento histórico, reduzi-lo a isso, pode revelar certa negligência acerca da realidade e naturalizar ou normalizar a ideia de inevitabilidade dos eventos ou de inação humana. Assim, para alterar essa dinâmica, buscam-se outras conformações para esse conhecimento por meio de gêneros, sendo os relatos históricos explicativos uma possibilidade, ao explorar as relações causais existentes entre os eventos.

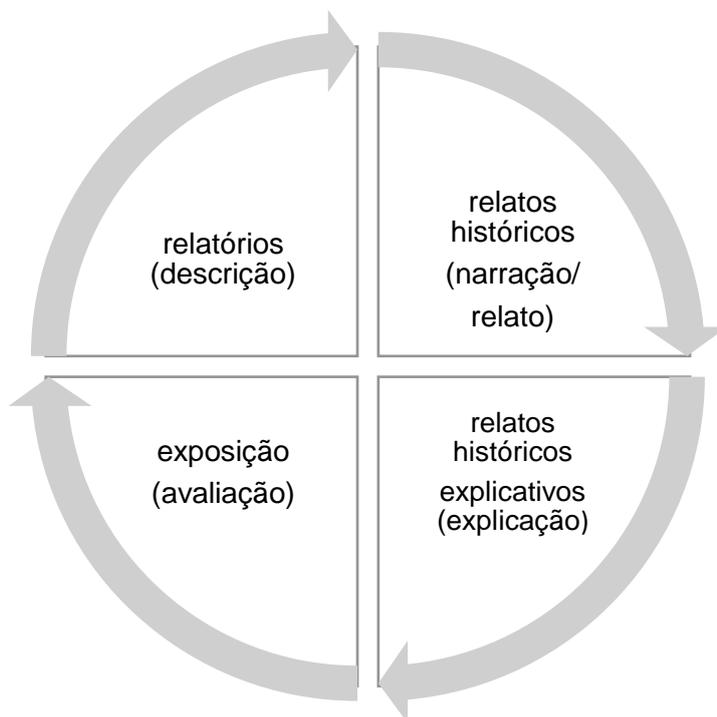
Além da Abertura, há outras duas etapas do macrogênero: a Abordagem temática e o Bloco de atividades, que regularmente encerra o capítulo. Esse último não é tema desta tese, pois merece um estudo minucioso para compreensão de sua complexidade. Contudo, a Abordagem temática – denominação que abrange o período histórico tratado no capítulo – reserva potencial para análise dos eventos históricos e pode revelar como a segmentação do tema pode ser associada à distribuição dos gêneros no macrogênero, embora haja outras possibilidades de enquadramento analítico. Assim, na Abordagem temática, há duas fases não obrigatórias: eventos, etapa que busca apresentá-los, por meio de sequenciação, causação ou avaliação, descrição de entes de relevância histórica, cuja realização se dá regularmente por meio de relatórios.

Observou-se que, na fase de contextualização, predominam gêneros, que dispensam o vigor temporal como requisito para a proposta de estudos, pois apenas em LD1, como se observa no quadro 20, há relato histórico. Rose e Martin (2012, p. 115-6) apontam que o conhecimento histórico não se reduz a aprendizagem sobre objetos e atividades aleatórias.

Nota-se que, no conhecimento formal tutelado pela escola, existe uma intenção questionadora. Na verdade, relaciona-se à ação do tempo em relação a eventos e como eles podem fazer sentido para os estudantes atualmente, por meio de outras combinações de escolhas de campo, modo e relações (tenor), em que os agrupamentos entre eles são distintos da soma das suas partes (Martin, 1992, p. 503).

Tal situação implica a existência de outros gêneros relacionados às etapas desse macrogênero. Embora haja uma escala de dificuldade na leitura e produção desses gêneros, ao fim do 3º ano do Ensino Médio, é previsto que haja o domínio de todos, conforme se ilustra na Figura 30.

Figura 30 - Gêneros relacionados às etapas

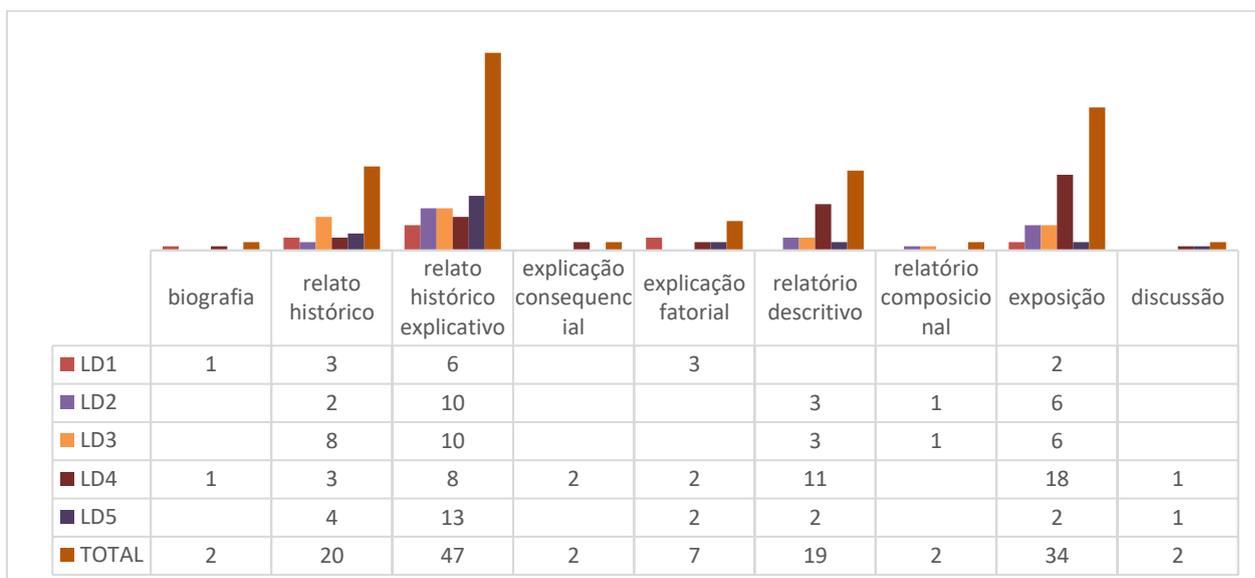


Fonte: elaborada pela autora.

Embora, se inicie por gêneros menos complexos como relatórios e relatos históricos, é natural que haja uma evolução para gêneros que requisitem maiores habilidades cognitivas e sociais (Coffin, 2006). Ao fim do Ensino Médio, é óbvio, também, que não há obediência a essa escala de complexidade, em relação à estrutura linguística e à ocorrência de recursos semióticos, uma vez que sua presença se associa também a fatores extralinguísticos. Portanto, começar ou, sobretudo, terminar o tratamento do tema por meio de relatório descritivo e exposição pode ensejar uma perspectiva diferente diante dos fatos históricos, a qual pode se tornar uma oportunidade para reflexão mediada, em sala de aula.

Compreendidas as etapas descritas e a relação com os gêneros, volta-se a análise para as relações entre os gêneros que compõem o macrogênero. A fim de cumprir tal propósito, em princípio, observe-se o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Ocorrência de gêneros nos capítulos



Fonte: Oliveira, 2024

Como era previsível, há predominância de gêneros da família das histórias, os relatos históricos e relatos históricos explicativos totalizam 48,52%⁵⁵ das ocorrências - 14,7% para os primeiros e 34,55% para os últimos - na etapa Abordagem temática; apenas um deles compõe a fase contextualização, em LD1. Por sua vez, também só não são maioria em LD4, no qual predomina o gênero exposição em virtude de, peculiarmente, os autores priorizarem em 22 textos o tratamento de questões econômicas, sociais, políticas e ambientais desafiadoras para consolidação de um Estado que promova bem-estar social. Essa peculiaridade propiciou que a exposição ocupasse a segunda colocação em relação à quantidade de ocorrências. Ineditamente, os relatórios perfazem o total de 15,55% do total de textos, seguidos pelas explicações com 6,67%.

A respeito desses resultados, vale realizar duas reflexões. Inicialmente, destaca-se a presença de relatórios descritivos, a qual escapa da descrição recorrente em estudos prévios. Coffin (2006) aponta que, geralmente, esses gêneros ocorrem como etapas de outros, compondo gêneros encaixados, embora em manuais do projeto “The write, it right” os gêneros relatórios aparecem também como gêneros elementares. Oportunamente, o grupo de pesquisadores portugueses, cujos trabalhos

⁵⁵ O gráfico elaborado comporta muitas informações, a apresentação de resultados percentuais o mantinha pouco legível, por isso optou-se em mostrar a frequência dos gêneros e informar a porcentagem resultante, gerada pelo próprio gráfico, no corpo do texto.

são divulgados no Portal de Gêneros do Instituto Politécnico de Leiria, aponta que os relatórios são mais comuns nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

A segunda refere-se à presença de textos expositivos ao final da etapa Abordagem temática, pois se revela uma informação pré-textual ou metatextual, como defendem Caels, Barbeiro e Gouveia (2020, p. 9), “o propósito sociocomunicativo se concretiza necessariamente por meio de uma estrutura textual e que propósitos diferentes resultam em estruturas – e, por conseguinte, gênero - diferentes”. Em outras palavras, vale lembrar que o livro didático, estando regulado pelo currículo e por atos normativos que preveem a autonomia do aluno, por meio de textos expositivos, configura contribuição desses gêneros, uma vez que se associam às práticas sociais de determinada cultura, para atuação de estudantes.

Dimensionados esses aspectos extralinguísticos, interessa destacar como os gêneros elementares descritos como eventuais ocorrências no discurso histórico apresentado no livro didático podem ser dispostos no macrogênero “capítulo” do LDH. Do ponto de vista estrutural, a proposta de análise deriva essencialmente de estudos propostos por Martin (1992, 1994, 1995) e de outros pesquisadores australianos que se interessaram pelo tema em suas produções acadêmicas.

Recentemente, Szenes (2017, 2022) faz uma revisão desse conceito, por meio de um criterioso rastreio de publicações relacionadas ao tema, em sua tese, buscando entender se textos maiores que uma página, típicos da área de administração, podem ser chamados de macrogêneros, nos termos da LSF. Como já se viu na seção 3.2.1, sedimentam esse enquadramento os estudos de gêneros sobre propriedades fractais da linguagem, em que estudos de Martin (2006), citando Halliday (1981), indicavam que pensar gramaticalmente contribuiria para essa análise, pois texto e oração estariam relacionados simbolicamente.

Considerando a analogia originada dessa propriedade, surge o embasamento para essa categorização, de modo que existe a seguinte paridade:

oração simples	::	gêneros elementares
orações complexas	::	gêneros complexos - macrogênero
orações encaixadas	::	gêneros encaixados

Dando prosseguimento, vigoram, então, princípios relacionados a significados lógicos e experienciais, constantes para a construção de significados inspiradas nas

metafunções. O significado ideacional reúne tais componentes, que indicam claramente a organização discursiva e social de textos. Contudo, constitui-se relevante, para essa tese, a concepção martiniana paradigmática de orações complexas e macrogênero.

O macrogênero possui sua gênese organizada pelos princípios do componente lógico, que prevê expansão ou projeção (pouco comum nos textos analisados), sendo o princípio de expansão sintetizado no Quadro 21.

Quadro 21 - Significados lógicos

Significado lógico	Tipos de relações	Conceito	Exemplo
<i>expansão</i>	elaboração	Uma oração elabora o significado de outra com base em informações associadas as que já foram dadas.	O relógio não vai. Ele está trabalhando
	extensão	uma oração amplia o significado de outra por meio de adição, alternativa ou substituição.	Eu crio peixes e meu marido cria aves.
	realce	Uma oração amplia o significado de outra, utilizando referências tempo, lugar, causa ou condição.	Ele saiu quando acabou a reunião.

Fonte: Oliveira, 2024, adaptado de Martin (2006, p. 33-4)

O pesquisador australiano afirma que as relações lógicas orientam essa organização e seu significado por serem observadas nos macrogêneros, embora advirta que “a coerência de um macrogênero depende de nossa posição de leitura” (Martin, 2002, p. 274). Nesse sentido, concordo com a afirmação declarada anteriormente, no caso das práticas escolares, pois a apresentação do conteúdo é fragmentada, com base em critérios estipulados pelos docentes acerca de complexidade e organização do tempo, sem gerar a impressão de incompletude. Sua divisão, por fim, resulta em uma estratégia de atenção à ancoragem do conhecimento.

Essa propriedade força a compreensão de que o início e o fim do conteúdo existem, mas são delimitados por elementos que excedem elementos linguísticos, pois atendem a fatores políticos e pedagógicos. Concebe-se que o macrogênero, o qual também configura significados, normalmente, dividido em etapas para interligar práticas sociais, é organizado por diversos gêneros. De outro modo, totalmente coerente com esse contexto, Lemke adverte acerca de aspectos intertextuais, aplicáveis ao macrogênero:

As práticas de uma comunidade para construir relações intertextuais representam uma parte muito significativa da sua cultura, ao definir a "rede"

semioticamente construída que amarra todos os textos, todos os eventos que essa comunidade reconhece. Essas práticas podem, também, ser significativas para os textos e eventos entre os quais NENHUMA relação é construída (as disjunções no sistema de relações), porque, embora cada cultura seja uma cultura específica apenas devido ao estabelecimento de certas relações e não de outras (contextualização seletiva, i.e., metarredundância), é fundamental saber quais laços são feitos e quais não são, entre quais textos e quais eventos (Lemke, 2012, p. 149).

No caso, em análise, a organização conecta-se, primordialmente, a dois aspectos: relação dialética entre livro didático e práticas pedagógicas e a capacidade de compreensão leitora docente para determinar e/ou negociar o acesso ao conhecimento veiculado. Considerando esses aspectos, enfatiza-se que essa classificação resulta mais de uma evidência de letramento(s) e de habilidade docente do que propriamente do fenômeno linguístico.

Ao lado desses fatores semióticos, sociais e culturais, a instanciamento desses textos se baseia na organização de sentido. Tal evidência propicia que o capítulo esteja organizado por um princípio ancorado em um eixo temporal, no qual eventos são selecionados e sequenciados, para construção da história escolar, além da apresentação de entes situados temporalmente. Ademais, há a exploração de elementos causais, que podem estar presentes ou não, relacionando-se a características tipológicas dos gêneros.

Assim, dependendo se ocorrem relações de causa e efeito, há explicações e relatos históricos explicativos, ao passo que, se não ocorrerem, há relatos históricos e relatórios. No caso de LD1, faz-se a combinação desses gêneros conforme os propósitos comunicativos, aliada ao tratamento temático proposto para o capítulo. Em princípio, observa-se quanto ao objeto de análise, no denominado LD1:

Quadro 22 - Apresentação de LD1 quanto à configuração do macrogênero

capítulo	macrogênero		
LD1	Abertura		Abordagem temática
	contextualização	introdução	eventos
	RH⁵⁶ (Desafios de um Brasil democrático) + extensão: especificação do cenário	EF(Consolidação democrática)	RHE (Constituição cidadã) + elaboração: especificação de ente

⁵⁶ Nesta tese, utilizam-se as seguintes siglas para fazer referência aos gêneros comuns ao discurso histórico:

- BIO - biografia
- RD – relatório descritivo;
- RC – relatório composicional;
- RH – relato histórico;
- RHE - relato histórico explicativo;
- EF – explicação fatorial;
- EC – explicação consequencial;
- EXP – exposição
- DIS - discussão

		+ extensão: adição de eventos	
			RHE (Uma obra em andamento) + extensão: adição de eventos
			RHE (Década perdida) + extensão: adição de eventos: Ministério Collor
			RHE (Tempos de estabilidade e crescimento) + extensão: adição de eventos
			EF (Recessão econômica) + extensão: adição de causas
			RH (Do protecionismo ao neoliberalismo) + extensão: adição de eventos
			RHE (Privatizações) + extensão: adição de eventos
			RH (Entre avanços e dificuldades sociais) + extensão: adição de eventos
			EF (A persistência da desigualdade) + extensão: adição de múltiplas causas
			RD (situação das minorias) + extensão: especificação de eventos
			EC (O combate à violência doméstica) + extensão: adição de efeitos
			EC (Violência urbana e corrupção) + extensão: adição de efeitos
			RHE (O povo na rua) + extensão: adição de eventos

Fonte: Oliveira, 2024

Como se verifica no Quadro 22, nesse macrogênero, há, em 80% dos textos, gêneros que envolvem relações causais, havendo apenas duas ocorrências de relato histórico e outra de relatório descritivo. Por outro lado, nos manuais de livro didático, conforme se avança na escala temporal, há acréscimos de informações históricas, que compõem o conteúdo curricular. Esse conteúdo é ampliado, aproximando-se do conceito de expansão por extensão, pois os conteúdos se agrupam por uma ideia de adição, em elementos paratáticos, como as seções que hierarquizam o conteúdo.

É relevante destacar que esse macrogênero privilegia uma nomeação de seções um pouco diferente da tradição, a qual reforça a localização temporal na constituição de memórias coletivas, aventa apenas uma referência temporal pouco precisa, “Década perdida” e “Tempos de estabilidade e crescimento”, em duas seções. Em vez de evidenciar o recorte histórico, o qual dimensiona um momento localizado historicamente como “governo Collor”, “governo FHC”, opta-se na obra por denominações formadas por nominalizações, cujas agências dos eventos podem ser omitidas mais facilmente, como em “O combate à violência”. Por outro lado, essa escolha explora o conteúdo histórico escolar, dirimindo a relevância da importância temporal (Teixeira, 2019), ainda que alinhe um evento após o outro.

Como se viu na seção 3.2.1, Martin postula que os gêneros podem reunir-se e, conforme o sentido atribuído, podem organizar-se em estruturas multivariadas e seriais univariadas. Nesta pesquisa, entendeu-se também que livros didáticos se organizam, conforme o último princípio, pois cada texto que forma o macrogênero pode ser utilizado como material de apoio, nas aulas de história, sem a sensação de incompletude porque, principalmente, na cultura escolar, o conteúdo é fragmentado para moldar-se a esse modelo de ensino. Além de tal aspecto, cada texto encerra o tratamento de um evento específico, na maioria das vezes. Nesse sentido, cada um dos gêneros elencados é adicionado porque trazem informações novas, ampliando o conhecimento como se fosse uma espiral.

Quadro 23 - Apresentação de LD2 quanto à configuração do macrogênero

capítulo	macrogênero		
LD2	Abertura		Abordagem temática
	contextualização	introdução	eventos
	RHE (especificação do cenário) + extensão: adição de eventos:	RHE: Plano Cruzado e a Constituinte + extensão: adição de eventos	RD (caracterização da Constituição) = elaboração: especificação de ente
			RHE (governo Collor) + extensão: adição de eventos
			RHE (Ministério Collor) + extensão: adição de eventos: Ministério Collor
			RHE (impeachment) + extensão: adição de eventos
			RHE (implementação do plano Real) + extensão: adição de eventos
			RHE (reeleição de FHC) + extensão: adição de eventos
			RHE (eleição e governo Lula I) + extensão: adição de eventos
			RHE (reeleição e mensalão) + extensão: adição de eventos
			EF (apresentação de causas para desgaste político do PT) + extensão: adição de múltiplas causas
			RH (relação entre judiciário e democracia) + extensão: adição de eventos
			EXP (políticas econômica e social) + extensão: adição de aumentos
			RH (eleição de Dilma Rousseff) + extensão: adição de eventos
		RHE (crise política e econômica) + extensão: adição de eventos	
		EXP (liberdade de expressão) + extensão: adição de argume	

Fonte: Oliveira, 2024

Em LD2, fenômeno semelhante ocorre, todos os gêneros se organizam por extensão, com exceção de um. Somam-se informações sobre conhecimento no caso de relatos, mas é necessário atentar que o olhar sobre os eventos é diferenciado, ao se propor textos que os avaliem, por meio de exposições. Somente no texto 3 ocorre

elaboração, há um relatório descritivo que apresenta características da Constituição, referindo-se ao produto oriundo da Constituinte. Também há

Em LD3, por sua vez, já se apresenta o processo de composição do macrogênero conforme a disposição contida no Quadro 24.

Quadro 24 - Apresentação de LD3 quanto à configuração do macrogênero

capítulo	macrogênero		
LD3	Abertura	Abordagem temática	
	contextualização	introdução	
	EXP (corrupção) + extensão: adição de argumentos sobre tema de contextualização	RH: (governo Sarney) + extensão: adição de eventos	RH (novos pacotes econômicos) + extensão: adição de eventos
	EXP (eleição indireta) + adição de argumentos sobre evento		RHE (Constituição Cidadã) + extensão: adição de eventos
			RD (situação dos povos indígenas) = elaboração: especificação de situação dos povos indígenas
			RD (povos indígenas na constituição) = elaboração: especificação de situação dos povos indígenas
			RD (eleições diretas) = elaboração: especificação de processo
			RH (governo Collor) + extensão: adição de eventos
			RHE (impeachment) + extensão: adição de eventos
			RH (governo Itamar) + extensão: adição de eventos
			RHE (candidato do plano real) + extensão: adição de eventos
			RH (governo FHC) + extensão: adição de eventos
			RHE (política agrária) + extensão: adição de eventos
			RHE (segundo mandato de FHC) + extensão: adição de eventos
			RHE (eleições de 2002) + extensão: adição de eventos
			RHE (eleição de Lula) + extensão: adição de eventos
			RH (política externa) + extensão: adição de eventos
			RHE (crise política Lula e eleição de Lula) + extensão: adição de eventos
			RD (balanço do 2º governo de Lula) = elaboração: especificação de feitos do governo
			RHE (governo Dilma Roussef) + extensão: adição de eventos
		RHE (manifestação e denúncia de corrupção) + extensão: adição de eventos	
		RHE (reeleição e crise política) + extensão: adição de eventos	
		EXP (novos desafios para o Brasil) + extensão: adição de argumentos	
		EXP (políticas afirmativas) + extensão: adição de argumentos	
		EXP (ser negro no Brasil) + extensão: adição de argumentos	
		EXP (racismo) + elaboração: comentário e exemplificação sobre racismo	
		EXP (metas para redução da pobreza) + extensão: adição de argumentos	

			EXP (saúde pública) + extensão: adição de argumentos
			EXP (melhorias e desafios na educação) + extensão: adição de argumentos

Fonte: Oliveira, 2024

Nota-se que o fenômeno ocorrido em LD3, baseia-se nos mesmos princípios vigentes em LD2. Contudo, em LD4, apresenta-se outra configuração, resultante da escolha de ênfase em um conteúdo mais contemporâneo, como se observa no Quadro 25.

Quadro 25 - Apresentação de LD4 quanto à configuração do macrogênero

capítulo	macrogênero		
LD4	Abertura		Abordagem temática
	contextualização	introdução	eventos/entes
	RD (cenário do Brasil e relação com o capítulo) = elaboração: explicação	RH: (transição democrática) + extensão: adição de eventos	RHE: (o contexto econômico) + extensão: adição de eventos
			RHE: (a dívida da ditadura) + extensão: adição de eventos
			RHE: (transição democrática) + extensão: adição de eventos
			EXP (protestos contra o governo) + extensão: adição de argumentos
			RH (A Constituição de 1988) + extensão: adição de eventos
			RD (A participação popular) = elaboração: especificação
			RD (Características da Constituição) = elaboração: especificação
			BIO (Chico Mendes) + extensão: adição de eventos
			RH: (O Brasil na era da globalização) + extensão: adição de eventos
			RHE (O governo Collor) + extensão: adição de eventos
			RHE (Itamar Franco e FHC) + extensão: adição de eventos
			DIS (As privatizações) + extensão: adição de argumentos
			RD (O governo Lula) = elaboração: especificação de eventos
			RD (O governo Dilma Roussef) = elaboração: especificação de eventos
			EXP (As relações de trabalho) + extensão: adição de argumentos
			EXP (A exploração do trabalho infantil) + extensão: adição de argumentos
			EXP (A terceirização do trabalho) + extensão: adição de argumentos
			EXP (O cooperativismo) + extensão: adição de argumentos
		RD (O espaço rural brasileiro) = elaboração: especificação de eventos	
		EXP (O desmatamento) + extensão: adição de argumentos	
		EXP (A desigualdade social) + extensão: adição de argumentos	
		EF (A Reforma agrária) + extensão: adição de causas	
		EXP (problemas urbanos) + extensão: adição de argumentos	

		EC (moradias precárias) + extensão: adição de efeitos
		EXP (Congestionamento e poluição) + extensão: adição de argumentos
		EXP (A violência urbana e a criminalidade) + extensão: adição de argumentos
		EXP (metas para redução da pobreza) + extensão: adição de argumentos
		EXP (a desigualdade social) + extensão: adição de argumentos
		EXP (o preconceito racial) + extensão: adição de argumentos
		RD (a concentração de renda) = extensão: especificação de condições
		RD (a educação pública) + extensão: especificação de eventos
		RD (a saúde pública) + extensão: especificação de eventos
		EXP (os direitos dos povos indígenas) + extensão: adição de argumentos
		EXP (Legislação escolar indígena) + extensão: adição de argumentos
		RD (indígenas no ensino superior) + extensão: especificação de eventos
		RD (comportamento e diversidade) = elaboração: especificação de eventos
		EXP (o impacto das novas tecnologias) + extensão: adição de argumentos
		EF (o consumismo) + extensão: adição de causas
		EC (aumento dos transtornos mentais) + extensão: adição de efeitos
		EXP (a religiosidade) + extensão: adição de argumentos
		EXP (a sexualidade) + extensão: adição de argumentos
		EXP (Consumo e meio ambiente) + extensão: adição de argumentos
		RD (a violência contra as mulheres) = elaboração: especificação de eventos
		EXP (os movimentos feministas e suas reivindicações) + extensão: adição de argumentos
		RD (As conquistas recentes) = elaboração: especificação de eventos

Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa, os gêneros que predominam já não são relatos históricos e relatos históricos explicativos. Nesse macrogênero, privilegiaram-se exposições e relatórios descritivos, dispostos em expansão por extensão, por meio de adição, pois informações novas são acrescentadas, conforme a delimitação do período temporal estipulado.

Por fim, em LD5, há fenômeno semelhante a LD2: predomínio de estrutura de extensão. Como se observa, no quadro 26:

Quadro 26 - Apresentação de LD5 quanto à configuração do macrogênero

capítulo	macrogênero		
LD5	Abertura		Abordagem temática
	contextualização	introdução	eventos
		RHE: (o Brasil e a nova ordem mundial) + extensão: adição de eventos	RHE (A campanha eleitoral de 1989) + extensão: adição de eventos
			RHE (O governo Collor) + extensão: adição de eventos
			RHE (A falta de ética na política) + extensão: adição de eventos
			RHE (O impeachment) + extensão: adição de eventos processo
			RHE (governo Itamar Franco) + extensão: adição de eventos
			RH(Corrupção o parlamento brasileiro) + extensão: adição de eventos
			RHE (Economia) + extensão: adição de eventos
			RHE (O governo de Fernando Henrique Cardoso) + extensão: adição de eventos
			DIS (A política de privatização) + extensão: adição de argumentos
			RHE (O segundo governo FHC) + extensão: adição de eventos
			RHE (O governo Lula) + extensão: adição de eventos
			RHE (Política econômica) + extensão: adição de eventos
			RHE (Corrupção do governo Lula) + extensão: adição de eventos
			RHE (O segundo mandato de crise política Lula) + extensão: adição de eventos
			RHE (O Brasil integrou o Brics e o G20) + extensão: adição de eventos
			RHE (Pré-sal, crise e eleições) + extensão: adição de eventos
			RHE (O governo Dilma Roussef) + extensão: adição de eventos
			RHE (Operação Lava Jato)
		RHE (O governo Dilma Roussef, da coalizão à coalizão)) + extensão: adição de eventos	
		EF (reeleição e crise política) + extensão: adição de explicações	
		EXP (políticas afirmativas) + extensão: adição de argumentos	

Fonte: Oliveira, 2024

Constata-se que os gêneros predominantes, em LD5, são relatos históricos explicativos, havendo ocorrência única dos gêneros relato histórico, explicação fatorial e discussão. Todos estão dispostos por meio de adição, em uma estrutura de extensão. Essa opção indica a presença de conexões causais como elemento orientador para recontextualização do conhecimento histórico.

Por último, para finalizar uma abordagem mais ampla, indicam-se as variáveis de registro relacionadas a cada capítulo. No nível de registro, as perspectivas de variáveis de contexto, Campo (o que está acontecendo?), Relações (quem são os envolvidos?) e Modo (qual papel da linguagem na construção de campos e relações?) apoiam a possibilidade de análise textual, alcançando informações relevantes para

compreensão de condições dispostas anteriormente, as quais interferem no entendimento de funcionamento da linguagem e a sua relação com o contexto.

Cabe destacar, oportunamente, que os elementos do registro atravessam alterações guiadas pela ação humana, iniciando-se na família e prolongando-se por outras instituições, propiciando a aprendizagem de novos registros, por isso seu domínio é tão relevante para compreensão do contexto de situação.

Com base nessa constatação, apresenta-se, no Quadro 26, uma síntese das variáveis de registro dos macrogêneros “capítulo do LDH” estudados nesta tese. Embora se reconheça que não seja tão usual esse modelo de descrição, julga-se que ele seja mais útil em relação à descrição de cada um dos gêneros instanciados, em virtude de a descrição por obra, certamente, resultar em informações redundantes, pois o macrogênero livro didático, como já explicado, possui alto controle social.

Quadro 27 - Variáveis de registro dos macrogêneros analisados

macrogênero	variáveis de Registro		
	campo	relações	modo
LD1 LD2 LD3 LD4 LD5	<p>atividade social: síntese de periodização do processo de redemocratização no Brasil, descrevendo as condições para seu início e as etapas atravessadas, sendo o foco direcionado para eventos.</p> <p>natureza da atividade: institucionalizada, realizada por meio da linguagem, transparecendo o objetivo de informar o leitor. O LD é um recurso para mediação de aula na Educação Básica</p>	<p>participantes: responsáveis pela autoria da obra, leitores (professores, alunos e outros interessados)</p> <p>relações de poder: hierárquica com necessidade de mediação</p> <p>distância social: tendente ao máximo, pessoas desconhecidas</p>	<p>papel da linguagem: constitutivo, é necessário para que a interação aconteça</p> <p>canal: gráfico</p> <p>processo de compartilhamento: passivo porque os participantes não constroem o significado juntos; monológico, o sentido é proposto pelos autores</p> <p>meio: escrito, linguagem verbal e não verbal</p>

Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa, as informações dispostas no Quadro 26 apresentam uma síntese que reúne os aspectos comuns às obras analisadas. Como esperado, todos os capítulos deveriam tratar do período histórico enunciado em seu início, além disso essas variáveis estão muito condicionadas pelas práticas discursivas próprias à circulação desse gênero socioculturalmente.

A variável Campo, em LD1, resultante de quinze gêneros dispostos nesse macrogênero, configura-se como a descrição do período de redemocratização, iniciando-se por uma provocação de caráter reflexivo acerca da violência social e a violência praticada pelo Estado, em seguida destaca a importância do processo de

consolidação democrática, apagando a existência do governo militar apoiado por parte da população civil.

Elenca, também, medidas relacionadas ao crescimento econômico e impacto social de 1995 a 2016 implementadas pelos governos FHC, Lula e Dilma, embora persistam problemas sociais. Os eventos relacionam-se, primordialmente, a participantes que sugerem agentes coletivos como governo, Brasil e população. Essa informação deriva do uso do Sketch Engine, *software* utilizado para orientar informações amplas acerca de ocorrências nos textos analisados. A ferramenta *Wordlist* indica a quantidade de vezes que determinada palavra ocorre no *corpus*. As palavras população (14 vezes), governo (20 vezes) Brasil (23 vezes) como participantes muito presentes nos gêneros instanciados, em LD1, por exemplo.

Em LD2, o campo também se restringe ao mesmo período histórico aventado, entretanto a Abertura do macrogênero informa a existência de um período ditatorial, que entulhou a história brasileira de vestígios autoritários, impondo sua varredura por meio do processo de redemocratização, iniciado pela Assembleia Constituinte recém-eleita, criada para elaborar a mais recente Constituição. Nesse macrogênero, o período histórico é centrado nos eventos relacionados aos governos eleitos, liderados por presidentes.

Em LD3, por sua vez, o campo também é delimitado no período de redemocratização e convoca o aluno a refletir sobre corrupção. Em seguida, destaca a eleição indireta como evento inicial do processo de redemocratização, em seguida elenca os principais eventos sucedidos nos governos eleitos de Collor a Dilma Roussef. Lexias como *governo, país, Brasil, presidente* são as mais recorrentes, denotando a presença de entes coletivos, agrupadores de funções institucionais como governo ou genéricos, em um processo metonímico, como país para se referir à população. Por outro lado, o uso da lexia presidente preserva a identidade do político eleito que exerce o cargo, naquele momento, atribuindo-lhe também um papel institucional.

Embora, em LD4, seja o mesmo período delimitado, a escala de importância para eventos passados, relacionados aos governos eleitos é reduzida. Pela primeira vez, nomes de presidentes têm ocorrências inferiores: “Brasil” e “país” aparecem como participantes que reúnem uma ideia de organização política e geopolítica, seguidos por lexias como “pessoas”, “população” e “sociedade” que homogeneiza os indivíduos, reunindo-os em um grande grupo.

Por último, em LD5, a delimitação temática do capítulo, também circunscreve o período de reabertura democrática até o segundo mandato de Dilma e intercorrências existentes. Nesse capítulo, a cronologia, também, guia-se pela sucessão dos governos eleitos. “Governo” e “Brasil” são lexias recorrentes, seguidas por “Lula”, “presidente” e “Collor”, configurando uma abordagem que se assemelha ao que aconteceu em LD1 e LD2, pois privilegia a perspectiva de contar a história sob a ótica política-governamental, materializada pelos governos eleitos e liderados por políticos como Lula.

Oportunamente, a abordagem sobre as variáveis de Relações e Modo, nesse caso, mostra mais semelhanças que diferenças entre as obras, evidenciando tendências no delineamento desse macrogênero. Em relação, à variável Relações, apresentam-se participantes dessa interação: autores e leitores, contudo há uma cadeia de complexidade envolvida. A autoria de livros didáticos é assumida por determinados especialistas, contudo há toda uma equipe de editoração que é obscurecida pela própria dinâmica do mercado editorial.

Nesse sentido, cada obra tem autores definidos⁵⁷ e leitores possíveis: estudantes, professores e outros. A distância social estabelecida tende ao máximo, uma vez que os participantes envolvidos não desenvolvem afinidades, além de a relação ser institucionalizada; oportunamente, denota uma relação de poder hierárquica, pois os autores são reconhecidos como detentores do conhecimento, impondo a necessidade de um mediador (professor) para facilitar o acesso a esse saber disponibilizado na obra.

Em relação à variante Modo, observa-se que a linguagem ocupa valor central, tem um papel constitutivo, em virtude de ser essencial, para que as atividades possam ser efetivadas e, ainda, para que o processo de ensino aprendizagem se desenvolva conforme de trocas interacionais. A linguagem é escrita, de caráter monológica, uma vez que os autores propõem a dimensão do estudo. Finalmente, há um compartilhamento em que o processo é passivo, pois os estudantes não constroem o

⁵⁷ Cada obra possui autoria compartilhada, com exceção de LD5, conhecida obra do prof. Dr. Alfredo Boulos Júnior, preferido autor de diversas edições do PNLD. LD1, por exemplo, Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi são autores com larga experiência em editoria de obras didáticas, lançando-se autores de livros didáticos, inicialmente de uma coleção direcionada para Ensino Fundamental- Projeto Teláris. LD2, por sua vez, possui como autores Flávio Campos e Regina Claro, também autores de outras obras de História. Patrícia R. Braick e Miriam Brechó Mota são autora de LD3, História das cavernas ao terceiro milênio, obra da editora Moderna. Por último, LD4 corresponde à obra #contato História, é escrito por prof. Dra. Keila Grinberg, Adriana Machado Dias - professora da Educação Básica e autora e editora de livros de História e de Ciências Humanas há mais de 20 anos, segundo seu linkedin – e Marco Pellegrini, também, professor da educação Básica e autor/editor de livros de História.

sentido em uma interação síncrona com os autores. Além disso, há predominância de entes que remetem à coletividade como país, população, sociedade, Brasil e de predominância de processos relacionais ser, estar, ter⁵⁸, como se verificou após o uso do software *Sketch Engine*.

6.3 Recapitulação e insights

Neste capítulo, buscou-se apresentar aspectos relacionados às práticas discursivas inerentes à circulação do livro didático de História, destacando como o macrogênero “capítulo” se organiza, considerando fatores extralinguísticos e recursos sociossemiótico.

Inicialmente, destacou-se a regulação estatal como elemento avalizador de tendências didático-pedagógicas, propositor de currículo e gestor de um grande programa estatal (PNLD) de distribuição de livros didáticos para estudantes de escolas públicas, condição orientadora para diversas diretrizes que impactam na dinâmica da sala de aula.

Especialmente, mostrou-se que o conhecimento histórico é especializado, próprio ao campo da História e outras ciências humanas, mas não se assemelha às ciências naturais, cujo uso de vocabulário técnico é mais reduzido.

Em relação às etapas e fases do macrogênero, ousou-se fazer uma proposição analítica, embora uma das etapas – Bloco de atividades - não tenha sido analisada por que não era foco desta pesquisa. Assim, as etapas de Abertura e Abordagem temática delimitam a disposição cronológica de eventos referentes ao período histórico destacado – redemocratização brasileira após os governos militares implantarem um sistema autoritário.

Esse macrogênero é formado por diversos gêneros, os quais se associam à capacidade de descrever, relatar, explicar e avaliar eventos. Os gêneros relatórios, embora não tenham sido incluídos por pesquisadores anteriores como possíveis gêneros elementares, que pudessem figurar nesse macrogênero, nessa fase escolar, apresentam consideráveis recorrências relacionadas à descrição de entes. Por outro lado, evidenciou-se que relatórios históricos e relatos históricos explicativos dominam grande parte de instanciação de gêneros, ao lado de exposições.

⁵⁸ Essas informações resultam de verificações disponibilizadas com base no uso de *Sketch Engine*.

7 MICROANÁLISE

Ser letrado não é apenas participar do discurso de uma sociedade da informação, é também resistir a ela, defender a si mesmo e aos outros – contra a 'tecnologização' antissemiótica, antidemocrática desse discurso. E aqui mais do que nunca é preciso entender como a linguagem funciona, como a gramática (em seu sentido sistemático de léxico-gramática) interage com a tecnologia para alcançar esses efeitos. Se você espera se envolver com sucesso na disputa discursiva, primeiro precisa aprender a se envolver com o discurso.

(Hallyday, 1996, p. 357)



Este capítulo pressupõe grande relevância, pois sistematiza o processo de construção de sentido por meio de elementos da léxico-gramática interligado ao contexto de cultura. As possibilidades de constituição analítica são diversas, podendo indicar, por exemplo, o funcionamento em nível da léxico-gramática ou de sistemas. Neste trabalho, restringe-se o olhar investigativo para ocorrências de tempo e causalidade no macrogênero “capítulo de livro didático de História”. A escolha para essas categorias se deu em virtude de integrarem pressupostos do campo da história, em que os eventos são situados no tempo e possuem conexão causal, mostrando que a ação humana pode ter algum impacto sobre eles. Nesse sentido, na seção 7.1 organiza-se a descrição e análise elementos relacionados a tempo e na seção 7.2, de causalidade e na seção 7.3 algumas considerações.

7.1 A gramática do tempo no discurso histórico

Martin e Rose (2007) informam que os gêneros da história privilegiam a presença de marcadores temporais explícitos e o mapeamento de formas congruentes no campo. Ao lado dessa aceção, observa-se também que sua externalização se associa aos gêneros, pois relatos históricos apresentam diversos elementos temporais, em sua estrutura, assim como os relatos históricos também o fazem,

contudo em menor escala.⁵⁹ Outros gêneros como relatórios e exposições ocasionalmente apresentam recursos dessa origem.

As categorias analisadas, nesse capítulo, derivam de estudos prévios de Coffin (2000, 2006), Martin; Rose (2007, 2008). Como já informado, tomou-se como referência **20** textos do universo de macrogêneros analisados, compondo um *corpus* menor, pois a análise qualitativa dispensa a exaustão de dados que se repetiriam. Embora dispensável, optou-se por **disponibilizar** um quadro resumitivo com a quantidade de ocorrências associadas aos gêneros instanciados, pois explicita achados analíticos que confirmam a recorrência de características de cada gênero. O levantamento de ocorrências em cada um dos textos se encontra resumido no Quadro 28.

⁵⁹ Consideradas as categorias gramaticais determinadas, há categorias semânticas também. Coffin (2006) informa que são as seguintes: sequenciação; segmentação; duração; faseamento e organização através do tempo. A sequenciação é muito comum na formação de complexos oracionais, em que a lógica temporal entre eventos anteriores e posteriores é resultado das informações disponibilizadas. A segmentação propõe a divisão do tempo em períodos menores para apreensão, duração relaciona-se a grandes períodos, ao passo que o faseamento denomina alguns períodos históricos como Segunda Guerra Mundial, o faseamento mostra a duração do evento. Além disso, o tempo também pode ser um organizador retórico.

Quadro 28 - Ocorrência de relações temporais nos textos analisados

relações temporais	Classificação	Tipo	RD					RH					RHE					EXP				
			LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5
			T12	T3	T7	T11	T7	T12	T13	T9	T14	T5	T6	T7	T23	T15	T23	T14	T18	T28	T32	T24
Hipotaxe (conjunção temporal hipotática)													1	2					1	1		1
Circunstância	extensão	definida			1		1		2		1	1		1	1							
		indefinida								1												
	localização	definida						14	2	1	1		12	9	10	3	6	2	2	6		2
		indefinida								1			1	1					1			
		relativa			5									1		3			3			
		absoluta			5				10	2	2	1	10	3	10				3	6		
		(em movimento)						4			1		1	3								
estática			5				10	1	1	1				103			3	5				
Adjunto conjuntivo temporal	externo							4								1		1	1			
	interno		1			1				1				1		1						
Adjunto de Modo	tempo usualidade																					
Processo temporal									1													
Orações relacionais	Participante																					
tempo como Participante em orações																			6			
Tempo como Ente técnico especializado - abstrato				1	3					3				2							1	
Elemento temporal do Participante														3							1	

Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa, há uma concentração de uso de recursos temporais associado aos relatos, seguidos pelas exposições. Naturalmente, isso aconteceria, pois são recursos linguísticos constituindo os gêneros, a família das histórias necessariamente guarda a temporalidade como dispositivo para ordenação cronológica de eventos, ao passo que as exposições já os utilizam com um propósito argumentativo, usando-o como associado a fatos ou um dado histórico.

Oportunamente, também se apresentam, em um gráfico, essas informações dispostas por ocorrência em termos percentuais a fim de dimensionar suas ocorrências. Nele, mostram-se as ocorrências de relações temporais realizadas em orações hipotáticas, Circunstâncias, Adjuntos conjuntivos, tempo como elemento do Participante, tempo como Ente técnico, cujas ocorrências se encontram sintetizadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Ocorrências de relações temporais nos textos analisados



Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa, predominam as ocorrências de Circunstâncias, somam 70,25% dos casos, sendo 74,9% desses casos presentes nos relatos históricos e relatos históricos explicativos. Sucedem estatisticamente os casos relacionados a tempo compondo um Ente técnico e de tempo como elemento do Participante. Essa

apresentação talvez seja a mais genuína do campo histórico, pois a história como ciência se delimita, especialmente, pela noção de tempo demarcado e particularizado. Busca-se analisar como o tempo, de acordo com uma perspectiva linguística, pode funcionar no campo histórico. Essa análise contribui para elucidar noções de tempo relevantes, tais como a exploração de tempo linear ou cíclico; a relação de duração, acompanhada da sensação de permanência ou mudança; a oposição entre tempo histórico e tempo cronológico (Coffin, 2000, p, 129).

Martin (1992) e Halliday e Mathiessen (2014) estabelecem alguns recursos para realização do tempo, além de outros recursos que podem construir as noções de tempo semanticamente, destacando aspectos experienciais, lógicos, interpessoais e textuais, contudo, neste trabalho, restringe-se a análise sob a abordagem do significado ideacional. Nessa perspectiva, o tempo pode ser modelado tanto em termos do seu significado lógico como do seu significado experiencial. O primeiro destina-se, principalmente, a determinar os diferentes tipos de relacionamentos, que existem entre as mensagens, classificando-as como temporárias ou causais, conforme Halliday (1991), citado por Coffin (2000). O significado experiencial, por sua vez, configura a experiência do mundo em termos de eventos, estados e entidades que se relacionam com ele.

7.1.1 Circunstâncias

De uma perspectiva experiencial, a linguagem consiste num conjunto de recursos para interpretar o mundo em relação ao 'evento', aos participantes no 'evento' e às condições do contexto do 'evento'. No nível da oração, essas três condições são interpretadas por meio do Processo, dos Participantes e Circunstâncias. Desde que se considere a possibilidade de realização não congruente, ou seja, por meio de metáforas gramaticais, as noções de tempo podem ser realizadas por qualquer um desses papéis da transitividade, desfazendo a ideia ingênua de que só seriam expressos por Circunstâncias. “Em situações semelhantes, o conceito familiar de tempo é reajustado para ser interpretado como um aspecto da organização do evento. Os significados incluem aqueles relacionados ao “tempo” (ou seja, quando) e aqueles relacionados à duração (ou seja, quanto tempo/com que frequência) Coffin (2000, p. 133).

As Circunstâncias de localização no tempo apresentam uma noção mais precisa, destacando especificamente o evento como uma data memorável, no caso de datas históricas. Quadro 21mas são escolhidos alguns para mostrar sua tipicidade. São dispostos alguns agrupamentos, a fim de apresentar as diferenças resultantes dessas escolhas, analisadas a seguir.

(1) Em 1989, os brasileiros finalmente puderam voltar a escolher o presidente da República por meio do voto.

(2) Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno.

(3) Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente.

(4) Em abril, a base de sustentação do governo ruiu.

(5) Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos.

(6) Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos.

Em todos os excertos selecionados⁶⁰, as Circunstâncias associam-se aos processos ao localizarem os eventos temporalmente e, efetivamente, responderem à pergunta “quando”. Além de caracterizarem-se como relações absolutas e estáticas, observa-se também que constituem relações temporais externas, pois são orientadas para sequências de atividades que constituem o campo.

Martin (1992, p. 180-181) pondera que essas estruturas organizam a representação de mundo, uma vez que codificam a organização institucional de nossa cultura, na qual as pessoas se envolvem como participantes de diversas instituições. Tal fato é muito relevante no discurso histórico, porque a organização desse conhecimento pressupõe o reconhecimento de eventos em datas pontuais como marcos históricos, que apresentaram uma tendência para mudança, alterando a noção durativa do evento.

Também se observa nos casos acima, de (1) a (6), que há ocorrência de Tema marcado, quando ele não se realiza como sujeito (Martin, 1992, p. 435). Nessa situação, Weissberg (1984, p. 488), citado por Fuzer e Cabral (2014), defende que o Tema marcado destaca a parte da informação julgada mais relevante, salientando algo que é visto como novo. Observa-se que a informação destacada delimita eventos

⁶⁰ Todos os elementos analisados, nos excertos, são identificados por meio sublinhados.

específicos e a data de sua ocorrência, sugerindo que mais do que o fato em si, vale também enfatizar quando ocorreu.

Contudo, também há Adjuntos circunstanciais em outras posições na oração, a saber: na clássica ordem direta ou intercalados, na língua portuguesa, como se vê nos casos (7) e (8):

(7) A UNI, junto de outras entidades aliadas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve participação importante nas conquistas indígenas em 1988.

(8) Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os índices de desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014 caíram 15% em relação ao período anterior (2012/2013).

Mais uma vez, a despeito do reconhecimento que essas escolhas de marcos temporais no texto são reflexos de características dos gêneros, reforça-se que uma das críticas associadas a essa escolha autoral incorre na sobrevalorização de datas específicas de eventos, remontando a uma tradição do ensino de História, que dificulta problematizar os recortes temporais, preocupando-se apenas em ordenar fatos e, em um contexto educacional pouco reflexivo, forçar a sua memorização (Teixeira, 2019).

Nesses exemplos, predominam as Circunstâncias temporais definidas, pois há uma presença de uma marcação cronológica, o tempo é dividido em dias, anos. Contudo, também ocorrem casos em que são classificadas como indefinidas, como em:

(9) Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.

(10) Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão.

(11) Nos últimos dias, aconteceu uma execução de jornalistas.

Embora, nos excertos (9), (10) e (11), haja informações temporais localizadas. Observa-se que são realizadas também por temas marcados, nos casos de (10) e (11). Nota-se que não há precisão de seu início e seu término, por isso são reconhecidas como indefinidas. Verifica-se, também, que (9) apresenta o percurso do tempo impermanente, em movimento em (11), por exemplo, há um sentido que depende de informações contextuais para sua delimitação precisa.

Somem-se aos casos de localização a possibilidade de ocorrências realizadas por meio de expressões que denotem movimento, deslocamento temporal, marcando primordialmente um período de mudança como se vê nos excertos abaixo.

(12) No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.

(13) Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira.

(14) Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960.

(15) Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014.

Em todos os casos, observa-se que a lexia “desde” marca um início sem delimitar, na maioria das vezes, seu término, pois o objetivo é explicitar o princípio daquele evento, mostrando uma ruptura, o que se confirma em (12) e (14). Em (13), por outro lado, há delimitação de movimento, contudo a expressão é classificada como indefinida, pois constrói-se uma vaga delimitação que necessita de envergadura interpretativa do leitor para situar corretamente o evento. Em (15) faz-se um prognóstico econômico e não se delimita seu fim, fazendo o leitor supor que há ainda vestígios da referida crise econômica.

Coffin (2000) também delineou que essas Circunstâncias podem dar uma ideia de extensão, em que se delimita um período, como se vê nas amostras abaixo:

(16) Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra.

(17) Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo, foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira. Com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), realizado entre agosto e dezembro de 2012, destaca-se a atuação do Poder Judiciário.

Quando se fala em extensão, deve-se pensar em quão longo pode ser determinado recorte temporal (Coffin, 2000). Essa delimitação pode ser feita em anos, décadas, séculos, grandes períodos históricos e tudo pode ser relativizado, considerando o evento em análise. Em (16), por exemplo, apresenta-se a organização dos povos originários politicamente, denotando mais o processo que atravessou o

tempo do que o próprio movimento indígena. Em (17), o Adjunto circunstancial “entre 1982 e 1988”, por sua vez, destacou-se o protagonismo do poder Legislativo no período, pois se estabeleceu o movimento para realização de eleições diretas.

7.1.2 *Conjunções temporais + orações hipotáticas*

Essa categoria pode apresentar significados temporais expressos por meio de elementos lógicos temporais realizados por conjunções temporais paratáticas e hipotáticas, sendo as primeiras são menos comuns que as últimas. Tais estruturas contribuem para identificação de eventos-chave no tempo. Nos textos analisados, houve apenas ocorrências de estruturas hipotáticas, cujas ocorrências ilustram essa estrutura:

(18) Quando os terroristas dizem que estamos proibidos de representar Maomé, é porque o Islã proíbe a representação de Maomé [...]

(19) As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país.

(20) Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.

(21) Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio.

(22) A situação dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul é a mesma: além de viverem em péssimas condições, estão ameaçados de perderem suas terras desde o final de 2012, quando receberam uma ordem de despejo da Justiça Federal de Naviraí.

(23) A tensão entre o Legislativo e o Executivo cresceu quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.

Em todos os casos, há complexos oracionais com conjunção temporal hipotática “quando”⁶¹. Embora seja uma possibilidade muito comum, em textos escritos, sua realização atingiu apenas 4,96% do *corpus*. A diferenciação relevante para essa análise resulta da exploração de um detalhamento primário em sua realização, criando a oposição entre relações sucessivas e simultâneas (Martin, 1992, p. 185). Para entendê-las, é necessário informar que essas relações possuem uma

⁶¹ Não se realizou a análise de todo o complexo oracional porque não se vislumbrou a possibilidade de ganhos analíticos para além da identificação da oração com conjunção hipotática de tempo.

estrutura experiencial relacionadas às ideias de Anterior e Posterior. Anterior denomina eventos que se iniciam antes do Posterior. Reconhecidos esses conceitos, estabelece-se que as relações sucessivas se reduzem até o início dos eventos posteriores, ao passo que as relações simultâneas têm sobreposição entre Anterior e Posterior até certo ponto.

Em (18) e (20), diferentemente dos casos vistos até então, não se privilegiam relações experienciais, mas relações retóricas ou internas, nos termos de Halliday e Hasan (1976), pois estão estruturando a semiose. A noção temporal, nesse caso, organiza-se em termos do tempo do texto, o tempo do que está sendo dito ou lembrado e não do que está sendo feito. Além disso, essa ideia é reforçada pelo uso dos Processos verbal “dizer” e mental “lembrar”. Por fim, Martin (1992, p. 181) informa que geralmente, entre os gêneros, a função das relações internas é organizar a estrutura esquemática de um texto. Por outro lado, também se observa que há uma estruturação simultânea, os eventos citados coocorrem.

Em (23), por sua vez, há relações temporais externas, as quais remetem para a organização do mundo experiencial e os eventos retratados são sucessivos. Como é previsível, a oração dependente amplia o significado da oração dominante, delimitando temporalmente os eventos, que são sucessivos, o Posterior acontece após o Anterior propiciá-lo.

Finalmente, em (19), (21) e (22), há relações temporais externas e simultâneas. A organização pretendida remete ao mundo externo constituindo a disposição dos eventos que ocorrem ao mesmo tempo. Enquanto recursos linguísticos eram essenciais para delimitar as relações internas, as relações externas demandam um esforço interpretativo para estabelecer a conexão pretendida. Em (19), só na data citada a população mobilizou-se para participar de uma manifestação. Em (21) para que seja verdadeira a informação é indispensável que Aranha esteja jogando na mesma data, no mesmo campo. Em (22), por sua vez, a ordem de despejo coincide com as ameaças de perda das terras, datada do final de 2012.

7.1.3 Adjunto conjuntivo

Os Adjuntos conjuntivos, também conhecidos como Adjuntos do discurso, conforme Halliday e Mathiessen (2014), referem-se à metafunção textual, ocupando muitas vezes uma posição temática. Contudo sem essa determinação, podem ocupar

diferentes localizações na oração. Estabelecem uma relação de contextualização entre a oração como mensagem e uma outra porção de texto, que a precede, geralmente. Informam, ainda, os autores que sua base semântica se apoia nas relações lógico-semânticas de expansão, por meio de relações por coesão - isto é, sem criar uma ligação estrutural na gramática entre as duas partes. Nesse sentido, consideram-se aqui expressões que compunham uma articulação coesiva do texto, além de acrescentar uma noção temporal.

Comumente, os Adjuntos conjuntivos podem estruturar uma sequência de atividades externas, quando usadas para estruturar uma sequência de atividades ligadas ao mundo exterior ou a organização retórica de um argumento, internamente, constituindo um recurso coesivo.

7.1.3.1 Adjuntos conjuntivos externos

Os Adjuntos conjuntivos externos organizam informações relativas ao componente experiencial. Observe-se o excerto:

(24) *Assistiu-se, então (sic) a uma polarização política; de um lado, os manifestantes favoráveis ao impeachment da presidente Dilma; de outro, os que defendiam sua permanência à frente do governo.*

(25) *Em 1989, os brasileiros finalmente puderam voltar a escolher o presidente da República por meio do voto.*

Em (24), a conjunção *então* atua como um elemento organizador do texto, dispondo uma noção temporal de sucessão compatível com as expectativas geradas pelo contexto. Os eventos anteriores, necessariamente, resultariam no evento atual: o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef geraria a polarização.

Em (25) a expressão *finalmente* refere-se à relação contextual, aparente no texto, entre a luta por eleições diretas e sua conquista, por isso é entendida como um Adjunto conjuntivo externo. Além de indicar o encerramento de um ciclo ou uma etapa, ele também traz um teor avaliativo ao permitir a inferência de que se tratava de um evento aguardado e desejado.

7.1.3.2 Adjuntos conjuntivos internos

Como já foi aventado, os Adjuntos conjuntivos internos são elementos linguísticos que funcionam como conectores dentro de uma oração, estabelecendo

relações lógicas e temporais, na situação em questão, entre diferentes partes do discurso, desempenhando um papel crucial na coesão e coerência do texto, ao permitir o acompanhamento da progressão das ideias, em detrimento de uma explicitação de nexos contextual. Para expressar noção de tempo, esses conectores podem indicar sequência, simultaneidade, anterioridade ou posterioridade. Nesse contexto, é importante salientar que um mesmo termo pode ser classificado ora como Adjunto externo, ora como Adjunto interno, em virtude do seu papel na organização do gênero e do significado construído. Observem-se os excertos a seguir.

(26) Eu repito que a lição desse massacre é a liberdade de expressão absoluta, a fraternidade, liberdade e, finalmente, a França como símbolo de certa concepção de universalidade[...].

(27) No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades, entre elas as polêmicas relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, alvo de críticas de ambientalistas, representantes de movimentos sociais e até da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em (26), novamente aparece a expressão “finalmente”, contudo seu uso é distinto do que acontece em (25) em virtude de ocupar a função de um Adjunto conjuntivo interno. Nesse complexo oracional, sua colocação na oração dependente “que a lição desse massacre é a liberdade de expressão absoluta, a fraternidade, liberdade e, finalmente, a França como símbolo de certa concepção de universalidade[...]”, reflete as seguintes atribuições: organização discursiva das informações, como um recurso interno, pois a relação de sentido não é uma dedução contextual, é um arranjo entre os argumentos, a fim de convencer o leitor acerca da liberdade de expressão, contribuindo para a estrutura do gênero e a ideia de atingimento de uma etapa como um fim aguardado, esperado.

Em (27), na longa sentença, há a expressão *logo*. Entende-se que sua função seja também um elemento para apresentar discursivamente os fatos, pois o autor relata o que aconteceu, sem esconder sua surpresa diante do imediatismo da necessidade de enfrentamento de dificuldades no primeiro ano de mandato. Em outras palavras, arrisca-se aventar a possibilidade de esse Adjunto conjuntivo, no excerto em análise, representar uma interpretação autoral dos fatos, disposta como elemento constitutivo de coesão e coerência textual.

7.1.4 Processos com sentido temporal

Coffin (2000) postula que as relações lógicas temporais podem ser realizadas de forma incongruente por meio de um Processo, componente do sistema de TRANSITIVIDADE. Geralmente, tais formas verbais indicam o significado de etapas de início, continuação ou término, em espaço temporal, em lugar de um recurso adverbial. No *corpus* proposto, houve poucas ocorrências, mas ilustram-se os três significados. Observem-se os excertos a seguir.

(28) A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012 e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos, indicando dados sobre os mortos e desaparecidos políticos, os responsáveis pelos crimes de tortura e assassinato, entre outras informações.

(29) Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.

(30) A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.

Em (28), observa-se que processo *iniciou* indica o princípio de uma ação. Em (29), o Processo material encerrar-se indica a finalização de etapa, ou melhor, do mandato, referente ao Ator “o governo Sarney”. Por outro lado, em (30), o Processo existencial suceder denota uma situação mais complexa. Tal forma verbal tanto pode significar continuidade por meio de uma sequenciação: um elemento após outro como em “As reuniões sucediam-se de maneira vertiginosa” ou finalização de uma fase para início de outra. Portanto, nessa situação, considerando o contexto político, entende-se como continuidade, pois era a aceitação democrática de prosseguimento legitimado por eleições, seria fim-

É notório que tempo, no discurso histórico, relaciona-se aos conceitos de continuidade e mudança. Essa situação decorre dos movimentos no tempo, considerando que esses podem começar, continuar ou terminar ou, ainda, em relação à variação do movimento quanto à duração. Com base nessas premissas, verifica-se que início e fim correspondem à mudança e duração, por sua vez, refletem continuidade. Nesse sentido, as metáforas gramaticais realizadas por processos (temporais) figuram como mais um recurso para representação temporal nos gêneros históricos.

7.1.5 *Participante como elemento temporal e outros recursos do grupo nominal*

Inicialmente, propõe-se a análise de uma oração, em que ocorre a expressão de tempo representada por meio de um Participante. O tempo desempenha um papel importante como participante do processo de pensamento, estabelecendo uma relação probatória entre a narrativa, que consiste em eventos ocorridos ao longo de um período, e a eventual avaliação do autor. É muito comum que essa estrutura se realize em sentenças relacionais, contudo há outras como também verificado a seguir:

(31) (...) *houve um período favorável para a economia brasileira.*

(32) *Um gerente da loja dirigiu-se a um menino negro e adotado, de 7 anos, dizendo que ele não poderia ficar no local.*

(33) *Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.*

(34) *O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado e com dificuldades de aprovar ajustes nas contas públicas.*

Em (31), a oração existencial tem o Processo *have*, seguido de Existente *período*, que traz a acepção de uma noção histórica de delimitação indefinida. Em (34) o grupo nominal *o primeiro ano do segundo mandato de Dilma* tem três referências temporais: Participante tem em seu núcleo um substantivo (*ano*), que também denota um recorte temporal, porém definido. Além desse fato, há dois Numerativos - *primeiro* e *segundo* – que acompanham o núcleo da Meta, pois há uma oração com voz passiva, construindo uma organização associada à ordem.

Por último, em (32) e (33) há grupos nominais - “um menino negro e adotado, de 7 anos” e “o pleito de 1994”, complementados por um Qualificador (Halliday; Mathiessen, 2014, p. 394), ligado ao seu núcleo por meio da preposição *de*, seguido de um numeral, informando a idade cronológica dos participantes e a identificação de um processo político.

Essa característica, em (32), apesar de não ser nuclear, reforça informações relacionadas à compreensão do campo, em que situa o enunciado, pois os traços identitários enfatizados – *negro* e *adotado* – do participante *menino* situam-no como uma pessoa pertencente a grupos minoritários, ainda, em sua infância (dado explicitado pelo Qualificador), mobilizando ações, crenças e sentimentos do leitor. em

um processo meronímico de parte-todo, ou seja, a informação é relativizada pela faixa etária (infância, adolescência, fase adulta e velhice)

Por outro lado, em (33), o Qualificador remete a uma localização temporal de uma eleição presidencial, caracterizando uma realização temporal incongruente, em que a circunstância é realizada por uma ideia de composição relacionada a um parâmetro, no caso um mandato presidencial, cujo processo possui diversas etapas como campanha eleitoral, eleição, governo de transição, diplomação, posse. Na situação analisada, a identificação do processo eleitoral específico é o pleito.

Para finalizar, essa abordagem vê o tempo como um elemento ativo no pensamento. O tempo como elemento do Participante, em função nuclear ou periférica, de acordo com Coffin,

desempenha um papel nos seus processos de pensamento, combinando evidências narrativas de eventos históricos com eventuais julgamentos. A adoção desta perspectiva alinha-se com a linguagem da ciência utilizada por Halliday (1993b, p. 2). 61). [...] Considerar o tempo como participante desse contexto revela um dos principais métodos do historiador. Envolve o uso de eventos passados como evidência para fundamentar ou provar julgamentos sobre um povo ou um determinado período de tempo (Coffin, 2000, p. 171-172).

7.1.6 Tempo como ente técnico do conhecimento especializado

Tempo como ente técnico compõe mais uma estratégia relacionada à construção do conhecimento, no campo da história, soma informações conectadas a datas específicas, incorpora dados contextuais únicos para compreensão do evento em análise. Nesse sentido, compreende-se, nesta pesquisa, que essa medida convoca um enquadramento teórico relativo ao Sistema de IDEAÇÃO.

Disposto esse introito, passa-se ao tratamento dos excertos selecionados:

(35) Segundo o Censo 2010 do IBGE, 817.963 pessoas declararam-se indígenas, representando 305 etnias. A maior parte concentra-se no estado do Amazonas.

(36) Como previa a Constituição de 1988, as eleições ocorreram em dois turnos.

(37) Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.

Antes de abordar essas expressões nas perspectivas das relações taxonômicas, novamente, reforça-se que o grupo nominal presente em (35) e (36)⁶² tem seu sentido expandido pelos Numerativos de 2010 e 1988. Nesse caso, a localização temporal localiza esses entes em um marco temporal, tornando-os únicos. Assim, as Constituições de 1824, de 1967 e de 1988 carregam conformações contextuais muito distintas, refletidas nas práticas discursivas que as envolveram. Em (37), por outro lado, o grupo nominal Nova República tem o Ente República acompanhado pelo Epíteto Nova, demonstrando uma representação experiencial registrada pelos historiadores para denotar rupturas de momentos históricos diferentes.

Embora a avaliação anterior seja relevante, entende-se que a centralidade dessa discussão se concentra na formalização de vocabulário específico, que se associa ao conhecimento especializado (Martin; Rose, 2012), presente no discurso histórico. Tal opção se apoia na certeza de que o domínio de um universo taxonômico constitui uma senha para o êxito escolar.

Portanto, compreender que são entidades, nos termos de Martin, abstratas e formam um vocabulário técnico vigente em ciências como a Economia, a Biologia ou a Linguística, aludindo a conceitos abstratos apresentados no Quadro 28 - como inflação, metafunções e genes – é um passo relevante para compreender como se dá o acesso ao currículo. Assim, explorar os conceitos de Nova República, no campo da História; Censo 2010, no campo da Geografia e Constituição de 1988 nos campos da História, da política e da justiça pode tornar-se um conteúdo escolar, em práticas de salas de aulas, pois sua compreensão demanda explicações no ensino formal, escolar, ainda que essa entidade semiótica, por sua vez, possa ser referenciada em qualquer campo.

7.2 Causalidade

Apesar de ser um conceito aprendido, nas experiências cotidianas, Halliday e Matthiessen (2014, p. 320) informam sucintamente que o “elemento circunstancial de Causa interpreta a razão pela qual o processo é realizado”. Nesse sentido, as relações de causa constituem temas para estudo em várias abordagens científicas. Em uma

⁶² No *corpus* gerado para microanálise, esse grupo nominal aparece 7 vezes, ora como Participante ou elemento periférico de seu grupo nominal, ora como Circunstância. Em virtude de o interesse aqui ser semântico, optou-se apenas por expor uma ocorrência, pois o sentido atribuído seria o mesmo.

perspectiva discursiva, interessa compreender a ação de recursos lógico-semânticos em sua construção, como também de que maneira elementos contextuais podem interferir.

Algumas pesquisas acerca do discurso histórico, de acordo com a abordagem sistêmico-funcional, revelaram que o sentido de causalidade pode ser realizado por outros recursos, os quais são reconhecidos como ocorrências 'incongruentes' ou 'metafóricas', nessa perspectiva, além dos tradicionais conectores. Nesse sentido, é relevante reconhecer que a ampliação de estudos sobre esse escopo, a respeito de formas léxico-gramaticais, constitui fornecimento de recursos norteadores para letramentos críticos, na área da história escolar.

Reitera-se que, nesta seção, expõe-se a análise de emprego de recursos de causalidade nos textos selecionados para essa microanálise, de acordo com as categorias expostas na seção 3.6. Essa opção epistêmica distancia-se do modelo tradicional de ensino, dominante, ainda, de língua portuguesa na Educação Básica e em outros espaços educacionais. Sua centralidade conceitual se ancora na gramática tradicional, que “resiste” a uma ampliação analítica, baseada em outros conhecimentos, derivados da Semântica, da Pragmática, da Análise de Discurso e de outras abordagens linguísticas. Tal posicionamento implica reconhecer que a causa pode estar representada por funções gramaticais para além das orações subordinadas adverbiais de causa e de adjuntos adverbiais de causa, conforme o tradicionalismo gramatical.

Antes, contudo, de proceder à análise, apresenta-se a distribuição de ocorrências de causalidade, em cada um dos textos selecionados, identificados como LD1T12, LD2T13, LD3T7... LD5T24, correspondendo um texto para cada um dos gêneros - relatório descritivo (RD), relato histórico (RH), relato histórico explicativo (RHE) e exposição (EXP) – no Quadro 29. Por fim, inicia-se a exposição analítica, que se baseia em estudos propostos por Coffin (2006), com base na Semântica Discursiva apresentada por Martin (1992), somada às contribuições de Rose (1993), Garcia (2015), Neves (2016), Oteíza (2009), Oteíza; Leiva (2022; 2023).

Quadro 29 - Ocorrências de recursos de causalidade no corpus selecionado para microanálise

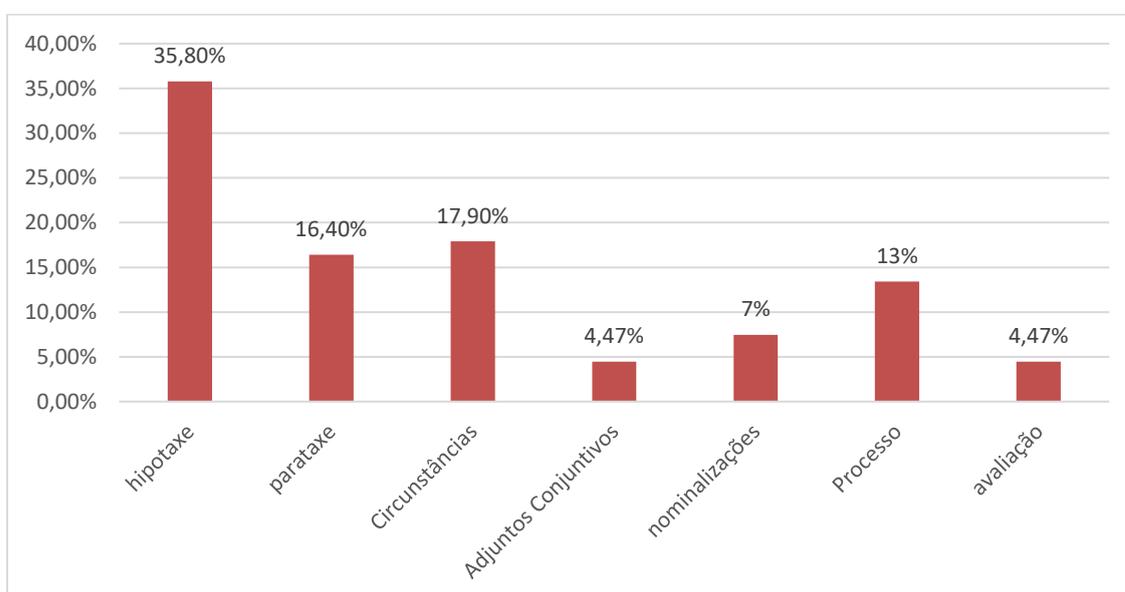
Gêneros		LD					RH					RHE					EXP					
CAPÍTULO		LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	LD1	LD2	LD3	LD4	LD5	
TEXTO		T12	T13	T7	T11	T25	NT	T13	T7	T14	T7	T6	T7	T23	T12	T23	T14	T18	T28	T32	T24	
Categorias semânticas/ Recursos da léxico-gramática	Causalidade -habilitação/ determinação	Orações hipotáticas										2	1	4	4	4		4	1		4	
		Parataxe (com conectivo)			3					1					2	1						
		Parataxe (justaposição)												3			1					
		Circunstância de causa		2					2	1			1	2	1		1		1			1
		Adjunto conjuntivo											1		1							
		Processo causal											1	1	4				1		1	
	Causalidade abstrata	Nominalização		1						1							3					
	Dedução da importância histórica	Adjunto conjuntivo interno														1						
		Processo causal interno																1				
	Avaliação da causalidade										1		1						1			

Fonte: Oliveira, 2024

Como se observa no Quadro 29, nos relatórios históricos explicativos, há mais da metade das ocorrências de recursos de causalidade, seguidos de textos expositivos, ao passo que relatórios descritivos e relatos históricos prescindem de tais recursos. Certamente, tal evidência não causa nenhum estranhamento, pois é natural que textos mais explicativos ou persuasivos demandem a exploração de elementos léxico-gramaticais e de estratégias retóricas que o expressem, como sintetiza Coffin (2006).

Em relação aos recursos utilizados, apuraram-se os seguintes resultados, resumidos no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Resultado percentual de ocorrências de recursos de causalidade



Fonte: Oliveira, 2024

Percebe-se que 53,7% de ocorrências sucedem em complexos oracionais, sendo as relações hipotáticas predominantes. As Circunstâncias, por sua vez, relacionadas aos recursos causais figuram em segunda posição. Essa constatação evidencia que a realização desses elementos, majoritariamente, se dá por meio de recursos devidamente explorados como a realização por meio de complexos oracionais e de Circunstâncias.

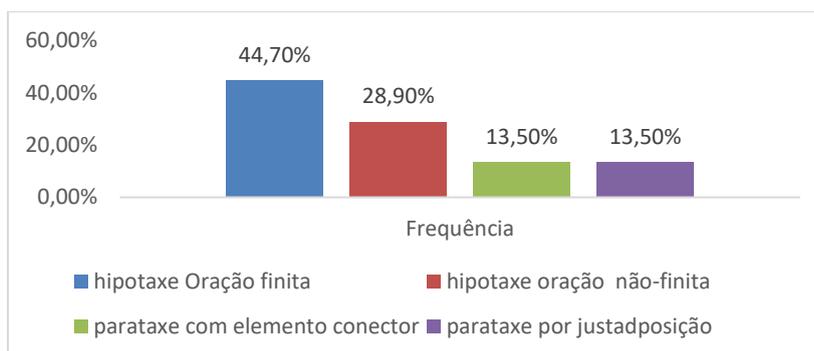
Mesmo reconhecendo a diversidade de realizações para expressar causalidade no discurso histórico, optou-se, devido à maior incidência de ocorrências, por explorar os complexos oracionais hipotáticos na seção 7.2.1.

7.2.1 Causalidade nos complexos oracionais

As relações lógicas de causa e efeito incluem conceitos, que se estendem desde o senso comum até uma perspectiva filosófica. A análise pretendida, neste trabalho, considera aspectos relativos ao sentido, mas se origina na abordagem linguístico-discursiva, baseada nos princípios da LSF. Considerando a realização congruente, destacam-se as Circunstâncias como elemento de uma oração e a interligação entre orações, nos complexos oracionais, por meio de conectores.

Nesta pesquisa, observou-se que os complexos oracionais⁶³ figuram como uma manifestação recorrente de realização de construções causais, em virtude da própria natureza do texto, pois esse trata de um gênero verbal escrito. De acordo com essa abordagem, verificou-se a seguinte distribuição desses complexos oracionais, no *corpus* selecionado para microanálise.

Gráfico 4 - Frequência de complexos oracionais



Fonte: Oliveira, 2024

Nesta subseção, analisa-se a formação desses complexos, por meio de hipotaxe, em orações finitas e não finitas, e de parataxe. No primeiro caso, os complexos oracionais possuem conectores, especialmente, conjunções; no segundo, por outro lado, há ausência desses e os verbos se encontram em suas formas nominais.

⁶³ Como se sabe, as orações estabelecem conexões, constituindo estruturas que, na abordagem da LSF, são referidas como complexo oracional. As orações presentes em um complexo oracional podem manter uma relação de hipotaxe (subordinação) ou de parataxe (coordenação). No caso da hipotaxe, observa-se a distinção entre a oração independente ou dominante (principal) e a oração dependente (subordinada). Já no contexto da parataxe, as orações envolvidas são designadas como independentes (coordenadas). Adicionalmente, há um tipo de oração que não se vincula diretamente a outra oração, mas sim a um grupo dentro de uma outra oração, conhecida como oração encaixada.

7.2.1.1 Complexos oracionais hipotáticos – causa

Para constituir a definição de causa, geralmente difundida no senso comum partilhado socialmente, Martin (1992, p. 193-4) indica que tipicamente essa definição responde à pergunta Por quê?, indicando condições necessárias para conexão entre os eventos (Coffin, 2006). Contudo, acrescenta ao sentido experiencial, muitas vezes intuitivo para o falante, uma noção acrescida da metafunção interpessoal, relativo à modalização. No caso das orações causais, há a presença do caráter obrigatório, próprio ao construto da modulação⁶⁴, pois a causa determina o efeito.

Somando-se à visão do autor supracitado, Neves (2016) adverte que as orações hipotáticas causais podem classificar-se quanto aos domínios de conteúdo, epistêmico e de atos de fala. No primeiro caso, envolve a relação de coisas que se estabelecem no mundo real; no segundo, estabelece relação entre fatos possíveis. No nível da proposição, relaciona-se às crenças do falante, ao passo que, no último, a relação é estabelecida no nível dos atos de fala.

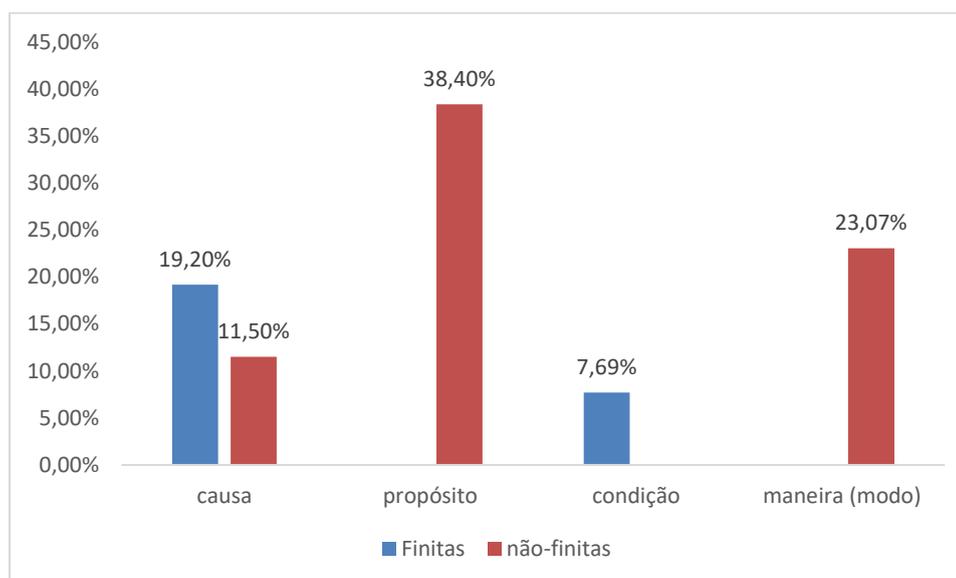
Nesse sentido, a análise proposta de orações finitas concebe os estudos de Martin (1992) sobre o sistema de Conexão⁶⁵, como ponto de partida. Neles, expressões de causalidade podem interligar-se às relações consequenciais externas, que constituem sequências de atividades próprias ao campo, além de serem constituídas pela estrutura experiencial de causa-efeito⁶⁶. Nesse contexto, determinam-se as categorias de causa, maneira, propósito e condição, as quais são abordadas nas subseções seguintes se encontram distribuídas, conforme o Gráfico 5.

⁶⁴A modalidade descreve os mecanismos interpessoais responsáveis pela transmissão de significados relacionados à avaliação do emissor/escritor. Em consonância com Halliday e Matthiessen (2014), esse recurso pode aparecer como provável ou improvável no caso de propostas, e como desejável ou indesejável no caso de propostas. Modulação, por sua vez, expressa graus de obrigação para seguir ordens ou inclinações e disposição para aceitar ofertas pessoais.

⁶⁵ Em *English Text: system and structure*, Martin enuncia os princípios de uma Análise de Discurso ancorada em extrato superior à léxico-gramática, propondo alguns dos Sistemas Discursivos, os quais foram complementados posteriormente. Considerando a relevância desses estudos, utilizam-se princípios de sua organização. Contudo, a análise, nesta pesquisa, centra-se em grande parte na terminologia e abrangência da léxico-gramática.

⁶⁶ Garcia (2015, p. 237) faz distinção entre causa e efeito e razão e consequência. Para o autor, fatos e fenômenos físicos constroem causa e formam efeitos, ao passo que atos e atitudes praticados pelo homem constituem razão e determinam consequências. Contudo, neste trabalho, utiliza-se a nomenclatura oriunda da perspectiva da LSF, pois ela agrega mais que separa, contribuindo para apreensão do sentido amplo de causalidade presentes em textos.

Gráfico 5 - Frequência de orações hipotáticas de causa



Fonte: Oliveira, 2024

De acordo com o gráfico anterior, a realização expressa por causa representa 19,2% em orações finitas e 11,5% em não finitas. Observem-se os casos a seguir referentes a orações finitas:

(38) *Estamos todos no mesmo barco, porque a cultura é a mais importante.*

(39) *Por isso que o mundo inteiro se manifestou, porque muitos países viram que o que se passou na França diz respeito à liberdade de expressão do mundo inteiro[...].*

(40) *Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.*

(41). *Nessa época, prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.*

(42) *Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição.*

Em (38), (39), (40), há orações, que compõem o complexo oracional, ligadas pela conjunção *porque*⁶⁷. Esse conector tipicamente compõe uma relação hipotática,

⁶⁷ As relações causais podem ser introduzidas por distintos conectores, tais como *porque*, *desde que*, *como*, que e sua seleção conecta-se à posição da relação de causa em relação à oração dominante em virtude da distribuição de informação entre as orações do complexo oracional.

embora também possa estar disposto em orações paratáticas, e inicia orações dependentes pospostas a orações dominantes, como aconteceu nos casos acima. Construindo orações hipotáticas de expansão por realce de causa, nos casos em tela, nota-se uma relação evento-causa. As orações, imediatamente anteriores às orações dependentes sublinhadas, representam os eventos, portanto, essas últimas apresentam a causa.

Em (38) e (39), conforme defende Neves (2016), a relação causal se dá, no domínio epistêmico, o qual resulta da junção entre uma crença, como acontece em (38), pois a importância da cultura como uma condição preenchida para estar no mesmo barco não é universal, ela é produto de uma visão de mundo reproduzida pelo autor do texto. Em (39), por outro lado, a relação causal se refere a um movimento de conclusão e sua causa, determinado novamente pelo autor, uma vez que a manifestação mundial necessariamente pode não decorrer da compreensão de que o fato ocorrido na França seja a representação do que poderia acontecer mundo afora, trata-se de uma implicação vislumbrada pelo autor. Observa-se, nesses casos, que se estabelece uma relação entre argumentos, de acordo com o ponto de vista do autor. Dessa forma, um fato não real se associa a outro fato real, mas a uma expectativa.

Acrescente-se à análise que a relação causal supõe uma sequência temporal (Rose, 1993; Neves, 2016), em que um evento é previsível por seu anterior. Rose (1993, p. 46-47) destaca que, em relações hipotáticas, as orações podem desenvolver um raciocínio para frente ou para trás no tempo, afetando a apresentação da relação de causa e efeito. Em (38) e (39), expõem-se inicialmente os efeitos seguidos de suas causas, mantendo-se essa relação de causa[^]efeito, no entanto a apresentação do raciocínio, por meio da organização discursiva, encontra-se invertida.

Em (40), por sua vez, há também uma oração hipotática de expansão por realce de causa, nota-se uma relação evento-causa, contudo, nessa situação, há a situação que tipicamente se divulga acerca de textos históricos, a causalidade se constrói entre eventos, de modo em que um é causa de outro, constituindo essa relação de causa e efeito. Essa escolha, de acordo com Neves (2016), postula o domínio do conteúdo, envolvendo dois estados de coisas relacionados ao mundo experiencial, pois a ocupação das ruas está condicionada à instauração da democracia.

Em (41) e (42), a análise pressupõe que os conectores *pois, já que* podem construir orações causais. De outro modo, concebe-se aqui, como mais importante o

valor semântico expresso, há denotação de causa expressa, novamente, em uma oração hipotática de expansão por realce de causa (Halliday; Matthiessen, 2014).

Em (41), a partícula causal *pois*, em conformidade com a argumentação de Garcia (2015, p. 81), expressa que a causa é notória e sua ocorrência aponta uma relação frequente e conhecida. No fluxo argumentativo do texto, concebe-se que um fato acarreta outro, ou melhor, uma ideia. Nesse caso há dois aspectos que podem ser considerados: primeiro, a premissa “incontestável” de que a existência da democracia se dá de maneira plural. Sua manifestação extrapola o processo eleitoral por meio de votação, supondo que essa seja uma concepção aceita e conhecida pelos cidadãos, ao formalizar um preceito valorativo acerca do conteúdo presente no enunciado. Em segundo lugar, há a opção de o autor representar como ideia e não como evento, abandona o estado de coisas, a esse respeito Neves declara:

O fato de as construções de causa envolverem, em geral, a verbalização de fatos possíveis ressalta, então, que as construções em estudo abrigam formulações linguísticas que os falantes optam por representar como ligadas por uma vinculação causal, e não estados de coisas relacionados por causa. A relação que se estabelece nas camadas mais altas é mais frouxa e corresponde àquelas formas de relação causal que tradicionalmente foram rotuladas de "coordenadas explicativas" (Neves, 2016, p. 135).

Como se percebe, o mundo experiencial ajusta a relação causal a uma instância superior, na qual o discurso é o elemento de interação para construção da realidade, transformando esse estado de coisas em um fato possível.

Ao lado de ocorrências hipotáticas finitas, também podem ocorrer realizações de orações não finitas, nos complexos oracionais, para expressar a ideia de causa como nos casos abaixo:

(43) *Essas organizações tiveram um importante papel, divulgando em todo o território nacional materiais didáticos informando sobre a participação dos cidadãos na elaboração da carta constitucional e sua importância na configuração do futuro do país.*

(44) *Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada, gerando enorme descontentamento.*

(45) *Collor foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos.*

Em (43), (44) e (45), no complexo oracional, as sentenças em destaque são classificadas como hipotáticas não finitas de expansão por realce de causa (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 476-478). Diferentemente dos casos anteriores, as sentenças dispensam um conector e as formas verbais estão conjugadas na forma nominal de

gerúndio. Garcia (2015, p. 79) informa que, geralmente, tal configuração tem valor causal.

Em (43), há a construção de causa pela junção de evento-causa como se observa no Quadro 30:

Quadro 30 - Realização de oração não finita evento-causa

realização	Oração dominante (evento)	conector	Oração hipotática dependente (causa)
Não finita	<i>Essas organizações tiveram um importante papel</i>		divulgando em todo território nacional materiais didáticos
Finita	<i>Essas organizações tiveram um importante papel</i>	porque	divulgaram em todo território nacional materiais didáticos

Fonte: Oliveira, 2024

A oração dominante “*Essas organizações tiveram um importante papel*” representa o evento e a hipotática não finita representa a causa, conforme se constata, ao apresentar uma oração finita equivalente⁶⁸. A oração hipotática não finita “divulgando em todo território nacional materiais didáticos” compõe uma relação causal implícita (Martin, 1992, p. 183-184).

Em (44) e (45), diferentemente, há a disposição evento-consequência como se observa no Quadro 31.

Quadro 31 - Realização de oração não finita evento-consequência

Complexo oracional	realização	Oração dominante (evento)	conector	Oração hipotática dependente (consequência)
(44)	Não finita	<i>Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada</i>		<u>gerando enorme descontentamento</u>
	Finita	<i>Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada</i>	por conseguinte	gerou enorme descontentamento.
(45)	Não finita	<i>Collor foi cassado</i>		<u>perdendo seus direitos políticos por oito anos</u>
	Finita	<i>Collor foi cassado</i>	por conseguinte	perdeu seus direitos políticos por oito anos.

Fonte: Oliveira, 2024

⁶⁸ Concebe-se, neste trabalho, que há diversas formas de expressar a escrita alternativa de um complexo oracional. Optou-se, nos casos em questão, por orações na voz ativa.

Em (44) e (45), as orações dominantes são eventos que funcionam como causa. No primeiro caso, o confisco da poupança da população resultou em descontentamento da população; no segundo, por sua vez, a cassação de Collor produziu como consequência a perda de seu mandato por um período previsto em lei.

Nos casos em tela, mantém-se a relação de causa e efeito, apresentando a complexidade em que as orações podem estar envolvidas. Em (43), acredita-se que haja a predominância do domínio epistêmico, a motivação entre os eventos carrega uma percepção valorativa, ao passo que em (44) e (45), há domínio de conteúdo, a conexão resulta de eventos que se sucedem. Ademais, a respeito de sua ordem em construções causais, é decisiva a escolha autoral acerca da relevância dos eventos. De outro modo, a disposição da causa destacada em posição inicial na sentença confere proeminência à causa (Rose, 1993). Textualmente, produz-se maior impacto apresentar, na posição inicial do complexo oracional, esses fatos que constituem eventos singulares, como a implementação do Plano Collor e a primeira cassação de mandato de um presidente.

Martin (1992) e Coffin (2006)⁶⁹ consideram que orações hipotáticas de causa podem ser manifestadas como sendo de maneira ou modo. Nesse caso, essa classificação expressa um significado interpessoal de modulação, por meio de uma ideia de potencialidade, a qual exprime o meio ou o modo de surgimento de um acontecimento e responde à pergunta “Como?”.

Verificou-se que sentenças causais realizadas como modo são expressas por orações não finitas, totalizando um percentual de 23,07% das ocorrências nos complexos oracionais. A respeito delas, destacam-se os seguintes casos para análise:

(46) No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB, recebendo mais de 55 milhões de votos, e se tornou a primeira mulher a assumir a presidência da república.

(47) Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de impeachment acusando a presidente de ter cometido crime de responsabilidade.

⁶⁹ Coffin esclarece que a distinção entre determinante e habilitadora/potencial, proposta por Martin, aproxima-se da ideia de causação histórica conforme o estabelecimento de suficiência e necessidade. Em suas palavras, “a suficiência refere-se à ideia de que sempre que uma determinada causa (sob a forma de um acontecimento ou condição) surge, então ocorre um determinado efeito. As relações de necessidade, por outro lado, referem-se a uma situação em que uma causa tem de estar presente para que um determinado efeito ocorra” (Coffin, 2006, p. 122).

(48) Além disso, a presidente construiu a imagem de que travava uma "queda de braço" com os políticos corruptos, demitindo ministros e auxiliares próximos acusados de uso indevido dos recursos públicos.

Em (46), (47), (48), verifica-se que as orações hipotáticas não finitas de gerúndio exprimem o modo/meio pelo qual as ações das orações dominantes foram realizadas. Essas orações ampliam a percepção de causalidade porque expressam os requisitos necessários para o cumprimento da ação. Em (46), o alcance da quantidade de votos é uma necessidade para o cumprimento do ritual de vitória eleitoral; em (47), por sua vez, a relação causal de meio é estabelecida discursivamente para que o processo de pedido de impeachment se concretize. Por último, (48) a oração não finita expressa o meio/modo encontrado pela presidente para construção de uma imagem de luta contra os políticos corruptos.

Para finalizar a análise de complexos oracionais de causa, destaca-se que as orações não finitas de finalidade/propósito sucedem em 38,4% das ocorrências da mostra. Tais orações possuem uma característica relevante, de acordo com a abordagem de Martin (1992, p. 194), pois imprimem um sentido adicional de inclinação ou desejo à expressão de causalidade. Essas orações, ainda, encerram a ideia de probabilidade e podem, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p. 485), algumas vezes, expressar a ideia de resultado. Com o intuito de ilustrar a ocorrência dessas orações não finitas de finalidade/propósito, apresentam-se os seguintes casos:

(49) Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra.

(50) Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus. [...].

(51) A criança estava procurando os pais, que estavam na loja para comprar um carro.

Nos complexos oracionais em que as orações dependentes são iniciadas pelos conectores “com objetivo” e “para”, a relação de propósito indica conhecimento prévio do autor em relação ao contexto, permitindo-lhe projetar um desejo anterior à causa (Martin, 1992). Tal recurso se revela significativo, no discurso histórico, pois identifica a visão que o autor tem sobre a realidade e como se construiu a conexão entre os eventos passados e futuros.

7.3 Recapitulação e insights

Após a análise dos dados, constatou-se que os recursos léxico-gramaticais de tempo e causa relacionam-se aos gêneros textuais formadores do macrogênero “Capítulo do livro didático de História”. Os primeiros são mais recorrentes em relatos históricos e os últimos em relatos históricos explicativos.

Acerca da expressão de tempo, predominaram as Circunstâncias, que ocorreram em posição inicial; por outro lado, orações hipotáticas finitas figuraram no fim do complexo oracional. A respeito da relevância da posição das Circunstâncias, Neves (2016) pondera que esses recursos, em posição inicial, constituem um pano de fundo para o conteúdo enunciado no complexo oracional, contudo remetem apenas ao elemento anterior, em caso de posposição.

Para encerrar, destaca-se que a causalidade pode ser realizada por diversos recursos léxico-gramaticais, entretanto centrou-se a análise em complexos oracionais hipotáticos, cujas orações dependentes são finitas e não finitas. Entre as ocorrências, as orações que expressam finalidade/propósito predominaram, indicando potencialidade dos eventos relacionados e revelação de um desejo anterior à causa.

8 CONSIDERAÇÕES

Esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica, sem ela não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado, a inexorabilidade do futuro é a negação da história. (Paulo Freire)

Treio que não poderia iniciar a parte final desta tese de modo mais otimista, recuperando a sabedoria freiriana para rebatizar as crenças daqueles/daquelas que reconhecem e vivenciam o “chão da escola”, espaço de onde ecoa minha experiência. Es-pe-ran-çar é admitir que o tempo ressignifica a luta diária por uma escola de qualidade; é proclamar a necessidade de examinar caminhos para um futuro repleto de significados, em um país que historicamente manteve a subalternização daqueles considerados inferiores, negando-lhes plenos direitos de cidadania; é continuar o bom combate, em universidades, constituindo grupos de trabalho e de pesquisas para contribuir, na arena sociodiscursiva, para que mudanças possam acontecer na educação.

Convicta desse posicionamento axiológico como linguista e professora, reitero a necessidade de esforços para vencer adversidades que assolam a conjuntura educacional no Brasil. É certo que historicamente diversos atores se mobilizaram e mobilizam para sedimentar uma educação de qualidade e universal, por meio de conquistas pontuais e resistências frente à ação política de grupos que, diuturnamente, pretendem subtrair direitos de parte da população. É, nesse cenário, ainda que de modo incipiente, que figura esta tese, uma proposta reflexiva sobre uma das facetas do caleidoscópio da educação, a qual pode ser girada e formar novas imagens e caminhos, sugerindo outras configurações educacionais. De outro modo, esta tese procura contribuir para os estudos sobre gêneros textuais, ao investigar a articulação de causa e tempo no macrogênero “capítulo do livro didático de História”, em livros didáticos para estudantes do 3º ano do Ensino Médio.

Com base nessa ancoragem, resgato a tríade, já apontada na Introdução, que ensejou esses estudos: História, livro didático e gêneros. Considerado o recorte temático restrito ao campo da História como disciplina escolar, não há nada mais normalizado, nas escolas brasileiras, que a mediação do conhecimento histórico recontextualizado, em livros didáticos, e o debate intramuros sobre sua acessibilidade, o qual atravessa a sua conformação relacionada aos gêneros.

Em outras palavras, a despeito do tema em tela, neste trabalho, a realidade ainda projeta um lugar de destaque a manuais didáticos no ambiente escolar. O livro didático é reconhecido como um suporte considerável, destacando sua primazia, quanto maior for a carência estrutural para desenvolvimento das atividades no espaço escolar, além de resistir como instrumento de fácil acessibilidade, em virtude de sua oferta ampla e universal, mediante a outros recursos como mapas, audiovisuais, plataformas, estratégias de gamificação, internet. Contudo, sua limitação se delinea na configuração da autonomia discente, cuja dificuldade se dá em virtude da falta de domínio sobre configuração do livro didático (proposta editorial, atendimento a preceitos legais, diversidade de elementos paratextuais) e da linguagem especializada predominante nesse recurso.

Considerados tais aspectos, reconheço que há desafios epistemológicos em reunir abordagens teóricas distintas e distantes, mas destaco o potencial de uma condição epistêmica que colabore para o diálogo entre os discursos históricos e pedagógicos como defendem Monteiro *et al.* (2014). Tal reconhecimento corrobora a disposição ontológica firmada neste trabalho, na qual a compreensão da realidade atravessa o campo educacional, ao buscarmos mudanças ainda que sejam nas práticas sociodiscursivas.

O sentido e a necessidade dessa disposição surgem de uma luta em estágios, em favor de alunos que podem tornar-se excluídos e marginais a processos sociais, incluindo a própria escola. Junto-me à voz de Maton (2000), para quem o poder e o conhecimento - legitimado institucionalmente na/pela escola - estão entrelaçados por meio das linguagens, constituindo recursos materiais, os quais podem representar reivindicações realizadas pelos atores envolvidos para moldar e manter os campos educacional e intelectual.

Considerando aspectos relevantes para a constituição do macrogênero, alguns são destacados. Em relação à reflexão proposta na questão de pesquisa: “como o macrogênero ‘capítulo do livro didático’ de H’stória articula discursiva e geneologicamente causalidade e tempo?”, há dois olhares relativos à sua estrutura: o primeiro relaciona-se à sua articulação no contexto social, dominante no capítulo denominado macroanálise. Com base nesse pressuposto, reconhece-se a imbricação entre o livro didático e o conhecimento histórico, ou melhor, como esse conhecimento é recontextualizado nesse artefato, sendo inicialmente o poder do Estado moderador das disputas de narrativas incitadas por historicidades assinaladas pelos diversos

atores envolvidos. De outro modo, vale reconhecer que esses objetos históricos, modeladores de elementos culturais, tais como os livros didáticos são renovados conforme percursos políticos e ideológicos dominam a arena sociopolítica.

É, portanto, natural que os conteúdos escolares estejam submetidos regularmente ao calor do debate na esfera pública, desvelando posicionamentos ideológicos e valores sobre sua constituição. No caso da disciplina de História, é muito evidente como a experiência humana situada em cada tempo presente convoca um olhar sobre o passado. Aqui e agora, essa situação é materializada pela regulação estatal, por meio do PNLD, o qual atende aos princípios estabelecidos pela BNCC atualmente, e da excessiva mercantilização do livro didático, associada às práticas de produção, distribuição e consumo. Como ponto de partida, vigora a percepção de que esses fatores se vinculam às críticas inerentes a essas práticas, permanecendo, contudo, o livro didático como instrumento de aproximação do saber legitimado sobre o passado e sua aproximação com o presente.

Esses aspectos merecem ser salientados, pois apresentam uma dissociação aparente. Não é esperado que um material didático a ser utilizado, esteja conformado a um documento ainda em discussão, mas foi isso que aconteceu, a BNCC não tinha sua versão aprovada, mas a edição do PNLD/2018 já contemplava as propostas contidas em sua versão não definitiva, configurando a complexa rede de interesses interligada à reforma do ensino, carregada por esse documento normativo, e as alterações associadas à sua vigência para o Ensino Médio, em virtude da urgência imposta para tal aprovação.

Nesse sentido, em 2016, época do edital relativa a essa edição do PNLD, já vigorava a segunda versão da BNCC, em discussão, impelindo uma aposta das editoras acerca do horizonte que se delineava sobre uma proposta curricular, sem alcançar a reformulação, pela qual passou essa etapa da Educação Básica. É inusitado que esses livros didáticos declarem compatibilidade com um documento em elaboração a despeito da prevalência das DCNEM como elemento norteador. Tal fato é a evidência da configuração das práticas discursivas envolvidas na circulação desses gêneros, além de apresentar o papel regulador do Estado.

Nessa ocasião, foi comum que viesse estampada, nas capas dos livros didáticos, a conformidade das obras à BNCC, ou seja, elas estampavam uma figura, na qual o conteúdo e a abordagem pedagógica estavam adequados a esse documento normativo, oportunizando que 60% das obras analisadas exibissem essa

informação. Dessa forma, vislumbra-se como eventos recentes influenciaram as condições de produção dessas obras, além de constituírem um item importante de divulgação – a sua necessária atualização – para que se adequassem a um produto desejável e se enquadrassem nas condições de consumo no ambiente escolar, gerido por regras de mercado, pois “o novo sempre vem” como evoca o poeta.

Em vista disso, essa configuração se tornou um evento único, pois a BNCC só vem a ser homologada em 2018 para a etapa do Ensino Médio, sendo essa edição do PNLD a última antes do Novo Ensino Médio (NEM). Verificou-se, portanto, nesta macroanálise, que o livro didático trouxe, na sua estruturação genérica, esses elementos conforme regramento legal: contemplação de conteúdo das disciplinas, orientada por DCNEM, BNCC, atendida por autores e editoras; apresentação material dos livros; conformação do macrogênero “capítulo de livro didático” a tendências didáticas, por meio de um esforço de contextualização, o qual favorece a conexão entre passado e presente em sua etapa de Abertura.

Considerados esses fatores externos, vale ressaltar que o conhecimento histórico é explorado em uma perspectiva cronológica, prevalecendo a apresentação de eventos pontuais em datas absolutas, em uma sequência temporal linear, talvez como herança de um modelo de ensino que sobrevalorizava a memorização de eventos marcados pelo tempo. Os conteúdos selecionados enquadram-se em abordagens temática e integrada referentes ao ensino de história, muito demarcadas por elementos paratextuais, como as seções distribuídas ao longo do capítulo.

Ainda, resta ressaltar que a história compõe um campo do saber especializado, baseado no domínio de expressões específicas como “Constituição cidadã”, “eleições diretas”, “*impeachment*”, ainda que a conceitualização não seja tão técnica. Contudo, a abstração alcançada pelo uso de recursos linguísticos, como as metáforas ideacionais, alça o acesso a esse conhecimento a outra esfera, pois demanda domínio de leitura e escrita acima da média alcançada por estudantes brasileiros. Tal realidade comporta uma entrada para um sistema de exclusão, próprio ao contexto escolar, ao impossibilitar que todos os alunos vençam essa etapa, a despeito de seu histórico escolar. Portanto, o domínio da linguagem predominante em textos escolares que abordam o conhecimento científico recontextualizado é um recurso muito importante para acesso a esse conhecimento especializado.

O segundo aspecto enseja a apreensão sobre a instanciação do macrogênero “capítulo de livro didático de História” quanto à sua composição. Ele reúne, na

concepção assumida nesta tese, basicamente três etapas: Abertura, Abordagem temática e Bloco de Atividades. É esperado que seja um modelo como esse, pois um capítulo do livro didático deve reunir conhecimentos julgados relevantes acerca de um conteúdo, estabelecendo a conexão com o universo discente, explicando-os e depois sistematizando-os. Dessa forma, a etapa de Abertura contemplou o ponto de partida para abordagem do conteúdo associada ao uso de recursos semióticos, além da linguagem verbal; a Abordagem temática, por sua vez, apresentou a profundidade do conteúdo explorado na unidade e o Bloco de atividades não foi analisado por motivos já expostos.

A Abertura, em sua fase contextualização, predominantemente, estabelece a conexão entre o universo temático e o estudante, podendo abordar um problema social relevante para os tempos atuais – corrupção, moradia, questões indígenas e violência - como aconteceu em 80% dos capítulos analisados. Em virtude da natureza dessa opção, não há destaque para o elemento temporal muito demarcado porque a pretensão é descrever uma situação ou suscitar uma reflexão por meio de gêneros como relatório descritivo ou exposição, respectivamente. Houve ainda tratamento por meio de recursos multimodais como a fotografia ou o gênero charge remetendo para um tempo mais atual ao tratar de problemas de moradia ou condições dos povos originários. Portanto, o relato de eventos passados não prevalece nessa etapa, havendo apenas um relato histórico em uma das obras. No entanto, na fase denominada introdução, houve preponderância de fatos situados temporalmente, constituindo o ponto de partida dos eventos narrados, por isso só há relatos históricos e relatos históricos explicativos.

Na etapa Abordagem temática, há circunscrição do período histórico demarcado. No *corpus* analisado, o processo de redemocratização, estabelecido após os governos militares instituídos, por meio do golpe civil-militar, pode incluir eventos relacionados às conquistas resultantes do movimento Diretas Já e variar no ponto de seu término, incluindo ou não o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Observa-se que há uma sequenciação de eventos, que são tomados como estáveis e imutáveis; alguns pontuados em datas específicas e outros delineados como problemas que convocam o aluno para uma reflexão ou posicionamento, permitindo que essa visão sobre os fatos seja percebida na instanciação dos gêneros nesse macrogênero.

De acordo com princípios derivados da abordagem proposta por Martin para macrogênero, observou-se que o capítulo do livro didático foi identificado como o tal, pois sua organização contém mais de um gênero textual, nessa perspectiva. Apresenta, em seus textos, a descrição do período histórico, por meio de uma sequenciação predominantemente linear dos eventos, como se cada um constituísse uma parte da história somada a outra, além de trazer textos que expliquem noções de economia, sociologia, política ou que questionem determinados acontecimentos. Constatou-se que cerca de 75% dos textos são gêneros elementares que relatam, descrevem ou avaliam eventos específicos.

De um modo geral, tais gêneros compõem uma estrutura de série univariada por meio de expansão. Essa descrição deriva das propriedades fractais da linguagem, ou seja, os princípios que organizam uma oração, um complexo oracional, que podem ser aplicados a um texto para composição de um gênero ou um macrogênero. Desse modo, verificou-se que os textos compõem o macrogênero por meio de complexificação, estando interligados por uma relação de interdependência. Como os gêneros estão intimamente relacionados ao contexto, sua estrutura atende a demandas da dinâmica escolar, que geralmente divide conteúdos, associados a cada gênero, atendendo aos objetivos do plano de aula docente.

Esta pesquisa para alcançar seu objetivo principal, já enunciado, necessitou mapear os gêneros instanciados nos macrogênero “capítulo do livro didático de História”. Como se sabe, os gêneros da disciplina de História buscam descrever, relatar, explicar ou avaliar eventos históricos para reconstrução do passado. Tais propósitos comunicativos foram realizados, respectivamente, por meio de relatórios, relatos (históricos e históricos explicativos), explicações e exposições predominantemente. Contudo, em menor frequência, outros gêneros são instanciados como explicações fatoriais e consequenciais, biografias.

Tal ocorrência era presumível, pois os eventos são reconhecidos por sua localização temporal, os relatos históricos e relatos históricos explicativos representaram 49,6% dos textos descritos em suas etapas e fases, sendo os primeiros com 14,8% e os últimos com 34,8%. Nesse contexto, os relatos históricos explicativos aparecem em maior quantidade, denotando a presença do caráter causal, somada à apresentação cronológica dos eventos. Observa-se que essa característica se relaciona às recomendações de normatizações educacionais e da própria historiografia, que sugerem a causalidade como uma estratégia para um ensino mais

crítico. As exposições, por fim, aparecem, quando há o propósito de refletir sobre situações que demandam um posicionamento crítico a respeito de subalternização de pessoas, exploração do trabalho, expressão de preconceito e violação de direito à saúde, à educação, à moradia, à segurança etc.

Menos comum, na literatura revista para este trabalho, os relatórios computaram o surpreendente percentual de 14,07% dos textos. Entende-se que tal fato se deu, hipoteticamente, porque o livro didático apresenta novos conteúdos, às vezes, necessitou-se expor leis (fragmentos da Constituição, artigos da lei Maria da Penha) ou, ainda, porque os autores entenderam que determinados temas constituem situações atemporais como os desafios sociais existentes na sociedade atual, representando um raio-x ou uma fotografia da realidade. É preciso notar que tal encaminhamento pode incorrer em uma percepção alienadora, pois ignora que os eventos são indissociáveis da conjuntura social, portanto se interrelacionam. Nesse contexto, a mediação docente é essencial para desfazer a falsa impressão sobre essa aparente situação, sendo preciso evidenciar que a realidade é produto de ações humanas e se deve recuperar um tempo simbólico naquela representação.

Outra questão desdobrada buscou compreender como a articulação de causalidade e tempo, construída no estrato da léxico-gramática, relaciona-se aos gêneros que compõem o macrogênero "capítulo de livro didático" de História. A análise sobre essas categorias foi apresentada no capítulo denominado Microanálise, sustentado em um recorte das representações dos gêneros predominantes. Verificou-se que esses elementos – tempo e ideia de causa e efeito – tornam-se traços característicos para determinação tipológica, já que sua presença ou sua ausência pode associá-los a um ou outro gênero.

Em relação ao tempo, no caso da disciplina de História, prevê a BNCC que sua compreensão é significativa e pode assumir significados distintos, incorporando inclusive dimensões simbólicas e abstratas, além da tradicional dimensão cronológica. Percebe-se que a maioria dos textos, traz informações temporais pontuais, por meio de Circunstâncias em posição inicial, de modo que outras formas constituem pouca recorrência. Essa forma privilegia a data como elemento primordial sobre o evento. Além desse aspecto, comumente indicam mudanças de fases nos gêneros relatos históricos e relatos históricos explicativos.

Por outro lado, outras realizações de recursos de tempo são possíveis. Como o caso de orações hipotáticas com conjunções temporais, estabelecendo relações

externas; Adjuntos conjuntivos construindo a organização interna do texto e elementos temporais como constituintes de Participantes.

A causalidade, por sua vez, é entendida como um recurso que deu origem a um fato. Em relação à sua expressão, constatou-se que ocorreram predominantemente em complexos oracionais, indicando sentidos de causa, maneira e finalidade nos relatos históricos explicativos e exposições.

Curiosamente, nos complexos oracionais formados por hipotaxe, há preponderância de orações propositivas ou finais, a despeito das orações causais, configurando um aspecto muito representativo e significativo. Orações finais indicam que a consequência ou efeito relacionado a uma causa é desejado (Martin, 1992; Garcia, 2015), apresentando uma inclinação relacionada ao efeito. Tal decisão implica algum resultado na concepção histórica dos fatos, pois torna o livro didático um veículo de sistema de valores, partilhado pelos autores.

Ao mesmo tempo, optar pela representação de relação de causa e efeito que “despreza” a conexão entre um evento e outro em um mundo real, que poderia ser realizada, nos textos, por uma oração causal, por exemplo, indica que o distanciamento do autor, propiciado pelo presente para relatar, explicar ou problematizar o passado, permite um processo de seleção de informações, para constituição de uma versão histórica da realidade. Nesse sentido, a falta de uma clara conexão entre eventos sugere o exercício de controle social. Por meio da inclinação conectada ao efeito, como assegurou Bernstein (1971), a forma como uma sociedade seleciona, categoriza, distribui, comunica e avalia o conhecimento, para fins educacionais, reflete a distribuição de poder dentro da sociedade.

Embora o estudo deste trabalho tenha se concentrado no discurso histórico, materializado no livro didático, as análises acerca dos recursos léxico-gramaticais investigados podem ocorrer em outros campos, sugerindo a relevância dessa compreensão. Afinal, entender como o tempo constitui um elemento de organização social e a causalidade se insere no discurso para estabelecer conexão entre eventos constitui uma ferramenta riquíssima para o desenvolvimento de uma consciência linguística crítica ou o domínio de saberes especializados.

Para alcançar a dimensão reflexiva augurada por esses saberes, condições de letramento, nesse contexto, ensejam uma progressão no domínio de estruturas gramaticais e interpretação de texto alcançada, teoricamente, ao final do Ensino

Médio, conforme prevê o currículo. No entanto, o atingimento dessa meta perpassa problemas educacionais históricos, que extrapolam aulas de Português ou História.

Nesse sentido, muitas demandas emergem desse sistema educacional, cabendo a linguistas alguma parte nesse processo. Há, portanto, algumas mudanças, já acompanhadas e constituidoras de lutas, em nossa área, que precisam ser encaminhadas: como ponto de partida, primeiro a necessidade de uma revisão em relação ao conteúdo de português; segundo a preparação de materiais que possam ser aplicados por esse domínio e o terceiro, compartilhamento dessas informações com docentes de outras áreas.

Embora não se possa dimensionar o alcance de qualquer trabalho acadêmico, em virtude da complexidade de cadeias implicadas na sua realização, augura-se que seu término, materializado nesta tese, não seja um fim, mas uma pausa necessária para encontrar meios para sua repercussão, demandando outros papéis aos envolvidos dentro e fora da universidade. Especialmente, em virtude de a atividade de pesquisa, direcionada à educação, necessitar romper as barreiras que a impedem de estabelecer a interlocução com a escola, pois sua provocação nasce lá, devendo, portanto, seus resultados retornarem para esse espaço.

Admite-se, como trabalho futuro, a necessidade de explorar outros aspectos que foram limitados nesta pesquisa, como o caráter intermodal do macrogênero, sua constituição por estruturas multivariadas (incorporação de gêneros) e a exploração dos sistemas discursivos, em um grande universo de possibilidades e combinações. No entanto, todo esse interesse acadêmico deve implicar benefícios para a realidade da sala de aula, por meio de mecanismos que explicitem o percurso de aprendizagem, o domínio de saberes e a produção de materiais didáticos mais apropriados às demandas docentes e discentes.

Por fim, reforço meu sentimento de esperança. Há um horizonte norteador para novos caminhos e etapas, nos quais a educação ocupa a devida valorização na construção de uma sociedade democrática. Acredito ainda na atuação e nos esforços de pesquisadores para liderar grupos de trabalho, especialmente, em teorias que possam fortalecer a emancipação de estudantes e os torná-los protagonistas de suas histórias. Assim, deve guiar-se por projetos que possam, em suas diversas etapas, contribuir para que o poder, advindo de diversos letramentos e/ou do conhecimento formal, seja um fator para efetivar mudanças necessárias ou resistir diante daquelas julgadas desnecessárias. É, nesse cenário, que esse trabalho se soma a outros, que

buscam apresentar alternativas para o ensino, ao constituem um ponto de partida para estabelecer novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

- ABAL, F. C. Um risco para a História: Normalização, revisionismo e reacionarismo. **Revista Hydra**, v. 4, n. 7, p. 50-67, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34024/hydra.2019.v4.9709>
- ACHUGAR M.; FERNÁNDEZ A; MORALES, N. (Re)presentando el pasado reciente: la última dictadura uruguaya en los manuales de historia. **Discurso & Sociedad**, v. 5, n. 2, p. 196-229, 2011.
- ALEXANDRE, M. F. **Representação e legitimação do conhecimento científico e suas áreas de especialidade**: análise crítica de entrevistas com cientistas portugueses. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7256>
- ALEXANDRE, M. F.; CAELS, F. Portuguese discover, the others invade: Evaluating historical events in History textbooks in Portugal. *In*: CONFERÊNCIA CRITICAL APPROACHES TO DISCOURSE ANALYSIS ACCROSS, 7., 2018. **Apresentação** [...]. Disciplines, 4-6 julho, Aalborg University, Dinamarca.
- ALEXANDRE, M. F.; CAELS, F. Investigação sobre o discurso da História em Portugal: Um ponto da situação. *In*: SILVA, P. N.; PINTO, A. G.; MARQUES, C. M. G. H. C. **Discurso Académico**: Conhecimento disciplinar e apropriação didática. Coimbra: Grácio Editor, 2023
- ALYOUSEF, H.; ALYAHYA, A. The Conceptualization of Genre in Systemic Functional Linguistics. **RETORIKA: Jurnal Ilmu Bahasa**, v. 4, p. 91-99, 2018. DOI: 10.22225/jr.4.2.665.91-99.
- ALVES, R. J. **Para além da oração**: uma descrição sistêmico-funcional do sistema de conjugação do português brasileiro. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.
- AMAYA, O. Apropiación de contenidos en comunidades de pensamiento científico: prácticas discursivas y estrategias metacognitivas. *In*: MOYANO, Estela I. (coord.). **Aprender ciencias y humanidades**: una cuestión de lectura y escritura: aportes para la construcción de un programa de inclusión social a través de la educación lingüística. Los Polvorines: Universidades Nacional de General Sarmiento, 2013.
- ASSIS, F. A. **Gêneros textuais nos livros didáticos de geografia**. Orientador: Edna Cristina Muniz da Silva. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BARRETO, T. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares? *In*: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 407-416. ISBN 978-85-232-1230-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-30.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BASSA FIGUEREDO, M. L.; MOYANO, E. I. Acerca de una experiencia de formación docente fundada en la didáctica de géneros: configuración del objeto de enseñanza e interacción pedagógica. **Signo**, v. 46, n. 86, p. 74-85, 2021. <https://doi.org/10.17058/signo.v46i86.16062>

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENKE, G.; WODAK, R. The discursive construction of individual memories: how Austrian “Wehrmacht” soldiers remember WWII. *In*: MARTIN, J. R.; WODAK, R. (ed.). **Re/reading the past: critical and functional perspectives on time and value**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 195-216.

BERNSTEIN, B. On the classification and framing of educational knowledge. *In*: YOUNG, M. (ed.). **Knowledge and control**. Londres: Collier-Macmillan, 1971.

BERNSTEIN, B. **Class codes and control: The structuring of pedagogic discourse**, London: Routledge and Kegan Paul, 1990. v. 4.

BERNSTEIN, B. **Pedagogía, control simbólico e identidad: teoría, investigación y crítica**. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

BERNSTEIN, B. Vertical and horizontal discourse: An essay. **British Journal of Sociology of Education**, v. 20, p. 157–173, 1999. DOI:10.1080/01425699995380.

BERNSTEIN, B. **Pedagogy, symbolic control and identity: Theory, research and critique**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2000.

BORGES TATAGIBA, A. **Scribo, ergo sumus: semogênese e teoria da escrita em redações do Enem**. Orientador: Edna Cristina Muniz da Silva. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb 2005-2013**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/documentos/2014/ideb_brasil_2013.pdf. Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Dados estatísticos dos Livros Didáticos**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação 04/2015 –CGPLI**. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2018. Brasília: MEC; FNDE, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de Convocação PNLD 2015 para 2018**. Brasília, DF: MEC/ SEB/ FNDE: 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/7932-pnld-2018>. Acesso em: 8 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD 2018: História: guia de livros didáticos – Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/ SEB/ FNDE, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia do PNLD 2021**. Brasília, DF: MEC/ SEB/ FNDE: 2021. https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/componente-curricular/pnld-2021-obj2-ciencias-humanas-sociais-aplicadas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNEM 2000: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUNZEN, C.; ROJO, R. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. *In*: VAL, M. G. C.; MARCUSCHI, B. (org.). **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005.

BUTT, D. *et al.* **Using functional grammar: an explore's guide**. Sydney: Macquarie, 2004.

CAELS, F.; ALEXANDRE, M. F. A expressão do Tempo em textos de História: Mapeamento de recursos sintáticos. *In*: GILLAIN-MUÑOZ, R.; PINTO, H. G.; DIAS, H. S.; ABREU, M. O.; ALVES, D. (org.). **Atas da X Conferência Internacional em Investigação, Práticas e Contextos em Educação (IPCE)**. Portugal: ESECS - Politécnico de Leiria, 2021. p. 100-109. Disponível em: <https://sites.ipleiria.pt/ipce2023/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CAELS, F.; ALEXANDRE, M. F.; GOUVEIA, C. A. M. Domains of language use for school science in Portuguese textbooks. *In: EUROPEAN SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS CONFERENCE*, 28., 2018, Italy. **Comunicação** [...]. University of Pavia, Italy, 2018. Disponível em:

<https://sites.ipleiria.pt/pge/enquadramento/comunicacoes/>

CAELS, F.; BARBEIRO, L.; GOUVEIA, C. Gêneros escolares segundo a Escola de Sydney: propósitos, estruturas e realizações textuais. **Indagatio Didactica**, v. 12, n. 2, p. 13-32, 9 jun. 2020.

CAIMI, F. E. O livro didático de história e suas imprefeições: repercussões do PNLD após 20 anos. *In: ROCHA, Helenice; REZNIK, L.; MAGALHAES, M. S. (org.). Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. v. 1.

CARGNIN, E. S. **Gêneros de texto da família das explicações em livros didáticos de língua portuguesa: uma análise com base nos sistemas de ideação e de conjunção**. 2019. 211 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/20909>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS DE LINGUÍSTICA GERAL E APLICADA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CELGA). **Os gêneros em manuais de História (2º e 3º ciclo do Ensino Básico)**. Exemplos textuais. 2018. Disponível em: <http://sites.ipleiria.pt/pge/textos-modelo/> Acesso em: 27 dez. 2019.

CERRI, L. F. Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15076>. Acesso em: 1 fev. 2024.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, dec. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 out. 2018.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Cambridge: Edinburgh University Press, 1999.

CHRISTIE, F. (ed.). **Pedagogy and the shaping of consciousness: Linguistic and social processes**. London: Cassell, 1999.

CHRISTIE, F. **Classroom discourse analysis**. London: Continuum, 2002.

CHRISTIE, F. Curriculum macrogenres as forms of initiation into culture. *In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (ed.). Genre and institutions: Social processes in the workplace and school*. London: Cassell Academic, 1997. p. 134-160.

CHRISTIE, F.; DEREWIANKA, B. M. **School Discourse: Learning to write across the years of schooling**. London: Continuum, 2008.

CHRISTIE, F.; MARTIN, J. **Language, knowledge and Pedagogy**: Functional Linguistics and Sociological Perspectives. London: Cassel, 2007.

COFFIN, C. Learning to write history: the role of causality. **Written Communication**, v. 21, n. 3, p. 261–289, 2004.

COFFIN, C. **Historical Discourse**: The language of time, cause and evaluation. London: Continuum, 2006.

COFFIN, C. **Learning the language of school history**: the role of linguistics in mapping the writing demands of the secondary school curriculum. University of Lisbon: Taylor & Francis, 2006. p. 413–429.

COFFIN, C. **History as Discourse**: Construals of Time, Cause and Appraisal. 2000. Thesis (Doctor of Philosophy) - University of Sydney, 2000. DOI: <https://doi.org/10.26190/unsworks/19764>

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**: Arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. California: Sage, 2014

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEZEMONE, M. Diretrizes Curriculares Nacionais. *In*: FERREIRA, M. M.; OLIVEIRA, M. M. D. (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: Marcus, 2019. p. 91-97.

DINIZ, D. **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2012.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Pour un enseignement de l'oral**: Initiation aux genres formels à l'école. Paris, ESF, 1998.

DORAN, Y. J. R. Martin, Language and Linguistic. *In*: ZAPPAVIGNA, M.; DREYFUS, J. **Discourses of Hope and Reconciliation**: On J. R. Martin's Contribution to Systemic Functional Linguistics. London: Bloomsbury, 2020. p. 1-20

DORAN, Y.; MARTIN, J.; HERRINGTON, M. Rethinking context: realisation, instantiation, and individuation in systemic functional linguistics. **Journal of World Languages**, 2024.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. London: Printer Publishers, 1994.

EGGINS, S.; MARTIN, J. R. Genres and registers of discourse. *In*: VAN DIJK, T. (ed.). **Discourse as structure and process**. London: Sage, 1997.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Longman, 2010.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras & Letras**, Uberlândia, Departamento de Letras/UFU, v. 3, n. 1, p. 3-10, 1987.

FERRETI, C.; SILVA, M. R. A Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, Currículo e Disputas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-4004, abr./jun. 2017.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FRAZÃO, É. E. V.; RALEJO, A. S. Narrativas do “outro” no currículo de História: uma reflexão a partir de livros didáticos. *In*: MONTEIRO, A. M. *et al.* (org.). **Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, I. Livro didático. *In*: FERREIRA, M. de M.; OLIVEIRA, M. M. D. de. (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. (Verbete de Dicionário).

FUZER, C. Realizações linguísticas e instanciação de gêneros na perspectiva sistêmico-funcional. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 34, n. 1, p. 269–304, jan. 2018

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

FUZER, C.; CARGNIN, E. S. Sistema discursivo de Conjunção. *In*: FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. (org.). **Introdução aos sistemas discursivos em linguística sistêmico-funcional**. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, 2023. p. 73-99.

FUZER, C.; GERHARDT, C.; VIAN JR., O. Abordagem de gênero da escola de Sydney e seu uso no contexto educacional brasileiro: uma discussão terminológico-conceitual sobre estórias e histórias. **Organon**, UFRGS, v. 36, n. 71, p. 235-256, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.111696>

FUZER, C.; SCAPIN, E. C. Sistema discursivo de Conjunção. *In*: FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. (org.). **Introdução aos sistemas discursivos em Linguística Sistêmico-Funcional**. Santa Maria, RS: UFSM PPGL, 2023. v. 1, p. 73-99.

GABRIEL, C. T. A identidade (nacional) na berlinda: uma forma possível de entrar no debate em torno da educação intercultural. *In*: CANDAU, V. (org.). **Cultura(s) e Educação**: Entre o Crítico e o Pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015 [Original Publicado em 1967].

GOUVEIA, C. A. M. Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, v. 16, n. 24, jan./jun. 13-47, 2009. (Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/27795/19916>)

GILLAIN MUÑOZ, R.; PINTO, H. S.; DIAS, M. O.; ABREU, M. O.; ALVES, E. D. (org.). **Atas da X Conferência Conferência Internacional em Investigação, Práticas e Contextos em Educação (IPCE)**. Leiria, Portugal: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais; Instituto Politécnico de Leiria, 2021.

GOUVEIA, C. A. M. Teacher learning for European literacy education: project outputs from Portugal. Lisbon: ILTEC, 2014.

GUGLIELMO, M. História integrada. *In*: FERREIRA, M. de M.; OLIVEIRA, M. M. D. de. (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. (Verbetes de Dicionário).

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. Language as code and language as behaviour: A systemic-functional interpretation of the nature and ontogenesis of dialogue. *In*: FAWCETT, R. P.; HALLIDAY, M. A. K.; LAMB, S. M.; MAKKA, A. (org.) **The Semiotics of Culture and Language**. London: Pinter, 1984. p. 3-36, v. 1.

HALLIDAY, M. A. K. Part A. *In*: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 03-50.

HALLIDAY, M. A. K. The Functional Basis of Language. *In*: BERNSTEIN, B. (ed.). **Class, Codes and Control**: Applied Studies towards a Sociology of Language. London: Routledge, 2003. [Original Publicado em 1973]. v. 2, p. 343-366.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976. (English Language Series).

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. **An introduction to Functional Grammar**. 3rd ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. London: Routledge, 2014.

HAO, J. **Construing biology: An Ideational Perspective**. 2015. 481 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Department of Linguistics, University of Sydney, Sydney, 2015. Disponível em: http://www.isfla.org/Systemics/Print/Theses/HAO_2015_PhD_THESIS.pdf Acesso em: 21 jan. 2023.

Hao, Jing. "Reconsidering "cause inside the clause" in scientific discourse: from a discourse semantic perspective in systemic functional linguistics " **Text & Talk**, v. 38, n. 5, p. 525-550 , 2018. DOI: <https://doi.org/10.1515/text-2018-0013>

HAO, J. **Analyzing scientific discourse from a systemic functional linguistic perspective: A framework for exploring knowledge-building in biology**. London; New York: Routledge, 2020.

HASAN, R. **A Semantic Network for the Analysis of Messages in Everyday Talk between Mothers and Their Children**. Mimeo. 1983.

HASAN, R. **Offers in the Making: a systemic functional approach**. Mimeo. 1985.

HASAN, R. Semantic variation and sociolinguistics. **Australian Journal of Linguistics**, v. 9, n. 2, p. 221-275, 1989.

HASAN, R. **Language Society and Consciousness**. The Collected Works of Ruqaiya Hasan. Edited by JJ Webster. London: Equinox, 2005.

HASAN, R. Choice, system, realization: Describing language as meaning potential. In: FONTAINE, L.; BARTLETT, T.; O'GRADY, G. (ed.). **Systemic functional linguistics: Exploring Choice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 269-299

HEBERLE, V. Apontamentos sobre linguística sistêmico-funcional, contexto de situação e transitividade com exemplos de livros de literatura infantil. **D.E.L.T.A.**, v. 41, n. 1, p. 81-112, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v34n1/1678-460X-delta-34-01-81.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

HENRÍQUEZ, R.; CANELO, V. Géneros históricos y construcción de la significación histórica: el caso de los estudiantes de Licenciatura en Historia. **Onomázein**, n. esp. 1, p. 138–160, 2014. DOI: 10.7764/onomazein.alsfal.3. Disponível em: <http://ojs.uc.cl/index.php/onom/article/view/30575>. Acesso em: 23 jan. 2020

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 70, p. 159-170, 2000.

JORDENS, C. F. **Reading Spoken Stories for Values: A Discursive Study of Cancer Survivors and Their Professional Carers**. 2002. Thesis (Doctoral) - School of Public Health, Faculty of Medicine, University of Sydney, 2002

JORDENS, C. F.; LITTLE, M. In This Scenario, I Do This, For These Reasons: Narrative, Genre, and Ethical Reasoning in The Clinic. **Social Science and Medicine**, v. 58, n. 9, p. 1635-1645, 2004.

JORDENS, C. F.; LITTLE, M.; PAUL, K.; SAYERS, E. J. Life disruption and generic complexity: a social linguistic analysis of narratives of cancer illness. **Social Science and Medicine**, v. 53, n. 9, p. 1227–1236, 2001.

KALLÁS, A. L. Ditadura e redemocratização no ensino de história: revisitação a partir de eventos recentes. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015.

KLEIMAN, A. (org.). **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de Literacia histórica**: Educar Especial. Curitiba: Editora UFPR, 2006. p. 131-150.

LEIVA, N. Causal connexions in Spanish: a discourse semantics resource for explaining the recent past in school History. **Estudios filológicos**, Valdivia, n. 69, p. 135-161, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0071-17132022000100135>. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132022000100135&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 set. 2023.

LEIVA N.; OTEÍZA T. Causalidad y posicionamientos en el discurso de la historia escolar en español. **Antiokia: Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura**, 2023. Disponível em <https://revistas.udea.edu.co/index.php/ikala/article/view/352539>. Acesso em: 10 set. 2023.

LEMKE, J. L.; WEISER, H. P. Tipologia, topologia, topografia: a semântica dos gêneros. **Revista de Letras**, v. 1, n. 31, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/1091>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LOCK, G. **Functional English grammar**: An introduction for second language teachers. Cambridge Language Education. New York: Cambridge University Press, 1996.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, v. 21, n. esp., p. 1-9, 2005.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017. 260p.

MARCHUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTIN, J. R. **English text**: system and structure. Sydney: John Benjamins Publishing Company, 1992.

MARTIN, J. R. Macrogenres: The ecology of the page. **Network**, v, 21, p. 21-52, 1994.

MARTIN, J. R. Text and clause: Fractal resonance. **Text**, v. 15, n. 1, p. 5-42, 1995.

MARTIN, J. R. Writing History: Construing Time and Value in Discourses of the Past. *In*: SCHLEPPEGRELL, M. J.; COLOMBI, M. C. (ed.). **Developing Advanced Literacy in First and Second Languages Meaning with Power**. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2002a. p. 87-118.

MARTIN, J. R. A Universe of Meaning-How Many Practices? *In*: JOHNS, A. M. (ed.). **Genres in the Classroom: Multiple Perspectives**. United States: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2002b. p. 269-278.

MARTIN, J. R. Making history: Grammar for explanation. *In*: MARTIN, J. R.; WODAK, R. (ed.). **Re/ reading the Past: Critical and functional perspectives on time and value**. Amsterdam: Benjamins, 2003. p. 19-57.

MARTIN, J. R. Language, knowledge and pedagogy. *In*: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. **Language, Knowledge and Pedagogy: functional linguistic and sociological perspectives** (Ed). London: Continuum. 2007.

MARTIN, J. R. Genre and field: Social processes and knowledge structures in systemic functional semiotics. *In*: CONFERENCE INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 33., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. BARBARA, L.; SARDINHA, T. B. (ed.). São Paulo: Pontifica Universidade Católica São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/isfc>.

MARTIN, J. R. Construing knowledge: A functional linguistic perspective. *In*: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (ed.). **Language, knowledge and pedagogy: Functional linguistic and sociological perspectives**. London: Continuum, 2007, p. 34-64.

MARTIN, J. R. Incongruent and proud: de-vilifying 'nominalization'. **Discourse & Society**, v. 19, n. 6, p. 827-836, 2008.

MARTIN, J. R. Genre and language learning: A social semiotic perspective. **Linguistics and Education**, v. 20, n. 1, p. 10-21, 2009. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0898589809000060>. Acesso em 15 ago. 2014

MARTIN, J. R. Linguistics and Education. **Genre and language learning: A social semiotic perspective**. Elsevier, 2009.

MARTIN, J. R. Looking out: Functional linguistics and genre. **Linguistics and Human Sciences**, v. 9, n. 3, p. 307-321, 2014.

MARTIN, J. R. Revisiting field: specialized knowledge in secondary school science and humanities discourse. **Onomázein**, n. esp. 2, p. 111-148, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7764/onomazein.ne2.05>

MARTIN, J. R.; DORAN, Y. J.; FIGUEREDO, G. (ed.). **Systemic Functional Language Description: Making Meaning Matter**. London: Routledge, 2019. p. 1-31

MARTIN, J.; MATON, K. Cumulative knowledge-building in secondary schooling: Guest editors' preface. **Linguistics and Education**, v. 24, n. 1, p. 1-3, 2013.

MARTIN, J. R.; MATON, K. Systemic Functional Linguistics and Legitimation Code Theory on education: Rethinking field and knowledge structure. **Onomázein**, n. esp., p. 12-45, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277308570_Systemic_Functional_Linguistics_and_Legitimation_Code_Theory_on_Education_Rethinking_field_and_knowledge_structure Acesso em: 13 out. 2022.

MARTIN, J. R.; MATON, K.; MATRUGLIO, E. Historical cosmologies: Epistemology and axiology in Australian secondary school history. **Revista Signos**, v. 43, n. 74, p. 433–463, 2010.

MARTIN, J. R.; MATRUGLIO, E.; QUIROZ, B. Retorno al modo: in/dependencia contextual en el discurso de las clases de historia antigua. **Onomázein**, n. esp. 1, p. 186–213, 2014. DOI: 10.7764/onomazein.alsfal.12. Disponível em: <http://ojs.uc.cl/index.php/onom/article/view/30599>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Working with Discourse: meaning beyond the clause**. London and New York: Continuum, 2007.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Genre Relations: Mapping Culture**. London: Equinox, 2008.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. Genres and Text: Living in the Real World. **Indonesian Journal of Systemic Functional Linguistic**, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2012.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **Meaning beyond the clause**. Londres; Nova Iorque: Continuum, 2002.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The Language of Evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MATON, K. Languages of legitimation: the structuring significance for intellectual fields of strategic knowledge claims. **British Journal of Sociology**, v. 21, n. 2, p. 147-167, 2000.

MATON, K. On knowledge structures and knower structures. *In*: MOORE, R. *et al.* **Power and Educational Reform: Applying the sociology of basil Bernstein**. Knowledge, 2006. p. 44-59.

MATON, K. Knowledge-knower structures in intellectual and educational fields. *In*: CHRISTIE, F.; MARTIN, J.R. (ed.). **Language, Knowledge and Pedagogy: Functional Linguistic and Sociological Perspectives**. London: Continuum, 2007. p. 87-108.

MATON, K. Education and Knowledge. *In*: VAN KRIEKEN, R.; HABIBIS, D.; SMITH, P.; HUTCHINS, B.; MATON, K.; MARTIN, G. (ed.). **Sociology**. 4th ed. Sydney: Pearson Education, 2010. p. 162-191.

MATON, K. Thinking like Bourdieu: Completing the mental revolution with Legitimation Code Theory. *In*: ALBRIGHT, J.; HARTMAN, D.; WIDIN, J. (ed.). **Bourdieu's field theory and the social sciences**. Palgrave Macmillan, 2018. p. 249–268.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Systemic Functional Linguistics as Applicable Linguistics: social accountability and critical approaches. **D.E.L.T.A.**, v. 28, p. 435- 471, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v28nspe/a02v28nspe.pdf>.

MENDES, W. V. **Mecanismos de junção em textos acadêmicos**: uma abordagem sistêmico-funcional. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MENDOZA, M. Á. G.; PIEDRAHITA, M. V. A. G.; CORTEZ, N. G. **Saber y evaluación de libros de texto escolar**: una herramienta de reflexión y acción. Pereira, Colômbia: Editorial Papiro, 2009.

MINAYO, M. C. de L. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, S. R.; ALMEIDA, F. R. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro. **Escritas do Tempo**, v. 2, p. 10-38, 2020.

MONTEIRO, A. M. *et al.* (org.). **Pesquisa em Ensino de História**: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2014.

MONTEIRO, A. M. F. C. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. *In*: ROCHA, H; REZNIC, L; MAGALHÃES, M. S. **A História na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro FGV, 2009.

MOSS, G.; BARLETTA MANJARRÉS, N.; CHAMORRO MIRANDA, D.; MIZUNO HAYDAR, J. La metáfora gramatical en los textos escolares de Ciencias Sociales en español. **Onomázein**, Santiago de Chile, v. 28, p. 88-104, 2013.

MOYANO, E. I. Aportes del análisis de género y discurso a los procesos de enseñanza y aprendizaje escolar: las ciencias biológicas y la historia. **Discurso & Sociedad**, v. 4, n. 2, p. 294-331, 2010.

MOYANO, E. I. La Discusión en artículos de Microbiología: género, compromiso y construcción del conocimiento. **Onomázein**, Santiago de Chile, n. esp., IX ALSFAL, p. 161-185, 2014.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 23, n. 3, p. 51–66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642828>. Acesso em: 23 jan. 2023.

- MUNIZ DA SILVA, E. **Gêneros e práticas de letramentos no Ensino Fundamental**. 2007. 258 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MUNIZ DA SILVA, E. C. Ciclo de aprendizagem baseado em gêneros. **Linguagem, Estudos e Pesquisas**, UFG, v. 19, p. 19-36, 2015
- MUNTIGL, P. **Narrative counselling: Social and linguistic processes of change**. Amsterdam: Benjamins, 2004.
- MUNTIGL, P. Macrogenre: A multiperspectival and multifunctional approach to social interaction. **Linguistics and the Human Sciences**, v. 2, n. 2, p. 233-256, 2006.
- NAVARRO, F.; CRISTOVAO, V.; FURTOSO, V. Letramentos acadêmico-científicos no Ensino Superior: um olhar latino-americano. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 10-16, abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/44565/30317> Acesso em: 11 mar. 2023.
- NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2011.
- NEVES, M. H. M. **A construção das orações complexas**. São Paulo: Contexto, 2016.
- OLIVEIRA, K. C. N.; MUNIZ DA SILVA, E. A. Reflexões para o ensino de gêneros em língua portuguesa: contribuições da “Escola de Sydney”. In: ALMEIDA, F. A. S. D. P.; XAVIER, V. R. D. (org.). **Diálogos e perspectivas nos estudos do léxico e formação de professores**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017. p. 249-298.
- OLIVEIRA, L. C. Nouns in History: Packaging Information, Expanding Explanations, and Structuring Reasoning. **The History Teacher**, n. 43, p. 191-203, 2010.
- OTEÍZA, T. Número especial de gramática, discurso y alfabetización. **Onomázein**, n. NE I, p. 1-7, 2014. Disponível em: <http://ojs.uc.cl/index.php/onom/article/view/30459>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- OTEÍZA, T. E.; PINUER, C. Des/legitimación de las memorias históricas: Valoración en discursos pedagógicos intermodales de enseñanza básica chilena. **Revista Signos**, v. 49, n. 2, p. 377-402, 2016.
- PAIVA, C. M. G. **Relações conjuntivas sob enfoque sistêmico-funcional: uma experiência em sala de aula**. 2019. 324 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. V. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.
- PINUER RODRÍGUEZ, C.; OTEIZA, T.; DELGADO H, Cristián. La metáfora gramatical en la construcción de posicionamientos discursivos. **Estud. filol.**, Valdivia, n. 64, p. 223-250, dic. 2019. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-

[17132019000200223&lng=es&nrm=iso](https://doi.org/10.4067/S0071-17132019000200223). Acesso em: 18 set. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0071-17132019000200223>.

PINUER RODRÍGUEZ, C., OTEÍZA, T.; MOLINA CONEJEROS, C. La nominalización en la representación léxico-gramatical y discursiva en manuales escolares chilenos de historia y ciencias sociales. **Onomázein**, n. 50, p. 162–185, 2020. DOI: 10.7764/onomazein.50.10. Disponível em: <https://onomazein.letras.uc.cl/index.php/onom/article/view/29751>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PORTAL DOS GÊNEROS ESCOLARES E ACADÊMICOS. Disponível em: <http://sites.ipleiria.pt/pge/>. Acesso em: 9 dez. 2023.

PORTELA, R. P. S. **Ler para escrever e hibridizar para aprender**: um projeto de letramento para o ensino do sistema de conjunção sob a ótica da linguística sistêmico-funcional. 2021. 265 f. Dissertação (Mestrado Profissional em LETRAS) - Universidade de Pernambuco, 2021.

QUIROZ, B. Glosario inglés-español: términos en TCL y LSF. **Onomázein**, n. esp. 2, p. 227–242, 2017. DOI: 10.7764/onomazein.ne2.09. Disponível em: <https://ojs.uc.cl/index.php/onom/article/view/30411>. Acesso em: 25 set. 2023.

RAJAGOPALAN, K.; SILVA, F. L. da (org.). **A linguística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ROCHA, H. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. *In*: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHAES, M. S. (org.). **Livros Didáticos de História**: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. v. 01.

ROSE, D. R. On Becoming: The Grammar of Causality in Pitjantjatjara and English. **Cultural Dynamics**, v. 6, n. 1-2, p. 42-83, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/092137409300600103>

ROSE, D. R. Reading Genre: a new wave of analysis. *In* **Linguistics and the Human Sciences**, v. 2, n. 2, p. 185–204, 2007. Disponível em: <http://www.equinoxpub.com>. Acesso em: 25 set. 2023.

ROSE, D. R. Genre, knowledge and pedagogy in the “Sydney School”. *In*: ARTEMEVA, N.; FREEDMAN, A. (ed.). **Trends and traditions in genre studies**. Alberta, Canada: Inkshed, 2015. Disponível em: http://www.readingtolearn.com.au/wp-content/uploads/2015/12/Genre_knowledge_and_pedagogy.pdf. Acesso em: 24 maio 2016.

ROSE, D.; MARTIN, J. R. **Learning to write, reading to learning**: genre, knowledge and pedagogy in the Sydney School. London: Equinox, 2012.

ROSE, D.; MARTIN, J. R. **Leer para aprender**: Lectura y escritura en las áreas del currículo. Tradução Ana Busnelo Tortella. Colección Psicología. Madrid: Ediciones Pirámide, 2018

RÜSEN, J. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, n. 7, p. 27-36, 1992.

RÜSEN, J. **Didática da História**: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta Grossa: UEPG, v.1, n. 2, 2006.

SANTOS, P. E. O processo de redemocratização da educação no município de Cuiabá: participação política. *In*: SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 19., 2010, Goiás. **Anais [...]**. Goiás: Cercomp, UFG, 2010. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/Paulo_Eduardo_dos_Santos.pdf

SCHALL-LECKRONE, L. Genre Pedagogy: A Framework to Prepare History Teachers to Teach Language. **Tesol Quarterly**, v. 51, n. 2, 2016. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/307526918_Genre_Pedagogy_A_Framework_to_Prepare_History_Teachers_to_Teach_Language. Acesso em 15 fev. 2023.

SCHLEPPEGRELL, M. J. **The language of schooling**: a functional linguistics perspective. New Jersey: Taylor & Francis, 2004.

SERRA, G. C. M. R. **Mapeamento dos gêneros da família dos argumentos**: contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. Orientador: Edna Cristina Muniz da Silva. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SERRA, G. C. M. R. **A nominalização em artigos de opinião sob o olhar da linguística sistêmico-funcional**. Orientador: Edna Cristina Muniz da Silva. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SHANAHAN, T.; SHANAHAN, C. Teaching disciplinary literacy to adolescents: rethinking content-area literacy. **Harvard Educational Review**, v. 78, n. 1, p. 40– 59, 2008.

SILVA, M. A. Letramento no ensino de história. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 12, n. 17, 2011.

SILVA, W. R. Considerações sobre contexto de cultura na Linguística Sistêmico-Funcional. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 17., 2014, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Idéia, 2014. p. 1991-2003.

SOARES, R. M. **Contos e crônicas no ensino médio na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional**. Orientador: Edna Cristina Muniz da Silva. 2018. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

STREET, B. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos Novos Estudos do Letramento. *In*: MAGALHÃES, I. (org.). **Discursos e práticas de letramento**: Pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SZENES, E. “How do texts get bigger than a page?” revisited: construing ‘depth’ in long business reports. *In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS*, 42. 2015, Germany. **Proceedings** [...]. Aachen, Germany, 2015.

SZENES, E. **The linguistic construction of business reasoning**: Towards a language-based model of decision-making in undergraduate business. 2017. Thesis (Doctor of Philosophy) – Faculty of Arts and Social Sciences, School of Literature, Art and Media, The University of Sydney, Sydney, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2123/16815>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SZENES, E. Revisiting the role of embedding in Systemic Functional Linguistics: Construing depth in ‘big texts’. **Finnish Journal of Linguistics**, v. 34, p. 179–219, 2021.

SZENES, E. Revisiting the modelling of ‘big texts’ in SFL: The role of embedding in construing ‘depth’ in long business reports. *In: CALDWELL, D.; MARTIN, J. R.; KNOX, J. (eds). **Applicable linguistics and social semiotics**: Developing theory from practice*. Great Britain: Bloomsbury Publishing, 2022. p. 355-381.

TEIXEIRA, J. História cronológica. *In: FERREIRA, M. de M.; OLIVEIRA, M. M. D. de. (org.). **Dicionário de Ensino de História***. Rio de Janeiro: FGV, 2019 (Verbete de Dicionário).

THE WRITE it right. Erskineville: Metropolitan East Disadvantaged Schools Program, 1996. Disponível em: <https://educationalsemiotics.wordpress.com/2012/11/19/write-it-right-history/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

THOMPSON, G. **Introduction functional grammar**. 2nd ed. London: Arnold, 2004.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: New tools for Critical Discourse Analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

VIAN JR., O. Discurso pela perspectiva sistêmico-funcional: os significados além da oração. *In: FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. (org.). **Introdução aos sistemas discursivos em linguística sistêmico-funcional***. Santa Maria, RS: UFSM, CAL, PPGL, 2023. v. 1, p. 21-42.

VIAN JR, O.; LIMA-LOPES, R. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. *In: MEURER, J. L; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 29-45.

WEBER, S. **Ditadura civil-militar em livro didático de história**: uma análise de gêneros textuais na perspectiva sistêmico-funcional da linguagem. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, UFSM, 2019.

WODAK, R. Pragmatics of society. *In: ANDERSEN, G.; AJIMER, K. (ed.). **Critical Discourse analysis**: overview, challenges, and perspectives*. Berlin: De Gruyter, 2011. p. 627-650.

WODAK, R. Between theory, method, and politics: positioning of the approaches to CDA. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. New York: SAGE Publications, 2011. v. 1. DOI: <https://doi.org/10.4135/9780857028020.d4>

WODAK, R. Critical Discourse Analysis, The Discourse-Historical Approach. *In*: TRACY, K. (ed.). **The International Encyclopedia of Language and Social Interaction**, p. 63–94, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4135/9780857028020.d6>

WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. 3rd rev. ed. London: SAGE, 2015.

WRITE it right. Erskineville: Metropolitan East Disadvantaged Schools Program, 1996. Disponível em: <https://educationalsemiotics.wordpress.com/2012/11/19/write-it-right-history/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

YUNICK, S. Genres, registers and sociolinguistics. **World Englishes**, v. 16, n. 3, p. 321-33, 1997.

ZÚÑIGA, N. O. C. **Uma análise das repercussões do Programa Nacional do Livro Didático no livro didático de matemática**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL

Kelly Cristina Nunes de Oliveira

Tempo e causalidade na instanciação do macrogênero “capítulo do livro didático de História” acerca do processo de redemocratização brasileira

Brasília
2024

SUMÁRIO

APÊNDICE A - NOTAÇÃO SISTÊMICA	258
APÊNDICE B - QUADRO RESUMITIVO ACERCA DE GÊNEROS ELEMENTARES QUE OCORREM NO DISCURSO HISTÓRICO.....	259
APÊNDICE C - LD1 (HISTÓRIA: PASSADO E PRESENTE)	261
APÊNDICE D – LD2: OFICINA DE HISTÓRIA.....	282
APÊNDICE E - LD3 HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO	315
APÊNDICE F - LD4 - UNIDADE 12 – O BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	353
APÊNDICE G - RECURSOS DE TEMPO EM GÊNEROS ELEMENTARES DE TEXTOS SELECIONADOS	435
APÊNDICE H – GRÁFICOS	478
APÊNDICE I - RECURSOS DE CAUSALIDADE EM GÊNEROS ELEMENTARES DE TEXTOS SELECIONADOS	480
ANEXO A – LD1 HISTÓRIA PASSADO E PRESENTE	494
ANEXO B – OFICINA DE HISTÓRIA	510
ANEXO C – HISTÓRIA DAS CAVERNAS AO	511
ANEXO D - #CONTATO HISTÓRIA	513
ANEXO E – HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA	538

APÊNDICE A - NOTAÇÃO SISTÊMICA

Nesta tese, emprega-se a seguinte notação, seguindo orientações descritas pela Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014; Quiroz, 2016) e pela Escola de Sydney (Martin; Rose; 2008; Rose; Martin, 2012).

Categoria	Notação	Exemplo
Funções léxico-gramaticais	Inicial maiúscula	Processo
Metafunções	Inicial minúscula	ideacional
Variáveis do contexto	Inicial minúscula	campo
Funções semânticas	Inicial minúscula	engajamento
Sistemas léxico-gramaticais	Inicial maiúscula e versalete	TRANSITIVIDADE
Sistemas discursivos	Inicial maiúscula e versalete	CONEXÃO
Família de gênero	minúscula	histórias
Gênero	minúscula	relato histórico
Etapa de gênero	Inicial maiúscula	Registro de eventos
Fases	minúscula	evento 1

Categoria	Símbolos
Oração encaixada	[[]]
Gênero encaixado	[]
Sequência	^

APÊNDICE B - QUADRO RESUMITIVO ACERCA DE GÊNEROS ELEMENTARES QUE OCORREM NO DISCURSO HISTÓRICO

Família de gênero	Gênero	Propósito social	Etapas	Linguagem - elementos chave	Características
Histórias	autobiografia	recontar os eventos de sua própria vida	Orientação Relato de eventos	Específica Participantes autoria	linguagem do tempo
	biografia	recontar os eventos da vida de outras pessoas	Orientação Relato de eventos (Avaliação sobre a pessoa)	Específica Participantes lexias mais especializadas	linguagem do tempo
	relato histórico	contar eventos no passado	Orientação relato de eventos (Dedução)	genérica Participantes lexias especializadas	linguagem do tempo
	relato histórico explicativo	relatar por que eventos aconteceram em sequências particulares	Orientação Relato de eventos (Dedução)	genérica + abstrata Participantes lexias especializadas nominalização	linguagem do tempo e causa-efeito
Explicação	explicação fatorial	explicar as razões ou fatores que contribuem para um resultado particular	Fenômeno Fatores (Reforço de fatores)	grupos nominais densos nominalização lexias especializadas lexias associadas com razões, fatores e causas numerativos e conectivos para ordenar causas no tempo do texto	

	explicação consequencial	explicar os efeitos ou consequências da situação	Fenômeno Efeitos (Reforço de consequência)	grupos nominais densos nominalização lexias especializadas lexias associadas com razões, consequências e resultados numerativos e conectivos para ordenar causas no tempo do texto
Argumentação	exposição	apresentar um ponto de vista ou argumento	(Contextualização) Tese Argumentos (Contra-argumentos) Reforço da tese	Participantes abstratos e não humanos lexia especializada citação e relato movimentos entre proposições mais ou menos modalizadas
	discussão	discutir dois ou mais pontos de vista sobre a questão	(Contextualização) Questão Argumentos/Perspectivas Posição	Participantes abstratos e não humanos lexia especializada citação e relato avaliação constante de argumentos e evidência linear com a tese
	reações a textos	discutir de novo um ponto de vista	(Contextualização) Posição Argumentos Antítese	Participantes abstratos e não humanos lexia especializada citação e relato neutralização constante e enfraquecimento da posição alternativa

Fonte: Oliveira, 2024, com base em Coffin (2006)

APÊNDICE C - LD1 (HISTÓRIA: PASSADO E PRESENTE)



Desafios para um Brasil democrático

Em abril de 1996, 19 sem-terra foram assassinados pela polícia do estado do Pará, no município de Eldorado dos Carajás. Até maio de 2016 ninguém havia sido punido. O caso e a impunidade de seus mandantes representam uma pequena parcela da situação no campo. Em 2015 o Brasil ganhou, pela quarta vez consecutiva, o primeiro lugar no ranking mundial de violência no campo, segundo a ONG internacional Global Witness.

Além da violência no campo, a população brasileira sofre com diversos outros tipos de violência, promovidos pela ação ou pelo descaso dos governos - frequentemente, as ações policiais são abusivas, principalmente contra jovens pobres e negros. Outras violências são perpetuadas por preconceitos e intolerâncias. No Brasil, a média anual de mortes no trânsito - provocadas quase sempre por excesso de velocidade e/ou embriaguez-, por exemplo, é de 45 mil pessoas. Além disso, o machismo ceifa a vida de quase 5 mil mulheres e a homofobia é responsável pela morte de 400 pessoas todos os anos.

Embora o Brasil tenha alcançado diversas conquistas nos últimos anos - como ter saído do mapa da fome -, ainda há muito a ser feito para que se torne um país mais justo, igualitário e tolerante. Neste capítulo estudaremos algumas das contradições que marcam o Brasil contemporâneo.

Gênero	Etapa	fase	texto
Título			Desafios para um Brasil democrático
relato histórico	Registro de eventos	evento 1 (impunidade do crime)	Em abril de 1996, 19 sem-terra foram assassinados pela polícia do estado do Pará, no município de Eldorado dos Carajás.
		evento 2 (colocação do Brasil no ranqueamento mundial de violência no campo)	Até maio de 2016 ninguém havia sido punido. O caso e a impunidade de seus mandantes representam uma pequena parcela da situação no campo.
		evento 3 (ranking mundial de violência)	Em 2015 o Brasil ganhou, pela quarta vez consecutiva, o primeiro lugar no ranking mundial de violência no campo, segundo a ONG internacional Global Witness.

Etapa	fase	texto
Entidade	Evento 3 [relatório descritivo]	Outras violências são perpetuadas por preconceitos e intolerâncias.
Descrição	tipo 1	No Brasil, a média anual de mortes no trânsito - provocadas quase sempre por

	<p>tipo 2</p> <p>tipo 3</p> <p>reforço</p>	<p>excesso de velocidade e/ou embriaguez - , por exemplo, é de 45 mil pessoas.</p> <p>Além disso, o machismo ceifa a vida de quase 5 mil mulheres</p> <p>e a homofobia é responsável pela morte de 400 pessoas todos os anos.</p> <p>Embora o Brasil tenha alcançado diversas conquistas nos últimos anos - como ter saído do mapa da fome -, ainda há muito a ser feito para que se torne um país mais justo, igualitário e tolerante. Neste capítulo estudaremos algumas das contradições que marcam o Brasil contemporâneo.</p>
--	--	--



Consolidação democrática

Durante as últimas três décadas, o Brasil passou por transformações que modificaram profundamente o perfil da nação. Essas mudanças foram resultado de uma conjunção de fatores externos - como o processo de globalização - e internos - como a definição de novas prioridades políticas, econômicas e sociais.

Na política, vem sendo construído um caminho de fortalecimento e estabilização da democracia, que nos primeiros 100 anos da República já sucumbiu algumas vezes ao autoritarismo.

Etapa	fase	texto
título		Consolidação democrática
fenômeno		Durante as últimas três décadas, o Brasil passou por transformações que modificaram profundamente o perfil da nação.
Sequência de Fatores	fator 1	Essas mudanças foram resultado de uma conjunção de fatores externos - como o processo de globalização –
	fator 2	e internos - como a definição de novas prioridades políticas, econômicas e sociais.
Reiteração	resumo	Na política, vem sendo construído um caminho de fortalecimento e estabilização da democracia, que nos primeiros 100 anos da República já sucumbiu algumas vezes ao autoritarismo.

LD1T3

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Constituição Cidadã

Promulgada em outubro de 1988, a atual Constituição brasileira foi a primeira a aceitar emendas populares. Assim, de 1986 a 1988, enquanto os constituintes discutiam sua elaboração, grupos com orientação política de esquerda e de direita - sindicatos, artistas, proprietários rurais, pastorais eclesiásticas, etc. - apresentaram suas propostas aos parlamentares.

Essa mobilização foi fundamental para que a Carta Magna de 1988 apresentasse importantes avanços na área de direitos individuais e coletivos. Em razão disso, o então presidente do Congresso, o deputado Ulisses Guimarães, chamou-a de Constituição Cidadã (veja a seção Passado presente a seguir).

Passados cerca de 30 anos desde que a nova Carta entrou em vigor, diversas garantias, como as que asseguram a efetiva aplicação das leis trabalhistas para todos os trabalhadores ou as que impedem a prática de violência por parte do Estado, nem sempre são cumpridas. Prova disso são as constantes denúncias de casos de trabalhadores em regime análogo à escravidão ou de violências praticadas por policiais.

Etapa	fase	texto
Título		Constituição Cidadã
Orientação		Promulgada em outubro de 1988, a atual Constituição brasileira foi a primeira a aceitar emendas populares
Registro de eventos	Evento 1 (apresentação de propostas por grupos de orientação política diversa)	Assim, de 1986 a 1988, enquanto os constituintes discutiam sua elaboração, grupos com orientação política de esquerda e de direita - sindicatos, artistas, proprietários rurais, pastorais eclesiásticas etc. - apresentaram suas propostas aos parlamentares.
	Evento 2 A relação entre mobilização e conquista de direitos	Essa mobilização foi fundamental para que a Carta Magna de 1988 apresentasse importantes avanços na área de direitos individuais e coletivos. Em razão disso, o então presidente do Congresso, o deputado Ulisses Guimarães, chamou-a de Constituição Cidadã (veja a seção Passado presente a seguir).
	Evento 3 Descumprimento de garantias	Passados cerca de 30 anos desde que a nova Carta entrou em vigor, diversas garantias, como as que asseguram a efetiva aplicação das leis trabalhistas para todos os trabalhadores ou as que impedem a prática de violência por parte do Estado, nem sempre são cumpridas.

	Prova disso são as constantes denúncias de casos de trabalhadores em regime análogo à escravidão ou de violências praticadas por policiais.
--	---



Uma obra em andamento

Por decisão dos constituintes de 1988, diversos dispositivos da Constituição seriam regulamentados posteriormente, após mais discussões na sociedade. Assim, depois que a Carta entrou em vigor, 352 dispositivos ficaram aguardando a edição de leis ordinárias ou complementares, entre eles os que preveem reformas nos sistemas político e tributário.

Em 2015, quase trinta anos depois, 250 dispositivos haviam sido regulamentados, mas outros 115 ainda aguardavam a aprovação de suas respectivas leis por parte do Congresso. Desse total, 27 nem sequer contavam com propostas a serem debatidas entre os parlamentares.

Entre 1988 e 2015 a Constituição brasileira foi alterada por medidas previstas em noventa emendas. Uma das mais significativas foi a emenda número 16, aprovada em 1997, que reduziu de cinco para quatro anos o mandato do presidente, dos governadores e dos prefeitos e permitiu a reeleição desses governantes para um segundo mandato consecutivo. Veja outras novidades estabelecidas pela Constituição de 1988:

- Fim da censura prévia às artes e aos meios de comunicação.
- Proibição à prática de tortura.
- Criação do habeas data, instrumento jurídico que permite a qualquer pessoa ter acesso às informações a seu respeito em poder de órgãos públicos.
- Ampliação da licença-maternidade para 120 dias (a partir de 2012, prorrogável a um total de 180 dias, mediante solicitação da empresa) e criação da licença-paternidade, de cinco dias.
- Jornada de trabalho semanal máxima de 44 horas.
- Aplicação da reforma agrária em terras consideradas improdutivas.
- Voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos.

Etapa	fase	texto
Título		Uma obra em andamento
Orientação	Contextualização	Por decisão dos constituintes de 1988, diversos dispositivos da Constituição seriam regulamentados posteriormente, após mais discussões na sociedade. Assim, depois que a Carta entrou em vigor, 352 dispositivos ficaram aguardando a edição de leis ordinárias ou complementares, entre eles os que preveem reformas nos sistemas político e tributário.
Registro de eventos	Evento 1	Em 2015, quase trinta anos depois, 250 dispositivos haviam sido regulamentados, mas outros 115 ainda aguardavam a aprovação de suas respectivas leis por parte do Congresso. Desse total, 27 nem sequer contavam com propostas a serem debatidas entre os parlamentares.

Entidade	Evento 2 [relatório descritivo]	<p>Entre 1988 e 2015 a Constituição brasileira foi alterada por medidas previstas em noventa emendas. Uma das mais significativas foi a emenda número 16, aprovada em 1997, que reduziu de cinco para quatro anos o mandato do presidente, dos governadores e dos prefeitos e permitiu a reeleição desses governantes para um segundo mandato consecutivo.</p> <p>Veja outras novidades estabelecidas pela Constituição de 1988:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fim da censura prévia às artes e aos meios de comunicação.
Descrição de tipos	<p>Tipo 1</p> <p>Tipo 2</p> <p>Tipo 3</p> <p>Tipo 4</p> <p>Tipo 5</p> <p>Tipo 6</p> <p>Tipo 7</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição à prática de tortura. • Criação do habeas data, instrumento jurídico que permite a qualquer pessoa ter acesso às informações a seu respeito em poder de órgãos públicos. • Ampliação da licença-maternidade para 120 dias (a partir de 2012, prorrogável a um total de 180 dias, mediante solicitação da empresa) e criação da licença-paternidade, de cinco dias. • Jornada de trabalho semanal máxima de 44 horas. • Aplicação da reforma agrária em terras consideradas improdutivas. • Voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos.

LD1T5

**Gênero: relato
histórico explicativo**

Família: histórias

Década perdida

Entre meados das décadas de 1980 e 1990, o Brasil enfrentou uma profunda crise econômica e financeira. Ela foi marcada pelos elevadíssimos índices inflacionários, pelo aumento da dívida externa e por uma grande recessão, que provocou o aumento do desemprego e a diminuição do poder aquisitivo da população. Muitos analistas econômicos denominam esse período de "década perdida".

A crise foi desencadeada por diversos fatores, como o endividamento externo ocorrido na década de 1970. Como vimos no Capítulo 9, a política de desenvolvimento durante a ditadura civil-militar brasileira foi marcada pela intervenção do Estado na economia. O governo implantou uma política protecionista que restringia a importação de produtos e oferecia grandes subsídios à iniciativa privada nacional. Além disso, diversas empresas que atuavam em setores diferenciados da economia (siderurgia, geração de energia, telefonia, etc.)

pertenciam ao Estado - as chamadas estatais.

Em 1979, as taxas de juros internacionais subiram rapidamente, o que levou a um aumento significativo do montante a ser pago aos credores internacionais. Os Estados Unidos - então o principal parceiro comercial do Brasil - diminuíram seus gastos com artigos importados, por causa da crise do petróleo. Com isso, a balança comercial brasileira entrou em déficit.

Tudo isso levou a uma forte crise econômica. A produção industrial caiu, o déficit público aumentou e a inflação passou a crescer em um ritmo cada vez maior. A dívida externa, que em 1969 era de 4,3 bilhões de dólares, em 1990 havia saltado para 124 bilhões de dólares. A partir de 1979, a taxa anual de inflação permaneceu sempre com índices superiores a 50%. Em 1985, quando José Sarney se tornou o primeiro civil a governar o Brasil desde 1964, ela ultrapassava 200%.

Cinco anos mais tarde, em março de 1990, quando Fernando Collor tomou posse na Presidência, a inflação já era da ordem de 84% ao mês. Assim, o preço das mercadorias quase dobrava entre o começo e o fim de cada mês. A pobreza crescia, pois o salário dos trabalhadores não subia no mesmo ritmo em que os preços aumentavam.

Para tentar conter o aumento dos preços, entre 1986 e 1993 o governo colocou em prática uma série de planos de estabilização econômica que, em geral, praticavam o controle de preços e salários. Entretanto, a inflação baixava por alguns meses e voltava a subir em pouco tempo, corroendo novamente os salários.

Etapa	fase	texto
Título		Década perdida
Orientação	contextualização	Entre meados das décadas de 1980 e 1990, o Brasil enfrentou uma profunda crise econômica e financeira. Ela foi marcada pelos elevadíssimos índices inflacionários, pelo aumento da dívida externa e por uma grande recessão, que provocou o aumento do desemprego e a diminuição do poder aquisitivo da população. Muitos analistas econômicos denominam esse período de "década perdida".
Registro de eventos (explicação fatorial)	evento 1 [Explicação fatorial]	A crise foi desencadeada por diversos fatores, como o endividamento externo ocorrido na década de 1970. Como vimos no Capítulo 9, a política de desenvolvimento durante a ditadura civil-militar brasileira foi marcada pela intervenção do Estado na economia. O governo implantou uma política protecionista que restringia a importação de produtos e oferecia grandes subsídios à iniciativa privada nacional. Além disso, diversas empresas que atuavam em setores diferenciados da economia (siderurgia, geração de energia, telefonia, etc.) pertenciam ao Estado - as chamadas estatais.
	evento 2	Em 1979, as taxas de juros internacionais subiram rapidamente, o que levou a um aumento significativo do montante a ser pago aos credores internacionais. Os Estados Unidos - então o principal parceiro comercial do Brasil - diminuíram seus gastos com artigos importados, por causa da crise do petróleo. Com isso, a balança comercial brasileira entrou em déficit.

	<p>evento 3 [[explicação consequencial]]</p> <p>Consequência 1</p> <p>Consequência 2</p> <p>Consequência 3</p> <p>Consequência 4</p> <p>Evento 4</p>	<p>Tudo isso levou a uma forte crise econômica. A produção industrial caiu, o déficit público aumentou e a inflação passou a crescer em um ritmo cada vez maior.</p> <p>A dívida externa, que em 1969 era de 4,3 bilhões de dólares, em 1990 havia saltado para 124 bilhões de dólares.</p> <p>A partir de 1979, a taxa anual de inflação permaneceu sempre com índices superiores a 50%.</p> <p>Em 1985, quando José Sarney se tornou o primeiro civil a governar o Brasil desde 1964, ela ultrapassava 200%.</p> <p>Cinco anos mais tarde, em março de 1990, quando Fernando Collor tomou posse na Presidência, a inflação já era da ordem de 84% ao mês. Assim, o preço das mercadorias quase dobrava entre o começo e o fim de cada mês. A pobreza crescia, pois o salário dos trabalhadores não subia no mesmo ritmo em que os preços aumentavam.</p> <p>Para tentar conter o aumento dos preços, entre 1986 e 1993 o governo colocou em prática uma série de planos de estabilização econômica que, em geral, praticavam o controle de preços e salários. Entretanto, a inflação baixava por alguns meses e voltava a subir em pouco tempo, corroendo novamente os salários.</p>
--	--	--



Tempos de estabilidade e crescimento

A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.

Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960. Envolvido em denúncias de corrupção, tráfico de influência e pressionado por grandes manifestações populares, ele renunciou quando o Congresso abriu seu processo de *impeachment*.

Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários. Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.

A estabilidade alcançada pela moeda e o controle da inflação fizeram com que o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), se tornasse conhecido em todo o país. Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.

Com a estabilização da moeda, o governo FHC reorganizou as regras do sistema bancário e renegociou as dívidas dos governos estaduais para fortalecer a economia. Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.

Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira. Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%.

Como resultado, o desemprego diminuiu e o poder aquisitivo de setores das camadas mais pobres da população cresceu. As pessoas passaram a consumir cada vez mais bens e serviços aos quais até então não tinham acesso. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%). Em 2002, ela representava 44,19% da população.

Etapa	fase	texto
Título		Tempos de estabilidade e crescimento
Orientação	Início da estabilidade	A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.
Registro de eventos	Evento 1	Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960. Envolvido em denúncias de corrupção, tráfico de influência e pressionado por grandes manifestações populares, ele renunciou quando o Congresso abriu seu processo de <i>impeachment</i> .
	Evento 2	Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários.
		Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.
	Evento 3	A estabilidade alcançada pela moeda e o controle da inflação fizeram com que o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), se tornasse conhecido em todo o país. Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.
	Evento 4	Com a estabilização da moeda, o governo FHC reorganizou as regras do sistema bancário e renegociou as dívidas dos governos estaduais para fortalecer a economia. Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.
	Evento 5	Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira.
Evento 6	Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%. Como resultado, o desemprego diminuiu e o poder aquisitivo de setores das camadas mais pobres da população cresceu. As pessoas passaram a consumir cada vez mais bens e serviços aos quais até então não tinham acesso. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da	

		metade da população brasileira (55,5%). Em 2002, ela representava 44,19% da população.
--	--	--



Recessão econômica

Ao lado da grande exportação de commodities, que favoreceu a balança comercial brasileira, o crescimento do consumo interno foi o principal motor da expansão econômica no final da primeira década do século XXI. Essa combinação de fatores permitiu que, em um primeiro momento, o país se recuperasse rapidamente da crise econômica mundial de 2008. Como vimos no Capítulo 11, esses fatores levaram muitos economistas a colocar o Brasil entre as quatro principais economias emergentes do mundo, ao lado da Rússia, da Índia e da China. Por diversos motivos, a partir de 2014 observou-se uma piora nos indicadores econômicos brasileiros, o que levou o país a entrar em recessão. A conjuntura internacional permaneceu desfavorável, com recuperação mais lenta do que o previsto e queda do preço dos principais produtos de exportação nacionais. Além disso, o governo havia aumentado, por sucessivos anos, despesas e subsídios a fim de incentivar a economia interna por meio de programas sociais, mas não obteve o retorno esperado em aumento da arrecadação. Outro problema foi o congelamento de tarifas como a da eletricidade e de combustíveis. Com isso, o governo e as empresas se endividaram, e o reajuste feito posteriormente levou a uma alta da inflação. Para evitar uma alta ainda maior, o Banco Central elevou os juros, medida que desestimula o crescimento da economia. Dessa maneira, em 2015, além da queda do PIB, houve uma rápida elevação do desemprego: após anos de constante queda, esse índice subiu de 6,5% para 9% em um ano.

Etapa	fase	Texto
Título		Recessão econômica
Fenômeno 1 (processo da expansão econômica)		
Explicação	fator 1	Ao lado da grande exportação de commodities, que favoreceu a balança comercial brasileira,
	fator 2	o crescimento do consumo interno foi o principal motor da expansão econômica no final da primeira década do século XXI . Essa combinação de fatores permitiu que, em um primeiro momento, o país se recuperasse rapidamente da crise econômica mundial de 2008. Como vimos no Capítulo 11, esses fatores levaram muitos economistas a colocar o Brasil entre as quatro principais economias emergentes do mundo, ao lado da Rússia, da Índia e da China.
Fenômeno 2 (processo da recessão econômica)		Por diversos motivos, a partir de 2014 observou-se uma piora nos indicadores econômicos brasileiros, o que levou o país a entrar em recessão.

[Explicação]	fator 1	A conjuntura internacional permaneceu desfavorável, com recuperação mais lenta do que o previsto e queda do preço dos principais produtos de exportação nacionais.
	fator 2	Além disso, o governo havia aumentado, por sucessivos anos, despesas e subsídios a fim de incentivar a economia interna por meio de programas sociais, mas não obteve o retorno esperado em aumento da arrecadação.
	fator 3	Outro problema foi o congelamento de tarifas como a da eletricidade e de combustíveis. Com isso, o governo e as empresas se endividaram, e o reajuste feito posteriormente levou a uma alta da inflação.
	fator 4	Para evitar uma alta ainda maior, o Banco Central elevou os juros, medida que desestimula o crescimento da economia. Dessa maneira, em 2015, além da queda do PIB, houve uma rápida elevação do desemprego: após anos de constante queda, esse índice subiu de 6,5% para 9% em um ano.



Do protecionismo ao neoliberalismo

No início dos anos 1980, a economia do Brasil era uma das mais fechadas do mundo. Os produtos estrangeiros tinham uma tributação elevada, o que aumentava seus preços. Além disso, vigorava no país a Lei do Similar Nacional, que proibia a importação de artigos (mesmo que fossem de melhor qualidade) caso houvesse algum similar produzido no Brasil. Essa proibição estimulou a prática do contrabando.

A política protecionista fez com que o parque industrial brasileiro se tornasse tecnologicamente desatualizado, e muitos produtos deixavam a desejar em termos de qualidade. O consumo, por sua vez, era baixo, devido à pobreza de amplos setores da população e à crise econômica. A maior parte dos empresários não modernizava seus empreendimentos nem expandia a capacidade de produção de suas empresas pelos mesmos motivos. Era preferível investir o capital na especulação financeira, que garantia altos lucros em razão dos índices inflacionários.

Os investimentos públicos na área de infraestrutura também haviam sido reduzidos ao longo dos anos 1980.

O governo Collor promoveu a abertura do mercado ao comércio exterior, visando uma adequação à globalização. Para tanto, foram reduzidas as taxas de importação e eliminadas as restrições à entrada de produtos estrangeiros no Brasil.

Com a chegada dos artigos importados, os empresários constataram que, se não aprimorassem a qualidade de seus produtos, teriam dificuldades para competir com os concorrentes estrangeiros. Houve uma onda de investimentos em automação das linhas de produção, o que tornou suas empresas mais competitivas, mas levou muitos trabalhadores ao desemprego.

Diversas empresas não puderam arcar com os custos da modernização e fecharam suas portas, deixando milhares sem trabalho. Outra solução encontrada foi a demissão de funcionários e o repasse do serviço para empresas especializadas, que dispensam o pagamento de encargos trabalhistas - prática conhecida como terceirização. Houve também a formação de sociedades comerciais (fusões), o que contribuiu ainda mais para o aumento

do desemprego.

Etapa	fase	texto
Título		Do protecionismo ao neoliberalismo
Orientação		<p>No início dos anos 1980, a economia do Brasil era uma das mais fechadas do mundo.</p> <p>Evento 1 Os produtos estrangeiros tinham uma tributação elevada, o que aumentava seus preços. Além disso, vigorava no país a Lei do Similar Nacional, que proibia a importação de artigos (mesmo que fossem de melhor qualidade) caso houvesse algum similar produzido no Brasil. Essa proibição estimulou a prática do contrabando.</p> <p>Evento 2 A política protecionista fez com que o parque industrial brasileiro se tornasse tecnologicamente desatualizado, e muitos produtos deixavam a desejar em termos de qualidade. O consumo, por sua vez, era baixo, devido à pobreza de amplos setores da população e à crise econômica. A maior parte dos empresários não modernizava seus empreendimentos nem expandia a capacidade de produção de suas empresas pelos mesmos motivos. Era preferível investir o capital na especulação financeira, que garantia altos lucros em razão dos índices inflacionários.</p> <p>Evento 3 Os investimentos públicos na área de infraestrutura também haviam sido reduzidos ao longo dos anos 1980.</p> <p>Evento 4 O governo Collor promoveu a abertura do mercado ao comércio exterior, visando uma adequação à globalização. Para tanto, foram reduzidas as taxas de importação e eliminadas as restrições à entrada de produtos estrangeiros no Brasil.</p> <p>Evento 5 Com a chegada dos artigos importados, os empresários constataram que, se não aprimorassem a qualidade de seus produtos, teriam dificuldades para competir com os concorrentes estrangeiros. Houve uma onda de investimentos em automação das linhas de produção, o que tornou suas empresas mais competitivas, mas levou muitos trabalhadores ao desemprego.</p> <p>Evento 6 Diversas empresas não puderam arcar com os custos da modernização e fecharam suas portas, deixando milhares sem trabalho. Outra solução encontrada foi a demissão de funcionários e o repasse do serviço para empresas especializadas, que dispensam o pagamento de encargos trabalhistas - prática conhecida como terceirização. Houve também a formação de sociedades comerciais (fusões), o que contribuiu ainda mais para o aumento do desemprego.</p>

LD1T9

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Privatizações

Ainda segundo os preceitos neoliberais, o governo Collor deu início à privatização de estatais, sob a alegação de que seriam deficitárias e pouco competitivas. O Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990, permitia também que empresas estrangeiras comprassem estatais.

Essa política foi aprofundada durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso {1995-1998; 1999-2002). O governo FHC autorizou a venda de diversas estatais, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo. O mesmo aconteceu com empresas de serviços públicos, como as de telecomunicações e energia elétrica, além das concessões de rodovias, portos, bancos estaduais, entre outros, que foram federalizados e depois vendidos à iniciativa privada.

Setores de esquerda questionaram as privatizações, alegando que a transferência do controle de empresas lucrativas (como a Vale) ou de áreas estratégicas da economia para a iniciativa privada enfraqueceria a soberania nacional e favoreceria a concentração de poder econômico. O governo argumentou que as empresas vendidas eram pouco competitivas, e que as privatizações melhorariam a qualidade dos serviços prestados.

Etapa	fase	texto
Título		Privatizações
Orientação		Ainda segundo os preceitos neoliberais, o governo Collor deu início à privatização de estatais , sob a alegação de que seriam deficitárias e pouco competitivas.
Registro de eventos	evento 1	O Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990, permitia também que empresas estrangeiras comprassem estatais.
	evento 2	Essa política foi aprofundada durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso {1995-1998; 1999-2002). O governo FHC autorizou a venda de diversas estatais, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo. O mesmo aconteceu com empresas de serviços públicos, como as de telecomunicações e energia elétrica, além das concessões de rodovias, portos, bancos estaduais, entre outros, que foram federalizados e depois vendidos à iniciativa privada.
Dedução		Setores de esquerda questionaram as privatizações, alegando que a transferência do controle de empresas lucrativas (como a Vale) ou de áreas estratégicas da economia para a iniciativa privada enfraqueceria a soberania nacional e favoreceria a concentração de poder econômico. O governo argumentou que as empresas vendidas eram pouco competitivas, e que as privatizações melhorariam a qualidade dos serviços prestados.

LD1T10

Gênero: relato
histórico

Família: histórias

Entre avanços e dificuldades sociais

Em 2003, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva foi a primeira pessoa oriunda das classes populares a tornar-se presidente da República. Também foi a primeira vez que a população elegeu o líder de um partido de esquerda para conduzir a nação.

Em muitos aspectos, contudo, o governo Lula seguiu a política neoliberal de seu antecessor- manteve parte da equipe econômica do governo FHC; manteve ganhos dos grandes setores do capital, como os bancos; manteve aliança com partidos assumidamente neoliberais, etc. Diante disso, diversos grupos de esquerda romperam com o governo ainda durante o primeiro mandato.

O governo Lula pôs em prática, entretanto, uma política voltada para uma melhor distribuição de renda. Aumentou o salário mínimo com base em índices superiores aos da inflação, ampliou o crédito e diminuiu o desemprego. Implantou também um programa de transferência de renda aos mais necessitados.

Em 2016, mais de 13,9 milhões de famílias estavam contempladas por esse programa. Nesse período Dilma Rousseff, primeira mulher presidente, já estava em seu segundo mandato, iniciado em 2015. A contrapartida para ter direito ao benefício é manter as crianças da família na escola e vaciná-las regularmente.

Etapa	fase	texto
Título		Entre avanços e dificuldades sociais
Orientação		-
Registros de eventos	Evento 1 (eleição de Lula)	Em 2003, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva foi a primeira pessoa oriunda das classes populares a tornar-se presidente da República. Também foi a primeira vez que a população elegeu o líder de um partido de esquerda para conduzir a nação.
	Evento 2 Manutenção de política econômica [Relatório descritivo]	Em muitos aspectos, contudo, o governo Lula seguiu a política neoliberal de seu antecessor- manteve parte da equipe econômica do governo FHC; manteve ganhos dos grandes setores do capital, como os bancos; manteve aliança com partidos assumidamente neoliberais, etc. Diante disso, diversos grupos de esquerda romperam com o governo ainda durante o primeiro mandato.
	Evento 3 Política de distribuição de renda [Relatório descritivo]	O governo Lula pôs em prática, entretanto, uma política voltada para uma melhor distribuição de renda. Aumentou o salário mínimo com base em índices superiores aos da inflação, ampliou o crédito e diminuiu o desemprego. Implantou também um programa de transferência de renda aos mais necessitados.
	Evento 4	Em 2016, mais de 13,9 milhões de famílias estavam contempladas por esse programa. Nesse período Dilma Rousseff, primeira mulher presidente, já estava em seu segundo mandato, iniciado em 2015. A contrapartida para ter direito ao benefício é manter as crianças da família na escola e vaciná-las regularmente.



A persistência da desigualdade

Apesar dos avanços verificados no Brasil nos últimos tempos nos mais variados campos da sociedade, pode-se dizer que o quadro de grande desigualdade social persiste.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil tem bons níveis de desenvolvimento humano. Entretanto, em 2014, das 188 nações investigadas, o país ficou em 752 lugar, com o índice 0,755 em uma escala crescente de 0 a 1. A classificação pode ser considerada baixa, principalmente considerando que o PIB brasileiro está entre os dez maiores do mundo.

Nos últimos anos um dos avanços mais significativos do Brasil na área social foi na redução da pobreza. Entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres do país tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%, enquanto a parcela mais rica da população obteve, nesse mesmo período, um crescimento de 16,6%. Mesmo assim, a concentração de renda continua a ser uma das mais elevadas do mundo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2013 o Coeficiente de Gini no Brasil era de 0,497 - quanto mais próximo o índice estiver de zero, mais igualitário será o país.

A concentração fundiária também é alarmante - uma das maiores do mundo. Segundo a série histórica do Censo Agropecuário, a concentração da maior parte das terras do Brasil nas mãos de um grupo reduzido de famílias de latifundiários praticamente não se alterou.

No que diz respeito à educação, ainda segundo a Pnad (2014), 13,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos são analfabetos - 8,3% dessa população. Na Região Nordeste, a taxa chega a 16,6%. Estima-se que 17,6% da população brasileira acima de 15 anos saiba ler e escrever apenas de maneira muito rudimentar - são os chamados analfabetos funcionais. Apenas nove países latino-americanos têm índices de analfabetismo tão elevados. Algumas das nações mais pobres do continente, como a Bolívia e o Paraguai, têm índices melhores nessa área.

Embora o trabalho infantil tenha diminuído nas últimas décadas, de acordo com dados de 2014 do IBGE, 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (8,1% do total) são obrigados a trabalhar, muitos deles em atividades insalubres e estafantes. Em 2002, esse número chegava a 5,4 milhões (12,6% do total).

Etapa	fase	texto
Título		A persistência da desigualdade
Fenômeno		Apesar dos avanços verificados no Brasil nos últimos tempos nos mais variados campos da sociedade, pode-se dizer que o quadro de grande desigualdade social persiste.
Explicação	fator 1 (Argumentação)	Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil tem bons níveis de desenvolvimento humano. Entretanto, em 2014, das 188 nações investigadas, o país ficou em 752º lugar, com o índice 0,755 em uma escala crescente de 0 a 1. A classificação pode ser considerada baixa, principalmente considerando que o PIB brasileiro está entre os dez maiores do mundo.

	fator 2	<p>Nos últimos anos um dos avanços mais significativos do Brasil na área social foi na redução da pobreza. Entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres do país tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%, enquanto a parcela mais rica da população obteve, nesse mesmo período, um crescimento de 16,6%. Mesmo assim, a concentração de renda continua a ser uma das mais elevadas do mundo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2013 o Coeficiente de Gini no Brasil era de 0,497 - quanto mais próximo o índice estiver de zero, mais igualitário será o país.</p>
	fator 3	<p>A concentração fundiária também é alarmante - uma das maiores do mundo. Segundo a série histórica do Censo Agropecuário, a concentração da maior parte das terras do Brasil nas mãos de um grupo reduzido de famílias de latifundiários praticamente não se alterou.</p>
	fator 4	<p>No que diz respeito à educação, ainda segundo a Pnad (2014), 13,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos são analfabetos - 8,3% dessa população. Na Região Nordeste, a taxa chega a 16,6%. Estima-se que 17,6% da população brasileira acima de 15 anos saiba ler e escrever apenas de maneira muito rudimentar - são os chamados analfabetos funcionais. Apenas nove países latino-americanos têm índices de analfabetismo tão elevados. Algumas das nações mais pobres do continente, como a Bolívia e o Paraguai, têm índices melhores nessa área.</p>
	Fator 5	<p>Embora o trabalho infantil tenha diminuído nas últimas décadas, de acordo com dados de 2014 do IBGE, 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (8,1% do total) são obrigados a trabalhar, muitos deles em atividades insalubres e estafantes. Em 2002, esse número chegava a 5,4 milhões (12,6% do total).</p>



Situação das minorias sociais

As mulheres continuam vítimas do preconceito e recebem salários até 30% inferiores aos dos homens na mesma função, além de terem menos oportunidades no mercado de trabalho (veja box na página 270 a respeito de outro grave problema, a violência contra a mulher). Negros e pardos sofrem uma situação semelhante: além de seus salários serem inferiores aos dos brancos, eles têm menos acesso à educação e à saúde e são mais sujeitos ao desemprego. Essa situação reforça os argumentos de quem defende a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, dirigidas à população negra com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades.

A violência direcionada à população LGBTI também é alarmante: a cada hora pelo menos uma dessas pessoas sofre algum tipo de agressão.

Quanto aos indígenas, além de lutar por maior agilidade no processo de demarcação de suas terras, também têm outros direitos desrespeitados, como o menosprezo às suas especificidades culturais ou a dificuldade de iniciar um curso de graduação, por exemplo, caso não tenham tido acesso a todos os ciclos da educação formal. Sofrem ainda com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.

Etapa	fase	texto
Título		Situação das minorias sociais
Entidade		-
Descrição	Discriminação contra as mulheres	As mulheres continuam vítimas do preconceito e recebem salários até 30% inferiores aos dos homens na mesma função, além de terem menos oportunidades no mercado de trabalho (veja boxe na página 270 a respeito de outro grave problema, a violência contra a mulher.
	Discriminação racial [explicação sequencial]	Negros e pardos sofrem uma situação semelhante: além de seus salários serem inferiores aos dos brancos, eles têm menos acesso à educação e à saúde e são mais sujeitos ao desemprego. Essa situação reforça os argumentos de quem defende a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, dirigidas à população negra com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades.
	Discriminação contas LGBTI	A violência direcionada à população LGBTI também é alarmante: a cada hora pelo menos uma dessas pessoas sofre algum tipo de agressão.
	Discriminação contra os indígenas	Quanto aos indígenas, além de lutar por maior agilidade no processo de demarcação de suas terras, também têm outros direitos desrespeitados, como o menosprezo às suas especificidades culturais ou a dificuldade de iniciar um curso de graduação, por exemplo, caso não tenham tido acesso a todos os ciclos da educação formal. Sofrem ainda com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.



O combate à violência doméstica

Como se não bastassem o preconceito de que são vítimas e o medo pela exposição ao assédio em espaços públicos, muitas mulheres convivem com a violência em suas próprias casas. Dados levantados pela Fundação Perseu Abramo em 2010 apontavam que 43% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência por parte de homens com quem têm ou já tiveram relações afetivas. Sete em cada dez entrevistados pela pesquisa *Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres*, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013, acreditam que as mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos; 54% dos entrevistados conhecem ao menos uma mulher que já foi agredida pelo parceiro.

As agressões mais comuns são tapas, empurrões, violência moral e psicológica. Há também inúmeros registros de ameaças mais violentas, como abusos sexuais e tentativas de homicídios. Muitas mulheres, envergonhadas ou com medo de sofrer novas agressões, não levam esses fatos ao conhecimento da polícia. Entretanto, o número de denúncias vem aumentando após a aprovação da Lei Maria da Penha (2006). Esta tipifica a violência doméstica como crime e prevê até três anos de reclusão como pena.

A legislação prevê outras medidas de proteção, entre elas a que obriga o agressor a sair de casa e garante a proteção dos filhos. É possível fazer denúncias de casos de violência contra a mulher ou pedir orientação a respeito pelo telefone 180, que funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados.

Em março de 2016, o Senado aprovou um projeto que altera a Lei Maria da Penha (pendente na avaliação da Câmara dos Deputados em abril do mesmo ano). A intenção do projeto é estabelecer medidas protetivas aos centros de educação e reabilitação para os agressores.

Etapa	fase	texto
Título		O combate à violência doméstica
Tese	Declaração inicial	Como se não bastassem o preconceito de que são vítimas e o medo pela exposição ao assédio em espaços públicos, muitas mulheres convivem com a violência em suas próprias casas.
Argumentos	Argumento 1 – fatos	Dados levantados pela Fundação Perseu Abramo em 2010 apontavam que 43% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência por parte de homens com quem têm ou já tiveram relações afetivas.
	Argumento 2 – fatos	Sete em cada dez entrevistados pela pesquisa <i>Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres</i> , encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013, acreditam que as mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos; 54% dos entrevistados conhecem ao menos uma mulher que já foi agredida pelo parceiro.
	Argumento 3 – enumeração	As agressões mais comuns são tapas, empurrões, violência moral e psicológica. Há também inúmeros registros de ameaças mais violentas, como abusos sexuais e tentativas de homicídios.
	Argumento 4 – exemplo	Muitas mulheres, envergonhadas ou com medo de sofrer novas agressões, não levam esses fatos ao conhecimento da polícia. Entretanto, o número de denúncias vem aumentando após a aprovação da Lei Maria da Penha (2006). Esta tipifica a violência doméstica como crime e prevê até três anos de reclusão como pena.
	Argumento 5 – enumeração	A legislação prevê outras medidas de proteção, entre elas a que obriga o agressor a sair de casa e garante a proteção dos filhos. É possível fazer denúncias de casos de violência contra a mulher ou pedir orientação a respeito pelo telefone 180, que funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados.

	Argumento 6 – fato	Em março de 2016, o Senado aprovou um projeto que altera a Lei Maria da Penha (pendente na avaliação da Câmara dos Deputados em abril do mesmo ano). A intenção do projeto é estabelecer medidas protetivas aos centros de educação e reabilitação para os agressores.
--	--------------------	--



Violência urbana e corrupção

Roubos, assassinatos, sequestros e estupros ainda ocorrem em quantidades alarmantes, especialmente nas grandes cidades. Entre os diversos fatores que contribuem para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de drogas, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.

O Brasil também está entre as nações com os mais altos índices de mortes por arma de fogo do mundo, em níveis comparáveis ao de países em guerra. Segundo o Mapa da Violência, realizado com dados do Ministério de Saúde, mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012 - 21,9 pessoas em cada grupo de 100 mil, o pior índice da série histórica. Dezesesseis milhões de armas de fogo circulam pelo país, 90% das quais estão nas mãos de civis.

Outra forma de crime corrói boa parte de nossas instituições: a corrupção (veja boxe na página 272), que se manifesta nas esferas pública e privada. De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 692 lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo. Em uma escala de 0 a 100, na qual o zero indica o país mais corrupto, a nota do Brasil foi 43.

Assim, embora não se possa ignorar os avanços, ainda há muito a ser feito pela ética e igualdade no Brasil: acabar com as profundas desigualdades sociais, combater a corrupção, extinguir a violência, erradicar todas as formas de preconceito. É preciso garantir condições de vida equivalentes para todos os setores da população e não apenas para um pequeno grupo de privilegiados.

E isso não é uma tarefa que diga respeito apenas ao Estado. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade nesse contínuo processo de construção de um mundo mais ético, justo e democrático.

Etapa	fase	texto
Título		Violência urbana e corrupção
Tese		
Argumentos	Argumento 1 declaração (tipos de violência)	Roubos, assassinatos, sequestros e estupros ainda ocorrem em quantidades alarmantes, especialmente nas grandes cidades.
	Argumento 2 – causas	Entre os diversos fatores que contribuem para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de drogas, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.

Reiteração	<p>Argumento 3 (declaração outro tipo de violência)</p> <p>Argumento 4 – fatos (fato-dados estatísticos)</p> <p>Argumento 5 declaração (tipo de crime)</p> <p>Argumento 6 – fatos (dados estatísticos)</p> <p>Argumento 7 – fatos (dados estatísticos)</p> <p>Argumento 8 – enumeração</p>	<p>O Brasil também está entre as nações com os mais altos índices de mortes por arma de fogo do mundo, em níveis comparáveis ao de países em guerra.</p> <p>Segundo o Mapa da Violência, realizado com dados do Ministério de Saúde, mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012 - 21,9 pessoas em cada grupo de 100 mil, o pior índice da série histórica. Dezesesseis milhões de armas de fogo circulam pelo país, 90% das quais estão nas mãos de civis.</p> <p>Outra forma de crime corrói boa parte de nossas instituições: a corrupção (veja boxe na página 272), que se manifesta nas esferas pública e privada.</p> <p>De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo. Em uma escala de 0 a 100, na qual o zero indica o país mais corrupto, a nota do Brasil foi 43.</p> <p>Assim, embora não se possa ignorar os avanços ainda há muito a ser feito pela ética e igualdade no Brasil: acabar com as profundas desigualdades sociais, combater a corrupção, extinguir a violência, erradicar todas as formas de preconceito. É preciso garantir condições de vida equivalentes para todos os setores da população e não apenas para um pequeno grupo de privilegiados.</p> <p>E isso não é uma tarefa que diga respeito apenas ao Estado. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade nesse contínuo processo de construção de um mundo mais ético, justo e democrático.</p>
------------	--	---

LD1T15

Gênero: relato histórico explicativo

Família: histórias

O povo nas ruas

Entre 2013 e 2016, os brasileiros foram às ruas protestar diversas vezes. Em muitas dessas ocasiões, as manifestações eram contra a corrupção. As primeiras ocorreram em junho de 2013 e se colocavam contra aumentos nas tarifas do transporte público nas grandes capitais. Aos poucos, o movimento cresceu e passou a reunir pessoas que aproveitaram a visibilidade para defender causas variadas.

Esse movimento de origem popular ficou conhecido como "Jornadas de Junho". Muitos manifestantes reivindicavam melhoria nos serviços públicos, principalmente nas áreas de educação e saúde. Outros protestavam contra a violência policial, os enormes gastos públicos

empregados na construção dos estádios da Copa do Mundo de 2014, a corrupção na gestão pública e o governo da presidente Dilma Rousseff.

As manifestações se estenderam por vários dias e o governo, como resposta, apresentou propostas que incluíam, entre outras coisas, transformar a corrupção em crime hediondo e iniciar uma reforma política, proibindo, por exemplo, o financiamento de campanhas pela iniciativa privada.

Em 2014, a Operação Lava Jato ganhou visibilidade pública. Trata-se de uma investigação da Polícia Federal que apurava um esquema de lavagem de dinheiro público. Os investigadores encontraram provas de que um esquema de propinas teria desviado milhões de reais da Petrobras. Empresários, executivos de grandes construtoras e políticos de diferentes partidos acabaram sendo presos.

A operação Lava Jato teve o apoio de grande parcela da população, mas também recebeu críticas. De acordo com os grupos que a criticaram, as investigações foram feitas com caráter político-partidário, priorizando investigar as denúncias contra o partido da presidente (Partido dos Trabalhadores). A operação foi também acusada de vazar à imprensa informações que deveriam ser mantidas em sigilo.

Após a vitória da presidente Dilma Rousseff para um novo mandato presidencial (eleições de 2014), as manifestações de rua se ampliaram. Questionava-se, entre outras coisas, as contas da campanha da chapa vencedora; a corrupção no governo federal; a estagnação econômica, etc.

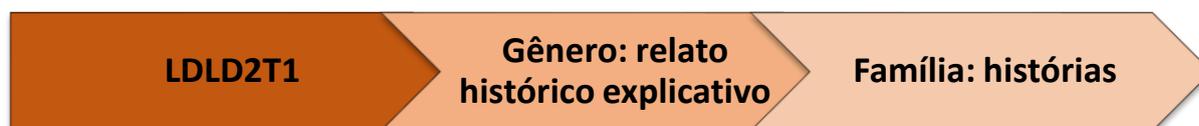
Por outro lado, grupos de esquerda também realizaram grandes manifestações de rua em defesa do governo. Para esses grupos, os partidos da oposição, aliados a alguns grupos de imprensa e a setores como o do empresariado, planejavam promover o que chamaram de "golpe de Estado".

Em meio a esse embate, alguns setores da sociedade entraram com pedido de impeachment da presidente junto ao Congresso Nacional. Em 11 de maio de 2016, a presidente foi afastada por até 180 dias, período no qual o Senado brasileiro faria seu julgamento. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu como presidente em exercício.

Etapa	fase	texto
Título		O povo nas ruas
Orientação		Entre 2013 e 2016, os brasileiros foram às ruas protestar diversas vezes. Em muitas dessas ocasiões, as manifestações eram contra a corrupção.
Registro de eventos	Evento 1	As primeiras ocorreram em junho de 2013 e se colocavam contra aumentos nas tarifas do transporte público nas grandes capitais. Aos poucos, o movimento cresceu e passou a reunir pessoas que aproveitaram a visibilidade para defender causas variadas. Esse movimento de origem popular ficou conhecido como "Jornadas de Junho". Muitos manifestantes reivindicavam melhoria nos serviços públicos, principalmente nas áreas de educação e saúde. Outros protestavam contra a violência policial, os enormes gastos públicos empregados na construção dos estádios da Copa do Mundo de 2014, a corrupção na gestão pública e o governo da presidente Dilma Rousseff. As manifestações se estenderam por vários dias e o governo, como resposta, apresentou propostas que incluíam, entre outras coisas, transformar a corrupção em crime hediondo e iniciar uma reforma política, proibindo, por exemplo, o financiamento de campanhas pela iniciativa privada.
	Evento 2	Em 2014, a Operação Lava Jato ganhou visibilidade pública. Trata-se de uma investigação da Polícia Federal que apurava um

		<p>esquema de lavagem de dinheiro público. Os investigadores encontraram provas de que um esquema de propinas teria desviado milhões de reais da Petrobras. Empresários, - executivos de grandes construtoras e políticos de diferentes partidos acabaram sendo presos.</p> <p>A operação Lava Jato teve o apoio de grande parcela da população, mas também recebeu críticas. De acordo com os grupos que a criticaram, as investigações foram feitas com caráter político-partidário, priorizando investigar as denúncias contra o partido da presidente (Partido dos Trabalhadores). A operação foi também acusada de vazar à imprensa informações que deveriam ser mantidas em sigilo.</p> <p>Evento 3 Após a vitória da presidente Dilma Rousseff para um novo mandato presidencial (eleições de 2014), as manifestações de rua se ampliaram. Questionava-se, entre outras coisas, as contas da campanha da chapa vencedora; a corrupção no governo federal; a estagnação econômica etc.</p> <p>Por outro lado, grupos de esquerda também realizaram grandes manifestações de rua em defesa do governo. Para esses grupos, os partidos da oposição, aliados a alguns grupos de imprensa e a setores como o do empresaria- do, planejavam promover o que chamaram de "golpe de Estado".</p> <p>Evento 4 Em meio a esse embate, alguns setores da sociedade entraram com pedido de impeachment da presidente junto ao Congresso Nacional.</p> <p>Evento 5 Em 11 de maio de 2016, a presidente foi afastada por até 180 dias, período no qual o Senado brasileiro faria seu julgamento. O vice--presidente Michel Temer (PMDB)assumiu como presidente em exercício.</p>
--	--	--

APÊNDICE D – LD2: OFICINA DE HISTÓRIA



Comparada a outros regimes latino-americanos, a ditadura no Brasil não foi a mais sangrenta. No entanto, o autoritarismo ficou alojado nas estruturas sociais e políticas do país. A remoção do "entulho autoritário" foi tarefa do primeiro governo civil, e até hoje não foi completamente concluída. Em 15 de março de 1985, data da posse do novo presidente, o país foi informado de que Tancredo Neves fora internado às pressas em um hospital de Brasília. José Sarney subiu a rampa do Palácio do Planalto e recebeu a faixa presidencial. Significativo. Durante a ditadura, o ex-presidente do PDS, ex-governador e ex-senador da Arena aprendera bem o percurso, realizado diversas vezes em busca dos gabinetes do poder militar. Era acompanhado por antigos colaboradores do regime, como Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, e pelos principais representantes da oposição, como Ulysses Guimarães e Franco Montam.

Em 21 de abril, data da morte de Tiradentes, morria o mineiro Tancredo Neves, logo transformado em ídolo pelo PMDB e em santo milagreiro pela crença popular. Milhões de pessoas saíram às ruas para acompanhar o cortejo fúnebre em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rei, sua cidade natal. Em muitas faixas empunhadas pelos manifestantes lia-se a frase: "Nós não vamos nos dispersar".

Sem respaldo popular, cercado de desconfianças dos opositoristas e conduzindo uma coalizão política extremamente heterogênea, num contexto de acentuada crise econômica, o governo Sarney pautou-se pelo imobilismo e pelo fisiologismo. A oposição petista e pedetista não perdoava: "O povo não esquece, Sarney é PDS" e "Sarney não dá, diretas já".

Por outro lado, o estabelecimento de uma ordem democrática impunha a elaboração de uma nova Carta constitucional em substituição à legislação do regime autoritário. Para tanto, foram delegados poderes constituintes ao Congresso Nacional, renovado pelas eleições de 1986. Em 1985, uma complacente legislação havia permitido a livre criação partidária, que tirou da clandestinidade o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), propiciando o surgimento de um grande número de legendas, muitas de reduzida expressão política.

Etapa	fase	texto
Registro de eventos	Evento 1 Adoecimento de Tancredo	Comparada a outros regimes latino-americanos, a ditadura no Brasil não foi a mais sangrenta. No entanto, o autoritarismo ficou alojado nas estruturas sociais e políticas do país. A remoção do "entulho autoritário" foi tarefa do primeiro governo civil, e até hoje não foi completamente concluída.
	Evento 2 Posse de Sarney	Em 15 de março de 1985, data da posse do novo presidente, o país foi informado de que Tancredo Neves fora internado às pressas em um hospital de Brasília.
	Evento 3 Morte de Tancredo e comoção popular	José Sarney subiu a rampa do Palácio do Planalto e recebeu a faixa presidencial. Significativo. Durante a ditadura, o ex-presidente do PDS, ex-governador e ex-senador da Arena aprendera bem o percurso, realizado diversas vezes em busca dos gabinetes do poder militar. Era acompanhado por antigos colaboradores do regime, como Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, e pelos

	<p>Evento 4 Fragilidades do governo Sarney</p> <p>Evento 5 Estabelecimento da Constituinte</p> <p>Evento 6 Legislação permite a criação partidária</p>	<p>principais representantes da oposição, como Ulysses Guimarães e Franco Montoro.</p> <p>Em 21 de abril, data da morte de Tiradentes, morria o mineiro Tancredo Neves, logo transformado em ídolo pelo PMDB e em santo milagreiro pela crença popular. Milhões de pessoas saíram às ruas para acompanhar o cortejo fúnebre em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rei, sua cidade natal. Em muitas faixas empunhadas pelos manifestantes lia-se a frase: "Nós não vamos nos dispersar".</p> <p>Sem respaldo popular, cercado de desconfianças dos opositoristas e conduzindo uma coalizão política extremamente heterogênea, num contexto de acentuada crise econômica, o governo Sarney pautou-se pelo imobilismo e pelo fisiologismo. A oposição petista e pedetista não perdoava: "O povo não esquece, Sarney é PDS" e "Sarney não dá, diretas já".</p> <p>Por outro lado, o estabelecimento de uma ordem democrática impunha a elaboração de uma nova Carta constitucional em substituição à legislação do regime autoritário. Para tanto, foram delegados poderes constituintes ao Congresso Nacional, renovado pelas eleições de 1986.</p> <p>Em 1985, uma complacente legislação havia permitido a livre criação partidária, que tirou da clandestinidade o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), propiciando o surgimento de um grande número de legendas, muitas de reduzida expressão política.</p>
--	--	--

LDLD2T2

**Gênero: relato
histórico explicativo**

Família: histórias

O PLANO CRUZADO E A CONSTITUINTE

Para conter a corrida inflacionária, em fevereiro de 1986 foi implementado o Plano Cruzado, que estabelecia o congelamento dos preços e promovia uma reforma monetária. Inflação zero e aumento real de salários de cerca de 8% foram decisivos para que o plano obtivesse a aprovação da população brasileira, que, entre lágrimas de economistas e discursos de consumidores contra remarcações indevidas, virou "fiscal do Sarney". No entanto, por motivações político-eleitorais, a flexibilização do congelamento foi adiada ao máximo, o que contribuiu para o fracasso do plano já no final de 1986.

O primeiro semestre de 1987 assistiu ao retorno da crise econômica e financeira. Em fevereiro, o país anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. A volta da inflação e as medidas amargas de contenção do consumo rapidamente atingiram a popularidade de Sarney e da Nova República. Acossado pela opinião pública, o presidente buscou apoio político para seu governo nos setores mais conservadores do Congresso Nacional. Isso trouxe consequências nefastas para as novas tentativas de ajustes econômicos que ainda iriam ser implementadas (Plano Bresser, de junho de 1987, e Plano Verão, de

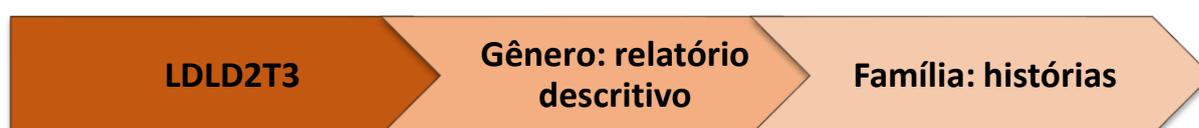
janeiro de 1989).

Quaisquer iniciativas de contenção dos gastos públicos esbarrariam nas necessidades pragmáticas de sustentação política, que ficaram celebrizadas pelo slogan "... É dando que se recebe", proferido com convicção por um deputado de São Paulo. O governo passou então a administrar as taxas inflacionárias, sem promover ajustes estruturais na economia do país. A permanência da inflação e da recessão, o desequilíbrio fiscal e as indefinições a respeito da política de renegociação da dívida externa foram extremamente negativos para o regime democrático, que procurava se firmar. Democracia e crise econômica caminharam juntas, numa década em que se acentuaram os graves problemas sociais brasileiros.

Reforçado pelo Plano Cruzado, que controlara a inflação e parecera ter resolvido alguns dos mais graves problemas nacionais, o PMDB saíra vitorioso das urnas em 1986. Com a maioria absoluta dos parlamentares e com a quase totalidade dos governadores, o antigo partido oposicionista tinha em suas mãos o destino político do Brasil. No entanto, dividido em termos ideológicos e inchado pelo ingresso de políticos recém-saídos do PDS, o PMDB estava controlado por conservadores.

Etapa	fase	texto
Título		O PLANO CRUZADO E A CONSTITUINTE
Orientação		-
Registro de eventos	Evento 1 – implementação do Plano Cruzado	Para conter a corrida inflacionária, em fevereiro de 1986 foi implementado o Plano Cruzado, que estabelecia o congelamento dos preços e promovia uma reforma monetária. Inflação zero e aumento real de salários de cerca de 8% foram decisivos para que o plano obtivesse a aprovação da população brasileira, que, entre lágrimas de economistas e discursos de consumidores contra remarcações indevidas, virou "fiscal do Sarney". No entanto, por motivações político-eleitorais, a flexibilização do congelamento foi adiada ao máximo, o que contribuiu para o fracasso do plano já no final de 1986.
	Evento 2 Crise econômica e fisiologismo	O primeiro semestre de 1987 assistiu ao retorno da crise econômica e financeira. Em fevereiro, o país anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. A volta da inflação e as medidas amargas de contenção do consumo rapidamente atingiram a popularidade de Sarney e da Nova República. Acossado pela opinião pública, o presidente buscou apoio político para seu governo nos setores mais conservadores do Congresso Nacional. Isso trouxe consequências nefastas para as novas tentativas de ajustes econômicos que ainda iriam ser implementadas (Plano Bresser, de junho de 1987, e Plano Verão, de janeiro de 1989). Quaisquer iniciativas de contenção dos gastos públicos esbarrariam nas necessidades pragmáticas de sustentação política, que ficaram celebrizadas pelo slogan "... É dando que se recebe", proferido com convicção por um deputado de São Paulo. O governo passou então a administrar as taxas inflacionárias, sem promover ajustes estruturais na economia do país. A permanência da inflação e da recessão, o desequilíbrio fiscal e as indefinições a respeito da política de renegociação da dívida externa foram extremamente negativos para o regime democrático, que procurava se

	Evento 3 Vitória eleitoral do PMDB	<p>firmar. Democracia e crise econômica caminharam juntas, numa década em que se acentuaram os graves problemas sociais brasileiros.</p> <p>Reforçado pelo Plano Cruzado, que controlara a inflação e parecera ter resolvido alguns dos mais graves problemas nacionais, o PMDB saíra vitorioso das urnas em 1986. Com a maioria absoluta dos parlamentares e com a quase totalidade dos governadores, o antigo partido oposicionista tinha em suas mãos o destino político do Brasil. No entanto, dividido em termos ideológicos e inchado pelo ingresso de políticos recém-saídos do PDS, o PMDB estava controlado por conservadores.</p>
--	--	---



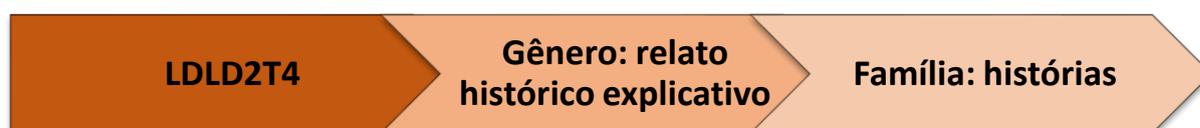
A Constituição de 1988

"De maneira resumida seria possível destacar duas características marcantes da Constituição de 1988. De uma parte, ela tendeu ao aumento da regulamentação da esfera das relações de trabalho e da proteção social. De outra, ela consagrou a transição do sistema de representação sindical de um modelo corporativista estatal para um modelo neocorporativista. Desta forma, pelo menos no capítulo dos direitos sociais, a Carta Constitucional afastou-se léguas do receituário neoliberal, que vem prescrevendo, no país e no exterior, medidas que permitam a flexibilização das relações trabalhistas formalizadas, a diminuição do controle sindical e, quando possível, a redução da proteção social. No plano das normas legais, o novo marco constitucional da questão social amplia o escopo da proteção social[...], aumenta a regulação das relações de trabalho e cria condições para o fortalecimento da representação sindical corporativista."

ALMEIDA, M. H. T. de. *"Direitos sociais, organização de interesses e corporativismo no Brasil"*. In : *Novos Estudos Cebrap*, n. 25. p. 59.

Etapa	fase	texto
Título		A Constituição de 1988
Entidade		"De maneira resumida seria possível destacar duas características marcantes da Constituição de 1988.
Descrição das características	Característica 1	De uma parte, ela tendeu ao aumento da regulamentação da esfera das relações de trabalho e da proteção social.
	Característica 2	De outra, ela consagrou a transição do sistema de representação sindical de um modelo corporativista estatal para um modelo neocorporativista.
Avaliação	Avaliação de outras partes	Desta forma, pelo menos no capítulo dos direitos sociais, a Carta Constitucional afastou-se léguas do receituário neoliberal, que vem prescrevendo, no país e no exterior, medidas que permitam a flexibilização das relações trabalhistas formalizadas, a diminuição

		<p>do controle sindical e, quando possível, a redução da proteção social. No plano das normas legais, o novo marco constitucional da questão social amplia o escopo da proteção social[...], aumenta a regulação das relações de trabalho e cria condições para o fortalecimento da representação sindical corporativista."</p> <p>ALMEIDA, M. H. T. de. <i>"Direitos sociais, organização de interesses e corporativismo no Brasil"</i>. In : <i>Novos Estudos Cebrap</i>, n. 25. p. 59.</p>
--	--	--



COLLOR

O desgaste do PMDB junto à opinião pública ficou evidente em novembro de 1989, quando finalmente foram realizadas as primeiras eleições presidenciais em quase trinta anos. Responsabilizado pela instabilidade política do governo e pela grave crise econômica que o país atravessava, o candidato peemedebista Ulysses Guimarães, um dos mais importantes líderes da oposição durante os anos da ditadura, recebeu uma votação inexpressiva, amargando o sétimo lugar no primeiro turno eleitoral.

Dois candidatos conseguiram canalizar as expectativas por mudanças no país: o jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, e o líder operário, Luiz Inácio Lula da Silva, principal dirigente das greves de 1978 a 1980 no ABC paulista.

Collor lançou-se por uma coligação partidária praticamente inexpressiva, capitaneada pelo recém-fundado Partido da Renovação Nacional (PRN). Ex-integrante do PDS, eleito governador pelo PMDB em 1986, Collor recebeu inestimável ajuda de emissoras de televisão, que, além de garantir-lhe a necessária exposição na mídia, promoveu intensa campanha contra seus adversários. Lula conseguiu reunir a maior parte da esquerda (PT, PSB e PC do B), animada pelos sucessos obtidos nas eleições municipais de 1988.

No segundo turno das eleições, o Brasil viveu uma impressionante polarização ideológica entre grupos de direita e esquerda. Ao lado de Collor ficaram os remanescentes do regime militar, os conservadores do PMDB e a imensa maioria do empresariado e proprietários de terras. Com Lula, além do PT, PSB e PC do B, estiveram PDT, PCB, PSDB e representantes dos movimentos populares e de direitos civis.

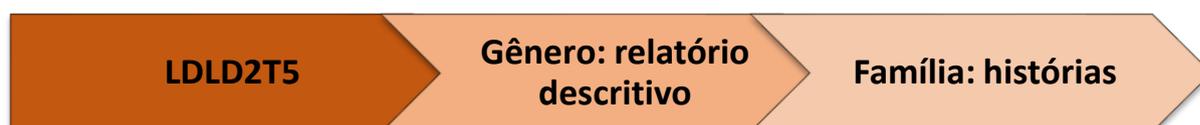
Apresentando-se como o "caçador de marajás"- alusão a funcionários públicos de altos salários – e representante dos "descamisados", Collor conseguiu vencer as eleições. Antes dele, o último presidente eleito havia sido Jânio Quadros (1960-1961), que prometera deixar a direita indignada e a esquerda perplexa.

A imagem de Collor procurou encarnar a modernidade e a esperança de justiça social. Em março de 1990, o jovem presidente implementava o Plano Collor. Entre outras medidas, estabeleceu o confisco por dezoito meses de recursos depositados em contas bancárias e cadernetas de poupança, e o congelamento de preços. O líder comunista Fidel Castro, que viera assistir à posse de Collor, não se conteve ao saber das medidas: "Nem em Cuba fizemos isso".

Mas, no Brasil, os grupos dominantes não só permitiram como até apoiaram as investidas de Collor sobre suas próprias contas bancárias. A expropriação feita por um membro das elites era preferível ao "risco" de uma expropriação realizada por um líder operário. Em compensação, Collor iniciou um amplo programa de privatização de empresas estatais e abertura da economia brasileira ao capital internacional. A elite poderia, a partir de então, desfilar pelo país em carros importados, deixando de lado as "carroças" nacionais.

Etapa	fase	texto
Título		COLLOR
Orientação	cenário	O desgaste do PMDB junto à opinião pública ficou evidente em novembro de 1989, quando finalmente foram realizadas as primeiras eleições presidenciais em quase trinta anos.
Registro de eventos	Evento 1 Responsabilização de Ulysses Guimarães pela crise	Responsabilizado pela instabilidade política do governo e pela grave crise econômica que o país atravessava, o candidato peemedebista Ulysses Guimarães, um dos mais importantes líderes da oposição durante os anos da ditadura, recebeu uma votação inexpressiva, amargando o sétimo lugar no primeiro turno eleitoral.
	Evento 2 Canalização de expectativas	Dois candidatos conseguiram canalizar as expectativas por mudanças no país: o jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, e o líder operário, Luiz Inácio Lula da Silva, principal dirigente das greves de 1978 a 1980 no ABC paulista. Collor lançou-se por uma coligação partidária praticamente inexpressiva, capitaneada pelo recém-fundado Partido da Renovação Nacional (PRN). Ex-integrante do PDS, eleito governador pelo PMDB em 1986, Collor recebeu inestimável ajuda de emissoras de televisão, que, além de garantir-lhe a necessária exposição na mídia, promoveu intensa campanha contra seus adversários. Lula conseguiu reunir a maior parte da esquerda (PT, PSB e PC do B), animada pelos sucessos obtidos nas eleições municipais de 1988.
	Evento 3 2º turno polarizado	No segundo turno das eleições, o Brasil viveu uma impressionante polarização ideológica entre grupos de direita e esquerda. Ao lado de Collor ficaram os remanescentes do regime militar, os conservadores do PMDB e a imensa maioria do empresariado e proprietários de terras. Com Lula, além do PT, PSB e PC do B, estiveram PDT, PCB, PSDB e representantes dos movimentos populares e de direitos civis.
	Evento 4 Eleição de Collor	Apresentando-se como o "caçador de marajás"- alusão a funcionários públicos de altos salários – e representante dos "descamisados", Collor conseguiu vencer as eleições. Antes dele, o último presidente eleito havia sido Jânio Quadros (1960-1961), que prometera deixar a direita indignada e a esquerda perplexa.
	Evento 5 Implementação do plano Collor	A imagem de Collor procurou encarnar a modernidade e a esperança de justiça social. Em março de 1990, o jovem presidente implementava o Plano Collor. Entre outras medidas, estabeleceu o confisco por dezoito meses de recursos depositados em contas bancárias e cadernetas de poupança, e o congelamento de preços.

Dedução		<p>O líder comunista Fidel Castro, que viera assistir à posse de Collor, não se conteve ao saber das medidas: "Nem em Cuba fizemos isso".</p> <p>Mas, no Brasil, os grupos dominantes não só permitiram como até apoiaram as investidas de Collor sobre suas próprias contas bancárias. A expropriação feita por um membro das elites era preferível ao "risco" de uma expropriação realizada por um líder operário. Em compensação, Collor iniciou um amplo programa de privatização de empresas estatais e abertura da economia brasileira ao capital internacional. A elite poderia, a partir de então, desfilar pelo país em carros importados, deixando de lado as "carroças" nacionais.</p>
---------	--	---

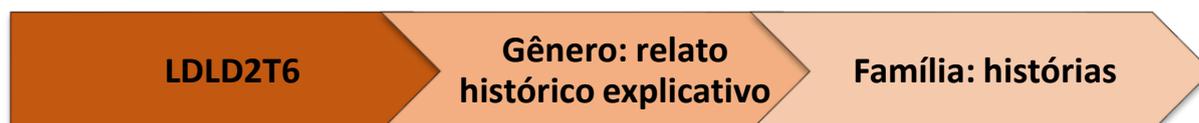


Ministério Collor

Governando com uma pequena equipe de ministros de baixíssima expressão política, exceção feita a Celso Lafer, Adib Jatene, Sergio Rouanet e José Goldemberg, Collor mantinha laços com os grupos incrustados no poder desde 1964. Apresentava-se como uma espécie de herói da "geração saúde". Fazia cooper, pilotava jatos, dirigia carro de corrida, moto e jet ski. A ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello e o ministro da Justiça Bernardo Cabral deixaram escapar à imprensa detalhes privados de seu caso amoroso. O criativo ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, brindou o país com explicações surpreendentes. Sua esposa foi flagrada em uma clínica veterinária transportando sua cachorra dobermann, chamada Orca, com o carro oficial do ministro. Indagado se aquele gesto não configurava um uso indevido de bens públicos, o ministro filosofou: " A Orca é um ser humano como qualquer um de nós".

Etapa	fase	texto
Título		Ministério Collor
Entidade	Constituição do ministério	Governando com uma pequena equipe de ministros de baixíssima expressão política, exceção feita a Celso Lafer, Adib Jatene, Sergio Rouanet e José Goldemberg, Collor mantinha laços com os grupos incrustados no poder desde 1964.
Descrição	[relatório descritivo] Ações de Collor	Apresentava-se como uma espécie de herói da "geração saúde". Fazia cooper, pilotava jatos, dirigia carro de corrida, moto e jet ski.
	Ministros da Economia e Justiça	A ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello e o ministro da Justiça Bernardo Cabral deixaram escapar à imprensa detalhes privados de seu caso amoroso.
	Ministro do Trabalho	O criativo ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, brindou o país com explicações surpreendentes. Sua esposa foi flagrada em uma clínica veterinária

		transportando sua cachorra dobermann, chamada Orca, com o carro oficial do ministro. Indagado se aquele gesto não configurava um uso indevido de bens públicos, o ministro filosofou: " A Orca é um ser humano como qualquer um de nós".
--	--	--



Impeachment

Em 1992, em um enredo dramático, Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, concedeu várias entrevistas à imprensa acusando Fernando Collor de farsante, corrupto, imoral e usuário de drogas. Num país onde as fronteiras entre o público e o privado não são claramente definidas, as críticas ao comportamento administrativo do presidente não eram novas. A oposição, desde a campanha eleitoral, denunciava a farsa política montada em torno do candidato. Após a posse, denúncias de corrupção envolvendo o governo inundavam os noticiários quase diariamente. Mesmo assim, a credibilidade de Collor parecia não ser abalada. Ou melhor, sua falta de credibilidade era tolerada pela população.

No entanto, quando as denúncias envolveram sua vida particular, a pretensa moralidade brasileira foi atingida. A indignação tomou conta do país em 14 de agosto, numa sexta-feira, ocasião em que, diante das câmeras de TV, visivelmente alterado, Collor pediu aos brasileiros que se vestissem com as cores da bandeira brasileira no domingo, em sinal de apoio ao presidente. Desde as primeiras horas do dia 16 de agosto, por todo o país, sem que tivesse havido condições de planejamento e organização para qualquer ato público, milhares de brasileiros saíram às ruas. De preto.

Nos dias seguintes, jovens estudantes pintaram o rosto de verde, amarelo e preto e tornaram as ruas e avenidas das principais cidades do país, exigindo a queda do presidente e ética na política. Após uma série de comícios, negociações e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), votou-se o *impeachment* do presidente. Numa última cartada, Collor renunciou à presidência antes de sua cassação. Mesmo assim, teve seus direitos políticos suspensos por oito anos. O vice-presidente, Itamar Franco (PMDB), assumiria o principal cargo da república que alguns, ironicamente chamaram de "vice-presidencialista".

Etapa	fase	texto
Título		Impeachment
Orientação		Em 1992, em um enredo dramático, Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, concedeu várias entrevistas à imprensa acusando Fernando Collor de farsante, corrupto, imoral e usuário de drogas. Num país onde as fronteiras entre o público e o privado não são claramente definidas, as críticas ao comportamento administrativo do presidente não eram novas. A oposição, desde a campanha eleitoral, denunciava a farsa política montada em torno do candidato. Após a posse, denúncias de corrupção envolvendo o governo inundavam os noticiários quase diariamente. Mesmo assim, a credibilidade de Collor parecia não ser abalada. Ou melhor, sua falta de credibilidade era tolerada pela população.
	Evento 1	

Registro de eventos	<p>Denúncia sobre vida particular de Collor</p> <p>Evento 2 Cara-pintada</p> <p>Evento 3 <i>Impeachment</i></p> <p>Evento 4 Renúncia</p>	<p>No entanto, quando as denúncias envolveram sua vida particular, a pretensa moralidade brasileira foi atingida. A indignação tomou conta do país em 14 de agosto, numa sexta-feira, ocasião em que, diante das câmeras de TV, visivelmente alterado, Collor pediu aos brasileiros que se vestissem com as cores da bandeira brasileira no domingo, em sinal de apoio ao presidente. Desde as primeiras horas do dia 16 de agosto, por todo o país, sem que tivesse havido condições de planejamento e organização para qualquer ato público, milhares de brasileiros saíram às ruas. De preto.</p> <p>Nos dias seguintes, jovens estudantes pintaram o rosto de verde, amarelo e preto e tornaram as ruas e avenidas das principais cidades do país, exigindo a queda do presidente e ética na política.</p> <p>Após uma série de comícios, negociações e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), votou-se o <i>impeachment</i> do presidente.</p> <p>Numa última cartada, Collor renunciou à presidência antes de sua cassação. Mesmo assim, teve seus direitos políticos suspensos por oito anos. O vice-presidente, Itamar Franco (PMDB), assumiria o principal cargo da república que alguns, ironicamente chamaram de "vice-presidencialista".</p>
---------------------	--	--

LDLD2T7

**Gênero: relato
histórico explicativo**

Família: histórias

O PLANO REAL

A montagem do governo Itamar Franco foi produto de uma série de acordos políticos entre os partidos que estiveram à frente da destituição de Collor. Mais uma vez, o PT optou pela via oposicionista, seguido pelo PSB e partidos comunistas. No entanto, uma de suas principais estrelas, a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, aceitou participar como ministra do governo Itamar. Para solucionar a situação, Erundina licenciou-se do PT.

Outros partidos preferiram soluções diferentes. PFL, PMDB, PSDB e Partido Progressista Reformador (PPR) compuseram com Itamar um amplo governo de coalizão. Até mesmo o PDT tinha um representante no governo, o senador Maurício Correia.

Em junho de 1994, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciava à nação mais um plano econômico, denominado Plano Real. A moeda brasileira foi equiparada ao dólar e teve seu nome alterado para real. Foi anunciado um amplo programa de estabilização da economia, que previa a elevação da taxa de juros e a redução do déficit público com uma política de privatizações de empresas estatais.

O sucesso do Plano Real embalou a campanha presidencial de 1994. Fernando Henrique Cardoso lançou-se candidato numa aliança política entre o PSDB e o PFL. Para vice de sua chapa foi escolhido o senador Marco Maciel. A vitória no primeiro turno não deixou dúvidas sobre a aceitação do Plano Real. Mais uma vez os candidatos da esquerda, Lula, pelo PT, e Brizola, pelo PDT, não obtiveram êxito.

Em janeiro de 1995, Fernando Henrique subiu a rampa do Palácio do Planalto como presidente da República. Foi acompanhado por diversos representantes do PFL, que já

havia feito o mesmo percurso nos governos Sarney, Collor e Itamar. Aliás, considerando-se que o PFL (hoje DEM) constituiu-se de uma dissidência do PDS, que era a continuação da Arena, que foi formada principalmente pela UDN, percebe-se que os efeitos do golpe de 1964 ainda hoje estão presentes na política nacional. Os herdeiros de Carlos Lacerda conseguiram manter-se no poder.

Os primeiros anos do governo FHC foram marcados por estabilidade monetária e queda da inflação. Apesar do ritmo recessivo da economia, controlada e limitada por uma excessiva alta dos juros, houve crescimento da renda per capita e principalmente, pela primeira vez em várias décadas, uma redistribuição da renda nacional. Num país marcado pela mais perversa desigualdade social do planeta - oitava economia do mundo e um dos últimos em distribuição de renda-, a participação nos ganhos nacionais dos 50% mais pobres aumentou 1,2%, enquanto os 20% mais ricos perderam 2,3%.

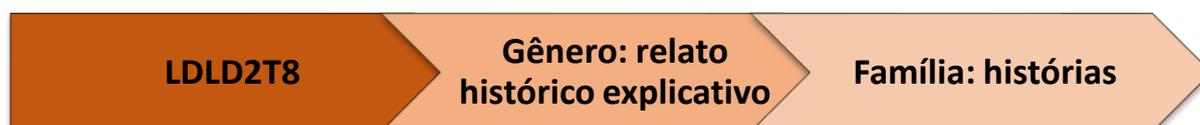
Insuficiente para resolver os desequilíbrios sociais brasileiros, a estabilidade do Plano Real conseguiu atordoar a oposição. Dividido em grupos radicais e moderados, que estabeleciam uma duríssima disputa pelo controle do partido, o PT oscilou entre denunciar os efeitos recessivos do programa econômico do governo e a vulnerabilidade diante do capital estrangeiro e apresentar alternativas político-econômicas para o país. O PDT reduziu seu espaço de intervenção na mesma medida da perda de popularidade de Leonel Brizola, abalada pelas surpreendentes alianças que este promoveu: apoiou Lula no segundo turno em 1989, apoiou Collor na época do impeachment, aproximou-se do PT a partir de 1995 e promoveu a entrada no PDT de diversos políticos que participaram da Arena e do PDS, como Jaime Lerner e Francisco Rossi.

O primeiro governo FHC estabeleceu como meta uma ampla série de reformas, com o objetivo de diminuir a participação do Estado na economia e, conseqüentemente, reduzir o déficit público. Uma avassaladora onda de privatizações atingiu diversas empresas estatais de setores considerados estratégicos à época do regime populista e da ditadura militar: telecomunicações, eletricidade e siderurgia. Nessa mesma perspectiva neoliberal, o Brasil deu passos decisivos para a integração com os países do Mercosul e a abertura de sua economia a empresas europeias, asiáticas e estadunidenses.

Etapa	fase	texto
Título		O PLANO REAL
Orientação 1 (o governo Itamar Franco)	Contextualização	A montagem do governo Itamar Franco foi produto de uma série de acordos políticos entre os partidos que estiveram à frente da destituição de Collor.
Registro de eventos	Evento 1 (posicionamento do PT)	Mais uma vez, o PT optou pela via oposicionista, seguido pelo PSB e partidos comunistas. No entanto, uma de suas principais estrelas, a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, aceitou participar como ministra do governo Itamar. Para solucionar a situação, Erundina licenciou-se do PT.
	Evento 2 (posição de outros partidos)	Outros partidos preferiram soluções diferentes. PFL, PMDB, PSDB e Partido Progressista Reformador (PPR) compuseram com Itamar um amplo governo de coalizão. Até mesmo o PDT tinha um representante no governo, o senador Maurício Correia.
	Evento 3 (anúncio do Plano Real)	Em junho de 1994, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciava à nação mais um plano econômico, denominado Plano Real. A moeda brasileira foi equiparada ao dólar e teve seu nome

Orientação 2 (eleição de FHC)	Contextualização	<p>alterado para real. Foi anunciado um amplo programa de estabilização da economia, que previa a elevação da taxa de juros e a redução do déficit público com uma política de privatizações de empresas estatais.</p> <p>O sucesso do Plano Real embalou a campanha presidencial de 1994.</p>
Registro de eventos	Evento 4 Continuidade política	<p>Fernando Henrique Cardoso lançou-se candidato numa aliança política entre o PSDB e o PFL. Para vice de sua chapa foi escolhido o senador Marco Maciel. A vitória no primeiro turno não deixou dúvidas sobre a aceitação do Plano Real. Mais uma vez os candidatos da esquerda, Lula, pelo PT, e Brizola, pelo PDT, não obtiveram êxito.</p>
	Evento 5 Ações iniciais do governo FHC	<p>Em janeiro de 1995, Fernando Henrique subiu a rampa do Palácio do Planalto como presidente da República. Foi acompanhado por diversos representantes do PFL, que já haviam feito o mesmo percurso nos governos Sarney, Collor e Itamar. Aliás, considerando-se que o PFL (hoje DEM) constituiu-se de uma dissidência do PDS, que era a continuação da Arena, que foi formada principalmente pela UDN, percebe-se que os efeitos do golpe de 1964 ainda hoje estão presentes na política nacional. Os herdeiros de Carlos Lacerda conseguiram manter-se no poder.</p>
Dedução	Evento 6 O papel da oposição no governo	<p>Os primeiros anos do governo FHC foram marcados por estabilidade monetária e queda da inflação. Apesar do ritmo recessivo da economia, controlada e limitada por uma excessiva alta dos juros, houve crescimento da renda per capita e principalmente, pela primeira vez em várias décadas, uma redistribuição da renda nacional. Num país marcado pela mais perversa desigualdade social do planeta - oitava economia do mundo e um dos últimos em distribuição de renda-, a participação nos ganhos nacionais dos 50% mais pobres aumentou 1,2%, enquanto os 20% mais ricos perderam 2,3%.</p> <p>Insuficiente para resolver os desequilíbrios sociais brasileiros, a estabilidade do Plano Real conseguiu atordoar a oposição. Dividido em grupos radicais e moderados, que estabeleciam uma duríssima disputa pelo controle do partido, o PT oscilou entre denunciar os efeitos recessivos do programa econômico do governo e a vulnerabilidade diante do capital estrangeiro e apresentar alternativas político-econômicas para o país. O PDT reduziu seu espaço de intervenção na mesma medida da perda de popularidade de Leonel Brizola, abalada pelas surpreendentes alianças que este promoveu: apoiou Lula no segundo turno em 1989, apoiou Collor na época do impeachment, aproximou-se do PT a partir de 1995 e promoveu a entrada no PDT de diversos políticos que participaram da Arena e do PDS, como Jaime Lerner e Francisco Rossi.</p>

		<p>O primeiro governo FHC estabeleceu como meta uma ampla série de reformas, com o objetivo de diminuir a participação do Estado na economia e, conseqüentemente, reduzir o déficit público. Uma avassaladora onda de privatizações atingiu diversas empresas estatais de setores considerados estratégicos à época do regime populista e da ditadura militar: telecomunicações, eletricidade e siderurgia. Nessa mesma perspectiva neoliberal, o Brasil deu passos decisivos para a integração com os países do Mercosul e a abertura de sua economia a empresas europeias, asiáticas e estadunidenses.</p>
--	--	--



REELEIÇÃO DE FHC

Mas o empenho político do governo destinou-se à aprovação de uma emenda constitucional que permitiria a reeleição do presidente da República e dos governadores dos estados. A partir de uma forte ofensiva junto aos grandes partidos nacionais (PMDB, PFL, PPB, PSDB e PTB), o governo conseguiu e obteve, em outubro de 1998, uma nova vitória eleitoral. Contra a chapa FHC-Marco Maciel, apoiada pelo PPB, pelo PTB e pela maioria do PMDB, a oposição de esquerda lançou Lula como candidato à presidência e Brizola como vice. Pela primeira vez, os dois maiores partidos de oposição saíram unidos desde o início numa disputa eleitoral. Mesmo abalada por uma impressionante crise cambial em 1998, a sociedade brasileira manteve seu apoio a FHC, que foi reeleito no primeiro turno. No entanto, o resultado das eleições não pode ser considerado totalmente favorável ao governo. Nos estados, houve importantes vitórias de candidatos da oposição, principalmente as de Olívio Dutra (PT), no Rio Grande do Sul, Itamar Franco (PMDB), em Minas Gerais, e Anthony Garotinho (PDT), no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a vitória de Mário Covas (PSDB) só foi possível graças ao apoio de importantes lideranças de esquerda, realizando uma aproximação de setores do PSDB com setores do PT e do PSB.

Além disso, as eleições estaduais ativaram as lutas internas na base governista, excessivamente ampla e heterogênea. Para garantir a governabilidade do país, FHC permitiu que o Legislativo Federal fosse controlado pelos dois maiores partidos brasileiros da época, o PMDB e o PFL, enquanto comandava o Executivo Federal com uma equipe composta em sua maioria por velhos companheiros de militância política e amigos pessoais, muitos dos quais exilados e perseguidos pela ditadura militar. A ambigüidade do governo FHC foi sempre justificada pelos seus mais ardorosos defensores pelas necessidades pragmáticas do exercício do poder.

Desde 1995, o ex-governador da Bahia e senador Antônio Carlos Magalhães - o ACM, chamado de Toninho Malvadeza por seus críticos e de Toninho Ternura por seus aliados e afilhados - tomou-se uma espécie de eminência parda do governo brasileiro. Sua presença, no mesmo campo político de líderes marcados pela luta contra a ditadura - como, por exemplo, Franco Montoro, José Serra, Francisco Weffort - e propagandistas da modernização da política brasileira era, no mínimo, contraditória. Pareceu mesmo um casamento de conveniência repleto de traições.

Às ambigüidades e contradições do PT e dos demais partidos somavam-se as dificuldades da esquerda em ampliar seu leque de alianças e apresentar os programas de transformações

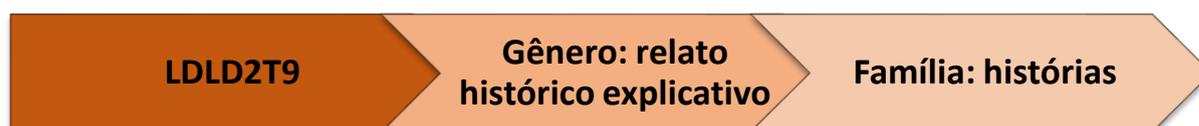
sociais e econômicas necessários ao país. Enquanto o governo e a oposição viviam seus dilemas e limites políticos, a sociedade brasileira apresentava índices alarmantes de desemprego, analfabetismo, desnutrição e violência. Se a esperança é equilibrada, como na canção de João Bosco e Aldir Blanc, restava saber até quando o show podia continuar.

Etapa	fase	textp
Título		REELEIÇÃO DE FHC
Orientação		<p>Mas o empenho político do governo destinou-se à aprovação de uma emenda constitucional que permitiria a reeleição do presidente da República e dos governadores dos estados. A partir de uma forte ofensiva junto aos grandes partidos nacionais (PMDB, PFL, PPB, PSDB e PTB), o governo conseguiu e obteve, em outubro de 1998, uma nova vitória eleitoral. Contra a chapa FHC-Marco Maciel, apoiada pelo PPB, pelo PTB e pela maioria do PMDB, a oposição de esquerda lançou Lula como candidato à presidência e Brizola como vice. Pela primeira vez, os dois maiores partidos de oposição saíram unidos desde o início numa disputa eleitoral.</p>
Registro de eventos	<p>Evento 1 Implicações da eleição de FHC</p> <p>Evento 2 Lutas internas da base governista</p> <p>Evento 3 Governo de coalizão – liderança de ACM e outros políticos</p>	<p>Mesmo abalada por uma impressionante crise cambial em 1998, a sociedade brasileira manteve seu apoio a FHC, que foi reeleito no primeiro turno. No entanto, o resultado das eleições não pode ser considerado totalmente favorável ao governo. Nos estados, houve importantes vitórias de candidatos da oposição, principalmente as de Olívio Dutra (PT), no Rio Grande do Sul, Itamar Franco (PMDB), em Minas Gerais, e Anthony Garotinho (PDT), no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a vitória de Mário Covas (PSDB) só foi possível graças ao apoio de importantes lideranças de esquerda, realizando uma aproximação de setores do PSDB com setores do PT e do PSB.</p> <p>Além disso, as eleições estaduais ativaram as lutas internas na base governista, excessivamente ampla e heterogênea. Para garantir a governabilidade do país, FHC permitiu que o Legislativo Federal fosse controlado pelos dois maiores partidos brasileiros da época, o PMDB e o PFL, enquanto comandava o Executivo Federal com uma equipe composta em sua maioria por velhos companheiros de militância política e amigos pessoais, muitos dos quais exilados e perseguidos pela ditadura militar. A ambiguidade do governo FHC foi sempre justificada pelos seus mais ardorosos defensores pelas necessidades pragmáticas do exercício do poder.</p> <p>Desde 1995, o ex-governador da Bahia e senador Antônio Carlos Magalhães - o ACM, chamado de Toninho Malvadeza por seus críticos e de Toninho Ternura por seus aliados e afilhados - tomou-se uma espécie de eminência parda do governo brasileiro. Sua presença, no mesmo campo político de líderes marcados pela luta contra a</p>

	<p>Evento 4 Dilemas entre governo e oposição</p>	<p>ditadura - como, por exemplo, Franco Montoro, José Serra, Francisco Weffort - e propagandistas da modernização da política brasileira era, no mínimo, contraditória. Pareceu mesmo um casamento de conveniência repleto de traições.</p> <p>Às ambiguidades e contradições do PT e dos demais partidos somavam-se as dificuldades da esquerda em ampliar seu leque de alianças e apresentar os programas de transformações sociais e econômicas necessários ao país. Enquanto o governo e a oposição viviam seus dilemas e limites políticos, a sociedade brasileira apresentava índices alarmantes de desemprego, analfabetismo, desnutrição e violência. Se a esperança é equilibrada, como na canção de João Bosco e Aldir Blanc, restava saber até quando o show podia continuar.</p>
--	--	--

Etapa	fase	texto
Título		REELEIÇÃO DE FHC
Orientação		<p>Mas o empenho político do governo destinou-se à aprovação de uma emenda constitucional que permitiria a reeleição do presidente da República e dos governadores dos estados. A partir de uma forte ofensiva junto aos grandes partidos nacionais (PMDB, PFL, PPB, PSDB e PTB), o governo conseguiu e obteve, em outubro de 1998, uma nova vitória eleitoral. Contra a chapa FHC-Marco Maciel, apoiada pelo PPB, pelo PTB e pela maioria do PMDB, a oposição de esquerda lançou Lula como candidato à presidência e Brizola como vice. Pela primeira vez, os dois maiores partidos de oposição saíram unidos desde o início numa disputa eleitoral.</p>
Registro de eventos	Evento 1 Implicações da eleição de FHC	<p>Mesmo abalada por uma impressionante crise cambial em 1998, a sociedade brasileira manteve seu apoio a FHC, que foi reeleito no primeiro turno. No entanto, o resultado das eleições não pode ser considerado totalmente favorável ao governo. Nos estados, houve importantes vitórias de candidatos da oposição, principalmente as de Olívio Dutra (PT), no Rio Grande do Sul, Itamar Franco (PMDB), em Minas Gerais, e Anthony Garotinho (PDT), no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a vitória de Mário Covas (PSDB) só foi possível graças ao apoio de importantes lideranças de esquerda, realizando uma aproximação de setores do PSDB com setores do PT e do PSB.</p>
	Evento 2 Lutas internas da base governista	<p>Além disso, as eleições estaduais ativaram as lutas internas na base governista, excessivamente ampla e heterogênea. Para garantir a governabilidade do país, FHC permitiu que o Legislativo Federal fosse controlado pelos dois maiores partidos brasileiros da época, o PMDB e o PFL, enquanto comandava o Executivo Federal com uma equipe composta em sua maioria por velhos companheiros de militância política e amigos pessoais, muitos dos quais exilados e</p>

	<p>Evento 3 Governo de coalizão – liderança de ACM e outros políticos</p> <p>Evento 4 Dilemas entre governo e oposição</p>	<p>perseguidos pela ditadura militar. A ambiguidade do governo FHC foi sempre justificada pelos seus mais ardorosos defensores pelas necessidades pragmáticas do exercício do poder.</p> <p>Desde 1995, o ex-governador da Bahia e senador Antônio Carlos Magalhães - o ACM, chamado de Toninho Malvadeza por seus críticos e de Toninho Ternura por seus aliados e afilhados - tomou-se uma espécie de eminência parda do governo brasileiro. Sua presença, no mesmo campo político de líderes marcados pela luta contra a ditadura - como, por exemplo, Franco Montoro, José Serra, Francisco Weffort - e propagandistas da modernização da política brasileira era, no mínimo, contraditória. Pareceu mesmo um casamento de conveniência repleto de traições.</p> <p>Às ambiguidades e contradições do PT e dos demais partidos somavam-se as dificuldades da esquerda em ampliar seu leque de alianças e apresentar os programas de transformações sociais e econômicas necessários ao país. Enquanto o governo e a oposição viviam seus dilemas e limites políticos, a sociedade brasileira apresentava índices alarmantes de desemprego, analfabetismo, desnutrição e violência. Se a esperança é equilibrista, como na canção de João Bosco e Aldir Blanc, restava saber até quando o show podia continuar.</p>
--	--	--



LULA: PARA ALÉM DO BEM E DO MAL

Na noite de 27 de outubro de 2002, no Brasil, milhares de pessoas saíram às ruas. Em grandes cidades europeias, como Berlim, Lisboa, Londres e Paris, brasileiros abraçavam-se em meio a bandeiras verde-amarelas e vermelhas. No país, de norte a sul, a comemoração arrastou multidões para as ruas e avenidas.

Mais uma vez, a avenida Paulista, na capital do estado de São Paulo, serviu de palco para uma gigantesca manifestação popular. A manifestação comemorava a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002. Com 61,3% dos votos válidos, Lula conseguiu vencer o candidato do governo, José Serra (PSDB), que obteve 38,7%. Pela primeira vez na História do Brasil, o candidato de um partido ideologicamente identificado com a esquerda chegava ao poder. As bandeiras do PT, PC do B, PDT, PSB, PPS e PCB tingiam o Brasil de vermelho.

Desde a campanha eleitoral, o discurso do PT evitava assustar o empresariado e as classes médias do país. Uma propaganda menos agressiva, ao lado de uma política de alianças mais ampla, que incluía partidos e setores de centro-direita (o vice-presidente era José Alencar, do PL de Minas Gerais), trouxe uma imagem mais conciliadora ao PT e reforçava o chamado presidencialismo de coalizão, marca dos governos de FHC. Após o primeiro turno, o apoio dos candidatos Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) garantiu a vitória nas eleições. A primeira equipe do governo Lula caracterizou-se pela presença de antigos representantes da esquerda brasileira. Ex-militantes da luta armada, ex-exilados e ex-opositores da ditadura

militar agora tinham a incumbência de governar o Brasil. Ainda assim, os setores mais à esquerda do próprio PT foram preteridos na formação do ministério. O governo optou por uma política de composição e aproximação com outros partidos, como PV, PL, PMDB, PTB, PP (antigo PPB), além dos partidos mais identificados com a esquerda.

Por essas posições, o PT sofreu críticas de antigos companheiros. Em outubro de 2003, quase um ano após a eleição de Lula, o deputado Fernando Gabeira (RJ) deixava o partido após discordar da política ambiental do governo e da maneira como foi recebido pelo ministro José Dirceu.

Ironia do destino. Gabeira foi um dos sequestradores do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em 1969. Em troca do embaixador, foram libertados 15 integrantes da esquerda presos pela ditadura. Entre eles, José Dirceu.

Em dezembro de 2003, novos problemas com a ala mais à esquerda do partido governista. Após duras críticas à política econômica do governo, a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Luciana Genro (RS), João Batista, o Babá (PA), e João Fontes (SE) foram expulsos pelo diretório nacional do PT.

A expectativa internacional em torno do governo manifestava-se no início de 2003. Em janeiro, em uma de suas primeiras intervenções internacionais, o presidente Lula participava dos dois fóruns mundiais, em Davos e em Porto Alegre. Uma outra globalização seria mesmo possível? Um governo de esquerda poderia inserir o Brasil no mundo globalizado e realizar a inserção social da maior parte da população brasileira? Questões que se mantêm em aberto e que se apresentam como cruciais para a discussão dos problemas de nosso país.

Etapa	fase	texto
Título		LULA: PARA ALÉM DO BEM E DO MAL
Orientação		Na noite de 27 de outubro de 2002, no Brasil, milhares de pessoas saíram às ruas. Em grandes cidades europeias, como Berlim, Lisboa, Londres e Paris, brasileiros abraçavam-se em meio a bandeiras verde-amarelas e vermelhas. No país, de norte a sul, a comemoração arrastou multidões para as ruas e avenidas.
Registro de eventos	Evento 1 (comemoração da eleição de Lula)	Na noite de 27 de outubro de 2002, no Brasil, milhares de pessoas saíram às ruas. Em grandes cidades europeias, como Berlim, Lisboa, Londres e Paris, brasileiros abraçavam-se em meio a bandeiras verde-amarelas e vermelhas. No país, de norte a sul, a comemoração arrastou multidões para as ruas e avenidas.
	Evento 2 Construção da imagem conciliadora do PT	Desde a campanha eleitoral, o discurso do PT evitava assustar o empresariado e as classes médias do país. Uma propaganda menos agressiva, ao lado de uma política de alianças mais ampla, que incluía partidos e setores de centro-direita (o vice-presidente era José Alencar, do PL de Minas Gerais), trouxe uma imagem mais conciliadora ao PT e reforçava o chamado presidencialismo de coalizão, marca dos governos de FHC. Após o primeiro turno, o apoio dos candidatos Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) garantiu a vitória nas eleições.

	<p>Evento 3 Primeira equipe do governo</p>	<p>A primeira equipe do governo Lula caracterizou-se pela presença de antigos representantes da esquerda brasileira. Ex-militantes da luta armada, ex-exilados e ex-opositores da ditadura militar agora tinham a incumbência de governar o Brasil. Ainda assim, os setores mais à esquerda do próprio PT foram preteridos na formação do ministério. O governo optou por uma política de composição e aproximação com outros partidos, como PV, PL, PMDB, PTB, PP (antigo PPB), além dos partidos mais identificados com a esquerda.</p>
	<p>Evento 4 Críticas ao PT de antigos companheiros</p>	<p>Por essas posições, o PT sofreu críticas de antigos companheiros. Em outubro de 2003, quase um ano após a eleição de Lula, o deputado Fernando Gabeira (RJ) deixava o partido após discordar da política ambiental do governo e da maneira como foi recebido pelo ministro José Dirceu. Ironia do destino. Gabeira foi um dos sequestradores do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em 1969. Em troca do embaixador, foram libertados 15 integrantes da esquerda presos pela ditadura. Entre eles, José Dirceu.</p>
	<p>Evento 5 Novas dissidências</p>	<p>Em dezembro de 2003, novos problemas com a ala mais à esquerda do partido governista. Após duras críticas à política econômica do governo, a senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados Luciana Genro (RS), João Batista, o Babá (PA), e João Fontes (SE) foram expulsos pelo diretório nacional do PT.</p>
	<p>Evento 6 Política internacional do governo</p>	<p>A expectativa internacional em torno do governo manifestava-se no início de 2003. Em janeiro, em uma de suas primeiras intervenções internacionais, o presidente Lula participava dos dois fóruns mundiais, em Davos e em Porto Alegre. Uma outra globalização seria mesmo possível? Um governo de esquerda poderia inserir o Brasil no mundo globalizado e realizar a inserção social da maior parte da população brasileira? Questões que se mantêm em aberto e que se apresentam como cruciais para a discussão dos problemas de nosso país.</p>

LDLD2T10

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

REELEIÇÃO E MENSALÃO

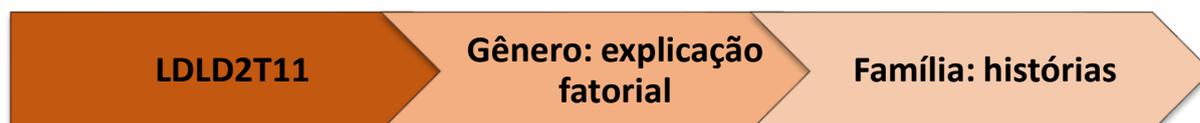
Em 2006, Lula foi reeleito com 60% dos votos contra 39% do candidato da coligação PSDB-PFL, Geraldo Alckmin, um percentual próximo ao obtido em 2002. Mas, ao contrário das quase cem mil pessoas que ocuparam a avenida Paulista, menos de cinco mil simpatizantes festejaram a reeleição.

Apesar da vitória eleitoral, ocorrera uma grande mudança com relação a Lula e ao PT. A política de composição com setores de centro-direita que oferecera governabilidade no Congresso Nacional fora acompanhada também pela divisão de áreas da administração federal, troca de favores, desvio de recursos de campanhas eleitorais e um esquema de propinas destinado ao pagamento de deputados e senadores com o objetivo de alinhá-los com o governo.

O chamado escândalo do mensalão, como ficou conhecido, foi responsável pela cassação do deputado José Dirceu e provocou sérios desgastes em nomes do primeiro escalão do partido, como José Genoíno, o deputado João Paulo Cunha, e os ex-ministros Antônio Palocci, Luís Gushiken e Ricardo Berzoini, acusados pelo crime de formação de quadrilha. A crise política quase levou ao impeachment de Lula.

Etapa	fase	texto
Título		REELEIÇÃO E MENSALÃO
Orientação		Em 2006, Lula foi reeleito com 60% dos votos contra 39% do candidato da coligação PSDB-PFL, Geraldo Alckmin, um percentual próximo ao obtido em 2002. Mas, ao contrário das quase cem mil pessoas que ocuparam a avenida Paulista, menos de cinco mil simpatizantes festejaram a reeleição.
Registro de eventos	Evento 1 mudanças no eixo de governabilidade	Apesar da vitória eleitoral, ocorrera uma grande mudança com relação a Lula e ao PT. A política de composição com setores de centro-direita que oferecera governabilidade no Congresso Nacional fora acompanhada também pela divisão de áreas da administração federal, troca de favores, desvio de recursos de campanhas eleitorais e um esquema de propinas destinado ao pagamento de deputados e senadores com o objetivo de alinhá-los com o governo.
	Evento 2 [Explicação Consequencial]	O chamado escândalo do mensalão, como ficou conhecido,
	Orientação Consequência 1 Consequência 2	foi responsável pela cassação do deputado José Dirceu e provocou sérios desgastes em nomes do primeiro escalão do partido, como José Genoíno, o deputado João Paulo Cunha, e os ex-ministros Antônio Palocci, Luís Gushiken e

Dedução	Reforço	Ricardo Berzoini, acusados pelo crime de formação de quadrilha. A crise política quase levou ao impeachment de Lula
---------	---------	--



O desgaste político do PT

Vários fatores podem ser apontados para se entender por que o presidente não perdeu seu mandato, como ocorreu com Fernando Collor, em 1992. Em primeiro lugar, Lula costurou uma ampla base de apoio em torno da aliança de partidos de centro-esquerda com o PMDB (ou a maioria deste partido) e outros de centro-direita (PL, denominado PR após a fusão com o direitista PRONA) e PP (ex-ARENA e PDS, principal base política de sustentação da ditadura militar).

Em segundo lugar, o escândalo aflorou ao final do primeiro mandato. A agenda política previa a realização de eleições em outubro de 2006, quase um ano depois do início das denúncias. De certo modo a oposição optou pelo "juízo das urnas", em vez de mais um desgastante processo político. No jargão político: "sangrar, mas não matar".

Em terceiro lugar, os indicadores econômicos e sociais brasileiros eram extremamente positivos. A economia brasileira crescia significativamente, e ocorria uma distribuição de renda também marcante.

Por último, apesar das transmissões ao vivo de audiências das CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), do interrogatório de integrantes do governo, dos discursos de opositores e denúncias, a cobertura da imprensa televisiva foi de certo modo dócil com Lula. Muito mais contundente foi a ação da imprensa escrita, importante para formar a opinião de determinados setores da sociedade, mas incapaz de tornar-se referência para a esmagadora maioria da população.

Por todos esses fatores, Lula não apenas conseguiu navegar no tormentoso mar da política brasileira, como também passou a recuperar seus ótimos índices de popularidade. No início de 2009, ostentava mais de 82% de aprovação entre os cidadãos brasileiros. Recorde histórico de popularidade de um presidente da República desde o fim da ditadura militar.

Interessante notar que, com o PT, completava-se o ciclo de incorporação de setores da elite à burocracia do Estado brasileiro. O governo Sarney (1985-1990) permitira a incorporação das elites ligadas ao PMDB, que representavam, fundamentalmente, os setores que haviam realizado a oposição consentida durante a ditadura, numa equilibrada e moderada composição com antigos representantes do regime militar. Com Itamar e Fernando Henrique Cardoso, os antigos setores oposicionistas passaram a exercer a hegemonia política - em ambos os casos, integrantes das elites mais diretamente vinculados às camadas dominantes do país.

Os governos Lula representaram a incorporação das elites sindicais e de representantes de setores organizados da sociedade. Além disso, um número expressivo de antigos opositores do regime militar, que se dedicaram à luta armada, passou a ocupar cargos no primeiro escalão do governo federal: José Dirceu (Aliança Libertadora Nacional), Franklin Martins (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), Dilma Rousseff (Vanguarda Popular Revolucionária), Paulo Vannuchi (Aliança Libertadora Nacional), sem contar o ex-presidente do PT, José Genoíno (participante da guerrilha do Araguaia pelo PC do B). Uma parte da geração de 1968 chegou ao poder no Brasil.

Etapa	fase	texto
Título		O desgaste político do PT
Orientação		Vários fatores podem ser apontados para se entender por que o presidente não perdeu seu mandato, como ocorreu com Fernando Collor, em 1992.
Explicação de Fatores	Fator 1 Base de apoio	Em primeiro lugar, Lula costurou uma ampla base de apoio em torno da aliança de partidos de centro-esquerda com o PMDB (ou a maioria deste partido) e outros de centro-direita (PL, denominado PR após a fusão com o direitista PRONA) e PP (ex-ARENA e PDS, principal base política de sustentação da ditadura militar).
	Fator 2 Julgamento das urnas	Em segundo lugar, o escândalo aflorou ao final do primeiro mandato. A agenda política previa a realização de eleições em outubro de 2006, quase um ano depois do início das denúncias. De certo modo a oposição optou pelo "julgamento das urnas", em vez de mais um desgastante processo político. No jargão político: "sangrar, mas não matar".
	Fator 3 Indicadores positivos	Em terceiro lugar, os indicadores econômicos e sociais brasileiros eram extremamente positivos. A economia brasileira crescia significativamente, e ocorria uma distribuição de renda também marcante.
	Fator 4 Papel da imprensa	Por último, apesar das transmissões ao vivo de audiências das CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), do interrogatório de integrantes do governo, dos discursos de opositores e denúncias, a cobertura da imprensa televisiva foi de certo modo dócil com Lula. Muito mais contundente foi a ação da imprensa escrita, importante para formar a opinião de determinados setores da sociedade, mas incapaz de tornar-se referência para a esmagadora maioria da população.
	Reforço de fatores	
	[relatório descritivo]	
	Entidade	Por todos esses fatores, Lula não apenas conseguiu navegar no tormentoso mar da política brasileira, como também passou a recuperar seus ótimos índices de popularidade. No início de 2009, ostentava mais de 82% de aprovação entre os cidadãos brasileiros. Recorde histórico de popularidade de um presidente da República desde o fim da ditadura militar.
Descrição	Tipo 1	Interessante notar que, com o PT, completava-se o ciclo de incorporação de setores da elite à burocracia do Estado brasileiro.
		O governo Sarney (1985-1990) permitira a incorporação das elites ligadas ao PMDB, que representavam, fundamentalmente, os setores que haviam realizado a

	Tipo 2	oposição consentida durante a ditadura, numa equilibrada e moderada composição com antigos representantes do regime militar.
	Tipo 3	<p>Com Itamar e Fernando Henrique Cardoso, os antigos setores oposicionistas passaram a exercer a hegemonia política - em ambos os casos, integrantes das elites mais diretamente vinculados às camadas dominantes do país.</p> <p>Os governos Lula representaram a incorporação das elites sindicais e de representantes de setores organizados da sociedade. Além disso, um número expressivo de antigos opositores do regime militar, que se dedicaram à luta armada, passou a ocupar cargos no primeiro escalão do governo federal: José Dirceu (Aliança Libertadora Nacional), Franklin Martins (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), Dilma Rousseff (Vanguarda Popular Revolucionária), Paulo Vannuchi (Aliança Libertadora Nacional), sem contar o ex-presidente do PT, José Genoíno (participante da guerrilha do Araguaia pelo PC do B). Uma parte da geração de 1968 chegou ao poder no Brasil.</p>

LDLD2T12

Gênero: relato
histórico

Família: histórias

O Poder Judiciário e a democracia

Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, com a participação de cinco agremiações (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB). Em 1985, os mais diversos partidos políticos puderam disputar as eleições municipais, inclusive os partidos comunistas (PCB e PC do B), proscritos desde 1947. Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960.

Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo. Em 1989, e nas eleições gerais subsequentes (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira. Com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), realizado entre agosto e dezembro de 2012, destaca-se a atuação do Poder Judiciário.

Em maio de 2008, o STF aprovou a realização de pesquisas com células-tronco no país. Em março de 2009, decidiu favoravelmente aos povos indígenas a questão da presença de não-índios nas terras da reserva Raposa Serra do Sol. Em maio de 2011, o STF reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. Para muitos, o Poder Judiciário acaba realizando as funções legislativas. Para outros, é a morosidade do Congresso que obriga o Judiciário a resolver importantes e polêmicas questões da sociedade brasileira.

De qualquer modo, em dezembro de 2012, após 53 sessões, o STF decidiu pela perda de mandato dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) e pela condenação de 25 denunciados (onze com prisão em regime fechado, onze com prisão em regime semiaberto, um em regime aberto e dois com penas alternativas). A atuação do STF, independentemente de se concordar ou não com as decisões ou da argumentação jurídica que se possa apresentar, revela um Poder Judiciário com independência com relação ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. A independência entre

os poderes é um dos pré-requisitos para a existência de um regime democrático.

Etapa	fase	texto
Título		O Poder Judiciário e a democracia
Orientação	Evento 1 Eleições pluripartidárias	- Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, com a participação de cinco agremiações (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB) .
Registro de eventos	Evento 2 Eleições municipais	Em 1985, os mais diversos partidos políticos puderam disputar as eleições municipais, inclusive os partidos comunistas (PCB e PC do B), proscritos desde 1947.
	Evento 3 Eleições diretas para presidência	Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960. Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo.
	Dedução 1	Em 1989, e nas eleições gerais subsequentes (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira.
	Evento 4 Destaque do poder Executivo	Com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), realizado entre agosto e dezembro de 2012, destaca-se a atuação do Poder Judiciário.
	Evento 5	Em maio de 2008, o STF aprovou a realização de pesquisas com células-tronco no país.
	Evento 6	Em março de 2009, decidiu favoravelmente aos povos indígenas a questão da presença de não-índios nas terras da reserva Raposa Serra do Sol.
	Evento 7	Em maio de 2011, o STF reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual.
	Evento 8	Para muitos, o Poder Judiciário acaba realizando as funções legislativas. Para outros, é a morosidade do Congresso que obriga o Judiciário a resolver importantes e polêmicas questões da sociedade brasileira.
	Dedução 2	De qualquer modo, em dezembro de 2012, após 53 sessões, o STF decidiu pela perda de mandato dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) e pela condenação de 25 denunciados (onze com prisão em regime fechado, onze com prisão em regime semiaberto, um em regime aberto e dois com penas alternativas).
	Dedução 3	A atuação do STF, independentemente de se concordar ou não com as decisões ou da argumentação jurídica que se possa apresentar, revela um Poder Judiciário com independência com relação ao Poder Executivo e ao Poder

		Legislativo. A independência entre os poderes é um dos pré-requisitos para a existência de um regime democrático.
--	--	---



AS POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL

Em 1989, quando Lula candidatou-se pela primeira vez à presidência, um líder empresarial afirmou que, caso se confirmasse a sua vitória, o país mergulharia no caos e milhares de empresários sairiam do Brasil.

O governo dos Estados Unidos esteve envolvido no golpe que derrubou João Goulart em 1964 e em inúmeros outros golpes contra governos nacionalistas e esquerdistas na América Latina. Em 2009, o presidente Barack Obama, num de seus primeiros contatos com Lula, exclamou: "Esse é o cara!". A afirmação tinha um significado positivo. Logo, Obama completou: "É o político mais popular do planeta!".

Ainda mais surpreendentes são as defesas enfáticas do ex-ministro Delfim Neto, integrante do primeiro escalão da ditadura militar, ao presidente Lula. Delfim repetiu diversas vezes que Lula era o "maior estadista do país".

A *geopolítica* teria-mudado tanto - a ponto de aceitar um governo de esquerda sem riscos de instabilidade política? A democracia brasileira estaria completamente consolidada a ponto de não ser abalada por uma alternância de poder tão drástica? O mundo estaria tão diferente que um presidente estadunidense pode demonstrar tamanho entusiasmo por um líder esquerdista que já foi conhecido como "o sapo barbudo"?

É importante tentar avaliar o governo Lula para além das paixões políticas e dos interesses eleitorais. O Partido dos Trabalhadores que chegou ao governo federal em 2002 não manteve as mesmas propostas políticas do início dos anos 1980. Reforma agrária radical, rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional), luta contra o imperialismo e não pagamento da dívida externa são bandeiras que foram deixadas de lado nesses últimos trinta anos.

Por outro lado, deve-se notar que o Brasil experimentou quatro governos seguidos (cinco, se considerarmos o governo de Itamar Franco de 1992-1994) com uma política econômica semelhante. Ao contrário do que se poderia supor, o governo Lula deu continuidade ao programa econômico iniciado por FHC (e Itamar). Do ponto de vista social, através de programas bem-sucedidos como o Bolsa-Família e o Bolsa-Escola (e vários outros), o governo estabeleceu uma tímida, porém eficiente, política de inclusão social e distribuição de renda. Mais uma vez, deve-se lembrar que muitos desses programas foram concebidos durante os governos de FHC. Porém, a sua intensificação e ampliação ocorreram na gestão de Lula.

Tais programas permitiram a ascensão social de setores subalternos, diminuição da pobreza no país e ampliação no poder de compra das camadas médias. Tais medidas, apesar do caráter assistencialista, dinamizaram o mercado interno.

A estabilização econômica iniciada no governo Itamar Franco recebeu um forte impulso numa conjuntura internacional favorável de 2004 a 2008. O final do governo FHC foi marcado por uma gravíssima crise econômica. Aliás, os economistas, quando se referem ao período de 1980 a 2000, utilizam a denominação décadas perdidas para o crescimento econômico, para a geração de emprego e para o desenvolvimento em geral. Políticas de contenção e restrição no início do governo Lula permitiram a reversão do quadro anterior. Mais ainda: o êxito de uma cautelosa política fiscal e monetária trouxe confiança interna e externa, necessária para a estabilidade política.

Por fim, pouco antes da crise econômica de 2008; --o governo brasileiro anunciava possuir reservas suficientes para saldar a dívida externa que estrangulou o crescimento econômico

do país durante quase dois séculos. Ao final da crise, pela primeira vez na História, o Brasil contribuiria com recursos para o FMI (Fundo Monetário Internacional), para contornar os problemas econômicos mundiais. O Brasil passava de devedor à condição de credor.

Etapa	fase	texto
Título		AS POLÍTICAS ECONÔMICA E SOCIAL
Tese	Apresentação prévia	<p>Em 1989, quando Lula candidatou-se pela primeira vez à presidência, um líder empresarial afirmou que, caso se confirmasse a sua vitória, o país mergulharia no caos e milhares de empresários sairiam do Brasil.</p> <p>O governo dos Estados Unidos esteve envolvido no golpe que derrubou João Goulart em 1964 e em inúmeros outros golpes contra governos nacionalistas e esquerdistas na América Latina. Em 2009, o presidente Barack Obama, num de seus primeiros contatos com Lula, exclamou: "Esse é o cara!". A afirmação tinha um significado positivo. Logo, Obama completou: "É o político mais popular do planeta!".</p> <p>Ainda mais surpreendentes são as defesas enfáticas do ex-ministro Delfim Neto, integrante do primeiro escalão da ditadura militar, ao presidente Lula. Delfim repetiu diversas vezes que Lula era o "maior estadista do país".</p> <p>A <i>geopolítica</i> teria-mudado tanto a ponto de aceitar um governo de esquerda sem riscos de instabilidade política? A democracia brasileira estaria completamente consolidada a ponto de não ser abalada por uma alternância de poder tão drástica? O mundo estaria tão diferente que um presidente estadunidense pode demonstrar tamanho entusiasmo por um líder esquerdista que já foi conhecido como "o sapo barbudo"?</p>
Argumentos	Posição	É importante tentar avaliar o governo Lula para além das paixões políticas e dos interesses eleitorais.
	Argumento 1 Estratégias	O Partido dos Trabalhadores que chegou ao governo federal em 2002 não manteve as mesmas propostas políticas do início dos anos 1980. (tema) Reforma agrária radical, rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional), luta contra o imperialismo e não pagamento da dívida externa são bandeiras que foram deixadas de lado nesses últimos trinta anos.
	Argumento 2 Contradição	Por outro lado, deve-se notar que o Brasil experimentou quatro governos seguidos (cinco, se considerarmos o governo de Itamar Franco de 1992-1994) com uma política econômica semelhante. Ao contrário do que se poderia supor, o governo Lula deu continuidade ao programa econômico iniciado por FHC (e Itamar).
	Conformidade	Do ponto de vista social, através de programas bem-sucedidos como o Bolsa-Família e o Bolsa-Escola (e vários outros), o governo estabeleceu uma tímida, porém

		eficiente, política de inclusão social e distribuição de renda.
	Reiteração	Mais uma vez, deve-se lembrar que muitos desses programas foram concebidos durante os governos de FHC. Porém, a sua intensificação e ampliação ocorreram na gestão de Lula.
	Argumento 3 Explicação	Tais programas permitiram a ascensão social de setores subalternos, diminuição da pobreza no país e ampliação no poder de compra das camadas médias. Tais medidas, apesar do caráter assistencialista, dinamizaram o mercado interno.
	Argumento 4 Alusão histórica	A estabilização econômica iniciada no governo Itamar Franco recebeu um forte impulso numa conjuntura internacional favorável de 2004 a 2008. O final do governo FHC foi marcado por uma gravíssima crise econômica. Aliás, os economistas, quando se referem ao período de 1980 a 2000, utilizam a denominação décadas perdidas para o crescimento econômico, para a geração de emprego e para o desenvolvimento em geral. Políticas de contenção e restrição no início do governo Lula permitiram a reversão do quadro anterior. Mais ainda: o êxito de uma cautelosa política fiscal e monetária trouxe confiança interna e externa, necessária para a estabilidade política.
Reiteração da tese	Revisão Conclusão	Por fim, pouco antes da crise econômica de 2008, o governo brasileiro anunciava possuir reservas suficientes para saldar a dívida externa que estrangulou o crescimento econômico do país durante quase dois séculos. Ao final da crise, pela primeira vez na História, o Brasil contribuiria com recursos para o FMI (Fundo Monetário Internacional), para contornar os problemas econômicos mundiais. O Brasil passava de devedor à condição de credor.

LD2T14

**Gênero: relato
histórico explicativo**

Família: histórias

Governo Dilma

As pesquisas de opinião apontavam que cerca de 87% da população brasileira consideravam o governo de Lula ótimo ou bom em dezembro de 2010. Esse altíssimo índice de popularidade foi decisivo para a vitória da ministra Dilma Vana Rousseff sobre José Serra (PSDB).

O Brasil elegia uma ex-guerrilheira vinculada à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ex-presa política que havia sido torturada durante a ditadura. E também a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República.

Dilma foi candidata por uma ampla coligação de dez partidos. Entre eles, o PMDB, que indicou o candidato a vice-presidente, Michel Temer. No primeiro turno, Dilma obteve aproximadamente 47% dos votos, contra cerca de 37% de Serra e 19% de Marina Silva, ex-

ministra de Lula que concorreu pelo Partido Verde (PV). No segundo turno, Dilma obteve 56%, contra 44 % de Serra. Contando com maioria parlamentar, o início do governo de Dilma caracterizou-se pela manutenção da política econômica do governo de Lula. Com isso, as dificuldades decorrentes da crise mundial foram contornadas por sua equipe de ministros.

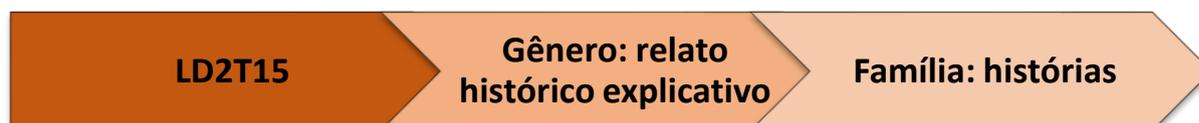
Em virtude dos problemas econômicos em nações europeias como Itália e Reino Unido, o Brasil alcançou a sexta posição entre os países mais ricos do mundo em 2012.

Enquanto a situação econômica do país era positiva no início daquele ano, do ponto de vista político denúncias de corrupção e tráfico de influência levaram à demissão de sete ministros. Mesmo assim, após um ano de governo, a popularidade de Dilma superava a de todos os presidentes desde 1992. Entre os entrevistados, 59% consideraram o governo de Dilma ótimo ou bom. Após um ano de governo, o índice de Collor era de 23%; Itamar alcançou 12%; FHC 41% e Lula 42%.

Se a situação econômica do país permitia-lhe figurar cada vez mais em reuniões de grandes potências mundiais, a situação das instituições democráticas brasileiras e as reformas sociais profundas na educação, saúde e saneamento básico ainda se mantinham como pontos negativos.

Etapa	fase	texto
Título		Governo Dilma
Orientação		
Registro de eventos	Evento 1 Eleição de Dilma	As pesquisas de opinião apontavam que cerca de 87% da população brasileira consideravam o governo de Lula ótimo ou bom em dezembro de 2010. Esse altíssimo índice de popularidade foi decisivo para a vitória da ministra Dilma Vana Rousseff sobre José Serra (PSDB).
	Evento 2 Maioria parlamentar e governo	O Brasil elegia uma ex-guerrilheira vinculada à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e ex-presença política que havia sido torturada durante a ditadura. E também a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da República.
	Evento 3 Posição entre os países mais ricos do mundo	Dilma foi candidata por uma ampla coligação de dez partidos. Entre eles, o PMDB, que indicou o candidato a vice-presidente, Michel Temer. No primeiro turno, Dilma obteve aproximadamente 47% dos votos, contra cerca de 37% de Serra e 19% de Marina Silva, ex-ministra de Lula que concorreu pelo Partido Verde (PV). No segundo turno, Dilma obteve 56%, contra 44 % de Serra. Contando com maioria parlamentar, o início do governo de Dilma caracterizou-se pela manutenção da política econômica do governo de Lula. Com isso, as dificuldades decorrentes da crise mundial foram contornadas por sua equipe de ministros.
	Evento 4 Popularidade de Dilma, mesmo diante doas	Em virtude dos problemas econômicos em nações europeias como Itália e Reino Unido, o Brasil alcançou a sexta posição entre os países mais ricos do mundo em 2012.

Dedução	denúncias de corrupção	<p>Enquanto a situação econômica do país era positiva no início daquele ano, do ponto de vista político denúncias de corrupção e tráfico de influência levaram à demissão de sete ministros. Mesmo assim, após um ano de governo, a popularidade de Dilma superava a de todos os presidentes desde 1992. Entre os entrevistados, 59% consideraram o governo de Dilma ótimo ou bom. Após um ano de governo, o índice de Collor era de 23%; Itamar alcançou 12%; FHC 41% e Lula 42%.</p> <p>Se a situação econômica do país permitia-lhe figurar cada vez mais em reuniões de grandes potências mundiais, a situação das instituições democráticas brasileiras e as reformas sociais profundas na educação, saúde e saneamento básico ainda se mantinham como pontos negativos.</p>
---------	------------------------	---



As jornadas de junho

Em junho de 2013 o Brasil foi sacudido por uma imensa onda de manifestações provocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas e a qualidade dos transportes públicos. Em poucos dias, outras demandas sociais e políticas engrossavam as manifestações, duramente reprimidas pelos policiais militares: fim da violência policial, mais verbas para educação e saúde, combate à corrupção e críticas profundas ao sistema político vigente, aos parlamentares, governadores e à presidente Dilma.

Retomavam-se, com visibilidade, antigas bandeiras dos movimentos sociais, arriadas nos últimos doze anos em nome da governabilidade e das alianças políticas estabelecidas pelos governos do PT.

Etapa	fase	texto
Título		As jornadas de junho
Orientação		Em junho de 2013 o Brasil foi sacudido por uma imensa onda de manifestações provocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas e a qualidade dos transportes públicos.
Registro de eventos	Evento 1 Outras demandas fortaleceram as manifestações	Em poucos dias, outras demandas sociais e políticas engrossavam as manifestações, duramente reprimidas pelos policiais militares: fim da violência policial, mais verbas para educação e saúde, combate à corrupção e críticas profundas ao sistema político vigente, aos parlamentares, governadores e à presidente Dilma.
Dedução		Retomavam-se, com visibilidade, antigas bandeiras dos movimentos sociais, arriadas nos últimos doze anos em nome da governabilidade e das alianças políticas estabelecidas pelos governos do PT

LD2T16

Gênero: relato
histórico

Família: histórias

VITÓRIA DE PIRRO

O sucesso das tropas do rei Pirro, de Épiro, contra as forças militares romanas em 279 a.C. na batalha de Ásculo, serviu de exemplo para se referir a determinadas vitórias cujo desgaste é tão grande, que se assemelham a derrotas. A vitória de Dilma Roussef nas eleições de 2014 pode ser entendida como uma delas.

Em março de 2013, a avaliação positiva do governo chegava a 65%. Ao final de junho, após as manifestações, o índice despencava para 30%. Em dezembro de 2013 chegava ao fim o julgamento dos envolvidos no Mensalão, com a condenação de 25 denunciados e a perda -do mandato de 3 deputados federais, todos da base do governo federal e algumas lideranças históricas do PT.

A situação política agravou-se ao longo de 2014. Em março, o doleiro Alberto Youssef foi preso e revelou um novo esquema de lavagem de dinheiro proveniente de corrupção e superfaturamento de obras na Petrobras, que envolvia diretores da empresa, grandes empresários e políticos ligados ao PT, PP e ao PMDB, partidos da base do governo.

A operação Lava Jato (ou Petrolão) atingia, em cheio o governo federal e indicava uma disputa apertada nas eleições presidenciais de outubro. Além de Dilma e Temer, na aliança encabeçada pelo PT e PMDB, lançaram-se o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos com Marina Silva como vice, pelo PSB. Pelo PSDB o candidato escolhido foi Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais.

Em agosto, no início da campanha, um acidente aéreo matou o candidato do PSB, logo substituído por sua vice, Marina Silva.

Após uma dura campanha ao longo do primeiro turno, repleta de ataques pessoais e momentos de grande tensão, Dilma e Aécio obtiveram os votos necessários para a disputa em segundo turno. Essa etapa não foi menos tensa. Marina e o PSB declararam apoio a Aécio. Até o dia da eleição, em 26 de outubro, as pesquisas de opinião indicavam empate técnico, com ligeira vantagem para Dilma, o que viria a se confirmar com a apuração. Dilma obteve 51,64% dos votos válidos, enquanto Aécio recebeu 48,36%. Foi a disputa mais acirrada desde 1989. O país encontrava-se dividido.

Etapa	fase	texto
Título		VITÓRIA DE PIRRO
Orientação		O sucesso das tropas do rei Pirro, de Épiro, contra as forças militares romanas em 279 a.C. na batalha de Ásculo, serviu de exemplo para se referir a determinadas vitórias cujo desgaste é tão grande, que se assemelham a derrotas. A vitória de Dilma Roussef nas eleições de 2014 pode ser entendida como uma delas.
Registro de eventos	Evento 1 Efeitos nefastos para o governo	Em março de 2013, a avaliação positiva do governo chegava a 65%. Ao final de junho, após as manifestações, o índice despencava para 30%. Em dezembro de 2013 chegava ao fim o julgamento dos envolvidos no Mensalão, com a condenação de 25 denunciados e a perda -do mandato de 3 deputados federais, todos da base do governo federal e algumas lideranças históricas do PT.
	Evento 2 Agravamento da situação	A situação política agravou-se ao longo de 2014. Em março, o doleiro Alberto Youssef foi preso e revelou um

política pela Lava Jato	novo esquema de lavagem de dinheiro proveniente de corrupção e superfaturamento de obras na Petrobras, que envolvia diretores da empresa, grandes empresários e políticos ligados ao PT, PP e ao PMDB, partidos da base do governo.
Evento 3 Eleições presidenciais sob efeito da Lava jato	A operação Lava Jato (ou Petrolão) atingia, em cheio o governo federal e indicava uma disputa apertada nas eleições presidenciais de outubro. Além de Dilma e Temer, na aliança encabeçada pelo PT e PMDB, lançaram-se o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos com Marina Silva como vice, pelo PSB. Pelo PSDB o candidato escolhido foi Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais. Em agosto, no início da campanha, um acidente aéreo matou o candidato do PSB, logo substituído por sua vice, Marina Silva.
Evento 4 Vitória apertada de Dilma	Após uma dura campanha ao longo do primeiro turno, repleta de ataques pessoais e momentos de grande tensão, Dilma e Aécio obtiveram os votos necessários para a disputa em segundo turno. Essa etapa não foi menos tensa. Marina e o PSB declararam apoio a Aécio. Até o dia da eleição, em 26 de outubro, as pesquisas de opinião indicavam empate técnico, com ligeira vantagem para Dilma, o que viria a se confirmar com a apuração. Dilma obteve 51,64% dos votos válidos, enquanto Aécio recebeu 48,36%. Foi a disputa mais acirrada desde 1989. O país encontrava-se dividido.

LD2T17

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Etapa	fase	texto
Título		Crise política e crise econômica
Orientação		A apuração do esquema de corrupção na Petrobras, a prisão e uma sucessão de delações premiadas levaram o governo de Dilma à paralisia. Gradativamente, os apoios obtidos no Congresso Nacional às custas de negociações e divisão de espaços na máquina pública começaram a se desarticular. O governo perdia a maioria parlamentar necessária para sua sustentação política. Grande parte do PMDB, que controlava as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, passou a adotar uma posição de independência que, muitas vezes, os vinculava à oposição.
Registro de eventos	Evento 1 Intensificação da crise econômica	Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014. No início de 2016, a inflação acumulada em um ano ultrapassava a casa dos 10%. A cotação do dólar oscilava acima de 3,6 reais. A

Dedução	Evento 2 Ação de corrente conservadora diante da falta de ação do governo	<p>projeção do mercado para 2016 era de uma queda de cerca de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto). A taxa de desemprego aproximava-se de 10%.</p> <p>Atordoado, o governo mal conseguia encaminhar propostas para a solução da crise. Por outro lado, uma corrente conservadora conseguia ganhar cada vez mais espaço no Congresso e pautava as discussões políticas no país.</p>
	Evento 3 Instauração da crise política contra o governo e o PT	<p>Com números tão ruins na economia, com as investigações na operação Lava Jato atingindo cada vez mais integrantes do governo, a crise política instaurou-se plenamente. Mesmo com denúncias e acusações de envolvimento de integrantes da oposição como Aécio Neves e Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados), a indignação da opinião pública voltou-se principalmente contra o PT e o governo de Dilma.</p>
	Evento 4 Manifestações contra o governo	<p>Vestidos de verde e amarelo, milhões de manifestantes tomaram as ruas em protestos ao longo de 2015. As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país. A maior manifestação ocorreu em São Paulo, na mesma avenida que em 2002 havia comemorado a vitória de Lula nas eleições presidenciais. Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente.</p>
	Evento 5 Moro libera conversas gravadas, acirrando a polarização	<p>Conversas telefônicas entre a presidente e o ex-presidente foram gravadas pela Polícia Federal e abertas à imprensa pelo juiz Sérgio Moro, o principal comandante da investigação. Os ânimos acirraram-se ainda mais. Opositores exigiam a renúncia da presidente. Governistas acusavam o juiz de violar a Constituição e de exceder os limites de sua magistratura, ao revelar conversas da presidente, o que só seria legal com autorização do Supremo Tribunal Federal. Em um clima de intensa polarização e espetacularização da política, o show parece chegar próximo ao seu final.</p>
	Evento 6 Articulação do impeachment	<p>Em abril, a base de sustentação do governo ruiu. O vice-presidente, Michel Temer e o seu partido, o PMDB, passaram a articular com a oposição a destituição de Dilma e a montagem de um novo governo. Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos. Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos. No mesmo dia, Temer assumiu a presidência.</p>
		<p>É importante lembrar que manifestações são legítimas em um regime democrático. Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem</p>

		lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.
--	--	---



Leitura complementar

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

"Nos últimos dias, aconteceu uma execução de jornalistas. [...] Para os europeus, é necessário conservar a liberdade de expressão e evitar represália da parte do terrorismo. [...] Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Eles vêm de várias regiões, são frutos de uma mistura cultural, linguística e política. Nunca esqueça que os seres humanos, assim como vocês e eu, provêm de sua cultura, de sua língua, de sua visão de mundo, de sua liberdade, de sua política, de seu patrimônio, de sua representação histórica. Estamos todos no mesmo barco, porque a cultura é a mais importante.

Quando os terroristas dizem que estamos proibidos de representar Maomé, é porque o Islã proíbe a representação de Maomé [...]

O assassino dos jornalistas de Charlie Hebdo entrou na redação e atirou em todos que estavam lá, somente por eles terem ousado representar o profeta. Esse é o grande debate. Se a França fizer alguma concessão, terá que assumir para o mundo que a Europa é uma parte do mundo em que não há liberdade de expressão total[...].

Com a manifestação de hoje, a França, que é um pequeno país, com 60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas. Algumas pessoas liam o Charlie Hebdo. Era um jornal que tinha a tiragem de 100 mil exemplares. Não era um jornal popular, mas o massacre dos jornalistas fez com que, espontaneamente, milhares de pessoas saíssem às ruas por três questões essenciais: não se deve tocar na liberdade de expressão. Mesmo se ela for inconveniente, ela é absoluta, como ocorre na Suécia, na Finlândia. É preciso ter respeito com a liberdade de expressão. A segunda questão é o fato de se incitar à violência. Você diz que não concorda com nada na religião ou na política, mas os que não concordam com isso não podem ameaçar a liberdade de expressão. É muito forte essa ideia, muito difícil. A terceira medida -que fez a França ter essa manifestação espontânea foi o desejo de fraternidade. Houve muitas ameaças terroristas na França. Nós assumimos essa responsabilidade humana, republicana, democrática. Os franceses não são heróis, não são melhores que outros povos. Simplesmente é defender o direito fundamental de um país[...]. Charlie Hebdo é o exemplo de quem exagera na liberdade de expressão, mas, de todo modo, deve ser defendido. Não há concessão possível para a liberdade de expressão. [...]

Essa é a radicalização da democracia, é a liberdade por tudo e para todos, seja pela religião, seja pela política, seja pela comunicação, seja no poder ético. Não se pode interditar a liberdade de expressão, mesmo se não gostar do que foi dito. Esse é o arranjo político de Charlie Hebdo. Por isso que o mundo inteiro se manifestou, porque muitos países viram que o que se passou na França diz respeito à liberdade de expressão do mundo inteiro[...].

Eu repito que a lição desse massacre é a liberdade de expressão absoluta, a fraternidade, liberdade e, finalmente, a França como símbolo de certa concepção de universalidade[...]."

WOLTON, Dominique. "A liberdade de expressão e o Charlie Hebdo".

Etapa	fase	texto
Título		Leitura complementar A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Tese	Apresentação prévia	<p>"Nos últimos dias, aconteceu uma execução de jornalistas. [...] Para os europeus, é necessário conservar a liberdade de expressão e evitar represália da parte do terrorismo.[...] Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Eles vêm de várias regiões, são frutos de uma mistura cultural, linguística e política. Nunca esqueça que os seres humanos, assim como vocês e eu, provêm de sua cultura, de sua língua, de sua visão de mundo, de sua liberdade, de sua política, de seu patrimônio, de sua representação histórica. Estamos todos no mesmo barco, porque a cultura é a mais importante.</p>
Argumentos	Tópico	<p>Quando os terroristas dizem que estamos proibidos de representar Maomé, é porque o Islã proíbe a representação de Maomé [...]</p>
	Argumento 1 Tema	<p>O assassino dos jornalistas de Charlie Hebdo entrou na redação e atirou em todos que estavam lá, somente por eles terem ousado representar o profeta.</p>
	Elaboração (enumeração) [explicação fatorial] Orientação	<p>Esse é o grande debate. Se a França fizer alguma concessão, terá que assumir para o mundo que a Europa é uma parte do mundo em que não há liberdade de expressão total[...].</p>
	[Explicação fatorial] Fator 1	<p>Com a manifestação de hoje, a França, que é um pequeno país, com 60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas. Algumas pessoas liam o Charlie Hebdo. Era um jornal que tinha a tiragem de 100 mil exemplares.</p>
	Fator 2	<p>Não era um jornal popular, mas o massacre dos jornalistas fez com que, espontaneamente, milhares de pessoas saíssem às ruas por três questões essenciais:</p>
Reiteração	Fator 3	<p>não se deve tocar na liberdade de expressão. Mesmo se ela for inconveniente, ela é absoluta, como ocorre na Suécia, na Finlândia. É preciso ter respeito com a liberdade de expressão.</p>
	Argumento 2 Exemplificação	<p>A segunda questão é o fato de se incitar à violência. Você diz que não concorda com nada na religião ou na política, mas os que não concordam com isso não podem ameaçar a liberdade de expressão. É muito forte essa ideia, muito difícil.</p>
	Retomada	<p>A terceira medida -que fez a França ter essa manifestação espontânea foi o desejo de fraternidade. Houve muitas ameaças terroristas na França. Nós assumimos essa responsabilidade humana, republicana, democrática. Os franceses não são heróis, não são melhores que outros povos. Simplesmente é defender o direito fundamental de um país[...].</p>
		<p>Charlie Hebdo é o exemplo de quem exagera na liberdade de expressão, mas, de todo modo, deve ser defendido. Não há concessão possível para a liberdade de expressão. [...]</p>

	Coda	<p>Essa é a radicalização da democracia, é a liberdade por tudo e para todos, seja pela religião, seja pela política, seja pela comunicação, seja no poder ético. Não se pode interditar a liberdade de expressão, mesmo se não gostar do que foi dito. Esse é o arranjo político de Charlie Hebdo. Por isso que o mundo inteiro se manifestou, porque muitos países viram que o que se passou na França diz respeito à liberdade de expressão do mundo inteiro[...].</p> <p>Eu repito que a lição desse massacre é a liberdade de expressão absoluta, a fraternidade, liberdade e, finalmente, a França como símbolo de certa concepção de universalidade[...]."</p> <p>WOLTON, Dominique. "A liberdade de expressão e o Charlie Hebdo"</p>
--	------	--

APÊNDICE E - LD3 HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO



Brasil: da redemocratização aos dias atuais

Entre 2015 e 2016, escândalos de corrupção, como o esquema de lavagem de dinheiro na Petrobras e as fraudes nas licitações do transporte público, tomaram grandes proporções na imprensa e nas manifestações de rua. Por isso, achamos interessante iniciar o capítulo sobre a redemocratização do Brasil com uma reflexão sobre o que é corrupção e de que forma ela afeta a vida da sociedade no geral, desde as instâncias políticas até no âmbito privado

Etapa	Fase	Texto
Título		Brasil: da redemocratização aos dias atuais
Tese	tópico frasal	Entre 2015 e 2016, escândalos de corrupção, tomaram grandes proporções na imprensa e nas manifestações de rua. como o esquema de lavagem de dinheiro na Petrobras e as fraudes nas licitações do transporte público, Por isso, achamos interessante iniciar o capítulo sobre a redemocratização do Brasil com uma reflexão sobre o que é corrupção e de que forma ela afeta a vida da sociedade no geral, desde as instâncias políticas até no âmbito privado.
Argumentos	Arg. 1 – exemplificação	
	elaboração explicação	



Corruptos e Corruptos

No Brasil, a arte de falar sobre corrupção costuma ser conjugada só na terceira pessoa. Corrupto é o outro

[...], é hora sim de falar, e muito, sobre corrupção. É claro que, no Brasil, a arte de falar sobre corrupção costuma ser conjugada só na terceira pessoa. Corrupto é “ele”, o outro. A corrupção do partido que grita “corrupto” é outra coisa, não é assim tão grave. [...]

Todos nós conhecemos bem esses raciocínios. Mas não, meus amigos, a corrupção do seu partido do coração não é “outra coisa”. Ela é a “mesma coisa”. É por pensar assim que estamos nesta situação.[...]

Ela (a corrupção) destrói [...]. Na política, tão importante quanto o que você fala é qual sua legitimidade. Por isso, a corrupção é sempre o começo do fim da política. [...]

Pois se você se deixa afetar da mesma forma que aqueles contra os quais combate, se você no fundo deseja da mesma forma, então chegará um dia que você fará as mesmas coisas."

SAFATLE, Vladimir. O poder não muda ninguém. Folha de S.Paulo, 14 ago. 2015. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimir_safatle/2015/08/1668288-o-poder-nao-muda-ninguem.html>. Acesso em 30 mar. 2016.

Etapa	Fase	Texto
-------	------	-------

Título		Corruptos e Corruptos
Tese	Tópico frasal	No Brasil, a arte de falar sobre corrupção costuma ser conjugada só na terceira pessoa. Corrupto é o outro
Argumentos	Apresentação prévia Generalização	[...], é hora sim de falar, e muito, sobre corrupção. É claro que, no Brasil, a arte de falar sobre corrupção costuma ser conjugada só na terceira pessoa. Corrupto é “ele”, o outro. A corrupção do partido que grita “corrupto” é outra coisa, não é assim tão grave.[...]
	Argumento 1 Tópico Elaboração (contradição)	Todos nós conhecemos bem esses raciocínios. Mas não, meus amigos, a corrupção do seu partido do coração não é “outra coisa”. Ela é a “mesma coisa”. É por pensar assim que estamos nesta situação.[...]
Reiteração	Argumento 2 Tópico Elaboração Comparação^explicação	Ela (a corrupção) destrói [...]. Na política, tão importante quanto o que você fala é qual sua legitimidade. Por isso, a corrupção é sempre o começo do fim da política. [...]
	Retomada	Pois se você se deixa afetar da mesma forma que aqueles contra os quais combate, se você no fundo deseja da mesma forma, então chegará um dia que você fará as mesmas coisas." SAFATLE, Vladimir. O poder não muda ninguém. Folha de S.Paulo, 14 ago. 2015. Disponível em < www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimir_safatle/2015/08/1668288-o_poder-nao-muda-ninguem.htm >. Acesso em 30 mar. 2016.



◆ **Mais uma eleição indireta!**

A derrota da emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para definir o sucessor do general João Figueiredo na presidência da república, de autoria do deputado federal Dante de Oliveira, frustrou grande parte da sociedade brasileira. Assim, a eleição do presidente do Brasil, em 1985, foi novamente decidida no Colégio Eleitoral. Porém, dois civis disputaram a batalha sucessória.

No Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, do PMDB, derrotou Paulo Maluf, apoiado pelos militares e candidato pelo PDS, por 480 a 180 votos. Além dos votos de seu próprio partido, Tancredo recebeu 166 votos de dissidentes do PDS e de parlamentares do PDT. O PT absteve-se de votar, denunciando a eleição indireta como um arranjo das elites.

A vitória de Tancredo despertou grande entusiasmo popular. Entretanto, esse entusiasmo durou pouco, pois, na véspera da posse, o presidente eleito adoeceu e o vice-presidente José Sarney assumiu a presidência interinamente. A população acompanhou o estado de saúde

de Tancredo na expectativa de que ele melhorasse. No entanto, no dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves faleceu, abalando o país. Na época, muitos brasileiros acreditaram que sua morte tinha sido um crime premeditado, organizado pelos militares e por políticos do PDS. Mas essas acusações não foram confirmadas.

Diante desse acontecimento, José Sarney assumiu o poder, frustrando parte da população. Ex-presidente do PDS, filiado à Arena durante o regime militar, Sarney não era o presidente ideal para muitos brasileiros. Movimentos e partidos de oposição lançaram palavras de ordem que expressavam a indignação com um chefe de Estado associado ao velho regime: "O povo não esquece, Sarney é PDS "; "Sarney não dá, diretas já".

Sem maior apoio popular, Sarney iniciou o período conhecido como Nova República com dois enormes desafios: recuperar a economia do país, na época com uma inflação na casa dos 200% ao ano (veja a seção "Aprenda mais", no capítulo 10, página 176), e dar continuidade ao processo de redemocratização.

Etapa	Fase	Texto
Título		Mais uma eleição indireta!
Orientação	cenário	A derrota da emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para definir o sucessor do general João Figueiredo na presidência da república, de autoria do deputado federal Dante de Oliveira, frustrou grande parte da sociedade brasileira. Assim, a eleição do presidente do Brasil, em 1985, foi novamente decidida no Colégio Eleitoral. Porém, dois civis disputaram a batalha sucessória.
Registro do eventos	evento 1 Votação no Colégio Eleitoral	No Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, do PMDB, derrotou Paulo Maluf, apoiado pelos militares e candidato pelo PDS, por 480 a 180 votos. Além dos votos de seu próprio partido, Tancredo recebeu 166 votos de dissidentes do PDS e de parlamentares do PDT. O PT absteve-se de votar, denunciando a eleição indireta como um arranjo das elites.
	evento 2 Vitória de Tancredo e posse de Sarney	A vitória de Tancredo despertou grande entusiasmo popular. Entretanto, esse entusiasmo durou pouco, pois, na véspera da posse, o presidente eleito adoeceu e o vice-presidente José Sarney assumiu a presidência interinamente. A população acompanhou o estado de saúde de Tancredo na expectativa de que ele melhorasse.
	evento 3 morte de Tancredo	No entanto, no dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves faleceu, abalando o país. Na época, muitos brasileiros acreditaram que sua morte tinha sido um crime premeditado, organizado pelos militares e por políticos do PDS. Mas essas acusações não foram confirmadas.
	evento 4 posse definitiva de Sarney	Diante desse acontecimento, José Sarney assumiu o poder, frustrando parte da população. Ex-presidente do PDS, filiado à Arena durante o regime militar, Sarney não era o presidente ideal para muitos brasileiros. Movimentos e partidos de oposição lançaram palavras de ordem que expressavam a indignação com um chefe de Estado associado ao velho regime: "O povo não esquece, Sarney é PDS "; "Sarney não dá, diretas já". Sem maior apoio popular, Sarney iniciou o período conhecido como Nova República com dois enormes

		desafios: recuperar a economia do país, na época com uma inflação na casa dos 200% ao ano (veja a seção "Aprenda mais", no capítulo 10, página 176), e dar continuidade ao processo de redemocratização.
--	--	--



◆ **Governo José Sarney (1985-1990)**

O governo de José Sarney caracterizou-se por uma série de mudanças políticas e econômicas. A primeira delas ocorreu em maio de 1985, quando o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das capitais e das demais cidades consideradas pelo regime militar áreas de segurança nacional. A medida também extinguiu a fidelidade partidária e abrandou as exigências para o registro de novos partidos.

Paralelamente, o governo tentava apresentar soluções para a grave crise econômica e a inflação alta. Assim, em agosto de 1985, o presidente nomeou para o Ministério da Fazenda o empresário paulista Dilson Funaro. O novo ministro lançou, em março de 1986, o Plano Cruzado. A moeda nacional, na época chamada cruzeiro, perdeu três zeros e deu origem a uma nova moeda, que recebeu o nome de cruzado.

O pacote também limitou a correção monetária, conservada apenas para as cadernetas de poupança, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Interação Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e certas aplicações financeiras de longo prazo. Essa medida tentou quebrar o círculo vicioso da economia indexada, pelo qual o aumento dos preços gerava a correção dos salários, cujos custos eram repassados aos preços dos produtos. O governo determinou ainda o congelamento de preços e de salários, prevendo-se para estes últimos o reajuste pela média dos seis meses anteriores. Além disso, foi criado um "gatilho salarial", mecanismo que reajustava automaticamente os salários toda vez que a inflação atingisse 20%.

O Plano Cruzado teve o efeito imediato de conter a inflação e aumentar o poder aquisitivo dos brasileiros. Com isso, cresceu o consumo em todos os extratos sociais. O país foi tomado por um clima de euforia. Muitos brasileiros passaram a vigiar os preços no comércio e denunciar os estabelecimentos quando descobriam que os preços tinham sido reajustados. Eram os fiscais do Sarney.

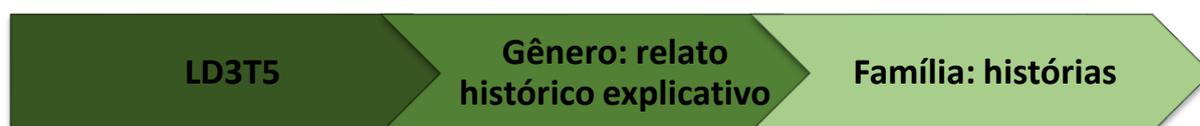
Em 1986, aconteceram eleições para os governos estaduais, com esmagadora vitória do PMDB, que só não venceu em Sergipe. A grande aceitação popular do Plano Cruzado garantiu o êxito do partido do governo nas eleições. O partido também elegeu a maioria dos deputados estaduais, deputados federais e senadores. A mais importante medida, todavia, foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição para o país. Os trabalhos da Assembleia foram iniciados em 1º de fevereiro de 1987.

Em junho de 1986, Sarney reatou relações diplomáticas com Cuba, rompidas no governo Castello Branco. O governo ampliou também as relações diplomáticas com os países africanos de colonização portuguesa. No entanto, a iniciativa mais expressiva uniu os governos do Brasil e da Argentina. A Declaração de Iguaçu, assinada em novembro de 1985 por Sarney e pelo então presidente argentino Raúl Alfonsín, representou um importante instrumento de aproximação com o Estado vizinho, que culminou, em 1991, na formação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul (estudado no capítulo 11).

Etapa	Fase	Texto
Título		Governo José Sarney (1985-1990)
Orientação	cenário	

Registro de eventos	<p>evento 1 Aprovação da eleições diretas municipais</p> <p>evento 2 lançamento do Plano Cruzado</p> <p>[Relatório descritivo] Criação do cruzado</p> <p>medidas econômicas</p> <p>congelamento de preços</p> <p>gatilho salarial</p> <p>cadeia de efeitos do Plano Cruzado</p> <p>evento 3 realização de eleições municipais e vitória do PMDB</p> <p>evento 4 Constituinte</p> <p>evento 5</p>	<p>O governo de José Sarney caracterizou-se por uma série de mudanças políticas e econômicas.</p> <p>A primeira delas ocorreu em maio de 1985, quando o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das capitais e das demais cidades consideradas pelo regime militar áreas de segurança nacional. A medida também extinguiu a fidelidade partidária e abrandou as exigências para o registro de novos partidos.</p> <p>Paralelamente, o governo tentava apresentar soluções para a grave crise econômica e a inflação alta. Assim, em agosto de 1985, o presidente nomeou para o Ministério da Fazenda o empresário paulista Dilson Funaro. O novo ministro lançou, em março de 1986, o Plano Cruzado.</p> <p>A moeda nacional, na época chamada cruzeiro, perdeu três zeros e deu origem a uma nova moeda, que recebeu o nome de cruzado.</p> <p>O pacote também limitou a correção monetária, conservada apenas para as cadernetas de poupança, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Interação Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e certas aplicações financeiras de longo prazo.</p> <p>Essa medida tentou quebrar o círculo vicioso da economia indexada, pelo qual o aumento dos preços gerava a correção dos salários, cujos custos eram repassados aos preços dos produtos.</p> <p>O governo determinou ainda o congelamento de preços e de salários, prevendo-se para estes últimos o reajuste pela média dos seis meses anteriores.</p> <p>Além disso, foi criado um "gatilho salarial", mecanismo que reajustava automaticamente os salários toda vez que a inflação atingisse 20%.</p> <p>O Plano Cruzado teve o efeito imediato de conter a inflação e aumentar o poder aquisitivo dos brasileiros. Com isso, cresceu o consumo em todos os extratos sociais. O país foi tomado por um clima de euforia. Muitos brasileiros passaram a vigiar os preços no comércio e denunciar os estabelecimentos quando descobriam que os preços tinham sido reajustados. Eram os fiscais do Sarney</p> <p>Em 1986, aconteceram eleições para os governos estaduais, com esmagadora vitória do PMDB, que só não venceu em Sergipe. A grande aceitação popular do Plano Cruzado garantiu o êxito do partido do governo nas eleições. O partido também elegeu a maioria dos deputados estaduais, deputados federais e senadores.</p> <p>A mais importante medida, todavia, foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar</p>
---------------------	--	--

	atuação diplomática do governo	<p>uma nova Constituição para o país. Os trabalhos da Assembleia foram iniciados em 1º de fevereiro de 1987.</p> <p>Em junho de 1986, Sarney reatou relações diplomáticas com Cuba, rompidas no governo Castelo Branco. O governo ampliou também as relações diplomáticas com os países africanos de colonização portuguesa. No entanto, a iniciativa mais expressiva uniu os governos do Brasil e da Argentina. A Declaração de Iguazu, assinada em novembro de 1985 por Sarney e pelo então presidente argentino Raúl Alfonsín, representou um importante instrumento de aproximação com o Estado vizinho, que culminou, em 1991, na formação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul (estudado no capítulo 11).</p>
--	--------------------------------	--



◆ **Novos pacotes econômicos**

O Plano Cruzado apresentou bons resultados nos primeiros meses, mas logo começou a mostrar sinais de fracasso. As mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores passaram a cobrar ágio e a inflação voltou a subir. O fracasso do Plano Cruzado mostrava a dificuldade de manter uma economia em funcionamento por meio de medidas proibitivas, que ignoravam as leis do mercado. O consumidor podia denunciar aumentos de preços nos supermercados, mas ao longo da cadeia produtiva os problemas eram mais complexos.

Com o objetivo de refrear o consumo da classe média e captar recursos para serem investidos no desenvolvimento do país, em julho de 1986 o governo anunciou a introdução de um empréstimo compulsório de até 25%, por três anos, sobre serviços e bens, como viagens internacionais, carros e gasolina. Com essas medidas, o governo conseguiu manter o congelamento de preços até as eleições estaduais e municipais.

Logo após as eleições, o governo apresentou o Plano Cruzado II. Esse plano estabelecia o seguinte: liberação dos preços de serviços e produtos, livre negociação do preço dos aluguéis entre proprietários e inquilinos e o cálculo da inflação seria com base nos gastos das Famílias com renda de até cinco salários-mínimos. O Plano também aumentou os impostos sobre combustíveis, telefonia, energia elétrica, bebidas, automóveis e cigarros.

As novas medidas contribuíram para o declínio das exportações e o aumento das importações, esgotando as reservas cambiais. Em janeiro de 1987, o Brasil decretou a moratória, ou seja, a suspensão do pagamento da dívida externa. O plano provocou também um aumento generalizado dos preços. A inflação disparou e a população perdeu a confiança no governo. Desgastado, o ministro Funaro foi substituído por Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Em abril de 1987, instituiu-se um novo pacote econômico: o Plano Bresser. O pacote congelou os preços por dois meses, aumentou as tarifas públicas e os impostos e extinguiu o abono salarial. As negociações com o FMI foram retomadas, suspendendo a moratória. Mas isso não conteve a inflação, que no final desse ano chegou a 363,41%. Em janeiro de 1988, Mailson da Nóbrega substituiu o ministro Bresser-Pereira.

Um ano depois, o desacreditado governo Sarney lançou o último pacote econômico: o Plano Verão. O cruzado perdeu três zeros, originando o cruzado novo. O plano incluía o congelamento do câmbio, dos salários e dos preços de vários produtos; o fim da correção monetária; a privatização de diversas estatais e os cortes nos gastos públicos, com a

exoneração dos funcionários contratados nos últimos cinco anos. Os cortes, porém, não ocorreram e a inflação disparou.

Etapa	Fase	Texto
Título		Novos pacotes econômicos
Orientação Registro de eventos	Evento 1 – Plano cruzado	- O Plano Cruzado apresentou bons resultados nos primeiros meses, mas logo começou a mostrar sinais de fracasso. As mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, os fornecedores passaram a cobrar ágio e a inflação voltou a subir. O fracasso do Plano Cruzado mostrava a dificuldade de manter uma economia em funcionamento por meio de medidas proibitivas, que ignoravam as leis do mercado. O consumidor podia denunciar aumentos de preços nos supermercados, mas ao longo da cadeia produtiva os problemas eram mais complexos. Com o objetivo de refrear o consumo da classe média e captar recursos para serem investidos no desenvolvimento do país, em julho de 1986 o governo anunciou a introdução de um empréstimo compulsório de até 25%, por três anos, sobre serviços e bens, como viagens internacionais, carros e gasolina. Com essas medidas, o governo conseguiu manter o congelamento de preços até as eleições estaduais e municipais.
	Evento 2 – Plano Cruzado II	Logo após as eleições, o governo apresentou o Plano Cruzado II. Esse plano estabelecia o seguinte: liberação dos preços de serviços e produtos, livre negociação do preço dos aluguéis entre proprietários e inquilinos e o cálculo da inflação seria com base nos gastos das Famílias com renda de até cinco salários mínimos. O Plano também aumentou os impostos sobre combustíveis, telefonia, energia elétrica, bebidas, automóveis e cigarros. As novas medidas contribuíram para o declínio das exportações e o aumento das importações, esgotando as reservas cambiais. Em janeiro de 1987, o Brasil decretou a moratória, ou seja, a suspensão do pagamento da dívida externa. O plano provocou também um aumento generalizado dos preços. A inflação disparou e a população perdeu a confiança no governo. Desgastado, o ministro Funaro foi substituído por Luiz Carlos Bresser-Pereira.
	Evento 3 – plano Bresser	Em abril de 1987, instituiu-se um novo pacote econômico: o Plano Bresser. O pacote congelou os preços por dois meses, aumentou as tarifas públicas e os impostos e extinguiu o abono salarial. As negociações com o FMI foram retomadas, suspendendo a moratória. Mas isso não conteve a inflação, que no final desse ano chegou a 363,41%. Em janeiro de 1988, Maílson da Nóbrega substituiu o ministro Bresser-Pereira.
	Evento 4 – plano Verão	Um ano depois, o desacreditado governo Sarney lançou o último pacote econômico: o Plano Verão. O cruzado perdeu três zeros, originando o cruzado novo. O plano incluía o congelamento do câmbio, dos salários e dos preços de vários

		produtos; o fim da correção monetária; a privatização de diversas estatais e os cortes nos gastos públicos, com a exoneração dos funcionários contratados nos últimos cinco anos . Os cortes, porém, não ocorreram e a inflação disparou.
--	--	---



◆ **Constituição Cidadã**

No dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição do país. O então presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, chamou-a de Constituição Cidadã, numa referência aos inúmeros direitos conquistados pelos cidadãos brasileiros, especialmente as parcelas da sociedade que não recebiam muita atenção do poder público, como os indígenas e os afrodescendentes:

"Do início ao fim, o processo [elaboração da Constituição de 1988] envolveu um embate entre os mais variados grupos, cada um tentando aumentar ou restringir os limites do arranjo social, econômico e político a ser estabelecido. Na verdade, este clima de batalha verbal e de manobras nos bastidores era, em grande medida, um efeito colateral do curso da transição. Uma refundação que se apoiava num acordo negociado seria pressionada em duas direções: de um lado, pelas forças políticas do Ancien Régime tentando assegurar seu espaço neste novo cenário; e de outro, pelos setores de esquerda que, embora-minoritários, adquiriram importante papel no processo constituinte. A pecha de ser uma transição negociada acabou fazendo com que seus condutores - líderes políticos moderados mas democratas se tornassem mais vulneráveis às críticas quanto às limitações do novo regime e, por conseguinte, mais sensíveis às pressões das forças políticas que clamavam pelo aprofundamento da democratização."

KINZ O, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2001. Disponível em <w ww.scielo.br/scielo >. Acesso em 31 mar. 2016.

As disposições do novo texto constitucional estenderam o direito de voto aos analfabetos e aos adolescentes entre 16 e 18 anos, restabeleceram o habeas corpus e instituíram o habeas data, que assegura a todos o acesso a informações de interesse geral ou particular registradas em órgãos públicos. A tortura e o racismo passaram a ser crimes inafiançáveis e imprescritíveis. A nova Carta Magna também incluiu as principais conquistas trabalhistas asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as ampliou: reduziu a jornada máxima de trabalho de 48 para 44 horas semanais; estabeleceu um adicional sobre as férias correspondente a um terço do salário nominal do trabalhador; licença-maternidade de 120 dias; criação da licença-paternidade, posteriormente fixada em 5 dias; amplo direito de greve (posteriormente regulamentado); e liberdade e autonomia sindical, mas permanecendo a unicidade, ou seja, a existência de um único sindicato por ramo de atividade.

Ainda, nessa nova Constituição, foi criado o juizado de pequenas causas; as medidas provisórias substituíram os decretos-leis do regime militar; os benefícios da Previdência Social estenderam-se aos trabalhadores do campo; foram determinadas medidas de proteção do meio ambiente e dos grupos indígenas, com reconhecimento do direito dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos às terras ocupadas por seus antepassados.

Etapa	Fase	Texto
Título		Constituição Cidadã
Entidade		No dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição do país. O então presidente da Câmara,

<p>Descrição</p>	<p>Promulgação da Constituição Federal</p> <p>Processo de elaboração da Constituição [[Explicação]] Fenômeno Explicação</p> <p>Garantias constitucionais</p>	<p>Ulysses Guimarães, chamou-a de Constituição Cidadã, numa referência aos inúmeros direitos conquistados pelos cidadãos brasileiros, especialmente as parcelas da sociedade que não recebiam muita atenção do poder público, como os indígenas e os afrodescendentes :</p> <p><i>"Do início ao fim, o processo [elaboração da Constituição de 1988] envolveu um embate entre os mais variados grupos, cada um tentando aumentar ou restringir os limites do arranjo social, econômico e político a ser estabelecido.[Fenômeno] Na verdade, este clima de batalha verbal e de manobras nos bastidores era, em grande medida, um efeito colateral do curso da transição. Uma refundação que se apoiava num acordo negociado seria pressionada em duas direções: de um lado, pelas forças políticas do Ancien Régime tentando assegurar seu espaço neste novo cenário; e de outro, pelos _setores de esquerda que, embora minoritários, adquiriram importante papel no processo constituinte. A pecha de ser uma transição negociada acabou fazendo com que seus condutores - líderes políticos moderados mas democratas se tornassem mais vulneráveis às críticas quanto às limitações do novo regime e, por conseguinte, mais sensíveis às pressões das forças políticas que clamavam pelo aprofundamento da democratização."</i></p> <p>KINZ O, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2001. Disponível em <ww.scielo.br/scielo >. Acesso em 31 mar. 2016.</p> <p>As disposições do novo texto constitucional estenderam o direito de voto aos analfabetos e aos adolescentes entre 16 e 18 anos, restabeleceram o habeas corpus e instituíram o habeas data, que assegura a todos o acesso a informações de interesse geral ou particular registradas em órgãos públicos. A tortura e o racismo passaram a ser crimes inafiançáveis e imprescritíveis. A nova Carta Magna também incluiu as principais conquistas trabalhistas asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as ampliou: reduziu a jornada máxima de trabalho de 48 para 44 horas semanais; estabeleceu um adicional sobre as férias correspondente a um terço do salário nominal do trabalhador; licença-maternidade de 120 dias; criação da licença-paternidade, posteriormente fixada em 5 dias; amplo direito de greve (posteriormente regulamentado); e liberdade e autonomia sindical, mas permanecendo a unicidade, ou seja, a existência de um único sindicato por ramo de atividade.</p> <p>Ainda, nessa nova Constituição, foi criado o juizado de pequenas causas; as medidas provisórias substituíram os decretos-leis do regime militar; os benefícios da Previdência</p>
------------------	--	---

		Social estenderam-se aos trabalhadores do campo; foram determinadas medidas de proteção do meio ambiente e dos grupos indígenas, com reconhecimento do direito dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos às terras ocupadas por seus antepassados.
--	--	---



◆ Situação dos povos indígenas

Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra. Criaram, por exemplo, a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, que deu voz às suas comunidades, participando de diversos eventos nacionais e internacionais, como as conferências da Unesco na Costa Rica (1981) e o Congresso Indígena da Colômbia (1982).

A UNI, junto de outras entidades aliadas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve participação importante nas conquistas indígenas em 1988. O grupo participou na elaboração da proposta que serviria de base para a inserção dos direitos indígenas na nova Constituição, além de acompanhar os trabalhos dos congressistas e manter suas comunidades informadas. A UNI chegou até a inaugurar, em 1986, junto à rádio de estudantes da Universidade de São Paulo (USP), o "Programa de Índio", que se transformou em um dos principais meios de comunicação em muitas aldeias.

Entre as principais conquistas indígenas na Constituição de 1988 estão o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos povos indígenas, bem como seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam; o direito dos índios de utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem na educação de suas crianças; e o maior rigor nas autorizações para o aproveitamento de recursos hídricos e para a pesquisa e lavra de recursos naturais nas Terras Indígenas.

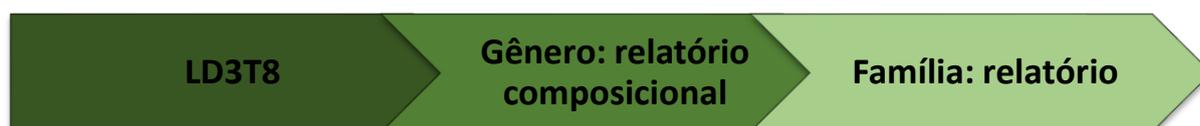
Segundo o Censo 2010 do IBGE, 817.963 pessoas declararam-se indígenas, representando 305 etnias. A maior parte concentra-se no estado do Amazonas. Além disso, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem hoje 588 Terras Indígenas, sendo 462 regularizadas, o que mostra as dificuldades do Estado brasileiro em demarcar essas áreas. Os fatores para esse problema são diversos, como a ação de madeireiras e da agroindústria, interessadas em explorar os recursos naturais das Terras Indígenas.

No norte do Mato Grosso, por exemplo, índios Xavante lutam contra a invasão de fazendeiros em suas terras e sofrem com a violência policial. A situação dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul é a mesma: além de viverem em péssimas condições, estão ameaçados de perderem suas terras desde o final de 2012, quando receberam uma ordem de despejo da Justiça Federal de Naviraí. Na região do Rio São Francisco, povos Truká, Pipipã, Tumbalalá, entre outros, sofrem com as obras de transposição do rio, que os forçam a saírem de suas terras. Além disso, milhares de índios ainda enfrentam a discriminação e a pobreza. Esses são apenas alguns exemplos para mostrar que, apesar dos avanços da Constituição de 1988, os direitos dos povos indígenas no Brasil ainda são muito desrespeitados.

Etapa	Fase	Texto
Título		Situação dos povos indígenas - (não há descrição/definição dos povos)
Orientação	Cenário	

Registro de eventos	Organização política de etnias	Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra. Criaram, por exemplo, a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, que deu voz às suas comunidades, participando de diversos eventos nacionais e internacionais, como as conferências da Unesco na Costa Rica (1981) e o Congresso Indígena da Colômbia (1982).
	Evento 1	
	Atuação da Uni e do Cimi	A UNI, junto de outras entidades aliadas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve participação importante nas conquistas indígenas em 1988. O grupo participou na elaboração da proposta que serviria de base para a inserção dos direitos indígenas na nova Constituição, além de acompanhar os trabalhos dos congressistas e manter suas comunidades informadas. A UNI chegou até a inaugurar, em 1986, junto à rádio de estudantes da Universidade de São Paulo (USP), o "Programa de Índio", que se transformou em um dos principais meios de comunicação em muitas aldeias.
	Evento 2	
	Conquistas indígenas na CF	Entre as principais conquistas indígenas na Constituição de 1988 estão o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos povos indígenas, bem como seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam; o direito dos índios de utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem na educação de suas crianças; e o maior rigor nas autorizações para o aproveitamento de recursos hídricos e para a pesquisa e lavra de recursos naturais nas Terras Indígenas.
	Evento 3	
	Mapeamento das etnias indígenas	Segundo o Censo 2010 do IBGE, 817.963 pessoas declararam-se indígenas, representando 305 etnias. A maior parte concentra-se no estado do Amazonas.
	Demarcação de terras indígenas	Além disso, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem hoje 588 Terras Indígenas, sendo 462 regularizadas, o que mostra as dificuldades do Estado brasileiro em demarcar essas áreas. Os fatores para esse problema são diversos, como a ação de madeiras e da agroindústria, interessadas em explorar os recursos naturais das Terras Indígenas.
Evento 4		
Exemplificação de lutas dos povos indígenas para	No norte do Mato Grosso, por exemplo, índios Xavante lutam contra a invasão de fazendeiros em suas terras e sofrem com a violência policial. A situação dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul é a mesma: além de viverem em péssimas condições, estão ameaçados de perderem suas terras desde o final de 2012, quando receberam uma ordem de despejo da Justiça Federal de Naviraí. Na região do Rio São Francisco, povos Truká, Pipipã, Tumbalalá, entre outros, sofrem com as	

(Dedução)		<p>obras de transposição do rio, que os forçam a saírem de suas terras. Além disso, milhares de índios ainda enfrentam a discriminação e a pobreza.</p> <p>Esses são apenas alguns exemplos para mostrar que, apesar dos avanços da Constituição de 1988, os direitos dos povos indígenas no Brasil ainda são muito desrespeitados</p>
-----------	--	--



Trabalhando com fontes

Os indígenas na Constituição

A Constituição de 1988 dedicou um capítulo aos direitos dos índios.

Leia a seguir alguns de seus artigos.

"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições .

§ 2º -As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em Terras Indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º- As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º- É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ' *ad refe-rendum*' do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. [...]

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo."

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 31 mar. 2016.

Etapa	Fase	Texto
Título		Os indígenas na Constituição
Entidade		A Constituição de 1988 dedicou um capítulo aos direitos dos índios.
Descrição	Parte I	Leia a seguir alguns de seus artigos.
	reconhecimento de direitos indígenas, em especial, sobre	"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam,

Durante a campanha, a imagem de Collor como um homem público "moderno", campeão da luta contra a corrupção e "caçador de marajás" passou a ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Contraopondo-se a Collor, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou-se como o candidato dos trabalhadores do Brasil, recebendo o apoio de Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire.

Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno.

Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.

Etapa	Fase	Texto
Título		Eleições diretas à vista
Orientação	cenário	Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços. Segundo dados do IBGE, a inflação acumulada durante o ano de 1989 chegou a 1.972,91%. É nesse contexto de crise econômica que se iniciaram as campanhas para as eleições presidenciais no país.
Registro de eventos	evento 1 eleição direta para presidente	Em 1989, os brasileiros finalmente puderam voltar a escolher o presidente da república por meio do voto. Apresentaram-se 24 candidatos dos mais diferentes partidos, entre eles Fernando Collor de Mello (PRN), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Maluf (PDS) e Mário Covas (PSDB). Como previa a Constituição de 1988, as eleições ocorreram em dois turnos. O primeiro turno, realizado em 15 de novembro, teve como vencedores Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.
	evento 2 imagens dos candidatos Lula e Collor	Durante a campanha, a imagem de Collor como um homem público "moderno", campeão da luta contra a corrupção e "caçador de marajás" passou a ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Contraopondo-se a Collor, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou-se como o candidato dos trabalhadores do Brasil, recebendo o apoio de Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire.
	Evento 3 Segundo turno das eleições	Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno.
	Evento 4 Vitória de Collor	Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.

LD3T10

Gênero: relato histórico explicativo

Família: histórias

◆ **Governo Fernando Collor (1990-1992)**

No dia seguinte ao da posse, ocorrida em 15 de março de 1990, a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, lançou um novo pacote. O plano criou uma nova moeda circulante, o cruzeiro, e estabeleceu o bloqueio, pelo prazo de um ano e meio, dos depósitos em contas

correntes e cadernetas de poupança superiores a 50 mil cruzeiros, o equivalente a cerca de R\$ 5.000,00 nos dias de hoje. Nas demais aplicações financeiras, o limite de saque era de 25 mil cruzeiros. Além disso, os preços das mercadorias e serviços foram congelados.

O chamado Plano Collor bloqueou aproximadamente 85 bilhões de dólares dos poupadores, além de provocar a quebra de várias empresas, aumentando consideravelmente o desemprego no país. O setor produtivo não tinha dinheiro para investir, e a população teve que reduzir o consumo, o que gerou a desaceleração da economia.

A inflação chegou a diminuir em maio de 1990, mas logo voltou a crescer. No final desse ano, a inflação acumulada atingiu a cifra de 1.620,97%.

Em fevereiro de 1991, a ministra lançou o Plano Collor II. O novo pacote congelou novamente preços e salários, sem que a espiral inflacionária fosse detida.

Durante a campanha eleitoral e ao longo de seu governo, Fernando Collor divulgou sua imagem como um presidente moderno, esportista e destemido.

Etapa	Fase	Texto
Título		Governo Fernando Collor (1990-1992)
Orientação	cenário	No dia seguinte ao da posse, ocorrida em 15 de março de 1990, a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, lançou um novo pacote.
Registro de eventos	Evento 1 Criação de nova moeda e estabelecimento de bloqueio	O plano criou uma nova moeda circulante, o cruzeiro, e estabeleceu o bloqueio, pelo prazo de um ano e meio, dos depósitos em contas correntes e cadernetas de poupança superiores a 50 mil cruzeiros, o equivalente a cerca de R\$ 5.000,00 nos dias de hoje. Nas demais aplicações financeiras, o limite de saque era de 25 mil cruzeiros. Além disso, os preços das mercadorias e serviços foram congelados.
	Evento 2 Efeitos do plano Collor	O chamado Plano Collor bloqueou aproximadamente 85 bilhões de dólares dos poupadores, além de provocar a quebra de várias empresas, aumentando consideravelmente o desemprego no país. O setor produtivo não tinha dinheiro para investir, e a população teve que reduzir o consumo, o que gerou a desaceleração da economia.
	Evento 3 Tentativa de controle da inflação Plano Collor II	A inflação chegou a diminuir em maio de 1990, mas logo voltou a crescer. No final desse ano, a inflação acumulada atingiu a cifra de 1.620,97%. Em fevereiro de 1991, a ministra lançou o Plano Collor II. O novo pacote congelou novamente preços e salários, sem que a espiral inflacionária fosse detida. Durante a campanha eleitoral e ao longo de seu governo, Fernando Collor divulgou sua imagem como um presidente moderno, esportista e destemido.

LD3T11

Gênero: relato histórico

Família: histórias

◆ Campanha do impeachment

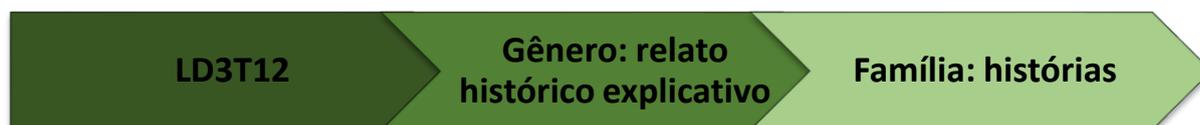
Entre 1991 e 1992, começaram a circular notícias sobre o envolvimento de ministros e personalidades do governo Collor em negociações fraudulentas. As suspeitas transformaram-se em manchetes em abril de 1992, quando Pedro Collor, irmão do presidente, concedeu uma entrevista à imprensa denunciando a montagem de um enorme esquema de tráfico de influências, irregularidades financeiras e contas bancárias "fantasmas", que envolviam o presidente e seus aliados políticos. Toda essa operação seria dirigida por Paulo César Farias, mais conhecido como PC Farias, tesoureiro da campanha e amigo pessoal de Collor.

A trama de corrupção, conhecida como "esquema PC", tomou conta da mídia nacional. Em maio de 1992, a Câmara Federal instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a veracidade das acusações. Por todo o país, manifestações populares exigiam o total esclarecimento das denúncias.

Em 14 de agosto, num pronunciamento feito no Palácio do Planalto, Collor pediu à população que saísse às ruas, no domingo, vestindo roupas nas cores da bandeira brasileira, como demonstração de apoio ao governo. No sábado, alguns jornais circularam com tarjas pretas na primeira página e sugeriram à população o uso do preto. Parte da imprensa que havia apoiado a candidatura de Collor agora se posicionava contra ele. No domingo, milhares de brasileiros saíram às ruas vestindo roupas pretas como forma de protesto contra o presidente. No mesmo mês, Collor tomou conhecimento do relatório final da CPI, que o considerava passível de indiciamento em cinco crimes: corrupção passiva, formação de quadrilha, prevaricação, defesa de interesses privados no governo e estelionato. O relatório serviu de base para encaminhar o afastamento do presidente. No dia 29 de setembro a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment, decisão inédita na América Latina. Dois dias depois, Collor recebeu o ofício que legitimava seu afastamento por 180 dias. Com isso, o vice-presidente Itamar Franco passou a governar o Brasil, interinamente. Em dezembro, antes do início da votação da abertura do processo no Senado, Collor renunciou à presidência. Mesmo assim, ele teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

Etapa	Fase	Texto
Título		Campanha do impeachment
Orientação	Cenário negociações fraudulentas que envolviam o governo	Entre 1991 e 1992, começaram a circular notícias sobre o envolvimento de ministros e personalidades do governo Collor em negociações fraudulentas. As suspeitas transformaram-se em manchetes em abril de 1992, quando Pedro Collor, irmão do presidente, concedeu uma entrevista à imprensa denunciando a montagem de um enorme esquema de tráfico de influências, irregularidades financeiras e contas bancárias "fantasmas", que envolviam o presidente e seus aliados políticos. Toda essa operação seria dirigida por Paulo César Farias, mais conhecido como PC Farias, tesoureiro da campanha e amigo pessoal de Collor. A trama de corrupção, conhecida como "esquema PC", tomou conta da mídia nacional.
Registro de eventos	Evento 1 – instalação e CPI	Em maio de 1992, a Câmara Federal instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a veracidade das acusações. Por todo o país, manifestações populares exigiam o total esclarecimento das denúncias. Em 14 de agosto, num pronunciamento feito no Palácio do Planalto, Collor pediu à população que

	<p>Evento 2 – pronunciamento do presidente</p> <p>Evento 3 – posicionamento da mídia sobre a convocação</p> <p>Evento 4 – protesto popular</p> <p>Evento 5 – divulgação do relatório final da CPI</p> <p>Evento 6 – abertura do processo de impeachment</p> <p>Evento 7 – renúncia de Collor</p>	<p>saísse às ruas, no domingo, vestindo roupas nas cores da bandeira brasileira, como demonstração de apoio ao governo.</p> <p>No sábado, alguns jornais circularam com tarjas pretas na primeira página e sugeriram à população o uso do preto. Parte da imprensa que havia apoiado a candidatura de Collor agora se posicionava contra ele. No domingo, milhares de brasileiros saíram às ruas vestindo roupas pretas como forma de protesto contra o presidente.</p> <p>No mesmo mês, Collor tomou conhecimento do relatório final da CPI, que o considerava passível de indiciamento em cinco crimes: corrupção passiva, formação de quadrilha, prevaricação, defesa de interesses privados no governo e estelionato. O relatório serviu de base para encaminhar o afastamento do presidente.</p> <p>No dia 29 de setembro a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment, decisão inédita na América Latina. Dois dias depois, Collor recebeu o ofício que legitimava seu afastamento por 180 dias. Com isso, o vice-presidente Itamar Franco passou a governar o Brasil, interinamente.</p> <p>Em dezembro, antes do início da votação da abertura do processo no Senado, Collor renunciou à presidência. Mesmo assim, ele teve seus direitos políticos cassados por oito anos.</p>
--	--	---



Governo Itamar Franco (1992-1994)

Com a renúncia de Collor, Itamar Franco tomou posse para governar até o final do mandato, em 1994. Em razão de seu rompimento com o presidente desde o início das denúncias contra o esquema PC, Itamar recebeu o apoio da maioria dos partidos de oposição.

Sua primeira missão consistiu em conduzir, em abril de 1993, um plebiscito previsto pela Constituição de 1988 sobre a forma de governo que deveria existir no Brasil (monarquia ou república) e o sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista). Venceu a república, com mais de 66% dos votos, e o presidencialismo, com mais de 55%.

Entretanto, na esfera econômica, o governo enfrentou sérias dificuldades. O país ainda não havia encontrado uma política eficaz de controle do processo inflacionário. Para tentar recuperar a economia do país, Itamar nomeou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda. No final de 1993, o ministro anunciou seu plano de estabilização econômica, o Plano Real, implantado ao longo de 1994. O Brasil ganhou uma nova moeda, o real, e grandes promessas de acabar com a inflação. Em março de 1994 entrou em vigor a Unidade Real de Valor (URV), um indexador para realizar a transição do cruzeiro para o real. Esperando impedir a desvalorização do real, o governo estabeleceu a paridade da nova moeda com o dólar norte-americano. Também lançou um conjunto de medidas com o objetivo de garantir a estabilização econômica e reduzir o déficit público, considerado o responsável pela inflação: privatização de empresas estatais, elevação das taxas de juros, abertura do mercado nacional às importações etc.

Paralelamente, o governo Itamar sofreu os efeitos negativos das investigações da CPI do Congresso Nacional, entre 1993 e 1994, ligadas a denúncias de irregularidades na elaboração do orçamento da União. A CPI provou o envolvimento de altos funcionários, ministros e, especialmente, de parlamentares em um amplo esquema de manipulação de verbas públicas, com o desvio sistemático de recursos para entidades filantrópicas fantasmas, empreiteiras e pessoas protegidas por políticos.

Em março de 1994, Fernando Henrique Cardoso deixou o Ministério da Fazenda para concorrer à presidência da república. O jurista Rubens Ricupero, que assumiu o Ministério, foi o responsável pela troca da moeda, em 1º de julho. No entanto, Ricupero deixou o cargo em 6 de setembro do mesmo ano, após a repercussão negativa de um diálogo vazado entre ele e um repórter, episódio que ficou conhecido como "escândalo da parabólica". Em seu lugar assumiu o então governador do Ceará, Ciro Gomes.

Etapa	Fase	Texto
Título		Governo Itamar Franco (1992-1994)
Orientação	cenário	Com a renúncia de Collor, Itamar Franco tomou posse para governar até o final do mandato, em 1994. Em razão de seu rompimento com o presidente desde o início das denúncias contra o esquema PC, Itamar recebeu o apoio da maioria dos partidos de oposição.
Registro de eventos	Evento 1 Realização de plebiscito	Sua primeira missão consistiu em conduzir, em abril de 1993, um plebiscito previsto pela Constituição de 1988 sobre a forma de governo que deveria existir no Brasil (monarquia ou república) e o sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista). Venceu a república, com mais de 66% dos votos, e o presidencialismo, com mais de 55%.
	Evento 2 Cenário econômico	Entretanto, na esfera econômica, o governo enfrentou sérias dificuldades. O país ainda não havia encontrado uma política eficaz de controle do processo inflacionário. Para tentar recuperar a economia do país, Itamar nomeou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda.
	Evento 3 Plano Real	No final de 1993, o ministro anunciou seu plano de estabilização econômica, o Plano Real, implantado ao longo de 1994. O Brasil ganhou uma nova moeda, o real, e grandes promessas de acabar com a inflação.
	Evento 4 Implementação da URV	Em março de 1994 entrou em vigor a Unidade Real de Valor (URV), um indexador para realizar a transição do cruzeiro para o real.
	Evento 5 Medias econômicas para impedir desvalorização da moeda e garantir a estabilidade econômica	Esperando impedir a desvalorização do real, o governo estabeleceu a paridade da nova moeda com o dólar norte-americano. Também lançou um conjunto de medidas com o objetivo de garantir a estabilização econômica e reduzir o déficit público, considerado o responsável pela inflação: privatização de empresas estatais, elevação das taxas de juros, abertura do mercado nacional às importações etc.
	Evento 6 Efeitos negativos da	Paralelamente, o governo Itamar sofreu os efeitos negativos das investigações da CPI do Congresso Nacional, entre 1993 e 1994, ligadas a denúncias de irregularidades na

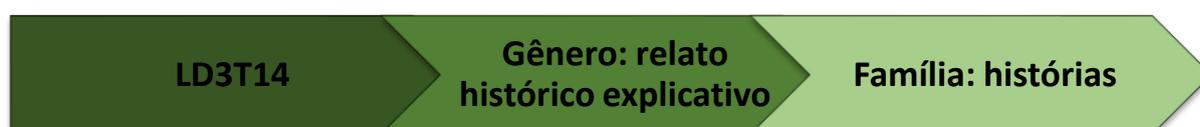
	<p>CPI do roçamento</p> <p>Evento 7 candidatura de FHC e novo ministro, Ricupero</p> <p>Evento 8 Entrada de Ciro Gomes no governo</p>	<p>elaboração do orçamento da União. A CPI provou o envolvimento de altos funcionários, ministros e, especialmente, de parlamentares em um amplo esquema de manipulação de verbas públicas, com o desvio sistemático de recursos para entidades filantrópicas fantasmas, empreiteiras e pessoas protegidas por políticos.</p> <p>Em março de 1994, Fernando Henrique Cardoso deixou o Ministério da Fazenda para concorrer à presidência da república. O jurista Rubens Ricupero, que assumiu o Ministério, foi o responsável pela troca da moeda, em 1º de julho.</p> <p>No entanto, Ricupero deixou o cargo em 6 de setembro do mesmo ano, após a repercussão negativa de um diálogo vazado entre ele e um repórter, episódio que ficou conhecido como "escândalo da parabólica". Em seu lugar assumiu o então governador do Ceará, Ciro Gomes.</p>
--	---	---



◆ Candidato do Plano Real

A redução da inflação sem choques nem congelamentos, promovida pelo Plano Real, fez crescer o prestígio do ministro Fernando Henrique Cardoso, que candidatou-se às eleições presidenciais de 1994. Seu programa de campanha foi todo direcionado para a conquista da estabilidade econômica e para a reforma da Constituição. As urnas deram a vitória a FHC no primeiro turno, com 54,27% do total dos votos. Lula, o segundo colocado, obteve 27,04% dos votos.

Etapa	Fase	Texto
Título		Candidato do Plano Real
Orientação		-
Registro de evento	Evento	A redução da inflação sem choques nem congelamentos, promovida pelo Plano Real, fez crescer o prestígio do ministro Fernando Henrique Cardoso, que candidatou-se às eleições presidenciais de 1994. Seu programa de campanha foi todo direcionado para a conquista da estabilidade econômica e para a reforma da Constituição. As urnas deram a vitória a FHC no primeiro turno, com 54,27% do total dos votos. Lula, o segundo colocado, obteve 27,04% dos votos.



Governo FHC (1995-2002)

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi dedicado à política e à economia. Na esfera política, o governo esforçou-se em ampliar sua base parlamentar no Congresso com o objetivo de garantir a aprovação de suas propostas.

As emendas constitucionais aprovadas pelo governo possibilitaram o fim do monopólio estatal na exploração do petróleo e das telecomunicações e a alteração do conceito de empresa nacional a fim de permitir a atuação do capital estrangeiro em diferentes setores da economia. Efetivamente a política neoliberal estava implantada no Brasil.

As privatizações multiplicaram-se com a venda de estatais como a Companhia Vale do Rio Doce. Outras reformas também foram discutidas pelo Congresso, como a da Previdência Social, do estatuto do funcionalismo público, dos sistemas fiscal, tributário e administrativo.

Um dos atos mais polêmicos do primeiro governo FHC- a aprovação de uma emenda constitucional, em junho de 1997 - permitiu a reeleição para os cargos eletivos do Executivo nas instâncias federal, estadual e municipal. Acusações de compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda da reeleição geraram muita discussão no meio político.

Na economia, a preocupação do governo foi manter a taxa de juros a um nível elevado para controlar o consumo e atrair os capitais externos necessários ao êxito do Plano Real. Desse modo, a equipe econômica conseguiu manter a inflação em níveis bastante baixos em relação aos índices dos governos anteriores.

O clima de retorno da estabilidade econômica proporcionado pelo Plano Real trouxe esperanças para os brasileiros, principalmente para a classe média, que voltou a viver um momento de prosperidade. Esse sentimento de euforia também atingiu o cinema nacional, que se beneficiou com as políticas de leis de incentivo à cultura, que, entre outros aspectos, consistiram na isenção de impostos para as empresas que investissem em cultura, na ampliação do orçamento do Ministério da Cultura e em mudanças na Lei Rouanet. Nesse período foram lançados filmes de grande sucesso, como Carlota Joaquina: princesa do Brasil, de Carla Camurati, e O quatrilho,

Etapa	Fase	Texto
Título		Governo FHC (1995-2002)
Orientação		O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi dedicado à política e à economia. Na esfera política, o governo esforçou-se em ampliar sua base parlamentar no Congresso com o objetivo de garantir a aprovação de suas propostas.
Registro de eventos	evento 1 Aprovação de políticas neoliberais	As emendas constitucionais aprovadas pelo governo possibilitaram o fim do monopólio estatal na exploração do petróleo e das telecomunicações e a alteração do conceito de empresa nacional a fim de permitir a atuação do capital estrangeiro em diferentes setores da economia. Efetivamente a política neoliberal estava implantada no Brasil.
	Evento 2 Privatizações e outras reformas	As privatizações multiplicaram-se com a venda de estatais como a Companhia Vale do Rio Doce. Outras reformas também foram discutidas pelo Congresso, como a da Previdência Social, do estatuto do funcionalismo público, dos sistemas fiscal, tributário e administrativo.
	Evento 3 Emenda de reeleição	Um dos atos mais polêmicos do primeiro governo FHC- a aprovação de uma emenda constitucional , em junho de 1997 - permitiu a reeleição para os cargos eletivos do Executivo nas instâncias federal, estadual e municipal. Acusações de compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda da reeleição geraram muita discussão no meio político.

	Evento 4 Manutenção da taxa de juros	Na economia, a preocupação do governo foi manter a taxa de juros a um nível elevado para controlar o consumo e atrair os capitais externos necessários ao êxito do Plano Real. Desse modo, a equipe econômica conseguiu manter a inflação em níveis bastante baixos em relação aos índices dos governos anteriores.
	Evento 5 Efeitos da estabilidade econômica	O clima de retorno da estabilidade econômica proporcionado pelo Plano Real trouxe esperanças para os brasileiros, principalmente para a classe média, que voltou a viver um momento de prosperidade. Esse sentimento de euforia também atingiu o cinema nacional, que se beneficiou com as políticas de leis de incentivo à cultura, que, entre outros aspectos, consistiram na isenção de impostos para as empresas que investissem em cultura, na ampliação do orçamento do Ministério da Cultura e em mudanças na Lei Rouanet. Nesse período foram lançados filmes de grande sucesso, como Carlota Joaquina: princesa do Brasil, de Carla Camurati, e O quatrilha,



◆ Questão da terra

Uma das maiores batalhas do primeiro governo FHC, a travada no campo, envolveu integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e forças policiais em vários confrontos, evidenciando um dos principais problemas do país que perdura até os dias de hoje: a questão da terra.

Em julho de 1995, sem-terra ocuparam uma parte da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), onde estabeleceram um acampamento. A justiça logo expediu uma liminar para a reintegração de posse do local. Vários conflitos entre policiais e sem-terra ocorreram, resultando na prisão e tortura de centenas de trabalhadores rurais e na morte de oito deles. Situação semelhante ocorreu em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, quando cerca de 3.500 Família: Histórias sem terra ocuparam a Fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessas terras, que eram improdutivas. O resultado foi novamente um conflito entre trabalhadores rurais e as forças policiais, que deixou 19 sem-terra mortos e diversos feridos.

Etapa	Fase	Texto
Título		Questão da terra
Orientação		Uma das maiores batalhas do primeiro governo FHC , a travada no campo, envolveu integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e forças policiais em vários confrontos, evidenciando um dos principais problemas do país que perdura até os dias de hoje: a questão da terra.
Registro de eventos	Evento 1 Ocupação da fazenda Santa Elina	Em julho de 1995, sem terra ocuparam uma parte da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), onde estabeleceram um acampamento . A justiça logo expediu uma liminar para a reintegração de posse do local. Vários conflitos entre policiais e sem terra ocorreram, resultando

	Evento 2 Ocupação da fazenda Macaxeiras	na prisão e tortura de centenas de trabalhadores rurais e na morte de oito deles. Situação semelhante ocorreu em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, quando cerca de 3.500 sem terra ocuparam a Fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessas terras, que eram improdutivas. O resultado foi novamente um conflito entre trabalhadores rurais e as forças policiais, que deixou 19 sem-terra mortos e diversos feridos.
--	--	---



◆ Segundo mandato

Em 1998, FHC reelegeu-se para um segundo mandato no primeiro turno da eleição, derrotando novamente Lula. Apesar da vitória, impulsionada pelo sucesso do Plano Real no controle da inflação e na estabilização econômica, pesquisas indicavam que a primeira administração de FHC apresentou a menor taxa de crescimento e a maior taxa de desemprego da história do país. Segundo o IBGE, em 1994, a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas era de 5,43% e, em 2002, ao final do segundo mandato, 7,88%, um aumento de 45%.

A implantação de um programa de privatizações, que segundo o governo era necessário para reduzir o déficit público, parecia ter provocado o efeito contrário. Entre 1994 e 1999, período de inúmeras privatizações, a dívida interna pública aumentou significativamente, representando, em 1999, 44,53% do PIB brasileiro.

Não se pode ignorar, porém, importantes avanços sociais ocorridos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2001, o governo FHC universalizou o Bolsa Escola, um programa de transferência de renda adotado pela primeira vez em Brasília, em meados da década de 1990, pela administração local. O programa estabeleceu um benefício mensal concedido a Família: Histórias de baixa renda, por filho (número limitado a três), condicionado à frequência escolar.

Os benefícios do Bolsa Escola e do Programa Toda Criança na Escola, sancionado ainda no primeiro mandato de FHC, ficaram nítidos no aumento da taxa de escolarização no ensino fundamental no país, que saltou de 80,1% em 1980 para 94,3% em 2000. O aumento das matrículas, no entanto, não significou garantia de qualidade, como evidenciou o fraco desempenho dos estudantes da maior parte das escolas públicas do nosso país nas avaliações nacionais e internacionais de leitura e matemática realizadas no início da década de 2000.

Na área da saúde pública, é importante destacar também os programas de combate à aids e a lei que autorizou a comercialização de medicamentos, com patentes expiradas, por qualquer laboratório. A introdução dos chamados medicamentos genéricos resultou no expressivo barateamento dos remédios no país, beneficiando particularmente os aposentados.

Etapa	Fase	Texto
Título		Segundo mandato
Orientação		Em 1998, FHC reelegeu-se para um segundo mandato no primeiro turno da eleição, derrotando novamente Lula. Apesar da vitória, impulsionada pelo sucesso do

Registro de eventos	<p>Evento 1 Programa de privatizações de déficit público e</p> <p>Evento 3 Avanços sociais [[Explicação]] Fenômeno Consequência 1 Universalização do Bolsa Escola</p> <p>Consequência 2 Aumento da taxa de escolarização</p> <p>Consequência 3 Políticas públicas na área da saúde</p>	<p>Plano Real no controle da inflação e na estabilização econômica, pesquisas indicavam que a primeira administração de FHC apresentou a menor taxa de crescimento e a maior taxa de desemprego da história do país . Segundo o IBGE, em 1994, a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas era de 5,43% e, em 2002 , ao final do segundo mandato, 7,88%, um aumento de 45%.</p> <p>A implantação de um programa de privatizações, que segundo o governo era necessário para reduzir o déficit público, parecia ter provocado o efeito contrário. Entre 1994 e 1999, período de inúmeras privatizações, a dívida interna pública aumentou significativamente, representando, em 1999, 44,53% do PIB brasileiro.</p> <p>Não se pode ignorar, porém, importantes avanços sociais ocorridos durante os governos de Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>Em 2001, o governo FHC universalizou o Bolsa Escola, um programa de transferência de renda adotado pela primeira vez em Brasília, em meados da década de 1990, pela administração local. O programa estabeleceu um benefício mensal concedido a Família: Histórias de baixa renda, por filho (número limitado a três), condicionado à frequência escolar.</p> <p>Os benefícios do Bolsa Escola e do Programa Toda Criança na Escola, sancionado ainda no primeiro mandato de FHC, ficaram nítidos no aumento da taxa de escolarização no ensino fundamental no país, que saltou de 80,1% em 1980 para 94,3% em 2000. O aumento das matrículas, no entanto, não significou garantia de qualidade, como evidenciou o fraco desempenho dos estudantes da maior parte das escolas públicas do nosso país nas avaliações nacionais e internacionais de leitura e matemática realizadas no início da década de 2000.</p> <p>Na área da saúde pública, é importante destacar também os programas de combate à aids e a lei que autorizou a comercialização de medicamentos, com patentes expiradas, por qualquer laboratório. A introdução dos chamados medicamentos genéricos resultou no expressivo barateamento dos remédios no país, beneficiando particularmente os aposentados.</p>
---------------------	--	---

LD3T17

Gênero: relato
histórico

Família: histórias

Eleições de 2002

As eleições presidenciais de 2002 foram disputadas entre Lula, do PT, e José Serra, do PSDB, os dois partidos que passaram a polarizar a disputa presidencial no Brasil após a redemocratização.

Ao mesmo tempo que Lula ostentava altos índices de popularidade e intenção de votos, havia níveis elevados de rejeição à sua candidatura. Além disso, Lula tinha a imagem desgastada por ter perdido três eleições presidenciais consecutivas. Na falta de outro candidato com a força, o carisma e, sobretudo, os votos de Lula, o Partido dos Trabalhadores investiu intensamente na campanha e no marketing político.

Para perder a fama de radical e o estigma de comunista, o PT, tradicionalmente um partido de esquerda, surpreendeu o meio político ao aliar-se ao PL (Partido Liberal), de centro-direita. Um claro sinal da aproximação e do bom trânsito do PT com setores conservadores, foi a escolha para vice do empresário José de Alencar, um dos interlocutores do novo governo com setores empresariais e conservadores.

Esse movimento para o centro veio acompanhado de uma intensa campanha de transformação da imagem de Lula: elegante, bem-vestido, ponderado e conciliador. Esse novo perfil menos radical tornou o candidato da oposição mais confiável para a classe média e para o empresariado, diminuindo sua rejeição.

O PSDB, por sua vez, escolheu José Serra para concorrer à presidência e explorou politicamente a experiência administrativa do candidato, ex-ministro do Planejamento (1995-1996) e ministro da Saúde (1998-2002) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Lula foi eleito presidente da república no segundo turno das eleições com aproximadamente 53 milhões de votos (61,27% dos votos válidos) contra pouco mais de 33 milhões do candidato do PSDB (38,72%).

Etapa	Fase	Texto
Título		Eleições de 2002
Orientação		As eleições presidenciais de 2002 foram disputadas entre Lula, do PT, e José Serra, do PSDB, os dois partidos que passaram a polarizar a disputa presidencial no Brasil após a redemocratização.
Registro de eventos	Evento 1 Caracterização da campanha do PT	Ao mesmo tempo que Lula ostentava altos índices de popularidade e intenção de votos, havia níveis elevados de rejeição à sua candidatura. Além disso, Lula tinha a imagem desgastada por ter perdido três eleições presidenciais consecutivas. Na falta de outro candidato com a força, o carisma e, sobretudo, os votos de Lula, o Partido dos Trabalhadores investiu intensamente na campanha e no marketing político.
	Evento 2 Alinhamento do PT a partidos de centro-direita	Para perder a fama de radical e o estigma de comunista, o PT, tradicionalmente um partido de esquerda, surpreendeu o meio político ao aliar-se ao PL (Partido Liberal), de centro-direita. Um claro sinal da aproximação e do bom trânsito do PT com setores conservadores, foi a escolha para vice do empresário

	<p>Evento 3 Transformação da imagem de Lula</p> <p>Evento 4 Indicação de Serra para concorrer à presidência</p> <p>Evento 5 Eleição de Lula</p>	<p>José de Alencar, um dos interlocutores do novo governo com setores empresariais e conservadores.</p> <p>Esse movimento para o centro veio acompanhado de uma intensa campanha de transformação da imagem de Lula: elegante, bem-vestido, ponderado e conciliador. Esse novo perfil menos radical tornou o candidato da oposição mais confiável para a classe média e para o empresariado, diminuindo sua rejeição.</p> <p>O PSDB, por sua vez, escolheu José Serra para concorrer à presidência e explorou politicamente a experiência administrativa do candidato, ex-ministro do Planejamento (1995-1996) e ministro da Saúde (1998-2002) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.</p> <p>Lula foi eleito presidente da república no segundo turno das eleições com aproximadamente 53 milhões de votos (61,27% dos votos válidos) contra pouco mais de 33 milhões do candidato do PSDB (38,72%).</p>
--	---	---



A missão de paz no Haiti

Em campanha pela inclusão do Brasil como membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez o país liderou uma Força de Paz, formada por militares de várias nações e encarregada de restabelecer a paz e assegurar a ordem no Haiti. Entre 2004 e 2010, o Brasil manteve em Porto Príncipe, capital do Haiti, 1.200 militares. Desde o terremoto em janeiro de 2010, passou a manter 2.200 soldados e oficiais. Além disso, o país passou a reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Etapa	Fase	Texto
Título		A missão de paz no Haiti
Orientação		Em campanha pela inclusão do Brasil como membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez o país liderou uma Força de Paz, formada por militares de várias nações e encarregada de restabelecer a paz e assegurar a ordem no Haiti.
Registro de eventos	Evento 1 envio de agrupamento militar	Entre 2004 e 2010, o Brasil manteve em Porto Príncipe, capital do Haiti, 1.200 militares.
	Evento 2 ampliação de agrupamento militar	Desde o terremoto em janeiro de 2010, passou a manter 2.200 soldados e oficiais.
	Evento 3	

	Reivindicação de assento permanente na ONU	Além disso, o país passou a reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.
--	--	--



Governo Lula (2003-2010)

Lula assumiu a presidência do país em um período no qual a economia estava sob controle. Dessa forma, seu primeiro mandato direcionou-se especialmente para as questões sociais do país.

Ao reorientar e unificar os programas sociais do governo FHC, como o Comunidade Solidária, o governo Lula criou, em 2003, o Fome Zero. O programa teve início efetivo em Guaribas e Acauã, no Piauí, em que 500 Família: Histórias de cada cidade passaram a receber R\$ 50 mensais por meio do cartão-alimentação. A eficácia e o funcionamento do Fome Zero foram muito questionados e criticados, e a burocracia foi apontada como a principal responsável pela ineficiência do programa.

Parte dos princípios desse programa e do antigo Bolsa Escola, do governo FHC, foram reaproveitados para a criação, em 2003, do Bolsa Família. Concebido como um programa social de transferência de renda, ele estabelecia a concessão de um benefício mensal a Família: Histórias com renda per capita de até R\$ 140 mensais. Também foi instituído um benefício adicional no caso de haver na Família: Histórias crianças e adolescentes em idade escolar, matriculados em instituição de ensino. O pagamento era vinculado a algumas exigências básicas, como frequência mínima dos estudantes e acompanhamento da saúde das crianças e gestantes.

O Bolsa Família é muito criticado por setores da oposição, que argumentam que o programa não combate a pobreza nem a fragilidade da economia. Segundo eles, o programa é apenas uma medida de caráter assistencialista, que incentiva a acomodação de grande parte da população por não contribuir para sua inserção no mercado de trabalho.

Etapa	Fase	Texto
Título		Governo Lula (2003-2010)
Orientação		Lula assumiu a presidência do país em um período no qual a economia estava sob controle. Dessa forma, seu primeiro mandato direcionou-se especialmente para as questões sociais do país.
Registro de eventos	Evento 1 Criação do Fome Zero	Ao reorientar e unificar os programas sociais do governo FHC, como o Comunidade Solidária, o governo Lula criou, em 2003, o Fome Zero. O programa teve início efetivo em Guaribas e Acauã, no Piauí, em que 500 famílias de cada cidade passaram a receber R\$ 50 mensais por meio do cartão-alimentação.
	Dedução	A eficácia e o funcionamento do Fome Zero foram muito questionados e criticados, e a burocracia foi apontada como a principal responsável pela ineficiência do programa.

	Evento 2 Criação do Bolsa família	<p>Parte dos princípios desse programa e do antigo Bolsa Escola, do governo FHC, foram reaproveitados para a criação, em 2003, do Bolsa Família: Histórias. Concebido como um programa social de transferência de renda, ele estabelecia a concessão de um benefício mensal a famílias com renda per capita de até R\$ 140 mensais. Também foi instituído um benefício adicional no caso de haver na família crianças e adolescentes em idade escolar, matriculados em instituição de ensino. O pagamento era vinculado a algumas exigências básicas, como frequência mínima dos estudantes e acompanhamento da saúde das crianças e gestantes.</p>
	Dedução	<p>O Bolsa Família é muito criticado por setores da oposição, que argumentam que o programa não combate a pobreza nem a fragilidade da economia. Segundo eles, o programa é apenas uma medida de caráter assistencialista, que incentiva a acomodação de grande parte da população por não contribuir para sua inserção no mercado de trabalho.</p>



◆ Realizações na política externa

Sob a administração de Lula, a política externa teve destaque positivo. A equipe do Ministério das Relações Exteriores orquestrou ações para fazer frente às pressões políticas e comerciais dos países ricos na reunião da OMC realizada em Cancún, no México, em 2003. Nas reuniões do G-20, as ações brasileiras garantiram ao país poder de negociação nos organismos internacionais.

O Brasil também estreitou laços comerciais com a China, o Japão e a Coreia do Sul, além de abrir novas oportunidades de negócios com a Rússia e a União Europeia.

Etapa	Fase	Texto
Título		Realizações na política externa
Entidade		Sob a administração de Lula, a política externa teve destaque positivo.
Descrição	Ação em reunião da OMC	A equipe do Ministério das Relações Exteriores orquestrou ações para fazer frente às pressões políticas e comerciais dos países ricos na reunião da OMC realizada em Cancún, no México, em 2003.
	Reuniões do G-20	Nas reuniões do G-20, as ações brasileiras garantiram ao país poder de negociação nos organismos internacionais.
	Novas relações comerciais	O Brasil também estreitou laços comerciais com a China, o Japão e a Coreia do Sul, além de abrir novas oportunidades de negócios com a Rússia e a União Europeia.

LD3T21

Gênero: relato
histórico

Família: histórias

◆ **Crise política e reeleição de Lula**

Ao final do primeiro mandato, denúncias de corrupção atingiram o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores. Em 2005, acusações feitas pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson (acusado por processos de licitações fraudulentas nos Correios), de um suposto esquema de "mesada" paga aos deputados que votassem a favor de projetos apresentados pelo Governo Federal geraram uma das crises políticas mais graves do governo. A denúncia envolvia quadros políticos próximos ao presidente, como o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e parlamentares da base aliada. O suposto esquema de compra de votos ficou conhecido como escândalo do mensalão.

Apesar da grande repercussão das denúncias nos meios de comunicação, o índice de aprovação do presidente pouco antes das eleições era alto: -52% da população avaliava seu governo como bom ou ótimo. Diante desse contexto, Lula foi reeleito no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 com 60,82% dos votos válidos (cerca de 58,3 milhões de votos), derrotando o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

Etapa	Fase	Texto
Título		Crise política e reeleição de Lula
Orientação		Ao final do primeiro mandato, denúncias de corrupção atingiram o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores.
Registro de eventos	Evento 1 Escândalo do Mensalão	Em 2005, acusações feitas pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson (acusado por processos de licitações fraudulentas nos Correios), de um suposto esquema de "mesada" paga aos deputados que votassem a favor de projetos apresentados pelo Governo Federal geraram uma das crises políticas mais graves do governo. A denúncia envolvia quadros políticos próximos ao presidente, como o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e parlamentares da base aliada. O suposto esquema de compra de votos ficou conhecido como escândalo do mensalão.
	Evento 2 Eleição de Lula	Apesar da grande repercussão das denúncias nos meios de comunicação, o índice de aprovação do presidente pouco antes das eleições era alto: -52% da população avaliava seu governo como bom ou ótimo. Diante desse contexto, Lula foi reeleito no segundo turno das eleições presidenciais de 2006 com 60,82% dos votos válidos (cerca de 58,3 milhões de votos), derrotando o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

LD3T22

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Balanco do segundo governo

Em janeiro de 2007, Lula lançou um dos principais projetos criados durante a segunda fase de sua gestão: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O plano visava impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da população por meio de investimentos feitos pela União em parceria com a iniciativa privada. Seus principais objetivos concentravam-se nas áreas de infraestrutura, como saneamento, habitação e transportes.

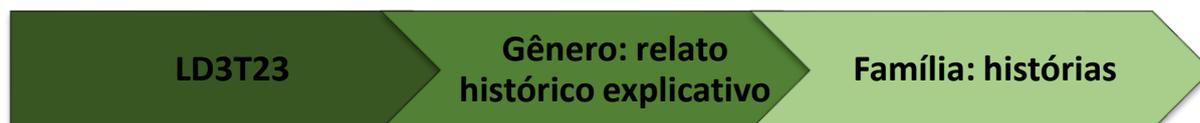
O Programa Pré-Sal, outro destaque do segundo mandato de Lula, foi organizado para viabilizar a exploração de petróleo em zonas marinhas profundas de parte do litoral brasileiro, situadas abaixo de extensa camada de sal.

Além disso, no final de 2008, uma crise financeira mundial, iniciada na economia norte-americana, trouxe para o Brasil e para outros países a perspectiva de recessão e desemprego. Diante desse quadro, o governo brasileiro adotou medidas para ampliar o crédito, o consumo e impulsionar o mercado interno, com o objetivo de minimizar os principais efeitos da crise internacional em território nacional.

Apesar do aparente sucesso econômico, inúmeros escândalos de corrupção e fraude marcaram o segundo governo de Lula. Estavam envolvidos no escândalo o então presidente do Senado, Renan Calheiros, o ex-presidente José Sarney, ambos do PMDB, e outros políticos da base aliada, acusados de cometer irregularidades.

Etapa	Fase	Texto
Título		Balanco do segundo governo
Orientação		-
Registro de eventos	Evento 1 Lançamento do PAC	Em janeiro de 2007, Lula lançou um dos principais projetos criados durante a segunda fase de sua gestão: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O plano visava impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da população por meio de investimentos feitos pela União em parceria com a iniciativa privada. Seus principais objetivos concentravam-se nas áreas de infraestrutura, como saneamento, habitação e transportes.
	Evento 2 Programa Pré-Sal	O Programa Pré-Sal, outro destaque do segundo mandato de Lula, foi organizado para viabilizar a exploração de petróleo em zonas marinhas profundas de parte do litoral brasileiro, situadas abaixo de extensa camada de sal.
	Evento 3 Ações na crise financeira mundial	Além disso, no final de 2008, uma crise financeira mundial, iniciada na economia norte-americana, trouxe para o Brasil e para outros países a perspectiva de recessão e desemprego. Diante desse quadro, o governo brasileiro adotou medidas para ampliar o crédito, o consumo e impulsionar o mercado interno, com o objetivo de minimizar os principais efeitos da crise internacional em território nacional.
Dedução		

		Apesar do aparente sucesso econômico, inúmeros escândalos de corrupção e fraude marcaram o segundo governo de Lula. Estavam envolvidos no escândalo o então presidente do Senado, Renan Calheiros, o ex-presidente José Sarney, ambos do PMDB, e outros políticos da base aliada, acusados de cometer irregularidades.
--	--	--



Depois da esperança renascida Para abalar ainda mais a imagem do governo Dilma, denúncias de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de diversos partidos e as maiores empreiteiras do país, levaram à criação da Operação Lava Jato. A polícia federal, encarregada de investigar o esquema de desvio de dinheiro em obras da Petrobras, deu início à primeira fase ostensiva da operação em março de 2014 e prendeu executivos de empreiteiras envolvidas no escândalo.

Etapa	Fase	Texto
Título		Governo Dilma Rousseff
Orientação	cenário	Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador. Milhões de pessoas deixaram de viver abaixo da linha da pobreza e passaram a ter acesso a serviços e bens que sua condição anterior não permitia.
Registro de eventos	Evento 1 Lançamento da campanha de Dilma por Lula	Diante desse sucesso econômico, e com elevadas taxas de popularidade, o presidente Lula lançou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república. Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.
	Evento 2 Vitória de Dilma	No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB, recebendo mais de 55 milhões de votos, e se tornou a primeira mulher a assumir a presidência da República. Seu governo estabeleceu algumas diretrizes como a de continuar com o processo de crescimento econômico do Brasil, mantendo a estabilidade econômica e trabalhando pela erradicação da pobreza no país.
	Evento 3 Oposição à construção	No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades, entre elas as polêmicas relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, alvo de críticas de ambientalistas, representantes de movimentos

	<p>hidrelétrica de Belo Monte</p> <p>Evento 4 Denúncias de corrupção</p> <p>Evento 5 Conquistas do programa Brasil sem Miséria</p> <p>Evento 6 Brasil sai do mapa da fome</p> <p>Evento 7 Criação da Comissão Nacional da Verdade</p> <p>Evento 8 Enfrentamento das reivindicações dos povos indígena</p> <p>Evento 9 Manifestações populares conhecidas como Jornadas de junho</p> <p>Evento 10 Criação da Operação Lava Jato</p>	<p>sociais e até da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo eles, a construção da usina provocaria impactos sociais e ambientais negativos na região.</p> <p>Além disso, Dilma também teve de lidar com denúncias de corrupção envolvendo ministros de seu governo. Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão e vários funcionários deixaram suas funções. Para agravar a situação, em 2012 foi iniciado o julgamento do "mensalão", que abalou a imagem de seu governo.</p> <p>Por outro lado, houve avanços sociais significativos. Por exemplo, o programa Brasil Sem Miséria, criado com o objetivo de erradicar a pobreza extrema por meio da garantia de renda, do acesso a serviços e da inclusão produtiva, trazendo avanços ao Bolsa Família.</p> <p>Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014.</p> <p>Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade, encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012 e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos, indicando dados sobre os mortos e desaparecidos políticos, os responsáveis pelos crimes de tortura e assassinato, entre outras informações.</p> <p>Os indígenas chamavam a atenção para a violação dos seus direitos e pediam a suspensão da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará.</p> <p>Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, ocorreu uma série de manifestações em todo o país, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Os protestos, iniciados por causa do aumento do valor da passagem dos transportes coletivos em algumas cidades brasileiras, espalharam-se pelo Brasil e transformaram-se em movimentos com reivindicações mais amplas e gerais, como o fim da corrupção, a redução dos gastos do governo com a Copa do Mundo de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016, melhorias na saúde e na educação públicas etc.</p> <p>Para abalar ainda mais a imagem do governo Dilma, denúncias de corrupção na Petrobras, envolvendo</p>
--	--	---

		políticos de diversos partidos e as maiores empreiteiras do país, levaram à criação da Operação Lava Jato. A polícia federal, encarregada de investigar o esquema de desvio de dinheiro em obras da Petrobras, deu início à primeira fase ostensiva da operação em março de 2014 e prendeu executivos de empreiteiras envolvidas no escândalo.
--	--	--



◆ **Reeleição e crise política**

Dilma iniciou seu último ano de governo com a imagem desgastada. Mesmo assim, nas eleições presidenciais de 2014, ela derrotou o candidato Aécio Neves, do PSDB, em uma disputa acirradíssima no segundo turno: 51,64% contra 48,36%. O resultado das eleições mostrou como a sociedade brasileira estava dividida.

Dilma assumiu o segundo mandato em meio a um panorama político e econômico muito diferente do de 2011: base aliada fraca no Congresso, Câmara dos Deputados presidida pelo adversário político Eduardo Cunha (PMDB), avanços das investigações da Operação Lava Jato, queda no crescimento econômico, aumento da inflação e do déficit público, além da baixa popularidade.

Diante da crise econômica, o governo apresentou um pacote de ajuste fiscal, que, entre outros aspectos, enxugou os gastos do Estado, elevou a taxa de juros e restringiu o crédito. O governo também propôs, sem sucesso, retomar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), imposto criado no governo FHC, vigente até 2007.

Para agravar a crise política, Dilma foi acusada de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Essas acusações ampliaram o descontentamento de setores da população, que organizaram, em 2015, diversas manifestações contra a presidente. Em dezembro do mesmo ano, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (acusado de vários crimes de corrupção e réu de um processo na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados), autorizou a abertura de um processo de impeachment contra a presidente.

Em abril de 2016, num clima político conturbado, o Congresso aprovou a continuidade do processo de impeachment da presidente e o encaminhou para o Senado. No dia 12 de maio, com 55 votos a favor e 22 contra, os senadores definiram o afastamento de Dilma da presidência por 180 dias para conclusão do processo, e o vice Michel Temer assumiu interinamente.

Etapa	Fase	Texto
Título		Reeleição e crise política
Orientação		Dilma iniciou seu último ano de governo com a imagem desgastada. Mesmo assim, nas eleições presidenciais de 2014, ela derrotou o candidato Aécio Neves, do PSDB, em uma disputa acirradíssima no segundo turno: 51,64% contra 48,36%. O resultado das eleições mostrou como a sociedade brasileira estava dividida.
Registro de eventos	Evento 1 Panorama econômico-social	Dilma assumiu o segundo mandato em meio a um panorama político e econômico muito diferente do de 2011: base aliada fraca no Congresso, Câmara dos

do segundo mandato		Deputados presidida pelo adversário político Eduardo Cunha (PMDB), avanços das investigações da Operação Lava Jato, queda no crescimento econômico, aumento da inflação e do déficit público, além da baixa popularidade.
evento 2 – apresentação de pacote econômico		Diante da crise econômica, o governo apresentou um pacote de ajuste fiscal, que, entre outros aspectos, enxugou os gastos do Estado, elevou a taxa de juros e restringiu o crédito. O governo também propôs, sem sucesso, retomar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), imposto criado no governo FHC, vigente até 2007.
evento 3 – manifestações contra a presidente		Para agravar a crise política, Dilma foi acusada de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Essas acusações ampliaram o descontentamento de setores da população, que organizaram, em 2015, diversas manifestações contra a presidente.
evento 4 – abertura de um processo de impeachment		Em dezembro do mesmo ano, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (acusado de vários crimes de corrupção e réu de um processo na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados), autorizou a abertura de um processo de impeachment contra a presidente.
evento 5 – autorização do processo de impeachment		Em abril de 2016, num clima político conturbado, o Congresso aprovou a continuidade do processo de impeachment da presidente e o encaminhou para o Senado.
evento 6 – afastamento da presidente pelo Senado Federal		No dia 12 de maio, com 55 votos a favor e 22 contra, os senadores definiram o afastamento de Dilma da presidência por 180 dias para conclusão do processo, e o vice Michel Temer assumiu interinamente.

LD3T25

Gênero: exposição

Família: argumentos

◆ Novos desafios para o Brasil

Melhorar as condições de vida da população brasileira é um dos maiores desafios enfrentados pelos últimos governos. Desde o fim do regime militar e o retorno da democracia, o país vem atravessando profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, como a diminuição da pobreza e da fome, a consolidação de políticas afirmativas e a elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar disso, ainda existem muitos obstáculos a serem superados pelo Brasil.

Etapa	Fase	Texto
Título		Novos desafios para o Brasil
Tese	Declaração	

Argumentos	Argumento 1 Marcação temporal exemplificação	Melhorar as condições de vida da população brasileira é um dos maiores desafios enfrentados pelos últimos governos.
Reiteração	resumo	- Desde o fim do regime militar e o retorno da democracia, o país vem atravessando profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, como a diminuição da pobreza e da fome, a consolidação de políticas afirmativas e a elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar disso, ainda existem muitos obstáculos a serem superados pelo Brasil.



◆ Políticas afirmativas

Muito provavelmente você já ouviu falar sobre políticas afirmativas. O que são elas? Quais são seus objetivos? Desde quando elas existem? Políticas afirmativas são políticas públicas e privadas desenvolvidas para combater a discriminação de raça, gênero, idade e outras e corrigir os efeitos de práticas discriminatórias ao longo da história. Portanto, visam promover a representatividade, a valorização e a inclusão socioeconômica de todos os cidadãos.

No Brasil existem diversas leis que têm por base princípios de ações afirmativas que beneficiam indígenas, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e afrodescendentes. Exemplos dessas ações são as demarcações das Terras Indígenas e o reconhecimento do direito desses povos sobre elas, bem como o estabelecimento de cotas para as pessoas com deficiência no serviço público civil e em empresas privadas. As mulheres, por sua vez, são contempladas, por exemplo, no que diz respeito à criação de cotas partidárias, da Lei Maria da Penha (2006) e de Delegacias de Polícia para a Mulher.

As políticas afirmativas também procuram atender a população idosa, que muitas vezes é vítima de maus-tratos, abandono e isolamento. O envelhecimento da população brasileira exige a criação de políticas públicas de cuidados e valorização do idoso, para que a velhice não signifique o afastamento do convívio social, mas a possibilidade de estabelecer novas relações e compartilhar conhecimentos e experiências.

Outra ação afirmativa é o sistema de cotas nas universidades públicas para alunos negros, indígenas e egressos de escolas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior. A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, em 2004, quando ofereceu 20% de suas vagas para estudantes negros. O sistema de cotas, porém, é alvo de intensas polêmicas. Seus defensores argumentam que as cotas raciais e sociais nas universidades públicas são importantes para reverter uma situação histórica de exclusão das populações negras, indígenas e de baixa renda e criar novas oportunidades para esses jovens. Os críticos dessa ação, em geral, afirmam que as cotas não combatem a discriminação e a exclusão social e podem até agravá-las. Muitos ainda afirmam que os alunos cotistas teriam dificuldades para acompanhar o curso; e o ingresso nas universidades deveria ser um mérito individual.

Etapa	Fase	Texto
Título		Políticas afirmativas
Tese	Tópico Contextualização por perguntas	Muito provavelmente você já ouviu falar sobre políticas afirmativas.

Argumentos	<p>definição</p> <p>argumento 1 exemplificação</p> <p>exemplo1 demarcação das terras indígenas e direitos dos povos dobre elas</p> <p>exemplo 2 sistema de cotas para deficientes</p> <p>exemplo 3 ações afirmativas para mulheres</p> <p>exemplo 4 ações afirmativas para mulheres</p> <p>Exemplo 5 ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas</p> <p>Declaração Argumento 1 a favor de cota</p> <p>Argumento 2 a favor de cotas Contra-argumento 1 sobre cotas</p>	<p>O que são elas? Quais são seus objetivos? Desde quando elas existem?</p> <p>Políticas afirmativas são políticas públicas e privadas desenvolvidas para combater a discriminação de raça, gênero, idade e outras e corrigir os efeitos de práticas discriminatórias ao longo da história. Portanto, visam promover a representatividade, a valorização e a inclusão socioeconômica de todos os cidadãos.</p> <p>No Brasil existem diversas leis que têm por base princípios de ações afirmativas que beneficiam indígenas, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e afrodescendentes. Exemplos dessas ações são as demarcações das Terras Indígenas e o reconhecimento do direito desses povos sobre elas,</p> <p>bem como o estabelecimento de cotas para as pessoas com deficiência no serviço público civil e em empresas privadas.</p> <p>As mulheres, por sua vez, são contempladas, por exemplo, no que diz respeito à criação de cotas partidárias, da Lei Maria da Penha (2006) e de Delegacias de Polícia para a Mulher.</p> <p>As políticas afirmativas também procuram atender a população idosa, que muitas vezes é vítima de maus-tratos, abandono e isolamento. O envelhecimento da população brasileira exige a criação de políticas públicas de cuidados e valorização do idoso, para que a velhice não signifique o afastamento do convívio social, mas a possibilidade de estabelecer novas relações e compartilhar conhecimentos e experiências.</p> <p>Outra ação afirmativa é o sistema de cotas nas universidades públicas para alunos negros, indígenas e egressos de escolas públicas, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior. A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, em 2004, quando ofereceu 20% de suas vagas para estudantes negros.</p> <p>O sistema de cotas, porém, é alvo de intensas polêmicas. Seus defensores argumentam que as cotas raciais e sociais nas universidades públicas são importantes para reverter uma situação histórica de exclusão das populações negras, indígenas e de baixa renda e criar novas oportunidades para esses jovens.</p>
------------	--	---

Contra-argumento sobre cotas	2	Os críticos dessa ação, em geral, afirmam que as cotas não combatem a discriminação e a exclusão social e podem até agravá-las. Muitos ainda afirmam que os alunos cotistas teriam dificuldades para acompanhar o curso; e o ingresso nas universidades deveria ser um mérito individual.
Contra-argumento sobre cotas	3	



◆ Ser negro no Brasil

A conquista de ações afirmativas voltadas para a população afrodescendente no Brasil não ocorreu de um dia para o outro; pelo contrário, veio de um longo processo histórico e de uma série de lutas do movimento negro no país.

Na década de 1980, por exemplo, as organizações afrodescendentes realizaram uma série de manifestações, atividades acadêmicas e eventos no centenário da abolição da escravidão que enalteciam a cultura afro-brasileira e denunciavam a desigualdade econômica e social no país. A mobilização foi essencial para a conquista de direitos na Constituição de 1988, que garantiram proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e determinaram o racismo como um crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão.

Em 1989, os negros tiveram uma nova conquista: a criação da Lei Caó, que, entre outros aspectos, definiu as práticas de crime de racismo no Brasil e afirmou a importância da presença de negros em cargos públicos. Em 2003, uma lei determinou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de educação básica do país. O objetivo era inserir no currículo o estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil e do negro na formação da sociedade brasileira, de modo que a importância histórica desses sujeitos fosse resgatada e valorizada.

A cultura afro-brasileira está presente em muitos aspectos do nosso cotidiano: na alimentação, na música, na dança, na arte, no esporte etc. Como estudamos, houve muitos avanços nas políticas públicas voltadas para essas populações. Porém, isso não significa que vivemos em uma democracia racial. Pelo contrário, as desigualdades sociais entre negros e brancos e o preconceito racial ainda são muito visíveis no Brasil e muitas barreiras ainda devem ser quebradas. Segundo dados do Censo 2010, por exemplo, entre as pessoas que frequentavam o curso superior, 31,1% eram brancos contra apenas 12,8% de negros. Além disso, a taxa de analfabetismo entre as populações negras era de 14,4% e, entre os brancos, esse índice caía para 5,9%. Em relação ao rendimento médio mensal, a situação era a mesma: enquanto os negros recebiam em torno de R\$ 834,00, os brancos ganhavam cerca de R\$ 1.538,00.

Etapa	Fase	Texto
Título		Ser negro no Brasil
Tese	Tópico Contextualização Contraste	A conquista de ações afirmativas voltadas para a população afrodescendente no Brasil não ocorreu de um dia para o outro; pelo contrário, veio de um longo processo histórico e de uma série de lutas do movimento negro no país.
Argumentos	Argumento 1- manifestações sobre abolição da escravidão	Na década de 1980, por exemplo, as organizações afrodescendentes realizaram uma série de manifestações, atividades acadêmicas e

Reiteração	<p>Exemplificação/ alusão histórica</p> <p>Argumento 2 – conquistas de direitos na Constituição Federal – causa e efeito</p> <p>Argumento 3 – Criação da lei Caó alusão histórica</p> <p>Argumento 4 – lei que institui o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana Alusão histórica</p> <p>Retomada</p> <p>Coda Dados estatísticos</p>	<p>eventos no centenário da abolição da escravidão que enalteciam a cultura afro-brasileira e denunciavam a desigualdade econômica e social no país.</p> <p>A mobilização foi essencial para a conquista de direitos na Constituição de 1988, que garantiram proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e determinaram o racismo como um crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão.</p> <p>Em 1989, os negros tiveram uma nova conquista: a criação da Lei Caó, que, entre outros aspectos, definiu as práticas de crime de racismo no Brasil e afirmou a importância da presença de negros em cargos públicos.</p> <p>Em 2003, uma lei determinou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de educação básica do país. O objetivo era inserir no currículo o estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil e do negro na formação da sociedade brasileira, de modo que a importância histórica desses sujeitos fosse resgatada e valorizada.</p> <p>A cultura afro-brasileira está presente em muitos aspectos do nosso cotidiano: na alimentação, na música, na dança, na arte, no esporte etc. Como estudamos, houve muitos avanços nas políticas públicas voltadas para essas populações.</p> <p>Porém, isso não significa que vivemos em uma democracia racial. Pelo contrário, as desigualdades sociais entre negros e brancos e o preconceito racial ainda são muito visíveis no Brasil e muitas barreiras ainda devem ser quebradas. Segundo dados do Censo 2010, por exemplo, entre as pessoas que frequentavam o curso superior, 31,1% eram brancos contra apenas 12,8% de negros. Além disso, a taxa de analfabetismo entre as populações negras era de 14,4% e, entre os brancos, esse índice caía para 5,9%. Em relação ao rendimento médio mensal, a situação era a mesma: enquanto os negros recebiam em torno de R\$ 834,00, os brancos ganhavam cerca de R\$ 1.538,00.</p>
------------	---	--

LD3T28

Gênero: exposição

Família: argumentos

► **Racismo não é mal-entendido**

Infelizmente, os casos de racismo no Brasil são recorrentes. O preconceito racial vai desde manifestações que aparentemente parecem pequenas, como a difusão por revistas de beleza e campanhas de publicidade de que o cabelo crespo dos negros é "ruim", até atitudes extremas e violentas, como o assassinato de milhares de jovens negros, principalmente nas periferias brasileiras.

Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão nos meios de comunicação, ocorreu em 2013, em uma grande concessionária na cidade do Rio de Janeiro. Um gerente da loja dirigiu-se a um menino negro e adotado, de 7 anos, dizendo que ele não poderia ficar no local. A criança estava procurando os pais, que estavam na loja para comprar um carro. Indignados, os pais denunciaram a concessionária. Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio. Diante do ocorrido, o Grêmio foi eliminado do campeonato.

Esses são apenas alguns exemplos lamentáveis que escancaram a discriminação racial no país, ainda um grave problema a ser resolvido pela sociedade e pelas autoridades públicas brasileiras.

Etapa	Fase	Texto
Título		Racismo não é mal-entendido
Tese	Tópico definição	Infelizmente, os casos de racismo no Brasil são recorrentes. O preconceito racial vai desde manifestações que aparentemente parecem pequenas, como a difusão por revistas de beleza e campanhas de publicidade de que o cabelo crespo dos negros é "ruim", até atitudes extremas e violentas, como o assassinato de milhares de jovens negros, principalmente nas periferias brasileiras.
Argumentos	Argumento 1 – exemplificação	Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão nos meios de comunicação, ocorreu em 2013, em uma grande concessionária na cidade do Rio de Janeiro. Um gerente da loja dirigiu-se a um menino negro e adotado, de 7 anos, dizendo que ele não poderia ficar no local. A criança estava procurando os pais, que estavam na loja para comprar um carro. Indignados, os pais denunciaram a concessionária.
	Argumento 2 – exemplificação	Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio. Diante do ocorrido, o Grêmio foi eliminado do campeonato.
Reiteração	Retomada	Esses são apenas alguns exemplos lamentáveis que escancaram a discriminação racial no país, ainda um grave problema a ser resolvido pela sociedade e pelas autoridades públicas brasileiras.

APÊNDICE F - LD4 - UNIDADE 12 – O BRASIL CONTEMPORÂNEO

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **#Contato história**. São Paulo: Quinteto, 2018.



Nos últimos 20 anos, o Brasil deu passos importantes para a consolidação do regime democrático. Esse período foi marcado pela conquista de vários direitos, como a liberdade de expressão e o direito de escolher, por meio de eleições diretas, todos os governantes do país. Esse período também foi marcado pela inserção do Brasil no mundo globalizado e pela abertura da economia às práticas neoliberais.

Nesta unidade, estudaremos o processo de consolidação da democracia após o fim da ditadura militar, a integração do Brasil no sistema mundial globalizado e os impactos causados pelo avanço da globalização em diversas áreas da sociedade brasileira.

Veremos que houve algumas melhorias na distribuição das riquezas no país, porém, em outros aspectos, a situação se agravou nas últimas décadas. Alguns exemplos são o crescimento desordenado das cidades, a escalada da violência urbana e o aumento da degradação ambiental.

Além disso, poderemos observar que a superação desses problemas é um desafio que deve ser enfrentado não somente pelos governantes, mas por toda a população do país.

Etapa	fase	texto
Apresentação	contextualização	Nos últimos 20 anos, o Brasil deu passos importantes para a consolidação do regime democrático.
Descrição	entidade	Esse período foi marcado pela conquista de vários direitos, como a liberdade de expressão e o direito de escolher, por meio de eleições diretas, todos os governantes do país. Esse período também foi marcado pela inserção do Brasil no mundo globalizado e pela abertura da economia às práticas neoliberais.
	delimitação de estudos	Nesta unidade, estudaremos o processo de consolidação da democracia após o fim da ditadura militar, a integração do Brasil no sistema mundial globalizado e os impactos causados pelo avanço da globalização em diversas áreas da sociedade brasileira.
	ponderação sobre avanços alcançados	Veremos que houve algumas melhorias na distribuição das riquezas no país, porém, em outros aspectos, a situação se agravou nas últimas décadas. Alguns exemplos são o crescimento desordenado das cidades, a escalada da violência urbana e o aumento da degradação ambiental.
	enfrentamento de desafios	Além disso, poderemos observar que a superação desses problemas é um desafio que deve ser

		enfrentado não somente pelos governantes, mas por toda a população do país.
--	--	---



A transição para a democracia

Em março de 1985, os brasileiros estavam se preparando para a posse de um presidente civil após quase 21 anos de ditadura militar. Apesar de ter sido indireta, a eleição de Tancredo Neves criou um clima de otimismo e de expectativa em grande parte da população brasileira. Antes da posse, no entanto, Tancredo adoeceu e precisou ser hospitalizado, ficando sem condições de assumir o cargo. Com isso, o vice-presidente José Sarney foi empossado como presidente da República.

Etapa	fase	texto
Título		A transição para a democracia
Orientação	cenário	Em março de 1985, os brasileiros estavam se preparando para a posse de um presidente civil após quase 21 anos de ditadura militar.
Registro de eventos	evento 1 – eleição de Tancredo	Apesar de ter sido indireta, a eleição de Tancredo Neves criou um clima de otimismo e de expectativa em grande parte da população brasileira.
	evento 2 – posse de Sarney e hospitalização de Tancredo	Antes da posse, no entanto, Tancredo adoeceu e precisou ser hospitalizado, ficando sem condições de assumir o cargo. Com isso, o vice-presidente José Sarney foi empossado como presidente da República.

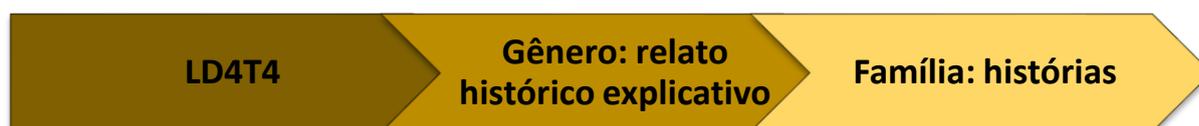


O contexto econômico

A situação econômica do Brasil era muito difícil em meados da década de 1980. A crise era agravada pelas altas despesas do governo, que gastava mais do que arrecadava. Esses gastos, em sua maioria, eram direcionados ao pagamento dos juros da dívida externa. Além disso, a conjuntura da economia mundial era de recessão, o que aumentava as dificuldades para conseguir crédito externo.

Etapa	fase	texto
Título		O contexto econômico
Orientação	cenário	A situação econômica do Brasil era muito difícil em meados da década de 1980.
Registro de eventos		A crise era agravada pelas altas despesas do governo, que gastava mais do que arrecadava. Esses

	evento 1 – agravamento da crise	gastos, em sua maioria, eram direcionados ao pagamento dos juros da dívida externa.
	evento 2 – recessão na economia mundial	Além disso, a conjuntura da economia mundial era de recessão, o que aumentava as dificuldades para conseguir crédito externo.



A dívida da ditadura

A crise financeira de meados da década de 1980 foi uma das heranças da ditadura. Ela demonstrava o esgotamento do modelo econômico adotado durante o regime militar, o qual se baseava na intervenção estatal na economia e no alto endividamento externo. Nessa época, a dívida crescente fez com que órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), interferissem nos assuntos internos do país, enquanto a produção industrial caía e o desemprego aumentava.

Na linguagem dos economistas, o Brasil passava nesse período por uma crise de estagflação, ou seja, a combinação de estagnação da economia (o fim do "milagre econômico") com altos índices de inflação e a consequente perda do poder aquisitivo dos consumidores. A situação financeira do país se encontrava tão desestruturada que o governo declarou uma moratória em 1987, suspendendo provisoriamente o pagamento dos juros de curto e médio prazos da dívida externa brasileira.

Etapa	fase	texto
Título		A dívida da ditadura
Orientação	cenário	A crise financeira de meados da década de 1980 foi uma das heranças da ditadura. Ela demonstrava o esgotamento do modelo econômico adotado durante o regime militar, o qual se baseava na intervenção estatal na economia e no alto endividamento externo.
Registro de eventos	evento 1 – dívida externa e intervenção	Nessa época, a dívida crescente fez com que órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), interferissem nos assuntos internos do país, enquanto a produção industrial caía e o desemprego aumentava.
	evento 2 – estagflação [relatório descritivo]	Na linguagem dos economistas, o Brasil passava nesse período por uma crise de estagflação, ou seja, a combinação de estagnação da economia (o fim do "milagre econômico") com altos índices de inflação e a consequente perda do poder aquisitivo dos consumidores.
	evento 3 – declaração de moratória	A situação financeira do país se encontrava tão desestruturada que o governo declarou uma moratória em 1987, suspendendo provisoriamente o pagamento dos juros de curto e médio prazos da dívida externa brasileira.

LD4T5

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Tentativas de estabilização econômica

Para tentar combater a crescente inflação e o aumento da dívida externa, o governo federal lançou uma série de planos econômicos. O primeiro deles foi o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, que estabelecia o congelamento dos preços da maioria dos produtos, principalmente gêneros alimentícios, das tarifas públicas, como água e luz, dos aluguéis e também dos salários.

Apesar do congelamento, trabalhadores e patrões podiam negociar livremente os salários, desde que nenhum aumento fosse repassado ao preço dos produtos. Além disso, foi criado o salário-desemprego e foi previsto o mecanismo do "gatilho" salarial, por meio do qual os salários deveriam ser reajustados automaticamente quando a inflação atingisse a marca dos 20% ao mês. A moeda foi valorizada e seu nome substituído: o Cruzeiro passou a ser Cruzado (1 Cruzado correspondia a 1 000 Cruzeiros).

Por um curto período, a inflação recuou. Os preços congelados e a moeda valorizada propiciaram às camadas mais pobres da população maior acesso aos bens de consumo. A estabilidade econômica, no entanto, era artificial e logo começaram a faltar produtos no mercado, principalmente carne, o que contribuiu para o surgimento de um mercado ilícito que vendia produtos com preços acima dos estipulados. Para contornar a situação, a equipe econômica idealizadora do plano defendeu a flexibilização gradual do congelamento, como estava previsto desde o início do plano.

No entanto, o governo manteve o congelamento, pois no final de 1986 haveria eleições legislativas e para governador, e o Plano Cruzado representava um excelente trunfo eleitoral. Assim, o congelamento dos preços só foi suspenso após a vitória da maioria dos candidatos do partido do governo (PMDB), o que levou muitos analistas políticos a considerá-lo um golpe eleitoral. No final de 1986, a inflação voltou a subir de maneira incontrolável, assim como os preços dos bens de consumo em geral. Outros planos econômicos semelhantes foram decretados até o fim do governo Sarney (Plano Cruzado 11, de novembro de 1986; Plano Bresser, de janeiro de 1988; Plano Verão, de janeiro de 1989), mas nenhum obteve sucesso.

Etapa	fase	texto
Título		Tentativas de estabilização econômica
Orientação	cenário	Para tentar combater a crescente inflação e o aumento da dívida externa, o governo federal lançou uma série de planos econômicos.
Registro de eventos	evento 1 – lançamento do plano cruzado [relatório descritivo]	O primeiro deles foi o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, que estabelecia o congelamento dos preços da maioria dos produtos, principalmente gêneros alimentícios, das tarifas públicas, como água e luz, dos aluguéis e também dos salários. Apesar do congelamento, trabalhadores e patrões podiam negociar livremente os salários, desde que nenhum aumento fosse repassado ao preço dos produtos. Além disso, foi criado o salário-desemprego e foi previsto o mecanismo do "gatilho" salarial, por meio do qual os salários deveriam ser reajustados automaticamente quando a inflação atingisse a marca dos 20% ao mês. A moeda foi valorizada e seu nome

	<p>evento 2 – eleições legislativas e para governador</p> <p>evento 4 – descontrole inflacionário</p> <p>evento 5 – insucesso de outro planos</p>	<p>substituído: o Cruzeiro passou a ser Cruzado (1 Cruzado correspondia a 1 000 Cruzeiros).</p> <p>Por um curto período, a inflação recuou. Os preços congelados e a moeda valorizada propiciaram às camadas mais pobres da população maior acesso aos bens de consumo. A estabilidade econômica, no entanto, era artificial e logo começaram a faltar produtos no mercado, principalmente carne, o que contribuiu para o surgimento de um mercado ilícito que vendia produtos com preços acima dos estipulados. Para contornar a situação, a equipe econômica idealizadora do plano defendeu a flexibilização gradual do congelamento, como estava previsto desde o início do plano.</p> <p>No entanto, o governo manteve o congelamento, pois no final de 1986 haveria eleições legislativas e para governador, e o Plano Cruzado representava um excelente trunfo eleitoral. Assim, o congelamento dos preços só foi suspenso após a vitória da maioria dos candidatos do partido do governo (PMDB), o que levou muitos analistas políticos a considerá-lo um golpe eleitoral.</p> <p>No final de 1986, a inflação voltou a subir de maneira incontrolável, assim como os preços dos bens de consumo em geral.</p> <p>Outros planos econômicos semelhantes foram decretados até o fim do governo Sarney (Plano Cruzado II, de novembro de 1986; Plano Bresser, de janeiro de 1988; Plano Verão, de janeiro de 1989), mas nenhum obteve sucesso.</p>
--	---	--

LD4T6

Gênero: exposição

Família: argumentos

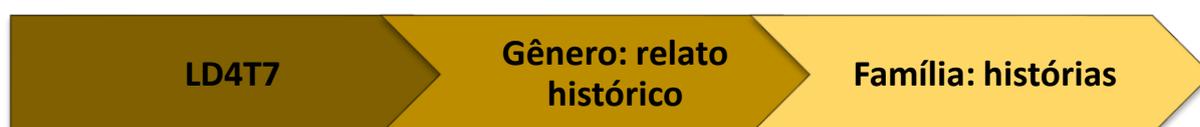
Protestos contra o governo

Os problemas econômicos e a desilusão com a classe política se refletiram na sociedade brasileira. O agravamento dos problemas sociais, tanto na cidade como no campo, ganhava forma em movimentos grevistas, piquetes de trabalhadores rurais e manifestações urbanas violentas.

Além do desemprego, a lentidão do governo em realizar reformas importantes há muito tempo desejadas pela população, como a reforma agrária, estimulava a onda de protestos. No final de 1986, por exemplo, uma grande manifestação de trabalhadores e desempregados em Brasília assumiu formas violentas, com a queima de veículos e a danificação de edifícios públicos.

O governo Sarney utilizou as Forças Armadas, além das polícias militares estaduais, para reprimir manifestações grevistas, acusadas de promover o ressurgimento de "grupos subversivos" com o objetivo de desestabilizar o governo.

Etapa	fase	texto
Título		Protestos contra o governo
Tese	tópico	Os problemas econômicos e a desilusão com a classe política se refletiram na sociedade brasileira.
Argumentos	contextualização	O agravamento dos problemas sociais, tanto na cidade como no campo, ganhava forma em movimentos grevistas, piquetes de trabalhadores rurais e manifestações urbanas violentas.
	argumento 1 – causa (ondas de protestos)	Além do desemprego, a lentidão do governo em realizar reformas importantes há muito tempo desejadas pela população, como a reforma agrária, estimulava a onda de protestos.
	exemplificação argumento 2 – (manifestação de 1986)	No final de 1986, por exemplo, uma grande manifestação de trabalhadores e desempregados em Brasília assumiu formas violentas, com a queima de veículos e a danificação de edifícios públicos.
Reiteração	coda	O governo Sarney utilizou as Forças Armadas, além das polícias militares estaduais, para reprimir manifestações grevistas, acusadas de promover o ressurgimento de "grupos subversivos" com o objetivo de desestabilizar o governo.



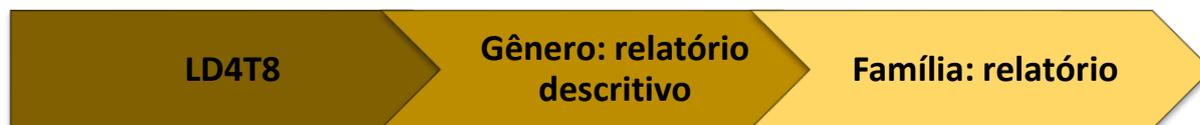
A constituição de 1988

Nas eleições de novembro de 1986, cerca de 60 milhões de eleitores escolheram os deputados e senadores que formaram a Assembleia constituinte, responsável pela elaboração de uma nova Constituição.

Na composição do Congresso (487 deputados e 72 senadores), o PMDB foi o partido de maior representatividade, embora entre seus filiados houvesse grande diversidade ideológica.

Etapa	fase	texto
Título		A constituição de 1988
Orientação	-	
Registro de eventos	evento 1 – eleições legislativas (formação de assembleia constiuinte)	Nas eleições de novembro de 1986, cerca de 60 milhões de eleitores escolheram os deputados e senadores que formaram a Assembleia constituinte, responsável pela elaboração de uma nova Constituição.
	[relatório descritivo]	Na composição do Congresso (487 deputados e 72 senadores), o PMDB foi o partido de maior

		representatividade, embora entre seus filiados houvesse grande diversidade ideológica.
--	--	--



A participação popular

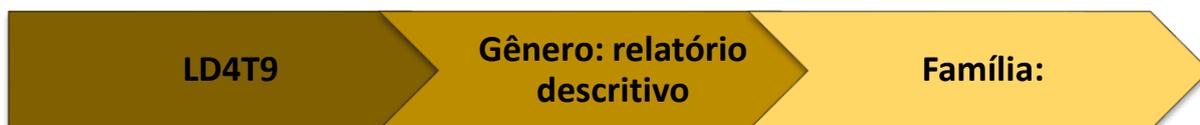
A elaboração do conjunto de leis mais importante do país contou com grande participação popular. Era a "sociedade civil organizada": associações de bairro e de consumidores, sindicatos, ligas camponesas, associações de médicos, professores, advogados, jornalistas etc. Nessa época, prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.

A participação da população na elaboração da Constituição se deu de diversos modos: por meio de visitas coletivas ao Congresso, comícios, cartas direcionadas aos parlamentares ou publicadas nos jornais, entre outros. Mas o modo mais eficaz foram as emendas populares, ou seja, o envio ao Congresso de propostas elaboradas por organizações da sociedade civil. Essas propostas deveriam ser defendidas por, no mínimo, três organizações da sociedade, contendo pelo menos 30 mil assinaturas.

A mobilização nacional em torno das emendas populares foi considerável. Foram criados, por exemplo, a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares e o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. Essas organizações tiveram um importante papel, divulgando em todo o território nacional materiais didáticos informando sobre a participação dos cidadãos na elaboração da carta constitucional e sua importância na configuração do futuro do país.

Etapa	fase	texto
Título		A participação popular
Apresentação	fenômeno	A elaboração do conjunto de leis mais importante do país contou com grande participação popular.
	definição	Era a "sociedade civil organizada": associações de bairro e de consumidores, sindicatos, ligas camponesas, associações de médicos, professores, advogados, jornalistas etc.
	contextualização	Nessa época, prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.
Descrição	formas de participação popular	A participação da população na elaboração da Constituição se deu de diversos modos: por meio de visitas coletivas ao Congresso, comícios, cartas direcionadas aos parlamentares ou publicadas nos jornais, entre outros. Mas o modo mais eficaz foram as emendas populares, ou seja, o envio ao Congresso de propostas elaboradas por organizações da sociedade civil. Essas propostas deveriam ser defendidas por, no

	modo de participação por meio das organizações da sociedade	<p>mínimo, três organizações da sociedade, contendo pelo menos 30 mil assinaturas.</p> <p>A mobilização nacional em torno das emendas populares foi considerável. Foram criados, por exemplo, a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares e o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. Essas organizações tiveram um importante papel, divulgando em todo o território nacional materiais didáticos, informando sobre a participação dos cidadãos na elaboração da carta constitucional e sua importância na configuração do futuro do país.</p>
--	---	---



Características da Constituição

Após dois anos de trabalho, a nova Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como "Carta Cidadã", foi promulgada pelo Congresso em 5 de outubro de 1988. Veja algumas determinações da Constituição de 1988.

- Universalização do voto, sendo facultativo aos analfabetos, aposentados e maiores de 16 anos e menores de 18.
- Fixação do salário-mínimo como base para o pagamento de pensões e aposentadorias, inclusive aos portadores de deficiência física.
- Jornada de trabalho de 44 horas semanais e direito de greve.
- Liberdade de expressão, de imprensa e de organização.
- Qualificação do racismo como crime inafiançável.
- Condenação da tortura.
- Reconhecimento do direito dos grupos indígenas à manutenção de sua cultura e das terras que historicamente ocupam.

Etapa	fase	texto
Título		Características da Constituição
Apresentação	contextualização	Após dois anos de trabalho, a nova Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como "Carta Cidadã", foi promulgada pelo Congresso em 5 de outubro de 1988.
Descrição	fenômeno universalização do voto fixação do salário mínimo jornada de 44h semanais	<p>Veja algumas determinações da Constituição de 1988.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universalização do voto, sendo facultativo aos analfabetos, aposentados e maiores de 16 anos e menores de 18. • Fixação do salário mínimo como base para o pagamento de pensões e aposentadorias, inclusive aos portadores de deficiência física.

<p>liberdade de expressão</p> <p>crime inafiançável para o racismo</p> <p>condenação de tortura</p> <p>reconhecimento de grupos indígenas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Jornada de trabalho de 44 horas semanais e direito de greve. • Liberdade de expressão, de imprensa e de organização. • Qualificação do racismo como crime inafiançável. • Condenação da tortura. • Reconhecimento do direito dos grupos indígenas à manutenção de sua cultura e das terras que historicamente ocupam.
---	---

LD4T10

Gênero: biografia

Família: histórias

O sujeito na história

Chico Mendes

Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, nasceu em 1944 na cidade de Porto Rico, no Acre. Assim como seu pai, ainda criança começou a trabalhar na extração do látex nos seringais. Quando jovem, tornou-se líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, além de vereador e um dos fundadores do Conselho Nacional de Seringueiros (1985).

Dedicou sua vida à defesa dos seringueiros, atuando contra a devastação das florestas. Essas atividades lhe renderam muitos inimigos, principalmente entre os grandes proprietários rurais. Para impedir o desmatamento, Chico Mendes aplicava a tática do "empate": os seringueiros, acompanhados por suas famílias, colocavam-se entre a floresta e os jagunços dos fazendeiros, tentando evitar a derrubada da mata. No entanto, nem sempre a tática tinha sucesso, porque os fazendeiros geralmente recebiam apoio da polícia.

Para solucionar esse conflito, Chico Mendes defendia a criação de reservas extrativistas para a preservação da floresta nativa. Leia, a seguir, o trecho de uma entrevista concedida por ele no início de dezembro de 1988.

Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas. Nas reservas extrativistas, nós vamos comercializar [...] os produtos que a floresta generosamente nos concede. [...] A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ela vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o usufruto, não a propriedade.

MENDES, Chico. Entrevista concedida ao Jornal do Brasil. In: MONDAINI, Marco. Direitos humanos no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009. p. 118-9.

Por causa de sua ação e influência, Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, a mando de fazendeiros da região. A sua morte, entretanto, teve ampla repercussão na imprensa nacional e estrangeira, despertando a opinião pública para a importância das

reservas extrativistas e da luta pela preservação da Amazônia.

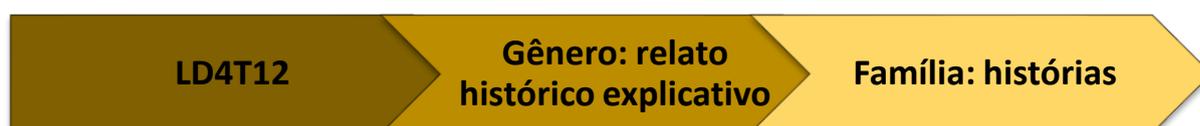
Etapa	fase	texto
Seção Título		O sujeito na história Chico Mendes
Orientação	Apresentação do biografado	Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, nasceu em 1944 na cidade de Porto Rico, no Acre. Assim como seu pai, ainda criança começou a trabalhar na extração do látex nos seringais.
Registro de eventos	atuação sindical	Quando jovem, tornou-se líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri,
	atuação política	além de vereador e um dos fundadores do Conselho Nacional de Seringueiros (1985).
	atuação ambiental e proteção de seringueiros	Dedicou sua vida à defesa dos seringueiros, atuando contra a devastação das florestas. Essas atividades lhe renderam muitos inimigos, principalmente entre os grandes proprietários rurais. Para impedir o desmatamento, Chico Mendes aplicava a tática do "empate": os seringueiros, acompanhados por suas famílias, colocavam-se entre a floresta e os jagunços dos fazendeiros, tentando evitar a derrubada da mata. No entanto, nem sempre a tática tinha sucesso, porque os fazendeiros geralmente recebiam apoio da polícia.
	atuação propositiva	Para solucionar esse conflito, Chico Mendes defendia a criação de reservas extrativistas para a preservação da floresta nativa. Leia, a seguir, o trecho de uma entrevista concedida por ele no início de dezembro de 1988.
Avaliação sobre a pessoa	[[exposição]] Tese Argumentos	“Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas. Nas reservas extrativistas, nós vamos comercializar [...] os produtos que a floresta generosamente nos concede. [...] A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ela vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o usufruto, não a propriedade.” MENDES, Chico. Entrevista concedida ao Jornal do Brasil. In: MONDAINI, Marco. Direitos humanos no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009. p. 118-9.
	Reiteração	Por causa de sua ação e influência, Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, a mando de fazendeiros da região.
	causa de falecimento	A sua morte, entretanto, teve ampla repercussão na imprensa nacional e estrangeira, despertando a opinião pública para a importância das reservas extrativistas e da luta pela preservação da Amazônia.
	repercussão social	



O Brasil na era da globalização

No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960. Nessa mesma época, o mundo passava por grandes transformações, com o avanço das políticas neoliberais e da globalização dos mercados. No Brasil, fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada.

Etapa	fase	texto
Título		O Brasil na era da globalização
Orientação	-	
Registro de eventos	evento 1 – eleição presidencial	No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.
	evento 2 – avanço de políticas neoliberais e globalização dos mercados	Nessa mesma época, o mundo passava por grandes transformações, com o avanço das políticas neoliberais e da globalização dos mercados.
	evento 3 – aniversário de promulgação da constituição	No Brasil, fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada.



O governo Collor

Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada, vencendo no segundo turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical de origem operária.

Em sua campanha presidencial, Fernando Collor de Mello representou o neoliberalismo e a modernidade, prometendo prender os corruptos e acabar com a inflação no país. Collor, no entanto, não correspondeu às expectativas da população. Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada, gerando enorme descontentamento.

Além de não resolver o problema da inflação, o presidente perdeu definitivamente seu prestígio após a descoberta de um esquema de corrupção chefiado por seu tesoureiro, Paulo César Farias, conhecido como PC Farias. Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar e, pela primeira vez no Brasil, um processo de *impeachment* foi iniciado. Collor foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos.

Etapa	fase	texto
Título		O governo Collor

Orientação	cenário	Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada, vencendo no segundo turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical de origem operária.
Registro de eventos	evento 1 – campanha eleitoral	Em sua campanha presidencial, Fernando Collor de Mello representou o neoliberalismo e a modernidade, prometendo prender os corruptos e acabar com a inflação no país. Collor, no entanto, não correspondeu às expectativas da população.
	evento 2 – Plano Collor	Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada, gerando enorme descontentamento.
	evento 3 – esquema PC Farias	Além de não resolver o problema da inflação, o presidente perdeu definitivamente seu prestígio após a descoberta de um esquema de corrupção chefiado por seu tesoureiro, Paulo César Farias, conhecido como PC Farias.
	evento 4 – processo de impeachment	Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar e, pela primeira vez no Brasil, um processo de <i>impeachment</i> foi iniciado. Collor foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos.

LD4T13

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

A abertura neoliberal

A onda neoliberal dominou a economia brasileira em toda a década de 1990. E não apenas a brasileira, mas a economia de praticamente todos os países da América Latina. Nesses países, o neoliberalismo foi impulsionado por uma reunião econômica realizada em Washington, D.C., capital dos EUA, destinada a discutir formas de superar a crise econômica latino-americana, caracterizada por elevada dívida externa, estagnação econômica, inflação e desemprego. O encontro foi promovido pelo Instituto para a Economia Internacional, contando com a participação de representantes de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.), do governo dos EUA, além de economistas latino-americanos.

Conhecido como Consenso de Washington, esse encontro estabeleceu como diretrizes os preceitos básicos do neoliberalismo: subordinação da economia às leis do mercado, pois a intervenção do Estado inibiria a participação do setor privado e, conseqüentemente, o desenvolvimento; desregulamentação do mercado de trabalho, para que as empresas pudessem reduzir custos com mão de obra; corte de gastos sociais; privatização de empresas estatais; liberalização financeira e comercial, por meio da eliminação de barreiras aos investimentos e produtos estrangeiros, abrindo a economia ao capital externo.

Seguindo essas diretrizes, o Brasil reduziu os impostos sobre importações, fazendo que os produtos estrangeiros ficassem muito mais baratos que os nacionais. Assim, muitas empresas

brasileiras foram seriamente atingidas, como as do ramo de informática e as do setor têxtil. A privatização de empresas estatais também começou a ser feita no governo Collor.

Etapa	fase	texto
Título		A abertura neoliberal
Orientação	cenário	A onda neoliberal dominou a economia brasileira em toda a década de 1990. E não apenas a brasileira, mas a economia de praticamente todos os países da América Latina.
Registro de eventos	evento 1 – consenso de Washington [relatório descritivo]	<p>Nesses países, o neoliberalismo foi impulsionado por uma reunião econômica realizada em Washington, D.C., capital dos EUA, destinada a discutir formas de superar a crise econômica latino-americana, caracterizada por elevada dívida externa, estagnação econômica, inflação e desemprego. O encontro foi promovido pelo Instituto para a Economia Internacional, contando com a participação de representantes de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.), do governo dos EUA, além de economistas latino-americanos.</p> <p>Conhecido como Consenso de Washington, esse encontro estabeleceu como diretrizes os preceitos básicos do neoliberalismo: subordinação da economia às leis do mercado, pois a intervenção do Estado inibiria a participação do setor privado e, conseqüentemente, o desenvolvimento; desregulamentação do mercado de trabalho, para que as empresas pudessem reduzir custos com mão de obra; corte de gastos sociais; privatização de empresas estatais; liberalização financeira e comercial, por meio da eliminação de barreiras aos investimentos e produtos estrangeiros, abrindo a economia ao capital externo.</p> <p>Seguindo essas diretrizes, o Brasil reduziu os impostos sobre importações, fazendo que os produtos estrangeiros ficassem muito mais baratos que os nacionais. Assim, muitas empresas brasileiras foram seriamente atingidas, como as do ramo de informática e as do setor têxtil.</p> <p>A privatização de empresas estatais também começou a ser feita no governo Collor</p>

LD4T14

**Gênero: relato
histórico explicativo**

Família: relatórios

Itamar Franco e FHC

Vice-presidente e sucessor de Collor, Itamar Franco adotou como principal medida de governo a implantação do Plano Real.

Elaborado por uma equipe de economistas coordenada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, esse plano anti-inflacionário visava estabilizar a economia

adotando medidas como o aumento de impostos, a redução dos gastos públicos e a criação de uma nova moeda, o Real, com valor cambial igualado ao do dólar. Durante o governo de Itamar, a inflação foi controlada e a nova moeda brasileira permaneceu valorizada.

Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, sucedeu Itamar e foi presidente em dois mandatos consecutivos, entre os anos de 1995 e 2002, mantendo a mesma linha política e econômica da administração anterior.

O governo FHC conseguiu manter a inflação sob controle. Além disso, ele obteve êxito com investimentos na área da saúde, implementando políticas bem-sucedidas de combate à Aids, e da educação, aumentando o número de crianças na escola e diminuindo os índices de analfabetismo no país.

Seu governo se caracterizou por uma política neoliberal, de abertura ao capital estrangeiro e privatizações de empresas estatais, no intuito de diminuir os gastos públicos. As privatizações ocorreram em empresas de diversos setores, principalmente da siderurgia e das telecomunicações.

A má distribuição de renda e os altos índices de desemprego prejudicaram o país no campo econômico. Além disso, houve diversas denúncias de corrupção durante o seu governo, principalmente no processo de privatização das empresas estatais, escândalo que ficou conhecido como privatária.

Etapa	fase	texto
Título		Itamar Franco e FHC
(Apresentação)	-	
Registro de eventos	implantação do plano Real por Itamar Franco	Vice-presidente e sucessor de Collor, Itamar Franco adotou como principal medida de governo a implantação do Plano Real. Elaborado por uma equipe de economistas coordenada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, esse plano anti-inflacionário visava estabilizar a economia adotando medidas como o aumento de impostos, a redução dos gastos públicos e a criação de uma nova moeda, o Real, com valor cambial igualado ao do dólar. Durante o governo de Itamar, a inflação foi controlada e a nova moeda brasileira permaneceu valorizada.
	eleição de FHC	Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, sucedeu Itamar e foi presidente em dois mandatos consecutivos, entre os anos de 1995 e 2002, mantendo a mesma linha política e econômica da administração anterior.
	êxitos governamentais de FHC	O governo FHC conseguiu manter a inflação sob controle. Além disso, ele obteve êxito com investimentos na área da saúde, implementando políticas bem-sucedidas de combate à Aids, e da educação, aumentando o número de crianças na escola e diminuindo os índices de analfabetismo no país.
	caracterização do governo FHC [relatório descritivo]	Seu governo se caracterizou por uma política neoliberal, de abertura ao capital estrangeiro e privatizações de empresas estatais, no intuito de diminuir os gastos públicos. As privatizações ocorreram em empresas de diversos setores,

		<p>principalmente da siderurgia e das telecomunicações.</p> <p>A má distribuição de renda e os altos índices de desemprego prejudicaram o país no campo econômico. Além disso, houve diversas denúncias de corrupção durante o seu governo, principalmente no processo de privatização das empresas estatais, escândalo que ficou conhecido como privatária.</p>
--	--	--



As privatizações

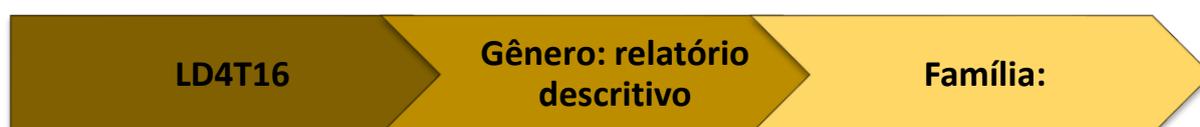
Durante a década de 1990, diversas empresas estatais brasileiras passaram pelo processo de privatização. As privatizações promovidas durante esse período foram muito contestadas, gerando um amplo debate no país.

Aqueles que defendiam as privatizações procuravam justificar que o Estado deveria ter uma participação mínima na economia do país. Segundo eles, empresas controladas pela iniciativa privada possuem uma capacidade de gestão mais eficiente, gerando melhores serviços para a população, mais lucros e, conseqüentemente, uma maior arrecadação de impostos.

Aqueles que eram contra as privatizações acreditavam que, com a venda das empresas estatais, o Estado estaria perdendo parte de sua soberania, pois não possuiria mais o controle sobre setores estratégicos da economia nacional. Além disso, argumentavam que sempre houve pouco interesse da iniciativa privada em investir em setores de infraestrutura, sendo necessário um amplo investimento do Estado para assegurar o desenvolvimento de empresas estatais que atuam nesses setores.

Etapa	fase	texto
Título		As privatizações
Questão	contextualização	Durante a década de 1990, diversas empresas estatais brasileiras passaram pelo processo de privatização. As privatizações promovidas durante esse período foram muito contestadas, gerando um amplo debate no país.
Perspectivas	perspectiva 1	Aqueles que defendiam as privatizações procuravam justificar que o Estado deveria ter uma participação mínima na economia do país. Segundo eles, empresas controladas pela iniciativa privada possuem uma capacidade de gestão mais eficiente, gerando melhores serviços para a população, mais lucros e, conseqüentemente, uma maior arrecadação de impostos.

Conclusão	perspectiva 2	Aqueles que eram contra as privatizações acreditavam que, com a venda das empresas estatais, o Estado estaria perdendo parte de sua soberania, pois não possuiria mais o controle sobre setores estratégicos da economia nacional. Além disso, argumentavam que sempre houve pouco interesse da iniciativa privada em investir em setores de infraestrutura, sendo necessário um amplo investimento do Estado para assegurar o desenvolvimento de empresas estatais que atuam nesses setores.
-----------	---------------	---



O governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil em 2002, tornando-se o primeiro líder sindical a assumir esse cargo. Lula teve participação ativa nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista no final da década de 1970, ainda sob o regime militar, e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

No campo econômico, seu governo manteve a inflação controlada, elevando as taxas de juros e aumentando a arrecadação de impostos. Com o fortalecimento do Real em relação ao dólar, o país obteve crescimento no comércio externo e uma balança comercial favorável.

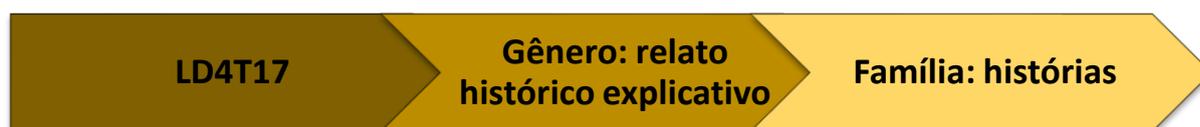
No campo social, foi implantado um programa de auxílio mensal em dinheiro para famílias pobres, conhecido como Bolsa Família, e o aumento real do salário mínimo. Isso possibilitou o aumento da renda da camada mais pobre da população.

Além disso, outros programas foram criados, como o Luz para todos, o Brasil alfabetizado, o ProUni, entre outros, aumentando os índices de aprovação de seu governo.

Por outro lado, denúncias de corrupção, que deram origem a um processo que ficou conhecido como mensalão, desestabilizaram o governo Lula em 2005. Apesar da instabilidade política, Lula obteve a maioria dos votos da população nas eleições de 2006, sendo reeleito e dando continuidade às políticas sociais.

Etapa	fase	texto
Título		O governo Lula
Orientação	fenômeno [Biografia]	Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil em 2002, tornando-se o primeiro líder sindical a assumir esse cargo. Lula teve participação ativa nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista no final da década de 1970, ainda sob o regime militar, e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).
Descrição	ação no campo econômico	No campo econômico, seu governo manteve a inflação controlada, elevando as taxas de juros e aumentando a arrecadação de impostos. Com o fortalecimento do Real em relação ao dólar, o país obteve crescimento no comércio externo e uma balança comercial favorável.

Dedução	ação no campo social	No campo social, foi implantado um programa de auxílio mensal em dinheiro para famílias pobres, conhecido como Bolsa Família, e o aumento real do salário mínimo. Isso possibilitou o aumento da renda da camada mais pobre da população.
	criação de programas educacionais e sociais Mensalão	Além disso, outros programas foram criados, como o Luz para todos, o Brasil alfabetizado, o ProUni, entre outros, aumentando os índices de aprovação de seu governo.
	síntese	Por outro lado, denúncias de corrupção, que deram origem a um processo que ficou conhecido como mensalão, desestabilizaram o governo Lula em 2005. Apesar da instabilidade política, Lula obteve a maioria dos votos da população nas eleições de 2006, sendo reeleito e dando continuidade às políticas sociais.



O governo de Dilma Rousseff

No final de seu segundo mandato, Lula apontou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para sucedê-lo na presidência em 2011. Ex-militante de esquerda, Dilma chegou a ser presa e torturada quando lutava contra a ditadura militar.

Defendendo a continuidade e ampliação das políticas sociais do governo Lula, Dilma se elegeu, tornando-se a primeira mulher a chegar à presidência no Brasil.

Dilma Rousseff ampliou diversos programas econômicos e sociais. As obras públicas, por exemplo, foram incentivadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), beneficiando diversas cidades brasileiras com obras de infraestrutura. Além disso, implantou programas de auxílio à pesquisa e à formação acadêmica no exterior, como o Ciência sem Fronteiras.

Durante o seu primeiro mandato (2011-2014), no entanto, alguns políticos e ministros foram acusados de corrupção e, por isso, foram afastados de seus cargos. Nesse período, foram apuradas e julgadas várias das denúncias do processo do mensalão, e vários políticos foram presos, inclusive alguns membros do primeiro escalão do governo Lula.

Em 2014, após uma acirrada disputa com Aécio Neves (que obteve 48,3% dos votos), Dilma foi reeleita (com 51,6% dos votos). O início de seu segundo mandato foi marcado pelas tentativas de superar problemas como a alta da inflação e baixo crescimento econômico do país. Além disso, desde 2015, o Brasil enfrenta uma grave crise de desemprego.

A taxa de desemprego aumentou para 9,5 % no trimestre encerrado em janeiro de 2016, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa taxa é recorde da série histórica da pesquisa, iniciada no primeiro trimestre de 2012. No mesmo período em 2015, o desemprego atingia 6,8% da população economicamente ativa do país.

Etapa	fase	texto
Título		O governo de Dilma Rousseff

Orientação	cenário	<p>No final de seu segundo mandato, Lula apontou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para sucedê-lo na presidência em 2011. Ex-militante de esquerda, Dilma chegou a ser presa e torturada quando lutava contra a ditadura militar.</p> <p>Defendendo a continuidade e ampliação das políticas sociais do governo Lula, Dilma se elegeu, tornando-se a primeira mulher a chegar à presidência no Brasil.</p>
Registro de eventos	<p>evento 1 – ampliação de programas sociais e econômicos</p> <p>evento 2 – apuração do Mensalão e denúncias de corrupção</p> <p>evento 3 – reeleição de Dilma</p> <p>evento 4 – tentativas de superação de problemas econômicos</p> <p>evento 5 – grave crise de desemprego</p> <p>evento 6 – mobilização contra o governo</p> <p>evento 7 – manifestação pró-impeachment</p> <p>evento 8 – aprovação do impeachment</p>	<p>Dilma Rousseff ampliou diversos programas econômicos e sociais. As obras públicas, por exemplo, foram incentivadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), beneficiando diversas cidades brasileiras com obras de infraestrutura. Além disso, implantou programas de auxílio à pesquisa e à formação acadêmica no exterior, como o Ciência sem Fronteiras.</p> <p>Durante o seu primeiro mandato (2011-2014), no entanto, alguns políticos e ministros foram acusados de corrupção e, por isso, foram afastados de seus cargos. Nesse período, foram apuradas e julgadas várias das denúncias do processo do mensalão, e vários políticos foram presos, inclusive alguns membros do primeiro escalão do governo Lula.</p> <p>Em 2014, após uma acirrada disputa com Aécio Neves (que obteve 48,3% dos votos), Dilma foi reeleita (com 51,6% dos votos).</p> <p>O início de seu segundo mandato foi marcado pelas tentativas de superar problemas como a alta da inflação e baixo crescimento econômico do país.</p> <p>Além disso, desde 2015, o Brasil enfrenta uma grave crise de desemprego.</p> <p>A taxa de desemprego aumentou para 9,5 % no trimestre encerrado em janeiro de 2016, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa taxa é recorde da série histórica da pesquisa, iniciada no primeiro trimestre de 2012. No mesmo período em 2015, o desemprego atingia 6,8% da população economicamente ativa do país.</p> <p>Outra questão marcante no segundo mandato de Dilma Rousseff é a grande mobilização popular contra o seu governo.</p> <p>Em 2015 e 2016, centenas de milhares de pessoas foram às ruas para pedir seu impeachment,</p>

		<p>principalmente por causa dos problemas econômicos que marcaram seu mandato.</p> <p>O processo, aprovado em maio de 2016 no Senado, determinou o afastamento da presidente. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente Michel Temer.</p>
--	--	---



As relações de trabalho no Brasil

Além do grande aumento do desemprego, o país enfrenta o problema do crescimento do trabalho informal. Quando um trabalhador desempenha uma atividade profissional destituída de vínculos empregatícios e de direitos trabalhistas, dizemos que ele exerce um trabalho informal. Esse modelo de trabalho está crescendo entre os brasileiros que buscam alternativas frente ao amplo quadro de desemprego.

Etapa	fase	texto
Título		As relações de trabalho no Brasil
Tese	tópico frasal	Além do grande aumento do desemprego, o país enfrenta o problema do crescimento do trabalho informal.
Argumento	argumento 1- definição	Quando um trabalhador desempenha uma atividade profissional destituída de vínculos empregatícios e de direitos trabalhistas, dizemos que ele exerce um trabalho informal.
Reiteração	revisão	Esse modelo de trabalho está crescendo entre os brasileiros que buscam alternativas frente ao amplo quadro de desemprego



A exploração do trabalho infantil

O trabalho infantil ainda é um problema a ser superado em nosso país. Muitas crianças são obrigadas a trabalhar para complementar a renda familiar. Empregadas em sua maioria no setor agrícola ou em serviços domésticos, desenvolvem trabalhos com baixíssima ou nenhuma remuneração, muitas vezes em ambientes insalubres e sem proteção. Com o dever de trabalhar, geralmente deixam de ter acesso à educação, ao lazer e a um desenvolvimento saudável.

No campo, as crianças seguem os pais nas lidas de muitas culturas, ou em atividades como a produção de carvão vegetal, a brita de pedras e a feitura de tijolos.

Nas cidades, as crianças trabalham dentro e fora de casa. Em casa, auxiliam a família em serviços terceirizados, ou são ajudantes de mecânicos, confeitários, feirantes etc. As meninas fazem o serviço doméstico, que não é encarado como trabalho, apesar de ser fundamental

na sobrevivência familiar.

Famílias pobres empregam suas filhas como domésticas. Dos 5 milhões de empregadas domésticas brasileiras, cerca de 16% têm entre 10 e 17 anos, e a maior parte ganha menos de 1 salário mínimo. Muitas delas acabam sendo exploradas sexualmente.

Como a prostituição infantil tem crescido assustadoramente no mundo inteiro, também motivada pelo aumento do turismo, os governos e movimentos sociais organizaram redes internacionais para combatê-la.

Nas ruas das cidades brasileiras, a presença de crianças é histórica: há vendedores, engraxates, guardadores de carro, carregadores, catadores de papel, mendigos. Nas praias, recolhem latas para reciclar e nos lixões acompanham a família, coletando material reciclável, que é vendido a sucateiros.

PORTO, Cristina e outros. Trabalho infantil: o difícil sonho de ser criança. São Paulo: Ática, 2003. p. 75. (Que mundo é esse?).

Etapa	fase	texto
Título		A exploração do trabalho infantil
Tese	tópico discursivo	O trabalho infantil ainda é um problema a ser superado em nosso país. Muitas crianças são obrigadas a trabalhar para complementar a renda familiar.
	contextualização (explicação/consequência)	Empregadas em sua maioria no setor agrícola ou em serviços domésticos, desenvolvem trabalhos com baixíssima ou nenhuma remuneração, muitas vezes em ambientes insalubres e sem proteção. Com o dever de trabalhar, geralmente deixam de ter acesso à educação, ao lazer e a um desenvolvimento saudável.
Argumentos	argumento 1 – trabalho no campo declaração	No campo, as crianças seguem os pais nas lidas de muitas culturas, ou em atividades como a produção de carvão vegetal, a brita de pedras e a feitura de tijolos.
	argumento 2 – trabalho na cidade declaração	Nas cidades, as crianças trabalham dentro e fora de casa. Em casa, auxiliam a família em serviços terceirizados, ou são ajudantes de mecânicos, confeitários, feirantes etc.
	argumento 3 – trabalho como domésticas dados estatísticos	As meninas fazem o serviço doméstico, que não é encarado como trabalho, apesar de ser fundamental na sobrevivência familiar. Famílias pobres empregam suas filhas como domésticas. Dos 5 milhões de empregadas domésticas brasileiras, cerca de 16% têm entre 10 e 17 anos, e a maior parte ganha menos de 1 salário mínimo. Muitas delas acabam sendo exploradas sexualmente.
	argumento 4 – prostituição infantil causalidade	Como a prostituição infantil tem crescido assustadoramente no mundo inteiro, também motivada pelo aumento do turismo, os
	revisão	

Reiteração		<p>governos e movimentos sociais organizaram redes internacionais para combatê-la.</p> <p>Nas ruas das cidades brasileiras, a presença de crianças é histórica: há vendedores, engraxates, guardadores de carro, carregadores, catadores de papel, mendigos. Nas praias, recolhem latas para reciclar e nos lixões acompanham a família, coletando material reciclável, que é vendido a sucateiros.</p> <p>PORTO, Cristina e outros. Trabalho infantil: o difícil sonho de ser criança. São Paulo: Ática, 2003. p. 75. (Que mundo é esse?).</p>
------------	--	---



A terceirização do trabalho

A terceirização de serviços por parte de uma empresa consiste na atribuição de determinados serviços a "terceiros", isto é, a outras empresas. Os principais serviços que as empresas brasileiras vêm terceirizando se relacionam à segurança do trabalho, ao transporte de produtos e de matérias-primas, ao suporte técnico (como o conserto de mercadorias com defeito) e serviços de call center (central de atendimento onde são realizados serviços via telefone, por exemplo, pesquisas de mercado, cobranças de faturas, vendas e ouvidoria).

Ao terceirizar serviços, uma empresa isenta-se de muitas responsabilidades trabalhistas relacionadas aos funcionários da empresa contratada. No Brasil, esse processo intensificou-se a partir da década de 1990, quando teve início a flexibilização nas leis trabalhistas.

Uma das medidas políticas mais recentes sobre a terceirização no Brasil é a aprovação do projeto de lei 4330/04 pela Câmara dos Deputados, em 2015. Esse projeto, caso se torne lei, permitirá que todos os tipos de serviços de uma empresa sejam terceirizados, não somente aqueles considerados complementares à sua atividade principal. Conhecido como lei da terceirização, esse projeto é alvo de controvérsias. As pessoas favoráveis ao projeto afirmam que a terceirização pode impulsionar a geração de empregos, provocar o aumento dos salários e melhorar a qualificação dos profissionais. Já as pessoas contrárias ao projeto afirmam que a terceirização pode aumentar o desemprego e deixar os empregados terceirizados desprotegidos em termos de direitos trabalhistas.

Etapa	fase	texto
Título		A terceirização do trabalho
Tese	apresentação prévia definição divisão	A terceirização de serviços por parte de uma empresa consiste na atribuição de determinados serviços a "terceiros", isto é, a outras empresas. Os principais serviços que as empresas brasileiras vêm terceirizando se relacionam à segurança do trabalho, ao transporte de produtos e de matérias-primas, ao suporte técnico (como o conserto de mercadorias com defeito) e serviços de call center (central de atendimento onde são realizados serviços via

Argumentos	tópico discursivo alusão histórica	telefone, por exemplo, pesquisas de mercado, cobranças de faturas, vendas e ouvidoria).
	argumento 1 – projeto de terceirização alusão histórica	Ao terceirizar serviços, uma empresa isenta-se de muitas responsabilidades trabalhistas relacionadas aos funcionários da empresa contratada. No Brasil, esse processo intensificou-se a partir da década de 1990, quando teve início a flexibilização nas leis trabalhistas.
	argumento 2 – definição contraste/disjunção	Uma das medidas políticas mais recentes sobre a terceirização no Brasil é a aprovação do projeto de lei 4330/04 pela Câmara dos Deputados, em 2015. Esse projeto, caso se torne lei, permitirá que todos os tipos de serviços de uma empresa sejam terceirizados, não somente aqueles considerados complementares à sua atividade principal.
	perspectiva 1	Conhecido como lei da terceirização, esse projeto é alvo de controvérsias.
	perspectiva 2	As pessoas favoráveis ao projeto afirmam que a terceirização pode impulsionar a geração de empregos, provocar o aumento dos salários e melhorar a qualificação dos profissionais. Já as pessoas contrárias ao projeto afirmam que a terceirização pode aumentar o desemprego e deixar os empregados terceirizados desprotegidos em termos de direitos trabalhistas.

LD4T21

Gênero: exposição

Família:

O cooperativismo

O cooperativismo, mesmo sendo uma forma tradicional de organização do trabalho, cada vez mais se destaca como uma alternativa viável para os trabalhadores, pois visa beneficiar a todos os cooperados de forma proporcional à sua participação. Desse modo, a produção de riquezas por meio do trabalho cooperado pode ser repartida entre seus associados, proporcionando amplo desenvolvimento econômico e social.

O cooperativismo é um ramo que cresce e se profissionaliza, no mundo todo. Há, no Brasil, 6,8 mil cooperativas atuantes em 13 ramos (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer), nas quais trabalham 340 mil profissionais. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, 46 milhões de brasileiros são beneficiados pelo trabalho cooperativista e, entre 2004 e 2013, o número de cooperados cresceu 88% e o de empregos gerados 83%. A chamada economia solidária permite a parcelas da população mais vulneráveis sobreviver em períodos de crise econômica, por meio de ajuda mútua. No Brasil, o profissional atua não apenas nas tradicionais cooperativas de produção, crédito ou consumo, mas também em organizações não governamentais (ONGs) e associações de bairro - segmentos em

crescimento. O Norte e o Nordeste são as regiões pioneiras na área. No entanto, o mercado se aquece no restante do país.

Mercado de Trabalho. Guia do Estudante. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/cooperativismo-gestao-cooperativas-684663.ls>>htm. Acesso em: 16 mar. 2016.

Etapa	fase	texto
Título		O cooperativismo
Tese	tópico discursivo elaboração explicação generalização	O cooperativismo, mesmo sendo uma forma tradicional de organização do trabalho, cada vez mais se destaca como uma alternativa viável para os trabalhadores, pois visa beneficiar a todos os cooperados de forma proporcional à sua participação. Desse modo, a produção de riquezas por meio do trabalho cooperado pode ser repartida entre seus associados, proporcionando amplo desenvolvimento econômico e social.
Argumentos	argumento 1- crescimento do setor definição dados estatísticos	O cooperativismo é um ramo que cresce e se profissionaliza, no mundo todo. Há, no Brasil, 6,8 mil cooperativas atuantes em 13 ramos (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer), nas quais trabalham 340 mil profissionais.
	argumento 2 – população beneficiada dados estatísticos	Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, 46 milhões de brasileiros são beneficiados pelo trabalho cooperativista e, entre 2004 e 2013, o número de cooperados cresceu 88% e o de empregos gerados 83%.
Reiteração	revisão	A chamada economia solidária permite a parcelas da população mais vulneráveis sobreviver em períodos de crise econômica, por meio de ajuda mútua. No Brasil, o profissional atua não apenas nas tradicionais cooperativas de produção, crédito ou consumo, mas também em organizações não governamentais (ONGs) e associações de bairro - segmentos em crescimento. O Norte e o Nordeste são as regiões pioneiras na área. No entanto, o mercado se aquece no restante do país. Mercado de Trabalho. Guia do Estudante. Disponível em: < http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/cooperativismo-gestao-cooperativas-684663.ls >htm. Acesso em: 16 mar. 2016.

LD4T22

Gênero: relatório
descritivo

Família: relatórios

O espaço rural brasileiro

Atualmente, cerca de 25% de toda riqueza produzida no Brasil provém do agronegócio, que movimentava grandes quantias de dinheiro, principalmente com as exportações. Apesar do protecionismo de alguns países, que impõe barreiras tarifárias para produtos como o café, as exportações brasileiras têm aumentado a cada ano, tornando o Brasil um dos líderes mundiais do agronegócio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são trigo, algodão, milho, soja e laranja, além do álcool e do açúcar.

Etapa	Fase	texto
Título		O espaço rural brasileiro
Entidade	apresentação	Atualmente, cerca de 25% de toda riqueza produzida no Brasil provém do agronegócio, que movimentava grandes quantias de dinheiro, principalmente com as exportações.
Descrição	aumento das exportações	Apesar do protecionismo de alguns países, que impõe barreiras tarifárias para produtos como o café, as exportações brasileiras têm aumentado a cada ano, tornando o Brasil um dos líderes mundiais do agronegócio.
	produtos exportados	Os principais produtos exportados pelo Brasil são trigo, algodão, milho, soja e laranja, além do álcool e do açúcar.

LD4T23

Gênero: exposição

Família: argumentos

O desmatamento

O agronegócio é um dos ramos da economia que mais crescem no Brasil. Porém, seu desenvolvimento acarreta graves problemas ambientais.

O agronegócio avança na trilha do desmatamento e da superexploração do meio ambiente. No lugar da floresta, grandes pastos para receber gado, lavouras de soja e algodão. E o que restou de árvores que alimentaram madeireiras e carvoarias ou que serviram de insumo para a construção civil das grandes cidades. Esse é o alto preço que paga o país por apostar na grande propriedade rural como alavanca para o desenvolvimento econômico. As ameaças ao Pantanal, Cerrado e Amazônia são apenas a face mais conhecida da destruição ambiental provocada também por grandes projetos de infraestrutura que obedecem, às demandas da indústria e da agricultura exportadora.

VEZZALI, Fabiana. Desmatamento e poluição seguem o rastro do agronegócio. Repórter Brasil. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/07/desmatamento-e-poluicaooseguem-o-rastro-do-agronegocio/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Etapa	fase	texto
Título		O desmatamento
Tese	tópico frasal contraste	O agronegócio é um dos ramos da economia que mais crescem no Brasil. Porém, seu desenvolvimento acarreta graves problemas ambientais.

Argumentos	argumento 1-desmatamento e exploração do ambiente	O agronegócio avança na trilha do desmatamento e da superexploração do meio ambiente. No lugar da floresta, grandes pastos para receber gado, lavouras de soja e algodão. E o que restou de árvores que alimentaram madeiras e carvoarias ou que serviram de insumo para a construção civil das grandes cidades. Esse é o alto preço que paga o país por apostar na grande propriedade rural como alavanca para o desenvolvimento econômico.
Reiteração	revisão	As ameaças ao Pantanal, Cerrado e Amazônia são apenas a face mais conhecida da destruição ambiental provocada também por grandes projetos de infraestrutura que obedecem, às demandas da indústria e da agricultura exportadora. VEZZALI, Fabiana. Desmatamento e poluição seguem o rastro do agronegócio. Repórter Brasil. Disponível em: < http://reporterbrasil.org.br/2006/07/desmatamento-e-poluicaooseguem-o-rastro-do-agronegocio/ >. Acesso em: 16 mar. 2016.



A desigualdade social

Os lucros proporcionados pelo agronegócio contrastam com a realidade vivida pelos pequenos produtores rurais. Desfavorecidos, eles ocupam faixas de terra nem sempre produtivas e não dispõem dos subsídios necessários para seu desenvolvimento, assim encontram dificuldades para competir no mercado agropecuário ou mesmo para garantir seus meios de subsistência.

A grande concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros dificulta ainda mais a vida dos camponeses. Detentores de poder econômico e político, esses fazendeiros dificultam a adoção de medidas políticas necessárias para resolver os problemas de distribuição das terras brasileiras, sendo essa uma das principais causas de tensões e conflitos no campo.

Etapa	fase	texto
Título		A desigualdade social
Tese	tópico frasal	Os lucros proporcionados pelo agronegócio contrastam com a realidade vivida pelos pequenos produtores rurais.
Argumentos	argumento 1-causalidade	Desfavorecidos, eles ocupam faixas de terra nem sempre produtivas e não dispõem dos subsídios necessários para seu desenvolvimento, assim encontram dificuldades para competir no mercado agropecuário ou mesmo para garantir seus meios de subsistência.
	argumento 2-causalidade	A grande concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros dificulta ainda mais a vida dos camponeses.

Reiteração	revisão	Detentores de poder econômico e político, esses fazendeiros dificultam a adoção de medidas políticas necessárias para resolver os problemas de distribuição das terras brasileiras, sendo essa uma das principais causas de tensões e conflitos no campo.
------------	---------	---



A reforma agrária

A reforma agrária consiste na revisão da estrutura agrária de um país, visando à redistribuição das terras, principalmente as improdutivas, a um maior número de pessoas, com o objetivo de se fazer justiça social e, ao mesmo tempo, garantir o aumento da produtividade agrícola. Os grandes proprietários rurais geralmente são contrários a essa reforma, pois acreditam que ela fere o direito à propriedade privada.

Existem outras questões que dificultam a ampliação da reforma agrária no Brasil. Nos assentamentos, além de receberem a terra, os pequenos agricultores precisam de auxílio para iniciar os cultivos e estabelecer a infraestrutura necessária, como moradias, postos de saúde, escolas, barracões etc.

Etapa	fase	texto
Título		A reforma agrária
Fenômeno	orientação	A reforma agrária consiste na revisão da estrutura agrária de um país, visando à redistribuição das terras, principalmente as improdutivas, a um maior número de pessoas, com o objetivo de se fazer justiça social e, ao mesmo tempo, garantir o aumento da produtividade agrícola.
Explicação	fator 1 oposição de proprietários rurais	Os grandes proprietários rurais geralmente são contrários a essa reforma, pois acreditam que ela fere o direito à propriedade privada.
	fator 2 falta de auxílio para cultivo	Existem outras questões que dificultam a ampliação da reforma agrária no Brasil. Nos assentamentos, além de receberem a terra, os pequenos agricultores precisam de auxílio para iniciar os cultivos e
	fator 3 falta de auxílio para infraestrutura	Estabelecer a infraestrutura necessária, como moradias, postos de saúde, escolas, barracões etc.

LD4T26

Gênero: exposição

Família:

Problemas urbanos

Atualmente, no Brasil, mais de 80% da população vive nas cidades. Pessoas atraídas pelas oportunidades de emprego, serviços públicos, lazer e educação, disponíveis principalmente nas áreas urbanas, contribuem para o crescimento desordenado das cidades, que não possuem a infraestrutura necessária para acompanhar o aumento populacional.

Etapa	fase	texto
Título		Problemas urbanos
Tese	tópico	Atualmente, no Brasil, mais de 80% da população vive nas cidades.
Argumentos	argumento 1- causalidade	Pessoas atraídas pelas oportunidades de emprego, serviços públicos, lazer e educação, disponíveis principalmente nas áreas urbanas, contribuem para o crescimento desordenado das cidades,
Reiteração	resumo	que não possuem a infraestrutura necessária para acompanhar o aumento populacional.

LD4T27

Gênero: explicação
consequencial

Família: explicação

Moradias precárias

Um dos principais problemas urbanos que afligem os habitantes das cidades brasileiras é a falta de moradia. Além das pessoas que vivem nas ruas, dormindo sob viadutos, ou em abrigos improvisados, existem milhões vivendo em favelas. Construídas em morros ou na periferia, em áreas sem planejamento urbano, essas habitações geralmente não possuem sistemas de saneamento básico, expondo os moradores a várias doenças.

Etapa	fase	texto
Título		Moradias precárias
Fenômeno		Um dos principais problemas urbanos que afligem os habitantes das cidades brasileiras é a falta de moradia.
Consequências	consequência 1 – pessoas em situação de rua consequência 2 – favelas como moradia	Além das pessoas que vivem nas ruas, dormindo sob viadutos, ou em abrigos improvisados, existem milhões vivendo em favelas. Construídas em morros ou na periferia, em áreas sem planejamento urbano,

Reiteração	consequência 3 – falta de saneamento básico	essas habitações geralmente não possuem sistemas de saneamento básico, expondo os moradores a várias doenças.
	consequência 4 – exposição a doenças	



Congestionamentos e poluição

Outro problema que atinge muitas cidades está relacionado à grande quantidade de veículos que circulam pelas ruas. Em cidades como São Paulo, por exemplo, onde o número de veículos passa de 6 milhões, os congestionamentos são constantes e forçam milhares de pessoas a ficar horas paradas no trânsito.

Além disso, a poluição do ar, causada pela grande quantidade de poluentes expelidos por esses veículos, prejudica a qualidade de vida dos habitantes, já que a grande concentração de CO₂ (dióxido de carbono) é altamente nociva à saúde.

Etapa	fase	texto
Título		Congestionamentos e poluição
Tese	tópico	Outro problema que atinge muitas cidades está relacionado à grande quantidade de veículos que circulam pelas ruas.
Argumentos	argumento 1 – exemplificação	Em cidades como São Paulo, por exemplo, onde o número de veículos passa de 6 milhões, os congestionamentos são constantes e forçam milhares de pessoas a ficar horas paradas no trânsito.
	Argumentos 2 - causalidade	Além disso, a poluição do ar, causada pela grande quantidade de poluentes expelidos por esses veículos, prejudica a qualidade de vida dos habitantes, já que a grande concentração de CO ₂ (dióxido de carbono) é altamente nociva à saúde.



A violência urbana e a criminalidade

O Brasil é um dos países com maior índice de violência e criminalidade do mundo, destacando-se crimes como homicídios, latrocínios e sequestros.

Em nosso país, grupos criminosos formam organizações fortemente armadas que se sustentam por meio de práticas ilícitas, como o tráfico de armas e de drogas e a comercialização de produtos contrabandeados.

Muitas dessas organizações exercem poder e influência sobre as comunidades nas quais se

estabelecem, dificultando que os órgãos de segurança pública combatam o crime. Essa violência, ligada em grande parte à criminalidade, está diretamente relacionada às grandes desigualdades sociais e à má distribuição de renda entre a população.

Etapa	fase	texto
Título		A violência urbana e a criminalidade
Tese	tópico	O Brasil é um dos países com maior índice de violência e criminalidade do mundo, destacando-se crimes como homicídios, latrocínios e sequestros.
Argumentos	argumento 1 – descrição	Em nosso país, grupos criminosos formam organizações fortemente armadas que se sustentam por meio de práticas ilícitas, como o tráfico de armas e de drogas e a comercialização de produtos contrabandeados.
	argumento 2 – causalidade	Muitas dessas organizações exercem poder e influência sobre as comunidades nas quais se estabelecem, dificultando que os órgãos de segurança pública combatam o crime.
Reiteração	resumo	Essa violência, ligada em grande parte à criminalidade, está diretamente relacionada às grandes desigualdades sociais e à má distribuição de renda entre a população.

LD4T30

Gênero: exposição

Família: argumentos

A desigualdade social

A sociedade brasileira obteve várias conquistas durante o período de redemocratização e, ao longo desses anos, tem promovido mudanças positivas em relação à cidadania e aos direitos civis dos brasileiros, porém ainda há muito a ser melhorado.

Apesar do crescimento econômico e da diminuição no número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza nos últimos anos, as desigualdades sociais ainda são profundas e estão entre os principais problemas enfrentados pela sociedade.

Etapa	fase	texto
Título		A desigualdade social
Tese	tópico	A sociedade brasileira obteve várias conquistas durante o período de redemocratização
Argumentos	argumento 1 - consequência	e, ao longo desses anos, tem promovido mudanças positivas em relação à cidadania e aos direitos civis dos brasileiros, porém ainda há muito a ser melhorado.
Reiteração	resumo - contraste	Apesar do crescimento econômico e da diminuição no número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza nos últimos anos, as desigualdades sociais ainda são profundas e estão entre os principais problemas enfrentados pela sociedade.



O preconceito racial

Embora a Constituição brasileira considere o racismo crime inafiançável, a discriminação ainda existe em nosso país e é um dos fatores que mais dificultam o combate às desigualdades sociais.

Estatísticas mostram que os que mais enfrentam dificuldades de acesso à educação, à saúde e a empregos são principalmente os afrodescendentes e os indígenas pobres.

Na luta contra o racismo, muitas organizações não governamentais têm se mobilizado, promovendo ações de valorização da diversidade étnica do país.

Etapa	fase	texto
Título		O preconceito racial
Tese	prévia – concessão tese	Embora a Constituição brasileira considere o racismo crime inafiançável, a discriminação ainda existe em nosso país e é um dos fatores que mais dificultam o combate às desigualdades sociais
Argumentos	argumento 1 – generalização	Estatísticas mostram que os que mais enfrentam dificuldades de acesso à educação, à saúde e a empregos são principalmente os afrodescendentes e os indígenas pobres.
Reiteração	coda	Na luta contra o racismo, muitas organizações não governamentais têm se mobilizado, promovendo ações de valorização da diversidade étnica do país.



A concentração de renda

A concentração de renda diz respeito à má distribuição de riqueza entre as classes sociais. Pesquisas divulgadas em 2011 concluíram que cerca de 10% da população brasileira detém mais de 75% da riqueza nacional, enquanto os outros 90% da população dividem os 25% restantes.

Etapa	fase	texto
-------	------	-------

Título	Título	A concentração de renda
Fenômeno	definição de concentração de renda	A concentração de renda diz respeito à má distribuição de riqueza entre as classes sociais.
Descrição	dados estatísticos	Pesquisas divulgadas em 2011 concluíram que cerca de 10% da população brasileira detém mais de 75% da riqueza nacional, enquanto os outros 90% da população dividem os 25% restantes.



A educação pública

Dados recentes mostram uma melhoria nos índices da educação brasileira de forma geral. Nos últimos anos, cresceu o número de alunos matriculados nas escolas públicas de ensino básico, sinalizando mais acesso à educação. No entanto, existem vários desafios a serem superados a fim de que se ofereça uma educação de qualidade.

Muitas escolas de diferentes regiões do Brasil sofrem com a falta de recursos, privando milhares de alunos do acesso a materiais didáticos, bibliotecas, salas de informática, quadras de esporte e merenda escolar. Além disso, outros fatores prejudicam a qualidade da educação, como a falta de formação continuada de professores e os baixos salários recebidos por esses profissionais.

Etapa	fase	texto
Título		A educação pública
Entidade		Dados recentes mostram uma melhoria nos índices da educação brasileira de forma geral. Nos últimos anos, cresceu o número de alunos matriculados nas escolas públicas de ensino básico, sinalizando mais acesso à educação.
Argumentos		No entanto, existem vários desafios a serem superados a fim de que se ofereça uma educação de qualidade. Muitas escolas de diferentes regiões do Brasil sofrem com a falta de recursos, privando milhares de alunos do acesso a materiais didáticos, bibliotecas, salas de informática, quadras de esporte e merenda escolar. Além disso, outros fatores prejudicam a qualidade da educação, como a falta de formação continuada de professores e os baixos salários recebidos por esses profissionais.
Reiteração		

LD4T34

Gênero: relatório
descritivo

Família: relatório

A saúde pública

Nos últimos anos, a expectativa de vida do brasileiro aumentou para cerca de 72 anos. Além disso, os índices de mortalidade infantil estão cada vez menores, indicando avanços significativos na área da saúde.

Porém, a situação do Sistema Único de Saúde (SUS) ainda exige melhorias. Muitos hospitais e postos de saúde não possuem condições de fornecer um atendimento adequado à população. Essa situação ocorre, muitas vezes, por falta de infraestrutura, equipamentos, medicamentos e mesmo de profissionais qualificados, pois muitos médicos, atraídos por melhor remuneração, deixam de atender pelo SUS, dedicando-se exclusivamente à prestação de serviços particulares.

Etapa	fase	texto
Título		A saúde pública
(Contextualização)	-	
Descrição	expectativa de vida do brasileiro	Nos últimos anos, a expectativa de vida do brasileiro aumentou para cerca de 72 anos.
	diminuição do índice de mortalidade infantil	Além disso, os índices de mortalidade infantil estão cada vez menores, indicando avanços significativos na área da saúde.
	necessidade de melhorias do sistema de saúde [[explicação fatorial]]	Porém, a situação do Sistema Único de Saúde (SUS) ainda exige melhorias.
	Efeito	Muitos hospitais e postos de saúde não possuem condições de fornecer um atendimento adequado à população.
	causa 1- deficiência de insumos causa 2 – falta de profissionais qualificados	Essa situação ocorre, muitas vezes, por falta de infraestrutura, equipamentos, medicamentos e mesmo de profissionais qualificados, pois muitos médicos, atraídos por melhor remuneração, deixam de atender pelo SUS, dedicando-se exclusivamente à prestação de serviços particulares.

LD4T35

Gênero: exposição

Família: argumentos

Os direitos dos povos indígenas

A história dos indígenas no Brasil é marcada pela luta por suas terras, desde a época em que elas foram invadidas por europeus, a partir do século XVI. Atualmente, a falta de reconhecimento das Terras Indígenas (Tis) permanece como um dos problemas mais graves do Brasil. Apesar disso, os territórios habitados por indígenas possuem uma legislação própria, definida na Constituição Federal de 1988.

No Brasil, quando se fala em Terras Indígenas, há que se ter em mente, em primeiro lugar, a definição e alguns conceitos jurídicos materializados na Constituição Federal de 1988 e também na legislação específica, em especial no chamado Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), que está sendo revisto pelo Congresso Nacional.

A Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os [indígenas] são os primeiros e naturais senhores da terra. Esta é a fonte primária de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Conseqüentemente, o direito dos índios a uma terra determinada independe de reconhecimento formal.

A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos [indígenas] encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

No artigo 20 está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos [indígenas] a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Não obstante, também por força da Constituição, o Poder Público está obrigado a promover tal reconhecimento. Sempre que uma comunidade indígena ocupar determinada área nos moldes do artigo 231, o Estado terá que delimitá-la e realizar a demarcação física dos seus limites. A própria Constituição estabeleceu um prazo para a demarcação de todas as Terras Indígenas (Tis): 5 de outubro de 1993. Contudo, isso não ocorreu, e as Tis no Brasil encontram-se em diferentes situações jurídicas. [...]

O que são Terras Indígenas. Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

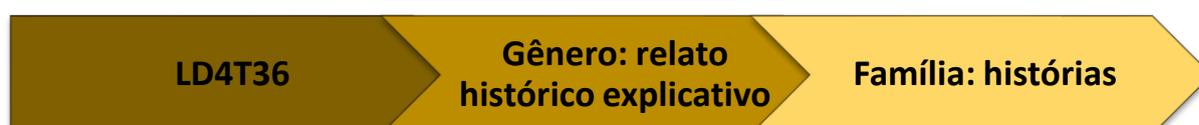
Apesar do amparo legal, o reconhecimento das Terras Indígenas tem enfrentado objeções de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros que ocupam algumas dessas terras, explorando seus recursos e impedindo o prevalecimento do direito dos indígenas sobre elas.

Os indigenistas, porém, defendem essas demarcações como meio de proteger as Terras Indígenas e preservar a cultura desses povos. Ainda, chamam a atenção para a grande capacidade que esses povos têm de manter o equilíbrio ecológico das terras em que habitam ao extrair delas somente o necessário para sua sobrevivência.

Etapa	fase	texto
Título		Os direitos dos povos indígenas
Tese	tópico	A história dos indígenas no Brasil é marcada pela luta por suas terras, desde a época em que elas foram invadidas por europeus, a partir do século XVI.
	apresentação prévia	Atualmente, a falta de reconhecimento das Terras Indígenas (Tis) permanece como um dos problemas

Argumentos	argumento 1 – previsão legal sobre as Tis- argumento de autoridade	<p>mais graves do Brasil. Apesar disso, os territórios habitados por indígenas possuem uma legislação própria, definida na Constituição Federal de 1988.</p> <p>No Brasil, quando se fala em Terras Indígenas, há que se ter em mente, em primeiro lugar, a definição e alguns conceitos jurídicos materializados na Constituição Federal de 1988 e também na legislação específica, em especial no chamado Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), que está sendo revisto pelo Congresso Nacional.</p> <p>A Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os [indígenas] são os primeiros e naturais senhores da terra. Esta é a fonte primária de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Consequentemente, o direito dos índios a uma terra determinada independe de reconhecimento formal.</p> <p>A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos [indígenas] encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seu usos, costumes e tradições".</p> <p>No artigo 20 está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos [indígenas] a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.</p> <p>Não obstante, também por força da Constituição, o Poder Público está obrigado a promover tal reconhecimento. Sempre que uma comunidade indígena ocupar determinada área nos moldes do artigo 231, o Estado terá que delimitá-la e realizar a demarcação física dos seus limites. A própria Constituição estabeleceu um prazo para a demarcação de todas as Terras Indígenas (Tis): 5 de outubro de 1993. Contudo, isso não ocorreu, e as Tis no Brasil encontram-se em diferentes situações jurídicas. [...]</p> <p>O que são Terras Indígenas. Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas >. Acesso em: 16 mar. 2016.</p>
Reiteração	argumento 2 – objeção ao reconhecimento-concessão revisão	<p>Apesar do amparo legal, o reconhecimento das Terras Indígenas tem enfrentado objeções de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros que ocupam algumas dessas terras, explorando seus recursos e</p>

		<p>impedindo o prevaecimento do direito dos indígenas sobre elas.</p> <p>Os indigenistas, porém, defendem essas demarcações como meio de proteger as Terras Indígenas e preservar a cultura desses povos. Ainda, chamam a atenção para a grande capacidade que esses povos têm de manter o equilíbrio ecológico das terras em que habitam ao extrair delas somente o necessário para sua sobrevivência.</p>
--	--	---



Legislação Escolar Indígena

Na década de 1990, o Ministério da Educação estabeleceu diretrizes específicas para os indígenas brasileiros. A partir de então, vêm sendo tomadas medidas para tentar garantir o seu acesso à educação, o que tem diminuído os índices de analfabetismo em suas comunidades.

Atualmente, muitas comunidades indígenas recebem uma educação bilíngue, ou seja, na língua de sua etnia e também em língua portuguesa. Além disso, tem-se buscado formar professores indígenas, pois eles têm melhores condições de contribuir para a preservação dos valores culturais de seu grupo.

Etapa	fase	texto
Título		Legislação Escolar Indígena
Orientação	-	
Registro de eventos	<p>evento 1 – estabelecimento de diretrizes</p> <p>evento 2 – adoção de medidas</p> <p>evento 3 – formação docente e discente</p>	<p>Na década de 1990, o Ministério da Educação estabeleceu diretrizes específicas para os indígenas brasileiros.</p> <p>A partir de então, vêm sendo tomadas medidas para tentar garantir o seu acesso à educação, o que tem diminuído os índices de analfabetismo em suas comunidades.</p> <p>Atualmente, muitas comunidades indígenas recebem uma educação bilíngue, ou seja, na língua de sua etnia e também em língua portuguesa. Além disso, tem-se buscado formar professores indígenas, pois eles têm melhores condições de contribuir para a preservação dos valores culturais de seu grupo.</p>

LD4T37

Gênero: relatório
descritivo

Família: relatórios

Indígenas no Ensino Superior

Uma das consequências da implantação de uma política educacional específica para as comunidades nativas do Brasil foi o aumento do número de jovens indígenas nas instituições públicas de Ensino Superior. Leia o texto.

[...] A atual entrada dos indígenas no Ensino Superior do país se deve, sem dúvida, à importante atuação das organizações de professores indígenas (OPIs) como instituições que fizeram frente na mobilização dos indígenas em geral [na época da elaboração da Constituição de 1988]. E a situação atual da presença de indígenas nas universidades é devedora dessa posição tomada pelas OPIs. Aproximamo-nos de 5000 indígenas no Ensino Superior brasileiro, mais da metade dos 7000 estimados no Ensino Médio [...]. Este é um dado interessante que reflete o potencial das políticas de ações afirmativas para formação superior diante dos outros níveis de capacitação educacional, mas também que mostra certo investimento dos próprios indígenas no ensino superior como um meio fundamental de valorização de suas culturas e de busca por sua autonomia política.

Educação Escolar Indígena no Brasil. Ensino Superior Indígena. Mapeamento de Controvérsias. Disponível em:

<<http://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/index/educacao-indigena>>. Acesso em: 6 out. 2015.

Etapa	fase	texto
Título		Indígenas no Ensino Superior
Fenômeno		
Descrição	Estabelecimento da relação causa-efeito	Uma das consequências da implantação de uma política educacional específica para as comunidades nativas do Brasil foi o aumento do número de jovens indígenas nas instituições públicas de Ensino Superior. Leia o texto.
	[exposição] tese	[...] A atual entrada dos indígenas no Ensino Superior do país se deve, sem dúvida, à importante atuação das organizações de professores indígenas (OPIs) como instituições que fizeram frente na mobilização dos indígenas em geral [na época da elaboração da Constituição de 1988].
	argumentos consequência dados estatísticos	E a situação atual da presença de indígenas nas universidades é devedora dessa posição tomada pelas OPIs. Aproximamo-nos de 5000 indígenas no Ensino Superior brasileiro, mais da metade dos 7000 estimados no Ensino Médio [...].
	coda	Este é um dado interessante que reflete o potencial das políticas de ações afirmativas para formação superior diante dos outros níveis de capacitação educacional, mas também que mostra certo investimento dos próprios indígenas no ensino superior como um meio fundamental de valorização de suas culturas e de busca por sua autonomia política.

		Educação Escolar Indígena no Brasil. Ensino Superior Indígena. Mapeamento de Controvérsias. Disponível em: < http://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/index/educacao-indigena >. Acesso em: 6 out. 2015.
--	--	---



Comportamento e diversidade - orientação

No início do século XXI, sob o impacto dos avanços tecnológicos, novos hábitos e valores ganharam espaço na sociedade brasileira, trazendo, por um lado, muitos benefícios e, por outro, acarretando diversos problemas

Etapa	fase	texto
Título		Comportamento e diversidade – orientação
Entidade	-	
Descrição	cenário dos novos hábitos e valores	No início do século XXI, sob o impacto dos avanços tecnológicos, novos hábitos e valores ganharam espaço na sociedade brasileira, trazendo, por um lado, muitos benefícios e, por outro, acarretando diversos problemas.



O impacto das novas tecnologias

Na primeira década do século XXI, houve, no Brasil, um grande crescimento no número de pessoas conectadas à internet, seja por meio de computadores ou de *tablets* e *smartphones*. Isso vem facilitando a comunicação e o compartilhamento de dados entre pessoas de várias partes do mundo. Desse modo, a popularização da internet tem democratizado o acesso à informação e aproximado pessoas de diferentes regiões e culturas.

Etapa	fase	texto
Título		O impacto das novas tecnologias
Tese	declaração	Na primeira década do século XXI, houve, no Brasil, um grande crescimento no número de pessoas conectadas à internet, seja por meio de computadores ou de <i>tablets</i> e <i>smartphones</i> .
Argumentos	argumento 1 – consequência	Isso vem facilitando a comunicação e o compartilhamento de dados entre pessoas de várias partes do mundo.
Reiteração	resumo - conclusão	

		Desse modo, a popularização da internet tem democratizado o acesso à informação e aproximado pessoas de diferentes regiões e culturas.
--	--	--



O consumismo

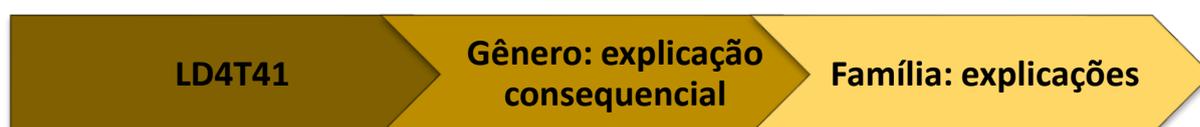
Define-se o consumismo como o hábito de adquirir produtos de forma compulsiva e desnecessária. No sistema capitalista globalizado, novas mercadorias surgem de forma extremamente rápida. Além disso, elas passam por renovações tecnológicas tão aceleradas que um modelo de telefone celular do ano anterior, por exemplo, já pode ser considerado obsoleto após um período mínimo de uso, o que acontece também com computadores e demais aparelhos eletrônicos de alta tecnologia.

As empresas costumam investir muito em publicidade e propaganda, fazendo com que o consumidor crie necessidades artificiais, cuja satisfação imediata torna-se o único meio de obter prazer. Muitas pessoas buscam adquirir status por meio da posse de determinados bens, enquanto outras se identificam com os atributos e valores veiculados por determinada marca de um produto.

Como o Brasil é um país integrado à sociedade globalizada, também chamada de sociedade do consumo, existem parcelas significativas da população brasileira que sofrem desse mal. Geralmente, as pessoas percebem que são consumistas quando se encontram endividadas, evidenciando a perturbação emocional causada pela impossibilidade de satisfazer sua compulsão pela compra constante de novos produtos.

Etapa	fase	texto
Título		O consumismo
Fenômeno	definição	Define-se o consumismo como o hábito de adquirir produtos de forma compulsiva e desnecessária.
Explicação	fator 1 – lançamentos constantes de produtos	No sistema capitalista globalizado, novas mercadorias surgem de forma extremamente rápida.
	fator 2 – obsolescência de produtos	Além disso, elas passam por renovações tecnológicas tão aceleradas que um modelo de telefone celular do ano anterior, por exemplo, já pode ser considerado obsoleto após um período mínimo de uso, o que acontece também com computadores e demais aparelhos eletrônicos de alta tecnologia.
	fator 3 – investimento de publicidade	As empresas costumam investir muito em publicidade e propaganda, fazendo com que o consumidor crie necessidades artificiais, cuja satisfação imediata torna-se o único meio de obter prazer.
	fator 4 – aquisição de <i>status</i>	Muitas pessoas buscam adquirir status por meio da posse de determinados bens,

(Reiteração)	<p>fator 5 – identificação com a marca</p> <p>coda – relação entre consumo e globalização explicação</p>	<p>enquanto outras se identificam com os atributos e valores veiculados por determinada marca de um produto.</p> <p>Como o Brasil é um país integrado à sociedade globalizada, também chamada de sociedade do consumo, existem parcelas significativas da população brasileira que sofrem desse mal. Geralmente, as pessoas percebem que são consumistas quando se encontram endividadas, evidenciando a perturbação emocional causada pela impossibilidade de satisfazer sua compulsão pela compra constante de novos produtos.</p>
--------------	--	--



O aumento dos transtornos de saúde

A sociedade brasileira está se fundamentando, cada vez mais, nos valores capitalistas de consumo excessivo, sucesso a todo custo e aquisição de prazeres imediatos. Esses valores que, aparentemente, agradam a todas as pessoas, podem trazer consigo sérios malefícios a médio e longo prazo.

Vivendo sob constante pressão e em ambientes extremamente competitivos, muitas pessoas que trabalham com computadores, por exemplo, desenvolvem transtornos do sistema motor, conhecidos como LER (Lesão por Esforço Repetitivo). Além disso, essa situação estressante pode levar muitos indivíduos a desenvolverem distúrbios alimentares, provocados pelo sedentarismo e ansiedade, como a obesidade e a bulimia.

Outro transtorno de saúde característico da atualidade é a depressão, uma doença mental relacionada ao desequilíbrio emocional, que pode provocar uma série de distúrbios, como ansiedade, estresse e frustração, fatores que intensificam estados depressivos. Pessoas depressivas podem apresentar dificuldades na realização de atividades cotidianas, como o trabalho, o estudo e o relacionamento afetivo.

Etapa	fase	texto
Título		O aumento dos transtornos de saúde
Fenômeno	apresentação (Causa)	A sociedade brasileira está se fundamentando, cada vez mais, nos valores capitalistas de consumo excessivo, sucesso a todo custo e aquisição de prazeres imediatos. Esses valores que, aparentemente, agradam a todas as pessoas, podem trazer consigo sérios malefícios a médio e longo prazo.
Explicação	consequência 1 - transtornos do sistema motor	Vivendo sob constante pressão e em ambientes extremamente competitivos, muitas pessoas que trabalham com computadores, por exemplo, desenvolvem transtornos do sistema motor, conhecidos como LER (Lesão por Esforço Repetitivo).

	<p>consequência 2 – distúrbios alimentares</p> <p>consequência 3 - depressão</p>	<p>Além disso, essa situação estressante pode levar muitos indivíduos a desenvolverem distúrbios alimentares, provocados pelo sedentarismo e ansiedade, como a obesidade e a bulimia.</p> <p>Outro transtorno de saúde característico da atualidade é a depressão, uma doença mental relacionada ao desequilíbrio emocional, que pode provocar uma série de distúrbios, como ansiedade, estresse e frustração, fatores que intensificam estados depressivos. Pessoas depressivas podem apresentar dificuldades na realização de atividades cotidianas, como o trabalho, o estudo e o relacionamento afetivo.</p>
--	--	--



A religiosidade

Nas últimas décadas, no Brasil, o desenvolvimento de um ambiente cultural de maior tolerância quanto às diferenças que envolvem a religiosidade e a sexualidade vem permitindo que grupos minoritários, antes reprimidos, tenham a possibilidade de se expressar de forma aberta e de exigir o respeito a seus direitos civis.

As manifestações da religiosidade popular, por exemplo, estão cada vez mais evidentes na sociedade brasileira. As religiões com maior quantidade de adeptos são o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e as religiões afro-brasileiras.

Atualmente, o Brasil é um Estado laico, isto é, que não possui vínculo oficial com nenhuma religião instituída. Dessa forma, todos os cidadãos brasileiros desfrutam legalmente de liberdade religiosa. Mas nem sempre foi assim. Até meados do século XX, os seguidores de religiões minoritárias eram vítimas de preconceito e discriminação.

Nas últimas décadas, os cidadãos brasileiros conseguiram se mobilizar em defesa da tolerância religiosa. Assim, vários grupos que historicamente sofreram com a discriminação já podem realizar seus cultos e manifestar suas opiniões religiosas com mais liberdade. Porém, a luta pelo respeito à diversidade cultural no Brasil não chegou ao fim, pois ainda existem grupos intolerantes que não respeitam o direito à liberdade religiosa.

Etapa	fase	texto
Título		A religiosidade
Tese	tópico discursivo	Nas últimas décadas, no Brasil, o desenvolvimento de um ambiente cultural de maior tolerância quanto às diferenças que envolvem a religiosidade e a sexualidade vem permitindo que grupos minoritários, antes reprimidos, tenham a possibilidade de se expressar de forma aberta e de exigir o respeito a seus direitos civis.
Argumentos	<p>argumento 1 – exemplificação</p> <p>argumento 2 – declaração</p>	As manifestações da religiosidade popular, por exemplo, estão cada vez mais evidentes na sociedade brasileira.

Reiteração	seguidores de religiões	As religiões com maior quantidade de adeptos são o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e as religiões afro-brasileiras.
	argumento 3 – declaração laicidade do Estado brasileiro	Atualmente, o Brasil é um Estado laico, isto é, que não possui vínculo oficial com nenhuma religião instituída.
	argumento 4 – conclusão	Dessa forma, todos os cidadãos brasileiros desfrutam legalmente de liberdade religiosa.
	argumento 5 – evento histórico	Mas nem sempre foi assim. Até meados do século XX, os seguidores de religiões minoritárias eram vítimas de preconceito e discriminação.
	revisão	Nas últimas décadas, os cidadãos brasileiros conseguiram se mobilizar em defesa da tolerância religiosa. Assim, vários grupos que historicamente sofreram com a discriminação já podem realizar seus cultos e manifestar suas opiniões religiosas com mais liberdade.
	coda	Porém, a luta pelo respeito à diversidade cultural no Brasil não chegou ao fim, pois ainda existem grupos intolerantes que não respeitam o direito à liberdade religiosa.



A sexualidade

Do mesmo modo que em outros países ocidentais, a sociedade brasileira comporta ampla diversidade sexual, que fica em evidência nas diferentes formas de os indivíduos expressarem sua sexualidade.

Esse é um assunto que costuma levantar polêmica, pois diz respeito aos comportamentos e sentimentos mais íntimos de cada pessoa. Nesse âmbito, destaca-se a luta dos homossexuais para obter do Estado as garantias que assegurem o direito à liberdade de orientação sexual. Em muitos países desenvolvidos, os movimentos homossexuais já obtiveram várias conquistas na esfera judiciária e na legislativa, como o reconhecimento legal do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a elaboração de leis contra a homofobia.

No Brasil, apesar de alguns avanços nessa área, ainda é necessário superar os preconceitos e o Estado agir para combater a discriminação. Nesse sentido, é muito importante a mobilização popular para garantir a aprovação de leis que criminalizem a homofobia, bem como a efetiva aplicação dessas leis.

Etapa	fase	texto
Título		A sexualidade
Tese	contextualização	

Argumentos	tópico discursivo	Do mesmo modo que em outros países ocidentais, a sociedade brasileira comporta ampla diversidade sexual, que fica em evidência nas diferentes formas de os indivíduos expressarem sua sexualidade. Esse é um assunto que costuma levantar polêmica, pois diz respeito aos comportamentos e sentimentos mais íntimos de cada pessoa.
	argumento 1 – declaração	Nesse âmbito, destaca-se a luta dos homossexuais para obter do Estado as garantias que assegurem o direito à liberdade de orientação sexual.
Reiteração	argumento 2 – adversidade	Em muitos países desenvolvidos, os movimentos homossexuais já obtiveram várias conquistas na esfera judiciária e na legislativa, como o reconhecimento legal do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a elaboração de leis contra a homofobia.
	revisão	No Brasil, apesar de alguns avanços nessa área, ainda é necessário superar os preconceitos e o Estado agir para combater a discriminação. Nesse sentido, é muito importante a mobilização popular para garantir a aprovação de leis que criminalizem a homofobia, bem como a efetiva aplicação dessas leis.

LD4T44

Gênero: exposição
[relatório descritivo]

Família: argumentos

Consumo e meio ambiente

Desde o início da Primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII, o ser humano vem aumentando continuamente sua capacidade produtiva, o que foi possível graças ao desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas e à aplicação da força motriz originada principalmente pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão.

O aumento na produção e o desenvolvimento tecnológico proporcionaram melhorias nas condições de vida das pessoas, permitindo a automatização de muitas tarefas. Por outro lado, o desenvolvimento industrial tem causado enormes prejuízos ao meio ambiente, como a poluição e o esgotamento dos recursos naturais.

Um dos grandes desafios para a humanidade no século XXI é encontrar maneiras de viabilizar um mundo sustentável. A sustentabilidade é a tentativa de garantir a qualidade de vida das sociedades atuais sem prejuízo para as gerações futuras.

Veja, a seguir, alguns equipamentos e medidas que podemos adotar em nosso dia a dia, e que podem contribuir para o desenvolvimento de um mundo sustentável.

Utilizar bicicleta como meio de transporte alternativo evita a emissão de CO₂ (dióxido de carbono). Além disso, a utilização de transportes coletivos, como ônibus e trens, contribui para reduzir o número de automóveis nas ruas. O plantio de árvores é muito importante, pois, além de tornarem nosso ambiente mais bonito e agradável, elas retiram grandes quantidades de CO₂ da atmosfera, contribuindo para reduzir o aquecimento

As plantas domésticas ajudam a manter um ambiente mais fresco no entorno da habitação, aumentando o conforto térmico e evitando gasto de energia com ar-condicionado.

A reciclagem ajuda a preservar o meio ambiente, diminuindo a quantidade de lixo nos aterros sanitários e reduzindo a exploração dos recursos naturais do planeta.

Consumo e meio ambiente

Grande parte dos produtos que consumimos atualmente, como roupas, calçados, móveis e automóveis, é fabricada nas indústrias. No entanto, a produção industrial demanda matérias-primas, gasto de energia e normalmente gera resíduos poluentes.

Por isso, para contribuirmos com a sustentabilidade, é fundamental praticarmos o consumo consciente, que consiste em evitar o consumo de produtos desnecessários, além de dar preferência a mercadorias produzidas por empresas comprometidas com a redução dos danos ambientais em todas as etapas da cadeia produtiva.

Atualmente, em vários países, têm sido realizadas pesquisas em busca de fontes alternativas de energia, que são menos prejudiciais ao meio ambiente. Em uma residência, por exemplo, pode-se utilizar a energia solar, que é captada por meio de painéis talados no telhado e que permitem aquecer a água

As paredes ecológicas podem ser feitas com materiais de construção reciclados ou com materiais retirados do próprio terreno, como pedras e madeiras. Se cultivado de maneira sustentável, o bambu, grande retentor de CO₂, é um material alternativo para a feitura de pisos, tecidos e utensílios

As águas pluviais, coletadas e armazenadas com a utilização de calhas e cisternas podem ser utilizadas para diversos fins, como irrigar jardins e hortas, lavar roupas e dar descargas em vasos sanitários.

A instalação de estações de tratamento nos banheiros permite, por meio da compostagem, transformar os dejetos em húmus para ser utilizado posteriormente como adubo.

A utilização de pisos permeáveis no jardim contribui para a absorção da água pelo solo, evitando enchentes quando ocorrem chuvas.

Em uma horta, pode-se praticar a agricultura orgânica, ou seja, a produção de alimentos e vegetais sem a utilização de agrotóxicos e fertilizantes.

Etapa	fase	texto
Título		Consumo e meio ambiente
Tese	contextualização tópico discursivo explicação	Desde o início da Primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII, o ser humano vem aumentando continuamente sua capacidade produtiva, o que foi possível graças ao desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas e à aplicação da força motriz originada principalmente pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão.
Argumentos	argumentos1 – tópico discursivo elaboração - causa -efeito	O aumento na produção e o desenvolvimento tecnológico proporcionaram melhorias nas condições de vida das pessoas, permitindo a automatização de muitas tarefas. Por outro lado, o desenvolvimento industrial tem

Reiteração	<p>argumento 2 – afirmação</p> <p>definição</p> <p>revisão [relatório descritivo]</p>	<p>causado enormes prejuízos ao meio ambiente, como a poluição e o esgotamento dos recursos naturais.</p> <p>Um dos grandes desafios para a humanidade no século XXI é encontrar maneiras de viabilizar um mundo sustentável.</p> <p>A sustentabilidade é a tentativa de garantir a qualidade de vida das sociedades atuais sem prejuízo para as gerações futuras.</p> <p>Veja, a seguir, alguns equipamentos e medidas que podemos adotar em nosso dia a dia, e que podem contribuir para o desenvolvimento de um mundo sustentável.</p> <p>Utilizar bicicleta como meio de transporte alternativo evita a emissão de CO₂ (dióxido de carbono). Além disso, a utilização de transportes coletivos, como ônibus e trens, contribui para reduzir o número de automóveis nas ruas. O plantio de árvores é muito importante, pois, além de tornarem nosso ambiente mais bonito e agradável, elas retiram grandes quantidades de CO₂ da atmosfera, contribuindo para reduzir o aquecimento.</p> <p>As plantas domésticas ajudam a manter um ambiente mais fresco no entorno da habitação, aumentando o conforto térmico e evitando gasto de energia com ar-condicionado.</p> <p>A reciclagem ajuda a preservar o meio ambiente, diminuindo a quantidade de lixo nos aterros sanitários e reduzindo a exploração dos recursos naturais do planeta.</p> <p>Consumo e meio ambiente</p> <p>Grande parte dos produtos que consumimos atualmente, como roupas, calçados, móveis e automóveis, é fabricada nas indústrias. No entanto, a produção industrial demanda matérias-primas, gasto de energia e normalmente gera resíduos poluentes.</p> <p>Por isso, para contribuirmos com a sustentabilidade, é fundamental praticarmos o consumo consciente, que consiste em evitar o consumo de produtos desnecessários, além de dar preferência a mercadorias produzidas por empresas comprometidas com a redução dos danos ambientais em todas as etapas da cadeia produtiva.</p> <p>Atualmente, em vários países, têm sido realizadas pesquisas em busca de fontes alternativas de energia, que são menos prejudiciais ao meio ambiente. Em uma residência, por exemplo, pode-se utilizar a energia solar, que é captada por meio de painéis talados no telhado e que permitem aquecer a água</p>
------------	---	---

		<p>As paredes ecológicas podem ser feitas com materiais de construção reciclados ou com materiais retirados do próprio terreno, como pedras e madeiras. Se cultivado de maneira sustentável, o bambu, grande retentor de CO₂, é um material alternativo para a feitura de pisos, tecidos e utensílios</p> <p>As águas pluviais, coletadas e armazenadas com a utilização de calhas e cisternas podem ser utilizadas para diversos fins, como irrigar jardins e hortas, lavar roupas e dar descargas em vasos sanitários.</p> <p>A instalação de estações de tratamento nos banheiros permite, por meio da compostagem, transformar os dejetos em húmus para ser utilizado posteriormente como adubo.</p> <p>A utilização de pisos permeáveis no jardim contribui para a absorção da água pelo solo, evitando enchentes quando ocorrem chuvas.</p> <p>Em uma horta, pode-se praticar a agricultura orgânica, ou seja, a produção de alimentos e vegetais sem a utilização de agrotóxicos e fertilizantes</p>
--	--	--

Explorando o tema



A violência contra as mulheres

Os casos de violência contra mulheres constituem um grave problema mundial e exigem toda a atenção dos governos e das sociedades. Permitir a efetivação dos direitos de igualdade e de respeito entre os gêneros é essencial na atualidade.

No Brasil, as mulheres sofrem diariamente com várias formas de violência. Seja no ambiente doméstico, no trabalho ou em locais públicos, atos de agressividade e de opressão ainda representam um sério problema no país. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2015, a central de atendimento que registra denúncias relacionadas à violência contra mulheres efetuou mais de 700 mil atendimentos.

Etapa	fase	texto
Título		A violência contra as mulheres
Entidade		(não é descrita, é suposta pelo título)
Descrição	violência contra as mulheres figura como problema mundial	Os casos de violência contra mulheres constituem um grave problema mundial e exigem toda a atenção dos governos e das sociedades.
	defesa de igualdade entre gêneros	Permitir a efetivação dos direitos de igualdade e de respeito entre os gêneros é essencial na atualidade.

formas de violência no Brasil	No Brasil, as mulheres sofrem diariamente com várias formas de violência. Seja no ambiente doméstico, no trabalho ou em locais públicos, atos de agressividade e de opressão ainda representam um sério problema no país.
apresentação de dados estatísticos	De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2015, a central de atendimento que registra denúncias relacionadas à violência contra mulheres efetuou mais de 700 mil atendimentos.



Os movimentos feministas e suas reivindicações

A luta para garantir a igualdade de gênero e combater a violência contra as mulheres é histórica. A partir do início do século XX principalmente, as mulheres têm buscado lutar mais abertamente por seus direitos. O empenho pelo direito ao voto teve papel importante nos movimentos feministas e, após anos de reivindicações, tornou possível a participação das mulheres em eleições.

Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos se intensificaram e passaram a reivindicar a igualdade no mercado de trabalho, a lutar a favor de métodos contraceptivos e de uma maior liberdade em relação aos modos de vestir, por exemplo.

Os movimentos feministas na atualidade continuam lutando para aprovar legislações específicas, como no caso da legalização do aborto, da equiparação salarial, dos direitos trabalhistas e da erradicação do machismo na sociedade.

Etapa	fase	texto
Título		Os movimentos feministas e suas reivindicações
Tese	tópico discursivo	A luta para garantir a igualdade de gênero e combater a violência contra as mulheres é histórica.
Argumentos	argumento 1 – alusão histórica	A partir do início do século XX principalmente, as mulheres têm buscado lutar mais abertamente por seus direitos. O empenho pelo direito ao voto teve papel importante nos movimentos feministas e, após anos de reivindicações, tornou possível a participação das mulheres em eleições.
	argumento 2 – causalidade	Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos se intensificaram e passaram a reivindicar a igualdade no mercado de trabalho, a lutar a favor de métodos contraceptivos e de uma maior liberdade em relação aos modos de vestir, por exemplo.
Reiteração	revisão – causalidade/exemplificação	Os movimentos feministas na atualidade continuam lutando para aprovar legislações

		específicas, como no caso da legalização do aborto, da equiparação salarial, dos direitos trabalhistas e da erradicação do machismo na sociedade.
--	--	---



As conquistas recentes

Para combater os casos de violência contra mulheres, nos últimos anos foram implementadas algumas medidas na legislação do país. A Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Maria da Penha, tornou-se um dos principais mecanismos que permitem coibir e prevenir atos violentos que atingem a população feminina. Por meio dessa lei, foram criadas instituições específicas e uma rede de serviços e de atendimento de urgência a casos de violência contra mulheres, além do incentivo a políticas públicas que possam coibir essas atitudes. Leia a seguir um trecho dessa lei.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Dando continuidade a essas políticas públicas, em 2015 foi aprovada a Lei de Tipificação do Femicídio (Lei nº 18.104/ 2015). Por meio dessa legislação, os crimes de homicídio relacionados à condição feminina passaram a ser considerados hediondos, recebendo assim uma punição mais severa pelo poder público.

Mesmo com as conquistas recentes, os casos de violência contra mulheres ainda constituem uma situação preocupante e devem ser combatidos por toda a sociedade. Para isso, é importante que se discuta nas escolas, na vida pública e nos meios familiares a importância da igualdade de gênero e a valorização do papel das mulheres em nossa sociedade.

Etapa	fase	texto
Título		As conquistas recentes
Entidade	Objetivo	Para combater os casos de violência contra mulheres, nos últimos anos foram implementadas algumas medidas na legislação do país.
Descrição	Promulgação da lei Maria da Penha	A Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Maria da Penha, tornou-se um dos principais mecanismos que permitem coibir e prevenir atos violentos que atingem a população feminina. Por meio dessa lei, foram criadas instituições

Dedução	<p>[Relatório composicional]</p> <p>promulgação da lei de tipificação do feminicídio</p> <p>revisão</p> <p>coda</p>	<p>específicas e uma rede de serviços e de atendimento de urgência a casos de violência contra mulheres, além do incentivo a políticas públicas que possam coibir essas atitudes.</p> <p>Leia a seguir um trecho dessa lei.</p> <p>Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.</p> <p>Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p> <p>Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.</p> <p>Dando continuidade a essas políticas públicas, em 2015 foi aprovada a Lei de Tipificação do Feminicídio (Lei nº 18.104/2015). Por meio dessa legislação, os crimes de homicídio relacionados à condição feminina passaram a ser considerados hediondos, recebendo assim uma punição mais severa pelo poder público.</p> <p>Mesmo com as conquistas recentes, os casos de violência contra mulheres ainda constituem uma situação preocupante e devem ser combatidos por toda a sociedade.</p> <p>Para isso, é importante que se discuta nas escolas, na vida pública e nos meios familiares a importância da igualdade de gênero e a valorização do papel das mulheres em nossa sociedade.</p>
---------	---	--

História

História: Sociedade & Cidadania



O Brasil e a nova ordem mundial

Nos últimos anos do mandato de José Sarney, multiplicavam-se os casos de corrupção e os escândalos financeiros envolvendo seu governo. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar responsabilidades acusou, no fim de 1988, o próprio presidente pelo mau uso do dinheiro público. Enquanto isso, os salários dos trabalhadores não acompanhavam a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a população reagia por meio de manifestações contra a corrupção, saques a supermercados e greves.

Etapa	Fase	Texto
Título	Cenário	O Brasil e a nova ordem mundial
Orientação		Nos últimos anos do mandato de José Sarney, multiplicavam-se os casos de corrupção e os escândalos financeiros envolvendo seu governo.
Registro de eventos	evento 1 - Ação da CPI	A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar responsabilidades acusou, no fim de 1988, o próprio presidente pelo mau uso do dinheiro público.
	evento 2 - Reação dos trabalhadores	Enquanto isso, os salários dos trabalhadores não acompanhavam a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a população reagia por meio de manifestações contra a corrupção, saques a supermercados e greves.



A campanha presidencial de 1989

Em 1989, num clima de insatisfação e desconfiança, teve início a campanha para a presidência da República. Concorriam ao cargo mais de 20 candidatos, entre os quais Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O jornalista Fernando Collor de Mello pertencia a uma família tradicional de políticos e empresários e tinha sido prefeito de Maceió, deputado federal pelo PDS e governador de Alagoas pelo PMDB.

Collor conhecia o poder dos meios de comunicação de massa e sabia utilizá-los a seu favor. Nos programas eleitorais gratuitos, ele se apresentava como inimigo número 1 da corrupção e prometia derrubar a inflação, governar para os **descamisados** e caçar os marajás do serviço público; divulgado pela mídia, o termo marajá ganhou popularidade. Uma parcela grande da população, convencida desse discurso, passou a acreditar que aí estava a origem de todos os males do povo brasileiro. O **marajá** era o inimigo objetivo, bastava eliminá-lo para que a vida do povo melhorasse.

Luiz Inácio Lula da Silva, o maior opositor 1 de Collor de Mello na campanha presidencial, tinha um perfil bem diferente deste. Lula havia sido operário, metalúrgico e líder sindical e conquistado popularidade ao liderar as greves históricas iniciadas no ABC paulista, em 1978. Em 1982 foi candidato a governador. e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal.

Lula apresentava-se como o candidato dos trabalhadores, e seu programa de governo criticava a desigualdade social, a pobreza e propunha suspender imediatamente os pagamentos referentes à dívida externa; organizar um governo democrático-popular (anti-imperialista); promover a reforma agrária e o desenvolvimento em prol dos trabalhadores.

No segundo turno da eleição, a disputa evoluiu para uma polarização ideológica; as forças conservadoras (PFL, PDS e boa parte do PMDB) passaram a apoiar Collor abertamente, por medo de que Lula vencesse a corrida presidencial, enquanto Mário Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula.

Na reta final da campanha, Collor foi ajudado pelos grandes partidos, pelos meios de comunicação de massa e pelo uso eleitoral de fatos da vida pessoal de seu adversário. E, com isso, Collor de Mello, do Partido da Reconstituição Nacional (PRN), venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Collor recebeu 35 milhões de votos, contra 31,1 milhões dados a Lula.

Etapa	Fase	Texto
Título		A campanha presidencial de 1989
Registro de eventos	Evento 1	<p>Em 1989, num clima de insatisfação e desconfiança, teve início a campanha para a presidência da República. Concorriam ao cargo mais de 20 candidatos, entre os quais Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).</p> <p>O jornalista Fernando Collor de Mello pertencia a uma família tradicional de políticos e empresários e tinha sido prefeito de Maceió, deputado federal pelo PDS e governador de Alagoas pelo PMDB.</p> <p>Collor conhecia o poder dos meios de comunicação de massa e sabia utilizá-los a seu favor. Nos programas eleitorais gratuitos, ele se apresentava como inimigo número 1 da corrupção e prometia derrubar a inflação, governar para os descamisados e caçar os marajás do serviço público; divulgado pela mídia, o termo marajá ganhou popularidade. Uma parcela grande da população, convencida desse discurso, passou a acreditar que aí estava a origem de todos os males do povo brasileiro. O marajá era o inimigo objetivo, bastava eliminá-lo para que a vida do povo melhorasse.</p> <p>Luiz Inácio Lula da Silva, o maior opositor 1 de Collor de Mello na campanha presidencial, tinha um perfil bem diferente deste. Lula havia sido operário, metalúrgico e líder sindical e conquistado popularidade ao liderar as greves históricas iniciadas no ABC paulista, em 1978.</p> <p>Em 1982 foi candidato a governador. e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal.</p> <p>Lula apresentava-se como o candidato dos trabalhadores, e seu programa de governo criticava a desigualdade social, a pobreza e propunha suspender imediatamente os pagamentos referentes à dívida externa; organizar um governo democrático-popular (anti-imperialista); promover a reforma agrária e o desenvolvimento em prol dos trabalhadores.</p>
	[biografia] Biografia de Collor	
	[biografia] Biografia de Lula	

	<p>Evento 2 Disputa do 2º turno</p> <p>Evento 3 Eleição de Collor</p>	<p>No segundo turno da eleição, a disputa evoluiu para uma polarização ideológica; as forças conservadoras (PFL, PDS e boa parte do PMDB) passaram a apoiar Collor abertamente, por medo de que Lula vencesse a corrida presidencial, enquanto Mário Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula.</p> <p>Na reta final da campanha, Collor foi ajudado pelos grandes partidos, pelos meios de comunicação de massa e pelo uso eleitoreiro de fatos da vida pessoal de seu adversário. E, com isso, Collor de Mello, do Partido da Reconstituição Nacional (PRN), venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Collor recebeu 35 milhões de votos, contra 31,1 milhões dados a Lula.</p>
--	---	---

LD5T3

Gênero: relato
histórico

Família: histórias

O governo Collor -

Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990 afirmando que enxugaria o Estado, modernizaria a economia e abateria a inflação com um só tiro (naquele ano, a inflação acumulada era de 1764,8%). Apoiado nesse discurso, ele e a ministra Zélia Cardoso de Mello baixaram um pacote econômico denominado Plano Collor, que:

- » bloqueou por 18 meses todos os depósitos bancários, acima de 50 mil cruzados novos, tanto de pessoas físicas quanto de empresas;
- » congelou os preços, efetuou cortes de despesas públicas demitindo grande número de funcionários e elevou os impostos pagos ao governo;

» aumentou a taxa de juros com o objetivo de diminuir o consumo;

» iniciou um programa de privatização, que incluía a venda de importantes empresas estatais, como a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas);

» eliminou vários impostos sobre a importação, facilitando a entrada de uma enxurrada de mercadorias estrangeiras no país (desde bonés, bonecas e pilhas até carros de último tipo). Retirando o dinheiro de circulação para frear o consumo e abrindo o mercado brasileiro às importações (e forçando a queda nos preços dos produtos nacionais), o governo Collor conseguiu derrubar a inflação para cerca de 10% ao mês. Em compensação, a produção industrial e as vendas no comércio caíram assustadoramente. Muitas empresas reduziram os salários e despediram funcionários, outras simplesmente fecharam suas portas. Com isso, o desemprego cresceu de modo alarmante e a economia brasileira entrou em recessão. Afirmando que iria reerguer a economia, o governo lançou no início de 1991 o Plano Collor II, que, assim como o anterior, não obteve sucesso.

Etapa	Fase	Texto
Título		O governo Collor
Orientação	-	
Registro de eventos	Evento 1 Posse e instituição do plano Collor Entidade	Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990 afirmando que enxugaria o Estado, modernizaria a economia e abateria a inflação com um só tiro (naquele ano, a inflação acumulada era de 1764,8%). Apoiado nesse discurso, ele e a ministra Zélia Cardoso de Mello baixaram um pacote econômico denominado Plano Collor, que:
	Descrição de loqueio de depósitos bancários	» bloqueou por 18 meses todos os depósitos bancários, acima de 50 mil cruzados novos, tanto de pessoas físicas quanto de empresas;
	congelamento de preços	» congelou os preços, efetuou cortes de despesas públicas demitindo grande número de funcionários e elevou os impostos pagos ao governo;
	aumento de taxa de juros	» aumentou a taxa de juros com o objetivo de diminuir o consumo;
	privatização de empresas estatais	» iniciou um programa de privatização, que incluía a venda de importantes empresas estatais, como a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas);
	favorecimento de importação	» eliminou vários impostos sobre a importação, facilitando a entrada de uma enxurrada de mercadorias estrangeiras no país (desde bonés, bonecas e pilhas até carros de último tipo). Retirando o dinheiro de circulação para frear o consumo e abrindo o mercado brasileiro às importações (e forçando a queda nos preços dos produtos nacionais), o governo Collor conseguiu derrubar a inflação para cerca de 10% ao mês.
	explicação fatorial	Em compensação, a produção industrial e as vendas no comércio caíram assustadoramente. Muitas empresas reduziram os salários e despediram funcionários, outras simplesmente fecharam suas portas. Com isso, o desemprego cresceu de modo alarmante e a economia brasileira entrou em recessão.
		Afirmando que iria reerguer a economia, o governo lançou no início de 1991 o Plano Collor II, que, assim como o anterior, não obteve sucesso.

	Explicação consequencial	
	Evento 2	



A falta de ética na política

Enquanto o país amargava a recessão, veio à tona uma série de escândalos envolvendo o governo Collor. O maior deles foi noticiado em 13 de maio de 1992, pela revista Veja. Por meio de um depoimento bombástico, Pedro Collor de Mello, irmão caçula do presidente, denunciava o chamado esquema PC: uma vasta rede de corrupção liderada por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha e amigo de Collor.

Abriu-se, então, uma CPI na Câmara para apurar a veracidade das denúncias. Em julho, a ligação entre o esquema PC e Collor de Mello foi confirmada por Francisco Eriberto Freire França, o ex-motorista do presidente. Comprovou-se que PC Farias recebia altas somas em dinheiro de grandes empresários para liberar verbas do governo. Parte desse dinheiro ia para contas-fantasma e era usado para pagar as despesas pessoais de Collor e seus familiares. Collor tentou, então, uma última cartada: pediu ao povo que saísse às ruas de verde e amarelo para salvar seu mandato. Mas, para surpresa dele, o povo vestiu preto, em sinal de luto, mostrando assim toda a sua indignação.

Etapa	Fase	Texto
Título		A falta de ética na política
Registro de eventos	Evento 1 Escândalos no governo Collor	Enquanto o país amargava a recessão, veio à tona uma série de escândalos envolvendo o governo Collor. O maior deles foi noticiado em 13 de maio de 1992, pela revista Veja. Por meio de um depoimento bombástico, Pedro Collor de Mello, irmão caçula do presidente, denunciava o chamado esquema PC: uma vasta rede de corrupção liderada por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha e amigo de Collor. Abriu-se, então, uma CPI na Câmara para apurar a veracidade das denúncias. Em julho, a ligação entre o esquema PC e Collor de Mello foi confirmada por Francisco Eriberto Freire França, o ex-motorista do presidente. Comprovou-se que PC Farias recebia altas somas em dinheiro de grandes empresários para liberar

	<p>Evento 2 Abertura de CPI</p> <p>Evento 3 Convocação do apoio popular</p>	<p>verbas do governo. Parte desse dinheiro ia para contas-fantasmas e era usado para pagar as despesas pessoais de Collor e seus familiares.</p> <p>Collor tentou, então, uma última cartada: pediu ao povo que saísse às ruas de verde e amarelo para salvar seu mandato. Mas, para surpresa dele, o povo vestiu preto, em sinal de luto, mostrando assim toda a sua indignação.</p>
--	---	---



O impeachment

Depois disso, explodiram por todo o país grandes manifestações populares exigindo o impeachment (impedimento) de Collor. Na linha de frente dessas manifestações estavam os caras-pintadas, isto é, jovens que pintavam o rosto de verde e amarelo para protestar contra a falta de ética na política.

Em setembro de 1992, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregaram à Câmara dos Deputados o pedido de impeachment do presidente Collor, acusando-o de corrupção passiva por ter permitido o abastecimento de sua conta-corrente por "depositantes-fantasmas". Sob forte pressão da sociedade civil, mais de dois terços da Câmara, 441 deputados, votaram a favor da abertura do processo. Visando preservar seus direitos políticos, Collor renunciou à presidência da República, mas foi em vão. Julgado pelo Senado, perdeu o cargo e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

Etapa	Fase	Texto
<p>título</p> <p>Orientação</p> <p>Registro de eventos</p>	<p>Cenário</p> <p>evento 1 apresentação do processo de impeachment</p> <p>Evento 2</p>	<p>O impeachment</p> <p>Depois disso, explodiram por todo o país grandes manifestações populares exigindo o impeachment (impedimento) de Collor. Na linha de frente dessas manifestações estavam os caras-pintadas, isto é, jovens que pintavam o rosto de verde e amarelo para protestar contra a falta de ética na política.</p> <p>Em setembro de 1992, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregaram à Câmara dos Deputados o pedido de impeachment do presidente Collor, acusando-o de corrupção passiva por ter permitido o abastecimento de sua conta-corrente por "depositantes-fantasmas".</p> <p>Sob forte pressão da sociedade civil, mais de dois terços da Câmara, 441 deputados, votaram a favor da abertura do processo.</p> <p>Visando preservar seus direitos políticos, Collor renunciou à presidência da República, mas foi em vão.</p>

Abertura processo	de	Julgado pelo Senado, perdeu o cargo e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.
Evento 3 Renúncia Collor	de	
Evento 4 Votação	do	
Senado		



O governo Itamar Franco

Itamar Franco, político mineiro provindo do PMDB, passava a imagem de um homem simples e honesto. Ele assumiu efetivamente o Cargo de presidente da República em 29 de dezembro de 1992, data da renúncia de Fernando Collor. Num esforço de conciliação, visando superar a crise que ameaçava a democracia brasileira, Itamar Franco propôs um governo de união nacional. Por isso, reuniu nomes de diferentes partidos políticos para compor seu ministério, sendo a maioria deles do PMDB e do PSDB. Com ele, conduziu o plebiscito de 21 de abril de 1993, previsto na Constituição, para a escolha da forma de governo - monarquia ou república - e do sistema de governo - parlamentarista ou presidencialista.

Etapa	Fase	Texto
Título Orientação		O governo Itamar Franco
Registro de eventos	Evento 1 Posse de Itamar Franco	- Itamar Franco, político mineiro provindo do PMDB, passava a imagem de um homem simples e honesto. Ele assumiu efetivamente o Cargo de presidente da República em 29 de dezembro de 1992, data da renúncia de Fernando Collor. Num esforço de conciliação, visando superar a crise que ameaçava a democracia brasileira, Itamar Franco propôs um governo de união nacional. Por isso, reuniu nomes de diferentes partidos políticos para compor seu ministério, sendo a maioria deles do PMDB e do PSDB.
	Evento 2 Composição do ministério	Com ele, conduziu o plebiscito de 21 de abril de 1993, previsto na Constituição, para a escolha da forma de governo - monarquia ou república - e do sistema de governo - parlamentarista ou presidencialista.
	Evento 3 realização de plebiscito	



Corrupção no Parlamento brasileiro

No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro. Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional. A CPI instalada para averiguar os fatos concluiu o envolvimento de 22 deputados federais e três senadores. Mas apenas seis deles tiveram seus mandatos cassados, os demais acabaram renunciando ou sendo absolvidos. Esse caso ficou conhecido como o "escândalo dos anões do orçamento", devido ao fato de a maioria dos envolvidos serem deputados de baixa estatura. Era mais uma prova de que a corrupção estava enraizada na cultura política brasileira.

Etapa	Fase	Texto
Título		Corrupção no Parlamento brasileiro
Orientação	Cenário	No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro.
Registro de eventos	Evento 1	Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional. A CPI instalada para averiguar os fatos concluiu o envolvimento de 22 deputados federais e três senadores. Mas apenas seis deles tiveram seus mandatos cassados, os demais acabaram renunciando ou sendo absolvidos.
Dedução	retomada	Esse caso ficou conhecido como o "escândalo dos anões do orçamento", devido ao fato de a maioria dos envolvidos serem deputados de baixa estatura. Era mais uma prova de que a corrupção estava enraizada na cultura política brasileira



O MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu nos anos 1970 no Rio Grande do Sul, onde as plantações de soja em grandes propriedades alteraram a distribuição fundiária característica da região (pequena propriedade). O movimento ganhou impulso em 1984, quando ocorreu em Cascavel, no Paraná, o 1º Encontro Nacional do MST. E sua principal bandeira de luta era a reforma agrária. Seu slogan - "ocupar, resistir e produzir" - era sua principal tática de luta.

Ao longo dos anos 1990, o MST realizou inúmeras ocupações de fazendas consideradas improdutivas, ergueu acampamentos provisórios, invadiu a sede de órgãos do governo e realizou várias marchas. Entre fevereiro e abril de 1997, por exemplo, 1300 militantes saídos de diferentes pontos do país percorreram cerca de 1 000 km para exigir reforma agrária - a marcha terminou em Brasília, num ato que reuniu 100 mil pessoas.

Nas últimas décadas, além de lutar pela reforma agrária, o MST passou a pleitear também créditos e financiamento para a formação de cooperativas. Por vezes, o MST agiu à margem da lei, destruindo plantações, sedes de fazendas produtivas e laboratórios de pesquisa.

Etapa	Fase	Texto
-------	------	-------

Título		O MST
Orientação	cenário	O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu nos anos 1970 no Rio Grande do Sul, onde as plantações de soja em grandes propriedades alteraram a distribuição fundiária característica da região (pequena propriedade). O movimento ganhou impulso em 1984, quando ocorreu em Cascavel, no Paraná, o 1º Encontro Nacional do MST. E sua principal bandeira de luta era a reforma agrária. Seu slogan - "ocupar, resistir e produzir" - era sua principal tática de luta.
Registro de eventos	Evento 1 – 1º encontro nacional do MST	Ao longo dos anos 1990, o MST realizou inúmeras ocupações de fazendas consideradas improdutivas, ergueu acampamentos provisórios, invadiu a sede de órgãos do governo e realizou várias marchas. Entre fevereiro e abril de 1997, por exemplo, 1300 militantes saídos de diferentes pontos do país percorreram cerca de 1 000 km para exigir reforma agrária - a marcha terminou em Brasília, num ato que reuniu 100 mil pessoas.
	Evento 2 – realização de ocupações	Nas últimas décadas, além de lutar pela reforma agrária, o MST passou a pleitear também créditos e financiamento para a formação de cooperativas.
	Evento 3 – marcha	Por vezes, o MST agiu à margem da lei, destruindo plantações, sedes de fazendas produtivas e laboratórios de pesquisa.
	Evento 4 – última ações do MST	

LD5T10

Gênero:

Família:

Economia

Quando Itamar Franco assumiu a presidência, a inflação de cerca de 30% ao mês continuava a corroer os salários, a inibir os investimentos e a empobrecer os trabalhadores. E, para agravar a situação, a população já não acreditava mais em planos salvacionistas.

Nesse cenário marcado pelo descrédito, Itamar Franco nomeou para o Ministério da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, um dos fundadores do PSDB. Ele e sua equipe anunciaram, então, um novo plano econômico, o Plano Real, que entrou em vigor efetivamente em julho de 1994. Esse plano previa a criação de uma nova moeda, o real (R\$), e estabelecia a paridade entre essa moeda brasileira e o dólar estadunidense; ou seja, em 1Q de julho de 1994, 1 real equivalia a 1 dólar. Assim como os planos anteriores, o Plano Real incluía a criação de uma nova moeda, mas opunha-se ao congelamento de preços e defendia um controle severo dos gastos públicos.

Com o aquecimento da economia, as pessoas passaram a consumir mais, desde alimentos até bens de consumo duráveis, como televisores e geladeiras. Conforme a inflação diminuía, crescia a popularidade de Fernando Henrique, tido como "pai do real". Ele, então, deixou seu cargo no governo e candidatou-se à presidência da República, pelo PSDB, em aliança com o PFL, do senador Antônio Carlos Magalhães.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso atuou na política desde cedo. Durante o Regime Militar (1964-1985) foi perseguido e exilou-se no Chile e na França. Nesse tempo, lecionou em várias universidades estrangeiras. De volta ao Brasil, candidatou-se pela primeira vez em 1978 como suplente de Franco Montoro no Senado. Assumiu o mandato em 1983, quando Montoro se elegeu governador de São Paulo. Em 1988 ajudaria a fundar, com outros dissidentes do PMDB, um novo partido: o PSDB. Depois, foi ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e presidente da República por duas vezes.

A campanha presidencial de Fernando Henrique foi feita por empresas de *marketing* especializadas em eleições e no uso da mídia. A campanha de FHC pela TV veiculava imagens associadas a prosperidade, bem-estar social e modernidade. Já a campanha de Lula insistia em mostrar a exclusão e adotava um discurso de pobres versus ricos.

Ajudado pela mídia, pelo real e por grandes empresários, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se presidente no primeiro turno, com 54,2% dos votos válidos, enquanto Lula, o segundo colocado, ficava com 27,04% dos votos.

Etapa	Fase	Texto
Título		Economia
Orientação	Cenário [explicação consequencial]	Quando Itamar Franco assumiu a presidência, a inflação de cerca de 30% ao mês continuava a corroer os salários, a inibir os investimentos e a empobrecer os trabalhadores. E, para agravar a situação, a população já não acreditava mais em planos salvacionistas. Nesse cenário marcado pelo descrédito, Itamar Franco nomeou para o Ministério da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, um dos fundadores do PSDB.
Registro de eventos	Evento 1 Nomeação de FHC para Ministério da Fazenda	Ele e sua equipe anunciaram, então, um novo plano econômico, o Plano Real, que entrou em vigor efetivamente em julho de 1994. Esse plano previa a criação de uma nova moeda, o real (R\$), e estabelecia a paridade entre essa moeda brasileira e o dólar estadunidense; ou seja, em 1º de julho de 1994, 1 real equivalia a 1 dólar. Assim como os planos anteriores, o Plano Real incluía a criação de uma nova moeda, mas opunha-se ao congelamento de preços e defendia um controle severo dos gastos públicos.
	Evento 2 – implementação do Plano Real	Com o aquecimento da economia, as pessoas passaram a consumir mais, desde alimentos até bens de consumo duráveis, como televisores e geladeiras. Conforme a inflação diminuía, crescia a popularidade de Fernando Henrique, tido como "pai do real". Ele, então, deixou seu cargo no governo e candidatou-se à presidência da República, pelo PSDB, em aliança com o PFL, do senador Antônio Carlos Magalhães.
	Evento 2 – efeitos do plano Real	O sociólogo Fernando Henrique Cardoso atuou na política desde cedo. Durante o Regime Militar (1964-1985) foi perseguido e exilou-se no Chile e na França. Nesse tempo, lecionou em várias universidades estrangeiras. De volta ao Brasil, candidatou-se pela

	<p>Evento 3 - candidatura de FHC [biografia de FHC]</p> <p>Evento 4 - campanha presidencial</p> <p>Evento 5- eleição de FHC</p>	<p>primeira vez em 1978 como suplente de Franco Montoro no Senado. Assumiu o mandato em 1983, quando Montoro se elegeu governador de São Paulo. Em 1988 ajudaria a fundar, com outros dissidentes do PMDB, um novo partido: o PSDB. Depois, foi ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e presidente da República por duas vezes.</p> <p>A campanha presidencial de Fernando Henrique foi feita por empresas de <i>marketing</i> especializadas em eleições e no uso da mídia. A campanha de FHC pela TV veiculava imagens associadas a prosperidade, bem-estar social e modernidade. Já a campanha de Lula insistia em mostrar a exclusão e adotava um discurso de pobres versus ricos.</p> <p>Ajudado pela mídia, pelo real e por grandes empresários, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se presidente no primeiro turno, com 54,2% dos votos válidos, enquanto Lula, o segundo colocado, ficava com 27,04% dos votos.</p>
--	---	---



O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)

No governo, FHC adotou o neoliberalismo, em voga na Europa e nos Estados Unidos na época. No seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso anunciou o "fim da Era Vargas no Brasil". Para compreender essa frase, é importante lembrar que a Era Vargas se caracterizou por:

- » forte intervenção do Estado na economia;
- » investimentos públicos na indústria de base e em infra-estrutura (portos, rodovias, ferrovias);
- » regulamentação das relações de trabalho (CLT).

Em vez do Estado interventor/empreendedor da Era Vargas, o governo de Fernando Henrique propunha que o Estado transferisse para a iniciativa privada a produção de bens e de serviços e investisse em educação, saúde, segurança e saneamento básico.

Etapa	Fase	Texto
título		O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)
orientação	Cenário	No governo, FHC adotou o neoliberalismo, em voga na Europa e nos Estados Unidos na época.
registro de eventos	Evento 1 Discurso de posse [relato descritivo]	No seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso anunciou o "fim da Era Vargas no Brasil". Para compreender essa frase, é importante lembrar que a Era Vargas se caracterizou por: » forte intervenção do Estado na economia; » investimentos públicos na indústria de base e em infra-estrutura (portos, rodovias, ferrovias); » regulamentação das relações de trabalho (CLT).
dedução	explicação	Em vez do Estado interventor/empreendedor da Era Vargas, o governo de Fernando Henrique propunha que o Estado transferisse para a iniciativa privada a produção de bens e de serviços e investisse em educação, saúde, segurança e saneamento básico.



Debatendo a privatização

Durante os oito anos do governo FHC, ocorreu a privatização de grandes empresas brasileiras. E, como era de se esperar, o debate sobre a privatização esquentou, ganhando espaço na mídia, entre os estudiosos e também entre os cidadãos comuns, nas ruas. O modo de inserção do Brasil na nova ordem mundial dividia a sociedade.

Os defensores da privatização argumentavam que:

- » o dinheiro obtido com a venda das empresas estatais seria usado no pagamento das dívidas interna e externa do Brasil;
- » a venda das estatais atrairia investimentos estrangeiros capazes de modernizar e dinamizar a economia brasileira;

- » nas mãos da iniciativa privada, as empresas ganhariam eficiência e poderiam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade;
- » os diretores das estatais eram indicados por partidos políticos, o que facilitava a ocorrência da corrupção nessas empresas.

Os críticos da privatização, por sua vez, argumentavam que:

- » muitas empresas que vinham sendo vendidas, como, por exemplo, a mineradora Vale do Rio Doce, eram lucrativas e eficientes;
- » a venda das estatais liquidava parte preciosa do patrimônio brasileiro e significava perda de soberania;
- » a vultosa quantia obtida com a venda de estatais não foi para diminuir a dívida pública;
- » com a privatização de empresas estratégicas, os serviços oferecidos à população, como os de fornecimento de água, luz e telefonia, se tornariam mais caros e de pior qualidade.

Etapa	Fase	Texto
Título (Contextualização)	-	Debatendo a privatização
Tese	Tópico frasal consequência	Durante os oito anos do governo FHC, ocorreu a privatização de grandes empresas brasileiras. E, como era de se esperar, o debate sobre a privatização esquentou, ganhando espaço na mídia, entre os estudiosos e também entre os cidadãos comuns, nas ruas. O modo de inserção do Brasil na nova ordem mundial dividia a sociedade. Os defensores da privatização argumentavam que: <ul style="list-style-type: none"> » o dinheiro obtido com a venda das empresas estatais seria usado no pagamento das dívidas interna e externa do Brasil; » a venda das estatais atrairia investimentos estrangeiros capazes de modernizar e dinamizar a economia brasileira; » nas mãos da iniciativa privada, as empresas ganhariam eficiência e poderiam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade; » os diretores das estatais eram indicados por partidos políticos, o que facilitava a ocorrência da corrupção nessas empresas.
Perspectiva 1	Declaração Argumento 1	<ul style="list-style-type: none"> » a venda das estatais atrairia investimentos estrangeiros capazes de modernizar e dinamizar a economia brasileira; » nas mãos da iniciativa privada, as empresas ganhariam eficiência e poderiam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade; » os diretores das estatais eram indicados por partidos políticos, o que facilitava a ocorrência da corrupção nessas empresas.
	Argumento 2	<ul style="list-style-type: none"> » a venda das estatais atrairia investimentos estrangeiros capazes de modernizar e dinamizar a economia brasileira; » nas mãos da iniciativa privada, as empresas ganhariam eficiência e poderiam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade; » os diretores das estatais eram indicados por partidos políticos, o que facilitava a ocorrência da corrupção nessas empresas.
	Argumento 3	Os críticos da privatização, por sua vez, argumentavam que: <ul style="list-style-type: none"> » muitas empresas que vinham sendo vendidas, como, por exemplo, a mineradora Vale do Rio Doce, eram lucrativas e eficientes; » a venda das estatais liquidava parte preciosa do patrimônio brasileiro e significava perda de soberania; » a vultosa quantia obtida com a venda de estatais não foi para diminuir a dívida pública; » com a privatização de empresas estratégicas, os serviços oferecidos à população, como os de fornecimento de água, luz e telefonia, se tornariam mais caros e de pior qualidade.
	Argumento 4	<ul style="list-style-type: none"> » a venda das estatais liquidava parte preciosa do patrimônio brasileiro e significava perda de soberania; » a vultosa quantia obtida com a venda de estatais não foi para diminuir a dívida pública; » com a privatização de empresas estratégicas, os serviços oferecidos à população, como os de fornecimento de água, luz e telefonia, se tornariam mais caros e de pior qualidade.
Perspectiva 2	Declaração	Os críticos da privatização, por sua vez, argumentavam que: <ul style="list-style-type: none"> » muitas empresas que vinham sendo vendidas, como, por exemplo, a mineradora Vale do Rio Doce, eram lucrativas e eficientes; » a venda das estatais liquidava parte preciosa do patrimônio brasileiro e significava perda de soberania; » a vultosa quantia obtida com a venda de estatais não foi para diminuir a dívida pública; » com a privatização de empresas estratégicas, os serviços oferecidos à população, como os de fornecimento de água, luz e telefonia, se tornariam mais caros e de pior qualidade.
	Argumento 1	<ul style="list-style-type: none"> » a venda das estatais liquidava parte preciosa do patrimônio brasileiro e significava perda de soberania; » a vultosa quantia obtida com a venda de estatais não foi para diminuir a dívida pública; » com a privatização de empresas estratégicas, os serviços oferecidos à população, como os de fornecimento de água, luz e telefonia, se tornariam mais caros e de pior qualidade.

	Argumento 2	
	Argumento 3	
	Argumento 4	



A política de privatização

Assim, apoiado por seus aliados do PFL, o presidente conseguiu aprovar no Congresso reformas que permitiram privatizações e abertura ao capital estrangeiro. Uma delas foi a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações ocorridas em junho de 1995. FHC deu continuidade então ao programa de privatizações iniciado por Collor de Mello promovendo a venda de grandes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, uma das líderes mundiais na área de mineração, a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel).

Dando continuidade à política neoliberal que vinha praticando, FHC manteve os juros altos e a abertura às importações. Com isso, muitas empresas diminuíram seus investimentos na produção e despediram funcionários. Outras faliram, ocasionando, assim, um grande aumento do desemprego. Em 1998, chegou a 6,6 milhões o número de trabalhadores sem emprego no país (9% da população economicamente ativa).

No campo político, em 1997, FHC conseguiu aprovar no Congresso a lei que permitia a reeleição do presidente da República, de governadores e de prefeitos. Com o apoio do PFL e parte do PMDB, Fernando Henrique, do PSDB, venceu as eleições presidenciais de 1998 logo no primeiro turno: obteve 53% dos votos válidos contra 31% dados a Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

Etapa	Fase	Texto
título		A política de privatização
orientação	Cenário	Assim, apoiado por seus aliados do PFL, o presidente conseguiu aprovar no Congresso reformas que permitiram privatizações e abertura ao capital estrangeiro.
registro de eventos	Evento 1 – programa de privatização de empresas estatais	Uma delas foi a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações ocorridas em junho de 1995. FHC deu continuidade então ao programa de privatizações iniciado por Collor de Mello promovendo a venda de grandes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, uma das líderes mundiais na área de mineração, a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Dando continuidade à política neoliberal que vinha praticando, FHC manteve os juros altos e a abertura às importações. Com isso, muitas empresas diminuíram seus investimentos na produção e despediram funcionários. Outras faliram, ocasionando, assim, um grande aumento do desemprego. Em 1998, chegou a 6,6

	<p>Evento 2 – medidas econômicas neoliberais</p> <p>Evento 3 – aprovação de lei que permitia a reeleição</p>	<p>milhões o número de trabalhadores sem emprego no país (9% da população economicamente ativa). No campo político, em 1997, FHC conseguiu aprovar no Congresso a lei que permitia a reeleição do presidente da República, de governadores e de prefeitos. Com o apoio do PFL e parte do PMDB, Fernando Henrique, do PSDB, venceu as eleições presidenciais de 1998 logo no primeiro turno: obteve 53% dos votos válidos contra 31% dados a Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.</p>
--	--	---

LD5T14

Gênero: relato histórico explicativo

Família: histórias

O segundo governo FHC

No segundo governo FHC, a economia brasileira foi afetada por crises financeiras no México (1995), na Ásia (1997) e na Rússia (1998), ocorrendo a desvalorização do real (em 1999) e a queda da popularidade do governo FHC. Outro fator de desgaste do presidente foi o "apagão", resultante de uma seca inesperada que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas e provocou a falta de energia elétrica no país. Analistas atribuíram o apagão à ausência de investimentos e de planejamento do governo. A falta de energia elétrica afetou a produção econômica, a rotina das pessoas e, conseqüentemente, a imagem que elas tinham do presidente. Conforme os efeitos da crise econômica, sobretudo do desemprego, se alastravam pela sociedade, a oposição ao governo FHC crescia. Os partidos políticos, como o PT, o PC do B e o PSB, as centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e os movimentos sociais, como o Movimento Indígena, o Movimento Feminista, o Movimento Negro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promoviam manifestações de repúdio ao governo e lutavam pela ampliação da cidadania no Brasil.

Embora bastante criticado na área social, o governo FHC apresentou alguns avanços, sobretudo na educação, na saúde e no tocante ao controle do gasto público.

Na educação, ocorreu um grande aumento do número de crianças na escola: em 1994, a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos fora das salas de aula era de 12%. Em 2002, passou a ser de 3%. A taxa de analfabetismo entre brasileiros com mais de 10 anos, que era de 15% em 1995, caiu para 11% em 2001. Foi aprovada também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, que introduziu importantes mudanças no sistema educacional brasileiro e ajudou também a elevar a sua qualidade.

Na saúde, o programa de combate à aids colocado em prática pelo governo tornou-se referência mundial. A mortalidade infantil (número de mortes de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos) caiu significativamente: em 1994, era de 38,4 mortes por 1000 nascimentos, em 2001, passou a ser de 28,6 mortes por 1000 nascimentos.

No tocante ao controle do gasto público, uma importante iniciativa do governo FHC foi a aprovação, em 4 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Resumidamente, a lei proíbe o administrador público (prefeito, governador ou presidente) de gastar mais do que é arrecadado. O desrespeito a essa lei prevê graves punições, que vão desde a perda dos direitos políticos até o pagamento de multas e a prisão dos infratores.

No campo social o total de famílias sem-terra assentadas em 1994 era de 218000; ao final dos oito anos do governo FHC tinha subido para 688000.

Etapa	Fase	Texto
título orientação		O segundo governo FHC
registro de eventos	Evento 1 – desgaste da popularidade do presidente FHC	- No segundo governo FHC, a economia brasileira foi afetada por crises financeiras no México (1995), na Ásia (1997) e na Rússia (1998), ocorrendo a desvalorização do real (em 1999) e a queda da popularidade do governo FHC. Outro fator de desgaste do presidente foi o "apagão", resultante de uma seca inesperada que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas e provocou a falta de energia elétrica no país. Analistas atribuíram o apagão à ausência de investimentos e de planejamento do governo. A falta de energia elétrica afetou a produção econômica, a rotina das pessoas e, conseqüentemente, a imagem que elas tinham do presidente. Conforme os efeitos da crise econômica, sobretudo do desemprego, se alastravam pela sociedade, a oposição ao governo FHC crescia. Os partidos políticos, como o PT, o PC do B e o PSB, as centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e os movimentos sociais, como o Movimento Indígena, o Movimento Feminista, o Movimento Negro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promoviam manifestações de repúdio ao governo e lutavam pela ampliação da cidadania no Brasil.
	Evento 2 – organização institucional para oposição ao governo FHC	Embora bastante criticado na área social, o governo FHC apresentou alguns avanços, sobretudo na educação, na saúde e no tocante ao controle do gasto público. Na educação, ocorreu um grande aumento do número de crianças na escola: em 1994, a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos fora das salas de aula era de 12%. Em 2002, passou a ser de 3%. A taxa de analfabetismo entre brasileiros com mais de 10 anos, que era de 15% em 1995, caiu para 11% em 2001. Foi aprovada também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, que introduziu importantes mudanças no sistema educacional brasileiro e ajudou também a elevar a sua qualidade.
	Evento 3 – avanços na gestão do governo FHC [relatório descritivo]	Na saúde, o programa de combate à aids colocado em prática pelo governo tornou-se referência mundial. A mortalidade infantil (número de mortes de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos) caiu significativamente: em 1994, era de 38,4 mortes por 1000 nascimentos, em 2001, passou a ser de 28,6 mortes por 1000 nascimentos.
	Apresentação de dados sobre educação e aprovação de regramento legal	No tocante ao controle do gasto público, uma importante iniciativa do governo FHC foi a aprovação, em 4 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Resumidamente, a lei proíbe o administrador

	<p>Apresentação de ações na saúde</p> <p>Apresentação de ações na gestão de gastos públicos</p> <p>Apresentação de dados sobre a reforma agrária</p>	<p>público (prefeito, governador ou presidente) de gastar mais do que é arrecadado. O desrespeito a essa lei prevê graves punições, que vão desde a perda dos direitos políticos até o pagamento de multas e a prisão dos infratores.</p> <p>No campo social o total de famílias sem-terra assentadas em 1994 era de 218000; ao final dos oito anos do governo FHC tinha subido para 688000.</p>
--	--	--



O governo Lula

Em 2002, as eleições presidenciais foram vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que obteve 61,27% dos votos válidos contra 38,7% dados a José Serra, do PSDB. Era a primeira vez que um ex-operário chegava à presidência da República.

No início de seu mandato Lula declarou que a prioridade de seu governo era o combate à fome. Segundo seus assessores, a fome no Brasil não existia por falta de alimentos, mas por falta de meios para adquiri-los de forma permanente, e em quantidade e qualidade adequadas. Como a renda estava mal distribuída no país, uma parcela da população não conseguia o mínimo necessário à sobrevivência. Dados oficiais informavam que, em 2001, havia cerca de 46 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Para fazer frente a essa situação, o governo Lula lançou o programa Fome Zero, que combinava políticas estruturais, voltadas para as causas da fome e da pobreza, como a geração de empregos e o acesso à saúde e educação, com políticas específicas, como a educação alimentar e o Programa Bolsa Família.

Legalizado em 2004, o Bolsa Família é o resultado da unificação de quatro outros programas criados no governo FHC: Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Argumentando que um dos maiores problemas brasileiros era a desigualdade na distribui

ção.de renda, o governo Lula propôs a correção desse problema social por meio do Bolsa Família, como um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres. Em 2015, podiam receber o benefício as famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita mensal de 77 reais; as consideradas pobres, com renda per capita mensal de até 154 reais; ou as que são pobres ou extremamente pobres, compostas por gestantes, nutrizes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

A polêmica em torno do Bolsa Família, no entanto, é grande e divide tanto os especialistas quanto os cidadãos comuns.

Os defensores argumentam que:

- » é o maior programa de transferência de renda posto em prática no Brasil;
- » ajudou a dinamizar a economia dos municípios, possibilitando o aumento das vendas em mercearias, lojas e supermercados;
- » contribuiu para diminuir o número de pessoas que viviam em situação de pobreza extrema, e, conseqüentemente, no avanço dos direitos sociais por milhões de brasileiros;
- » pela primeira vez no Brasil, em muitos anos, houve melhora na distribuição de renda, o que se deve, em parte, ao Bolsa Família.

Os críticos do Bolsa Família argumentam que o programa:

- » é uma estratégia para conseguir votos;
- » incentiva o ócio e protege quem tem preguiça;
- » o Estado não tem por obrigação manter as crianças na escola e vacinadas, pois isto é da competência da família;
- » por não ser fiscalizado, beneficia, também, aqueles que não precisam dele para as suas necessidades básicas.

Etapa	Fase	Texto
Título		O governo Lula
Orientação	Cenário	Em 2002, as eleições presidenciais foram vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que obteve 61,27% dos votos válidos contra 38,7% dados a José Serra, do PSDB. Era a primeira vez que um ex-operário chegava à presidência da República. No início de seu mandato Lula declarou que a prioridade de seu governo era o combate à fome. Segundo seus assessores, a fome no Brasil não existia por falta de alimentos, mas por falta de meios para adquiri-los de forma permanente, e em quantidade e qualidade adequadas. Como a renda estava mal distribuída no país, uma parcela da população não conseguia o mínimo necessário à sobrevivência. Dados oficiais informavam que, em 2001, havia cerca de 46 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Para fazer frente a essa situação, o governo Lula lançou o programa Fome Zero, que combinava políticas estruturais, voltadas para as causas da fome e da pobreza, como a geração de empregos e o acesso à saúde e educação, com políticas específicas, como a educação alimentar e o Programa Bolsa Família.
Registro de eventos	evento 1- combate à fome [Exposição] Tese Argumento 1 Argumento 2 Argumento 3 Reiteração	Legalizado em 2004, o Bolsa Família é o resultado da unificação de quatro outros programas criados no governo FHC: Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e

	<p>Evento 2 – institucionalização do Bolsa família [Discussão] Tese -tópico frasal (declaração)/causa/fato Perspectiva 1 Perspectiva 2 (Reiteração)</p>	<p>Auxílio Gás. Argumentando que um dos maiores problemas brasileiros era a desigualdade na distribuição de renda, o governo Lula propôs a correção desse problema social por meio do Bolsa Família, como um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres. Em 2015, podiam receber o benefício as famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita mensal de 77 reais; as consideradas pobres, com renda per capita mensal de até 154 reais; ou as que são pobres ou extremamente pobres, compostas por gestantes, nutrízes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.</p> <p>A polêmica em torno do Bolsa Família, no entanto, é grande e divide tanto os especialistas quanto os cidadãos comuns.</p> <p>Os defensores argumentam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> » é o maior programa de transferência de renda posto em prática no Brasil; » ajudou a dinamizar a economia dos municípios, possibilitando o aumento das vendas em mercearias, lojas e supermercados; » contribuiu para diminuir o número de pessoas que viviam em situação de pobreza extrema, e, conseqüentemente, no avanço dos direitos sociais por milhões de brasileiros; » pela primeira vez no Brasil, em muitos anos, houve melhora na distribuição de renda, o que se deve, em parte, ao Bolsa Família. <p>Os críticos do Bolsa Família argumentam que o programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> » é uma estratégia para conseguir votos; » incentiva o ócio e protege quem tem preguiça; » o Estado não tem por obrigação manter as crianças na escola e vacinadas, pois isto é da competência da família; » por não ser fiscalizado, beneficia, também, aqueles que não precisam dele para as suas necessidades básicas.
--	---	---

LD5T16

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Política econômica

Alegando a necessidade de atrair a confiança dos investidores estrangeiros e equilibrar as contas públicas, o governo Lula deu continuidade à política econômica neoliberal praticada no governo anterior. Tendo à frente do Ministério da Fazenda o médico sanitário Antônio Palocci, o governo optou por combater a inflação, estimular as exportações e atingir a meta

de superávit primário fixada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para combater a inflação, o governo manteve taxas de juros altas, embora tenha praticado taxas menores do que o governo anterior. Em 2003, quando Lula assumiu a presidência, a taxa de juros era de 25,5% ao mês e no fim do seu primeiro mandato girava em torno de 16,5%.

Superávit primário: economia de recursos do governo destinada a equilibrar suas contas. Alguns analistas criticam o fato de que, para atingir o superávit, o governo corta gastos em áreas sociais como saúde, educação e combate à pobreza.

Etapa	Fase	Texto
Título		Política econômica
Orientação	Cenário	Alegando a necessidade de atrair a confiança dos investidores estrangeiros e equilibrar as contas públicas, o governo Lula deu continuidade à política econômica neoliberal praticada no governo anterior. Tendo à frente do Ministério da Fazenda o médico sanitário Antônio Palocci, o governo optou por combater a inflação, estimular as exportações e atingir a meta de superávit primário fixada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
Registro de eventos	Evento 1 ações do ministério da Fazenda	Para combater a inflação, o governo manteve taxas de juros altas, embora tenha praticado taxas menores do que o governo anterior. Em 2003, quando Lula assumiu a presidência, a taxa de juros era de 25,5% ao mês e no fim do seu primeiro mandato girava em torno de 16,5%.

LD5T17

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Conjuntura internacional: situação externa.

A China crescia a taxas altíssimas; a economia norte-americana e a europeia exibiam bom desempenho.

Risco país: índice que indica a possibilidade de um país não pagar sua dívida externa. Quanto mais baixa a taxa de risco, maiores as facilidades de o país obter empréstimos estrangeiros e maior o número de investidores dispostos a manter seu capital nele.

Enquanto o governo FHC privilegiou os Estados Unidos como parceiro comercial, o governo Lula intensificou seu comércio com a América do Sul, o Oriente (principalmente a China) e a África. No governo FHC, o eixo comercial era Norte/Sul; no governo Lula passou a ser Sul/Sul. Incentivadas pelo governo e por uma conjuntura internacional favorável, as exportações brasileiras cresceram, ocasionando sucessivos saldos positivos na balança comercial.

Para equilibrar as contas e manter a meta de superávit primário estabelecida pelo FMI, o governo Lula cortou gastos e investimentos, o que acabou afetando o PIB do país, que em 2003 apresentou um crescimento tímido (1,1%). Mas em 2004, puxado pelo aumento da produção industrial e das exportações, o PIB cresceu 5,7%, o melhor resultado em dez anos. Além disso, a inflação cedeu e o risco país, que era de 2400 pontos no início do governo, caiu para menos de 400 pontos, enquanto o emprego crescia nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre).

Etapa	Fase	Texto
Título		Conjuntura internacional: situação externa.

Orientação	Cenário	A China crescia a taxas altíssimas; a economia norte-americana e a europeia exibiam bom desempenho.
Registro de eventos	Evento 1 – estabelecimento de parceria comercial e cortes de gastos e investimentos	<p>Enquanto o governo FHC privilegiou os Estados Unidos como parceiro comercial, o governo Lula intensificou seu comércio com a América do Sul, o Oriente (principalmente a China) e a África. No governo FHC, o eixo comercial era Norte/Sul; no governo Lula passou a ser Sul/Sul. Incentivadas pelo governo e por uma conjuntura internacional favorável, as exportações brasileiras cresceram, ocasionando sucessivos saldos positivos na balança comercial.</p> <p>Para equilibrar as contas e manter a meta de superávit primário estabelecida pelo FMI, o governo Lula cortou gastos e investimentos, o que acabou afetando o PIB do país, que em 2003 apresentou um crescimento tímido (1,1%).</p> <p>Mas em 2004, puxado pelo aumento da produção industrial e das exportações, o PIB cresceu 5,7%, o melhor resultado em dez anos. Além disso, a inflação cedeu e o risco país, que era de 2400 pontos no início do governo, caiu para menos de 400 pontos, enquanto o emprego crescia nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre).</p>
	Evento 2 Melhoria de índices econômicos	

LD5T18

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Corrupção no governo Lula

No campo político, o ano de 2005 foi agitado por duas graves denúncias de corrupção envolvendo integrantes de vários partidos políticos, entre os quais o PT, o PTB e o PP. Descobriu-se que estava havendo desvio de dinheiro público para o financiamento das campanhas eleitorais de políticos do PT. Além disso, estava sendo feito o pagamento de um valor mensal a deputados para que votassem a favor do governo Lula na Câmara dos Deputados; daí o nome "mensalão" dado ao episódio.

Para averiguar a veracidade das acusações, foram abertas várias CPis; alguns deputados

foram cassados, inclusive José Dirceu, e muitos, absolvidos. O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, operador do esquema, recebeu a maior pena: 40 anos, 4 meses e 6 dias de prisão. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recebeu pena de 10 anos e 10 meses de prisão por ter comandado o esquema de dentro do Palácio do Planalto. Também foram condenados a regime fechado o deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o ex-presidente do PP Pedro Corrêa (PE), o delator do esquema, o presidente licenciado do PTB, Roberto Jefferson. O episódio marcou negativamente a história do PT e abalou a confiança de muitos de seus eleitores.

Etapa	Fase	Texto
Título		Corrupção no governo Lula
Fenômeno		No campo político, o ano de 2005 foi agitado por duas graves denúncias de corrupção envolvendo integrantes de vários partidos políticos, entre os quais o PT, o PTB e o PP. Descobriu-se que estava havendo desvio de dinheiro público para o financiamento das campanhas eleitorais de políticos do PT.
Explicação	Fator 1	Além disso, estava sendo feito o pagamento de um valor mensal a deputados para que votassem a favor do governo Lula na Câmara dos Deputados; daí o nome "mensalão" dado ao episódio.
	Fator 2	Para averiguar a veracidade das acusações, foram abertas várias CPIs; alguns deputados foram cassados, inclusive José Dirceu, e muitos, absolvidos. O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, operador do esquema, recebeu a maior pena: 40 anos, 4 meses e 6 dias de prisão. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recebeu pena de 10 anos e 10 meses de prisão por ter comandado o esquema de dentro do Palácio do Planalto. Também foram condenados a regime fechado o deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o ex-presidente do PP Pedro Corrêa (PE), o delator do esquema, o presidente licenciado do PTB, Roberto Jefferson.
	Fator 3 [Explicação Consequencial]	O episódio marcou negativamente a história do PT e abalou a confiança de muitos de seus eleitores.
(Reforço)		

LD5T9

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

O segundo mandato de Lula

As eleições de outubro de 2006 foram disputadas por Lula, do PT, Geraldo Alckmin, do PSDB, e outros candidatos, entre os quais a senadora Heloisa Helena, do PSOL, que disputou a presidência da República pela primeira vez. Lula venceu no segundo turno, com mais de 60% dos votos válidos, reelegendo-se presidente da República.

A segunda gestão de Lula apresentou avanços no aspecto socioeconômico, que positivaram seu governo e elevaram sua popularidade. Entre esses avanços cabe citar:

- » relativa estabilidade econômica e o controle da inflação;
- » incremento das exportações brasileiras e recordes de saldos positivos na balança comercial;
- » queda nos níveis de desemprego (observe a tabela);
- » antecipação do pagamento da dívida brasileira com o FMI;
- » enfrentamento da questão da infraestrutura e modernização do país. Para isso, o governo Lula lançou em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa investimentos em saneamento básico e infraestrutura (portos, rodovias, ferrovias, entre outros);
- » aumento dos níveis de escolarização e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo a jovens carentes, permitindo que eles cursassem a universidade;
- » inclusão social de uma parcela considerável da população. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, entre 2003 e 2010, cerca de 20,5 milhões de brasileiros deixaram a pobreza. Um fenômeno novo nesse período foi o crescimento acentuado da classe C, a parcela da sociedade que possui renda familiar total entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00.

Etapa	Fase	Texto
Título		O segundo mandato de Lula
Orientação	Cenário	As eleições de outubro de 2006 foram disputadas por Lula, do PT, Geraldo Alckmin, do PSDB, e outros candidatos, entre os quais a senadora Heloisa Helena, do PSOL, que disputou a presidência da República pela primeira vez. Lula venceu no segundo turno, com mais de 60% dos votos válidos, reelegendo-se presidente da República. A segunda gestão de Lula apresentou avanços no aspecto socioeconômico, que positivaram seu governo e elevaram sua popularidade. Entre esses avanços cabe citar:
	Evento 1	» relativa estabilidade econômica e o controle da inflação;
Registro de eventos	Evento 2 (Relatório descritivo)	» incremento das exportações brasileiras e recordes de saldos positivos na balança comercial;
		» queda nos níveis de desemprego (observe a tabela); » antecipação do pagamento da dívida brasileira com o FMI; » enfrentamento da questão da infraestrutura e modernização do país. Para isso, o governo Lula lançou em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa investimentos em saneamento básico e infraestrutura (portos, rodovias, ferrovias, entre outros); » aumento dos níveis de escolarização e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo a jovens carentes, permitindo que eles cursassem a universidade; » inclusão social de uma parcela considerável da população. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, entre 2003 e 2010, cerca

		de 20,5 milhões de brasileiros deixaram a pobreza. Um fenômeno novo nesse período foi o crescimento acentuado da classe C, a parcela da sociedade que possui renda familiar total entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00.
--	--	--



O Brasil integra o Brics e o G20

Por possuir um território extenso, um número significativo de habitantes, recursos naturais abundantes e uma economia que apresentava taxas de crescimento relativamente altas, o Brasil foi considerado um país emergente. Em 2006 passou a compor o Bric, bloco de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China; em 2011, ocorreu o ingresso da África do Sul (em inglês, South Africa) no grupo dos emergentes; com isso, a sigla usada para denominá-los ganhou um "s": Brics.

A condição de país emergente também valeu ao Brasil o ingresso no G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O grupo foi criado em 1999, e os países que o integram respondem por 85% da produção mundial e abrigam 2/3 da população do planeta. O G20 busca contribuir para o aprimoramento da governança global.

Etapa	Fase	Texto
Título		O Brasil integra o Brics e o G20
Orientação	Cenário	Por possuir um território extenso, um número significativo de habitantes, recursos naturais abundantes e uma economia que apresentava taxas de crescimento relativamente altas, o Brasil foi considerado um país emergente.
Registro de eventos	Evento 1 - ingresso no Brics	Em 2006 passou a compor o Bric, bloco de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China; em 2011, ocorreu o ingresso da África do Sul (em inglês, South Africa) no grupo dos emergentes; com isso, a sigla usada para denominá-los ganhou um "s": Brics.
	Evento 2 – Ingresso no G20	A condição de país emergente também valeu ao Brasil o ingresso no G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O grupo foi criado em 1999, e os países que o integram respondem por 85% da produção mundial e abrigam 2/3 da população do planeta. O G20 busca contribuir para o aprimoramento da governança global.

LD5T21

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Pré-sal, crise e eleições

Colaborou também para o clima de otimismo que predominou no segundo mandato de Lula a notícia da descoberta de grandes reservas petrolíferas no litoral sudeste brasileiro, o chamado Pré-sal, em meados de 2006; os recursos do Pré-sal, diziam os economistas, aumentariam a capacidade brasileira de efetuar investimentos e continuar crescendo.

No final de 2008, uma crise econômica grave, iniciada nos Estados Unidos, gerou pânico no mundo todo e castigou com a recessão e o desemprego vários países da União Europeia. Essa crise refletiu-se também no Brasil, como indica o PIB negativo (-0,3) de 2009. Mas, no ano seguinte, a economia brasileira deu provas de seu dinamismo e o PIB voltou a crescer, chegando a 7,5%.

O bom comportamento da economia brasileira durante a crise financeira internacional, a política de transferência de renda e a política de projeção do Brasil no exterior elevaram a popularidade de Lula, que chegou a ter, em 2010, a aprovação de cerca de 80% dos eleitores; sua participação ativa na campanha da economista Dilma Rousseff ajudou-a a vencer as eleições presidenciais daquele ano: Dilma Rousseff, do PT, ficou com 56,05% dos votos válidos, enquanto José Serra, do PSDB, obteve 43,95% dos votos. Pela primeira vez na história, uma mulher assumia a presidência do Brasil.

Etapa	Fase	Texto
Título	-	Pré-sal, crise e eleições
Orientação	-	
Registro de eventos	Evento 1 – descoberta do Pré-sal	Colaborou também para o clima de otimismo que predominou no segundo mandato de Lula a notícia da descoberta de grandes reservas petrolíferas no litoral sudeste brasileiro, o chamado Pré-sal, em meados de 2006; os recursos do Pré-sal, diziam os economistas, aumentariam a capacidade brasileira de efetuar investimentos e continuar crescendo.
	Evento 2 – crise mundial	No final de 2008, uma crise econômica grave, iniciada nos Estados Unidos, gerou pânico no mundo todo e castigou com a recessão e o desemprego vários países da União Europeia. Essa crise refletiu-se também no Brasil, como indica o PIB negativo (-0,3) de 2009. Mas, no ano seguinte, a economia brasileira deu provas de seu dinamismo e o PIB voltou a crescer, chegando a 7,5%.
	Evento 3 – eleição de Dilma	O bom comportamento da economia brasileira durante a crise financeira internacional, a política de transferência de renda e a política de projeção do Brasil no exterior elevaram a popularidade de Lula, que chegou a ter, em 2010, a aprovação de cerca de 80% dos eleitores; sua participação ativa na campanha da economista Dilma Rousseff ajudou-a a vencer as eleições presidenciais daquele ano: Dilma Rousseff, do PT, ficou com 56,05% dos votos válidos, enquanto José Serra, do PSDB, obteve 43,95% dos votos. Pela primeira vez na história, uma mulher assumia a presidência do Brasil.

LD5T22

Gênero: explicação

Família: explicação
fatorial

O governo Dilma Rousseff

Dilma Rousseff venceu as eleições prometendo dar continuidade aos programas do governo Lula, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o PAC. Quando ela assumiu a presidência da República, a conjuntura mundial era desfavorável; externamente, a crise econômica que atingira os Estados Unidos e a União Europeia elevava enormemente o desemprego, sobretudo entre jovens, em países como Espanha e Itália. Internamente, problemas de infraestrutura impediam a economia brasileira de continuar crescendo de modo sustentável.

Para fazer frente à crise externa e estimular a economia brasileira, o governo Dilma adotou uma série de medidas nos primeiros 28 meses de governo: intensificou os investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento que, em 2011, entrou na sua segunda etapa, tornando-se conhecido como PAC-2; ampliou e diversificou seus parceiros comerciais; enquanto diminuía as exportações brasileiras para os Estados Unidos e a União Europeia, cresciam as destinadas à China e ao Mercosul; iniciou um programa de concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, em meados de 2012, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e os "custos de produção e circulação"; promoveu constantes quedas da taxa de juros Selic, que em março de 2013 atingiu seu mínimo histórico (7,25%).

Apesar dessas medidas, o terceiro ano do governo Dilma se iniciou com queda na atividade econômica em função da crise externa e da dificuldade de seu governo conseguir aprovar projetos no Parlamento. Além disso, em junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações, na qual o governo Dilma empenhou altas somas de dinheiro. A insatisfação popular cresceu e se fez ouvir; protestos iniciados em São Paulo se transformaram em uma onda gigante de manifestações que se espalhou pelo país todo.

Segundo estudiosos, os protestos populares de junho de 2013 no Brasil apresentaram algumas características importantes, como o uso intensivo de redes sociais na mobilização e organização dos protestos; a presença significativa de um grande número de jovens entre os manifestantes, quebrando o mito do desinteresse da juventude pela política; e a capacidade de reunir pessoas de diferentes camadas sociais.

Etapa	Fase	Texto
Título		O governo Dilma Rousseff
Fenômeno	Contexto prévio	<p>Dilma Rousseff venceu as eleições prometendo dar continuidade aos programas do governo Lula, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o PAC. Quando ela assumiu a presidência da República, a conjuntura mundial era desfavorável; externamente, a crise econômica que atingira os Estados Unidos e a União Europeia elevava enormemente o desemprego, sobretudo entre jovens, em países como Espanha e Itália. Internamente, problemas de infraestrutura impediam a economia brasileira de continuar crescendo de modo sustentável.</p> <p>Para fazer frente à crise externa e estimular a economia brasileira, o governo Dilma adotou uma série de medidas nos primeiros 28 meses de governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> intensificou os investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento

Explicação	<p>Consequência 1 – intensificação de investimentos (PAC)</p> <p>Consequência 2 – ampliação de parceria comercial</p> <p>Consequência 3 – concessão de prestação de serviços em diversos modais</p> <p>Consequência 4 – redução de taxa Selic</p> <p>Consequência 5 – crise no 3º ano de governo</p> <p>Consequência 6 – impactos das realização da Copa das Confederações</p> <p>Consequência 7 – protestos populares [Relatório descritivo]</p>	<p>que, em 2011, entrou na sua segunda etapa, tornando-se conhecido como PAC-2;</p> <p>ampliou e diversificou seus parceiros comerciais; enquanto diminuía as exportações brasileiras para os Estados Unidos e a União Europeia, cresciam as destinadas à China e ao Mercosul;</p> <p>iniciou um programa de concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, em meados de 2012, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e os "custos de produção e circulação";</p> <p>promoveu constantes quedas da taxa de juros Selic, que em março de 2013 atingiu seu mínimo histórico (7,25%).</p> <p>Apesar dessas medidas, o terceiro ano do governo Dilma se iniciou com queda na atividade econômica em função da crise externa e da dificuldade de seu governo conseguir aprovar projetos no Parlamento. Além disso, em junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações, na qual o governo Dilma empenhou altas somas de dinheiro.</p> <p>A insatisfação popular cresceu e se fez ouvir; protestos iniciados em São Paulo se transformaram em uma onda gigante de manifestações que se espalhou pelo país todo.</p> <p>Segundo estudiosos, os protestos populares de junho de 2013 no Brasil apresentaram algumas características importantes, como o uso intensivo de redes sociais na mobilização e organização dos protestos; a presença significativa de um grande número de jovens entre os manifestantes, quebrando o mito do desinteresse da juventude pela política; e a capacidade de reunir pessoas de diferentes camadas sociais.</p>
------------	---	---

LD5T23

Gênero: relato
histórico explicativo

Família: histórias

Operação Lava Jato

Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...]. Nos meses seguintes, o movimento cresceu e passou a reclamar também da qualidade dos serviços públicos e dos elevados gastos com a Copa das Confederações em um país com sérios problemas na educação e na saúde.

Em março de 2014 a Polícia Federal deflagrou a operação Lava Jato e descobriu um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras. As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações. Paulo Roberto informou que as grandes empreiteiras pagavam propina para vencer a concorrência em obras da Petrobras e o dinheiro desviado ia para as contas de executivos e de políticos de diferentes partidos.

No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves. No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou; o Brasil apresentou um PIB negativo (-3,8). Os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentaram enquanto as taxas de desemprego voltaram a subir. Além disso, a presidente foi perdendo seus aliados no Parlamento. Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de *impeachment* acusando a presidente de ter cometido crime de responsabilidade. Assistiu-se, então, a uma polarização política; de um lado, os manifestantes favoráveis ao impeachment da presidente Dilma; de outro, os que defendiam sua permanência à frente do governo.

(...)

Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.

Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório apresentado e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República por crime de responsabilidade. Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff, por entender que havia indícios suficientes de que ela cometera crime de responsabilidade. A notificação da decisão do Senado foi entregue à própria Dilma Rousseff e uma outra notificação comunicou ao vice-presidente Michel Temer que ele passava a ser o governante em exercício.

Etapa	Fase	Texto
Título		O governo Dilma Rousseff
(Orientação)	-	
Registro de eventos	Evento 1- movimento de protestos	Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...]. Nos meses seguintes, o movimento cresceu e passou a reclamar também da qualidade dos serviços públicos e dos elevados gastos com a Copa das Confederações em um país com sérios problemas na educação e na saúde.

	<p>Evento 2 – operação Lava Jato</p> <p>Evento 3 – delações denunciam esquema de desvio de dinheiro</p> <p>Evento 4 – eleição presidencial</p> <p>Evento 5 – proposição de impeachment</p>	<p>Em março de 2014 a Polícia Federal deflagrou a operação Lava Jato e descobriu um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras.</p> <p>As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações. Paulo Roberto informou que as grandes empreiteiras pagavam propina para vencer a concorrência em obras da Petrobras e o dinheiro desviado ia para as contas de executivos e de políticos de diferentes partidos.</p> <p>No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves.</p> <p>No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou; o Brasil apresentou um PIB negativo (-3,8). Os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentaram enquanto as taxas de desemprego voltaram a subir. Além disso, a presidente foi perdendo seus aliados no Parlamento. Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de <i>impeachment</i> acusando a presidente de ter cometido crime de responsabilidade. Assistiu-se, então, a uma polarização política; de um lado, os manifestantes favoráveis ao impeachment da presidente Dilma; de outro, os que defendiam sua permanência à frente do governo.</p> <p>(...)</p> <p>Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.</p> <p>Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório apresentado e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República por crime de responsabilidade.</p> <p>Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff, por entender que havia indícios suficientes de que ela cometera crime de responsabilidade. A notificação da decisão do Senado foi</p>
--	--	--

apoiar as propostas do governo.

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com o compromisso de dar continuidade a seu antecessor, manter o emprego em alta e a inflação, em baixa. Apesar de a economia internacional ter sofrido forte retração em função dos efeitos da crise de 2008, o primeiro governo Dilma não impôs restrições aos gastos públicos, especialmente na área social. Além disso, a presidente construiu a imagem de que travava urna "queda de braço" com os políticos corruptos, demitindo ministros e auxiliares próximos acusados de uso indevido dos recursos públicos.

O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado e com dificuldades de aprovar ajustes nas contas públicas. Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição. A tensão entre o Legislativo e o Executivo cresceu quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.

Com urna base aliada fragmentada e o apoio instável de seu próprio partido, o PT, Dilma Rousseff perdeu força; o presidencialismo passou a ser mais de colisão do que de coalizão.

Etapa	Fase	Texto
Informação da editoria da obra		O texto a seguir foi escrito pela professora doutora Marly Motta, especialmente para esta coleção.
Título Tese	tópico frasal	O governo Dilma Rousseff: da coalizão à colisão Na República Presidencialista do Brasil, o Executivo tem grande poder, conferido a ele pela Constituição de 1988.
	apresentação prévia exemplificação	Um deles é propor medidas provisórias. Ao mesmo tempo, no entanto, para pôr em prática os projetos de seu governo, o presidente da República - chefe do Poder Executivo - tem de conseguir maioria no Parlamento. É o chamado presidencialismo de coalizão. Ou seja, o presidente governa buscando apoio da maioria dos deputados e senadores.
	definição	Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de urna coalizão (base aliada) que deixava de lado as divergências para apoiar as propostas do governo. Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com o compromisso de dar continuidade a seu antecessor, manter o emprego em alta e a inflação, em baixa.
Argumentos	argumento 1 exemplificação	Apesar de a economia internacional ter sofrido forte retração em função dos efeitos da crise de 2008, o primeiro governo Dilma não impôs restrições aos gastos públicos, especialmente na área social.
	argumento 2 tópico	Além disso, a presidente construiu a imagem de que travava urna "queda de braço" com os políticos corruptos, demitindo ministros e auxiliares próximos acusados de uso indevido dos recursos públicos.
	elaboração por contradição	O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado e com dificuldades de aprovar ajustes nas contas públicas.

Reiteração	Adição	<p>Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição. A tensão entre o Legislativo e o Executivo cresceu quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.</p> <p>Com uma base aliada fragmentada e o apoio instável de seu próprio partido, o PT, Dilma Rousseff perdeu força; o presidencialismo passou a ser mais de colisão do que de coalizão.</p>
	argumento 2 tópico	
	elaboração por alusão histórica	
	Síntese	
	Resumo causa-efeito	

LD5T25

Gênero: relatório
descritivo

Família: relatório

Seis grandes desafios a serem vencidos

Apesar da condição de país emergente e de estar entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil ainda possui alguns graves problemas à espera de solução. Por isso, não é demais dizer que os desafios que o país tem pela frente não são poucos. Apresentamos a seguir alguns deles.

» Posição do Brasil no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2015 o Brasil ocupava a 75ª posição no tocante à qualidade de vida, isto é, ao Índice de Desenvolvimento Humano - indicador que leva em conta índices como os de esperança de vida ao nascer, anos de escolaridade, renda percapta.

» Alta carga tributária. A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo. Segundo o Tesouro Nacional, em 2015, a carga tributária subiu em relação ao ano anterior e atingiu 32,7% do PIB. Os empresários reclamam que os impostos elevados dificultam a sobrevivência das empresas; a população queixa-se de que os serviços públicos oferecidos em troca desses impostos são de baixa qualidade.

» Desigualdade social. A desigualdade de rendimentos e de oportunidades é antiga na sociedade brasileira. Em anos recentes, porém, o crescimento econômico, somado à redução da pobreza (em função das políticas de transferência de renda e do aumento do poder de compra do salário mínimo), ocasionou uma diminuição dessa desigualdade, como mostra o gráfico a seguir: Apesar disso, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais da América Latina.

» Altos índices de desmatamento na Amazônia Legal, região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão, e que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os índices de desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014 caíram 15% em relação ao período anterior (2012/2013). Apesar dessa queda, os índices de desmatamento continuam preocupando os ambientalistas.

Etapa	Fase	Texto
Título		Seis grandes desafios a serem vencidos
Orientação Entidade	apresentação prévia/cenário	Apesar da condição de país emergente e de estar entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil ainda possui alguns graves problemas à espera de solução. Por isso, não é demais dizer que os desafios que o país tem pela frente não são poucos. Apresentamos a seguir alguns deles.
Entidade	tipo 1 - Posição do Brasil no ranking do IDH	» Posição do Brasil no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2015 o Brasil ocupava a 75ª posição no tocante à qualidade de vida, isto é, ao Índice de Desenvolvimento Humano - indicador que leva em conta índices como os de esperança de vida ao nascer, anos de escolaridade, renda percapta.
Descrição	tipo 2 – carga tributária	» Alta carga tributária. A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo. Segundo o Tesouro Nacional, em 2015, a carga tributária subiu em relação ao ano anterior e atingiu 32,7% do PIB. Os empresários reclamam que os impostos elevados dificultam a sobrevivência das empresas; a população queixa-se de que os serviços públicos oferecidos em troca desses impostos são de baixa qualidade.
	Tipo 3 – desigualdade social	» Desigualdade social. A desigualdade de rendimentos e de oportunidades é antiga na sociedade brasileira. Em anos recentes, porém, o crescimento econômico, somado à redução da pobreza (em função das políticas de transferência de renda e do aumento do poder de compra do salário mínimo), ocasionou uma diminuição dessa desigualdade, como mostra o gráfico a seguir: Apesar disso, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais da América Latina.
	Tipo 4 – desmatamento da Amazônia	» Altos índices de desmatamento na Amazônia Legal, região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão, e que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os índices de desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013

		e julho de 2014 caíram 15% em relação ao período anterior (2012/2013). Apesar dessa queda, os índices de desmatamento continuam preocupando os ambientalistas.
--	--	--

APÊNDICE G - RECURSOS DE TEMPO EM GÊNEROS ELEMENTARES DE TEXTOS SELECIONADOS

Texto: LD1T12	Gênero: relatório descritivo		
<p>Situação das minorias sociais</p> <p>As mulheres continuam vítimas do preconceito e recebem salários até 30% inferiores aos dos homens na mesma função, além de terem menos oportunidades no mercado de trabalho. Negros e pardos sofrem uma situação semelhante: além de seus salários serem inferiores aos dos brancos, eles têm menos acesso à educação e à saúde e são mais sujeitos ao desemprego. Essa situação reforça os argumentos de quem defende a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, dirigidas à população negra com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades.</p> <p>A violência direcionada à população LGBTI também é alarmante: a cada hora pelo menos uma dessas pessoas sofre algum tipo de agressão.</p> <p>Quanto aos indígenas, além de lutar por maior agilidade no processo de demarcação de suas terras, também têm outros direitos desrespeitados, como o menosprezo às suas especificidades culturais ou a dificuldade de iniciar um curso de graduação, por exemplo, caso não tenham tido acesso a todos os ciclos da educação formal. Sofrem ainda com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal hipotática)			
Circunstância	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	
		indefinida	
		relativa	
		absoluta	
	(em) movimento		
	estática		
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		Sofrem ainda com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
Tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD2T3	Gênero: relatório descritivo			
<p>A Constituição de 1988</p> <p>"De maneira resumida seria possível destacar duas características marcantes da Constituição de 1988. De uma parte, ela tendeu ao aumento da regulamentação da esfera das relações de trabalho e da proteção social. De outra, ela consagrou a transição do sistema de representação sindical de um modelo corporativista estatal para um modelo neocorporativista. Desta forma, pelo menos no capítulo dos direitos sociais, a Carta Constitucional afastou-se léguas do receituário neoliberal, que vem prescrevendo, no país e no exterior, medidas que permitam a flexibilização das relações trabalhistas formalizadas, a diminuição do controle sindical e, quando possível, a redução da proteção social. No plano das normas legais, o novo marco constitucional da questão social amplia o escopo da proteção social[...], aumenta a regulação das relações de trabalho e cria condições para o fortalecimento da representação sindical corporativista."</p> <p>ALMEIDA, M. H. T. de. <i>"Direitos sociais, organização de interesses e corporativismo no Brasil"</i>. In : <i>Novos Estudos Cebrap</i>, n. 25. p. 59.</p>				
relações temporais	classificação	tipo	exemplos	
Hipotaxe (conjunção temporal)				
	extensão	definida		
		indefinida		
	localização	I	definida	
			indefinida	
			relativa	
			absoluta	
			(em) movimento	
			estática	
Adjunto conjuntivo temporal	externo			
	interno			
Adjunto de Modo	(tempo)			
	(usualidade)			
Processo temporal				
Orações relacionais	Participante			
tempo como Participante em orações				
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			De maneira resumida seria possível destacar duas características marcantes da Constituição de 1988.	

Texto: LD3T7	Gênero: relatório descritivo		
<p>Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra. Criaram, por exemplo, a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, que deu voz às suas comunidades, participando de diversos eventos nacionais e internacionais, como as conferências da Unesco na Costa Rica (1981) e o Congresso Indígena da Colômbia (1982).</p> <p>A UNI, junto de outras entidades aliadas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve participação importante nas conquistas indígenas em 1988. O grupo participou na elaboração da proposta que serviria de base para a inserção dos direitos indígenas na nova Constituição, além de acompanhar os trabalhos dos congressistas e manter suas comunidades informadas. A UNI chegou até a inaugurar, em 1986, junto à rádio de estudantes da Universidade de São Paulo (USP), o "Programa de Índio", que se transformou em um dos principais meios de comunicação em muitas aldeias.</p> <p>Entre as principais conquistas indígenas na Constituição de 1988 estão o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos povos indígenas, bem como seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam; o direito dos índios de utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem na educação de suas crianças; e o maior rigor nas autorizações para o aproveitamento de recursos hídricos e para a pesquisa e lavra de recursos naturais nas Terras Indígenas.</p> <p>Segundo o Censo 2010 do IBGE, 817.963 pessoas declararam-se indígenas, representando 305 etnias. A maior parte concentra-se no estado do Amazonas. Além disso, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem hoje 588 Terras Indígenas, sendo 462 regularizadas, o que mostra as dificuldades do Estado brasileiro em demarcar essas áreas. Os fatores para esse problema são diversos, como a ação de madeireiras e da agroindústria, interessadas em explorar os recursos naturais das Terras Indígenas. No norte do Mato Grosso, por exemplo, índios Xavante lutam contra a invasão de fazendeiros em suas terras e sofrem com a violência policial. A situação dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul é a mesma: além de viverem em péssimas condições, estão ameaçados de perderem suas terras desde o final de 2012, quando receberam uma ordem de despejo da Justiça Federal de Naviraí. Na região do Rio São Francisco, povos Truká, Pipipã, Tumbalalá, entre outros, sofrem com as obras de transposição do rio, que os forçam a saírem de suas terras. Além disso, milhares de índios ainda enfrentam a discriminação e a pobreza. Esses são apenas alguns exemplos para mostrar que, apesar dos avanços da Constituição de 1988, os direitos dos povos indígenas no Brasil ainda são muito desrespeitados.</p>			
relações temporais	classificação	Tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra.
		indefinida	

	localização	definida absoluta estática	<p>Criaram, por exemplo, a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, que deu voz às suas comunidades, participando de diversos eventos nacionais e internacionais, como as conferências da Unesco na Costa Rica (1981) e o Congresso Indígena da Colômbia (1982).</p> <p>A UNI, junto de outras entidades aliadas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve participação importante nas conquistas indígenas em 1988.</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como elemento de Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			<p>Entre as principais conquistas indígenas na Constituição de 1988 estão o reconhecimento da organização social</p> <p>Segundo o Censo 2010 do IBGE, 817.963 pessoas declararam-se indígenas, representando 305 etnias. A maior parte concentra-se no estado do Amazonas.</p> <p>Esses são apenas alguns exemplos para mostrar que, apesar dos avanços da Constituição de 1988</p>

Texto: LD4T11	Gênero: relatório descritivo			
<p>A participação popular</p> <p>A elaboração do conjunto de leis mais importante do país contou com grande participação popular. Era a "sociedade civil organizada": associações de bairro e de consumidores, sindicatos, ligas camponesas, associações de médicos, professores, advogados, jornalistas etc. Nessa época, prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.</p> <p>A participação da população na elaboração da Constituição se deu de diversos modos: por meio de visitas coletivas ao Congresso, comícios, cartas direcionadas aos parlamentares ou publicadas nos jornais, entre outros. Mas o modo mais eficaz foram as emendas populares, ou seja, o envio ao Congresso de propostas elaboradas por organizações da sociedade civil. Essas propostas deveriam ser defendidas por, no mínimo, três organizações da sociedade, contendo pelo menos 30 mil assinaturas.</p> <p>A mobilização nacional em torno das emendas populares foi considerável. Foram criados, por exemplo, a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares e o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. Essas organizações tiveram um importante papel, divulgando em todo o território nacional materiais didáticos informando sobre a participação dos cidadãos na elaboração da carta constitucional e sua importância na configuração do futuro do país.</p>				
relações temporais	classificação	tipo	Exemplos	
Hipotaxe (conjunção temporal)				
	extensão	definida		
		indefinida		
	localização	I	definida	
			indefinida	
		relativa		
		absoluta		
		(em) movimento		
		estática		
Adjunto conjuntivo temporal	externo		Nessa época , prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.	
	interno			
Adjunto de Modo	(tempo)			
	(usualidade)			
Processo temporal				
Orações relacionais	Participante			

tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD2T13	Gênero: relato histórico		
<p>O Poder Judiciário e a democracia</p> <p>Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, com a participação de cinco agremiações (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB). Em 1985, os mais diversos partidos políticos puderam disputar as eleições municipais, inclusive os partidos comunistas (PCB e PC do B), proscritos desde 1947. Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960.</p> <p>Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo. Em 1989, e nas eleições gerais subsequentes (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira. Com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), realizado entre agosto e dezembro de 2012, destaca-se a atuação do Poder Judiciário.</p> <p>Em maio de 2008, o STF aprovou a realização de pesquisas com células-tronco no país. Em março de 2009, decidiu favoravelmente aos povos indígenas a questão da presença de não-índios nas terras da reserva Raposa Serra do Sol. Em maio de 2011, o STF reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. Para muitos, o Poder Judiciário acaba realizando as funções legislativas. Para outros, é a morosidade do Congresso que obriga o Judiciário a resolver importantes e polêmicas questões da sociedade brasileira.</p> <p>De qualquer modo, em dezembro de 2012, após 53 sessões, o STF decidiu pela perda de mandato dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) e pela condenação de 25 denunciados (onze com prisão em regime fechado, onze com prisão em regime semiaberto, um em regime aberto e dois com penas alternativas). A atuação do STF, independentemente de se concordar ou não com as decisões ou da argumentação jurídica que se possa apresentar, revela um Poder Judiciário com independência com relação ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. A independência entre os poderes é um dos pré-requisitos para a existência de um regime democrático.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo., foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira. Com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), realizado entre agosto e dezembro de 2012, destaca-se a atuação do Poder Judiciário.
		indefinida	
	localização	definida absoluta estática	Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, com a participação de cinco agremiações (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB).

			<p>Em 1985, os mais diversos partidos políticos puderam disputar as eleições municipais, inclusive os partidos comunistas (PCB e PC do B), proscritos desde 1947.</p> <p>Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960.</p> <p>Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo. Em 1989, e nas eleições gerais subsequentes (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira.</p> <p>Em maio de 2008, o STF aprovou a realização de pesquisas com células-tronco no país.</p> <p>Em março de 2009, decidiu favoravelmente aos povos indígenas a questão da presença de não-índios nas terras da reserva Raposa Serra do Sol.</p> <p>Em maio de 2011, o STF reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual.</p> <p>De qualquer modo, em dezembro de 2012, após 53 sessões, o STF decidiu pela perda de mandato dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) e pela condenação de 25 denunciados (onze com prisão em regime fechado, onze com prisão em regime semiaberto, um em regime aberto e dois com penas alternativas).</p>
		definida absoluta em movimento	<p>Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, com a participação de cinco agremiações (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB).</p> <p>Em 1985, os mais diversos partidos políticos puderam disputar as eleições municipais, inclusive os partidos comunistas (PCB e PC do B), proscritos desde 1947.</p>

			<p>Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960.</p> <p>Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo. Em 1989, e nas eleições gerais subsequentes (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira.</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD3T9	Gênero: relatório histórico		
<p>Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços. Segundo dados do IBGE, a inflação acumulada durante o ano de 1989 chegou a 1.972,91%. É nesse contexto de crise econômica que se iniciaram as campanhas para as eleições presidenciais no país.</p> <p>Em 1989, os brasileiros finalmente puderam voltar a escolher o presidente da República por meio do voto. Apresentaram-se 24 candidatos dos mais diferentes partidos, entre eles Fernando Collor de Mello (PRN), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Maluf (PDS) e Mário Covas (PSDB). Como previa a Constituição de 1988, as eleições ocorreram em dois turnos. O primeiro turno, realizado em 15 de novembro, teve como vencedores Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Durante a campanha, a imagem de Collor como um homem público "moderno", campeão da luta contra a corrupção e "caçador de marajás" passou a ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Contrapondo-se a Collor, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou-se como o candidato dos trabalhadores do Brasil, recebendo o apoio de Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire.</p> <p>Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno. Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	
		indefinida	Durante a campanha, a imagem de Collor como um homem público "moderno", campeão da luta contra a corrupção e "caçador de marajás" passou a ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação.
	localização	definida	Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços. Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno. Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.

			<p>O primeiro turno, realizado em 15 de novembro, teve como vencedores Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>(...) a inflação acumulada durante o ano de 1989 chegou a 1.972,91%.</p>
		indefinida	Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.
		relativa	
		absoluta	<p>Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno.</p> <p>Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.</p> <p>O primeiro turno, realizado em 15 de novembro, teve como vencedores Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.</p>
		(em) movimento	
		estática	Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.
Orações relacionais	Participante		

tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			<p>o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.</p> <p>Como previa a Constituição de 1988, as eleições ocorreram em dois turnos.</p> <p>Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços.</p>

Texto: LD4T14	Gênero: relatório histórico		
<p>O Brasil na era da globalização</p> <p>No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960. Nessa mesma época, o mundo passava por grandes transformações, com o avanço das políticas neoliberais e da globalização dos mercados. No Brasil, fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	<p>No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.</p> <p>No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.</p>
		indefinida	
		relativa	
		absoluta	<p>fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada.</p>

			No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.
		(em) movimento	No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.
		estática	fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada. No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960.
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		Nessa mesma época, o mundo passava por grandes transformações, com o avanço das políticas neoliberais e da globalização dos mercados.
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD5T7	Gênero: relatório histórico		
Corrupção no Parlamento brasileiro			
<p>No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro. Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional. A CPI instalada para averiguar os fatos concluiu o envolvimento de 22 deputados federais e três senadores. Mas apenas seis deles tiveram seus mandatos cassados, os demais acabaram renunciando ou sendo absolvidos. Esse caso ficou conhecido como o "escândalo dos anões do orçamento", devido ao fato de a maioria dos envolvidos serem deputados de baixa estatura. Era mais uma prova de que a corrupção estava enraizada na cultura política brasileira.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro.
		indefinida	
		relativa	
		absoluta	Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional.
		(em) movimento	
estática	Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional.		
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			

tempo como Ente técnico especializado - abstrato			No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro.
--	--	--	---

Texto: LD1T6	Gênero: histórico explicativo		
Tempos de estabilidade e crescimento			
<p>A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.</p> <p>Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960. Envolvido em denúncias de corrupção, tráfico de influência e pressionado por grandes manifestações populares, ele renunciou quando o Congresso abriu seu processo de <i>impeachment</i>.</p> <p>Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários. Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.</p> <p>A estabilidade alcançada pela moeda e o controle da inflação fizeram com que o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), se tornasse conhecido em todo o país. Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.</p> <p>Com a estabilização da moeda, o governo FHC reorganizou as regras do sistema bancário e renegociou as dívidas dos governos estaduais para fortalecer a economia. Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.</p> <p>Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira. Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%.</p> <p>Como resultado, o desemprego diminuiu e o poder aquisitivo de setores das camadas mais pobres da população cresceu. As pessoas passaram a consumir cada vez mais bens e serviços aos quais até então não tinham acesso. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%). Em 2002, ela representava 44,19% da população.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.
	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.

			<p>Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960.</p> <p>Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários.</p> <p>Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.</p> <p>Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.</p> <p>Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.</p> <p>Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%.</p> <p>De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%).</p> <p>Em 2002, ela representava 44,19% da população.</p>
	indefinida		<p>Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira</p>
	relativa		
	absoluta		<p>A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.</p> <p>Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960.</p> <p>Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários.</p>

			<p>Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.</p> <p>Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.</p> <p>Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.</p> <p>Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%.</p> <p>De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%).</p> <p>Em 2002, ela representava 44,19% da população.</p>
	(em) movimento		<p>Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira.</p> <p>Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960.</p>
		estática	<p>A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.</p> <p>.</p> <p>Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários.</p> <p>Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.</p> <p>Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.</p>

			<p>Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.</p> <p>Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%.</p> <p>De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%).</p> <p>Em 2002, ela representava 44,19% da população.</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			(...) houve um período favorável para a economia brasileira.
Elemento temporal do Participante			Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD2T7	Gênero: histórico explicativo		
<p>Crise política e crise econômica</p> <p>A apuração do esquema de corrupção na Petrobras, a prisão e uma sucessão de delações premiadas levaram o governo de Dilma à paralisia. Gradativamente, os apoios obtidos no Congresso Nacional às custas de negociações e divisão de espaços na máquina pública começaram a se desarticular. O governo perdia a maioria parlamentar necessária para sua sustentação política. Grande parte do PMDB, que controlava as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, passou a adotar uma posição de independência que, muitas vezes, os vinculava à oposição.</p> <p>Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014. No início de 2016, a inflação acumulada em um ano ultrapassava a casa dos 10%. A cotação do dólar oscilava acima de 3,6 reais. A projeção do mercado para 2016 era de uma queda de cerca de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto). A taxa de desemprego aproximava-se de 10%.</p> <p>Atordado, o governo mal conseguia encaminhar propostas para a solução da crise. Por outro lado, uma corrente conservadora conseguia ganhar cada vez mais espaço no Congresso e pautava as discussões políticas no país</p> <p>Com números tão ruins na economia, com as investigações na operação Lava Jato atingindo cada vez mais integrantes do governo, a crise política instaurou-se plenamente. Mesmo com denúncias e acusações de envolvimento de integrantes da oposição como Aécio Neves e Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados), a indignação da opinião pública voltou-se principalmente contra o PT e o governo de Dilma.</p> <p>Vestidos de verde e amarelo, milhões de manifestantes tomaram as ruas em protestos ao longo de 2015. As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país. A maior manifestação ocorreu em São Paulo, na mesma avenida que em 2002 havia comemorado a vitória de Lula nas eleições presidenciais. Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente.</p> <p>Conversas telefônicas entre a presidente e o ex-presidente foram gravadas pela Polícia Federal e abertas à imprensa pelo juiz Sérgio Moro, o principal comandante da investigação. Os ânimos acirraram-se ainda mais. Opositores exigiam a renúncia da presidente. Governistas acusavam o juiz de violar a Constituição e de exceder os limites de sua magistratura, ao revelar conversas da presidente, o que só seria legal com autorização do Supremo Tribunal Federal. Em um clima de intensa polarização e espetacularização da política, o show parece chegar próximo ao seu final.</p> <p>Em abril, a base de sustentação do governo ruiu. O vice-presidente, Michel Temer e o seu partido, o PMDB, passaram a articular com a oposição a destituição de Dilma e a montagem de um novo governo. Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos. Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos. No mesmo dia, Temer assumiu a presidência. É importante lembrar que manifestações são legítimas em um regime democrático. Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos

Hiptaxe (conjunção temporal)			<p>As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país.</p> <p>Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.</p>
	extensão	definida	
		indefinida	<p>Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.</p>
	localização	definida	<p>Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014.</p> <p>No início de 2016, a inflação acumulada em um ano ultrapassava a casa dos 10%.</p> <p>A projeção do mercado para 2016 era de uma queda de cerca de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto).</p> <p>As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país.</p> <p>A maior manifestação ocorreu em São Paulo, na mesma avenida que em 2002 havia comemorado a vitória de Lula nas eleições presidenciais.</p> <p>Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente.</p> <p>Em abril, a base de sustentação do governo ruiu.</p>

			<p>Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos.</p> <p>Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos.</p>
	indefinida		<p>Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.</p>
	relativa		<p>No mesmo dia, Temer assumiu a presidência.</p>
	absoluta		<p>Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014.</p> <p>No início de 2016, a inflação acumulada em um ano ultrapassava a casa dos 10%.</p> <p>A projeção do mercado para 2016 era de uma queda de cerca de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto).</p> <p>As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país.</p> <p>A maior manifestação ocorreu em São Paulo, na mesma avenida que em 2002 havia comemorado a vitória de Lula nas eleições presidenciais.</p> <p>Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente.</p> <p>Em abril, a base de sustentação do governo ruiu.</p> <p>Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos.</p>

			<p>Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos.</p>
	(em) movimento		<p>Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014.</p> <p>A projeção do mercado para 2016 era de uma queda de cerca de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto).</p> <p>Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.</p>
	estática		<p>No início de 2016, a inflação acumulada em um ano ultrapassava a casa dos 10%.</p> <p>As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país.</p> <p>A maior manifestação ocorreu em São Paulo, na mesma avenida que em 2002 havia comemorado a vitória de Lula nas eleições presidenciais.</p> <p>Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente.</p> <p>Em abril, a base de sustentação do governo ruiu.</p> <p>Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos.</p> <p>Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos.</p> <p>No mesmo dia, Temer assumiu a presidência.</p>

Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			Em um clima de intensa polarização e espetacularização da política, o show parece chegar próximo ao seu final.
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações ou elemento do Participante			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD3T23	Gênero: histórico explicativo
<p>Governo Dilma Rousseff</p> <p>Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador.</p> <p>Milhões de pessoas deixaram de viver abaixo da linha da pobreza e passaram a ter acesso a serviços e bens que sua condição anterior não permitia.</p> <p>Diante desse sucesso econômico, e com elevadas taxas de popularidade, o presidente Lula lançou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república. Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.</p> <p>No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB, recebendo mais de 55 milhões de votos, e se tornou a primeira mulher a assumir a presidência da república. Seu governo estabeleceu algumas diretrizes como a de continuar com o processo de crescimento econômico do Brasil, mantendo a estabilidade econômica e trabalhando pela erradicação da pobreza no país.</p> <p>No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades, entre elas as polêmicas relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, alvo de críticas de ambientalistas, representantes de movimentos sociais e até da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo eles, a construção da usina provocaria impactos sociais e ambientais negativos na região.</p> <p>Além disso, Dilma também teve de lidar com denúncias de corrupção envolvendo ministros de seu governo. Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão e vários funcionários deixaram suas funções. Para agravar a situação, em 2012 foi iniciado o julgamento do "mensalão", que abalou a imagem de seu governo.</p> <p>Por outro lado, houve avanços sociais significativos. Por exemplo, o programa Brasil Sem Miséria, criado com o objetivo de erradicar a pobreza extrema por meio da garantia de renda, do acesso a serviços e da inclusão produtiva, trazendo avanços ao Bolsa Família: Histórias.</p> <p>Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014.</p> <p>Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade, encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012 e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos, indicando dados sobre os mortos e desaparecidos políticos, os responsáveis pelos crimes de tortura e assassinato, entre outras informações.</p> <p>Os indígenas chamavam a atenção para a violação dos seus direitos e pediam a suspensão da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará.</p> <p>Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, ocorreu uma série de manifestações em todo o país, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Os protestos, iniciados por causa do aumento do valor da passagem dos transportes coletivos em algumas cidades brasileiras, espalharam-</p>	

se pelo Brasil e transformaram-se em movimentos com reivindicações mais amplas e gerais, como o fim da corrupção, a redução dos gastos do governo com a Copa do Mundo de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016, melhorias na saúde e na educação públicas etc.			
relações temporais	Classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	Extensão	definida	
		indefinida	Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão
	Localização	definida	<p>Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador.</p> <p>Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB</p> <p>No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB,</p> <p>No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades,</p> <p>Para agravar a situação, em 2012 foi iniciado o julgamento do "mensalão"</p> <p>Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014.</p> <p>Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade,</p> <p>encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988.</p> <p>A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012</p>

		<p>e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos,</p> <p>Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, ocorreu uma série de manifestações em todo o país,</p>
	indefinida	Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão
	relativa	
	absoluta	<p>Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador.</p> <p>Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB</p> <p>No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB,</p> <p>No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades,</p> <p>Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão</p> <p>Para agravar a situação, em 2012 foi iniciado o julgamento do "mensalão"</p> <p>Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014.</p> <p>Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade,</p> <p>encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988.</p> <p>A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012</p>

		<p>e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos, Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, ocorreu uma série de manifestações em todo o país,</p>
	(em) movimento	
	estática	<p>Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador.</p> <p>Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB</p> <p>No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB,</p> <p>No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades,</p> <p>Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão</p> <p>Para agravar a situação, em 2012 foi iniciado o julgamento do "mensalão"</p> <p>Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014.</p> <p>Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade,</p> <p>encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988.</p> <p>A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012</p> <p>e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos,</p>

			Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff , ocorreu uma série de manifestações em todo o país,
Adjunto conjuntivo temporal	Externo		
	Interno		Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente , ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			<p>Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador.</p> <p>no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.</p> <p>, a redução dos gastos do governo com a Copa do Mundo de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016,</p>

Texto: LD4T15	Gênero: histórico explicativo		
<p>O governo Collor</p> <p>Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada, vencendo no segundo turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical de origem operária.</p> <p>Em sua campanha presidencial, Fernando Collor de Mello representou o neoliberalismo e a modernidade, prometendo prender os corruptos e acabar com a inflação no país. Collor, no entanto, não correspondeu às expectativas da população. Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada, gerando enorme descontentamento.</p> <p>Além de não resolver o problema da inflação, o presidente perdeu definitivamente seu prestígio após a descoberta de um esquema de corrupção chefiado por seu tesoureiro, Paulo César Farias, conhecido como PC Farias. Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar e, pela primeira vez no Brasil, um processo de <i>impeachment</i> foi iniciado. Collor foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	<p>Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada,</p> <p>vencendo no segundo turno o candidato do PT,</p> <p>Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar</p>
		indefinida	
		relativa	
		absoluta	<p>Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada,</p> <p>vencendo no segundo turno o candidato do PT,</p> <p>Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar</p>
		(em) movimento	
estática	<p>Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi</p>		

			<p>eleito presidente da República em uma eleição muito disputada,</p> <p>vencendo no segundo turno o candidato do PT,</p> <p>Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar e, pela primeira vez no Brasil, um processo de <i>impeachment</i> foi iniciado.
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD5T23	Gênero: relato histórico explicativo		
Operação Lava Jato			
<p>Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...]. Nos meses seguintes, o movimento cresceu e passou a reclamar também da qualidade dos serviços públicos e dos elevados gastos com a Copa das Confederações em um país com sérios problemas na educação e na saúde.</p> <p>Em março de 2014 a Polícia Federal deflagrou a operação Lava Jato e descobriu um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras. As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações. Paulo Roberto informou que as grandes empreiteiras pagavam propina para vencer a concorrência em obras da Petrobras e o dinheiro desviado ia para as contas de executivos e de políticos de diferentes partidos.</p> <p>No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves. No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou; o Brasil apresentou um PIB negativo (-3,8). Os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentaram enquanto as taxas de desemprego voltaram a subir. Além disso, a presidente foi perdendo seus aliados no Parlamento. Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de <i>impeachment</i> acusando a presidente de ter cometido crime de responsabilidade. Assistiu-se, então, a uma polarização política; de um lado, os manifestantes favoráveis ao impeachment da presidente Dilma; de outro, os que defendiam sua permanência à frente do governo.</p> <p>(...)</p> <p>Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.</p> <p>Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório apresentado e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República por crime de responsabilidade. Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff, por entender que havia indícios suficientes de que ela cometera crime de responsabilidade. A notificação da decisão do Senado foi entregue à própria Dilma Rousseff e uma outra notificação comunicou ao vice-presidente Michel Temer que ele passava a ser o governante em exercício.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	Entre maio e junho de 2013 , milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...].

		<p>No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil.</p> <p>No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou;</p> <p>Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de <i>impeachment</i></p> <p>Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.</p> <p>Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff</p>
	indefinida	
	relativa	
	absoluta	<p>Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...].</p> <p>No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil.</p> <p>No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou;</p> <p>Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de <i>impeachment</i></p> <p>Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.</p> <p>Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff</p>

		(em) movimento	
		estática	<p>Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...].</p> <p>No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil.</p> <p>No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou;</p> <p>Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de <i>impeachment</i></p> <p>Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.</p> <p>Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		Nos meses seguintes, o movimento cresceu e passou a reclamar também da qualidade dos serviços públicos e dos elevados gastos com a Copa das Confederações em um país com sérios problemas na educação e na saúde.
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD1T14	Gênero: exposição		
<p>Violência urbana e corrupção</p> <p>Roubos, assassinatos, sequestros e estupros ainda ocorrem em quantidades alarmantes, especialmente nas grandes cidades. Entre os diversos fatores que contribuem para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de drogas, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.</p> <p>O Brasil também está entre as nações com os mais altos índices de mortes por arma de fogo do mundo, em níveis comparáveis ao de países em guerra. Segundo o Mapa da Violência, realizado com dados do Ministério de Saúde, mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012 - 21,9 pessoas em cada grupo de 100 mil, o pior índice da série histórica. Dezesseis milhões de armas de fogo circulam pelo país, 90% das quais estão nas mãos de civis.</p> <p>Outra forma de crime corrói boa parte de nossas instituições: a corrupção (veja box na página 272), que se manifesta nas esferas pública e privada. De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo. Em uma escala de 0 a 100, na qual o zero indica o país mais corrupto, a nota do Brasil foi 43.</p> <p>Assim, embora não se possa ignorar os avanços, ainda há muito a ser feito pela ética e igualdade no Brasil: acabar com as profundas desigualdades sociais, combater a corrupção, extinguir a violência, erradicar todas as formas de preconceito. É preciso garantir condições de vida equivalentes para todos os setores da população e não apenas para um pequeno grupo de privilegiados.</p> <p>E isso não é uma tarefa que diga respeito apenas ao Estado. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade nesse contínuo processo de construção de um mundo mais ético, justo e democrático.</p>			
relações temporais	classificação	tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			
	extensão	definida	
		indefinida	
	localização	definida	<p>mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012</p> <p>De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo.</p>
		indefinida	
		relativa	
		absoluta	<p>mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012</p> <p>De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil</p>

			encontra-se em 69º lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo.
		(em) movimento	
		estática	mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012 De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo.
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD2T18	Gênero: exposição
<p>A LIBERDADE DE EXPRESSÃO</p> <p>"Nos últimos dias, aconteceu uma execução de jornalistas. [...] Para os europeus, é necessário conservar a liberdade de expressão e evitar represália da parte do terrorismo. [...]</p> <p>Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Eles vêm de várias regiões, são frutos de uma mistura cultural, linguística e política. Nunca esqueça que os seres humanos, assim como vocês e eu, provêm de sua cultura, de sua língua, de sua visão de mundo, de sua liberdade, de sua política, de seu patrimônio, de sua representação histórica. Estamos todos no mesmo barco, porque a cultura é a mais importante.</p> <p>Quando os terroristas dizem que estamos proibidos de representar Maomé, é porque o Islã proíbe a representação de Maomé [...]</p> <p>O assassino dos jornalistas de Charlie Hebdo entrou na redação e atirou em todos que estavam lá, somente por eles terem ousado representar o profeta. Esse é o grande debate. Se a França fizer alguma concessão, terá que assumir para o mundo que a Europa é uma parte do mundo em que não há liberdade de expressão total[...].</p>	

Com a manifestação **de hoje**, a França, que é um pequeno país, com 60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas. Algumas pessoas liam o Charlie Hebdo. Era um jornal que tinha a tiragem de 100 mil exemplares. Não era um jornal popular, mas o massacre dos jornalistas fez com que, espontaneamente, milhares de pessoas saíssem às ruas por três questões essenciais: não se deve tocar na liberdade de expressão. Mesmo se ela for inconveniente, ela é absoluta, como ocorre na Suécia, na Finlândia. É preciso ter respeito com a liberdade de expressão. A segunda questão é o fato de se incitar à violência. Você diz que não concorda com nada na religião ou na política, mas os que não concordam com isso não podem ameaçar a liberdade de expressão. É muito forte essa ideia, muito difícil. A terceira medida -que fez a França ter essa manifestação espontânea foi o desejo de fraternidade. Houve muitas ameaças terroristas na França. Nós assumimos essa responsabilidade humana, republicana, democrática. Os franceses não são heróis, não são melhores que outros povos. Simplesmente é defender o direito fundamental de um país[...]. Charlie Hebdo é o exemplo de quem exagera na liberdade de expressão, mas, de todo modo, deve ser defendido. Não há concessão possível para a liberdade de expressão. [...]

Essa é a radicalização da democracia, é a liberdade por tudo e para todos, seja pela religião, seja pela política, seja pela comunicação, seja no poder ético. Não se pode interditar a liberdade de expressão, mesmo se não gostar do que foi dito. Esse é o arranjo político de Charlie Hebdo. Por isso que o mundo inteiro se manifestou, porque muitos países viram que o que se passou na França diz respeito à liberdade de expressão do mundo inteiro[...]. Eu repito que a lição desse massacre é a liberdade de expressão absoluta, a fraternidade, liberdade e, finalmente, a França como símbolo de certa concepção de universalidade[...]."

WOLTON, Dominique. "A liberdade de expressão e o Charlie Hebdo".

campo		tipo	Exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			Quando os terroristas dizem que estamos proibidos de representar Maomé, é porque o Islã proíbe a representação de Maomé [...]
relações Legenda Relações de tempo Circunstância (localização/relativa próxima): "Nos últimos dias" Circunstância (localização/definida): "Hoje" Relações causais		definida	
		indefinida	
	localização	definida	Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Com a manifestação de hoje , a França, que é um pequeno país, com 60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas.
		indefinida	" Nos últimos dias , aconteceu uma execução de jornalistas.
	relativa	" Nos últimos dias , aconteceu uma execução de jornalistas. Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Com a manifestação de hoje , a França, que é um pequeno país, com	

			60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas.
		absoluta	
		(em) movimento	
		estática	"Nos últimos dias, aconteceu uma execução de jornalistas. Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Com a manifestação de hoje, a França, que é um pequeno país, com 60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas.
Adjunto conjuntivo temporal	externo		Nunca esqueça que os seres humanos, assim como vocês e eu, provêm de sua cultura, de sua língua, de sua visão de mundo, de sua liberdade, de sua política, de seu patrimônio, de sua representação histórica.
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD3T28	Gênero: exposição		
<p>Racismo não é mal-entendido</p> <p>Infelizmente, os casos de racismo no Brasil são recorrentes. O preconceito racial vai desde manifestações que aparentemente parecem pequenas, como a difusão por revistas de beleza e campanhas de publicidade de que o cabelo crespo dos negros é "ruim", até atitudes extremas e violentas, como o assassinato de milhares de jovens negros, principalmente nas periferias brasileiras.</p> <p>Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão nos meios de comunicação, ocorreu em 2013, em uma grande concessionária na cidade do Rio de Janeiro. Um gerente da loja dirigiu-se a um menino negro e adotado, de 7 anos, dizendo que ele não poderia ficar no local. A criança estava procurando os pais, que estavam na loja para comprar um carro. Indignados, os pais denunciaram a concessionária. Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio. Diante do ocorrido, o Grêmio foi eliminado do campeonato.</p> <p>Esses são apenas alguns exemplos lamentáveis que escancaram a discriminação racial no país, ainda um grave problema a ser resolvido pela sociedade e pelas autoridades públicas brasileiras.</p>			
campo		tipo	exemplos
Hipotaxe (conjunção temporal)			Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio.
relações Legenda Relações de tempo Circunstância (localização/absoluta): “em 2013”, “em 2014” elemento temporal do Participante: “a um menino negro e adotado, de 7 anos” Relações causais		definida	
		indefinida	
	localização	definida	Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão nos meios de comunicação, ocorreu em 2013, Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio.
		indefinida	
		relativa	
	absoluta	Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão	

			<p>nos meios de comunicação, ocorreu em 2013,</p> <p>Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio.</p>
		(em) movimento	
		estática	<p>Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão nos meios de comunicação, ocorreu em 2013,</p> <p>Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio.</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Elemento temporal do Participante			Um gerente da loja dirigiu-se a um menino negro e adotado, de 7 anos, dizendo que ele não poderia ficar no local.
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD4T32	Gênero: exposição		
<p>A violência urbana e a criminalidade</p> <p>O Brasil é um dos países com maior índice de violência e criminalidade do mundo, destacando-se crimes como homicídios, latrocínios e sequestros.</p> <p>Em nosso país, grupos criminosos formam organizações fortemente armadas que se sustentam por meio de práticas ilícitas, como o tráfico de armas e de drogas e a comercialização de produtos contrabandeados.</p> <p>Muitas dessas organizações exercem poder e influência sobre as comunidades nas quais se estabelecem, dificultando que os órgãos de segurança pública combatam o crime.</p> <p>Essa violência, ligada em grande parte à criminalidade, está diretamente relacionada às grandes desigualdades sociais e à má distribuição de renda entre a população.</p>			
campo		tipo	exemplos
modo			
relações		definida	
		indefinida	
Legenda	localização		
Relações de tempo NÃO TEM	I	definida	
		indefinida	
Relações causais		relativa	
		absoluta	
		(em) movimento	
		estática	
Adjunto conjuntivo temporal	externo		
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como Participante em orações			
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			

Texto: LD5T24	Gênero: exposição		
<p>O governo Dilma Rousseff: da coalizão à colisão</p> <p>Na República Presidencialista do Brasil, o Executivo tem grande poder, conferido a ele pela Constituição de 1988. Um deles é propor medidas provisórias. Ao mesmo tempo, no entanto, para pôr em prática os projetos de seu governo, o presidente da República - chefe do Poder Executivo - tem de conseguir maioria no Parlamento. É o chamado presidencialismo de coalizão. Ou seja, o presidente governa buscando apoio da maioria dos deputados e senadores.</p> <p>Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de urna coalizão (base aliada) que deixava de lado as divergências para apoiar as propostas do governo.</p> <p>Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com o compromisso de dar continuidade a seu antecessor, manter o emprego em alta e a inflação, em baixa. Apesar de a economia internacional ter sofrido forte retração em função dos efeitos da crise de 2008, o primeiro governo Dilma não impôs restrições aos gastos públicos, especialmente na área social. Além disso, a presidente construiu a imagem de que travava urna "queda de braço" com os políticos corruptos, demitindo ministros e auxiliares próximos acusados de uso indevido dos recursos públicos.</p> <p>O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado e com dificuldades de aprovar ajustes nas contas públicas. Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição. A tensão entre o Legislativo e o Executivo cresceu quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.</p> <p>Com urna base aliada fragmentada e o apoio instável de seu próprio partido, o PT, Dilma Rousseff perdeu força; o presidencialismo passou a ser mais de colisão do que de coalizão.</p>			
campo		tipo	exemplos
modo			
Hipotaxe (com conjunção temporal hipotática)			quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.
relações		definida	
Legenda		indefinida	
Relações de tempo Hipotaxe (com conjunção temporal hipotática): “quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada” Circunstância (localização/absoluta): “em 2010”, “Em 2015”	localização	definida	Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) , por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de urna coalizão (base aliada) Dilma Rousseff foi eleita em 2010

<p>Circunstância (extensão/definida): “(1995-2002)”, “Lula (2003-2010)”, “O primeiro ano do segundo mandato de Dilma” Adjunto conjuntivo coesivo (tempo externo): “em fevereiro daquele ano” tempo como Ente técnico abstrato especializado: “Constituição de 1988”</p> <p>Relações causais</p>			<p>O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado</p> <p>Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara.</p> <p>em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição.</p>
	indefinida		
	relativa		
	absoluta	<p>Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de urna coalizão (base aliada)</p> <p>Dilma Rousseff foi eleita em 2010</p> <p>O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado</p> <p>Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara</p>	
	(em) movimento		
estática	<p>Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de urna coalizão (base aliada)</p>		

			<p>Dilma Rousseff foi eleita em 2010</p> <p>O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado</p> <p>Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara</p>
Adjunto conjuntivo temporal	externo		Ao mesmo tempo, no entanto, para pôr em prática os projetos de seu governo, o presidente da República - chefe do Poder Executivo - tem de conseguir maioria no Parlamento.
	interno		
Adjunto de Modo	(tempo)		
	(usualidade)		
Processo temporal			
Orações relacionais	Participante		
tempo como elemento de Participante em orações			Apesar de a economia internacional ter sofrido forte retração em função dos efeitos da crise de 2008
tempo como Ente técnico especializado - abstrato			Na República Presidencialista do Brasil, o Executivo tem grande poder, conferido a ele pela Constituição de 1988.

APÊNDICE I - RECURSOS DE CAUSALIDADE EM GÊNEROS ELEMENTARES DE TEXTOS SELECIONADOS

Legenda:

Circunstância de causa

Oração hipotática dependente expansão por extensão - realce (propósito/finalidade)

Oração hipotática dependente expansão por extensão - realce (maneira/modo)

Oração dependente extensão de expansão por extensão - realce (causa)

Adjunto conjuntivo

Processo como causa

Participante ou parte do Participante como causa

Oração paratática

Oração paratática por justaposição

Texto: LD1T12	Gênero: relatório descritivo
<p>Situação das minorias sociais</p> <p>As mulheres continuam vítimas do preconceito e recebem salários até 30% inferiores aos dos homens na mesma função, além de terem menos oportunidades no mercado de trabalho.</p> <p>Negros e pardos sofrem uma situação semelhante: além de seus salários serem inferiores aos dos brancos, eles têm menos acesso à educação e à saúde e são mais sujeitos ao desemprego. Essa situação reforça os argumentos de quem defende a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, dirigidas à população negra com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades.</p> <p>A violência direcionada à população LGBTI também é alarmante: a cada hora pelo menos uma dessas pessoas sofre algum tipo de agressão.</p> <p>Quanto aos indígenas, além de lutar por maior agilidade no processo de demarcação de suas terras, também têm outros direitos desrespeitados, como o menosprezo às suas especificidades culturais ou a dificuldade de iniciar um curso de graduação, por exemplo, caso não tenham tido acesso a todos os ciclos da educação formal. Sofrem ainda com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.</p>	

Texto: LD2T13	Gênero: relatório descritivo
<p>Eleições diretas à vista</p> <p>Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços. Segundo dados do IBGE, a inflação acumulada durante o ano de 1989 chegou a 1.972,91%. É nesse contexto de crise econômica que se iniciaram as campanhas para as eleições presidenciais no país.</p>	

Em 1989, os brasileiros finalmente puderam voltar a escolher o presidente da República por meio do voto. Apresentaram-se 24 candidatos dos mais diferentes partidos, entre eles Fernando Collor de Mello (PRN), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Maluf (PDS) e Mário Covas (PSDB). Como previa a Constituição de 1988, as eleições ocorreram em dois turnos. O primeiro turno, realizado em 15 de novembro, teve como vencedores Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante a campanha, a imagem de Collor como um homem público "moderno", campeão da luta contra a corrupção e "caçador de marajás" passou a ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Contrapondo-se a Collor, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou-se como o candidato dos trabalhadores do Brasil, recebendo o apoio de Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire.

Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno.

Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.

Texto: LD2T3

Gênero: relatório descritivo

A Constituição de 1988

"De maneira resumida seria possível destacar duas características marcantes da Constituição de 1988. De uma parte, ela tendeu ao aumento da regulamentação da esfera das relações de trabalho e da proteção social. De outra, ela consagrou a transição do sistema de representação sindical de um modelo corporativista estatal para um modelo neocorporativista.

Desta forma, pelo menos no capítulo dos direitos sociais, a Carta Constitucional afastou-se léguas do receituário neoliberal, que vem prescrevendo, no país e no exterior, medidas que permitam a flexibilização das relações trabalhistas formalizadas, a diminuição do controle sindical e, quando possível, a redução da proteção social. No plano das normas legais, o novo marco constitucional da questão social amplia o escopo da proteção social[...], aumenta a regulação das relações de trabalho e cria condições para o fortalecimento da representação sindical corporativista."

ALMEIDA, M. H. T. de. *"Direitos sociais, organização de interesses e corporativismo no Brasil"*. In : *Novos Estudos Cebrap*, n. 25. p. 59.

Texto: LD3T7

Gênero: relatório descritivo

Na década de 1980, muitos indígenas de diferentes etnias passaram a se organizar politicamente com o objetivo de participar dos assuntos de seu interesse, especialmente o referente à terra. Criaram, por exemplo, a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, que deu voz às suas comunidades, participando de diversos eventos nacionais e internacionais, como as conferências da Unesco na Costa Rica (1981) e o Congresso Indígena da Colômbia (1982).

A UNI, junto de outras entidades aliadas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve participação importante nas conquistas indígenas em 1988. O grupo participou na elaboração da proposta que serviria de base para a inserção dos direitos indígenas na nova Constituição, além de acompanhar os trabalhos dos congressistas e manter suas comunidades informadas. A UNI chegou até a inaugurar, em 1986, junto à rádio de estudantes da Universidade de São Paulo (USP), o "Programa de Índio", que se transformou em um dos principais meios de comunicação em muitas aldeias.

Entre as principais conquistas indígenas na Constituição de 1988 estão o reconhecimento da organização social, dos costumes, das línguas, das crenças e das tradições dos povos indígenas, bem como seus direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam; o direito dos índios de utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem na educação de suas crianças; e o maior rigor nas autorizações para o aproveitamento de recursos hídricos e para a pesquisa e lavra de recursos naturais nas Terras Indígenas.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, 817.963 pessoas declararam-se indígenas, representando 305 etnias. A maior parte concentra-se no estado do Amazonas. Além disso, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem hoje 588 Terras Indígenas, sendo 462 regularizadas, o que mostra as dificuldades do Estado brasileiro em demarcar essas áreas. Os fatores para esse problema são diversos, como a ação de madeireiras e da agroindústria, interessadas em explorar os recursos naturais das Terras Indígenas. No norte do Mato Grosso, por exemplo, índios Xavante lutam contra a invasão de fazendeiros em suas terras e sofrem com a violência policial. A situação dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul é a mesma: além de viverem em péssimas condições, estão ameaçados de perderem suas terras desde o final de 2012, quando receberam uma ordem de despejo da Justiça Federal de Naviraí. Na região do Rio São Francisco, povos Truká, Pipipã, Tumbalalá, entre outros, sofrem com as obras de transposição do rio, que os forçam a saírem de suas terras. Além disso, milhares de índios ainda enfrentam a discriminação e a pobreza. Esses são apenas alguns exemplos para mostrar que, apesar dos avanços da Constituição de 1988, os direitos dos povos indígenas no Brasil ainda são muito desrespeitados.

Texto: LD4T11

Gênero: relatório descritivo

A participação popular

A elaboração do conjunto de leis mais importante do país contou com grande participação popular. Era a "sociedade civil organizada": associações de bairro e de consumidores, sindicatos, ligas camponesas, associações de médicos, professores, advogados, jornalistas etc. Nessa época, prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.

A participação da população na elaboração da Constituição se deu de diversos modos: por meio de visitas coletivas ao Congresso, comícios, cartas direcionadas aos parlamentares ou publicadas nos jornais, entre outros. Mas o modo mais eficaz foram as emendas populares, ou seja, o envio ao Congresso de propostas elaboradas por organizações da sociedade civil. Essas propostas deveriam

ser defendidas por, no mínimo, três organizações da sociedade, contendo pelo menos 30 mil assinaturas.

A mobilização nacional em torno das emendas populares foi considerável. Foram criados, por exemplo, a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares e o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. Essas organizações tiveram um importante papel, divulgando em todo o território nacional materiais didáticos informando sobre a participação dos cidadãos na elaboração da carta constitucional e sua importância na configuração do futuro do país.

Texto: LD5T25

Gênero: relatório descritivo

LD5T25#Seis grandes desafios a serem vencidos

Apesar da condição de país emergente e de estar entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil ainda possui alguns graves problemas à espera de solução. Por isso, não é demais dizer que os desafios que o país tem pela frente não são poucos. Apresentamos a seguir alguns deles.

» Posição do Brasil no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2015 o Brasil ocupava a 75ª posição no tocante à qualidade de vida, isto é, ao Índice de Desenvolvimento Humano - indicador que leva em conta índices como os de esperança de vida ao nascer, anos de escolaridade, renda percapta.

» Alta carga tributária. A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo. Segundo o Tesouro Nacional, em 2015, a carga tributária subiu em relação ao ano anterior e atingiu 32,7% do PIB. **Os empresários reclamam que os impostos elevados dificultam a sobrevivência das empresas;** a população queixa-se de que os serviços públicos oferecidos em troca desses impostos são de baixa qualidade.

» Desigualdade social. A desigualdade de rendimentos e de oportunidades é antiga na sociedade brasileira. Em anos recentes, porém, o crescimento econômico, somado à redução da pobreza (em função das políticas de transferência de renda e do aumento do poder de compra do salário mínimo), ocasionou uma diminuição dessa desigualdade, como mostra o gráfico a seguir: Apesar disso, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais da América Latina.

» Altos índices de desmatamento na Amazônia Legal, região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão, e que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os índices de desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014 caíram 15% em relação ao período anterior (2012/2013). Apesar dessa queda, os índices de desmatamento continuam preocupando os ambientalistas.

Texto: LD1T | Gênero: relato HISTÓRICO

NÃO TEM GÊNERO ELEMENTAR

Texto: LD2T13	Gênero: relato histórico
<p>O Poder Judiciário e a democracia</p> <p>Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias desde 1966, com a participação de cinco agremiações (PDS, PDT, PT, PTB e PMDB). Em 1985, os mais diversos partidos políticos puderam disputar as eleições municipais, inclusive os partidos comunistas (PCB e PC do B), proscritos desde 1947. Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições diretas para a presidência da República, desde 1960.</p> <p>Pode-se dizer que, entre 1982 e 1988, tivemos o protagonismo do Poder Legislativo. Em 1989, e nas eleições gerais subsequentes (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), foi a vez do Poder Executivo sobressair como representação democrática da sociedade brasileira. Com o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), realizado entre agosto e dezembro de 2012, destaca-se a atuação do Poder Judiciário.</p> <p>Em maio de 2008, o STF aprovou a realização de pesquisas com células-tronco no país. Em março de 2009, decidiu favoravelmente aos povos indígenas a questão da presença de não-índios nas terras da reserva Raposa Serra do Sol. Em maio de 2011, o STF reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. Para muitos, o Poder Judiciário acaba realizando as funções legislativas. Para outros, é a morosidade do Congresso que obriga o Judiciário a resolver importantes e polêmicas questões da sociedade brasileira.</p> <p>De qualquer modo, em dezembro de 2012, após 53 sessões, o STF decidiu pela perda de mandato dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) e pela condenação de 25 denunciados (onze com prisão em regime fechado, onze com prisão em regime semiaberto, um em regime aberto e dois com penas alternativas).</p> <p>A atuação do STF, independentemente de se concordar ou não com as decisões ou da argumentação jurídica que se possa apresentar, revela um Poder Judiciário com independência com relação ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. A independência entre os poderes é um dos pré-requisitos para a existência de um regime democrático.</p>	

Texto: LD3T9	Gênero: relatório histórico
<p>Depois da esperança renascida e revitalizada pelo início da Nova República, o governo Sarney encerrou-se em clima de descrédito, sobretudo por causa da alta dos preços. Segundo dados do IBGE, a inflação acumulada durante o ano de 1989 chegou a 1.972,91%. É nesse contexto de crise econômica que se iniciaram as campanhas para as eleições presidenciais no país.</p> <p>Em 1989, os brasileiros finalmente puderam voltar a escolher o presidente da República por meio do voto. Apresentaram-se 24 candidatos dos mais diferentes partidos, entre eles Fernando Collor de Mello (PRN), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif Domingos (PL), Paulo Maluf (PDS) e Mário Covas (PSDB). Como previa a Constituição de 1988, as eleições ocorreram em dois turnos. O primeiro turno, realizado em 15 de novembro, teve como vencedores Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.</p>	

Durante a campanha, a imagem de Collor como um homem público "moderno", campeão da luta contra a corrupção e "caçador de marajás" passou a ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Contrapondo-se a Collor, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou-se como o candidato dos trabalhadores do Brasil, recebendo o apoio de Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire.

Em 17 de dezembro de 1989, os eleitores voltaram às urnas para o segundo turno.

Collor venceu com 53,03% dos votos contra 46,97% de Lula.

Texto: LD4T14

Gênero: relatório histórico

O Brasil na era da globalização

No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960. **Nessa mesma época, o mundo passava por grandes transformações, com o avanço das políticas neoliberais e da globalização dos mercados.** No Brasil, fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada.

Texto: LD5T7

Gênero: relatório histórico

Corrupção no Parlamento brasileiro

No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro. Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional. A CPI instalada **para averiguar os fatos** concluiu o envolvimento de 22 deputados federais e três senadores. Mas apenas seis deles tiveram seus mandatos cassados, os demais acabaram renunciando ou sendo absolvidos. Esse caso ficou conhecido como o "escândalo dos anões do orçamento", **devido ao fato de a maioria dos envolvidos serem deputados de baixa estatura.** Era mais uma prova de que a corrupção estava enraizada na cultura política brasileira.

Texto: LD1T6

Gênero: histórico explicativo

Tempos de estabilidade e crescimento

A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.

Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960. **Envolvido em denúncias de corrupção, tráfico de influência e pressionado por grandes manifestações populares,** ele renunciou quando o Congresso abriu seu processo de *impeachment*.

Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários. Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda que circula no Brasil atualmente.

A estabilidade alcançada pela moeda e o controle da inflação fizeram com que o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), se tornasse conhecido em todo o país. Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.

Com a estabilização da moeda, o governo FHC reorganizou as regras do sistema bancário e renegociou as dívidas dos governos estaduais para fortalecer a economia. Uma medida significativa foi a Lei da Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.

Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira. Em 2010, no final do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o PIB brasileiro aumentou 7,5%.

Como resultado, o desemprego diminuiu e o poder aquisitivo de setores das camadas mais pobres da população cresceu. As pessoas passaram a consumir cada vez mais bens e serviços aos quais até então não tinham acesso. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%). Em 2002, ela representava 44,19% da população.

Texto: LD2T7	Gênero: histórico explicativo
<p>Crise política e crise econômica</p> <p>A apuração do esquema de corrupção na Petrobras, a prisão e uma sucessão de delações premiadas levaram o governo de Dilma à paralisação. Gradativamente, os apoios obtidos no Congresso Nacional às custas de negociações e divisão de espaços na máquina pública começaram a se desarticular. O governo perdia a maioria parlamentar necessária para sua sustentação política. Grande parte do PMDB, que controlava as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, passou a adotar uma posição de independência que, muitas vezes, os vinculava à oposição. Em meio à crise política, uma devastadora crise econômica intensificou-se desde o final de 2014. No início de 2016, a inflação acumulada em um ano ultrapassava a casa dos 10%. A cotação do dólar oscilava acima de 3,6 reais. A projeção do mercado para 2016 era de uma queda de cerca de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto). A taxa de desemprego aproximava-se de 10%.</p> <p>Atordoado, o governo mal conseguia encaminhar propostas para a solução da crise. Por outro lado, uma corrente conservadora conseguia ganhar cada vez mais espaço no Congresso e pautava as discussões políticas no país</p> <p>Com números tão ruins na economia, com as investigações na operação Lava Jato atingindo cada vez mais integrantes do governo, a crise política instaurou-se plenamente. Mesmo com denúncias e acusações de envolvimento de integrantes da oposição como Aécio Neves e Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados), a indignação da opinião pública voltou-se principalmente contra o PT e o governo de Dilma.</p> <p>Vestidos de verde e amarelo, milhões de manifestantes tomaram as ruas em protestos ao longo de 2015. As manifestações atingiram seu ápice em 13 de março de 2016, quando cerca de cinco milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas cidades do país. A maior manifestação ocorreu em São Paulo, na mesma avenida que em 2002 havia comemorado a vitória de Lula nas eleições presidenciais. Em 2016, os manifestantes pediam a renúncia de Dilma e a prisão do ex-presidente. Conversas telefônicas entre a presidente e o ex-presidente foram gravadas pela Polícia Federal e abertas à imprensa pelo juiz Sérgio Moro, o principal comandante da investigação. Os ânimos acirraram-se ainda mais. Opositores exigiam a renúncia da presidente. Governistas acusavam o juiz de violar a Constituição e de exceder os limites de sua magistratura, ao revelar conversas da presidente, o que só seria legal com autorização do Supremo Tribunal Federal. Em um clima de intensa polarização e espetacularização da política, o show parece chegar próximo ao seu final.</p> <p>Em abril, a base de sustentação do governo ruiu. O vice-presidente, Michel Temer e o seu partido, o PMDB, passaram a articular com a oposição a destituição de Dilma e a montagem de um novo governo. Em 17 de abril, a Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment por 367 votos. Em 12 de maio, o plenário do Senado aprovou o afastamento de Dilma por 55 votos. No mesmo dia, Temer assumiu a presidência.</p> <p>É importante lembrar que manifestações são legítimas em um regime democrático. Os manifestantes, de quaisquer preferências ideológicas ou siglas partidárias, devem lembrar, também, que só podem ocupar as ruas porque a democracia foi instaurada a partir de 1985, pela qual, milhares saíram às ruas quando era proibido protestar.</p>	

Texto: LD3T23	Gênero: histórico explicativo
<p data-bbox="229 280 422 309">Governo Dilma</p> <p data-bbox="229 322 1431 398">Durante o governo Lula, o Brasil alcançou elevados índices de crescimento econômico: aumento nos níveis de consumo, da produção industrial, da renda média do trabalhador.</p> <p data-bbox="229 412 1431 488">Milhões de pessoas deixaram de viver abaixo da linha da pobreza e passaram a ter acesso a serviços e bens que sua condição anterior não permitia.</p> <p data-bbox="229 501 1431 676">Diante desse sucesso econômico, e com elevadas taxas de popularidade, o presidente Lula lançou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república. Militante que lutou contra o regime militar, ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra-chefe da Casa Civil no governo Lula, Dilma teve como candidato a vice o ex-deputado Michel Temer, do PMDB.</p> <p data-bbox="229 689 1431 766">No segundo turno das eleições de 2010, Dilma venceu o candidato José Serra, do PSDB, recebendo mais de 55 milhões de votos, e se tornou a primeira mulher a assumir a presidência da república.</p> <p data-bbox="229 779 1431 900">Seu governo estabeleceu algumas diretrizes como a de continuar com o processo de crescimento econômico do Brasil, mantendo a estabilidade econômica e trabalhando pela erradicação da pobreza no país.</p> <p data-bbox="229 913 1431 1133">No entanto, logo no primeiro ano de seu mandato, Dilma teve de enfrentar várias dificuldades, entre elas as polêmicas relacionadas à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, alvo de críticas de ambientalistas, representantes de movimentos sociais e até da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo eles, a construção da usina provocaria impactos sociais e ambientais negativos na região.</p> <p data-bbox="229 1146 1431 1312">Além disso, Dilma também teve de lidar com denúncias de corrupção envolvendo ministros de seu governo. Em pouco mais de treze meses de mandato, sete ministros pediram demissão e vários funcionários deixaram suas funções. Para agravar a situação, em 2012 foi iniciado o julgamento do "mensalão", que abalou a imagem de seu governo.</p> <p data-bbox="229 1326 1431 1536">Por outro lado, houve avanços sociais significativos. Por exemplo, o programa Brasil Sem Miséria, criado com o objetivo de erradicar a pobreza extrema por meio da garantia de renda, do acesso a serviços e da inclusão produtiva, trazendo avanços ao Bolsa Família: Histórias. Além disso, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o Brasil conseguiu sair do mapa da fome em 2014.</p> <p data-bbox="229 1550 1431 1769">Outro acontecimento importante do governo Dilma foi a criação, em 2011, da Comissão Nacional da Verdade, encarregada de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988. A Comissão iniciou seus trabalhos em 2012 e, em dezembro de 2014, divulgou o relatório final de seus trabalhos, indicando dados sobre os mortos e desaparecidos políticos, os responsáveis pelos crimes de tortura e assassinato, entre outras informações.</p> <p data-bbox="229 1783 1431 1859">Os indígenas chamavam a atenção para a violação dos seus direitos e pediam a suspensão da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará.</p> <p data-bbox="229 1872 1431 2047">Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, ocorreu uma série de manifestações em todo o país, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho. Os protestos, iniciados por causa do aumento do valor da passagem dos transportes coletivos em algumas cidades brasileiras, espalharam-se pelo Brasil e transformaram-se em movimentos com reivindicações mais amplas e gerais, como o fim da</p>	

corrupção, a redução dos gastos do governo com a Copa do Mundo de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016, melhorias na saúde e na educação públicas etc.

Texto: LD4T15

Gênero: histórico explicativo

O governo Collor

Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada, vencendo no segundo turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical de origem operária.

Em sua campanha presidencial, Fernando Collor de Mello representou o neoliberalismo e a modernidade, prometendo prender os corruptos e acabar com a inflação no país. Collor, no entanto, não correspondeu às expectativas da população. Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada, gerando enorme descontentamento.

Além de não resolver o problema da inflação, o presidente perdeu definitivamente seu prestígio após a descoberta de um esquema de corrupção chefiado por seu tesoureiro, Paulo César Farias, conhecido como PC Farias. Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar e, pela primeira vez no Brasil, um processo de *impeachment* foi iniciado. Collor foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos.

Texto: LD5T23

Gênero: relato histórico explicativo

Operação Lava Jato

Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus.[...]. Nos meses seguintes, o movimento cresceu e passou a reclamar também da qualidade dos serviços públicos e dos elevados gastos com a Copa das Confederações em um país com sérios problemas na educação e na saúde.

Em março de 2014 a Polícia Federal deflagrou a operação Lava Jato e descobriu um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras. As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações. Paulo Roberto informou que as grandes empreiteiras pagavam propina para vencer a concorrência em obras da Petrobras e o dinheiro desviado ia para as contas de executivos e de políticos de diferentes partidos.

No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação Com a força do povo, e Aécio Neves, da coligação Muda Brasil. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves. No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou; o Brasil apresentou um PIB negativo (-3,8). Os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentaram enquanto as taxas de desemprego voltaram a subir. Além disso, a presidente foi perdendo seus aliados no Parlamento. Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de *impeachment* acusando a

presidente de ter cometido crime de responsabilidade. Assistiu-se **então**, a uma polarização política; de um lado, os manifestantes favoráveis ao impeachment da presidente Dilma; de outro, os que defendiam sua permanência à frente do governo.

(...)

Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao impeachment da presidente.

Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório apresentado **e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República por crime de responsabilidade**. Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff, **por entender que havia indícios suficientes de que ela cometera crime de responsabilidade**. A notificação da decisão do Senado foi entregue à própria Dilma Rousseff e uma outra notificação comunicou ao vice-presidente Michel Temer que ele passava a ser o governante em exercício.

Texto: LD1T14

Gênero: exposição

Violência urbana e corrupção

Roubos, assassinatos, sequestros e estupros ainda ocorrem em quantidades alarmantes, especialmente nas grandes cidades. Entre os diversos fatores que **contribuem** para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de drogas, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.

O Brasil também está entre as nações com os mais altos índices de mortes por arma de fogo do mundo, em níveis comparáveis ao de países em guerra. Segundo o Mapa da Violência, realizado com dados do Ministério de Saúde, mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012 - 21,9 pessoas em cada grupo de 100 mil, o pior índice da série histórica. Dezesesseis milhões de armas de fogo circulam pelo país, 90% das quais estão nas mãos de civis.

Outra forma de crime corrói boa parte de nossas instituições: a corrupção (veja boxe na página 272), que se manifesta nas esferas pública e privada. De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no ranking das nações menos corruptas do mundo. Em uma escala de 0 a 100, na qual o zero indica o país mais corrupto, a nota do Brasil foi 43.

Assim, embora não se possa ignorar os avanços, ainda há muito a ser feito pela ética e igualdade no Brasil: acabar com as profundas desigualdades sociais, combater a corrupção, extinguir a violência, erradicar todas as formas de preconceito. É preciso garantir condições de vida equivalentes para todos os setores da população e não apenas para um pequeno grupo de privilegiados.

E isso não é uma tarefa que diga respeito apenas ao Estado. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade nesse contínuo processo de construção de um mundo mais ético, justo e democrático.

Texto: LD2T18

Gênero: exposição

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

"Nos últimos dias, aconteceu uma execução de jornalistas. [...] Para os europeus, é necessário conservar a liberdade de expressão e evitar represália da parte do terrorismo. [...]

Hoje os terroristas são fundamentalistas islâmicos. Eles vêm de várias regiões, são frutos de uma mistura cultural, linguística e política. Nunca esqueça que os seres humanos, assim como vocês e eu, provêm de sua cultura, de sua língua, de sua visão de mundo, de sua liberdade, de sua política, de seu patrimônio, de sua representação histórica. Estamos todos no mesmo barco, **porque a cultura é a mais importante.**

Quando os terroristas dizem que estamos proibidos de representar Maomé, **é porque o Islã proíbe a representação de Maomé [...]**

O assassino dos jornalistas de Charlie Hebdo entrou na redação e atirou em todos que estavam lá, somente **por eles terem ousado representar o profeta.** Esse é o grande debate. Se a França fizer alguma concessão, terá que assumir para o mundo que a Europa é uma parte do mundo em que não há liberdade de expressão total[...].

Com a manifestação de hoje, a França, que é um pequeno país, com 60 milhões de habitantes, levou quatro milhões de pessoas às ruas. Algumas pessoas liam o Charlie Hebdo. Era um jornal que tinha a tiragem de 100 mil exemplares. Não era um jornal popular, mas o massacre dos jornalistas **fez com** que, espontaneamente, milhares de pessoas saíssem às ruas por três questões essenciais: não se deve tocar na liberdade de expressão. Mesmo se ela for inconveniente, ela é absoluta, como ocorre na Suécia, na Finlândia. É preciso ter respeito com a liberdade de expressão. A segunda questão é o fato de se incitar à violência. Você diz que não concorda com nada na religião ou na política, mas os que não concordam com isso não podem ameaçar a liberdade de expressão. É muito forte essa ideia, muito difícil. A terceira medida -que fez a França ter essa manifestação espontânea foi o desejo de fraternidade. Houve muitas ameaças terroristas na França. Nós assumimos essa responsabilidade humana, republicana, democrática. Os franceses não são heróis, não são melhores que outros povos. Simplesmente é defender o direito fundamental de um país[...].

Charlie Hebdo é o exemplo de quem exagera na liberdade de expressão, mas, de todo modo, deve ser defendido. Não há concessão possível para a liberdade de expressão. [...]

Essa é a radicalização da democracia, é a liberdade por tudo e para todos, seja pela religião, seja pela política, seja pela comunicação, seja no poder ético. Não se pode interditar a liberdade de expressão, mesmo se não gostar do que foi dito. Esse é o arranjo político de Charlie Hebdo. Por isso que o mundo inteiro se manifestou, **porque muitos países viram** que o que se passou na França diz respeito à liberdade de expressão do mundo inteiro[...].

Eu repito que a lição desse massacre é a liberdade de expressão absoluta, a fraternidade, liberdade e, finalmente, a França como símbolo de certa concepção de universalidade[...]."

WOLTON, Dominique. "A liberdade de expressão e o Charlie Hebdo".

Texto: LD3T28

Gênero: exposição

Racismo não é mal-entendido

Infelizmente, os casos de racismo no Brasil são recorrentes. O preconceito racial vai desde manifestações que aparentemente parecem pequenas, como a difusão por revistas de beleza e campanhas de publicidade de que o cabelo crespo dos negros é "ruim", até atitudes extremas e violentas, como o assassinato de milhares de jovens negros, principalmente nas periferias brasileiras.

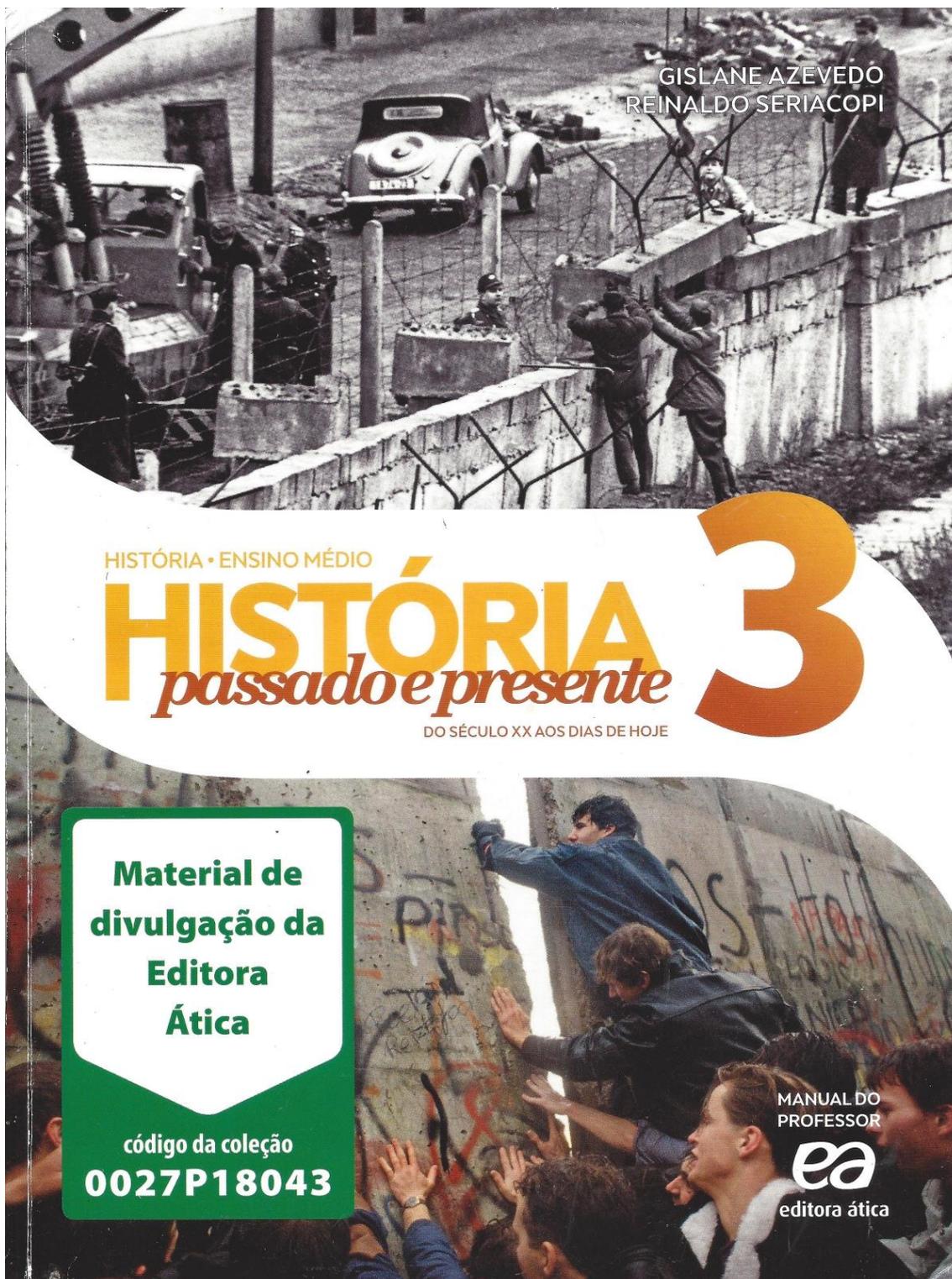
Um exemplo de racismo no Brasil, de enorme repercussão nos meios de comunicação, ocorreu em 2013, em uma grande concessionária na cidade do Rio de Janeiro. Um gerente da loja dirigiu-se a um menino negro e adotado, de 7 anos, dizendo que ele não poderia ficar no local. A criança estava procurando os pais, que estavam na loja para comprar um carro. Indignados, os pais denunciaram a concessionária. Outro exemplo é o do goleiro Aranha, que, quando defendia o Santos durante partida válida pela Copa do Brasil em 2014, foi xingado de "macaco" por torcedores do Grêmio. Diante do ocorrido, o Grêmio foi eliminado do campeonato.

Esses são apenas alguns exemplos lamentáveis que escancaram a discriminação racial no país, ainda um grave problema a ser resolvido pela sociedade e pelas autoridades públicas brasileiras.

Texto: LD4T32	Gênero: exposição
<p>A violência urbana e a criminalidade</p> <p>O Brasil é um dos países com maior índice de violência e criminalidade do mundo, destacando-se crimes como homicídios, latrocínios e sequestros.</p> <p>Em nosso país, grupos criminosos formam organizações fortemente armadas que se sustentam por meio de práticas ilícitas, como o tráfico de armas e de drogas e a comercialização de produtos contrabandeados.</p> <p>Muitas dessas organizações exercem poder e influência sobre as comunidades nas quais se estabelecem, dificultando que os órgãos de segurança pública combatam o crime.</p> <p>Essa violência, ligada em grande parte à criminalidade, está diretamente relacionada às grandes desigualdades sociais e à má distribuição de renda entre a população.</p>	

Texto: LD5T24	Gênero: exposição
<p>O governo Dilma Rousseff: da coalizão à colisão</p> <p>Na República Presidencialista do Brasil, o Executivo tem grande poder, conferido a ele pela Constituição de 1988. Um deles é propor medidas provisórias. Ao mesmo tempo, no entanto, para pôr em prática os projetos de seu governo, o presidente da República - chefe do Poder Executivo - tem de conseguir maioria no Parlamento. É o chamado presidencialismo de coalizão. Ou seja, o presidente governa buscando apoio da maioria dos deputados e senadores.</p> <p>Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de uma coalizão (base aliada) que deixava de lado as divergências para apoiar as propostas do governo.</p> <p>Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com o compromisso de dar continuidade a seu antecessor, manter o emprego em alta e a inflação, em baixa. Apesar de a economia internacional ter sofrido forte retração em função dos efeitos da crise de 2008, o primeiro governo Dilma não impôs restrições aos gastos públicos, especialmente na área social. Além disso, a presidente construiu a imagem de que travava uma "queda de braço" com os políticos corruptos, demitindo ministros e auxiliares próximos acusados de uso indevido dos recursos públicos.</p> <p>O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado e com dificuldades de aprovar ajustes nas contas públicas. Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição. A tensão entre o Legislativo e o Executivo cresceu quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.</p> <p>Com uma base aliada fragmentada e o apoio instável de seu próprio partido, o PT, Dilma Rousseff perdeu força; o presidencialismo passou a ser mais de colisão do que de coalizão.</p>	

ANEXO A – LD1 HISTÓRIA PASSADO E PRESENTE



Desafios para um Brasil democrático

Em abril de 1996, 19 sem-terra foram assassinados pela polícia do estado do Pará, no município de Eldorado dos Carajás. Até maio de 2016 ninguém havia sido punido. O caso e a impunidade de seus mandantes representam uma pequena parcela da situação no campo. Em 2015 o Brasil ganhou, pela quarta vez consecutiva, o primeiro lugar no *ranking* mundial de violência no campo, segundo a ONG internacional Global Witness.

Além da violência no campo, a população brasileira sofre com diversos outros tipos de violência, promovidos pela ação ou pelo des-caso dos governos – frequentemente, as ações policiais são abusivas, principalmente contra jovens pobres e negros. Outras violências são perpetuadas por preconceitos e intolerâncias. No Brasil, a média anual de mortes no trânsito – provocadas quase sempre por excesso de velocidade e/ou embriaguez –, por exemplo, é de 45 mil pessoas. Além disso, o machismo ceifa a vida de quase 5 mil mulheres e a homofobia é responsável pela morte de 400 pessoas todos os anos.

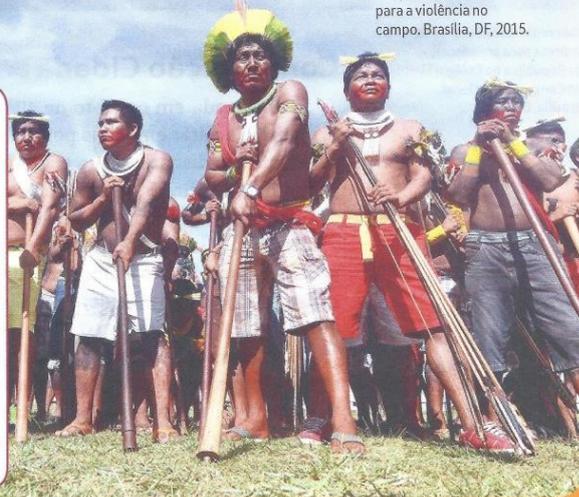
Embora o Brasil tenha alcançado diversas conquistas nos últimos anos – como ter saído do **mapa da fome** –, ainda há muito a ser feito para que se torne um país mais justo, igualitário e tolerante. Neste capítulo estudaremos algumas das contradições que marcam o Brasil contemporâneo.

Mapa da fome: relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre a situação da fome e da subalimentação no mundo. Segundo o relatório, entre 2002 e 2014, o Brasil reduziu em 82% a população de brasileiros em subalimentação, e sua política de combate à fome passou a ser recomendada a outros países.

Nativos das etnias Kayapó e Pataxó formam uma linha em posição de batalha durante protesto em frente ao Congresso enquanto a lei que altera a demarcação de suas terras é discutida. A disputa por terras indígenas tem sido um dos principais fatores para a violência no campo. Brasília, DF, 2015.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Analisar as principais transformações socioeconômicas e políticas do Brasil a partir da década de 1980.
- Conhecer alguns aspectos da Constituição de 1988 que foram fundamentais para o fortalecimento da democracia no Brasil.
- Compreender as disparidades e as contradições da sociedade brasileira atual, assim como identificar os desafios a serem vencidos.
- Reconhecer, no conceito da Unidade – ética –, um importante valor universal de conduta, orientador das relações individuais e sociais.



Ewandro Sampaio

1 Consolidação democrática

Durante as últimas três décadas, o Brasil passou por transformações que modificaram profundamente o perfil da nação. Essas mudanças foram resultado de uma conjunção de fatores externos – como o processo de globalização – e internos – como a definição de novas prioridades políticas, econômicas e sociais.

Na política, vem sendo construído um caminho de fortalecimento e estabilização da democracia, que nos primeiros 100 anos da República já sucumbiu algumas vezes ao autoritarismo.



Tancredo Neves durante eleição indireta para presidente da República no Colégio Eleitoral, no Congresso Nacional. Brasília, DF, 1985.

Constituição Cidadã

Promulgada em outubro de 1988, a atual Constituição brasileira foi a primeira a aceitar emendas populares. Assim, de 1986 a 1988, enquanto os constituintes discutiam sua elaboração, grupos com orientação política de esquerda e de direita – sindicatos, artistas, proprietários rurais, pastorais eclesiais, etc. – apresentaram suas propostas aos parlamentares.

Essa mobilização foi fundamental para que a Carta Magna de 1988 apresentasse importantes avanços na área de direitos individuais e coletivos. Em razão disso, o então presidente do Congresso, o deputado Ulisses Guimarães, chamou-a de **Constituição Cidadã** (veja a seção *Passado presente* a seguir).

Passados cerca de 30 anos desde que a nova Carta entrou em vigor, diversas garantias, como as que asseguram a efetiva aplicação das leis trabalhistas para todos os trabalhadores ou as que impedem a prática de violência por parte do Estado, nem sempre são cumpridas. Prova disso são as constantes denúncias de casos de trabalhadores em regime análogo à escravidão ou de violências praticadas por policiais.

PASSADO PRESENTE

DIALOGANDO
COM... SOCIOLOGIA

Uma obra em andamento

Professor(a), veja no Procedimento Pedagógico deste capítulo uma sugestão de **Atividade Alternativa** para aprofundar o tema da Constituição.

Por decisão dos constituintes de 1988, diversos dispositivos da Constituição seriam regulamentados posteriormente, após mais discussões na sociedade. Assim, depois que a Carta entrou em vigor, 352 dispositivos ficaram aguardando a edição de leis ordinárias ou complementares, entre eles os que preveem reformas nos sistemas político e tributário.

Em 2015, quase trinta anos depois, 250 dispositivos haviam sido regulamentados, mas outros 115 ainda aguardavam a aprovação de suas respectivas leis por parte do Congresso. Desse total, 27 nem sequer contavam com propostas a serem debatidas entre os parlamentares.

Entre 1988 e 2015 a Constituição brasileira foi alterada por medidas previstas em noventa emendas. Uma das mais significativas foi a emenda número 16, aprovada em 1997, que reduziu de cinco para quatro anos o mandato do presidente, dos governadores e dos prefeitos e permitiu a reeleição desses gover-

nantes para um segundo mandato consecutivo. Veja outras novidades estabelecidas pela Constituição de 1988:

- Fim da censura prévia às artes e aos meios de comunicação.
- Proibição à prática de tortura.
- Criação do *habeas data*, instrumento jurídico que permite a qualquer pessoa ter acesso às informações a seu respeito em poder de órgãos públicos.
- Ampliação da licença-maternidade para 120 dias (a partir de 2012, prorrogável a um total de 180 dias, mediante solicitação da empresa) e criação da licença-paternidade, de cinco dias.
- Jornada de trabalho semanal máxima de 44 horas.
- Aplicação da reforma agrária em terras consideradas improdutivas.
- Voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos.



Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) carregam faixas e bandeiras durante manifestação por melhoria de moradia, em São Paulo, SP, 2014. O direito à moradia foi reconhecido explicitamente na Constituição brasileira por meio de emenda aprovada no ano 2000, mas ainda não está garantido na prática.

SUA OPINIÃO

- Em dupla ou trio, discutam se os direitos aprovados na Constituição de 1988 são ou não respeitados em nosso país. Em um cartaz, façam uma coluna enumerando os direitos que vocês consideram que estejam sendo respeitados e outra com os direitos que ainda não estão garantidos para a maioria da população. Apresentem o resultado à classe e debatam o assunto, levantando sugestões para assegurar os direitos que ainda não são garantidos para a maioria da população brasileira.

Balança comercial:

relação entre as exportações e as importações de um país. Quando o valor das exportações excede o das importações, o país apresenta *superavit* e torna-se credor estrangeiro. Quando o valor das importações supera o das exportações, o país está em dívida com o estrangeiro e apresenta um *deficit* em sua balança comercial.

Inflação: aumento persistente e acentuado dos preços em geral, do qual resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda.

FILME

Veja o filme *Terra estrangeira*, de Walter Salles e Daniela Thomas, 1996. Abalado pela morte da mãe e prejudicado pelas medidas de um pacote econômico, Paco aceita levar uma encomenda misteriosa para Portugal.

2 Década perdida

Entre meados das décadas de 1980 e 1990, o Brasil enfrentou uma profunda crise econômica e financeira. Ela foi marcada pelos elevadíssimos índices inflacionários, pelo aumento da dívida externa e por uma grande recessão, que provocou o aumento do desemprego e a diminuição do poder aquisitivo da população. Muitos analistas econômicos denominam esse período de “década perdida”.

A crise foi desencadeada por diversos fatores, como o endividamento externo ocorrido na década de 1970. Como vimos no Capítulo 9, a política de desenvolvimento durante a ditadura civil-militar brasileira foi marcada pela **intervenção do Estado na economia**. O governo implantou uma política protecionista que restringia a importação de produtos e oferecia grandes subsídios à iniciativa privada nacional. Além disso, diversas empresas que atuavam em setores diferenciados da economia (siderurgia, geração de energia, telefonia, etc.) pertenciam ao Estado – as chamadas **estatais**.

Em 1979, as taxas de juros internacionais subiram rapidamente, o que levou a um aumento significativo do montante a ser pago aos credores internacionais. Os Estados Unidos – então o principal parceiro comercial do Brasil – diminuíram seus gastos com artigos importados, por causa da crise do petróleo. Com isso, a **balança comercial** brasileira entrou em **deficit**.

Tudo isso levou a uma forte crise econômica. A produção industrial caiu, o **deficit** público aumentou e a **inflação** passou a crescer em um ritmo cada vez maior. A dívida externa, que em 1969 era de 4,3 bilhões de dólares, em 1990 havia saltado para 124 bilhões de dólares. A partir de 1979, a taxa anual de inflação permaneceu sempre com índices superiores a 50%. Em 1985, quando **José Sarney** se tornou o **primeiro civil a governar o Brasil desde 1964**, ela ultrapassava 200%.

Cinco anos mais tarde, em março de 1990, quando **Fernando Collor** tomou posse na **Presidência**, a inflação já era da ordem de 84% ao mês. Assim, o preço das mercadorias quase dobrava entre o começo e o fim de cada mês. A pobreza crescia, pois o salário dos trabalhadores não subia no mesmo ritmo em que os preços aumentavam.

Para tentar conter o aumento dos preços, entre 1986 e 1993 o governo colocou em prática uma série de planos de estabilização econômica que, em geral, praticavam o controle de preços e **salários**. Entretanto, a inflação baixava por alguns meses e voltava a subir em pouco tempo, corroendo novamente os salários.



Arquivo do Jornal O Estado de S. Paulo/Agência Estado

Consumidora passa por prateleiras vazias em supermercado na capital de São Paulo, em 1986. Quando o governo impôs o congelamento de preços e salários para conter a inflação, muitos comerciantes preferiram não expor seus produtos à venda.

Tempos de estabilidade e crescimento

A estabilidade econômica só seria alcançada durante o governo do presidente **Itamar Franco (1992-1994)**, que sucedeu Collor quando este renunciou, em 1992.

Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o primeiro presidente escolhido por meio de eleições livres e diretas desde 1960. Envolvido em denúncias de corrupção, tráfico de influência e pressionado por grandes manifestações populares, ele renunciou quando o Congresso abriu seu processo de **impeachment**.

Impeachment: medida pela qual se destitui, mediante deliberação do poder Legislativo, o ocupante do cargo governmental que pratica crime de responsabilidade.



Manifestantes ocupam o vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, durante mobilização a favor do impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção e tráfico de influência. Foto de 1992.

Em 1993, o governo Itamar pôs em prática o Plano Real, que previa uma diminuição gradativa dos índices inflacionários. Em 1994, o cruzeiro real foi substituído pelo **real**, moeda que circula no Brasil atualmente.

A estabilidade alcançada pela moeda e o controle da inflação fizeram com que o então ministro da Fazenda, **Fernando Henrique Cardoso (FHC)**, se tornasse conhecido em todo o país. Candidato à presidência, venceu o pleito de 1994 e foi reeleito em 1998.

Com a estabilização da moeda, o governo FHC reorganizou as regras do sistema bancário e renegociou as dívidas dos governos estaduais para fortalecer a economia. Uma medida significativa foi a **Lei da Responsabilidade Fiscal**, aprovada em 2000, que impede prefeitos, governadores e o presidente da República de gastar mais do que o estabelecido pelo orçamento público.

Desde meados da década de 1990 até 2014, houve um período favorável para a economia brasileira. Em 2010, no final do segundo governo do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)**, o PIB brasileiro aumentou 7,5%.

Como resultado, o desemprego diminuiu e o poder aquisitivo de setores das camadas mais pobres da população cresceu. As pessoas passaram a consumir cada vez mais bens e serviços aos quais até então não tinham acesso. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas realizado em 2012, a classe média representa mais da metade da população brasileira (55,5%). Em 2002, ela representava 44,19% da população.



A chamada Unidade Real de Valor (URV), atrelada ao dólar, garantiu a estabilização dos valores durante a transição do cruzeiro real para o real. Na foto, preços de bens de consumo informados em cruzeiros reais (CR\$) e os equivalentes em URVs, unidade de valor que sofria atualização diária. São Paulo, SP, 1994.

Recessão econômica

Ao lado da grande exportação de *commodities*, que favoreceu a balança comercial brasileira, o crescimento do consumo interno foi o principal motor da expansão econômica no final da primeira década do século XXI. Essa combinação de fatores permitiu que, em um primeiro momento, o país se recuperasse rapidamente da crise econômica mundial de 2008. Como vimos no Capítulo 11, esses fatores levaram muitos economistas a colocar o Brasil entre as quatro principais economias emergentes do mundo, ao lado da Rússia, da Índia e da China.

Por diversos motivos, a partir de 2014 observou-se uma piora nos indicadores econômicos brasileiros, o que levou o país a entrar em recessão. A conjuntura internacional permaneceu desfavorável, com recuperação mais lenta do que o previsto e queda do preço dos principais produtos de exportação nacionais. Além disso, o governo havia aumentado, por sucessivos anos, despesas e subsídios a fim de incentivar a economia interna por meio de programas sociais, mas não obteve o retorno esperado em aumento da arrecadação.

Outro problema foi o congelamento de tarifas como a da eletricidade e de combustíveis. Com isso, o governo e as empresas se endividaram, e o reajuste feito posteriormente levou a uma alta da inflação. Para evitar uma alta ainda maior, o Banco Central elevou os juros, medida que desestimula o crescimento da economia. Dessa maneira, em 2015, além da queda do PIB, houve uma rápida elevação do desemprego: após anos de constante queda, esse índice subiu de 6,5% para 9% em um ano.

O acesso ao crédito contribuiu para a movimentação da economia no início do século XXI. Centros comerciais como *shoppings centers* costumam concentrar as atividades de compra e venda e têm alta circulação de consumidores em temporadas como o Natal. Foto de *shopping center* em São Luís do Maranhão, em dezembro de 2012.



Maurício Alexandre/OMPD/A. Press

3 Do protecionismo ao neoliberalismo

No início dos anos 1980, a economia do Brasil era uma das mais fechadas do mundo. Os produtos estrangeiros tinham uma tributação elevada, o que aumentava seus preços. Além disso, vigorava no país a Lei do Similar Nacional, que proibia a importação de artigos (mesmo que fossem de melhor qualidade) caso houvesse algum similar produzido no Brasil. Essa proibição estimulou a prática do contrabando.

A política protecionista fez com que o parque industrial brasileiro se tornasse tecnologicamente desatualizado, e muitos produtos deixavam a desejar em termos de qualidade. O consumo, por sua vez, era baixo, devido à pobreza de amplos setores da população e à crise econômica. A maior parte dos empresários não modernizava seus empreendimentos nem expandia a capacidade de produção de suas empresas pelos mesmos motivos. Era preferível investir o capital na especulação financeira, que garantia altos lucros em razão dos índices inflacionários.

Os investimentos públicos na área de infraestrutura também haviam sido reduzidos ao longo dos anos 1980.

O governo Collor promoveu a abertura do mercado ao comércio exterior, visando uma adequação à globalização. Para tanto, foram reduzidas as taxas de importação e eliminadas as restrições à entrada de produtos estrangeiros no Brasil.

Com a chegada dos artigos importados, os empresários constataram que, se não aprimorassem a qualidade de seus produtos, teriam dificuldades para competir com os concorrentes estrangeiros. Houve uma onda de investimentos em automação das linhas de produção, o que tornou suas empresas mais competitivas, mas levou muitos trabalhadores ao desemprego.

Diversas empresas não puderam arcar com os custos da modernização e fecharam suas portas, deixando milhares sem trabalho. Outra solução encontrada foi a demissão de funcionários e o repasse do serviço para empresas especializadas, que dispensam o pagamento de encargos trabalhistas – prática conhecida como **terceirização**. Houve também a formação de sociedades comerciais (fusões), o que contribuiu ainda mais para o aumento do desemprego.

Terceirização: prática que transfere para outras empresas alguns serviços, antes executados por funcionários contratados. Com a terceirização, a empresa delega a “terceiros” funções que fazem parte de seu processo produtivo. O objetivo da terceirização é reduzir custos de produção.



Norma Albano/Agência Estado

Vista aérea de fila de pessoas esperando para dar entrada no seguro-desemprego (benefício temporário concedido ao trabalhador desempregado) em região central de São Paulo, SP, 1992.

Privatizações

Ainda segundo os preceitos neoliberais, o governo Collor deu início à privatização de estatais, sob a alegação de que seriam deficitárias e pouco competitivas. O Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990, permitia também que empresas estrangeiras comprassem estatais.

Essa política foi aprofundada durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002). O governo FHC autorizou a venda de diversas estatais, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas produtoras e exportadoras de minério de ferro do mundo. O mesmo aconteceu com empresas de serviços públicos, como as de telecomunicações e energia elétrica, além das concessões de rodovias, portos, bancos estaduais, entre outros, que foram federalizados e depois vendidos à iniciativa privada.

Setores de esquerda questionaram as privatizações, alegando que a transferência do controle de empresas lucrativas (como a Vale) ou de áreas estratégicas da economia para a iniciativa privada enfraqueceria a soberania nacional e favoreceria a concentração de poder econômico. O governo argumentou que as empresas vendidas eram pouco competitivas, e que as privatizações melhorariam a qualidade dos serviços prestados.

Manifestantes durante protesto contra a privatização do sistema de hidrelétricas, realizado no centro de São Paulo, SP, 1999.



Milton Michida/Agência Estado

ORGANIZANDO AS IDEIAS



ATIVIDADES

- 1 A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, trouxe conquistas no campo dos direitos individuais e coletivos. Indique algumas dessas conquistas.
- 2 Explique a crise econômica e financeira dos anos 1980, tendo em mente o modelo de crescimento adotado pelo governo durante o regime militar.
- 3 O que o fim do protecionismo e a abertura do mercado na década de 1990, sob o governo de Fernando Collor, representaram para a economia brasileira?

4 Entre avanços e dificuldades sociais

Em 2003, o ex-metalúrgico **Luiz Inácio Lula da Silva** foi a primeira pessoa oriunda das classes populares a tornar-se presidente da República. Também foi a primeira vez que a população elegeu o líder de um partido de esquerda para conduzir a nação.

Em muitos aspectos, contudo, o governo Lula seguiu a política neoliberal de seu antecessor – manteve parte da equipe econômica do governo FHC; manteve ganhos dos grandes setores do capital, como os bancos; manteve aliança com partidos assumidamente neoliberais, etc. Diante disso, diversos grupos de esquerda romperam com o governo ainda durante o primeiro mandato.

O governo Lula pôs em prática, entretanto, uma política voltada para uma melhor distribuição de renda. Aumentou o salário mínimo com base em índices superiores aos da inflação, ampliou o crédito e diminuiu o desemprego. Implantou também um programa de transferência de renda aos mais necessitados.

Em 2016, mais de 13,9 milhões de famílias estavam contempladas por esse programa. Nesse período **Dilma Rousseff**, primeira mulher presidente, já estava em seu **segundo mandato**, iniciado em 2015. A contrapartida para ter direito ao benefício é manter as crianças da família na escola e vaciná-las regularmente.



Família de lavradores que recebem complemento de renda do programa governamental trabalhando na roça em Bom Jesus da Serra, BA, 2014.

A persistência da desigualdade



Morador de rua dorme enrolado em uma bandeira do Brasil, na porta de uma agência bancária. São Paulo, SP, 2014.

Nos últimos anos um dos avanços mais significativos do Brasil na área social foi na redução da pobreza. Entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres do país tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%, enquanto a parcela mais rica da população obteve, nesse mesmo período, um crescimento de 16,6%. Mesmo assim, a **concentração de renda continua a ser uma das mais elevadas do mundo**. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2013 o Coeficiente de Gini no Brasil era de 0,497 – quanto mais próximo o índice estiver de zero, mais igualitário será o país.

A concentração fundiária também é alarmante – uma das maiores do mundo. Segundo a série histórica do Censo Agropecuário, a **concentração da maior parte das terras do Brasil nas mãos de um grupo reduzido de famílias de latifundiários praticamente não se alterou**.

No que diz respeito à educação, ainda segundo a Pnad (2014), 13,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos são analfabetos – 8,3% dessa população. Na Região Nordeste, a taxa chega a 16,6%. Estima-se que 17,6% da população brasileira acima de 15 anos saiba ler e escrever apenas de maneira muito rudimentar – são os chamados analfabetos funcionais. Apenas nove países latino-americanos têm índices de analfabetismo tão elevados. Algumas das nações mais pobres do continente, como a Bolívia e o Paraguai, têm índices melhores nessa área.

Embora o trabalho infantil tenha diminuído nas últimas décadas, de acordo com dados de 2014 do IBGE, 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (8,1% do total) são obrigados a trabalhar, muitos deles em atividades insalubres e estafantes. Em 2002, esse número chegava a 5,4 milhões (12,6% do total).



Alunos do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos assistem à aula em Campo Limpo, SP, 2014. Apesar de ter caído sensivelmente nos últimos vinte anos, a taxa de analfabetismo no Brasil ainda é uma das mais altas do continente.

Situação das minorias sociais

As mulheres continuam vítimas do preconceito e recebem salários até 30% inferiores aos dos homens na mesma função, além de terem menos oportunidades no mercado de trabalho (veja boxe na página 270 a respeito de outro grave problema, a violência contra a mulher).

Negros e pardos sofrem uma situação semelhante: além de seus salários serem inferiores aos dos brancos, eles têm menos acesso à educação e à saúde e são mais sujeitos ao desemprego. Essa situação reforça os argumentos de quem defende a implementação de políticas públicas de ação afirmativa, dirigidas à população negra com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades.

A violência direcionada à população LGBTI também é alarmante: a cada hora pelo menos uma dessas pessoas sofre algum tipo de agressão.

Quanto aos indígenas, além de lutar por maior agilidade no processo de demarcação de suas **terras**, também têm outros direitos desrespeitados, como o menosprezo às suas especificidades culturais ou a dificuldade de iniciar um curso de graduação, por exemplo, caso não tenham tido acesso a todos os ciclos da educação formal. Sofrem ainda com a propagação de doenças transmitidas pelos não indígenas e para as quais não têm autodefesa.

FILME

Veja o filme *A nação que não esperou por Deus*, de Lúcia Murat, 2015. Esse documentário trata da situação dos indígenas Kadiwéu e aborda, entre outros aspectos, a ameaça que os grupos indígenas sofrem dos grandes pecuaristas.



Miguel Schincariol/ABF

Transexuais assistem à aula do TransCidadania, programa que oferece bolsas de estudo a esse grupo social em São Paulo, SP, 2015.

VOCÊ SABIA?

De acordo com a Pnad, os 10% mais pobres da população detêm 1,4% de toda a riqueza no país, enquanto os 10% mais ricos dividem entre si 40,3% dessa riqueza. Segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um cidadão pobre gasta durante um ano o que uma pessoa entre o 1% mais rico da população gasta em três dias.

O combate à violência doméstica

Como se não bastassem o preconceito de que são vítimas e o medo pela exposição ao assédio em espaços públicos, muitas mulheres convivem com a violência em suas próprias casas. Dados levantados pela Fundação Perseu Abramo em 2010 apontavam que 43% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência por parte de homens com quem têm ou já tiveram relações afetivas. Sete em cada dez entrevistados pela pesquisa *Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres*, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013, acreditam que as mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos; 54% dos entrevistados conhecem ao menos uma mulher que já foi agredida pelo parceiro.

As agressões mais comuns são tapas, empurrões, violência moral e psicológica. Há também inúmeros registros de ameaças mais violentas, como abusos sexuais e tentativas de homicídio.

Muitas mulheres, envergonhadas ou com medo de sofrer novas agressões, não levam esses fatos ao conhecimento da polícia. Entretanto, o número de denúncias vem aumentando após a aprovação da Lei Maria da Penha (2006). Esta tipifica a violência doméstica como crime e prevê até três anos de reclusão como pena.

A legislação prevê outras medidas de proteção, entre elas a que obriga o agressor a sair de casa e garante a proteção dos filhos. É possível fazer denúncias de casos de violência contra a mulher ou pedir orientação a respeito pelo telefone 180, que funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados.

Em março de 2016, o Senado aprovou um projeto que altera a Lei Maria da Penha (pendente na avaliação da Câmara dos Deputados em abril do mesmo ano). A intenção do projeto é estabelecer medidas protetivas aos centros de educação e reabilitação para os agressores.

“Lembramos, por fim, que a Convenção de Belém do Pará recomenda aos estados que adotem todas as medidas ao seu alcance para modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher”, diz o projeto.

Texto elaborado com base em: *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Disponível em: <www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossiê/pesquisas>. Acesso em: 6 abr. 2016.



Fábio Rodrigues Pezobom/ABR

Vítima de diversas agressões por parte do ex-marido, Maria da Penha Maia Fernandes ficou paraplégica ao ser baleada por ele em uma tentativa de assassinato. Sua luta pela condenação do ex-marido levou o governo a aprovar, em 2006, a Lei Maria da Penha, que visa coibir a violência doméstica. Na foto, Maria da Penha em 2013.

DE OLHO NO MUNDO

- Para muitos estudiosos, como o machismo está profundamente enraizado na formação social brasileira, seria muito difícil eliminá-lo totalmente. Outros acreditam que ações políticas e campanhas educativas podem reverter as concepções e práticas machistas entre as novas gerações. Reúna-se em grupo com os colegas e, juntos, façam uma pesquisa sobre esse tema. Tragam para a sala de aula artigos, reportagens e textos em geral que contribuam para compreender o problema de maneira ampla. No final, com a classe inteira, procurem responder à seguinte pergunta: quais seriam as estratégias mais eficazes para combater o machismo e ampliar a igualdade entre homens e mulheres no Brasil?

5 Violência urbana e corrupção

Roubos, assassinatos, sequestros e estupro ainda ocorrem em quantidades alarmantes, especialmente nas grandes cidades. Entre os diversos fatores que contribuem para a violência estão a desigualdade social, o desemprego, o uso abusivo de álcool e de **drogas**, a sensação de impunidade e a ineficiência da polícia.

O Brasil também está entre as nações com os **mais altos índices de mortes por arma de fogo do mundo**, em níveis comparáveis ao de países em guerra. Segundo o Mapa da Violência, realizado com dados do Ministério de Saúde, mais de 42 mil pessoas morreram baleadas no país em 2012 – 21,9 pessoas em cada grupo de 100 mil, o pior índice da série histórica. Dezesesseis milhões de armas de fogo circulam pelo país, 90% das quais estão nas mãos de civis.

Outra forma de crime corrói boa parte de nossas instituições: a **corrupção** (veja boxe na página 272), que se manifesta nas esferas pública e privada. De acordo com uma pesquisa feita em 2014 pela Transparência Internacional, ONG que avalia a corrupção em 175 países, o Brasil encontra-se em 69º lugar no **ranking** das nações menos corruptas do mundo. Em uma escala de 0 a 100, na qual o zero indica o país mais corrupto, a nota do Brasil foi 43.

Assim, embora não se possa ignorar os avanços, ainda há muito a ser feito pela ética e igualdade no Brasil: acabar com as profundas desigualdades sociais, combater a corrupção, extinguir a violência, **erradicar todas as formas de preconceito**. É preciso garantir condições de vida equivalentes para todos os setores da população e não apenas para um pequeno grupo de privilegiados.

E isso não é uma tarefa que diga respeito apenas ao Estado. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade nesse contínuo processo de construção de um mundo mais ético, justo e democrático.

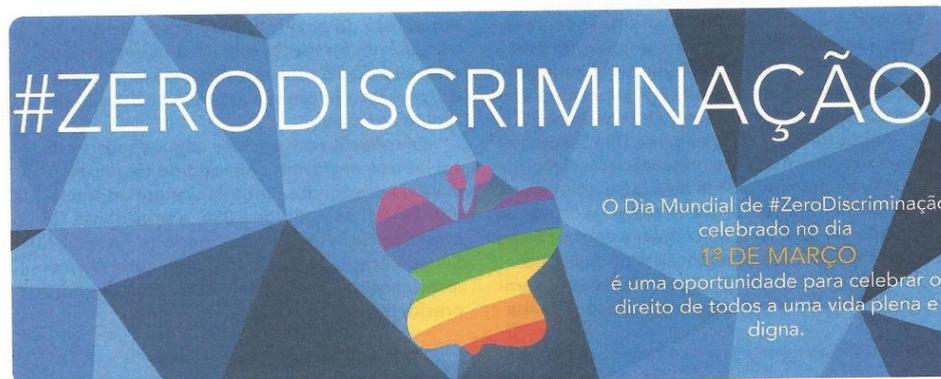
FILME

Veja o filme **Falcão: Meninos do tráfico**, de Celso Athayde e MV Bill, 2006. Realizado em favelas de todo o país, o documentário mostra as motivações e consequências do envolvimento de dezessete jovens no tráfico de drogas e o papel das organizações criminosas nas periferias das cidades brasileiras.

Cartazes de campanhas contra a discriminação. O cartaz de cima é de uma campanha da Universidade Federal do ABC realizada em 2014. O de baixo é de uma iniciativa do Uniaids (um braço da ONU) lançada em 2013 contra todo tipo de discriminação.



Reprodução/IEEE-UFAAC



Reprodução/UNAIDS Brasil/ONU

O povo nas ruas

Entre 2013 e 2016, os brasileiros foram às ruas protestar diversas vezes. Em muitas dessas ocasiões, as manifestações eram contra a corrupção. As primeiras ocorreram em junho de 2013 e se colocavam contra aumentos nas tarifas do transporte público nas grandes capitais. Aos poucos, o movimento cresceu e passou a reunir pessoas que aproveitaram a visibilidade para defender causas variadas.

Esse movimento de origem popular ficou conhecido como “Jornadas de Junho”. Muitos manifestantes reivindicavam melhoria nos serviços públicos, principalmente nas áreas de educação e saúde. Outros protestavam contra a violência policial, os enormes gastos públicos empregados na construção dos estádios da Copa do Mundo de 2014, a corrupção na gestão pública e o governo da presidente Dilma Rousseff.

As manifestações se estenderam por vários dias e o governo, como resposta, apresentou propostas que incluíam, entre outras coisas, transformar a corrupção em crime hediondo e iniciar uma reforma política, proibindo, por exemplo, o financiamento de campanhas pela iniciativa privada.

Em 2014, a Operação Lava Jato ganhou visibilidade pública. Trata-se de uma investigação da Polícia Federal que apurava um esquema de lavagem de dinheiro público. Os investigadores encontraram provas de que um esquema de propinas teria desviado milhões de reais da Petrobras. Empresários, executivos de grandes construtoras e políticos de diferentes partidos acabaram sendo presos.

A operação Lava Jato teve o apoio de grande parcela da população, mas também recebeu críticas. De acordo com os grupos que a criticaram, as investigações foram feitas com caráter político-partidário, priorizando investigar as denúncias contra o partido da presidente (Partido dos Trabalhadores). A operação foi também acusada de vazar à imprensa informações que deveriam ser mantidas em sigilo.

Após a vitória da presidente Dilma Rousseff para um novo mandato presidencial (eleições de 2014), as manifestações de rua se ampliaram. Questionava-se, entre outras coisas, as contas da campanha da chapa vencedora; a corrupção no governo federal; a estagnação econômica, etc.

Por outro lado, grupos de esquerda também realizaram grandes manifestações de rua



Protesto a favor do impeachment de Dilma Rousseff em São Paulo, SP, 2016.



Protesto contra o impeachment de Dilma Rousseff no Rio de Janeiro, RJ, 2016.

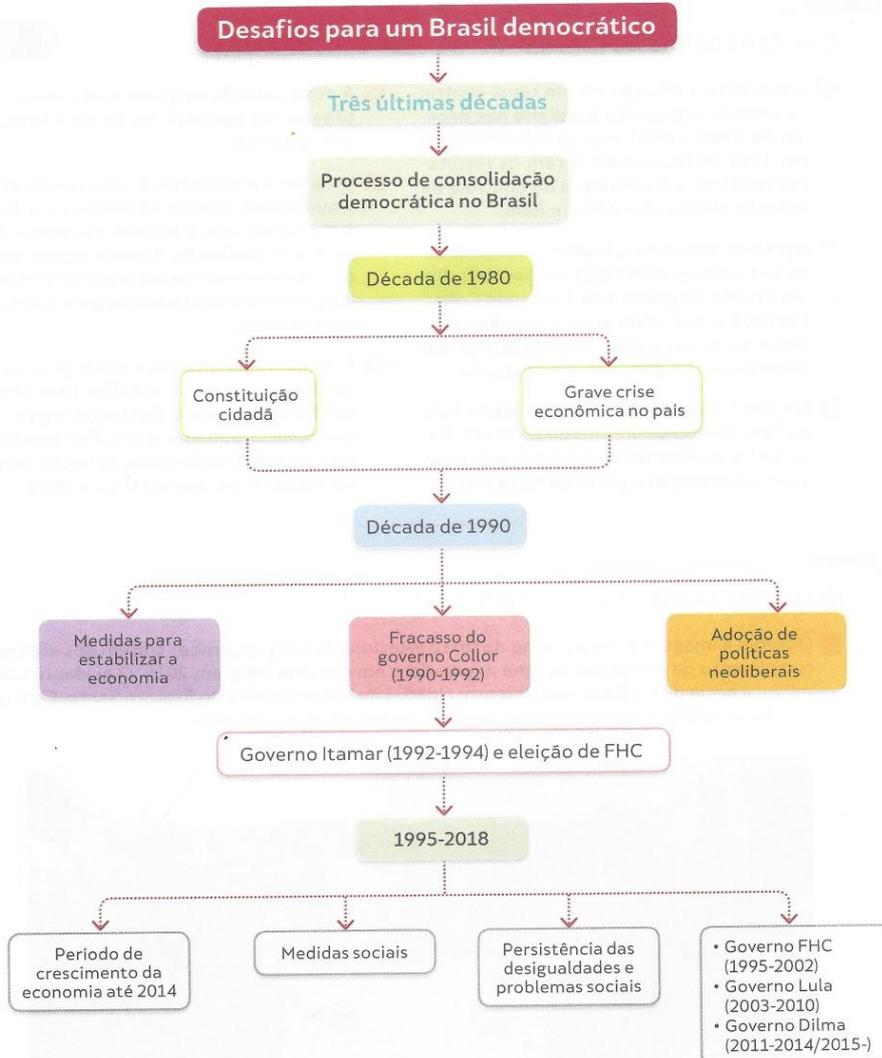
em defesa do governo. Para esses grupos, os partidos da oposição, aliados a alguns grupos de imprensa e a setores como o do empresariado, planejavam promover o que chamaram de “golpe de Estado”.

Em meio a esse embate, alguns setores da sociedade entraram com pedido de *impeachment* da presidente junto ao Congresso Nacional. Em 11 de maio de 2016, a presidente foi afastada por até 180 dias, período no qual o Senado brasileiro faria seu julgamento. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu como presidente em exercício.*

* Situação até o fechamento da edição deste livro.



ESQUEMA-RESUMO



- A partir das informações do esquema-resumo, explique como se deu o processo de consolidação da democracia brasileira a partir da década de 1980 até o presente e aponte quais foram as principais medidas econômicas e sociais tomadas pelos governos brasileiros no período.

ANEXO B – OFICINA DE HISTÓRIA

3

No horizonte do Brasil

Proposta: Pode ser interessante destacar aos estudantes a lista de vice-presidentes que assumiram o governo devido – na maior parte dos casos – às turbulências da política do Brasil:

1891 – Marechal Floriano Peixoto
1909 – Nilo Peçanha
1918 – Delfim Moreira
1954 – Café Filho
1961 – João Goulart
1985 – José Sarney
1992 – Itamar Franco
2016 – Michel Temer

Vale lembrar também o afastamento do vice-presidente civil Pedro Aleixo, em 1969, que deveria suceder ao marechal Costa e Silva, de acordo com as regras sucessórias estabelecidas pela própria Ditadura Militar.

Fisiologismo: clientelismo, prática de favorecimento a apadrinhados, utilização indevida de postos e recursos públicos.

Comparada a outros regimes latino-americanos, a ditadura no Brasil não foi a mais sangrenta. No entanto, o autoritarismo ficou alojado nas estruturas sociais e políticas do país. A remoção do "entulho autoritário" foi tarefa do primeiro governo civil, e até hoje não foi completamente concluída.

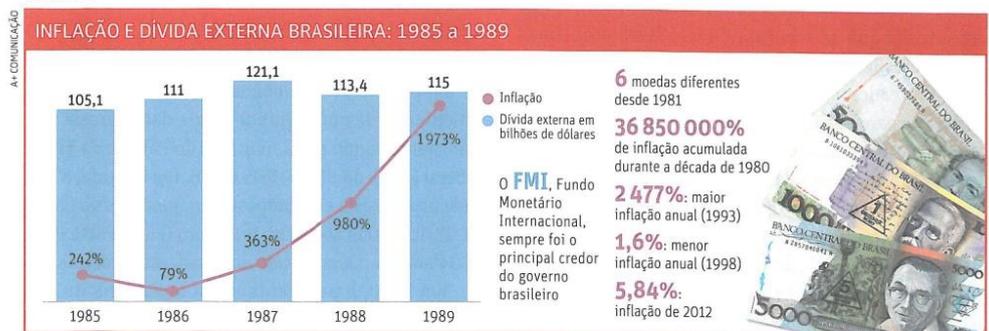
Em 15 de março de 1985, data da posse do novo presidente, o país foi informado de que Tancredo Neves fora internado às pressas em um hospital de Brasília. José Sarney subiu a rampa do Palácio do Planalto e recebeu a faixa presidencial. Significativo. Durante a ditadura, o ex-presidente do PDS, ex-governador e ex-senador da Arena aprendera bem o percurso, realizado diversas vezes em busca dos gabinetes do poder militar. Era acompanhado por antigos colaboradores do regime, como Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel, e pelos principais representantes da oposição, como Ulysses Guimarães e Franco Montoro.

Em 21 de abril, data da morte de Tiradentes, morria o mineiro Tancredo Neves, logo transformado em ídolo pelo PMDB e em santo milagreiro pela crença popular. Milhões de pessoas saíram às ruas para acompanhar o cortejo fúnebre em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rei, sua cidade natal. Em muitas faixas empunhadas pelos manifestantes lia-se a frase: "Nós não vamos nos dispersar".

Sem respaldo popular, cercado de desconfianças dos opositoristas e conduzindo uma coalizão política extremamente heterogênea, num contexto de acentuada crise econômica, o governo Sarney pautou-se pelo imobilismo e pelo fisiologismo. A oposição petista e pedetista não perdoava: "O povo não esquece, Sarney é PDS" e "Sarney não dá, diretas já".

Por outro lado, o estabelecimento de uma ordem democrática impunha a elaboração de uma nova Carta constitucional em substituição à legislação do regime autoritário. Para tanto, foram delegados poderes constituintes ao Congresso Nacional, renovado pelas eleições de 1986. Em 1985, uma complacente legislação havia permitido a livre criação partidária, que tirou da clandestinidade o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), propiciando o surgimento de um grande número de legendas, muitas de reduzida expressão política.

Fonte: Elaborado com base em A dívida externa e a fome. In: Programa Educativo Dívida Externa (Pedex), p. 5.



ANEXO C – HISTÓRIA DAS CAVERNAS AO

CAPÍTULO

12

Brasil: da redemocratização aos dias atuais



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Marcha da corrupção (2011), charge de Jarbas Domingos.

Entre 2015 e 2016, escândalos de corrupção, como o esquema de lavagem de dinheiro na Petrobras e as fraudes nas licitações do transporte público, tomaram grandes proporções na imprensa e nas manifestações de rua. Por isso, achamos interessante iniciar o capítulo sobre a redemocratização do Brasil com uma reflexão sobre o que é corrupção e de que forma ela afeta a vida da sociedade no geral, desde as instâncias políticas até no âmbito privado. O texto e a charge podem ser lidos coletivamente, e as questões podem ser debatidas em conjunto com o professor de filosofia, discutindo o tema sob o aspecto da ética.

Corruptos e corruptos

“[...] é hora sim de falar, e muito, sobre corrupção. É claro que, no Brasil, a arte de falar sobre corrupção costuma ser conjugada só na terceira pessoa. Corrupto é ‘ele’, o outro. A corrupção do partido que grita ‘corrupto’ é outra coisa, não é assim tão grave. [...]”

Todos nós conhecemos bem esses raciocínios. Mas não, meus amigos, a corrupção do seu partido do coração não é ‘outra coisa’. Ela é a ‘mesma coisa’. É por pensar assim que estamos nesta situação. [...]

Pois há de se mostrar que é possível falar contra a corrupção de forma ampla, geral e irrestrita. Lembrar que toda e qualquer corrupção é a destruição da noção de bem comum e, ao mesmo tempo, da possibilidade de falar em nome do bem comum.

Ela [a corrupção] destrói [...]. Na política, tão importante quanto o que você fala é qual sua legitimidade. Por isso, a corrupção é sempre o começo do fim da política. [...]

Pois se você se deixa afetar da mesma forma que aqueles contra os quais combate, se você no fundo deseja da mesma forma, então chegará um dia que você fará as mesmas coisas.”

SAFATLE, Vladimir. O poder não muda ninguém. *Folha de S.Paulo*, 14 ago. 2015. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/08/1668288-o-poder-nao-muda-ninguem.shtml>. Acesso em 30 mar. 2016.

◆ Conversando sobre

1. O que é corrupção? Que escândalos de corrupção na política você já ouviu falar?
2. Qual é a relação entre a charge e o texto desta página?
3. Em 1989, depois de quase trinta anos, os brasileiros puderam votar para presidente da república. Qual é a importância do voto? Você o considera um meio importante para combater a corrupção na política?

◆ Mais uma eleição indireta!

A derrota da emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para definir o sucessor do general João Figueiredo na presidência da república, de autoria do deputado federal Dante de Oliveira, frustrou grande parte da sociedade brasileira. Assim, a eleição do presidente do Brasil, em 1985, foi novamente decidida no Colégio Eleitoral. Porém, dois civis disputaram a batalha sucessória.

No Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, do PMDB, derrotou Paulo Maluf, apoiado pelos militares e candidato pelo PDS, por 480 a 180 votos. Além dos votos de seu próprio partido, Tancredo recebeu 166 votos de dissidentes do PDS e de parlamentares do PDT. O PT absteve-se de votar, denunciando a eleição indireta como um arranjo das elites.

A vitória de Tancredo despertou grande entusiasmo popular. Entretanto, esse entusiasmo durou pouco, pois, na véspera da posse, o presidente eleito adoeceu e o vice-presidente José Sarney assumiu a presidência interinamente. A população acompanhou o estado de saúde de Tancredo na expectativa de que ele melhorasse. No entanto, no dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves faleceu, abalando o país. Na época, muitos brasileiros acreditaram que sua morte tinha sido um crime premeditado, organizado pelos militares e por políticos do PDS. Mas essas acusações não foram confirmadas.

Diante desse acontecimento, José Sarney assumiu o poder, frustrando parte da população. Ex-presidente do PDS, filiado à Arena durante o regime militar, Sarney não era o presidente ideal para muitos brasileiros. Movimentos e partidos de oposição lançaram palavras de ordem que expressavam a indignação com um chefe de Estado associado ao velho regime: "O povo não esquece, Sarney é PDS"; "Sarney não dá, diretas já".

Sem maior apoio popular, Sarney iniciou o período conhecido como **Nova República** com dois enormes desafios: recuperar a economia do país, na época com uma inflação na casa dos 200% ao ano (veja a seção "Aprenda mais", no capítulo 10, página 176), e dar continuidade ao processo de redemocratização.

Tancredo Neves (sentado, à esquerda), candidato da Aliança Democrática, é cumprimentado por deputados após a confirmação de sua eleição à presidência da república pelo Colégio Eleitoral. Brasília (DF). Foto de 1985.



Reprodução proibida. Art. 184, do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RICARDO AZOULAY/HAR IMAGE

ANEXO D - #CONTATO HISTÓRIA

Marco Pellegrini
Adriana Machado Dias
Keila Grinberg

#contato História

3

Ensino Médio
Componente
curricular
História



Quinteto

Manual do Professor

12

unidade

O Brasil contemporâneo



Toca Vieira/Folhapress

A história no cinema *Adeus, Lenin!*

O filme *Adeus, Lenin!* narra a história de uma professora que sofre um ataque cardíaco e entra em coma após ver seu filho em uma passeata contra o governo de seu país, a Alemanha Oriental.

Durante o período em que ela está em coma, o país passa por uma profunda transformação política, econômica e cultural: cai o muro de Berlim. É o fim do socialismo e as duas Alemanhas se unificam sob o regime capitalista.

No intuito de privar a professora de emoções fortes, que poderiam piorar seu estado de saúde, o filho se esforça de todas as maneiras para que ela não descubra a novidade e continue a pensar que ainda estavam vivendo sob o regime socialista.



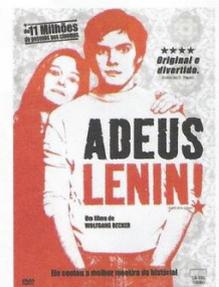
Para ler

- **Manual Live Earth de sobrevivência ao aquecimento global: 77 táticas essenciais para frear a mudança climática ou sobreviver a ela**, de David Rothschild. Editora Manole. Apresenta táticas para o impedimento do aquecimento global, como cuidar do destino próprio lixo ou comprar a lâmpada correta.
- **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**, de André Trigueiro. Editora Sextante. Artigos escritos por 21 personalidades brasileiras sobre o universo socioambiental, que nos ajuda a compreendê-lo e a nos reconhecemos nele.
- **Sociedade tecnológica**, de Ciro Marcondes Filho. Editora Scipione. A fim de explicar as mudanças pelas quais o ser humano vem passando, o autor aborda o mundo teocêntrico, antropocêntrico e tecnocêntrico, focando na cultura tecnocrática em que estamos inseridos desde o século XX.
- **Usos de energia**, de Helena da Silva Freire Tundisi. Editora Atual. Utilizando diversos recursos iconográficos, o livro aborda a problemática da crise energética pela qual passamos e traz reflexões acerca do tema e sobre possíveis soluções para ele.



Para navegar

- **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**. Veja nesse *site* notícias recentes e informações atualizadas sobre diversos temas a respeito da questão ambiental, como consumo sustentável e aquecimento global. Disponível em: <<http://tub.im/72a8q7>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- **A volta ao mundo em uma mochila** — Acnur. O *site* mostra detalhes sobre a campanha organizada pela Agência da ONU para Refugiados, que busca propagar mensagens de esperança e solidariedade às crianças sírias refugiadas. Por meio de vídeos, textos e fotografias, acompanhe o trajeto da mochila, que percorre diversas partes do mundo recolhendo presentes, cartas e mensagens às crianças. Disponível em: <<http://tub.im/fh7fvw>>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- **Ladislau Dowbor**. Página do professor Ladislau Dowbor, com artigos científicos, indicação de leituras e filmes, arquivos de áudio e vídeos a respeito das principais questões da atualidade, envolvendo aspectos ambientais, econômicos e culturais. Disponível em: <<http://tub.im/cxrrz8>>. Acesso em: 14 mar. 2016.



Filme de Wolfgang Becker. Adeus, Lenin! Alemanha, 2003

• **Título:** *Adeus, Lenin!*

Diretor: Wolfgang Becker

Atores principais:
Daniel Brühl, Katrin Sab,
Maria Simon, Chulpan
Khamatova, Florian
Lukas, Michel Gwisdek,
Rudi Völler, Helmut Kohl

Ano: 2003

Duração: 121 minutos

Origem: Alemanha

Nos últimos 20 anos, o Brasil deu passos importantes para a consolidação do regime democrático. Esse período foi marcado pela conquista de vários direitos, como a liberdade de expressão e o direito de escolher, por meio de eleições diretas, todos os governantes do país. Esse período também foi marcado pela inserção do Brasil no mundo globalizado e pela abertura da economia às práticas neoliberais.

Nesta unidade, estudaremos o processo de consolidação da democracia após o fim da ditadura militar, a integração do Brasil no sistema mundial globalizado e os impactos causados pelo avanço da globalização em diversas áreas da sociedade brasileira.

Veremos que houve algumas melhorias na distribuição das riquezas no país, porém, em outros aspectos, a situação se agravou nas últimas décadas. Alguns exemplos são o crescimento desordenado das cidades, a escalada da violência urbana e o aumento da degradação ambiental.

Além disso, poderemos observar que a superação desses problemas é um desafio que deve ser enfrentado não somente pelos governantes, mas por toda a população do país.

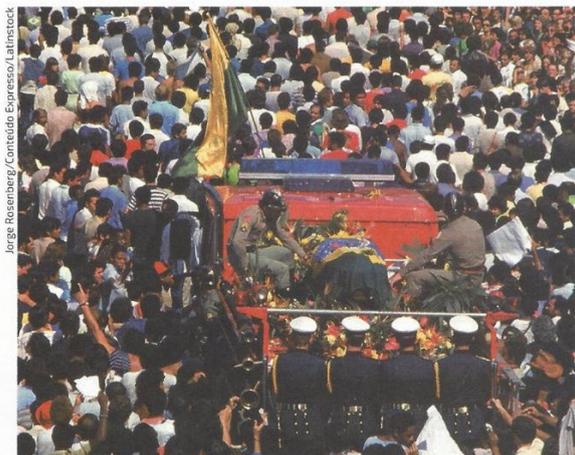
Veja as respostas das questões nas **Orientações para o professor**.

- A** A desigualdade social é, atualmente, um dos principais problemas do Brasil. De que maneira esse problema é mostrado na fotografia?
- B** Além da desigualdade social, quais outros problemas têm sido enfrentados pela sociedade brasileira na atualidade? Comente.

Fotografia tirada na cidade de São Paulo (SP), em 2004.

A transição para a democracia

Em março de 1985, os brasileiros estavam se preparando para a posse de um presidente civil após quase 21 anos de ditadura militar. Apesar de ter sido indireta, a eleição de Tancredo Neves criou um clima de otimismo e de expectativa em grande parte da população brasileira.



Tancredo Neves foi hospitalizado às vésperas de sua posse, prevista para 15 de março de 1985. Submetido a várias cirurgias, não resistiu e faleceu em 21 de abril. A morte de Tancredo causou grande comoção nacional. Na fotografia, vemos uma multidão acompanhando o cortejo fúnebre, em São Paulo (SP).

Antes da posse, no entanto, Tancredo adoeceu e precisou ser hospitalizado, ficando sem condições de assumir o cargo. Com isso, o vice-presidente José Sarney foi empossado como presidente da República.

O contexto econômico

A situação econômica do Brasil era muito difícil em meados da década de 1980. A crise era agravada pelas altas despesas do governo, que gastava mais do que arrecadava. Esses gastos, em sua maioria, eram direcionados ao pagamento dos juros da dívida externa. Além disso, a conjuntura da economia mundial era de recessão, o que aumentava as dificuldades para conseguir crédito externo.

A dívida da ditadura

A crise financeira de meados da década de 1980 foi uma das heranças da ditadura. Ela demonstrava o esgotamento do modelo econômico adotado durante o regime militar, o qual se baseava na intervenção estatal na economia e no alto endividamento externo. Nessa época, a dívida crescente fez com que órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), interferissem nos assuntos internos do país, enquanto a produção industrial caía e o desemprego aumentava.

Dívida externa brasileira (1970-1985)



Fonte: SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Moratória: suspensão de pagamentos a credores internacionais, que geralmente ocorre quando o país devedor atravessa uma crise econômica muito grave.

Na linguagem dos economistas, o Brasil passava nesse período por uma crise de estagflação, ou seja, a combinação de estagnação da economia (o fim do "milagre econômico") com altos índices de inflação e a consequente perda do poder aquisitivo dos consumidores. A situação financeira do país se encontrava tão desestruturada que o governo declarou uma moratória em 1987, suspendendo provisoriamente o pagamento dos juros de curto e médio prazos da dívida externa brasileira.

► Tentativas de estabilização econômica

Para tentar combater a crescente inflação e o aumento da dívida externa, o governo federal lançou uma série de planos econômicos. O primeiro deles foi o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, que estabelecia o congelamento dos preços da maioria dos produtos, principalmente gêneros alimentícios, das tarifas públicas, como água e luz, dos aluguéis e também dos salários.

Apesar do congelamento, trabalhadores e patrões podiam negociar livremente os salários, desde que nenhum aumento fosse repassado ao preço dos produtos. Além disso, foi criado o salário-desemprego e foi previsto o mecanismo do "gatilho" salarial, por meio do qual os salários deveriam ser reajustados automaticamente quando a inflação atingisse a marca dos 20% ao mês. A moeda foi valorizada e seu nome substituído: o Cruzeiro passou a ser Cruzado (1 Cruzado correspondia a 1 000 Cruzeiros).

Por um curto período, a inflação recuou. Os preços congelados e a moeda valorizada propiciaram às camadas mais pobres da população maior acesso aos bens de consumo. A estabilidade econômica, no entanto, era artificial e logo começaram a faltar produtos no mercado, principalmente carne, o que contribuiu para o surgimento de um mercado ilícito que vendia produtos com preços acima dos estipulados. Para contornar a situação, a equipe econômica idealizadora do plano defendeu a flexibilização gradual do congelamento, como estava previsto desde o início do plano.

No entanto, o governo manteve o congelamento, pois no final de 1986 haveria eleições legislativas e para governador, e o Plano Cruzado representava um excelente trunfo eleitoral. Assim, o congelamento dos preços só foi suspenso após a vitória da maioria dos candidatos do partido do governo (PMDB), o que levou muitos analistas políticos a considerá-lo um golpe eleitoral. No final de 1986, a inflação voltou a subir de maneira incontrolável, assim como os preços dos bens de consumo em geral. Outros planos econômicos semelhantes foram decretados até o fim do governo Sarney (Plano Cruzado II, de novembro de 1986; Plano Bresser, de janeiro de 1988; Plano Verão, de janeiro de 1989), mas nenhum obteve sucesso.

► Protestos contra o governo

Os problemas econômicos e a desilusão com a classe política se refletiram na sociedade brasileira. O agravamento dos problemas sociais, tanto na cidade como no campo, ganhava forma em movimentos grevistas, piquetes de trabalhadores rurais e manifestações urbanas violentas.

Além do desemprego, a lentidão do governo em realizar reformas importantes há muito tempo desejadas pela população, como a reforma agrária, estimulava a onda de protestos. No final de 1986, por exemplo, uma grande manifestação de trabalhadores e desempregados em Brasília assumiu formas violentas, com a queima de veículos e a danificação de edifícios públicos.

O governo Sarney utilizou as Forças Armadas, além das polícias militares estaduais, para reprimir manifestações grevistas, acusadas de promover o ressurgimento de "grupos subversivos" com o objetivo de desestabilizar o governo.



Cartaz de 1986 incentivando a fiscalização dos preços por parte da população.

Operários que participavam de uma assembleia cercados por soldados do Exército. Volta Redonda (RJ), 1988.



A Constituição de 1988

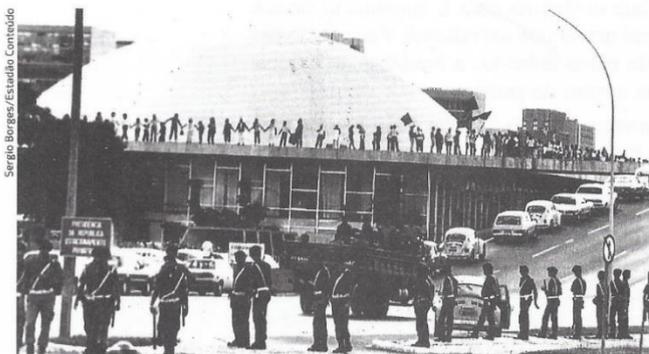
Nas eleições de novembro de 1986, cerca de 60 milhões de eleitores escolheram os deputados e senadores que formaram a Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração de uma nova Constituição.

Na composição do Congresso (487 deputados e 72 senadores), o PMDB foi o partido de maior representatividade, embora entre seus filiados houvesse grande diversidade ideológica.

A participação popular

A elaboração do conjunto de leis mais importante do país contou com grande participação popular. Era a "sociedade civil organizada": associações de bairro e de consumidores, sindicatos, ligas camponesas, associações de médicos, professores, advogados, jornalistas etc. Nessa época, prevaleceu a ideia de que a democracia não podia se limitar ao voto, pois sua efetivação apenas se daria com a participação ativa do cidadão na vida pública.

A participação da população na elaboração da Constituição se deu de diversos modos: por meio de visitas coletivas ao Congresso, comícios, cartas direcionadas aos parlamentares ou publicadas nos jornais, entre outros. Mas o modo mais eficaz foram as **emendas populares**, ou seja, o envio ao Congresso de propostas elaboradas por organizações da sociedade civil. Essas propostas deveriam ser defendidas por, no mínimo, três organizações da sociedade, contendo pelo menos 30 mil assinaturas.



Cerca de dois mil manifestantes convocados pela Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares promoveram um "abraço" ao Congresso Nacional, em Brasília (DF), em defesa das emendas populares à Constituinte. Fotografia de 1988.

A mobilização nacional em torno das emendas populares foi considerável. Foram criados, por exemplo, a Frente Nacional de Entidades Democráticas, Sindicais e Populares e o Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. Essas organizações tiveram um importante papel, divulgando em todo o território nacional materiais didáticos informando sobre a participação dos cidadãos na elaboração da carta constitucional e sua importância na configuração do futuro do país.



Com o slogan "Constituinte sem povo não cria nada de novo", os organizadores do Plenário Pró-participação Popular na Constituinte buscaram estimular os brasileiros a propor emendas para a nova Constituição. Ao todo, foram enviadas 122 emendas populares, assinadas por mais de 12 milhões de brasileiros. Ao lado, slogan do Plenário Pró-participação Popular na Constituinte.

► Tentativas de estabilização econômica

Para tentar combater a crescente inflação e o aumento da dívida externa, o governo federal lançou uma série de planos econômicos. O primeiro deles foi o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, que estabelecia o congelamento dos preços da maioria dos produtos, principalmente gêneros alimentícios, das tarifas públicas, como água e luz, dos aluguéis e também dos salários.

Apesar do congelamento, trabalhadores e patrões podiam negociar livremente os salários, desde que nenhum aumento fosse repassado ao preço dos produtos. Além disso, foi criado o **salário-desemprego** e foi previsto o mecanismo do “gatilho” salarial, por meio do qual os salários deveriam ser reajustados automaticamente quando a inflação atingisse a marca dos 20% ao mês. A moeda foi valorizada e seu nome substituído: o Cruzeiro passou a ser Cruzado (1 Cruzado correspondia a 1 000 Cruzeiros).

Por um curto período, a inflação recuou. Os preços congelados e a moeda valorizada propiciaram às camadas mais pobres da população maior acesso aos bens de consumo. A estabilidade econômica, no entanto, era artificial e logo começaram a faltar produtos no mercado, principalmente carne, o que contribuiu para o surgimento de um mercado ilícito que vendia produtos com preços acima dos estipulados. Para contornar a situação, a equipe econômica idealizadora do plano defendeu a flexibilização gradual do congelamento, como estava previsto desde o início do plano.

No entanto, o governo manteve o congelamento, pois no final de 1986 haveria eleições legislativas e para governador, e o Plano Cruzado representava um excelente trunfo eleitoral. Assim, o congelamento dos preços só foi suspenso após a vitória da maioria dos candidatos do partido do governo (PMDB), o que levou muitos analistas políticos a considerá-lo um golpe eleitoral. No final de 1986, a inflação voltou a subir de maneira incontrolável, assim como os preços dos bens de consumo em geral. Outros planos econômicos semelhantes foram decretados até o fim do governo Sarney (Plano Cruzado II, de novembro de 1986; Plano Bresser, de janeiro de 1988; Plano Verão, de janeiro de 1989), mas nenhum obteve sucesso.

► Protestos contra o governo

Os problemas econômicos e a desilusão com a classe política se refletiram na sociedade brasileira. O agravamento dos problemas sociais, tanto na cidade como no campo, ganhava forma em movimentos grevistas, piquetes de trabalhadores rurais e manifestações urbanas violentas.

Além do desemprego, a lentidão do governo em realizar reformas importantes há muito tempo desejadas pela população, como a reforma agrária, estimulava a onda de protestos. No final de 1986, por exemplo, uma grande manifestação de trabalhadores e desempregados em Brasília assumiu formas violentas, com a queima de veículos e a danificação de edifícios públicos.

O governo Sarney utilizou as Forças Armadas, além das polícias militares estaduais, para reprimir manifestações grevistas, acusadas de promover o ressurgimento de “grupos subversivos” com o objetivo de desestabilizar o governo.



Operários que participavam de uma assembleia cercados por soldados do Exército. Volta Redonda (RJ), 1988.



Cartaz de 1986 incentivando a fiscalização dos preços por parte da população.

Características da Constituição

Após dois anos de trabalho, a nova Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como "Carta Cidadã", foi promulgada pelo Congresso em 5 de outubro de 1988. Veja algumas determinações da Constituição de 1988.

- Universalização do voto, sendo facultativo aos analfabetos, aposentados e maiores de 16 anos e menores de 18.
- Fixação do salário mínimo como base para o pagamento de pensões e aposentadorias, inclusive aos portadores de deficiência física.
- Jornada de trabalho de 44 horas semanais e direito de greve.
- Liberdade de expressão, de imprensa e de organização.
- Qualificação do racismo como crime inafiançável.
- Condenação da tortura.
- Reconhecimento do direito dos grupos indígenas à manutenção de sua cultura e das terras que historicamente ocupam.



Capa da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.



O sujeito na história

Chico Mendes

Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, nasceu em 1944 na cidade de Porto Rico, no Acre. Assim como seu pai, ainda criança começou a trabalhar na extração do látex nos seringais. Quando jovem, tornou-se líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, além de vereador e um dos fundadores do Conselho Nacional de Seringueiros (1985).

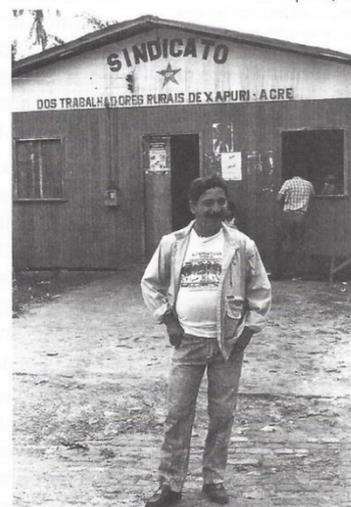
Dedicou sua vida à defesa dos seringueiros, atuando contra a devastação das florestas. Essas atividades lhe renderam muitos inimigos, principalmente entre os grandes proprietários rurais. Para impedir o desmatamento, Chico Mendes aplicava a tática do "empate": os seringueiros, acompanhados por suas famílias, colocavam-se entre a floresta e os jagunços dos fazendeiros, tentando evitar a derrubada da mata. No entanto, nem sempre a tática tinha sucesso, porque os fazendeiros geralmente recebiam apoio da polícia.

Para solucionar esse conflito, Chico Mendes defendia a criação de reservas extrativistas para a preservação da floresta nativa. Leia, a seguir, o trecho de uma entrevista concedida por ele no início de dezembro de 1988.

Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas. Nas reservas extrativistas, nós vamos comercializar [...] os produtos que a floresta generosamente nos concede. [...] A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ela vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o usufruto, não a propriedade.

MENDES, Chico. Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*. In: MONDAINI, Marco. *Direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 118-9.

Por causa de sua ação e influência, Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, a mando de fazendeiros da região. A sua morte, entretanto, teve ampla repercussão na imprensa nacional e estrangeira, despertando a opinião pública para a importância das reservas extrativistas e da luta pela preservação da Amazônia.



Na fotografia tirada em 1988, vemos Chico Mendes em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC).

Unidade 12

O Brasil na era da globalização

No final de 1989, os brasileiros foram às urnas eleger um presidente de forma direta, fato que não ocorria desde 1960. Nessa mesma época, o mundo passava por grandes transformações, com o avanço das políticas neoliberais e da globalização dos mercados. No Brasil, fazia apenas um ano que a nova Constituição havia sido promulgada.



O processo de impeachment ganhou força com o "Fora Collor", movimento promovido em 1992 por jovens que ficaram conhecidos como caras-pintadas. Esse movimento demonstrou a importância da participação popular nos processos democráticos. Na fotografia, vemos uma multidão protestando nas ruas de São Paulo (SP) em favor do impeachment de Collor.

O governo Collor

Em 1989, o ex-governador do estado de Alagoas Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República em uma eleição muito disputada, vencendo no segundo turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, líder sindical de origem operária.

Em sua campanha presidencial, Fernando Collor de Mello representou o neoliberalismo e a modernidade, prometendo prender os corruptos e acabar com a inflação no país. Collor, no entanto, não correspondeu às expectativas da população. Por meio de um plano de combate à inflação, o Plano Collor, a poupança de milhões de brasileiros foi confiscada, gerando enorme descontentamento.

Além de não resolver o problema da inflação, o presidente perdeu definitivamente seu prestígio após a descoberta de um esquema de corrupção chefiado por seu tesoureiro, Paulo César Farias, conhecido como PC Farias. Com isso, em 1992, multidões saíram às ruas para protestar e, pela primeira vez no Brasil, um processo de *impeachment* foi iniciado. Collor foi cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos.

A abertura neoliberal

A onda neoliberal dominou a economia brasileira em toda a década de 1990. E não apenas a brasileira, mas a economia de praticamente todos os países da América Latina. Nesses países, o neoliberalismo foi impulsionado por uma reunião econômica realizada em Washington, D.C., capital dos EUA, destinada a discutir formas de superar a crise econômica latino-americana, caracterizada por elevada dívida externa, estagnação econômica, inflação e desemprego. O encontro foi promovido pelo Instituto para a Economia Internacional, contando com a participação de representantes de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.), do governo dos EUA, além de economistas latino-americanos.

Conhecido como Consenso de Washington, esse encontro estabeleceu como diretrizes os preceitos básicos do neoliberalismo: subordinação da economia às leis do mercado, pois a intervenção do Estado inibiria a participação do setor privado e, conseqüentemente, o desenvolvimento; desregulamentação do mercado de trabalho, para que as empresas pudessem reduzir custos com mão de obra; corte de gastos sociais; privatização de empresas estatais; liberalização financeira e comercial, por meio da eliminação de barreiras aos investimentos e produtos estrangeiros, abrindo a economia ao capital externo.

Seguindo essas diretrizes, o Brasil reduziu os impostos sobre importações, fazendo que os produtos estrangeiros ficassem muito mais baratos que os nacionais. Assim, muitas empresas brasileiras foram seriamente atingidas, como as do ramo de informática e as do setor têxtil. A privatização de empresas estatais também começou a ser feita no governo Collor.

► Itamar Franco e FHC

Vice-presidente e sucessor de Collor, Itamar Franco adotou como principal medida de governo a implantação do Plano Real.

Elaborado por uma equipe de economistas coordenada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, esse plano anti-inflacionário visava estabilizar a economia adotando medidas como o aumento de impostos, a redução dos gastos públicos e a criação de uma nova moeda, o Real, com valor cambial igualado ao do dólar. Durante o governo de Itamar, a inflação foi controlada e a nova moeda brasileira permaneceu valorizada.

Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, sucedeu Itamar e foi presidente em dois mandatos consecutivos, entre os anos de 1995 e 2002, mantendo a mesma linha política e econômica da administração anterior.

O governo FHC conseguiu manter a inflação sob controle. Além disso, ele obteve êxito com investimentos na área da saúde, implementando políticas bem-sucedidas de combate à Aids, e da educação, aumentando o número de crianças na escola e diminuindo os índices de analfabetismo no país.

Seu governo se caracterizou por uma política neoliberal, de abertura ao capital estrangeiro e privatizações de empresas estatais, no intuito de diminuir os gastos públicos. As privatizações ocorreram em empresas de diversos setores, principalmente da siderurgia e das telecomunicações.

A má distribuição de renda e os altos índices de desemprego prejudicaram o país no campo econômico. Além disso, houve diversas denúncias de corrupção durante o seu governo, principalmente no processo de privatização das empresas estatais, escândalo que ficou conhecido como privatária.

► O governo Lula

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil em 2002, tornando-se o primeiro líder sindical a assumir esse cargo. Lula teve participação ativa nas greves dos metalúrgicos do ABC paulista no final da década de 1970, ainda sob o regime militar, e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

No campo econômico, seu governo manteve a inflação controlada, elevando as taxas de juros e aumentando a arrecadação de impostos. Com o fortalecimento do Real em relação ao dólar, o país obteve crescimento no comércio externo e uma balança comercial favorável.

No campo social, foi implantado um programa de auxílio mensal em dinheiro para famílias pobres, conhecido como Bolsa Família, e o aumento real do salário mínimo. Isso possibilitou o aumento da renda da camada mais pobre da população.

Além disso, outros programas foram criados, como o Luz para todos, o Brasil alfabetizado, o ProUni, entre outros, aumentando os índices de aprovação de seu governo.

Por outro lado, denúncias de corrupção, que deram origem a um processo que ficou conhecido como mensalão, desestabilizaram o governo Lula em 2005. Apesar da instabilidade política, Lula obteve a maioria dos votos da população nas eleições de 2006, sendo reeleito e dando continuidade às políticas sociais.

As privatizações

Durante a década de 1990, diversas empresas estatais brasileiras passaram pelo processo de privatização. As privatizações promovidas durante esse período foram muito contestadas, gerando um amplo debate no país.

Aqueles que defendiam as privatizações procuravam justificar que o Estado deveria ter uma participação mínima na economia do país. Segundo eles, empresas controladas pela iniciativa privada possuem uma capacidade de gestão mais eficiente, gerando melhores serviços para a população, mais lucros e, conseqüentemente, uma maior arrecadação de impostos.

Aqueles que eram contra as privatizações acreditavam que, com a venda das empresas estatais, o Estado estaria perdendo parte de sua soberania, pois não possuiria mais o controle sobre setores estratégicos da economia nacional. Além disso, argumentavam que sempre houve pouco interesse da iniciativa privada em investir em setores de infraestrutura, sendo necessário um amplo investimento do Estado para assegurar o desenvolvimento de empresas estatais que atuam nesses setores.



Manifestantes contrários à privatização da Companhia Vale do Rio Doce entram em confronto com policiais, no Rio de Janeiro (RJ), 1997.

► O governo de Dilma Rousseff

No final de seu segundo mandato, Lula apontou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para sucedê-lo na presidência em 2011. Ex-militante de esquerda, Dilma chegou a ser presa e torturada quando lutava contra a ditadura militar.

Defendendo a continuidade e ampliação das políticas sociais do governo Lula, Dilma se elegeu, tornando-se a primeira mulher a chegar à presidência no Brasil.

Dilma Rousseff ampliou diversos programas econômicos e sociais. As obras públicas, por exemplo, foram incentivadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), beneficiando diversas cidades brasileiras com obras de infraestrutura. Além disso, implantou programas de auxílio à pesquisa e à formação acadêmica no exterior, como o Ciência sem Fronteiras.

Durante o seu primeiro mandato (2011-2014), no entanto, alguns políticos e ministros foram acusados de corrupção e, por isso, foram afastados de seus cargos. Nesse período, foram apuradas e julgadas várias das denúncias do processo do mensalão, e vários políticos foram presos, inclusive alguns membros do primeiro escalão do governo Lula.

Em 2014, após uma acirrada disputa com Aécio Neves (que obteve 48,3% dos votos), Dilma foi reeleita (com 51,6% dos votos). O início de seu segundo mandato foi marcado pelas tentativas de superar problemas como a alta da inflação e baixo crescimento econômico do país. Além disso, desde 2015, o Brasil enfrenta uma grave crise de desemprego.

A taxa de desemprego aumentou para 9,5% no trimestre encerrado em janeiro de 2016, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa taxa é recorde da série histórica da pesquisa, iniciada no primeiro trimestre de 2012. No mesmo período em 2015, o desemprego atingia 6,8% da população economicamente ativa do país.

[...]

POLITO, Rodrigo. Taxa de desemprego sobe para 9,5% no trimestre encerrado em janeiro. Disponível em: <www.valor.com.br/brasil/4496682/taxa-de-desemprego-sobe-para-95-no-trimestre-encerrado-em-janeiro>. Acesso em: 3 maio 2016.

A polarização política

Com a crise do governo de Rousseff, estabeleceu-se no Brasil uma espécie de polarização política em relação ao *impeachment*. Enquanto muitas pessoas apoiavam o afastamento da presidente, outras defendiam que esse acontecimento desestabilizaria o regime democrático no país.

Abaixo, à esquerda, vemos uma manifestação a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Abaixo, à direita, uma manifestação contra o *impeachment* de Rousseff. Fotografias tiradas em março de 2016, em São Paulo (SP).



As relações de trabalho no Brasil

Além do grande aumento do desemprego, o país enfrenta o problema do crescimento do trabalho informal. Quando um trabalhador desempenha uma atividade profissional destituída de vínculos empregatícios e de direitos trabalhistas, dizemos que ele exerce um trabalho informal. Esse modelo de trabalho está crescendo entre os brasileiros que buscam alternativas frente ao amplo quadro de desemprego.



Vendedor ambulante de legumes e hortaliças, em Palmeira dos Índios (AL), 2015.

Rubens Chaves/Pulsar

A exploração do trabalho infantil

O trabalho infantil ainda é um problema a ser superado em nosso país. Muitas crianças são obrigadas a trabalhar para complementar a renda familiar. Empregadas em sua maioria no setor agrícola ou em serviços domésticos, desenvolvem trabalhos com baixíssima ou nenhuma remuneração, muitas vezes em ambientes insalubres e sem proteção. Com o dever de trabalhar, geralmente deixam de ter acesso à educação, ao lazer e a um desenvolvimento saudável.

No campo, as crianças seguem os pais nas lidas de muitas culturas, ou em atividades como a produção de carvão vegetal, a brita de pedras e a feitura de tijolos.

Nas cidades, as crianças trabalham dentro e fora de casa. Em casa, auxiliam a família em serviços terceirizados, ou são ajudantes de mecânicos, confeiteiros, feirantes etc. As meninas fazem o serviço doméstico, que não é encarado como trabalho, apesar de ser fundamental na sobrevivência familiar.

Famílias pobres empregam suas filhas como domésticas. Dos 5 milhões de empregadas domésticas brasileiras, cerca de 16% têm entre 10 e 17 anos, e a maior parte ganha menos de 1 salário mínimo. Muitas delas acabam sendo exploradas sexualmente.

Como a prostituição infantil tem crescido assustadoramente no mundo inteiro, também motivada pelo aumento do turismo, os governos e movimentos sociais organizaram redes internacionais para combatê-la.

Nas ruas das cidades brasileiras, a presença de crianças é histórica: há vendedores, engraxates, guardadores de carro, carregadores, catadores de papel, mendigos. Nas praias, recolhem latas para reciclar e nos lixões acompanham a família, coletando material reciclável, que é vendido a sucateiros.

PORTO, Cristina e outros. Trabalho infantil: o difícil sonho de ser criança. São Paulo: Ática, 2003. p. 75. (Que mundo é esse?).

Menina trabalha limpando vidro de carro, em Recife (PE), 2015.



Hans von Montanier/Tyba

Unidade 12

Refletindo

- Você já presenciou cenas de trabalho infantil? Conte aos colegas sua experiência e exponha sua opinião sobre como a sociedade pode combater esse tipo de problema.

Veja a resposta da questão nas Orientações para o professor.

► A terceirização do trabalho



Lucas Lacaz Ruiz/Fotoarena/Folhapress

Funcionário de empresa terceirizada faz manutenção em tubulação de gás em São José dos Campos (SP), em 2014.

A terceirização de serviços por parte de uma empresa consiste na atribuição de determinados serviços a “terceiros”, isto é, a outras empresas. Os principais serviços que as empresas brasileiras vêm terceirizando se relacionam à segurança do trabalho, ao transporte de produtos e de matérias-primas, ao suporte técnico (como o conserto de mercadorias com defeito) e serviços de *call center* (central de atendimento onde são realizados serviços via telefone, por exemplo, pesquisas de mercado, cobranças de faturas, vendas e ouvidoria).

Ao terceirizar serviços, uma empresa isenta-se de muitas responsabilidades trabalhistas relacionadas aos funcionários da empresa contratada. No Brasil, esse processo intensificou-se a partir da década de 1990, quando teve início a flexibilização nas leis trabalhistas.

Uma das medidas políticas mais recentes sobre a terceirização no Brasil é a aprovação do projeto de lei 4330/04 pela Câmara dos Deputados, em 2015. Esse projeto, caso se torne lei, permitirá que todos os tipos de serviços de uma empresa sejam terceirizados, não somente aqueles considerados complementares à sua atividade principal. Conhecido como lei da terceirização, esse projeto é alvo de controvérsias. As pessoas favoráveis ao projeto afirmam que a terceirização pode impulsionar a geração de empregos, provocar o aumento dos salários e melhorar a qualificação dos profissionais. Já as pessoas contrárias ao projeto afirmam que a terceirização pode aumentar o desemprego e deixar os empregados terceirizados desprotegidos em termos de direitos trabalhistas.

► O cooperativismo

O cooperativismo, mesmo sendo uma forma tradicional de organização do trabalho, cada vez mais se destaca como uma alternativa viável para os trabalhadores, pois visa beneficiar a todos os cooperados de forma proporcional à sua participação. Desse modo, a produção de riquezas por meio do trabalho cooperado pode ser repartida entre seus associados, proporcionando amplo desenvolvimento econômico e social.

O cooperativismo é um ramo que cresce e se profissionaliza, no mundo todo. Há, no Brasil, 6,8 mil cooperativas atuantes em 13 ramos (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer), nas quais trabalham 340 mil profissionais. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, 46 milhões de brasileiros são beneficiados pelo trabalho cooperativista e, entre 2004 e 2013, o número de cooperados cresceu 88% e o de empregos gerados 83%. A chamada economia solidária permite a parcelas da população mais vulneráveis sobreviver em períodos de crise econômica, por meio de ajuda mútua. No Brasil, o profissional atua não apenas nas tradicionais cooperativas de produção, crédito ou consumo, mas também em organizações não governamentais (ONGs) e associações de bairro – segmentos em crescimento. O Norte e o Nordeste são as regiões pioneiras na área. No entanto, o mercado se aquece no restante do país.

Sandálias fabricadas em cooperativa de produção de calçados, bolsas e roupas, em Cabaceiras (PB), 2015.



Mauricio Simonetti/7jobs

Mercado de Trabalho. Guia do Estudante. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/cooperativismo-gestao-cooperativas-684663.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

O espaço rural brasileiro

Atualmente, cerca de 25% de toda riqueza produzida no Brasil provém do agronegócio, que movimentam grandes quantias de dinheiro, principalmente com as exportações. Apesar do protecionismo de alguns países, que impõe barreiras tarifárias para produtos como o café, as exportações brasileiras têm aumentado a cada ano, tornando o Brasil um dos líderes mundiais do agronegócio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são trigo, algodão, milho, soja e laranja, além do álcool e do açúcar.

O agronegócio

Agronegócio é o conjunto de atividades que envolve todo o processo de cultivo e comercialização de produtos do campo. Ele envolve desde a produção agrícola ou a criação pecuária, até a comercialização das mercadorias, movimentando, por exemplo, o mercado de maquinários para a colheita, o beneficiamento e o transporte dos produtos.

O desmatamento

O agronegócio é um dos ramos da economia que mais crescem no Brasil. Porém, seu desenvolvimento acarreta graves problemas ambientais.

O agronegócio avança na trilha do desmatamento e da superexploração do meio ambiente. No lugar da floresta, grandes pastos para receber gado, lavouras de soja e algodão. E o que restou de árvores que alimentaram madeiras e carvoarias ou que serviram de insumo para a construção civil das grandes cidades. Esse é o alto preço que paga o país por apostar na grande propriedade rural como alavanca para o desenvolvimento econômico. As ameaças ao Pantanal, Cerrado e Amazônia são apenas a face mais conhecida da destruição ambiental provocada também por grandes projetos de infraestrutura que obedecem às demandas da indústria e da agricultura exportadora.



Vista aérea do rio Branco e Floresta Amazônica com áreas desmatadas para agricultura, em Boa Vista (RR), 2014.

VEZZALI, Fabiana. Desmatamento e poluição seguem o rastro do agronegócio. *Repórter Brasil*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/07/desmatamento-e-poluicao-seguem-o-rastro-do-agronegocio/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

A desigualdade social

Os lucros proporcionados pelo agronegócio contrastam com a realidade vivida pelos pequenos produtores rurais. Desfavorecidos, eles ocupam faixas de terra nem sempre produtivas e não dispõem dos subsídios necessários para seu desenvolvimento, assim encontram dificuldades para competir no mercado agropecuário ou mesmo para garantir seus meios de subsistência.

A grande concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros dificulta ainda mais a vida dos camponeses. Detentores de poder econômico e político, esses fazendeiros dificultam a adoção de medidas políticas necessárias para resolver os problemas de distribuição das terras brasileiras, sendo essa uma das principais causas de tensões e conflitos no campo.

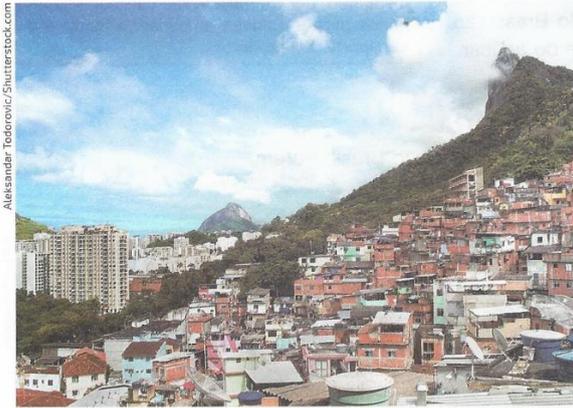
A reforma agrária

A reforma agrária consiste na revisão da estrutura agrária de um país, visando à redistribuição das terras, principalmente as improdutivas, a um maior número de pessoas, com o objetivo de se fazer justiça social e, ao mesmo tempo, garantir o aumento da produtividade agrícola. Os grandes proprietários rurais geralmente são contrários a essa reforma, pois acreditam que ela fere o direito à propriedade privada.

Existem outras questões que dificultam a ampliação da reforma agrária no Brasil. Nos assentamentos, além de receberem a terra, os pequenos agricultores precisam de auxílio para iniciar os cultivos e estabelecer a infraestrutura necessária, como moradias, postos de saúde, escolas, barracões etc.

Problemas urbanos

Atualmente, no Brasil, mais de 80% da população vive nas cidades. Pessoas atraídas pelas oportunidades de emprego, serviços públicos, lazer e educação, disponíveis principalmente nas áreas urbanas, contribuem para o crescimento desordenado das cidades, que não possuem a infraestrutura necessária para acompanhar o aumento populacional.



Moradias precárias

Um dos principais problemas urbanos que afligem os habitantes das cidades brasileiras é a falta de moradia. Além das pessoas que vivem nas ruas, dormindo sob viadutos, ou em abrigos improvisados, existem milhões vivendo em favelas. Construídas em morros ou na periferia, em áreas sem planejamento urbano, essas habitações geralmente não possuem sistemas de saneamento básico, expondo os moradores a várias doenças.

Favela em morro na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 2016.

Congestionamentos e poluição

Outro problema que atinge muitas cidades está relacionado à grande quantidade de veículos que circulam pelas ruas. Em cidades como São Paulo, por exemplo, onde o número de veículos passa de 6 milhões, os congestionamentos são constantes e forçam milhares de pessoas a ficar horas paradas no trânsito.

Além disso, a poluição do ar, causada pela grande quantidade de poluentes expelidos por esses veículos, prejudica a qualidade de vida dos habitantes, já que a grande concentração de CO₂ (dióxido de carbono) é altamente nociva à saúde.

Trânsito congestionado na cidade de Belo Horizonte (MG), em 2015.

A violência urbana e a criminalidade

Latrocínio: roubo em que ocorre a morte da vítima.

O Brasil é um dos países com maior índice de violência e criminalidade do mundo, destacando-se crimes como homicídios, **latrocínios** e sequestros.

Em nosso país, grupos criminosos formam organizações fortemente armadas que se sustentam por meio de práticas ilícitas, como o tráfico de armas e de drogas e a comercialização de produtos contrabandeados.

Muitas dessas organizações exercem poder e influência sobre as comunidades nas quais se estabelecem, dificultando que os órgãos de segurança pública combatam o crime.

Essa violência, ligada em grande parte à criminalidade, está diretamente relacionada às grandes desigualdades sociais e à má distribuição de renda entre a população.

A desigualdade social

A sociedade brasileira obteve várias conquistas durante o período de redemocratização e, ao longo desses anos, tem promovido mudanças positivas em relação à cidadania e aos direitos civis dos brasileiros, porém ainda há muito a ser melhorado.

Apesar do crescimento econômico e da diminuição no número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza nos últimos anos, as desigualdades sociais ainda são profundas e estão entre os principais problemas enfrentados pela sociedade.

A concentração de renda

A concentração de renda diz respeito à má distribuição de riqueza entre as classes sociais. Pesquisas divulgadas em 2011 concluíram que cerca de 10% da população brasileira detém mais de 75% da riqueza nacional, enquanto os outros 90% da população dividem os 25% restantes.

A educação pública

Dados recentes mostram uma melhoria nos índices da educação brasileira de forma geral. Nos últimos anos, cresceu o número de alunos matriculados nas escolas públicas de ensino básico, sinalizando mais acesso à educação. No entanto, existem vários desafios a serem superados a fim de que se ofereça uma educação de qualidade.

Muitas escolas de diferentes regiões do Brasil sofrem com a falta de recursos, privando milhares de alunos do acesso a materiais didáticos, bibliotecas, salas de informática, quadras de esporte e merenda escolar. Além disso, outros fatores prejudicam a qualidade da educação, como a falta de formação continuada de professores e os baixos salários recebidos por esses profissionais.

A saúde pública

Nos últimos anos, a expectativa de vida do brasileiro aumentou para cerca de 72 anos. Além disso, os índices de mortalidade infantil estão cada vez menores, indicando avanços significativos na área da saúde.

Porém, a situação do Sistema Único de Saúde (SUS) ainda exige melhorias. Muitos hospitais e postos de saúde não possuem condições de fornecer um atendimento adequado à população. Essa situação ocorre, muitas vezes, por falta de infraestrutura, equipamentos, medicamentos e mesmo de profissionais qualificados, pois muitos médicos, atraídos por melhor remuneração, deixam de atender pelo SUS, dedicando-se exclusivamente à prestação de serviços particulares.

O preconceito racial

Embora a Constituição brasileira considere o racismo crime inafiançável, a discriminação ainda existe em nosso país e é um dos fatores que mais dificultam o combate às desigualdades sociais.

Estatísticas mostram que os que mais enfrentam dificuldades de acesso à educação, à saúde e a empregos são principalmente os afrodescendentes e os indígenas pobres.

Na luta contra o racismo, muitas organizações não governamentais têm se mobilizado, promovendo ações de valorização da diversidade étnica do país.

Distribuição de renda no Brasil



Fonte: Pnad 2011 IBGE.



Quadra de esportes de escola pública com problemas de infraestrutura, em Natal (RN), 2012.



Por falta de vagas, pacientes são acomodados em macas em corredor de hospital público, em São Paulo (SP), 2012.

Os direitos dos povos indígenas

A história dos indígenas no Brasil é marcada pela luta por suas terras, desde a época em que elas foram invadidas por europeus, a partir do século XVI. Atualmente, a falta de reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) permanece como um dos problemas mais graves do Brasil. Apesar disso, os territórios habitados por indígenas possuem uma legislação própria, definida na Constituição Federal de 1988.

No Brasil, quando se fala em Terras Indígenas, há que se ter em mente, em primeiro lugar, a definição e alguns conceitos jurídicos materializados na Constituição Federal de 1988 e também na legislação específica, em especial no chamado Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), que está sendo revisto pelo Congresso Nacional.

A Constituição de 1988 consagrou o princípio de que os [indígenas] são os primeiros e naturais senhores da terra. Esta é a fonte primária de seu direito, que é anterior a qualquer outro. Consequentemente, o direito dos índios a uma terra determinada independe de reconhecimento formal.

A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos [indígenas] encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

No artigo 20 está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos [indígenas] a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Não obstante, também por força da Constituição, o Poder Público está obrigado a promover tal reconhecimento. Sempre que uma comunidade indígena ocupar determinada área nos moldes do artigo 231, o Estado terá que delimitá-la e realizar a demarcação física dos seus limites. A própria Constituição estabeleceu um prazo para a demarcação de todas as Terras Indígenas (TIs): 5 de outubro de 1993. Contudo, isso não ocorreu, e as TIs no Brasil encontram-se em diferentes situações jurídicas. [...]

O que são Terras Indígenas. Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Apesar do amparo legal, o reconhecimento das Terras Indígenas tem enfrentado objeções de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros que ocupam algumas dessas terras, explorando seus recursos e impedindo o prevalecimento do direito dos indígenas sobre elas.

Os indigenistas, porém, defendem essas demarcações como meio de proteger as Terras Indígenas e preservar a cultura desses povos. Ainda, chamam a atenção para a grande capacidade que esses povos têm de manter o equilíbrio ecológico das terras em que habitam ao extrair delas somente o necessário para sua sobrevivência.



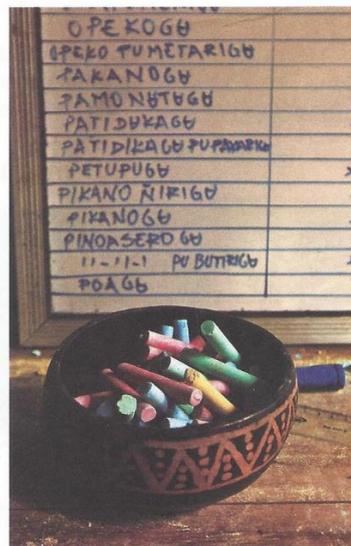
Indígenas fazem protesto pela demarcação de Terras Indígenas em frente ao Superior Tribunal Federal (STF), na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), em 2014.

► Legislação Escolar Indígena

Na década de 1990, o Ministério da Educação estabeleceu diretrizes específicas para os indígenas brasileiros. A partir de então, vêm sendo tomadas medidas para tentar garantir o seu acesso à educação, o que tem diminuído os índices de analfabetismo em suas comunidades.

Atualmente, muitas comunidades indígenas recebem uma educação bilíngue, ou seja, na língua de sua etnia e também em língua portuguesa. Além disso, tem-se buscado formar professores indígenas, pois eles têm melhores condições de contribuir para a preservação dos valores culturais de seu grupo.

Fabio Colombini



Marcato Justo/Folhapress

Pote de cerâmica usado em escola na comunidade indígena de São Pedro (AM). Ao fundo, quadro com palavras escritas na língua tuiuca. Antes à beira da extinção, a língua tuiuca agora é falada dentro e fora da escola, inclusive pelos alunos Tucano, Desana, Yebamasã, Barã e Miriti-Tapuia, vindos de aldeias vizinhas.

Professora ensinando artesanato para alunas na escola da aldeia Guarani Tenondé Porã, em Parelheiros (SP), em 2012.

► Indígenas no Ensino Superior

Uma das consequências da implantação de uma política educacional específica para as comunidades nativas do Brasil foi o aumento do número de jovens indígenas nas instituições públicas de Ensino Superior. Leia o texto.

[...] A atual entrada dos indígenas no Ensino Superior do país se deve, sem dúvida, à importante atuação das organizações de professores indígenas (OPIs) como instituições que fizeram frente na mobilização dos indígenas em geral [na época da elaboração da Constituição de 1988]. E a situação atual da presença de indígenas nas universidades é devedora dessa posição tomada pelas OPIs. Aproximamo-nos de 5000 indígenas no Ensino Superior brasileiro, mais da metade dos 7000 estimados no Ensino Médio [...]. Este é um dado interessante que reflete o potencial das políticas de ações afirmativas para formação superior diante dos outros níveis de capacitação educacional, mas também que mostra certo investimento dos próprios indígenas no ensino superior como um meio fundamental de valorização de suas culturas e de busca por sua autonomia política.

Educação Escolar Indígena no Brasil. Ensino Superior Indígena. Mapeamento de Controvérsias. Disponível em: <<http://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/index/educacao-indigena>>. Acesso em: 6 out. 2015.

Comportamento e diversidade

No início do século XXI, sob o impacto dos avanços tecnológicos, novos hábitos e valores ganharam espaço na sociedade brasileira, trazendo, por um lado, muitos benefícios e, por outro, acarretando diversos problemas.

O impacto das novas tecnologias



Diego Padgurschi/Fothapress

A facilidade proporcionada pelos meios de comunicação tem levado muitas pessoas a se tornarem dependentes deles, utilizando-os excessivamente e chegando, muitas vezes, a priorizá-los em detrimento dos relacionamentos pessoais afetivos. Além disso, está cada vez mais comum as pessoas preferirem registrar (por meio de fotografias ou vídeos) os momentos em vez de vivenciá-los. Nessa imagem, torcedores usam celulares para fotografar e gravar vídeos em um jogo de futebol da Copa do Mundo no Brasil, em São Paulo (SP), 2014.

Na primeira década do século XXI, houve, no Brasil, um grande crescimento no número de pessoas conectadas à internet, seja por meio de computadores ou de *tablets* e *smartphones*.

Isso vem facilitando a comunicação e o compartilhamento de dados entre pessoas de várias partes do mundo. Desse modo, a popularização da internet tem democratizado o acesso à informação e aproximado pessoas de diferentes regiões e culturas.

O consumismo

Define-se o consumismo como o hábito de adquirir produtos de forma compulsiva e desnecessária. No sistema capitalista globalizado, novas mercadorias surgem de forma extremamente rápida. Além disso, elas passam por renovações tecnológicas tão aceleradas que um modelo de telefone celular do ano anterior, por exemplo, já pode ser considerado obsoleto após um período mínimo de uso, o que acontece também com computadores e demais aparelhos eletrônicos de alta tecnologia.

As empresas costumam investir muito em publicidade e propaganda, fazendo com que o consumidor crie necessidades artificiais, cuja satisfação imediata torna-se o único meio de obter prazer. Muitas pessoas buscam adquirir *status* por meio da posse de determinados bens, enquanto outras se identificam com os atributos e valores veiculados por determinada marca de um produto.

Como o Brasil é um país integrado à sociedade globalizada, também chamada de sociedade do consumo, existem parcelas significativas da população brasileira que sofrem desse mal. Geralmente, as pessoas percebem que são consumistas quando se encontram endividadas, evidenciando a perturbação emocional causada pela impossibilidade de satisfazer sua compulsão pela compra constante de novos produtos.

O aumento dos transtornos de saúde

A sociedade brasileira está se fundamentando, cada vez mais, nos valores capitalistas de consumo excessivo, sucesso a todo custo e aquisição de prazeres imediatos. Esses valores que, aparentemente, agradam a todas as pessoas, podem trazer consigo sérios malefícios a médio e longo prazo.

Vivendo sob constante pressão e em ambientes extremamente competitivos, muitas pessoas que trabalham com computadores, por exemplo, desenvolvem transtornos do sistema motor, conhecidos como LER (Lesão por Esforço Repetitivo). Além disso, essa situação estressante pode levar muitos indivíduos a desenvolverem distúrbios alimentares, provocados pelo sedentarismo e ansiedade, como a obesidade e a bulimia.

Outro transtorno de saúde característico da atualidade é a depressão, uma doença mental relacionada ao desequilíbrio emocional, que pode provocar uma série de distúrbios, como ansiedade, estresse e frustração, fatores que intensificam estados depressivos. Pessoas depressivas podem apresentar dificuldades na realização de atividades cotidianas, como o trabalho, o estudo e o relacionamento afetivo.

► A religiosidade

Nas últimas décadas, no Brasil, o desenvolvimento de um ambiente cultural de maior tolerância quanto às diferenças que envolvem a religiosidade e a sexualidade vem permitindo que grupos minoritários, antes reprimidos, tenham a possibilidade de se expressar de forma aberta e de exigir o respeito a seus direitos civis.

As manifestações da religiosidade popular, por exemplo, estão cada vez mais evidentes na sociedade brasileira. As religiões com maior quantidade de adeptos são o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e as religiões afro-brasileiras.

Atualmente, o Brasil é um Estado laico, isto é, que não possui vínculo oficial com nenhuma religião instituída. Dessa forma, todos os cidadãos brasileiros desfrutam legalmente de liberdade religiosa. Mas nem sempre foi assim. Até meados do século XX, os seguidores de religiões minoritárias eram vítimas de preconceito e discriminação.

Nas últimas décadas, os cidadãos brasileiros conseguiram se mobilizar em defesa da tolerância religiosa. Assim, vários grupos que historicamente sofreram com a discriminação já podem realizar seus cultos e manifestar suas opiniões religiosas com mais liberdade. Porém, a luta pelo respeito à diversidade cultural no Brasil não chegou ao fim, pois ainda existem grupos intolerantes que não respeitam o direito à liberdade religiosa.

► A sexualidade

Do mesmo modo que em outros países ocidentais, a sociedade brasileira comporta ampla diversidade sexual, que fica em evidência nas diferentes formas de os indivíduos expressarem sua sexualidade.

Esse é um assunto que costuma levantar polêmica, pois diz respeito aos comportamentos e sentimentos mais íntimos de cada pessoa. Nesse âmbito, destaca-se a luta dos homossexuais para obter do Estado as garantias que assegurem o direito à liberdade de orientação sexual.

Em muitos países desenvolvidos, os movimentos homossexuais já obtiveram várias conquistas na esfera judiciária e na legislativa, como o reconhecimento legal do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a elaboração de leis contra a **homofobia**.

No Brasil, apesar de alguns avanços nessa área, ainda é necessário superar os preconceitos e o Estado agir para combater a discriminação. Nesse sentido, é muito importante a mobilização popular para garantir a aprovação de leis que criminalizem a homofobia, bem como a efetiva aplicação dessas leis.

Homofobia: medo irracional, aversão a homossexuais. Uma pessoa homofóbica geralmente tem uma atitude discriminatória e hostil em relação a gays, lésbicas, bissexuais e transexuais.



Daniel Cymbalista/Pulsar

Todos os anos, milhões de pessoas participam da Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Na fotografia tirada em 2015, uma multidão estende a bandeira do movimento gay ao longo da Avenida Paulista, em São Paulo (SP).

O tema sobre o mundo sustentável favorece o trabalho interdisciplinar com Biologia. Veja, nas Orientações para o professor, sugestão para a realização desse trabalho.

Consumo e meio ambiente

Desde o início da Primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII, o ser humano vem aumentando continuamente sua capacidade produtiva, o que foi possível graças ao desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas e à aplicação da força motriz originada principalmente pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão.

O aumento na produção e o desenvolvimento tecnológico proporcionaram melhorias nas condições de vida das pessoas, permitindo a automatização de muitas tarefas. Por outro lado, o desenvolvimento industrial tem causado enormes prejuízos ao meio ambiente, como a poluição e o esgotamento dos recursos naturais.

Um dos grandes desafios para a humanidade no século XXI é encontrar maneiras de viabilizar um mundo sustentável. A sustentabilidade é a tentativa de garantir a qualidade de vida das sociedades atuais sem prejuízo para as gerações futuras.

Veja, a seguir, alguns equipamentos e medidas que podemos adotar em nosso dia a dia, e que podem contribuir para o desenvolvimento de um mundo sustentável.

Fotomontagem de Eduardo C. S. formada pelas imagens de: dcwcreations, antipkr, Radiokafka, Dan Breckwoldt, Nick Stubbs, Joe Klum, Krzysztof Stusarczyk, Lisa F. Young, Cameramannz, Aleksandar Todorovic, Olga Miltsova, Anna Kucherova, irin-k, violetkaipa, Smileus, Madlen, withGod, kezza, Iriana Shivan, gopause, Phanumassu Sang-ngam, ZaZa Studio e Matee Nuserm/Shutterstock.com

Utilizar bicicleta como meio de transporte alternativo evita a emissão de CO₂ (dióxido de carbono). Além disso, a utilização de transportes coletivos, como ônibus e trens, contribui para reduzir o número de automóveis nas ruas.

O plantio de árvores é muito importante, pois, além de tornarem nosso ambiente mais bonito e agradável, elas retiram grandes quantidades de CO₂ da atmosfera, contribuindo para reduzir o aquecimento global.

As plantas domésticas ajudam a manter um ambiente mais fresco no entorno da habitação, aumentando o conforto térmico e evitando gasto de energia com ar-condicionado.

A reciclagem ajuda a preservar o meio ambiente, diminuindo a quantidade de lixo nos aterros sanitários e reduzindo a exploração dos recursos naturais do planeta.

Consumo e meio ambiente

Grande parte dos produtos que consumimos atualmente, como roupas, calçados, móveis e automóveis, é fabricada nas indústrias. No entanto, a produção industrial demanda matérias-primas, gasto de energia e normalmente gera resíduos poluentes.

Por isso, para contribuirmos com a sustentabilidade, é fundamental praticarmos o consumo consciente, que consiste em evitar o consumo de produtos desnecessários, além de dar preferência a mercadorias produzidas por empresas comprometidas com a redução dos danos ambientais em todas as etapas da cadeia produtiva.

Atualmente, em vários países, têm sido realizadas pesquisas em busca de fontes **alternativas de energia**, que são menos prejudiciais ao meio ambiente. Em uma residência, por exemplo, pode-se utilizar a energia solar, que é captada por meio de painéis instalados no telhado e que permitem aquecer a água, reduzindo o gasto de energia elétrica.

As **paredes ecológicas** podem ser feitas com materiais de construção reciclados ou com materiais retirados do próprio terreno, como pedras e madeiras. Se cultivado de maneira sustentável, o bambu, grande retentor de CO₂, é um material alternativo para a feitura de pisos, tecidos e utensílios.



A utilização de **pisos permeáveis** no jardim contribui para a absorção da água pelo solo, evitando enchentes quando ocorrem chuvas.

A instalação de **estações de tratamento** nos banheiros permite, por meio da compostagem, transformar os dejetos em húmus para ser utilizado posteriormente como adubo.

Em uma horta, pode-se praticar a **agricultura orgânica**, ou seja, a produção de alimentos e vegetais sem a utilização de agrotóxicos e fertilizantes.

As **águas pluviais**, coletadas e armazenadas com a utilização de calhas e cisternas, podem ser utilizadas para diversos fins, como irrigar jardins e hortas, lavar roupas e dar descargas em vasos sanitários.

Explorando o tema

A violência contra as mulheres

Os movimentos feministas e suas reivindicações

A luta para garantir a igualdade de gênero e combater a violência contra as mulheres é histórica. A partir do início do século XX principalmente, as mulheres têm buscado lutar mais abertamente por seus direitos. O empenho pelo direito ao voto teve papel importante nos movimentos feministas e, após anos de reivindicações, tornou possível a participação das mulheres em eleições.

Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos se intensificaram e passaram a reivindicar a igualdade no mercado de trabalho, a lutar a favor de métodos contraceptivos e de uma maior liberdade em relação aos modos de vestir, por exemplo.

Os movimentos feministas na atualidade continuam lutando para aprovar legislações específicas, como no caso da legalização do aborto, da equiparação salarial, dos direitos trabalhistas e da erradicação do machismo na sociedade.

Os casos de violência contra mulheres constituem um grave problema mundial e exigem toda a atenção dos governos e das sociedades. Permitir a efetivação dos direitos de igualdade e de respeito entre os gêneros é essencial na atualidade.

No Brasil, as mulheres sofrem diariamente com várias formas de violência. Seja no ambiente doméstico, no trabalho ou em locais públicos, atos de agressividade e de opressão ainda representam um sério problema no país. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2015, a central de atendimento que registra denúncias relacionadas à violência contra mulheres efetuou mais de 700 mil atendimentos. Veja, a seguir, os tipos de atos de violência registrados em 2015 e observe como essa situação é alarmante.

Violência contra mulheres no Brasil – 2015

Tipos de violência contra mulheres	Número de denúncias registradas em 2015 no Brasil
Violência física	38.451
Violência psicológica	23.247
Violência moral	5.556
Violência patrimonial	1.607
Violência sexual	3.478
Cárcere privado	3.961
Tráfico de pessoas	351

Fonte: Balanço 2015 – Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. Disponível em: <www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco180-2015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.



A Secretaria de Políticas para as Mulheres (criada em 2003) e o disque denúncia Ligue 180 (criado em 2005) são alguns mecanismos que vêm sendo adotados para estimular o combate à violência contra a mulher em nosso país. Acima, logomarca do Ligue 180.

As conquistas recentes

Para combater os casos de violência contra mulheres, nos últimos anos foram implementadas algumas medidas na legislação do país. A Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Maria da Penha, tornou-se um dos principais mecanismos que permitem coibir e prevenir atos violentos que atingem a população feminina. Por meio dessa lei, foram criadas instituições específicas e uma rede de serviços e de atendimento de urgência a casos de violência contra mulheres, além do incentivo a políticas públicas que possam coibir essas atitudes.

Leia a seguir um trecho dessa lei.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Dando continuidade a essas políticas públicas, em 2015 foi aprovada a Lei de Tipificação do Femicídio (Lei nº 13.104/ 2015). Por meio dessa legislação, os crimes de homicídio relacionados à condição feminina passaram a ser considerados **hediondos**, recebendo assim uma punição mais severa pelo poder público.

Mesmo com as conquistas recentes, os casos de violência contra mulheres ainda constituem uma situação preocupante e devem ser combatidos por toda a sociedade. Para isso, é importante que se discuta nas escolas, na vida pública e nos meios familiares a importância da igualdade de gênero e a valorização do papel das mulheres em nossa sociedade.



Alan Marques/Folhapress

Maria da Penha Maia Fernandes durante entrevista no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), em 2008. Maria da Penha sofreu agressões do ex-marido por seis anos, foi alvo de tentativas de assassinato e ficou paraplégica após ser baleada por ele.

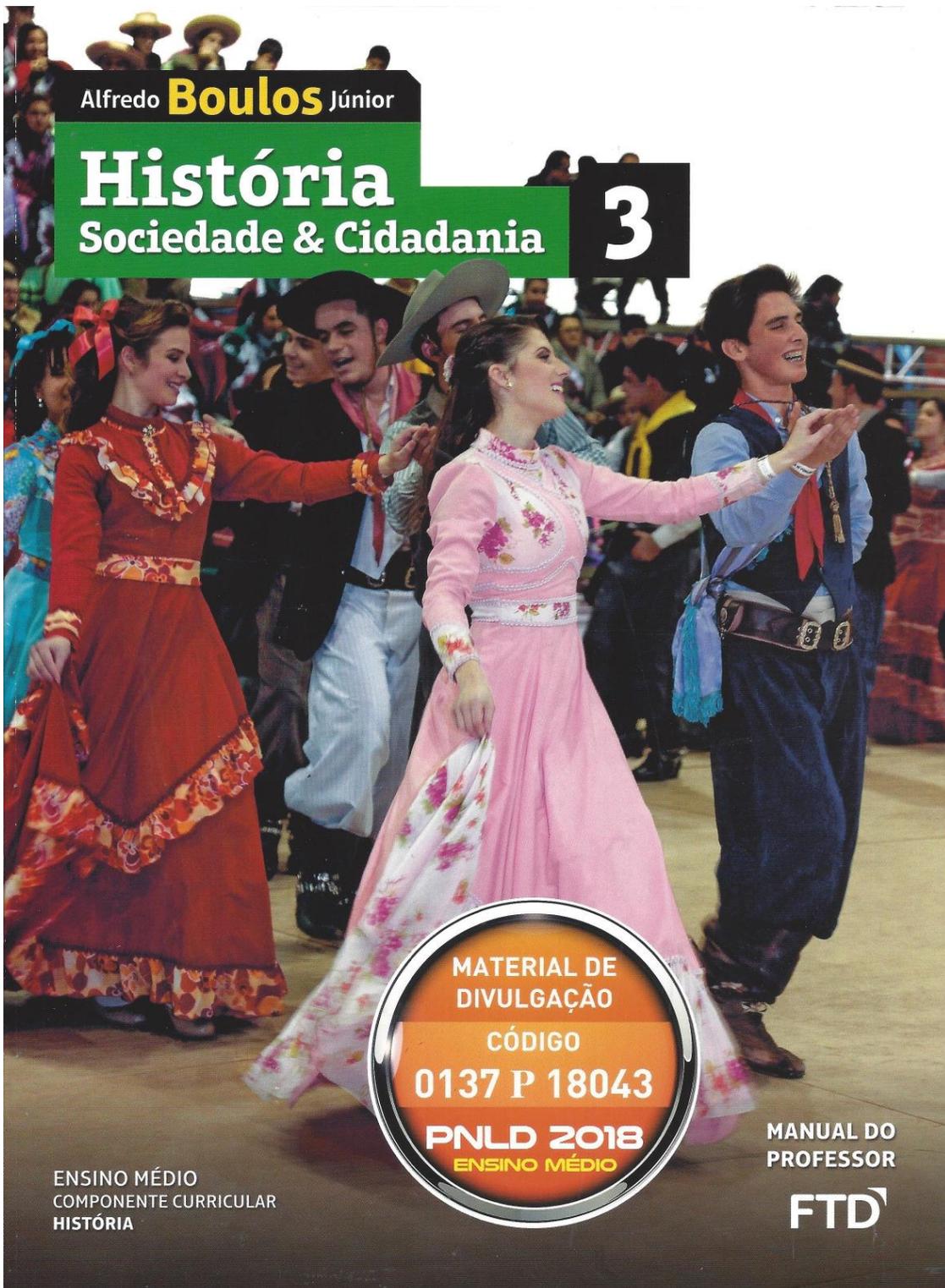
Hediondo: nesse caso, é um crime considerado pela legislação como de extrema gravidade, inafiançável e que recebe um tratamento mais rigoroso que as demais faltas penais.



Kevin David/Brazil Photo Press

Pessoas durante manifestação contra a implantação de vagão de metrô exclusivo para mulheres, em São Paulo (SP), em 2014. Os manifestantes alegam que esse tipo de medida não resolve o problema do assédio sofrido pelas mulheres nos metrô.

ANEXO E – HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA



Alfredo **Boulos** Júnior

História
Sociedade & Cidadania

3

MATERIAL DE
DIVULGAÇÃO
CÓDIGO
0137 P 18043
PNLD 2018
ENSINO MÉDIO

ENSINO MÉDIO
COMPONENTE CURRICULAR
HISTÓRIA

MANUAL DO
PROFESSOR

FTD

apítulo 13

O Brasil e a nova ordem mundial

Professor: o homem de terno azul representa todos aqueles que negam a importância da matriz indígena na formação histórica do Brasil e pensam o país como uma construção dos europeus e seus descendentes. Na charge, os indígenas reagem mostrando-se irritados com a frase preconceituosa e excludente proferida pelo homem de terno azul. É justamente a negação da importância dos povos e das culturas indígenas na formação e identidade do Brasil atual o objeto de crítica do autor da charge. A charge de Samuca, publicada poucos dias antes de 22 de abril de 2000, reflete assim a disputa, real e simbólica, entre os promotores dos festejos oficiais em comemoração dos 500 anos da chegada de Cabral e os que criticavam esses festejos, engajando-se na campanha "Brasil: outros 500".

A imagem é assinada por Samuca e foi publicada no *Diário de Pernambuco*, em 14 de abril de 2000.

**MANDE CHAMAR OS
SEGURANÇAS. TEM UNS
ÍNDIOS AQUI, QUERENDO
FAZER PARTE DOS
500 ANOS!**

Samuca/ Coleção particular



- » Quem seria esse homem de terno azul que se vê em primeiro plano?
- » Qual é a reação dos indígenas à frase dita por ele?
- » O que o artista critica nessa charge?
- » Você concorda com a crítica feita por ele?

Nos últimos anos do mandato de José Sarney, multiplicavam-se os casos de corrupção e os escândalos financeiros envolvendo seu governo. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada para apurar responsabilidades acusou, no fim de 1988, o próprio presidente pelo mau uso do dinheiro público. Enquanto isso, os salários dos trabalhadores não acompanhavam a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade e a população reagia por meio de manifestações contra a corrupção, saques a supermercados e greves.

A campanha presidencial de 1989

Em 1989, num clima de insatisfação e desconfiança, teve início a campanha para a presidência da República. Concorriam ao cargo mais de 20 candidatos, entre os quais Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O jornalista Fernando Collor de Mello pertencia a uma família tradicional de políticos e empresários e tinha sido prefeito de Maceió, deputado federal pelo PDS e governador de Alagoas pelo PMDB.

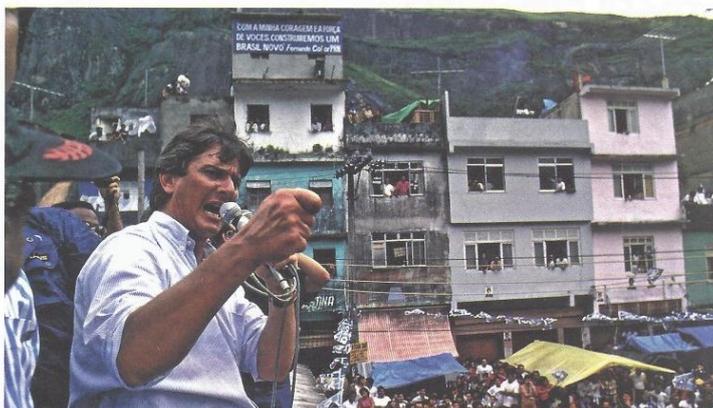
DIALOGANDO

Você se lembra quem era o inimigo nº 1 do país durante o Regime Militar?

Durante o Regime Militar o inimigo número 1 do país era o comunista. Já com Collor de Mello, esse inimigo passava a ser o marajá. Operava-se assim uma mudança importante no imaginário político brasileiro.

Descamisados: os que viviam abaixo da linha da pobreza, os excluídos.

Marajás: funcionários públicos com vários salários que utilizam na sua vida particular casas, carros e empregados custeados pelo governo.



Ricardo Azouby/Ollhar Imagem

Fernando Collor de Mello em campanha eleitoral, Rocinha, Rio de Janeiro, 1989. Collor fazia discursos inflamados e breves recheados de frases de efeito e gestos teatrais, que impressionavam o grande público e conquistavam os eleitores.

Collor conhecia o poder dos meios de comunicação de massa e sabia utilizá-los a seu favor. Nos programas eleitorais gratuitos, ele se apresentava como inimigo número 1 da corrupção e prometia derrubar a inflação, governar para os **descamisados** e caçar os **marajás** do serviço público; divulgado pela mídia, o termo **marajá** ganhou popularidade. Uma parcela grande da população, convencida desse discurso, passou a acreditar que aí estava a origem de todos os males do povo brasileiro. O marajá era o inimigo objetivo, bastava eliminá-lo para que a vida do povo melhorasse.

Luiz Inácio Lula da Silva, o maior opositor de Collor de Mello na campanha presidencial, tinha um perfil bem diferente deste. Lula havia sido operário, metalúrgico e líder sindical e conquistado popularidade ao liderar as greves históricas iniciadas no ABC paulista, em 1978. Em 1982 foi candidato a governador, e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal.

Lula apresentava-se como o candidato dos trabalhadores, e seu programa de governo criticava a desigualdade social, a pobreza e propunha suspender imediatamente os pagamentos referentes à dívida externa; organizar um governo democrático-popular (anti-imperialista); promover a reforma agrária e o desenvolvimento em prol dos trabalhadores.

No segundo turno da eleição a disputa evoluiu para uma polarização ideológica; as forças conservadoras (PFL, PDS e boa parte do PMDB) passaram a apoiar Collor abertamente, por medo de que Lula vencesse a corrida presidencial, enquanto Mário Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula.

Na reta final da campanha, Collor foi ajudado pelos grandes partidos, pelos meios de comunicação de massa e pelo uso eleitoreiro de fatos da vida pessoal de seu adversário. E, com isso, Collor de Mello, do Partido da Reconstituição Nacional (PRN), venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Collor recebeu 35 milhões de votos, contra 31,1 milhões dados a Lula. □



Arquivo CPD/A Press

▼ Mário Covas e Leonel Brizola erguendo os braços de Lula (ao centro), em um palanque, durante a disputa do segundo turno nas eleições presidenciais de 1989. Rio de Janeiro, RJ.

O governo Collor

Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990 afirmando que enxugaria o Estado, modernizaria a economia e abateria a inflação com um só tiro (naquele ano, a inflação acumulada era de 1764,8%). Apoiado nesse discurso, ele e a ministra Zélia Cardoso de Mello baixaram um pacote econômico denominado **Plano Collor**, que:

- » bloqueou por 18 meses todos os depósitos bancários, acima de 50 mil cruzados novos, tanto de pessoas físicas quanto de empresas;
- » congelou os preços, efetuou cortes de despesas públicas demitindo grande número de funcionários e elevou os impostos pagos ao governo;
- » aumentou a taxa de juros com o objetivo de diminuir o consumo;
- » iniciou um programa de privatização, que incluía a venda de importantes empresas estatais, como a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas);
- » eliminou vários impostos sobre a importação, facilitando a entrada de uma enxurrada de mercadorias estrangeiras no país (desde bonés, bonecas e pilhas até carros de último tipo).



Dica! Vídeo do debate entre Collor e Lula durante a campanha presidencial de 1989. [Duração: 10:06 minutos].
Acesse: <<http://tub.im/5a4zom>>.

Luiz Inácio Lula da Silva, o maior opositor de Collor de Mello na campanha presidencial, tinha um perfil bem diferente deste. Lula havia sido operário, metalúrgico e líder sindical e conquistado popularidade ao liderar as greves históricas iniciadas no ABC paulista, em 1978. Em 1982 foi candidato a governador, e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal.

Lula apresentava-se como o candidato dos trabalhadores, e seu programa de governo criticava a desigualdade social, a pobreza e propunha suspender imediatamente os pagamentos referentes à dívida externa; organizar um governo democrático-popular (anti-imperialista); promover a reforma agrária e o desenvolvimento em prol dos trabalhadores.

No segundo turno da eleição a disputa evoluiu para uma polarização ideológica; as forças conservadoras (PFL, PDS e boa parte do PMDB) passaram a apoiar Collor abertamente, por medo de que Lula vencesse a corrida presidencial, enquanto Mário Covas, do PSDB, e Leonel Brizola, do PDT, deram apoio a Lula.

Na reta final da campanha, Collor foi ajudado pelos grandes partidos, pelos meios de comunicação de massa e pelo uso eleitoral de fatos da vida pessoal de seu adversário. E, com isso, Collor de Mello, do Partido da Reconstituição Nacional (PRN), venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Collor recebeu 35 milhões de votos, contra 31,1 milhões dados a Lula. □



Arquivo CPD/A Press

▼ Mário Covas e Leonel Brizola erguendo os braços de Lula (ao centro), em um palanque, durante a disputa do segundo turno nas eleições presidenciais de 1989. Rio de Janeiro, RJ.

O governo Collor

Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990 afirmando que enxugaria o Estado, modernizaria a economia e abateria a inflação com um só tiro (naquele ano, a inflação acumulada era de 1764,8%). Apoiado nesse discurso, ele e a ministra Zélia Cardoso de Mello baixaram um pacote econômico denominado **Plano Collor**, que:

- » bloqueou por 18 meses todos os depósitos bancários, acima de 50 mil cruzados novos, tanto de pessoas físicas quanto de empresas;
- » congelou os preços, efetuou cortes de despesas públicas demitindo grande número de funcionários e elevou os impostos pagos ao governo;
- » aumentou a taxa de juros com o objetivo de diminuir o consumo;
- » iniciou um programa de privatização, que incluía a venda de importantes empresas estatais, como a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas);
- » eliminou vários impostos sobre a importação, facilitando a entrada de uma enxurrada de mercadorias estrangeiras no país (desde bonés, bonecas e pilhas até carros de último tipo).



Dica! Vídeo do debate entre Collor e Lula durante a campanha presidencial de 1989. [Duração: 10:06 minutos].
Acesse: <<http://tub.im/5a4zom>>.

Barraca com alguns produtos importados na cidade de São José de Ribamar (MA), em 2010. Hoje, nas barracas de camelôs de muitas cidades brasileiras, encontramos produtos de diversas partes do mundo, como China, Índia, Coreia, Japão e Estados Unidos. Essa abertura do mercado nacional começou no governo Collor.



Thomas Villa Neto/Pulsar Imagens

Recessão: crise econômica persistente, caracterizada por queda do PIB durante seis meses consecutivos, ocorrendo a diminuição dos bens e serviços produzidos e o aumento do desemprego.

Retirando o dinheiro de circulação para frear o consumo e abrindo o mercado brasileiro às importações (e forçando a queda nos preços dos produtos nacionais), o governo Collor conseguiu derrubar a inflação para cerca de 10% ao mês. Em compensação, a produção industrial e as vendas no comércio caíram assustadoramente. Muitas empresas reduziram os salários e despediram funcionários, outras simplesmente fecharam suas portas. Com isso, o desemprego cresceu de modo alarmante e a economia brasileira entrou em **recessão**. Afirmando que iria reerguer a economia, o governo lançou no início de 1991 o **Plano Collor II**, que, assim como o anterior, não obteve sucesso.

A falta de ética na política

Enquanto o país amargava a recessão, veio à tona uma série de escândalos envolvendo o governo Collor. O maior deles foi noticiado em 13 de maio de 1992, pela revista *Veja*. Por meio de um depoimento bombástico, Pedro Collor de Mello, irmão caçula do presidente, denunciava o chamado **esquema PC**: uma vasta rede de corrupção liderada por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha e amigo de Collor.

Abriu-se, então, uma CPI na Câmara para apurar a veracidade das denúncias. Em julho, a ligação entre o esquema PC e Collor de Mello foi confirmada por Francisco Eriberto Freire França, o ex-motorista do presidente. Comprovou-se que PC Farias recebia altas somas em dinheiro de grandes empresários para liberar verbas do governo. Parte desse dinheiro ia para contas-fantasma e era usado para pagar as despesas pessoais de Collor e seus familiares.

Collor tentou, então, uma última cartada: pediu ao povo que saísse às ruas de verde e amarelo para salvar seu mandato. Mas, para surpresa dele, o povo vestiu preto, em sinal de luto, mostrando assim toda a sua indignação.

O impeachment

Depois disso, explodiram por todo o país grandes manifestações populares exigindo o *impeachment* (impedimento) de Collor. Na linha de frente dessas manifestações estavam os **caras-pintadas**, isto é, jovens que pintavam o rosto de verde e amarelo para protestar contra a falta de ética na política.



Dica! Pronunciamento feito pelo então presidente Fernando Collor de Mello pouco antes de sofrer o impeachment.
[Duração: 19 minutos].
Acesse: <<http://tub.im/njxy5e>>.

Em setembro de 1992, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregaram à Câmara dos Deputados o pedido de *impeachment* do presidente Collor, acusando-o de corrupção passiva por ter permitido o abastecimento de sua conta-corrente por “depositantes-fantasmas”. Sob forte pressão da sociedade civil, mais de dois terços da Câmara, 441 deputados, votaram a favor da abertura do processo. Visando preservar seus direitos políticos, Collor renunciou à presidência da República, mas foi em vão. Julgado pelo Senado, perdeu o cargo e teve seus direitos políticos cassados por oito anos.



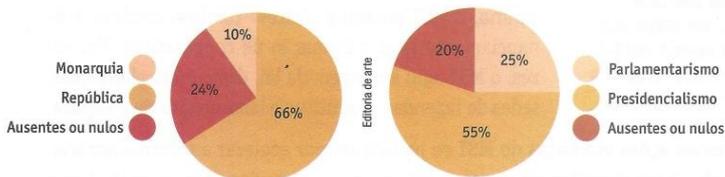
Junior Baron/OB/OLA Press

Estudantes fazem manifestação, em frente ao Congresso Nacional, de apoio ao impedimento do presidente da República, Fernando Collor de Mello; essas manifestações são um entre vários exemplos de protagonismo juvenil na história recente do Brasil. Brasília (DF), 26 de agosto de 1992.

O governo Itamar Franco

Itamar Franco, político mineiro provindo do PMDB, passava a imagem de um homem simples e honesto. Ele assumiu efetivamente o cargo de presidente da República em 29 de dezembro de 1992, data da renúncia de Fernando Collor. Num esforço de conciliação, visando superar a crise que ameaçava a democracia brasileira, Itamar Franco propôs um governo de **união nacional**. Por isso, reuniu nomes de diferentes partidos políticos para compor seu ministério, sendo a maioria deles do PMDB e do PSDB. Com ele, conduziu o plebiscito de 21 de abril de 1993, previsto na Constituição, para a escolha da forma de governo – monarquia ou república – e do sistema de governo – parlamentarista ou presidencialista.

Plebiscito sobre a forma e o sistema de governo – 1993



Fonte: JUSTIÇA ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/plebiscito-de-1993>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

DIALOGANDO

O que a leitura do gráfico permite concluir?

Permite tirar duas conclusões: que a maioria absoluta da população (50%+1) optou pela República presidencialista. E que o número de ausentes ou nulos foi de cerca de 14 dos eleitores.

Corrupção no Parlamento brasileiro

No governo Itamar Franco, explodiu um caso de corrupção envolvendo o Parlamento brasileiro. Em outubro de 1993 descobriu-se um desvio de mais de 100 milhões de dólares do orçamento nacional. A CPI instalada para averiguar os fatos concluiu o envolvimento de 22 deputados federais e três senadores. Mas apenas seis deles tiveram seus mandatos cassados, os demais acabaram renunciando ou sendo absolvidos. Esse caso ficou conhecido como o “escândalo dos anões do orçamento”, devido ao fato de a maioria dos envolvidos serem deputados de baixa estatura. Era mais uma prova de que a corrupção estava enraizada na cultura política brasileira.

Para refletir

Reforma agrária:

segundo os líderes desse movimento: “conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade. [...]”. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/CASSIMIRO_Alessandra_Santos.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2016.



Jorge Araújo/Folhapress

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) durante marcha nacional pela reforma agrária, em 2005; eles caminharam 167 km rumo à capital federal. Os acampamentos chegam a contar com escola e ambulâncias.

O MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu nos anos 1970 no Rio Grande do Sul, onde as plantações de soja em grandes propriedades alteraram a distribuição fundiária característica da região (pequena propriedade). O movimento ganhou impulso em 1984, quando ocorreu em Cascavel, no Paraná, o 1º Encontro Nacional do MST. E sua principal bandeira de luta era a **reforma agrária**. Seu *slogan* – “ocupar, resistir e produzir” – era sua principal tática de luta.

Ao longo dos anos 1990, o MST realizou inúmeras ocupações de fazendas consideradas improdutivas, ergueu acampamentos provisórios, invadiu a sede de órgãos do governo e realizou várias marchas. Entre fevereiro e abril de 1997, por exemplo, 1300 militantes saíram de diferentes pontos do país percorreram cerca de 1000 km para exigir reforma agrária – a marcha terminou em Brasília, num ato que reuniu 100 mil pessoas.

Nas últimas décadas, além de lutar pela reforma agrária, o MST passou a pleitear também créditos e financiamento para a formação de cooperativas. Por vezes, o MST agiu à margem da lei, destruindo plantações, sedes de fazendas produtivas e laboratórios de pesquisa.

- Para alguns, essas ações violentas do MST se justificam por acelerar a reforma agrária, para outros, são inconstitucionais e, como tal, devem ser condenadas. E você, o que pensa sobre o assunto?
- Dados do Incra mostram que entre 2010 e 2014 aumentou a concentração de terras no Brasil, com 47,23% das propriedades rurais em mãos de grandes fazendeiros. O que pode ser feito para acelerar a reforma agrária no Brasil?

a) Resposta pessoal.

b) Resposta pessoal.

Professor: comentar que a maioria dos países desenvolvidos realizou sua reforma agrária há muito tempo. Os Estados Unidos, por exemplo, realizaram a sua no século XIX; o Japão, na primeira metade do século XX.

Economia

Quando Itamar Franco assumiu a presidência, a inflação de cerca de 30% ao mês continuava a corroer os salários, a inibir os investimentos e a empobrecer os trabalhadores. E, para agravar a situação, a população já não acreditava mais em planos salvacionistas.

Nesse cenário marcado pelo descrédito, Itamar Franco nomeou para o Ministério da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, um dos fundadores do PSDB. Ele e sua equipe anunciaram, então, um novo plano econômico, o **Plano Real**, que entrou em vigor efetivamente em julho de 1994. Esse plano previa a criação de uma nova moeda, o real (R\$), e estabelecia a paridade entre essa moeda brasileira e o dólar estadunidense; ou seja, em 1º de julho de 1994, 1 real equivalia a 1 dólar. Assim como os planos anteriores, o Plano Real incluía a criação de uma nova moeda, mas opunha-se ao congelamento de preços e defendia um controle severo dos gastos públicos.

BRASIL: VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO (1990-1995)			INFLAÇÃO ANUAL (1990-1995)	
Ano	Reais	US\$	Ano	%
1990	64,52	76,27	1990	1 198,5
1991	52,86	62,48	1991	481,5
1992	52,25	61,76	1992	1 157,9
1993	66,84	79,01	1993	2 708,5
1994	70,00	82,74	1994	1 304,4
1995	100,00	102,77	1995	23,3

Fonte: SILVA, Francisco C. T. Brasil, em direção ao século XXI. IN: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 399, 404.

Com o aquecimento da economia, as pessoas passaram a consumir mais, desde alimentos até bens de consumo duráveis, como televisores e geladeiras. Conforme a inflação diminuía, crescia a popularidade de Fernando Henrique, tido como “pai do real”. Ele, então, deixou seu cargo no governo e candidatou-se à presidência da República, pelo PSDB, em aliança com o PFL, do senador Antônio Carlos Magalhães.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso atuou na política desde cedo. Durante o Regime Militar (1964-1985) foi perseguido e exilou-se no Chile e na França. Nesse tempo, lecionou em várias universidades estrangeiras. De volta ao Brasil, candidatou-se pela primeira vez em 1978 como suplente de Franco Montoro no Senado. Assumiu o mandato em 1983, quando Montoro se elegeu governador de São Paulo. Em 1988 ajudaria a fundar, com outros dissidentes do PMDB, um novo partido: o PSDB. Depois, foi ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e presidente da República por duas vezes.

A campanha presidencial de Fernando Henrique foi feita por empresas de *marketing* especializadas em eleições e no uso da mídia. A campanha de FHC pela TV veiculava imagens associadas a prosperidade, bem-estar social e modernidade. Já a campanha de Lula insistia em mostrar a exclusão e adotava um discurso de pobres *versus* ricos.

Ajudado pela mídia, pelo real e por grandes empresários, Fernando Henrique Cardoso elegeu-se presidente no primeiro turno, com 54,2% dos votos válidos, enquanto Lula, o segundo colocado, ficava com 27,04% dos votos.

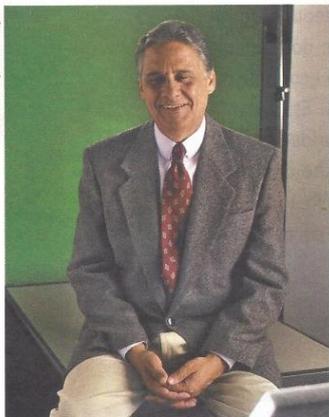
As tabelas ao lado ajudam-nos a compreender o impacto do Plano Real sobre a economia.

DIALOGANDO

Responda com base nas tabelas. Quais foram os efeitos do Plano Real sobre a economia?

Como mostra a tabela da direita, o Plano Real conseguiu fazer a inflação cair de 1 304,4%, em 1994, para 23,3% em 1995. Já a tabela da esquerda mostra que os salários recuperaram parte de seu poder de compra.

Ricardo Azeury/Olhar Imagem



▼ O então candidato Fernando Henrique Cardoso preparando-se para o horário político, fotografia de 1994.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)

No governo, FHC adotou o neoliberalismo, em voga na Europa e nos Estados Unidos na época. No seu discurso de posse, Fernando Henrique Cardoso anunciou o “fim da Era Vargas no Brasil”. Para compreender essa frase, é importante lembrar que a Era Vargas se caracterizou por:

- » forte intervenção do Estado na economia;
- » investimentos públicos na indústria de base e em infra-estrutura (portos, rodovias, ferrovias);
- » regulamentação das relações de trabalho (CLT).

Em vez do Estado interventor/empreendedor da Era Vargas, o governo de Fernando Henrique propunha que o Estado transferisse para a iniciativa privada a produção de bens e de serviços e investisse em educação, saúde, segurança e saneamento básico.

Para refletir

Debatendo a privatização

Durante os oito anos do governo FHC, ocorreu a privatização de grandes empresas brasileiras. E, como era de se esperar, o debate sobre a privatização esquentou, ganhando espaço na mídia, entre os estudiosos e também entre os cidadãos comuns, nas ruas. O modo de inserção do Brasil na nova ordem mundial dividia a sociedade.

Otávio Magalhães/AE



▼ Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de agosto de 1998. Cercada por empresários e diretores de banco, a executiva Estela Paloma bate o martelo no final do leilão da Telebras realizado na Bolsa de Valores do Rio.

Os defensores da privatização argumentavam que:

- » o dinheiro obtido com a venda das empresas estatais seria usado no pagamento das dívidas interna e externa do Brasil;
- » a venda das estatais atrairia investimentos estrangeiros capazes de modernizar e dinamizar a economia brasileira;
- » nas mãos da iniciativa privada, as empresas ganhariam eficiência e poderiam oferecer à população bens e serviços de melhor qualidade;
- » os diretores das estatais eram indicados por partidos políticos, o que facilitava a ocorrência da corrupção nessas empresas.

Os críticos da privatização, por sua vez, argumentavam que:

- » muitas empresas que vinham sendo vendidas, como, por exemplo, a mineradora Vale do Rio Doce, eram lucrativas e eficientes;
 - » a venda das estatais liquidava parte preciosa do patrimônio brasileiro e significava perda de soberania;
 - » a vultosa quantia obtida com a venda de estatais não foi para diminuir a dívida pública;
 - » com a privatização de empresas estratégicas, os serviços oferecidos à população, como os de fornecimento de água, luz e telefonia, se tornariam mais caros e de pior qualidade.
- a) Debatam, reflitam e opinem: a privatização de empresas responsáveis por serviços essenciais como fornecimento de água, de gás canalizado, de energia elétrica e de telefonia trouxe benefícios para o consumidor? Levem em conta a qualidade do serviço oferecido e o preço cobrado por ele.
- b) Justifique o seu posicionamento com argumentos.

a) Resposta pessoal.

b) Resposta pessoal. **Professor:** levar em conta a coesão e a coerência dos argumentos apresentados pelo aluno, bem como sua capacidade argumentativa.



Gregg Newton/Reuters/Latinstock

Centenas de manifestantes se reuniram no centro do Rio de Janeiro para protestar contra o leilão de privatização da Telebras, em 1998. Em primeiro plano, vê-se um manifestante enrolado em uma bandeira do Brasil; ao fundo, uma faixa que diz: "Defesa do sistema Telebras, não ao leilão!". Houve confronto com a polícia e dezenas ficaram feridos.

A política de privatização

Assim, apoiado por seus aliados do PFL, o presidente conseguiu aprovar no Congresso reformas que permitiram privatizações e abertura ao capital estrangeiro. Uma delas foi a **quebra do monopólio estatal** do petróleo e das telecomunicações ocorridas em junho de 1995. FHC deu continuidade então ao **programa de privatizações** iniciado por Collor de Mello promovendo a venda de grandes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, uma das líderes mundiais na área de mineração, a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel).

Dando continuidade à política neoliberal que vinha praticando, FHC manteve os juros altos e a abertura às importações. Com isso, muitas empresas diminuíram seus investimentos na produção e despediram funcionários. Outras faliram, ocasionando, assim, um grande aumento do desemprego. Em 1998, chegou a 6,6 milhões o número de trabalhadores sem emprego no país (9% da população economicamente ativa).

No campo político, em 1997, FHC conseguiu aprovar no Congresso a lei que permitia a reeleição do presidente da República, de governadores e de prefeitos. Com o apoio do PFL e parte do PMDB, Fernando Henrique, do PSDB, venceu as eleições presidenciais de 1998 logo no primeiro turno: obteve 53% dos votos válidos contra 31% dados a Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

O segundo governo FHC

No segundo governo FHC, a economia brasileira foi afetada por crises financeiras no México (1995), na Ásia (1997) e na Rússia (1998), ocorrendo a desvalorização do real (em 1999) e a queda da popularidade do

governo FHC. Outro fator de desgaste do presidente foi o “apagão”, resultante de uma seca inesperada que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas e provocou a falta de energia elétrica no país. Analistas atribuíram o apagão à ausência de investimentos e de planejamento do governo. A falta de energia elétrica afetou a produção econômica, a rotina das pessoas e, conseqüentemente, a imagem que elas tinham do presidente.

Conforme os efeitos da crise econômica, sobretudo do desemprego, se alastravam pela sociedade, a oposição ao governo FHC crescia. Os partidos políticos, como o PT, o PC do B e o PSB, as centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e os movimentos sociais, como o Movimento Indígena, o Movimento Feminista, o Movimento Negro e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promoviam manifestações de repúdio ao governo e lutavam pela ampliação da cidadania no Brasil.

Embora bastante criticado na área social, o governo FHC apresentou alguns avanços, sobretudo na educação, na saúde e no tocante ao controle do gasto público.

Na **educação**, ocorreu um grande aumento do número de crianças na escola: em 1994, a porcentagem de crianças de 7 a 14 anos fora das salas de aula era de 12%. Em 2002, passou a ser de 3%. A taxa de analfabetismo entre brasileiros com mais de 10 anos, que era de 15% em 1995, caiu para 11% em 2001. Foi aprovada também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, que introduziu importantes mudanças no sistema educacional brasileiro e ajudou também a elevar a sua qualidade.

Na **saúde**, o programa de combate à aids colocado em prática pelo governo tornou-se referência mundial. A mortalidade infantil (número de mortes de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos) caiu significativamente: em 1994, era de 38,4 mortes por 1000 nascimentos, em 2001, passou a ser de 28,6 mortes por 1000 nascimentos.

No tocante ao controle do gasto público, uma importante iniciativa do governo FHC foi a aprovação, em 4 de maio de 2000, da **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Resumidamente, a lei proíbe o administrador público (prefeito, governador ou presidente) de gastar mais do que é arrecadado. O desrespeito a essa lei prevê graves punições, que vão desde a perda dos direitos políticos até o pagamento de multas e a prisão dos infratores.

No campo social o total de famílias sem-terra assentadas em 1994 era de 218 000; ao final dos oito anos do governo FHC tinha subido para 688 000.



▼ Lula e seu vice, José Alencar, chegam ao Congresso Nacional para a cerimônia de posse. Brasília (DF), 1º de janeiro de 2003.

O governo Lula

Em 2002, as eleições presidenciais foram vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que obteve 61,27% dos votos válidos contra 38,7% dados a José Serra, do PSDB. Era a primeira vez que um ex-operário chegava à presidência da República.

No início de seu mandato Lula declarou que a prioridade de seu governo era o combate à fome. Segundo seus assessores, a fome no Brasil não existia por falta de alimentos, mas por falta de meios para adquiri-los de forma permanente, e em quantidade e qualidade adequadas. Como a renda estava mal distribuída no país, uma parcela da população não conseguia o mínimo necessário à sobrevivência. Dados oficiais informavam que, em 2001, havia cerca de 46 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Para fazer frente a essa situação, o governo Lula lançou o programa

Fome Zero, que combinava políticas estruturais, voltadas para as causas da fome e da pobreza, como a geração de empregos e o acesso à saúde e à educação, com políticas específicas, como a educação alimentar e o Programa Bolsa Família.

Legalizado em 2004, o Bolsa Família é o resultado da unificação de quatro outros programas criados no governo FHC: Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Argumentando que um dos maiores problemas brasileiros era a desigualdade na distribuição de renda, o governo Lula propôs a correção desse problema social por meio do Bolsa Família, como um programa de transferência de renda que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres. Em 2015, podiam receber o benefício as famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* mensal de 77 reais; as consideradas pobres, com renda *per capita* mensal de até 154 reais; ou as que são pobres ou extremamente pobres, compostas por gestantes, nutrízes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. 

A polêmica em torno do Bolsa Família, no entanto, é grande e divide tanto os especialistas quanto os cidadãos comuns.

Os **defensores** argumentam que:

- » é o maior programa de transferência de renda posto em prática no Brasil;
- » ajudou a dinamizar a economia dos municípios, possibilitando o aumento das vendas em mercearias, lojas e supermercados;
- » contribuiu para diminuir o número de pessoas que viviam em situação de pobreza extrema, e, conseqüentemente, no avanço dos direitos sociais por milhões de brasileiros;
- » pela primeira vez no Brasil, em muitos anos, houve melhora na distribuição de renda, o que se deve, em parte, ao Bolsa Família.

Os **críticos** do Bolsa Família argumentam que o programa:

- » é uma estratégia para conseguir votos;
- » incentiva o ócio e protege quem tem preguiça;
- » o Estado não tem por obrigação manter as crianças na escola e vacinadas, pois isto é da competência da família;
- » por não ser fiscalizado, beneficia, também, aqueles que não precisam dele para as suas necessidades básicas.

Política econômica

Alegando a necessidade de atrair a confiança dos investidores estrangeiros e equilibrar as contas públicas, o governo Lula deu continuidade à política econômica neoliberal praticada no governo anterior. Tendo à frente do Ministério da Fazenda o médico sanitarista Antônio Palocci, o governo optou por combater a inflação, estimular as exportações e atingir a meta de **superávit primário** fixada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para combater a inflação, o governo manteve taxas de juros altas, embora tenha praticado taxas menores do que o governo anterior. Em 2003, quando Lula assumiu a presidência, a taxa de juros era de 25,5% ao mês e no fim do seu primeiro mandato girava em torno de 16,5%.



Dica! Entrevista com pesquisadora sobre os impactos do Programa Bolsa Família.

[Duração: 27 minutos].

Acesse: <<http://tub.im/egasc9>>.

DIALOGANDO

Refleta e opine: o que você pensa a respeito do Bolsa Família? Justifique.

Resposta pessoal. **Professor:** há estudos que comprovam que o Programa Bolsa Família contribuiu para que milhões de brasileiros saíssem de uma situação de extrema pobreza.

Superávit primário: economia de recursos do governo destinada a equilibrar suas contas. Alguns analistas criticam o fato de que, para atingir o superávit, o governo corta gastos em áreas sociais como saúde, educação e combate à pobreza.

Conjuntura internacional: situação externa. A China crescia a taxas altíssimas; a economia norte-americana e a europeia exibiam bom desempenho.

Risco país: índice que indica a possibilidade de um país não pagar sua dívida externa. Quanto mais baixa a taxa de risco, maiores as facilidades de o país obter empréstimos estrangeiros e maior o número de investidores dispostos a manter seu capital nele.

Enquanto o governo FHC privilegiou os Estados Unidos como parceiro comercial, o governo Lula intensificou seu comércio com a América do Sul, o Oriente (principalmente a China) e a África. No governo FHC, o eixo comercial era Norte/Sul; no governo Lula passou a ser Sul/Sul. Incentivadas pelo governo e por uma **conjuntura internacional** favorável, as exportações brasileiras cresceram, ocasionando sucessivos saldos positivos na **balança comercial**.

Para equilibrar as contas e manter a meta de superávit primário estabelecida pelo FMI, o governo Lula cortou gastos e investimentos, o que acabou afetando o PIB do país, que em 2003 apresentou um crescimento tímido (1,1%). Mas em 2004, puxado pelo aumento da produção industrial e das exportações, o PIB cresceu 5,7%, o melhor resultado em dez anos. Além disso, a inflação cedeu e o **risco país**, que era de 2400 pontos no início do governo, caiu para menos de 400 pontos, enquanto o emprego crescia nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre).

Corrupção no governo Lula

No campo político, o ano de 2005 foi agitado por duas graves denúncias de corrupção envolvendo integrantes de vários partidos políticos, entre os quais o PT, o PTB e o PP. Descobriu-se que estava havendo desvio de dinheiro público para o financiamento das campanhas eleitorais de políticos do PT. Além disso, estava sendo feito o pagamento de um valor mensal a deputados para que votassem a favor do governo Lula na Câmara dos Deputados; daí o nome “mensalão” dado ao episódio.



Acima os dois personagens centrais do episódio que ficou conhecido como “mensalão”: à esquerda, o deputado federal Roberto Jefferson, do PTB, depondo na CPMI no Senado, em Brasília (DF), em 2005. À direita, o deputado José Dirceu quando chegava ao Congresso Nacional para a sessão que decidiria a cassação de seu mandato, Brasília (DF), em 2005.

Para averiguar a veracidade das acusações, foram abertas várias CPIs; alguns deputados foram cassados, inclusive José Dirceu, e muitos, absolvidos. O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, operador do esquema, recebeu

a maior pena: 40 anos, 4 meses e 6 dias de prisão. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recebeu pena de 10 anos e 10 meses de prisão por ter comandado o esquema de dentro do Palácio do Planalto. Também foram condenados a regime fechado o deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o ex-presidente do PP Pedro Corrêa (PE), o delator do esquema, o presidente licenciado do PTB Roberto Jefferson. O episódio marcou negativamente a história do PT e abalou a confiança de muitos de seus eleitores. 



Dica! Vídeo sobre a história recente do Brasil narrado pelo historiador e professor Boris Fausto. [Duração: 29 minutos]. Acesse: <<http://tub.in/319fpr>>.

O segundo mandato de Lula

As eleições de outubro de 2006 foram disputadas por Lula, do PT, Geraldo Alckmin, do PSDB, e outros candidatos, entre os quais a senadora Heloisa Helena, do **PSOL**, que disputou a presidência da República pela primeira vez. Lula venceu no segundo turno, com mais de 60% dos votos válidos, reelegendo-se presidente da República.

A segunda gestão de Lula apresentou avanços no aspecto socioeconômico, que positivaram seu governo e elevaram sua popularidade. Entre esses avanços cabe citar:

- » relativa estabilidade econômica e o controle da inflação;
- » incremento das exportações brasileiras e recordes de saldos positivos na balança comercial;
- » queda nos níveis de desemprego (observe a tabela);
- » antecipação do pagamento da dívida brasileira com o FMI;
- » enfrentamento da questão da infraestrutura e modernização do país. Para isso, o governo Lula lançou em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que previa investimentos em saneamento básico e infraestrutura (portos, rodovias, ferrovias, entre outros);
- » aumento dos níveis de escolarização e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo a jovens carentes, permitindo que eles cursassem a universidade;
- » inclusão social de uma parcela considerável da população. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, entre 2003 e 2010, cerca de 20,5 milhões de brasileiros deixaram a pobreza. Um fenômeno novo nesse período foi o crescimento acentuado da classe C, a parcela da sociedade que possui renda familiar total entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE – BRASIL	
Ano*	Percentual
2006	8,3
2007	8,0
2008	7,0
2009	8,1
2011	6,6

* Não houve pesquisa em 2010.

Fonte: IBGE. *Síntese dos indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2015. p. 69.

O Brasil integra o Brics e o G20

Por possuir um território extenso, um número significativo de habitantes, recursos naturais abundantes e uma economia que apresentava taxas de crescimento relativamente altas, o Brasil foi considerado um país emergente. Em 2006 passou a compor o Bric, bloco de países emergentes formado

PSOL (Partido Socialismo e Liberdade):

partido formado por grupos descontentes, alguns pertencentes ao próprio PT, que acusavam o governo de adotar o neoliberalismo e de aliar-se a partidos conservadores, como o PL, e, por causa disso, romperam com ele.

Resposta pessoal. **Professor:** em 2016, os sistemas de produção das bacias de Campos e Santos atingiram a marca de 1 milhão de barris por dia.



Dica! Documentário sobre o que é o pré-sal e os riscos envolvidos na sua exploração. [Duração: 43 minutos]. **Acesse:** <<http://tubim/kfp3oj>>.

DIALOGANDO

Faça uma pesquisa rápida: será que as previsões dos economistas se confirmaram?

por Brasil, Rússia, Índia e China; em 2011, ocorreu o ingresso da África do Sul (em inglês, South Africa) no grupo dos emergentes; com isso, a sigla usada para denominá-los ganhou um “s”: Brics.

A condição de país emergente também valeu ao Brasil o ingresso no G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. O grupo foi criado em 1999, e os países que o integram respondem por 85% da produção mundial e abrigam 2/3 da população do planeta. O G20 busca contribuir para o aprimoramento da governança global.

Pré-sal, crise e eleições

Colaborou também para o clima de otimismo que predominou no segundo mandato de Lula a notícia da descoberta de grandes reservas petrolíferas no litoral sudeste brasileiro, o chamado Pré-sal, em meados de 2006; os recursos do Pré-sal, diziam os economistas, aumentariam a capacidade brasileira de efetuar investimentos e continuar crescendo.

No final de 2008, uma crise econômica grave, iniciada nos Estados Unidos, gerou pânico no mundo todo e castigou com a recessão e o desemprego vários países da União Europeia. Essa crise refletiu-se também no Brasil, como indica o PIB negativo (-0,3) de 2009. Mas, no ano seguinte, a economia brasileira deu provas de seu dinamismo e o PIB voltou a crescer, chegando a 7,5%.

O bom comportamento da economia brasileira durante a crise financeira internacional, a política de transferência de renda e a política de projeção do Brasil no exterior elevaram a popularidade de Lula, que chegou a ter, em 2010, a aprovação de cerca de 80% dos eleitores; sua participação ativa na campanha da economista Dilma Rousseff ajudou-a a vencer as eleições presidenciais daquele ano: Dilma Rousseff, do PT, ficou com 56,05% dos votos válidos, enquanto José Serra, do PSDB, obteve 43,95% dos votos. Pela primeira vez na história, uma mulher assumia a presidência do Brasil.

O governo Dilma Rousseff

Dilma Rousseff venceu as eleições prometendo dar continuidade aos programas do governo Lula, como o Bolsa Família, o **Minha Casa Minha Vida** e o PAC. Quando ela assumiu a presidência da República, a conjuntura mundial era desfavorável; externamente, a crise econômica que atingira os

Minha Casa Minha Vida:

programa do governo federal para financiamento de moradias. Entre 2009 (começo do programa) e 2014, foram entregues 1,7 milhão de habitações.



Maurício Luma/AFIPhotoImage/Forum

▶ Presidente Dilma Rousseff e sua filha Paula após a cerimônia de posse, janeiro de 2011.

Estados Unidos e a União Europeia elevava enormemente o desemprego, sobretudo entre jovens, em países como Espanha e Itália. Internamente, problemas de infraestrutura impediam a economia brasileira de continuar crescendo de modo sustentável.

Para fazer frente à crise externa e estimular a economia brasileira, o governo Dilma adotou uma série de medidas nos primeiros 28 meses de governo: intensificou os investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento que, em 2011, entrou na sua segunda etapa, tornando-se conhecido como PAC-2; ampliou e diversificou seus parceiros comerciais; enquanto diminuía as exportações brasileiras para os Estados Unidos e a União Europeia, cresciam as destinadas à China e ao Mercosul; iniciou um programa de concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, em meados de 2012, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e os “custos de produção e circulação”; promoveu constantes quedas da taxa de juros Selic, que em março de 2013 atingiu seu mínimo histórico (7,25%).

Apesar dessas medidas, o terceiro ano do governo Dilma se iniciou com queda na atividade econômica em função da crise externa e da dificuldade de seu governo conseguir aprovar projetos no Parlamento. Além disso, em junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações, na qual o governo Dilma empenhou altas somas de dinheiro. A insatisfação popular cresceu e se fez ouvir; protestos iniciados em São Paulo se transformaram em uma onda gigante de manifestações que se espalhou pelo país todo.

Segundo estudiosos, os protestos populares de junho de 2013 no Brasil apresentaram algumas características importantes, como o uso intensivo de redes sociais na mobilização e organização dos protestos; a presença significativa de um grande número de jovens entre os manifestantes, quebrando o mito do desinteresse da juventude pela política; e a capacidade de reunir pessoas de diferentes camadas sociais.



Alf Ribeiro/Outlier Imagem

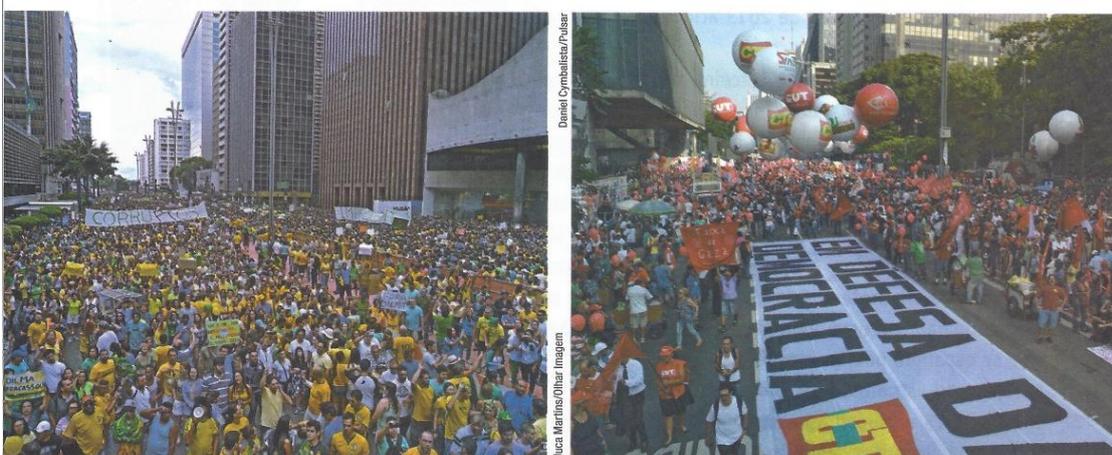
Entre maio e junho de 2013, milhares de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Na fotografia vemos manifestantes do Movimento Passe Livre, em São Paulo. Nos meses seguintes, o movimento cresceu e passou a reclamar também da qualidade dos serviços públicos e dos elevados gastos com a Copa das Confederações em um país com sérios problemas na educação e na saúde.

Operação Lava Jato

Em março de 2014 a Polícia Federal deflagrou a operação Lava Jato e descobriu um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos e grandes empreiteiras. As delações premiadas do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e do doleiro Alberto Youssef alimentaram as investigações. Paulo Roberto informou que as grandes empreiteiras pagavam propina para vencer a concorrência em obras da

Petrobras e o dinheiro desviado ia para as contas de executivos e de políticos de diferentes partidos.

No final de 2014, teve início a disputa presidencial entre Dilma, da coligação **Com a força do povo**, e Aécio Neves, da coligação **Muda Brasil**. Dilma venceu por uma diferença relativamente pequena: obteve 51,64% dos votos válidos contra 48,36% dados a Aécio Neves. No ano de 2015, a situação política e econômica se agravou; o Brasil apresentou um PIB negativo (-3,8). Os preços dos alimentos e dos aluguéis aumentaram enquanto as taxas de desemprego voltaram a subir. Além disso, a presidente foi perdendo seus aliados no Parlamento. Em um clima de estagnação econômica e crise política, no final de 2015, a oposição deu entrada no pedido de *impeachment* acusando a presidente de ter cometido crime de responsabilidade. Assistiu-se, então, a uma polarização política; de um lado, os manifestantes favoráveis ao *impeachment* da presidente Dilma; de outro, os que defendiam sua permanência à frente do governo.



À esquerda, manifestação favorável ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2015); à direita, manifestação contrária ao impedimento (2016), ambas na Avenida Paulista, São Paulo (SP).

Nesse ambiente conturbado, em abril de 2016, ocorreu a votação na Câmara dos Deputados do relatório favorável ao *impeachment* da presidente.

Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório apresentado e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República por crime de responsabilidade. Em 12 de maio de 2016, por 55 votos a 22, o Senado Federal decidiu abrir processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, por entender que havia indícios suficientes de que ela cometera crime de responsabilidade. A notificação da decisão do Senado foi entregue à própria Dilma Rousseff e uma outra notificação comunicou ao vice-presidente Michel Temer que ele passava a ser o governante em exercício.

Para saber mais

O texto a seguir foi escrito pela professora doutora Marly Motta, especialmente para esta coleção.

O governo Dilma Rousseff: da coalizão à colisão

Na República Presidencialista do Brasil, o Executivo tem grande poder, conferido a ele pela Constituição de 1988. Um deles é propor **medidas provisórias**. Ao mesmo tempo, no entanto, para pôr em prática os projetos de seu governo, o presidente da República – chefe do Poder Executivo – tem de conseguir maioria no Parlamento. É o chamado presidencialismo de coalizão. Ou seja, o presidente governa buscando apoio da maioria dos deputados e senadores.

Medida Provisória:

editada pelo presidente da República em casos de relevância e urgência, tem força de lei e vigência imediata. Perde a eficácia se não convertida em lei pelo Congresso Nacional em até 60 dias, prorrogáveis por igual período.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), por exemplo, se mantiveram no poder com o apoio de uma coalizão (base aliada) que deixava de lado as divergências para apoiar as propostas do governo.

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 com o compromisso de dar continuidade a seu antecessor, manter o emprego em alta e a inflação, em baixa. Apesar de a economia internacional ter sofrido forte retração em função dos efeitos da crise de 2008, o primeiro governo Dilma não impôs restrições aos gastos públicos, especialmente na área social. Além disso, a presidente construiu a imagem de que travava uma “queda de braço” com os políticos corruptos, demitindo ministros e auxiliares próximos acusados de uso indevido dos recursos públicos.

O primeiro ano do segundo mandato de Dilma foi marcado por um Legislativo forte frente a um Executivo fragilizado e com dificuldades de aprovar ajustes nas contas públicas. Em 2015, a dificuldade da presidente em obter maioria no Parlamento esteve relacionada também à vitória de Eduardo Cunha, do PMDB, nas eleições para presidência da Câmara, em fevereiro daquele ano, já que a maioria dos deputados que o elegeram era da oposição. A tensão entre o Legislativo e o Executivo cresceu quando o presidente da Câmara deixou oficialmente a base aliada e passou a fazer oposição ao governo.

Com uma base aliada fragmentada e o apoio instável de seu próprio partido, o PT, Dilma Rousseff perdeu força; o presidencialismo passou a ser mais de colisão do que de coalizão.

Seis grandes desafios a serem vencidos

Apesar da condição de país emergente e de estar entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil ainda possui alguns graves problemas à espera de solução. Por isso, não é demais dizer que os desafios que o país tem pela frente não são poucos. Apresentamos a seguir alguns deles.

- » **Posição do Brasil no ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).** Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2015 o Brasil ocupava a 75ª posição no tocante à qualidade de vida, isto é, ao Índice de Desenvolvimento Humano – indicador que leva em conta índices como os de esperança de vida ao nascer, anos de escolaridade, renda *per capita*.
- » **Alta carga tributária.** A carga tributária brasileira é uma das mais altas do mundo. Segundo o Tesouro Nacional, em 2015, a carga tributária subiu em relação ao ano anterior e atingiu 32,7% do PIB. Os empresários reclamam que os impostos elevados dificultam a sobrevivência das empresas; a população queixa-se de que os serviços públicos oferecidos em troca desses impostos são de baixa qualidade.
- » **Desigualdade social.** A desigualdade de rendimentos e de oportunidades é antiga na sociedade brasileira. Em anos recentes, porém, o crescimento econômico, somado à redução da pobreza (em função das políticas de transferência de renda e do aumento do poder de compra do salário mínimo), ocasionou uma diminuição dessa desigualdade, como mostra o gráfico a seguir:

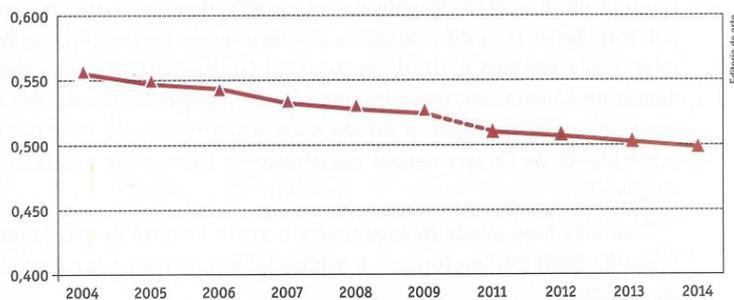
DIALOGANDO

Converse com seus colegas sobre as escolas e/ou hospitais públicos de seu bairro; reflita e opine sobre o assunto.

Resposta pessoal.

Coefficiente de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil (2004-2014)*

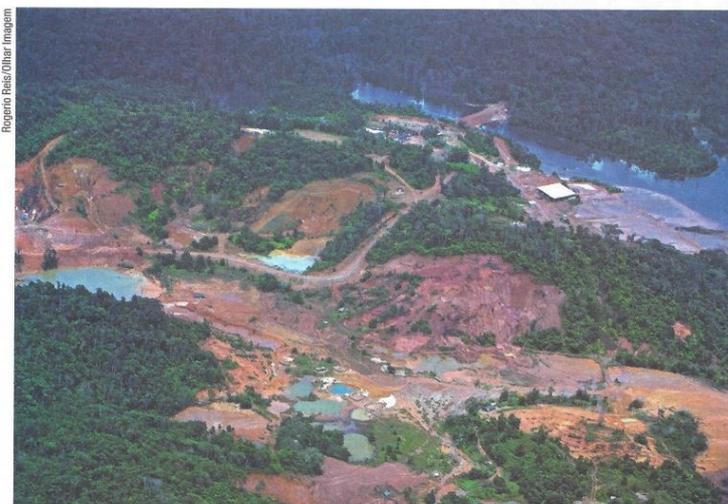
Coefficiente de Gini: a desigualdade de renda em um país é medida geralmente pelo coeficiente de Gini; quanto mais próximo de 1 for esse coeficiente, maior a desigualdade.



IBGE. *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, 2015, p. 82. *Em 2010 não houve pesquisa. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

Apesar disso, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais da América Latina.

- » **Altos índices de desmatamento na Amazônia Legal**, região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão, e que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os índices de desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014 caíram 15% em relação ao período anterior (2012/2013). Apesar dessa queda, os índices de desmatamento continuam preocupando os ambientalistas.



Rogério Reis/Other Image

Desmatamento na Floresta Amazônica, garimpo do Lourenço, Calçoene (AP), 2012.

- » **Desigualdade entre homens e mulheres e entre negros e brancos.** No Brasil, as mulheres constituem mais da metade da população e estudam mais que os homens, mas têm menos oportunidades de emprego e ganham menos do que eles trabalhando nas mesmas funções. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), no ano de 2001, as mulheres recebiam o equivalente a 69% do rendimento dos homens; em 2011 passaram a receber 73,3%. Já no tocante à desigualdade de raça, em 2001, o rendimento médio das pessoas ocupadas pretas ou pardas com 16 anos ou mais de idade equivalia 50,5% do rendimento médio da população branca; em 2011, essa proporção subiu para 60%. Sabe-se também que cresceu a porcentagem de negros e pardos que melhoraram de vida; esse crescimento, porém, ainda é pequeno se levarmos em conta que eles somam hoje 51,1% da população brasileira.
- » **Prática da corrupção.** Segundo a ONG Transparência Internacional, em 2015, o Índice de Percepção de Corrupção do Brasil piorou: o país caiu sete posições em comparação ao ano anterior e ocupa 76º lugar na lista. Na escala que vai de zero (menos corrupto) a cem (mais corrupto), o Brasil obteve 38 pontos. O índice avaliou a corrupção no setor público em 168 países.

Resposta pessoal. **Professor:** a ideia é estimular o aluno a se posicionar diante de uma questão relevante para a construção da cidadania no nosso país.

DIALOGANDO

Como você avalia a posição do Brasil no tocante à corrupção? Que sugestão você daria para mudar esta situação?